



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DA AGROPECUÁRIA À INDÚSTRIA: GÊNESE DAS ATIVIDADES
INDUSTRIAIS EM SANTA CRUZ DO RIO PARDO - SP E SUAS
ESPECIALIZAÇÕES PRODUTIVAS**

Reinaldo Luiz Selani

**Presidente Prudente/SP
2024**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DA AGROPECUÁRIA À INDÚSTRIA: GÊNESE DAS ATIVIDADES
INDUSTRIAIS EM SANTA CRUZ DO RIO PARDO - SP E SUAS
ESPECIALIZAÇÕES PRODUTIVAS**

Reinaldo Luiz Selani

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Campus de Presidente Prudente, para a obtenção do título de Doutor em Geografia, sob a orientação do Professor Doutor Antonio Nivaldo Hespanhol.

**Presidente Prudente/SP
2024**

S464a	Selani, Reinaldo Luiz Da Agropecuária à Indústria : Gênese das Atividades Industriais em Santa Cruz do Rio Pardo - SP e suas Especializações Produtivas / Reinaldo Luiz Selani. -- Presidente Prudente, 2024 350 p. : il., tabs., fotos, mapas Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol 1. Agricultura. 2. Indústria. 3. Produção. 4. Interior. 5. São Paulo. I. Título.
-------	--



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: "Da agropecuária à indústria: gênese das atividades industriais em Santa Cruz do Rio Pardo – SP e suas especializações produtivas"

AUTOR: REINALDO LUIZ SELANI

ORIENTADOR: ANTONIO NIVALDO HESPANHOL

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em Geografia, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. ANTONIO NIVALDO HESPANHOL (Participação Presencial)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciencia e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Prof. Dr. PAULO FERNANDO CIRINO MOURAO (Participação Presencial)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educacao de Ourinhos - Unesp/FCTE

Profa. Dra. DENISE CRISTINA BOMTEMPO (Participação Presencial)
Departamento de Geografia / Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. LUCIANO ANTONIO FURINI (Participação Presencial)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Prof. Dr. ELISEU SAVÉRIO SPOSITO (Participação Presencial)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciencias e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Presidente Prudente, 15 de março de 2024

DEDICATÓRIA

*“Agrada-te do Senhor, e ele satisfará os desejos do teu coração.
Entrega o teu caminho ao Senhor, confia nele, e o mais ele fará”
(Sl. 37: 4-5)*

Aos meus pais, Vicente e Nilza, pelo carinho e afeto dedicados ao longo de minha vida, que muito influenciaram em minhas decisões pessoais e profissionais.

À minha esposa Vera e à minha filha Vitória, meus maiores tesouros, sem as quais minha vida não teria sentido, e que me acompanharam passo a passo na elaboração do trabalho, confortando-me nos meus momentos difíceis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às empresas que colaboraram com o desenvolvimento do projeto e às indústrias santa-cruzenses, entre elas, o setor arrozeiro local, pelo fornecimento de informações e dados estatísticos do setor agroindustrial do município de Santa Cruz do Rio Pardo, SP.

Agradeço ao Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol pela dedicação dispensada nos momentos de orientação, provando ser, além de orientador, um grande amigo, especialmente nos momentos vividos de maior dificuldade, durante o pós-Covid-19.

Agradeço ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Rio Pardo e ao Sindicato Rural de Santa Cruz do Rio Pardo, na figura de seus diretores/presidentes e funcionários, pela dedicação e presteza na disponibilização das informações estatísticas sobre o meio rural do município.

Agradeço à Associação Comercial e Empresarial de Santa Cruz do Rio Pardo, especialmente às Sras. Mara e Rosângela, que compartilharam as informações sobre as atividades econômicas do município.

Agradeço aos profissionais geógrafos e amigos João Vitor Pavoni e Anderson Oliveira de Araújo, e Luiz Carlos Cichini, que tanto auxiliaram na elaboração do material cartográfico e da revisão da literatura que compõe o trabalho.

Agradeço aos proprietários, diretores e funcionários do Jornal DEBATE de Santa Cruz do Rio Pardo e a FASC/OAPEC, que permitiram a pesquisa em seu acervo, realizada nas dependências da referida empresa, demonstrando grande interesse pela realização e sucesso deste trabalho.

Agradeço aos Professores e Funcionários da PPGG/FCT-UNESP, do Campus de Presidente Prudente pelas contribuições realizadas ao longo do curso e na elaboração desse trabalho; pelo carinho, dedicação e profissionalismo. Vocês são muito importantes em minha vida.

A todas as pessoas que participaram da minha caminhada acadêmica e que não consegui mencionar aqui! Deus abençoe grandemente a vida de todos vocês! Muito obrigado!

RESUMO

O campo de investigação se circunscreveu ao município de Santa Cruz do Rio Pardo, localizado no interior paulista, mais especificamente na Região de Governo de Ourinhos. O referido município possui, desde os seus primórdios, uma tendência ao desenvolvimento de atividades ligadas à agropecuária. No entanto, aproveitando-se da atividade agrícola, desde os anos 1940, iniciou-se o beneficiamento de produtos agrícolas, como o café e o arroz, proporcionando o desenvolvimento da indústria no município, notadamente a agroindústria, sendo que atualmente abarca diferentes etapas em seu processo produtivo, desde a origem da matéria-prima (como o arroz), beneficiamento e empacotamento, desenvolvendo uma logística de distribuição nos mercados consumidores regional, estadual e nacional. Atualmente, o município se constitui no “Maior Polo Cerealista do Estado de São Paulo”, onde se produz cerca de 25% de todo o arroz beneficiado e distribuído no Estado de São Paulo. O setor de alimentos é o segmento produtivo mais promissor na economia de Santa Cruz do Rio Pardo e que representa oportunidades de desenvolvimento econômico para esse município. No entanto, a pequena cidade de Santa Cruz do Rio Pardo vem demonstrando força na produção de rações para animais domésticos nas últimas décadas, diversificando ainda mais o processo produtivo do município, além de outras indústrias dos setores de alimentação que têm surgido nas últimas décadas.

Os empresários do setor industrial santa-cruzense são originários do próprio município e representam famílias tradicionais, sendo sua maioria de origem de imigrantes italianos. Nos últimos anos, algumas empresas do setor de beneficiamento de arroz passaram a beneficiar e a distribuir outros cereais, com destaque para o feijão, milho pipoca, amendoim, farinha de trigo, utilizando suas tradicionais marcas, já consolidadas no mercado. A pesquisa tem como principal objetivo analisar a dinâmica do desenvolvimento da indústria em Santa Cruz do Rio Pardo e suas relações com os principais mercados consumidores e com a logística de distribuição dos produtos, assim como a sua importância como fonte geradora de recursos e empregos para o referido município paulista.

Palavras-chave: Agricultura – Indústria – Produção – interior – São Paulo.

ABSTRACT

The field of investigation will be the municipality of Santa Cruz do Rio Pardo, located in the interior of São Paulo, more specifically in the Government Region of Ourinhos, which has, since its beginnings, a tendency to develop activities linked to agriculture. However, taking advantage of agricultural activity, since the 1940s, the processing of agricultural products began, such as coffee and rice, providing the development of industry in the municipality, notably agroindustry, which currently encompasses different geographic spaces in its production process, from the origin of the raw material (such as rice), processing and packaging, developing distribution logistics in regional, state and national consumer markets. Currently, the municipality is considered the “Largest Cereal Hub in the State of São Paulo”, where around 25% of all rice processed and distributed in the State of São Paulo is produced. The food sector is the most promising productive segment in the economy of Santa Cruz do Rio Pardo and represents opportunities for economic development for this municipality. However, the small city of Santa Cruz do Rio Pardo has been demonstrating strength in the production of pet food in recent decades, further diversifying the municipality's production process, in addition to other industries in the food sectors that have emerged in recent decades.

Entrepreneurs in the Santa Cruz industrial sector come from the municipality itself and represent traditional families, the majority of whom are Italian immigrants. In recent years, some companies in the rice processing sector have started processing and distributing other cereals, with emphasis on beans, popcorn, peanuts and wheat flour, using their traditional brands, already consolidated in the market. The main objective of the research is to analyze the dynamics of the development of the industry in Santa Cruz do Rio Pardo and its relations with the main consumer markets and with product distribution logistics, as well as its importance as a source of resources and jobs for the said municipality in São Paulo.

Keywords: Agriculture – Industry – Production – interior – São Paulo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Frente Avançada do Povoamento no Estado de São Paulo em Diferentes Épocas.....	33
Figura 2. Distribuição da Malha Ferroviária no Estado de São Paulo no ano de 2015	41
Figura 3. Estações Ferroviárias existentes na Região de Governo de Ourinhos em 2015.....	42
Figura 4. Região Administrativa de Marília.....	51
Figura 5. Região de Governo de Ourinhos (RGO).....	52
Figura 6. Mapa Pedológico do Estado de São Paulo.....	58
Figura 7. Bacia do Médio Paranapanema (UGRHI-17).....	60
Figura 8. Precipitação Média Mensal e Índice de Erosão (EI) Médio Mensal do Município de Santa Cruz do Rio Pardo – SP.....	61
Figura 9. Mapa Florestal do Município de Santa Cruz do Rio Pardo.....	62
Figura 10. Os Principais Empreendimentos do Agronegócio do Município de Santa Cruz do Rio Pardo.....	88
Figura 11. As Atividades Comerciais e as Cooperativas Agroindustriais no Município de Santa Cruz do Rio Pardo.....	94
Figura 12. A Dinâmica Espacial e os Fluxos Econômicos das Atividades do Setor Agropecuário de Santa Cruz do Rio Pardo.....	128
Figura 13. Principais Rodovias da Região de Governo de Ourinhos.....	169
Figura 14. Malha Ferroviária na Região de Governo de Ourinhos.....	170
Figura 15. Principais Polos Econômicos da Região de Marília.....	175
Figura 16. Os Principais Agentes Locais de Desenvolvimento de Santa Cruz do Rio Pardo.....	215
Figura 17. As Principais Indústrias do Setor de Alimentos de Santa Cruz do Rio Pardo, SP.....	244
Figura 18. Indústria Santa Massa (Alimentos).....	247
Figura 19. As Principais Empresas Beneficiadoras de Arroz e Grãos no Município de Santa Cruz do Rio Pardo, SP.....	259
Figura 20. São João Alimentos (Arroz Patéko).....	262
Figura 21. Solito Alimentos (antiga Brasília Alimentos).....	262
Figura 22. Special Dog Company.....	268
Figura 23 . Principais Atores Geográficos na Organização e Dinâmica Territorial de Santa Cruz do Rio Pardo.....	274

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Máquinas e Implementos Agrícolas existentes nas Propriedades Rurais de Santa Cruz do Rio Pardo nos Períodos de 1950, 1960, 1975 e 1985.....	81
Gráfico 2. Uso de Fertilizantes, de Defensivos Agrícolas e Práticas de Conservação do Solo nos Estabelecimentos Rurais no Município de Santa Cruz do Rio Pardo nos Períodos de 1975 e 1985.....	83
Gráfico 3. Evolução do Uso do Solo no Município de Santa Cruz do Rio Pardo no Período de 1995/96, 2007/08 e 2016/17.....	109
Gráfico 4. Classificação dos Estabelecimentos Rurais em Grupos de Áreas (Hectares) e Número de Propriedades.....	113
Gráfico 5. Classificação dos Estabelecimentos Rurais em Grupos de Áreas e Área Total (Hectares) Ocupada no Município de Santa Cruz do Rio Pardo.....	113
Gráfico 6. Condição do Produtor Rural no Município de Santa Cruz do Rio Pardo - Períodos de 1995/96, 2006 e 2007.....	115
Gráfico 7. Evolução da Área Plantada (Hectares) das Principais Culturas Agrícolas no Município de Santa Cruz do Rio Pardo - Períodos de 1996/97, 2006 e 2017.....	118
Gráfico 8. Evolução da Quantidade Produzida (toneladas) das Principais Culturas Agrícolas no Município de Santa Cruz do Rio Pardo - Períodos de 1995/96, 2006 e 2017.....	118
Gráfico 9. Fluxo de Insumos Agrícolas Originários do Município de Santa Cruz do Rio Pardo (SP) com destino a outros municípios.....	130
Gráfico 10. Fluxo de Insumos Agrícolas de outros Municípios com destino à Santa Cruz do Rio Pardo (SP).....	132
Gráfico 11. Fluxo de Maquinários Agrícolas Originários do Município de Santa Cruz do Rio Pardo (SP) com destino a outros municípios.....	134
Gráfico 12. Fluxo de Maquinários Agrícolas Originários de Outros Municípios com destino à Santa Cruz do Rio Pardo (SP).....	136
Gráfico 13. Fluxo de Assistência Técnica Originárias do Município de Santa Cruz do Rio Pardo (SP) com destino a outros municípios.....	138
Gráfico 14. Fluxo de Assistência Técnica Originárias de Outros Municípios com destino à Santa Cruz do Rio Pardo (SP).....	139
Gráfico 15. Destino de Produtos Agrícolas Originários do Município de Santa Cruz do Rio Pardo (SP) com destino a outros municípios.....	141
Gráfico 16. Origem de Produtos Agrícolas de Outros Municípios com destino à Santa Cruz do Rio Pardo (SP).....	142
Gráfico 17. Número Total de Empregados Gerados nos Setores da Agropecuária,	

Indústria, Construção Civil, Comércio e Prestação de Serviços e Outras Atividades Profissionais na Região de Governo de Ourinhos (2019)	189
Gráfico 18. Número de Empregados Gerados no Setor Industrial dos Municípios da Região de Governo de Ourinhos (2019).....	193
Gráfico 19. Número de Empreendimentos Industriais no Município de Santa Cruz do Rio Pardo / Períodos: 2006 e 2019.....	199

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Crescimento Demográfico do Município de Santa Cruz do Rio Pardo. População Urbana, População Rural e População Total. Censos Demográficos de 1872, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.....	47
Tabela 2. População Total dos Municípios da Região de Governo de Ourinhos (RGO).....	53
Tabela 3. PIB dos Municípios da Região de Governo de Ourinhos por Setores de Atividades (2017).....	54
Tabela 4. IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos Municípios da Região de Governo de Ourinhos (RGO).....	56
Tabela 5. Pessoal Ocupado: Trabalhadores Temporários e Permanentes (Homens e Mulheres) no Município de Santa Cruz do Rio Pardo no Período de 1950 a 2017.....	78
Tabela 6. Máquinas e Implementos Agrícolas existentes nas Propriedades Rurais do Município de Santa Cruz do Rio Pardo nos Períodos de 1950, 1960, 1975 e 1985 (em Unidades).....	80
Tabela 7. Tratores, Veículos, Plantadeiras, Colhedeiras, Arados e Utilitários existentes no Município de Santa Cruz do Rio Pardo – Censos de 1995/96, 2006 e 2017 (unidades).....	81
Tabela 8. Uso de Fertilizantes, de Defensivos Agrícolas e Práticas de Conservação do Solo nos Estabelecimentos Rurais no Município de Santa Cruz do Rio Pardo nos Períodos de 1975 e 1985.....	82
Tabela 9. Evolução do Uso do Solo no Município de Santa Cruz do Rio Pardo no Período de 1995/96; 2007/08 e 2016/17 (Área em Hectares).....	106
Tabela 10. Classificação das Unidades de Produção Agropecuária em Grupos de Áreas e Número de Propriedades no Município de Santa Cruz do Rio Pardo no Período de 1995/96, 2007/08 e 2016/17 (Área em Hectares).....	110
Tabela 11. Condição do Produtor Rural no Município de Santa Cruz do Rio Pardo – Censos de 1995/96, 2006 e 2017.....	114
Tabela 12. Evolução da Área Plantada e da Quantidade Produzida das Principais Culturas Agrícolas do Município de Santa Cruz do Rio Pardo – Censos Agropecuários de 1995/96, 2006 e 2017.....	116
Tabela 13. Evolução das Criações de Animais no Município de Santa Cruz do Rio Pardo – Censos Agropecuários de 1995/96, 2006 e 2017 (Em Cabeças).....	122
Tabela 14. Fluxo de Insumos Agrícolas Originários do Município de Santa Cruz do Rio Pardo (SP) com destino a outros municípios.....	129

Tabela 15. Fluxo de Insumos Agrícolas Originários de Outros Municípios com destino à Santa Cruz do Rio Pardo (SP).....	131
Tabela 16. Fluxo de Maquinários Agrícolas Originários do Município de Santa Cruz do Rio Pardo (SP) com destino a outros municípios.....	133
Tabela 17. Fluxo Maquinários Agrícolas Originários de Outros Municípios com destino à Santa Cruz do Rio Pardo (SP).....	135
Tabela 18. Fluxo de Assistência Técnica Originárias do Município de Santa Cruz do Rio Pardo (SP) com destino a outros municípios.....	137
Tabela 19. Fluxo de Assistência Técnica Originárias de Outros Municípios com destino à Santa Cruz do Rio Pardo (SP).....	139
Tabela 20. Destino de Produtos Agrícolas Originários do Município de Santa Cruz do Rio Pardo (SP) com destino a outros municípios.....	141
Tabela 21. Origem de Produtos Agrícolas de Outros Municípios com destino à Santa Cruz do Rio Pardo (SP).....	143
Tabela 22. Estabelecimentos Industriais no Município de Santa Cruz do Rio Pardo no ano de 1893.....	152
Tabela 23. Tipos de Agroindústrias (Máquinas de Beneficiamento) existentes no Município de Santa Cruz do Rio Pardo em 1920.....	155
Tabela 24. Número de Empreendimentos Industriais no Município de Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo / Períodos de 1960 e 1980.....	159
Tabela 25. Características dos Municípios da Região Administrativa de Marília (com população superior a 20.000 Habitantes (Censo 2010), como População Absoluta, Produto Interno Bruto Municipal e Produto Interno Bruto Industrial. Períodos de 2006 e 2019.....	177
Tabela 26. Total de Indústrias nos Municípios da Região Administrativa de Marília (com população superior a 20.000 Habitantes (Censo 2010), o Número total de Indústrias de Alimentos e a Proporção em Relação à Atividade Industrial. Períodos de 2006 e 2019.....	178
Tabela 27. Características dos Municípios da Região de Governo de Ourinhos / População Absoluta, Produto Interno Bruto Municipal e Produto Interno Bruto Industrial. Períodos de 2006 e 2019.....	184
Tabela 28. Total de Indústrias nos Municípios da Região de Governo de Ourinhos / Número Total de Indústrias, Empregos Gerados e a Proporção de Empregos Gerados em Relação à Atividade Industrial. Períodos de 2006 e 2019.....	185
Tabela 29. Número Total de Empregos Gerados no Município, Ranking Estadual e Regional, Massa Salarial de Remuneração (R\$) e Remuneração Média por	

Trabalhador (R\$) / Região de Governo de Ourinhos. Ano Base: 2019.....	188
Tabela 30. Número de Empregos Gerados na Indústria no Município, Ranking Estadual e Regional, Massa Salarial de Remuneração (R\$) e Remuneração Média por Trabalhador (R\$) / Região de Governo de Ourinhos. Ano Base: 2019.....	192
Tabela 31. Número de Empreendimentos Industriais no Município de Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo / Períodos de 2006 e 2019.....	197
Tabela 32. CNAE 2.0: Classificação dos Grupos, Classes e Subclasses das Indústrias de Transformação (Seção C) / Fabricação de Produtos Alimentícios (Divisão 10), localizadas no município de Santa Cruz do Rio Pardo (2022).....	204

Quadro 1. Histórico da Formação do Município de Santa Cruz do Rio Pardo (SP) e os Municípios e Distritos que se formaram a partir desse Território.....	36
--	----

AAPISC - Associação de Apicultores e Agro Produtores de Santa Cruz do Rio Pardo
ABASC – Associação dos Beneficiadores de Arroz de Santa Cruz do Rio Pardo
ABIA – Associação Brasileira da Indústria de Alimentos
ABIARROZ – Associação Brasileira da Indústria do Arroz
ACE - Associação Comercial e Empresarial
ACISC – Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Rio Pardo
AGROASC - Associação dos Produtores Rurais de Santa Cruz do Rio Pardo
ALL - América Latina Logística do Brasil S.A.
ANA – Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres
APL – Arranjo Produtivo Local
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CA – Casa da Agricultura
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAI – Complexo Agroindustrial Brasileiro
CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CDRS - Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CONCLA – Comissão Nacional de Classificação
CPS – Centro Paula Souza
CPT – Centro de Produções Técnicas
CULTCOOP – Cultura da Cooperação
DEMUTRAN – Departamento Municipal de Trânsito
DIRA – Divisão Regional Agrícola
DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DPPI – Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga
EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMEIF – Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental
ETEC – Escola Técnica Estadual
ETIM – Ensino Técnico Integrado ao Médio

FACESP – Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FASC - Faculdade de Administração de Santa Cruz do Rio Pardo
FATEC – Faculdade de Tecnologia
FEAP – Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista
FEPASA – Ferrovias Paulistas S.A.
FERROBAN – Ferrovia Bandeirantes S.A.
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FUNDECITRUS – Fundo de Defesa da Citricultura
IAC – Instituto Agrônomo de Campinas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEA - Instituto de Economia Agrícola
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITE – Instituição Toledo de Ensino
LUPA - Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo
MDIC – Ministério da Indústria e Comércio
OAPEC - Organização Aparecido Pimentel de Educação e Cultura
PAE – Posto de Atendimento ao Empresário
PAM - Pesquisa Agrícola Municipal
PAT – Posto de Atendimento ao Trabalhador
PEA – População Economicamente Ativa
PEMH - Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas
PIB – Produto Interno Bruto
PMSCR - Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo
PPM - Pesquisa Pecuária Municipal
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
REDESIST – Rede de Pesquisa de Sistemas Locais de Produção e Inovação
REGIC – Regiões de Influência das Cidades

RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A.

RGO - Região de Governo de Ourinhos

SAA-SP - Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

SBCS - Sistema Brasileiro de Classificação de Solos

SCCL – Suco Concentrado Congelado de Laranja

SCPC - Sistema Central de Proteção ao Crédito

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados

SEBRAE – SP - Serviço de Apoio às Pequenas e Microempresas do Estado de São Paulo

SEMIL – Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SERT – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho

SESI – Serviço Social da Indústria

SINBIOTA – Sistema de Informação Ambiental do Biota

SPC – Sistema de Proteção ao Crédito

SR – Sindicato Rural

STIAM – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Marília e Região

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNIFIO – Centro Universitário de Ourinhos

UNIMAR – Universidade de Marília

UNIP – Universidade Paulista

UNIVEM – Centro Universitário Eurípedes de Marília

UNIVESP – Universidade Virtual do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
I Objetivos, Metodologia e Escolha do Tema.....	25
 1. A GÊNESE POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO E SUAS CARACTERÍSTICAS FISIOGRAFICAS.....	32
 1.1 - As Origens de Santa Cruz do Rio Pardo e a Importância da Ferrovia no Desenvolvimento do Município.....	33
1.2 - O Crescimento Populacional, a Cafeicultura e a Imigração no Município de Santa Cruz do Rio Pardo e as Características das Populações Urbana e Rural.....	43
1.3 - Situando o Município de Santa Cruz do Rio Pardo e suas características Produtivas, Econômicas e Sociais na Região de Governo de Ourinhos (RGO)	50
1.4 - Aspectos Físicos do Município de Santa Cruz do Rio Pardo: Base para o desenvolvimento agropecuário.....	56
 2. O IMPACTO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO, SP.....	64
 2.1 - Os Efeitos do Complexo Agroindustrial (CAI) na Agricultura Brasileira.....	69
2.2 – O Impacto da Modernização da Agricultura no Município de Santa Cruz do Rio Pardo.....	78
2.3 - A Gênese dos Empreendimentos do Agronegócio no Município de Santa Cruz do Rio Pardo.....	85
 3. A DINÂMICA ESPACIAL E A IMPORTÂNCIA DOS FLUXOS AGROPECUÁRIOS NA ESTRUTURA PRODUTIVA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO.....	99
 3.1 - O Processo de Liberalização da Economia e a Consolidação do Agronegócio (“Commodities”) e os Impactos na Economia Agrária de Santa Cruz do Rio Pardo.....	103
3.2 - As Principais Características das Atividades Agropecuárias e do Uso do Solo no Município de Santa Cruz do Rio Pardo no Período de 1995/96 a 2017.....	105
3.3 – A Dinâmica Espacial e os Fluxos Econômicos na Agropecuária de Santa Cruz do Rio Pardo.....	124

4. O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO.....	147
4.1 - As Principais Características do Desenvolvimento Industrial.....	151
4.2 - A Evolução do Meio Técnico-Científico-Informacional no Município de Santa Cruz do Rio Pardo.....	165
4.3 - A Importância da Atividade Industrial no Município de Santa Cruz do Rio Pardo.....	174
4.4 - A Evolução dos Empreendimentos Industriais no Município de Santa Cruz do Rio Pardo no Período de 2006 a 2019.....	195
4.5 - Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) das Indústrias de Alimentos no município de Santa Cruz do Rio Pardo.....	200
5. A IMPORTÂNCIA DOS AGENTES LOCAIS NO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO, SP: A ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS.....	208
5.1 - Os Principais Atores Sociais Participantes na Organização Econômica do Município de Santa Cruz do Rio Pardo.....	212
5.1.1 - Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo	212
5.1.2 - Banco do Povo Paulista / Santa Cruz do Rio Pardo.....	214
5.1.3 - Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) / Santa Cruz do Rio Pardo.....	216
5.1.4 - Ministério do Trabalho e Emprego / Seção Santa Cruz do Rio Pardo.....	217
5.1.5 - Associação Comercial e Empresarial de Santa Cruz do Rio Pardo (ACESCRP).....	218
5.1.6 - Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE/SP).....	220
5.1.7 - Associação dos Beneficiadores de Arroz de Santa Cruz do Rio Pardo (ABASC).....	222
5.2 - A Organização Sindical e as Relações de Trabalho nas Empresas de Santa Cruz do Rio Pardo, SP.....	224
5.2.1 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Marília e Região (STIAM) / Subsede de Santa Cruz do Rio Pardo.....	226
5.3 - Entidades Educativas de Formação, Capacitação e Qualificação do Trabalhador em Santa Cruz do Rio Pardo	227
5.4 - As Principais Indústrias Representativas do Setor de Alimentos em Santa Cruz do Rio Pardo, SP.....	234

5.5 - A Dinâmica da Reestruturação das Indústrias de Beneficiamento de Arroz e a Evolução Produtiva para o Setor de Indústrias de Alimentos.....	251
5.5.1 - Especialização Produtiva em Pequenas Cidades: apontamentos Teórico-metodológicos.....	252
5.5.2 - As Indústrias de Beneficiamento de Arroz de Santa Cruz do Rio Pardo.....	256
5.6 - Fábrica de Rações para Pets: uma nova Especialização Produtiva?.....	266
5.7 – A Influência dos Atores Geográficos na Organização e dinâmica Territorial de Santa Cruz do Rio Pardo.....	270
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	282
REFERÊNCIAS	290
ANEXO A.....	306
ANEXO B.....	311
APÊNDICE A.....	324

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade compreender os processos de desenvolvimento territorial, a influência da agricultura e dos diferentes atores sociais na implementação da indústria de alimentos no município paulista de Santa Cruz do Rio Pardo, por meio da análise das diferentes interações capitalistas intra e inter-regional.

Há poucas pesquisas sobre o município de Santa Cruz do Rio Pardo e, em particular, sobre a sua inserção no modelo de desenvolvimento agrário, condição que é predominante nas pequenas cidades situadas no interior do Brasil. Com isso, torna-se necessário o resgate das memórias individuais e coletivas para se buscar o conhecimento dessa realidade, que perpassa ao longo dos anos e décadas.

Abreu (2018) identifica a contribuição das memórias individual e coletiva, onde elas são apontadas como corrente do pensamento contínuo, que retém do passado somente o que está vivo ou que é capaz de viver na consciência de um indivíduo ou um grupo, embasado no trabalho de *Halbwachs* (1990).

Como ilustrar a importância da memória individual de cada pessoa e o seu significado para a sociedade? Cada pessoa tem sua experiência de acordo com sua vivência, que também não deve ser desprezada. Mas a atuação do coletivo é capaz de selecionar um fato ou momento que ficou registrado no tempo e no espaço coletivo, que perpassa o espaço individual. As lembranças da infância, da adolescência; a família, a escola, a igreja, tudo isso vem à mente, assim como o sabor das comidas e os perfumes das flores, que foram únicos na vida de cada pessoa.

No entanto, quando se fala no resgate da memória das cidades, há que se considerar que a História e a Geografia se complementam nesse estudo, cada qual com seus métodos de pesquisa, abordando de maneira séria, colocando à prova situações que fazem parte da realidade humana, através do tempo e do espaço, mas não desprezando o sentido das memórias individuais e coletivas.

É nesse sentido que neste estudo se fará uso de entrevistas com pessoas da sociedade santa-cruzense e empresários que possuem uma notável fonte de informações de suas memórias vividas, mas também de um rico acervo fotográfico e de literaturas da imprensa local. Também se farão presentes pesquisas junto a órgãos públicos e empresas privadas, que são importantes detentores de registros da

evolução econômica e política do município de Santa Cruz do Rio Pardo, que é o recorte geográfico em estudo.

Conforme aponta Mourão (2002, p. 10), “[...] a nova dinâmica global se associa às condições preexistentes, à história do lugar. A ênfase que se pretende dar, está na dimensão territorial da produção e suas relações com o desenvolvimento regional”, dessa forma, segundo o autor, destaca-se a “fronteira entre a dinâmica econômica e a dinâmica territorial”.

Não se pode esquecer da trajetória de mais de cento e cinquenta anos, sendo considerado um dos municípios mais antigos do centro-oeste paulista, de onde se originaram vários municípios, no contexto da Região de Governo de Ourinhos. A sua estrutura inicial foi sustentada pela agricultura e pecuária tradicionais, que se reorganizou com a implantação da cultura cafeeira nas propriedades rurais e, posteriormente, com a chegada da ferrovia, no início do século XX.

Foi uma época muito pujante para o desenvolvimento do município de Santa Cruz do Rio Pardo, pelo menos até meados do século XX, mas sua trajetória, que sempre esteve atrelada à economia agrícola, especialmente à cultura cafeeira, apresentou um período de estagnação muito grande, quando ocorreu a crise do café, a partir dos anos de 1950. De imediato, a economia local não teve oportunidades de experimentar novas atividades que lhe pudessem garantir o surto de desenvolvimento, o qual foi vivenciado nas décadas anteriores, garantindo o título de “Rainha da Sorocabana”.

Contudo, para se compreender essa realidade, faz-se mister recorrer ao conceito de desenvolvimento territorial, para se atentar aos caminhos percorridos pela economia e política municipal, que se insere em uma economia que perpassa o recorte espacial, estando inserida nas escalas estadual, nacional e global.

O estudo sobre as pequenas cidades no território brasileiro vem adquirindo grande importância nas últimas décadas. Vários pesquisadores têm contribuído para o aprofundamento dos conhecimentos sobre o assunto, colocando a temática em uma posição de destaque no contexto da Geografia. Podem-se destacar as contribuições de Santos (1977, 1989), Sposito (1982), Fresca (1990, 2000), Corrêa (2000), Bessa (2007), Silva (2011), Veiga (2007, 2014), Casaril (2014), Asalin (2015), Dias (2019), entre outros.

Segundo Silva (2011), a discussão inicial sobre a importância das pequenas cidades na rede urbana brasileira ocorreu a partir das exposições de Santos (1982),

tornando-se referência da Geografia urbana brasileira sobre esse o assunto e utilizadas até hoje na elaboração de pesquisas sobre a temática.

Para Dias (2019), existem duas condições para se embasar o estudo das pequenas cidades, sendo a primeira de caráter populacional, e a segunda sobre a situação que a cidade desempenha na rede urbana em que ela se encontra inserida, sendo esta última seu “elemento norteador”. Deve-se destacar que esse conjunto de cidades é bastante diverso, pois abrange inúmeras diversidades populacionais e de especializações produtivas dentro da rede urbana.

As pequenas cidades, segundo as diretrizes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), são as áreas urbanas de até 50.000 habitantes, estando nessa condição a maioria das cidades espalhadas pelo território brasileiro. Vale destacar que essa definição não é única e vários pesquisadores também utilizam a classificação proposta pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que determina uma população máxima de 50.000 habitantes, mas divide esse grupo de cidades em três categorias: o primeiro compreende as cidades de até 10.000 habitantes, o segundo envolve as cidades de 10.000 a 20.000 habitantes, e o terceiro, as áreas urbanas de 20.000 a 50.000 habitantes (DIAS, 2019).

Nesse estudo específico, será destacada a pequena cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo, que está localizada na Região de Governo de Ourinhos - RGO, no centro-oeste paulista, com um território de 1.114,74 Km², representando o município com maior extensão territorial e a segunda maior população, 43.921 habitantes (IBGE, 2010) nesse território (RGO).

Primeiramente, será realizada uma abordagem histórica sobre o poder da elite agrária no desenvolvimento político e econômico santa-cruzense, nas primeiras décadas do século XX, pautadas na cultura cafeeira e na ferrovia e, posteriormente, com a crise cafeeira e a quebra da Bolsa de Nova York em 1929, a agricultura do município entra em crise e novos padrões técnicos são adotados no campo (modernização da agricultura), conduzindo a uma migração da população rural para a área urbana e para os centros industriais, em busca de novas oportunidades de emprego e prosseguimento dos estudos. Além disso, a transferência do capital obtido com a cafeicultura ao longo das décadas condiciona os empresários locais a investirem em novos processos produtivos, no caso, a implantação de indústrias no município.

Para se compreender a realidade da dinâmica econômica, social e política do desenvolvimento do município de Santa Cruz do Rio Pardo, será necessária a elaboração de um projeto de trabalho que venha a refletir sobre essa situação, na busca de resultados para os questionamentos levantados.

I. Objetivos, Metodologia e Escolha do Tema

As bases teórico-metodológicas que subsidiaram o desenvolvimento da pesquisa foram selecionadas a partir do entendimento da categoria de análise do *território* enquanto um espaço multidimensional e multi-escalar, definido e delimitado por e a partir de relações de poder estabelecidas entre distintos agentes e sujeitos no decorrer de um processo histórico (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2006; SAQUET, 2006; FERNANDES, 2009).

No entanto, para o bom desenvolvimento da pesquisa, os dados de algumas instituições foram consultados, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (SAASP/CDRS) e do Instituto de Economia Agrícola (IEA); a Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados (SEADE), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Centro Paula Souza/ETEC “Orlando Quagliato”, entre outros.

Além desses, na revisão bibliográfica foram utilizadas obras de autores que contribuíram para o registro da evolução política, econômica e social do município, tais como Maria José Zanon, José Magali Ferreira Junqueira, Celso Prado e Junko Sato Prado e, mais recentemente, Franciele Miranda Ferreira Dias. Junto à imprensa local, o Jornal Debate, que possui um acervo de mais de quarenta anos acompanhando a evolução da sociedade local, os órgãos públicos, como a Prefeitura e a Câmara Municipal, e demais órgãos, como a Associação Empresarial de Santa Cruz do Rio Pardo (ACE), o Serviço de Apoio às Pequenas e Microempresas do Estado de São Paulo (SEBRAE-SP), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a Faculdade de Administração de Santa Cruz do Rio Pardo (FASC), os sindicatos dos trabalhadores e as indústrias de alimentos.

Além disso, foi realizado trabalho de campo, entrevistas e aplicação de questionários¹ (ANEXO A) com dirigentes das indústrias de alimentos do município para se compreender a dimensão socioeconômica dos empreendimentos quanto à geração de empregos, suas relações espaciais com a área produtora de matéria-prima, o processo de elaboração do produto e sua logística de distribuição.

Foram considerados os fatores políticos, econômicos e sociais que transformaram o município de Santa Cruz do Rio Pardo no maior polo de beneficiamento de arroz do interior paulista, através de uma classe empresarial local, suas relações com as áreas produtoras de arroz do Rio Grande do Sul e suas expectativas de desenvolvimento e consolidação desse aglomerado de indústrias do setor de alimentos no município:

- 1) O processo de desenvolvimento industrial de Santa Cruz do Rio Pardo ocorreu devido à capitalização de algumas famílias de imigrantes locais e não da realização de investimentos realizados por empresários provenientes de outras regiões do estado ou do país;
- 2) A expressividade da agricultura e pecuária foi a responsável pelo desenvolvimento de empresas que inicialmente se destinavam à produção de utensílios para vestimenta (calçados e couro) e beneficiamento de produtos agrícolas (principalmente arroz e feijão);
- 3) Mesmo com o advento do processo de industrialização no município, não ocorreu a absorção da mão de obra disponível no campo, resultando num longo e significativo período de êxodo de sua população rural para outros municípios do estado e do país;
- 4) Mesmo com a transformação da economia do município nas últimas décadas, a agricultura santa-cruzense é destacada não somente na Região de Governo de Ourinhos e na Região Administrativa de Marília,

¹ A realização do trabalho de campo, entrevistas e aplicação de questionários se iniciou no 1º. Semestre de 2019. No entanto, em meados de março de 2020, ocorreu a pandemia de Covid-19, obrigando a população ao isolamento a fim de evitar a propagação do vírus coronavírus SARS-CoV-2. Com isso, a sociedade se ressentiu dos efeitos imediatos da doença em todos os setores produtivos, obrigando as empresas, associações e cooperativas, além de outras entidades, a suspenderem as atividades presenciais. Como resultado, o trabalho de campo, as entrevistas e a aplicação de questionários foram prejudicadas, levando o autor a entrar em contato com as empresas, associações e cooperativas através dos canais de comunicação disponibilizados. Os questionários foram enviados para todas as entidades. No entanto, alguns deles não tiveram retorno. No final de 2021, foi se estabelecendo, gradativamente, o contato presencial novamente, com a melhora do quadro da pandemia e a imunização da sociedade. Também foram utilizados recursos tecnológicos modernos para a realização de entrevistas, tais como o Google Meet (Google), Zoom (Zoom Video Communications) e Teams (Microsoft Teams Business), durante o período da pandemia (nota do autor).

mas também é referência no Estado de São Paulo e no Brasil, por meio de suas empresas de tecnologia no setor do agronegócio;

- 5) A falta de uma política industrial instituída pelo município ou pelo governo estadual para atrair investimentos de outras áreas do estado ou do país, antes dos anos de 1990, levou Santa Cruz do rio Pardo a perder investimentos, que acabaram sendo feitos em outros municípios da região, principalmente em Ourinhos e Ipaussu;
- 6) A não instalação de escolas ou entidades que se destinam a qualificar mão de obra (como o Sistema “S”) requerida pelo setor industrial fez com que estudantes de Santa Cruz do Rio Pardo se deslocassem para escolas instaladas em outros municípios para conseguirem se qualificar profissionalmente.

Também foram abordadas as articulações das diferentes esferas de poder (municipal, estadual e federal) com os interesses da iniciativa privada, assim como suas necessidades em relação à melhoria contínua do processo produtivo, com a implantação de cursos técnicos de nível médio e superior, além de um fluxo constante de capacitação dessa força de trabalho, a fim de se evitar o que ocorreu com a indústria de calçados em Santa Cruz do Rio Pardo, que já foi considerada a 4.^a maior do Estado de São Paulo, e no final de 2018, segundo dados do representante do sindicato da indústria de calçados e vestuário, não possui mais representatividade significativa no cenário produtivo do Estado de São Paulo.

Foi realizada a análise e caracterização da atividade de beneficiamento de arroz no município de Santa Cruz do Rio Pardo e sua relação com os principais centros produtores de arroz e consumidores do Estado de São Paulo e do país.

O setor agroindustrial em Santa Cruz do Rio Pardo é marcado pelos seguintes aspectos e características:

- i. Durante o período em que a produção cafeeira era expressiva no município, os fazendeiros e colonos cultivavam produtos de subsistência, como o arroz e o feijão, intercalados nas linhas ou ruas de café. Uma parte dessa produção era vendida no mercado local, sendo beneficiada pelas arrozeiras, ainda em um processo de produção com técnicas bastante rudimentares;
- ii. A partir de 1944, uma família de imigrantes de origem japonesa se instala em Santa Cruz do Rio Pardo e funda uma pequena beneficiadora de cereais. O patriarca da família, Sr. Michiyoshi Suzuki, com sua capacidade e habilidade,

- cria um sistema de beneficiamento de arroz, que logo conquista os mercados interno e externo;
- iii. Com a crise na cafeicultura, as antigas “cafeeiras”, indústrias beneficiadoras de café, acabam passando a beneficiar outros cereais, com destaque para o arroz, constituindo-se de pequenas, médias e grandes empresas de origem familiar. Ocorre a partir desse período a seletividade das empresas, ou seja, as empresas mais inovadoras e com capacidade de fazer investimentos para a sofisticação do processo produtivo sobreviveram à concorrência, enquanto os empresários desprovidos de capital ou que decidiram não investir em inovação foram superados e acabaram deixando o setor;
 - iv. O arroz de sequeiro, produzido no Estado de Mato Grosso, foi substituído pelo arroz tipo “agulhinha”, produzido no sul do Brasil, mais precisamente no Rio Grande do Sul, por causa da maior preferência do consumidor. Cria-se, então, uma dependência muito grande do empresário do setor arrozeiro santa-cruzense com a área produtora gaúcha, tendo de desenvolver uma logística de transporte do arroz da área produtora até o polo de beneficiamento de arroz de Santa Cruz do Rio Pardo e sua posterior distribuição até os maiores centros consumidores;
 - v. Cansadas de promessas do poder público municipal quanto à implantação de um Distrito Industrial no município, as empresas de beneficiamento de arroz buscam uma localização estratégica para a realização do processo produtivo do arroz, adquirindo com recursos próprios, áreas alternativas fora do perímetro urbano de Santa Cruz do Rio Pardo, onde evitariam causar impactos negativos à sociedade santa-cruzense e expandir suas plantas industriais, com diversificação das atividades, estando localizadas em sua maior parte junto às rodovias Engenheiro João Baptista Cabral Rennó (Ipaussu-Bauru) e Orlando Quagliato, formando um conglomerado local de cerealistas (Apêndice A);
 - vi. No período de 1990 até 2019, as empresas beneficiadoras de arroz passam a ser definidas na categoria de produção de alimentos e começam a diversificar sua produção, beneficiando, além do arroz, o feijão, milho (pipoca e canjica) e distribuindo produtos fabricados por terceiros, mas que acabam levando a marca registrada das empresas distribuidoras, consolidadas no mercado consumidor, como azeite, farinha de trigo, farinha de arroz, entre outros. Até

mesmo o arroz passa a ser produzido por diferentes processos, como o arroz para a culinária oriental e os produtos semiprontos;

- vii. Além delas, outras indústrias se instalam no município. A maior representante do capital externo no município se constitui na Agroterenas S/A Citrus, fabricante de suco de laranja concentrado para exportação, do Grupo Agroterenas, com sede em Assis-SP, e as demais de capital do empresariado local, como indústrias de panificação, de rações animais, entre outras, constituindo o município com a 2.^a maior concentração de indústrias de alimentos da Região Administrativa de Marília.

Diante do exposto, ficam as seguintes indagações:

- a) Por que o município permaneceu várias décadas em estagnação econômica e demográfica, refletindo na perda da liderança política na região, sem que fossem implantados projetos de desenvolvimento econômico para substituir a perda da importância da agricultura, notadamente a cultura cafeeira, sendo que várias lideranças políticas do município tinham consciência de que o município precisaria diversificar sua produção, assim como já estava ocorrendo em alguns municípios da região (Bauru, Marília e Ourinhos, entre outros)?
- b) Sendo o desenvolvimento industrial tão importante para o desenvolvimento do município de Santa Cruz do Rio Pardo, por que o poder público nas diferentes escalas (municipal, estadual e federal) não se empenhou para a implantação e efetivação de políticas públicas que beneficiassem o desenvolvimento territorial local e regional?
- c) Por que os grupos de empresários locais não se empenharam e cobraram das autoridades governamentais (municipal, estadual e federal) para que fossem instalados cursos de qualificação profissional, cursos técnicos e superiores voltados à formação de mão de obra especializada para o processo produtivo, visto que o município de Santa Cruz do Rio Pardo sempre foi carente e dependente de outros municípios na área de educação profissional?
- d) Por que não ocorreram intervenções no processo de organização do território de forma a privilegiar a produção de matéria prima para a agroindústria local e regional (como o arroz, por exemplo), para o incentivo da agricultura, proporcionando geração de renda e emprego no campo, evitando o êxodo rural e a migração para outros municípios da região, do estado e do país?

Com isso, pretende-se trazer esclarecimentos sobre a tendência atual de diversificação da produção das empresas locais, transformando-se em agroindústrias de alimentos, com uma variedade de produtos, e a tendência do empresariado local como investidores na conquista de novos territórios para seus produtos, investindo em centros logísticos de produção e distribuição de produtos próximos aos grandes centros consumidores, tais como a Grande São Paulo (Barueri e Caieiras), Baixada Santista e até mesmo a construção de novas unidades industriais em outros municípios e Estados brasileiros.

Em suma, foi analisado o desenvolvimento da indústria de beneficiamento de arroz em Santa Cruz do Rio Pardo e suas relações com as áreas produtoras de arroz e com a logística de distribuição dos produtos, assim como a sua importância como fonte geradora de recursos e empregos para o referido município.

No capítulo 1 foi abordada a origem e o desenvolvimento econômico e político do município de Santa Cruz do Rio Pardo, os desmembramentos territoriais, que deram origem a novos municípios, o advento da cafeicultura no território municipal, a importância da ferrovia e da mão de obra dos imigrantes para a formação da sociedade local e dos empreendimentos existentes, assim como a população ocupada. Também se apresentaram os aspectos físicos do território santa-cruzens, que foram importantes para o desenvolvimento das atividades agrárias no município, proporcionando variedade de culturas agrícolas e de criações de animais.

No capítulo 2 foi realizada uma reflexão sobre a modernização da agricultura no município de Santa Cruz do Rio Pardo e seus principais impactos do novo modelo de produção sobre os agricultores e trabalhadores rurais, assim como a questão do crédito rural, das associações, cooperativas e sindicatos e da reorganização produtiva no território em estudo.

No capítulo 3 foi estudada a evolução das práticas agrícolas e da criação de animais no município santa-cruzens, desde o início do povoamento, ressaltando-se a implantação da cultura do café até a priorização atual das culturas vinculadas ao chamado agronegócio, tais como a cana-de-açúcar, a soja e o milho.

No capítulo 4, foram analisados os aspectos do desenvolvimento industrial de Santa Cruz do Rio Pardo, desde o início do século XX até os dias atuais, os diferentes tipos de indústrias existentes no município, assim como a importância econômica que o município tem na Região de Governo de Ourinhos e na Região Administrativa de Marília, e mais notadamente, na posição que ocupa na indústria de alimentos.

No capítulo 5 foi analisada a contribuição dos diferentes atores locais no desenvolvimento industrial de Santa Cruz do Rio Pardo, as diferentes fases da industrialização do município santa-cruzense e a importância que a indústria de alimentos vem assumindo nas últimas décadas para o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda para os munícipes. Também foi destacada a especialização produtiva no beneficiamento do arroz, o surgimento de um aglomerado de indústrias de ração para animais de estimação nas últimas décadas, e a importância da atuação do poder público municipal para o desenvolvimento industrial do município de Santa Cruz do Rio Pardo.

CAPÍTULO 1

A GÊNESE POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO E SUAS CARACTERÍSTICAS FISIOGRÁFICAS

Santa Cruz do Rio Pardo foi originária do antigo “bairro de Santa Cruz”, que constava na sesmaria concedida a Antunes Cardia, em 1818, por D. João VI, responsável pelo povoamento de Lençóis Paulista (PRADO e PRADO, 2020), município de onde se desmembraria algumas décadas depois.

Lençóis Paulista era conhecido por “Boca do Sertão” (MONBEIG, 1984), lugar onde se ingressava por terras desconhecidas e inóspitas, povoadas por povos indígenas selvagens e distantes da civilização (JUNQUEIRA, 1994).

Foi a partir desse povoado que José Theodoro de Souza, carioca de nascimento, mas que viveu a maior parte de sua vida em Pouso Alegre, Minas Gerais, partiu para a conquista das terras do sertão paulista, ainda pouco conhecido e explorado, o que teria ocorrido por volta de 1850, acompanhado de vários homens, também das Minas Gerais, que estavam se aventurando pelo sertão à procura de terras para explorarem. Esses mineiros eram, outrora, exploradores das minas de ouro, que haviam exaurido seus recursos.

José Theodoro de Souza ficou conhecido pela grande conquista de terras na região que compreendia os rios Paranapanema, Turvo, Novo, Pari-Veado, Capivara, até os limites do rio do Peixe. Suas terras rumavam ao oeste do Estado de São Paulo, sendo mencionado atualmente como um dos grandes desbravadores das “terras desconhecidas e habitadas por índios selvagens”. Também é reconhecido como um dos pioneiros na grilagem de terras no interior do Estado de São Paulo².

Ele dividiu seu vasto latifúndio em cinco glebas representadas pelas bacias do Pardo, Turvo, Rio Novo, Pari-Veado, Capivara e Turvo. Essa última gleba, que compreende os ribeirões São João e São Pedro, reservou uma parcela para si e distribuiu terras para familiares e amigos. O restante das terras, José Theodoro de Souza distribuiu em lotes para os incentivadores e financiadores das conquistas, conforme contratado anteriormente (JUNQUEIRA, 1994).

² “José Teodoro de Souza, para driblar a Lei de Terras de 1850, que rompeu a legislação colonial em vigor até então, que determinava o fim da ocupação das terras públicas (chamadas devolutas), decidiu falsear uma certidão declarando sua presença naquelas redondezas desde 1847. Posses instalados antes da lei podiam registrar as terras em seu nome” (ZOCCHI, 2002, p. 68-70).

Em seguida, outros contrerrôneos mineiros chegariam ao então “Sertão do Paranapanema”, entre eles, Manoel Francisco Soares, considerado o fundador da cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, e Joaquim Manuel de Andrade³, o grande impulsionador do desenvolvimento santa-cruzense no início do povoamento (PRADO e PRADO, 2020). Foram também desbravadores do Sertão do Paranapanema, colonizadores do antigo “bairro de Santa Cruz”, habitado pelos temíveis índios “coroados” (JUNQUEIRA, 1994), e elementos essenciais para a fundação do povoado santa-cruzense, seu desenvolvimento e a constituição de seu território municipal (Figura 1).

FIGURA 1: FRENTE AVANÇADA DO POVOAMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO EM DIFERENTES ÉPOCAS



Fonte: Selani (2005)

1.1. As Origens de Santa Cruz do Rio Pardo e a Importância da Ferrovia no Desenvolvimento do Município

³ “Quando da qualificação administrativa de governo para Santa Cruz do Rio Pardo em 1872 como Freguesia, Joaquim Manoel de Andrade destacou-se como líder, e seu nome, desde então, passou a ilustrar os principais cargos, por eleições ou nomeações. A história identifica-o respeitável cidadão, religioso prestante, fazendeiro, criador de porcos, dono de serraria, capitalista e escravagista. Andrade nasceu em Pouso Alegre (MG), em 12 de novembro de 1825” (PRADO e PRADO, 2020, p. 76).

Manoel Francisco Soares, considerado oficialmente o fundador de Santa Cruz do Rio Pardo, ao receber suas terras de José Theodoro de Souza, que compreendia a margem direita do rio Pardo e se estendia até o rio Turvo, dividiu sua gleba em propriedades menores. Isso teria ocorrido no ano de 1855. A sede da Fazenda Santa Cruz originou o núcleo urbano santa-cruzensense, próximo ao Chafariz, e que ficou conhecido como “Bairro Santa Cruz”, no município de Lençóis Paulista.

Como grande fazendeiro e visionário, Manoel Francisco Soares, antecipando o desenvolvimento urbano do povoado, doou cem alqueires de terras para o patrimônio de Santa Cruz, que passou a ser administrado pela instituição religiosa católica. Segundo dados do Relatório dos Bens Imóveis da Diocese de São Paulo de 1904 (PRADO e PRADO, 2020), isso teria ocorrido nos anos de 1861 e 1862, quando se teria construído uma capela no local, batizado com o nome de Santa Cruz do Rio Pardo. Foi a primeira vez que teria sido encontrada essa denominação ao se referir ao “Bairro de Santa Cruz”.

Uma grande cruz plantada às margens de um pardacento rio, iluminada, à noite, com tochas e velas, para espantar os índios, daria origem ao nome do nascente lugarejo e futura cidade: Santa Cruz do Rio Pardo. Daquela época em diante, o povoado traçaria um itinerário de lutas e conquistas, tornando-se Freguesia em 1872, Município em 1876, Comarca em 1884 e, finalmente, Cidade em 1906. Da economia pioneira de plantação de milho e cereais, culturas primitivas destinadas à subsistência própria, a então Vila de Santa Cruz do Rio Pardo optou pela criação e comercialização de suínos e gado bovino, dedicando-se, em seguida, ao plantio de café, algodão, fumo e alfafa. Nos primeiros anos do século transformara-se em grande exportadora de café, tendo a Estrada de Ferro Sorocabana como sua principal artéria de vitalidade econômica e, na década de 40, Santa Cruz do Rio Pardo tornar-se-ia a maior produtora de alfafa do Estado de São Paulo (JUNQUEIRA, 1994, p. 411).

Muito embora os dados acima demonstrem a evolução política do município e a conquista da condição de município em 1876, a data oficial de sua fundação é 20 de janeiro de 1870. No entanto, Santa Cruz do Rio Pardo se desenvolveria política e economicamente e se transformaria em um dos mais prósperos municípios do “Sertão do Paranapanema”, tornando-se a “Boca do Sertão” e funcionando como ponto de apoio para a conquista de novas áreas nessa região ainda pouco conhecida e explorada do interior paulista, sendo responsável pelo surgimento de novos núcleos de povoamento. Através da cafeicultura e da chegada da ferrovia, muitos deles prosperariam e viriam a se constituir em distritos e municípios dessa vasta região.

Outro importante personagem no desenvolvimento político e econômico de Santa Cruz do Rio Pardo, como já visto anteriormente, foi Joaquim Manoel de

Andrade, que se destacou na política local e ocupou os principais cargos, por eleições ou nomeações (PRADO e PRADO, 2020). Também em Junqueira (1994) registra-se a notória contribuição dele como um importante fazendeiro e político local, admirável no desenvolvimento do povoado santa-cruzensense, rechaçando-se a ideia de Joaquim Manuel de Andrade como cofundador. Ele era parente de José Theodoro de Souza, o desbravador da região do Paranapanema.

Santa Cruz do Rio Pardo se tornou uma ótima opção para migrantes originários de Minas Gerais que buscavam terras férteis e baratas, o que o município possuía em grande quantidade (terra roxa). Vários fazendeiros importantes, alocados em outros territórios, verificando o dinamismo do povoado, transferiram suas posses para essa nova e dinâmica região⁴.

Com melhores estradas e pontes, para escoamento de produtos e mercadorias, incrementou-se a produção de excedentes e maiores investimentos na pecuária e suinocultura, com reflexos econômicos no comércio interno, nas indústrias de ferragens, marcenarias e construções, atraindo moradores e promovendo a expansão urbana, cujo progresso também beneficiado pelo desbravamento paranaense, o norte pioneiro diviso, para se transformar no grande empório sertanejo. Como Capela, Santa Cruz destacou-se sede de povoados, pela condição centralizadora de extensa territorialidade, na época sinônimo de progresso e riqueza (PRADO E PRADO, 2020, p. 56).

Como se pode observar, Santa Cruz do Rio Pardo assumia o posto de “Boca do Sertão” e se tornava detentora de uma grande extensão territorial, onde ocorria o surgimento de novos núcleos de povoamento, especialmente a partir da introdução da cafeicultura na região e da chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana. Com isso, o comércio local passou a ser procurado pelas populações que se dirigiam para o oeste do Estado de São Paulo, no sentido do Pontal do Paranapanema, e para as áreas recentes de colonização do norte paranaense.

A chegada da ferrovia ao município, no ano de 1908, favoreceu a cultura cafeeira no então território santa-cruzensense, proporcionando o surgimento de uma elite de fazendeiros local, cuja economia era alicerçada pela participação dos migrantes, especialmente os italianos (JUNQUEIRA, 1994).

⁴ “Os fazendeiros regionais perceberam esta movimentação e, certos do progresso, se transferiram para o lugar, e com eles vieram os comerciantes e autônomos. O rico fazendeiro Joaquim Manoel de Andrade trocou São Domingos por Santa Cruz, com a família, agregados e escravos, investindo forte na agropecuária e, especialmente, na criação de porcos” (PRADO e PRADO, 2020, p. 56).

Quadro 1. Histórico da Formação do Município de Santa Cruz do Rio Pardo (SP) e os Municípios e Distritos que se formaram a partir desse Território.

Histórico: Antiga capela de São Pedro, no Município de Lençóis. Freguesia: Lei 71 de 20-4-1872, com a denominação de Santa Cruz do Rio Pardo. Município: Lei 6 de 24-2-1876. Instalado a 20-1-1877. Lei 187 de 23-8-1893 anexou-lhe o território da povoação de Ilha Grande (Ipaussu) que pertencia ao Município de Piraju.	
Períodos	Distritos
1876 a 1879	Santa Cruz do Rio Pardo e São Pedro do Turvo ⁱ
1880 a 1884	Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo e Campos Novos ⁱⁱ
1885 a 1890	Santa Cruz do Rio Pardo e São Pedro do Turvo
1891 a 1898	Santa Cruz do Rio Pardo, Óleo ⁱⁱⁱ e Salto Grande ^{iv}
1899 a 1905	Santa Cruz do Rio Pardo, Óleo, Salto Grande e Ipaussu ^v
1906 a 1907	Santa Cruz do Rio Pardo, Óleo, Salto Grande, Ipaussu e Mandaguari ^{vi}
1908 a 1909	Santa Cruz do Rio Pardo, Óleo, Salto Grande e Ipaussu
1910 a 1911	Santa Cruz do Rio Pardo, Óleo, Salto Grande, Ipaussu e Chavantes ^{vii}
1912 a 1915	Santa Cruz do Rio Pardo, Óleo, Ipaussu e Chavantes
1916 a 1917	Santa Cruz do Rio Pardo, Óleo e Chavantes
1918 a 1922	Santa Cruz do Rio Pardo, Chavantes e Bernardino de Campos ^{viii}
1923	Santa Cruz do Rio Pardo e Bernardino de Campos
1924 a 1929	Santa Cruz do Rio Pardo
1930 a 1933	Santa Cruz do Rio Pardo e Sodrélia ^{ix}
1934 a 1944	Santa Cruz do Rio Pardo, Sodrélia e Rio Turvo ^x
1945 a 1953	Santa Cruz do Rio Pardo, Sodrélia, Rio Turvo, Caporanga ^{xi} e Clarínia ^{xii}
1954 a 1958	Santa Cruz do Rio Pardo, Sodrélia, Espírito Santo do Turvo, Caporanga e Clarínia
1959 a 1990	Santa Cruz do Rio Pardo, Sodrélia, Espírito Santo do Turvo, Caporanga e Clarínia
1990 a 2020	Santa Cruz do Rio Pardo, Sodrélia, Caporanga e Clarínia

Fonte: SEADE (2001)

ⁱ São Pedro do Turvo - Incorporado: Lei 6 de 24-12-1876, pertencia ao Município de Lençóis Paulista. Desmembramento: Decreto 181 de 29-5-1891, elevado a município.

ⁱⁱ Campos Novos - Freguesia: Lei 62 de 13-4-1880, com a capela de São José dos Campos Novos do Rio Novo. Desmembramento: Lei 25 de 10-3-1885, elevado a município com a denominação de Campos Novos do Paranapanema, hoje Echaporã.

ⁱⁱⁱ Óleo - Distrito: Decreto 205 de 6-6-1891, com o distrito policial de Óleo. Desmembramento: Lei 1576 de 14-12-1917, elevado a município.

^{iv} Salto Grande - Distrito: Decreto 155 de 14-4-1891. Lei 1294 de 27-12-1911 anexou-lhe parte do território do distrito de Chavantes (ex-Irapé). Desmembramento: Lei 1294 de 27-12-1911, elevado a município.

^v Ipaussu - Freguesia: Lei 550 de 13-8-1898, com a povoação de Ilha Grande. Desmembramento: Lei 1465 de 20-9-1915, elevado a município.

^{vi} Mandaguari - Distrito: Lei 942 de 10-8-1905. Extinto: Lei 1114 de 24-12-1907.

^{vii} Chavantes (ex-Santana da Cachoeira de Irapé) - Distrito: Lei 1172 de 22-10-1909. Uma parte de seu território foi incorporada ao distrito de Salto Grande pela Lei 1294 de 27-12-1911. Desmembramento: Lei 1885 de 4-12-1922, elevado a município.

^{viii} Bernardino de Campos - Distrito: Lei 1570 de 6-12-1917, antiga povoação de Bernardino de Campos. Desmembramento: Lei 1929 de 9-10-1923, elevado a município.

^{ix} Sodrélia - Distrito: Lei 2366 de 7-11-1929, com sede no distrito policial de Sodrélia.

^x Rio Turvo (ex-Espírito Santo do Rio Turvo) - Incorporado: Decreto 6448 de 21-5-1934, que extinguiu o Município de Espírito Santo do Turvo. Pelo Decreto-Lei 14334 de 30-11-1944, perdeu terras para a formação dos distritos de Caporanga e Clarínia. Desmembramento: Lei 6645 de 9-1-1990, elevado a município.

^{xi} Caporanga - Distrito: Decreto-Lei 14334 de 30-11-1944, com o povoado de Monte Belo mais terras dos distritos de Rio Turvo e Santa Cruz do Rio Pardo (sede).

^{xii} Clarínia - Distrito: Decreto-Lei 14334 de 30-11-1944, com o povoado de Santa Clara mais terras dos distritos de Rio Turvo e Santa Cruz do Rio Pardo (sede).

Mas isso também proporcionou o surgimento de novos povoados, especialmente ao longo do curso da ferrovia, que acabaram criando seus próprios interesses, conforme havia o surgimento de uma elite local. Isso fez com que muitos ascendessem à condição de freguesia, de vila, de distrito e de município. No trabalho de Junqueira (1994), pode-se observar a grandeza desse território que, ao passar dos anos, foi sendo desmembrado em favor dos novos territórios municipais.

O “Boletim Estadual de Estatística” informa-nos que “Santa Cruz do Rio Pardo (70) - Antiga Capela de São Pedro do município de Lençóis. Sendo elevada à freguesia, com o nome de Santa Cruz do Rio Pardo em 1872, ficou pertencendo à comarca de Botucatu. Elevada a município em 1876, continuou a pertencer à comarca de Botucatu; ao termo de Lençóis, comarca de Lençóis, lei nº 25, de 7 de maio de 1877, instalada a 20 de outubro, termo de Santa Cruz do Rio Pardo, reunido ao de Lençóis, ato de 27 de setembro de 1877; termo de Santa Cruz do Rio Pardo, decreto nº 114, de 3 de janeiro de 1890; comarca de Santa Cruz do Rio Pardo, criada pela lei nº 7 de 13 de fevereiro de 1884. Esta comarca foi criada com o termo de Santa Cruz do Rio Pardo, compreendendo todas as freguesias e distritos policiais ao mesmo termo. Foram incorporados os municípios: de Campos Novos, pela lei n.º 25 de 10 de março de 1885; São Pedro do Turvo, pelo dec. N.º 181, de 29 de maio de 1891; Espírito Santo do Turvo, pela lei n.º 111, de 1º de outubro de 1891; Ipaussu, pela lei n.º 1.465, de 20 de setembro de 1915; Chavantes, pela lei n.º 1.554, de 8 de outubro de 1917; Óleo, pela lei n.º 1576, de 14 de dezembro de 1917 e Bernardino de Campos, pela lei n.º 1.929, de 9 de outubro de 1923. Foram desanexados os municípios de Campos Novos, pela lei n.º 80, de 20 de agosto de 1892, Salto Grande, pela lei n.º 1887, de 8 de dezembro de 1922; Óleo, pela lei n.º 1.962, de 29 de dezembro de 1923; Espírito Santo do Turvo, extinto pelo dec. N.º 6.448, de 21 de maio de 1934 (JUNQUEIRA, 1994, p. 47).

Segundo Zanoni (1977), os limites do município de Santa Cruz do Rio Pardo no início do século XX, se estendiam

[...] Da Barra do Rio Pardo no Paranapanema e por aquele acima até a Barra do Rio Turvo, por este acima até a Barra do Alambari por este acima, compreendendo todas as vertentes de ambos os lados, até a Barra do Ribeirão das Antas, deste ponto quebrando para o lado direito, rumo à Barra do Ribeirão de Santa Clara, por este acima até sua última cabeceira, desta rumo à Barra Grande na fazenda do capitão Tozinho, pelo Ribeirão Barra Grande acima, até a Barra do Ribeirão do Óleo, compreendendo todas as suas vertentes, daí à esquerda pelo espigão seguindo as divisas da Freguesia de São Sebastião até frontear a Barra do Rio Itararé no Paranapanema e por este abaixo até a Barra do Rio Pardo, revogadas as disposições em contrário (ZANONI, 1977, p. 58).

No estudo de Selani (2005), evidencia-se a síntese dos municípios desmembrados de Santa Cruz do Rio Pardo. Quase a totalidade deles se encontra dentro dos limites da Região de Governo de Ourinhos na atualidade, sendo que sete deles se emanciparam diretamente do município santa-cruzense e três deles são originários de antigos distritos.

Conforme se observa no Quadro 1, foram oito os municípios que se originaram de Santa Cruz do Rio Pardo: Campos Novos, atual Echaporã⁵, que se emancipou em 1885; São Pedro do Turvo, cuja emancipação ocorreu em 1891; Salto Grande, que se emancipou político-administrativamente do território santa-cruzense em 1911; Ipaussu, elevado à condição de município em 1915; Óleo, que se tornou município autônomo em 1917; Chavantes, que conseguiu sua emancipação de Santa Cruz do Rio Pardo em 1922; Bernardino de Campos, que é elevado à município em 1923; e Espírito Santo do Turvo (ex-Rio Turvo) que, após perder sua condição de município em 1934 e ser incorporado ao território de Santa Cruz do Rio Pardo, consegue finalmente sua condição de município em 1990. No ano de 2020, além do distrito-sede de Santa Cruz do Rio Pardo, existem em seu território os distritos de Caporanga, Sodrélia e Clarínia.

Nesse sentido, o município de Salto Grande deu origem aos municípios de Ourinhos e Ribeirão do Sul, e Chavantes originou o município de Canitar. Vale lembrar o grande desenvolvimento econômico e político de Ourinhos, que se emancipou no ano de 1919 e viria a se tornar o principal polo regional, sede da Região de Governo homônima. A contribuição da ferrovia para o desenvolvimento ourinhense foi decisiva, uma vez que essa cidade se tornou um entroncamento rodoferroviário na atualidade⁶.

Segundo Junqueira (1994), a chegada da Sorocabana trouxe profundas transformações geopolíticas e territoriais. A estrada de ferro impôs a cafeicultura aos territórios por onde adentrava, obrigando às substituições das atividades pastoris. Como resultado, os novos povoados passaram a competir com os municípios de onde se originaram. Também não se pode desconsiderar o decréscimo territorial e populacional de Santa Cruz do Rio Pardo decorrente desses desmembramentos.

⁵ O município de Campos Novos se tornou Freguesia pela Lei 62 de 13-4-1880, com a capela de São José dos Campos Novos do Rio Novo. O Desmembramento ocorreu através da Lei 25 de 10-3-1885, elevando-o a município com a denominação de Campos Novos do Paranapanema, hoje Echaporã. Originalmente foi um município muito extenso, que era delimitado à leste pelo município de Santa Cruz do Rio Pardo, ao sul, pelo rio Paranapanema, ao norte, pelo rio do Peixe, e a oeste, pelo rio Paraná. Desse território se formariam muitos municípios no oeste paulista, entre eles, Conceição de Monte Alegre, atual distrito de Paraguaçu Paulista, de onde se originaria Presidente Prudente. De Echaporã também se desmembrou Platina, município do qual se originou Assis (SEADE, 2001).

⁶ Ourinhos possui localização geográfica estratégica. Situada na divisa com o Estado do Paraná, apresenta interligação ferroviária da América Latina Logística do Brasil S.A. com as regiões Sul (especialmente no denominado “Corredor do MERCOSUL”, que compreende o percurso São Paulo/Porto Alegre) e Central do país e a interligação das rodovias Orlando Quagliato (SP – 327), Raposo Tavares (SP – 270) e Transbrasiliana (BR – 153), integrando-a a todas as regiões brasileiras e, em especial, ao grande mercado consumidor do Sudeste do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro (SELANI, 2005).

Todavia, os povoados que surgiram através da passagem de gado e que ficaram distantes do tronco da ferrovia, lutaram com todas as forças disponíveis para não se tornarem cidades mortas⁷. Mesmo assim, entraram em processo de decadência econômica e política e somente a partir de meados do século XX puderam ter novas perspectivas de desenvolvimento, através da instalação da malha rodoviária, do processo de industrialização ou atividades turísticas, como é o caso de São Pedro do Turvo, Espírito Santo do Turvo e Águas de Santa Bárbara (anteriormente, Santa Bárbara do Rio Pardo). Espírito Santo do Turvo, que surgiu como passagem de tropas em direção à Lençóis e Botucatu, que havia sido município até o final do século XIX (Rio Turvo), perdeu sua autonomia e acabou se tornando distrito de Santa Cruz do Rio Pardo.

Santa Cruz do Rio Pardo desmembrou-se de Lençóis em 1876. Uma de suas paróquias, São Pedro dos Campos Novos do Turvo, pertencia a Lençóis quando foi elevada à freguesia, em 1875. No ano seguinte, com a denominação de São Pedro do Turvo, foi incorporada à Santa Cruz do Rio Pardo. Tornou-se município em 1891. Espírito Santo do Turvo foi elevada à freguesia de Lençóis em 1878 e à vila em 1885; foi reduzida à condição de distrito de paz em 1934, incorporada ao município de Santa Cruz do Rio Pardo (FERNANDES, 2008, p. 36-37).

A partir dos anos de 1980, com a chegada da rodovia Castelo Branco e a implantação da Sobar S/A Álcool e Derivados, pertencente à Sociedade Bandeirante de Reflorestamento e Máquinas Ltda, com sede em Piracicaba - SP, passou a se desenvolver novamente e reconquistou sua autonomia como município no início dos anos de 1990 (SELANI, 2005).

A Estrada de Ferro Sorocabana foi criada em 1870 na cidade paulista de Sorocaba e implantou seus trilhos no sentido de Boituva e Botucatu. “Em 1898, a Sorocabana chegava à Lençóis Paulista e, em 1899, lançava seus trilhos até Bom Jardim” (JUNQUEIRA, 1994, p. 98). No entanto, entre os anos de 1872 e 1876, essa companhia ferroviária enfrentou uma crise econômica, o que conduziu a empresa a ser arrendada pelo governo federal em 1904 e o governo do Estado de São Paulo assumiu seu controle um ano após (1905), para depois transferi-lo ao consórcio franco-canadense (DEL RIOS, 1992). Como resultado, “a União Sorocabana passou

⁷ Razões de ordem econômica relacionadas a fatores geográficos destinaram certas cidades brasileiras à letargia e à morte. Monteiro Lobato evoca-as em “Cidades Mortas”, referindo-se mais especificamente aos aglomerados do Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo. Essas cidades, conforme demonstrou o eminente Professor Carlos Frederico dos Santos Silva, restringiram-se a “meros centros comerciais, circunscritos ao abastecimento das necessidades municipais” (JUNQUEIRA, 1994, p. 100).

a ser chamada *Sorocabana Railway Company*, até 1919, quando voltou à administração do Estado” (JUNQUEIRA, 1994, p. 98).

O progresso político e econômico da região onde se encontra Santa Cruz do Rio Pardo fez com que a ferrovia avançasse em direção ao porto Tibiriçá, no município de Presidente Epitácio, às margens do rio Paraná. Ao atravessar o município santacruzense, sugeriram sete estações - Batista Botelho (Óleo), Bernardino de Campos, Luiz Pinto (Fazenda Palmeiras/Ipaussu), Ipaussu, Chavantes, Fortuna (Canitar), Ourinhos, Salto Grande e Pau d'Alho (Ibirarema), sendo que a sede urbana não foi contemplada com uma estação ferroviária de imediato (JUNQUEIRA, 1994, p. 98) (Figuras 2 e 3).

Em 1908, foi autorizada a abertura do ramal⁸ que ligava Bernardino de Campos à Santa Cruz do Rio Pardo, passando pela estação Francisco Sodré (Sodrélia) e, posteriormente, Santa Cruz do Rio Pardo. Com isso, aquele pequeno bairro rural, experimentou os ares do progresso e com o fim do ramal, entrou em decadência⁹.

A imprensa regional cobriu as festividades da inauguração da Estação Ferroviária de Santa Cruz do Rio Pardo:

A Estação da Sorocabana de Santa Cruz do Rio Pardo fora festivamente inaugurada no dia 6 de agosto de 1908. Benedito Pereira Tavares testemunhou o fato ao “Regional”, em 1953, afirmando que ele e Dionísio Dias Batista, então meninos, fizeram guarda de honra na Estação, naquele dia, quando correu o primeiro trem vindo de Bernardino de Campos, transportando as autoridades daquela época (JUNQUEIRA, 1994, p. 99).

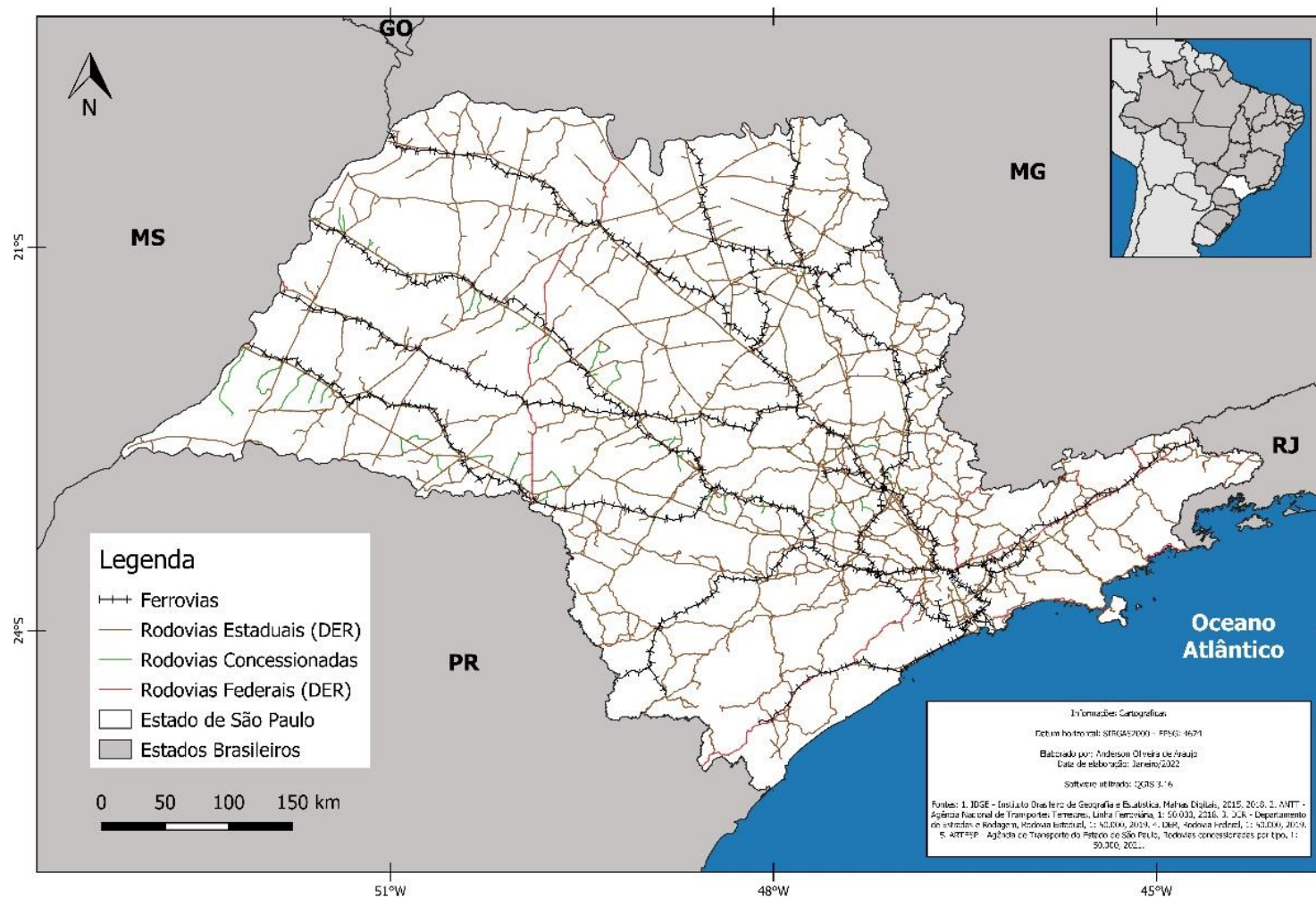
Após finalizar a construção do ramal, as autoridades políticas de Santa Cruz do Rio Pardo fizeram a doação ao Estado, herdando uma dívida considerada impagável, pois os recursos municipais não eram suficientes para quitá-la¹⁰. Em 1927 foram embarcadas 78.302 sacas de café, sendo 61.944 em Santa Cruz do Rio Pardo e 16.358 na Estação “Francisco Sodré” (JUNQUEIRA, 1994, p. 99).

⁸ “Após reivindicações, pela lei n.º 57, de 15 de agosto de 1906, a Câmara Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo autorizara o então presidente da edilidade, Dr. Francisco de Paula Abreu Sodré, a fazer um contrato para a construção de uma linha férrea, ramal de Bernardino de Campos, numa extensão de 24 quilômetros” (JUNQUEIRA, 1994, p. 99).

⁹ “Em 1966, com o fim do ramal, a estação foi desativada. Hoje serve de moradia, ficando à margem da estrada de rodagem que une Bernardino de Campos a Santa Cruz do Rio Pardo” (JUNQUEIRA, 1994, p. 98).

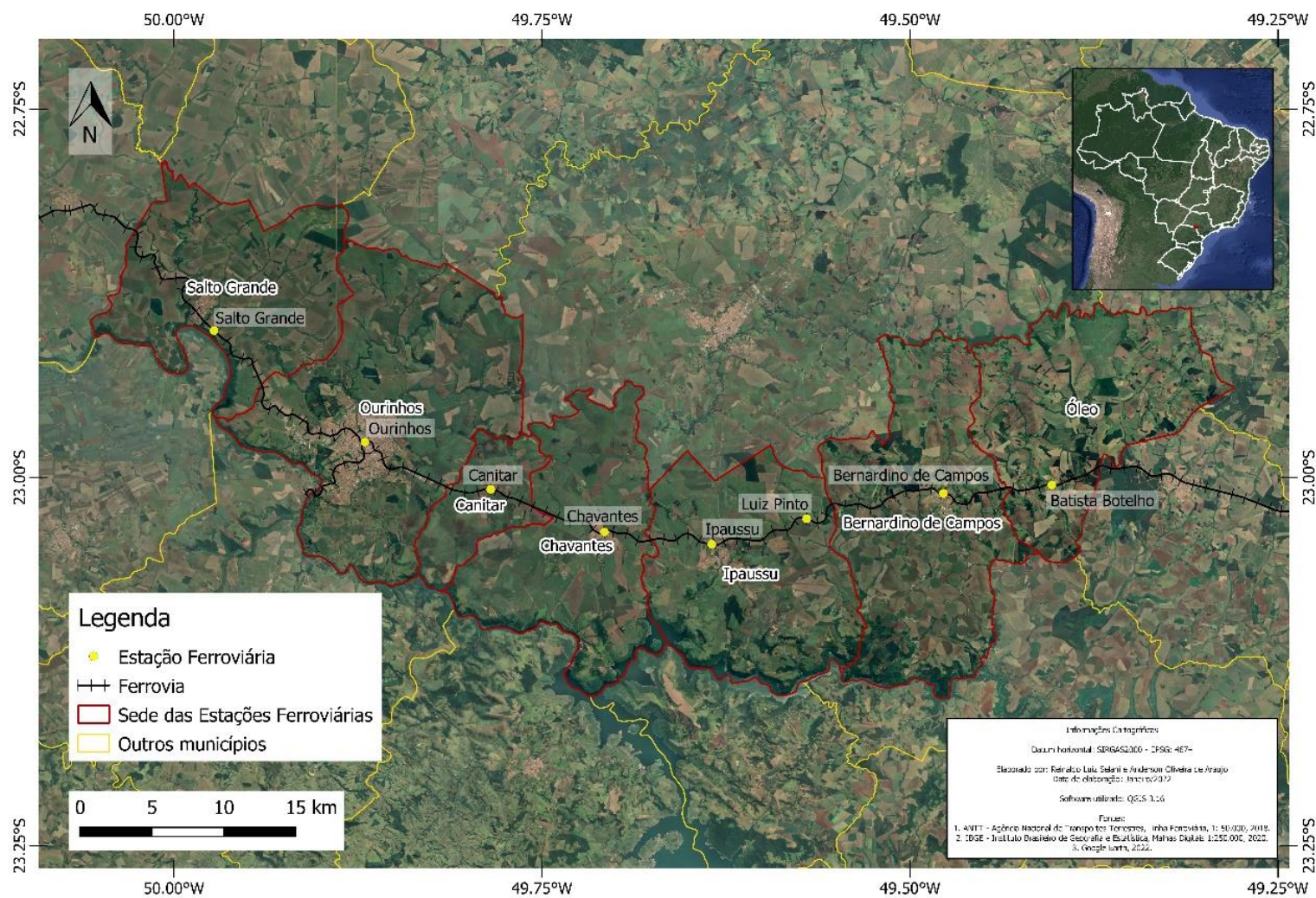
¹⁰ “Em conformidade com a escritura de 29 de julho de 1912, lavrada no cartório de 1º ofício de Santa Cruz do Rio Pardo, restando uma dívida de 200:000\$000, débito que o município não pôde pagar, pois, ano após ano, avolumou-se, embora a construção daquele ramal significasse uma estupenda riqueza para o Estado” (JUNQUEIRA, 1994, p. 99).

Figura 2. Distribuição da Malha Ferroviária no Estado de São Paulo no ano de 2015



Fonte: IBGE (2015).

Figura 3. Estações Ferroviárias existentes na Região de Governo de Ourinhos em 2015



Fonte: ANTT (2018), IBGE (2020), Google Earth (2022).

Além do transporte de cargas, a ferrovia também transportava passageiros, pois era a maneira mais fácil e rápida para se “chegar” à capital paulista e aos principais centros urbanos localizados ao longo dos trilhos da Sorocabana, em uma época em que ainda não existiam as atuais rodovias pavimentadas.

1.2. O Crescimento Populacional, a Cafeicultura e a Imigração no Município de Santa Cruz do Rio Pardo e as Características das Populações Urbana e Rural.

No findar do século XIX, Santa Cruz do Rio Pardo optou pela introdução da cultura cafeeira no município (Junqueira, 1994). Os proprietários de terra abandonaram as atividades pastoris e passaram a se dedicar, exclusivamente, ao plantio do café em suas propriedades.

O surgimento da aristocracia cafeeira transformou a política e a economia do município. Os políticos e coronéis santa-cruzenses estavam diretamente ligados aos interesses da burguesia do café. O convênio de Taubaté, ocorrido no ano de 1906, consolidou a importância da cafeicultura no cenário paulista, sendo o primeiro ato de intervenção direta do governo na economia, beneficiando os interesses dos cafeicultores (JUNQUEIRA, 1994).

Em Santa Cruz do Rio Pardo, onde a mão de obra escrava era utilizada nas lavouras, foi sendo substituída aos poucos pela mão de obra do imigrante que aqui aportou, durante o processo de implantação da cultura cafeeira no município. “Muitos deles, de simples colonos, anos depois, tornaram-se ricos proprietários de terras, integrando-se definitivamente à sociedade brasileira” (JUNQUEIRA, 1994, p. 121).

A população santa-cruzensense era composta por grupos de famílias de origem mineira, que se tornaram proprietários das terras do município, constituindo-se, alguns deles, em grandes proprietários rurais, que necessitavam de mão de obra para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas.

Para suprir a falta de trabalhadores no município de Santa Cruz do Rio Pardo, os proprietários de terras se asseguravam da força de trabalho escravagista. Na época do desbravamento dos Sertões do Paranapanema se propunha, inclusive, escravizar e utilizar a mão de obra do indígena nativo.

Conforme ressaltam Prado e Prado (2020, p. 342),

Para burlar a legislação quanto à continuidade da escravidão indígena, os fazendeiros valiam-se das admissibilidades legais, através de aldeamentos particulares, declarando os índios que viviam pacificamente em suas terras onde recebiam a cristianização, além da moradia, alimentação e proteções contra inimigos. Os fazendeiros podiam, também, requisitar mão de obra indígena diretamente nos aldeamentos oficiais, como contribuição na socialização e educação do índio, através do trabalho, para sua inserção social tornando-o útil à sociedade. [...] o juiz de paz de Santa Cruz do Rio Pardo denunciou presenças de índios nas matas do Alambari, Pardo e Turvo, a importunar os brancos, pedindo prontas soluções, ou seja, metê-los num aldeamento e assim transformá-los em homens trabalhadores à disposição dos fazendeiros.

Entretanto, os proprietários rurais buscavam suprir a falta de trabalhadores na região através da escravidão do negro. O município foi um dos únicos da região de Ourinhos a contar com escravos cativos. No entanto, o fim da escravidão negra, declarada oficialmente no dia 13 de maio de 1888, resultou no fim do modelo agrícola baseado no sistema escravista, garantindo um menor custo com a mão de obra empregada. Em outras regiões do Estado, o prenúncio da abolição da escravidão proporcionou a crise da produção agrícola, gerando a necessidade de importação de mão de obra imigrante.

No município de Santa Cruz do Rio Pardo, os proprietários de terras escolheram os contratos de libertação antecipada dos escravos negros e recorreram à mão de obra indígena para substituir os escravos libertos, resultando em uma forma de transição entre mão de obra escrava com a mão de obra livre (do imigrante, preferencialmente), que perdurou de 1888 até os primeiros anos do século XX¹¹.

Assim sendo, o município não sentiu os efeitos negativos da falta de mão de obra no campo, tanto que as primeiras famílias de estrangeiros que chegaram antes do final do século XIX, notadamente as italianas, eram compostas particularmente por comerciantes e construtores e não se afeiçoavam às atividades rurais. “Os imigrantes ruralistas chegariam apenas a partir de 1901/1902, no período denominado de imigração espontânea” (PRADO e PRADO, 2020, p. 382).

O Município de Santa Cruz do Rio Pardo não constava na lista dos municípios paulistas com prioridade para receber os imigrantes, a fim de suprir a força de trabalho na lavoura cafeeira, pois recorria também aos serviços compulsórios gratuitos dos

¹¹ “Outro detalhe, enquanto alguns lugares buscavam o 'branqueamento da pele', isto não aconteceu em Santa Cruz, por opção dos fazendeiros em contratar o negro já seu conhecido e muito mais camarada que os politizados 'anarquistas' italianos e suas querelas trabalhistas” (PRADO e PRADO, 2020, p. 382).

indígenas, não fazendo parte do Sistema de Imigração e nem estava integrada ao Sistema de Colonização.

Considerando-se o fim da escravidão no Brasil, os proprietários de terras teriam de se ocupar da regularização das atividades rurais, preocupando-se com o plantio, a contratação da mão de obra e a comercialização da safra. Segundo Junqueira (1994, p. 56), “após a abolição, os imigrantes, sobretudo os italianos, constituíram a mão-de-obra utilizada nas grandes fazendas de café, em toda a região de Santa Cruz do Rio Pardo”.

No entanto, o município que considera oficialmente o ano de 1908 como de chegada dos primeiros trabalhadores estrangeiros, os primeiros imigrantes, já tinha amplo conhecimento da existência de imigrantes europeus nas colônias das grandes fazendas, mas que acabaram tendo ignorados os registros, em números e nacionalidades.

A chegada da ferrovia, em 1908, favoreceu a disseminação da cultura do café pelo território santa-cruzense e do Vale do Paranapanema. Na região, a ferrovia também proporcionou a chegada dos imigrantes, especialmente os italianos, em maior número. Segundo Junqueira (1994, p. 407), “os benefícios da exportação desse produto aceleraram a formação da burguesia local, consolidando a economia das grandes fazendas e a intensa participação dos imigrantes italianos”.

Apenas no século XX os agricultores santa-cruzenses, em especial os cafeicultores, a exemplo dos outros fazendeiros do centro sudoeste paulista, de Ribeirão Preto e demais regiões agrícolas, associaram-se para o emprego de mão de obra imigrante mista, através de empresas contratantes, na denominada segunda marcha de expansão do café e demais culturas iniciadas já no século XX. Santa Cruz destacou-se nessa fase, após a chegada da ferrovia, fator determinante para o escoamento da produção agrícola (PRADO e PRADO, 2012, p. 386).

O trabalho remunerado realizado pelos imigrantes tinha qualidade superior, devido ao maior nível cultural e conhecimentos técnicos adquiridos no país de origem. A oferta de mão de obra estrangeira supriu de forma satisfatória o mercado de trabalho, e como resultado, os salários ficaram estagnados. Entretanto, com o desenvolvimento da lavoura cafeeira e a chegada dos imigrantes, foi criado um mercado consumidor, com novos hábitos e necessidades de consumo.

Em Santa Cruz do Rio Pardo, essa realidade não foi diferente dos demais municípios paulistas produtores de café, proporcionando a abertura de inúmeros

estabelecimentos comerciais para o abastecimento da população, que crescia continuamente.

A contribuição do imigrante no município foi incontestável para o desenvolvimento de sua economia, especialmente a cafeicultura. No futuro, algumas dessas famílias se tornariam empresárias do ramo do agronegócio no município, especialmente no que diz respeito ao surgimento de empresas do setor da agroindústria, conforme será destacado nos capítulos 4 e 5.

Segundo estudo de Prado e Prado (2012), o município de Santa Cruz do Rio Pardo recebeu um contingente de imigrantes de diversas nacionalidades, como a italiana, a japonesa, a portuguesa, a espanhola, a sírio-libanesa, a russa, a alemã, entre outras, mas os grupos mais expressivos foram os italianos e os japoneses. Décadas mais tarde, seriam esses imigrantes e seus descendentes os personagens mais influentes no processo de industrialização e modernização do processo produtivo santa-cruzense.

Antes de se aprofundar mais especificamente no estudo das atividades agrárias no município santa-cruzense, torna-se necessária uma reflexão mais abrangente sobre o crescimento populacional, destacando sua demografia desde os anos de 1870 até 2010, seu comportamento e principais características quanto às populações urbana, rural e total, assim como o perfil dos trabalhadores urbanos e rurais.

Santa Cruz do Rio Pardo firmou sua liderança regional até o final dos anos de 1950, com sua expressiva produção agrícola, especialmente durante os anos dourados da cafeicultura. A partir da década de 1950, o processo de industrialização se sobrepõe às atividades agrícolas, provocando grandes movimentos migratórios do campo para as cidades (êxodo rural).

A estrutura agrária municipal teve de buscar novas alternativas de plantio para se recuperar do prejuízo resultante da produção cafeeira na crise de 1929, mas durante algumas décadas, Santa Cruz do Rio Pardo não encontrou uma alternativa que lhe sustentasse o desenvolvimento econômico e a liderança política na região como outrora, entrando em um período de declínio e estagnação, conforme ilustra a Tabela 1.

Tabela 1. Crescimento Demográfico do Município de Santa Cruz do Rio Pardo. População Urbana, População Rural e População Total. Censos Demográficos de 1872, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Censo Demográfico	População Urbana	População Rural	População Total
1872	-	-	3.832
1890	-	-	5.529
1900	-	-	4.964
1920	-	-	39.427
1940	6.926	37.652	44.578
1950	9.176	22.982	32.158
1960	14.582	23.809	38.391
1970	17.245	17.363	34.608
1980	22.293	11.603	33.820
1991	31.559	7.985	39.544
2000	35.060	5.793	40.853
2010	40.154	3.767	43.921

Fonte: BRASIL (1872; 1890; 1900); IBGE (1920; 1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

Nos Censos Demográficos de 1872, 1890, 1900 e 1920 são apresentadas apenas as populações totais, sem a divisão entre a população rural e urbana do município de Santa Cruz do Rio Pardo. No entanto, observa-se uma população de 3.832 habitantes, no primeiro recenseamento realizado no município no ano de 1872. No período de 1880 a 1900, ocorrem os desmembramentos territoriais, com a criação dos municípios de Campos Novos do Paranapanema (1885) e de São Pedro do Turvo (1891), conforme já visto anteriormente.

Em 1890, o recenseamento acusava um aumento de 44% da população municipal, registrando um total de 5.529 habitantes. Para o ano de 1900, ocorre um decréscimo de 10% na população total, decaindo para 4.964 habitantes.

No período de 1900 a 1920, voltam a ocorrer novos desmembramentos territoriais em Santa Cruz do Rio Pardo, com a formação de novos municípios, tais como Salto Grande (1911), Ipaussu (1915) e Óleo (1917). Mesmo assim, o número de habitantes aumentou consideravelmente, em decorrência do avanço da cafeicultura e da ferrovia na região.

Foram recenseadas 39.427 pessoas no município, perfazendo um crescimento de 694%, no período de 1900 a 1920, o maior aumento proporcional da população registrada nos censos demográficos, mesmo que ocorrendo alguns desmembramentos no território santa-cruzensense.

Entre os censos demográficos de 1920 e 1940, ocorrem os desmembramentos territoriais para a formação dos municípios de Chavantes (1922) e Bernardino de Campos (1923), conforme já estudado, e a área territorial do município passa a ser de 1.424 km². Com as demarcações territoriais, realizadas pelo

governo do Estado de São Paulo, o município de Santa Cruz do Rio Pardo passou a ter um território de 1.325 km² (IBGE, 1950), contando com o distrito de Espírito Santo do Turvo, que seria emancipado no ano de 1990.

Também no Censo Demográfico de 1940, a população do município passa a ser classificada em população rural e urbana, além da população total. Nesse censo, foram registrados 44.578 moradores para Santa Cruz do Rio Pardo, sendo que a população urbana era de 6.926 habitantes e a população rural perfazia 37.652 pessoas. Fazendo-se uma comparação proporcional entre a população urbana e rural, no contexto da população total, elas representavam 16% e 84%, respectivamente, demonstrando a importância do meio rural para o município.

Entre 1940 e 1950 houve uma queda de 28% da população, decaindo para 32.158 habitantes. Nesse período, a população urbana cresceu 32,5% em relação ao ano de 1940, chegando a 9.176 habitantes, mas a população rural teve um decréscimo de 39%, registrando um total de 22.982 habitantes. Em comparação com a população total, as populações urbana e rural representavam 28,5% e 71,5%, respectivamente. Essa situação demonstra o êxodo rural em decorrência da crise da cafeicultura no município de Santa Cruz do Rio Pardo, que dependia quase que exclusivamente da economia agrícola, sem alternativas econômicas que fixassem a população no território.

No Censo Demográfico de 1960, o município de Santa Cruz do Rio Pardo registrou uma população total de 38.391 habitantes, um aumento de 19% em relação à população total de 1950. Quanto às populações urbana e rural, os resultados obtidos foram 14.582 e 23.809 habitantes, respectivamente. A população urbana apresentou um crescimento de 76% em relação ao censo de 1950, enquanto a zona rural apresentou uma pequena queda de 0,2%. Comparando com a população total, a área urbana concentrava 38% da população municipal, e a área rural, 62% do total de habitantes.

Nos dados oficiais do censo demográfico de 1970, a população total do território santa-cruzense registrou uma queda de 10% no número de habitantes em relação a 1960, perfazendo um total de 34.608 moradores. A zona urbana apresentou um crescimento de 18% no mesmo período, totalizando 17.245 pessoas, enquanto a zona rural apresentou uma perda de 27% do contingente populacional, com um total de 17.363 habitantes. No geral, novamente ocorreu um maior crescimento

proporcional da população urbana em comparação com a população total de Santa Cruz do Rio Pardo, passando a ser de aproximadamente 50%.

No Censo Demográfico de 1980, o total de habitantes do território santa-cruzense era de 33.820 moradores, uma perda de 2% do contingente populacional em relação ao censo anterior (1970). A população urbana apresentou um crescimento de 29% no período 1970-1980, chegando ao total de 22.293 moradores. Em relação à população rural, ocorreu um decréscimo de 33% no mesmo período, passando para 11.603 pessoas. Comparando com a população total, a área urbana passou a representar 66% da população municipal, enquanto a população rural apresentou mais uma retração demográfica, perfazendo 34% da população municipal. A partir dos anos de 1980, a população urbana passa a predominar em relação à população do município, uma tendência que se consolida no território santa-cruzense.

Entre 1980 e 1991 ocorreram algumas alterações no município de Santa Cruz do Rio Pardo. O distrito de Espírito Santo do Turvo foi elevado à condição legal de município, através da Lei Estadual n.º 6.645, de 09/01/1990. Com isso, Santa Cruz do Rio Pardo passa a contar com um território de 1.114,74 km², englobando, além do distrito sede, os distritos de Caporanga, Sodrélia e Clarínia. Com isso, ocorre uma perda do contingente populacional para o novo município. No entanto, para o censo de 1991, os dados ainda seriam integrados, passando a se refletir oficialmente a partir do ano 2000.

A população recenseada em 1991 contabilizou um aumento de 16% no total de habitantes em relação a 1980, passando para 39.544 moradores no território de Santa Cruz do Rio Pardo. Contudo, a população urbana apresentou um crescimento de 41,5% em relação ao censo de 1980, chegando a 31.559 habitantes. Já a população rural teve um declínio de 31% em referência ao período anterior, totalizando 7.985 moradores. Na comparação com a população total, a área urbana passou a concentrar 80% da população, enquanto a área rural passou a representar 20% dos moradores do município.

Entre 1991 e 2000, a população total do município teve um pequeno aumento de 3%, perfazendo 40.853 habitantes no ano 2000. Esse aumento foi o resultado do que ocorreu com o desmembramento do município de Espírito Santo do Turvo, que se destacou como mais um município emancipado no Estado de São Paulo, com os dados estatísticos independentes de Santa Cruz do Rio Pardo.

No entanto, a população urbana teve um aumento de 11%, totalizando 35.060 moradores. Por outro lado, a população rural continuou a retroceder, com uma queda de 27% no total, chegando a 5.793 habitantes, se comparados ao censo demográfico de 1991. Para efeitos de comparação, a população urbana correspondia a 86% e a população rural representava 14% do total de moradores do município santa-cruzense, respectivamente.

No Censo Demográfico de 2010 foi computada uma população total de 43.921 habitantes, um aumento de 7,5% no número de moradores no território em relação ao ano 2000. Em contrapartida, a área urbana continuou consolidando sua participação na economia do município, anteriormente dominado pelo potencial agrícola que possuía. A participação da população urbana chegou a 91,5% da população total, enquanto a população rural apresentou mais um período de declínio, com uma queda de 35%, representando apenas 8,5% da população total do município de Santa Cruz do Rio Pardo.

1.3. Situando o Município de Santa Cruz do Rio Pardo e suas Características Produtivas, Econômicas e Sociais na Região de Governo de Ourinhos (RGO)

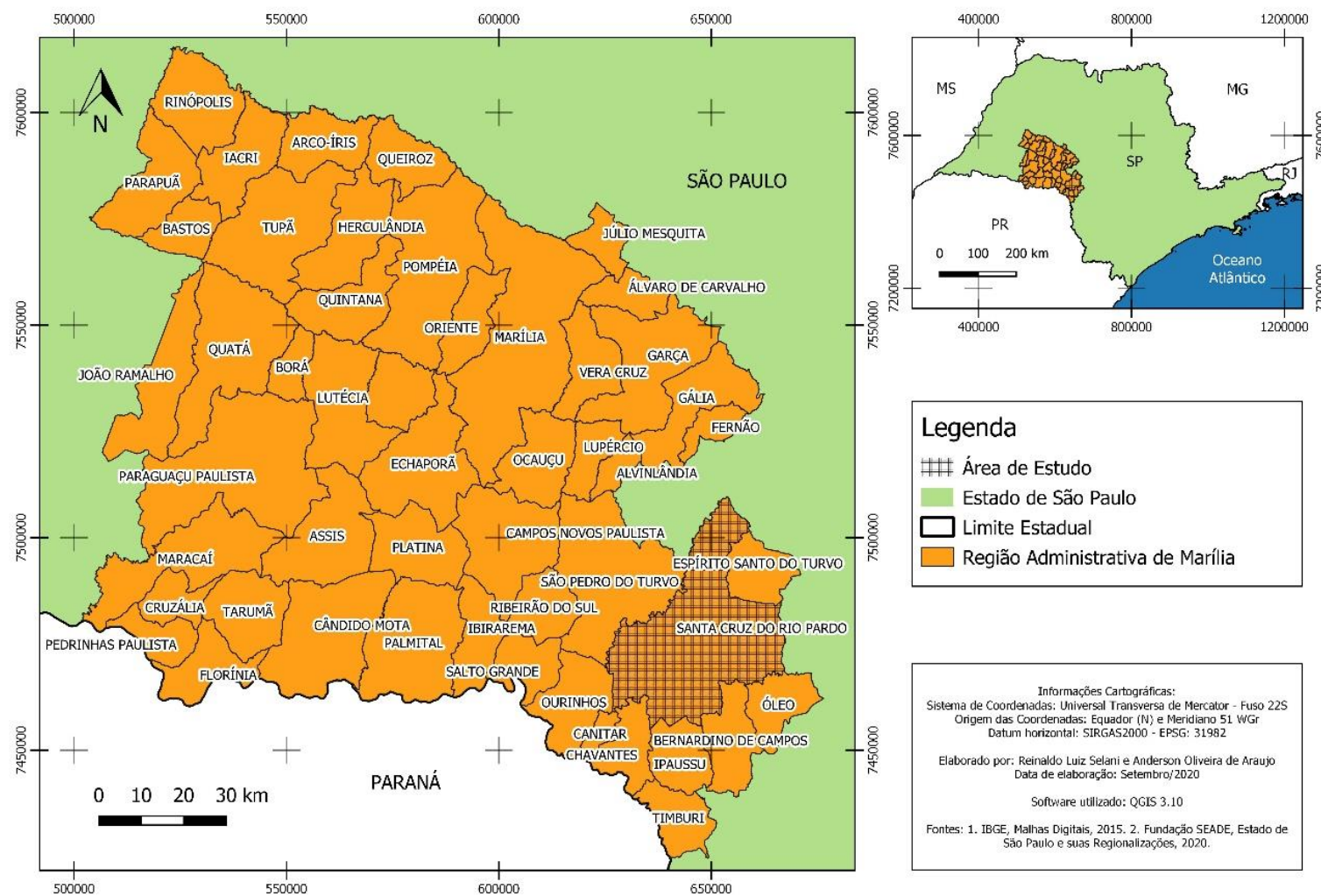
O município de Santa Cruz do Rio Pardo surge oficialmente como capela de São Pedro, no então município de Lençóis, atual Lençóis Paulista, e é elevado à Distrito pela lei n.º. 71, de 20 de abril de 1872. Através de seu rápido desenvolvimento, é conduzido à condição de município pela lei n.º 6, de 24 de fevereiro de 1876.

Com mais de 150 anos de existência, tornou-se a “boca do sertão” para a conquista do oeste paulista e do norte paranaense. Assim sendo, sua economia era essencialmente rural e agrícola, tendo experimentado um grande surto de desenvolvimento com a chegada da cafeicultura e da ferrovia, valendo-se da força de trabalho dos imigrantes para a lavoura.

Atualmente o município faz parte da Região Administrativa de Marília (Figura 4), que é composta por cinquenta e um municípios e seccionada em quatro Regiões de Governo, que são as Regiões de Marília, Assis, Tupã e Ourinhos. O município de Santa Cruz do Rio Pardo está localizado na Região de Governo de Ourinhos (Figura 5).

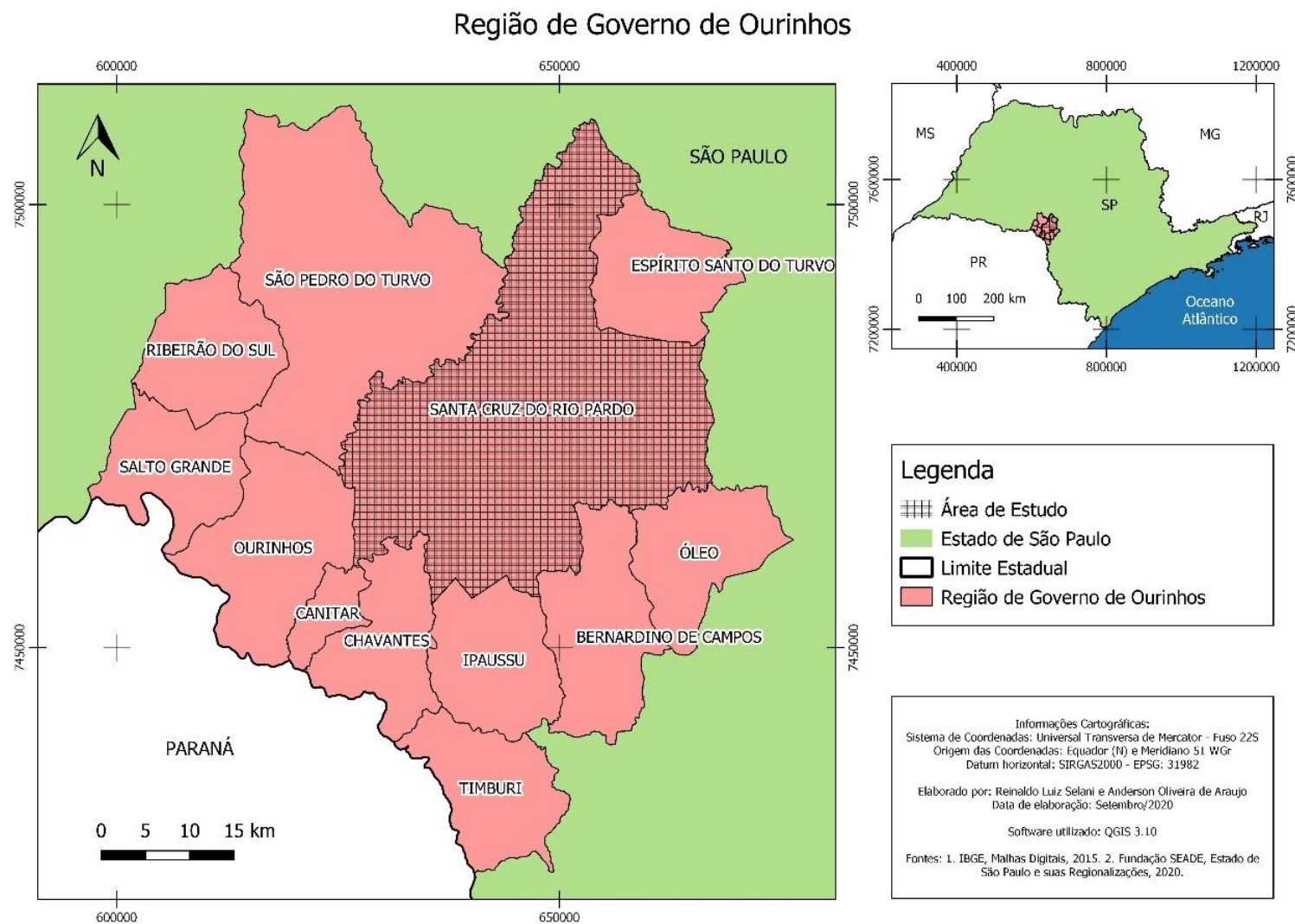
Figura 4. Região Administrativa de Marília

Região Administrativa de Marília



Fonte: IBGE (2015) e SEADE (2020).

Figura 5. Região de Governo de Ourinhos (RGO)



Fonte: IBGE (2015) e SEADE (2020).

É o quinto município mais populoso da Região Administrativa de Marília e o segundo mais populoso da Região de Governo de Ourinhos (Tabela 2), de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, com uma população de 43.921 habitantes, atrás de Marília (216.745 habitantes), Ourinhos (103.035 habitantes), Assis (95.144 habitantes) e Tupã (63.476 habitantes).

Tabela 2. População Total dos Municípios da Região de Governo de Ourinhos (RGO)

Municípios	1980	2000	2018
Bernardino de Campos	8.974	10.713	10.780
Canitar	NA	3.469	4.862
Chavantes	12.961	12.189	12.201
Espírito Santo do Turvo	NA	3.670	4.685
Ipaussu	10.206	12.542	14.333
Óleo	3.006	2.992	2.550
Ourinhos	59.499	93.693	109.043
Ribeirão do Sul	3.124	4.488	4.371
Salto Grande	7.004	8.437	9.029
Santa Cruz do Rio Pardo	33.522	40.876	45.671
São Pedro do Turvo	7.575	6.889	7.329
Timburi	3.327	2.732	2.572

(NA) Não se Aplica

Fonte: Furini; Mourão *et al.* (2018).

Possui um grande potencial agrícola, sendo um dos principais produtores agrícolas do Estado de São Paulo. Segundo dados do SEADE (2017), Santa Cruz do Rio Pardo ocupava a 68.^a posição no Estado de São Paulo referente às atividades agropecuárias, com um valor adicionado de R\$ 124.685.000. Na Região Administrativa de Marília, ocupava a 4.^a. posição, superado por Bastos, Paraguaçu Paulista e Tupã. Na Região de Governo de Ourinhos, era o principal produtor agrícola (Tabela 3). Entretanto, se a referência utilizada for a bacia hidrográfica do Paranapanema, descontando os municípios paranaenses, Santa Cruz do Rio Pardo se constitui no 15.^o município com a maior produção agropecuária (valor adicionado).

No entanto, nas últimas décadas, o número de empresas agroindustriais vem aumentando no município, especialmente aquelas dedicadas ao setor de alimentos e de rações para animais, além de uma indústria de suco concentrado de laranja para exportação. Sendo assim, constitui-se no 2.^o maior produtor de alimentos da Região Administrativa de Marília, onde se encontra inserido.

Conforme afirma Dias (2019, p. 138-139),

Tabela 3. PIB dos Municípios da Região de Governo de Ourinhos por Setores de Atividades (2017)

Municípios	Valor Adicionado (em R\$ 1.000,00)				Total geral	Impostos	PIB ⁽¹⁾
	Agropecuária	Indústria	Serviços				
			Administração Pública	Total (exclusive Administração Pública)			
Bernardino de Campos	26.365	52.512	42.580	91.405	212.863	16.109	228.972
Canitar	11.032	77.136	22.943	45.735	156.846	15.024	171.870
Chavantes	35.997	16.751	50.092	97.153	199.993	12.857	212.850
Espírito Santo do Turvo	20.625	4.442	21.595	23.023	69.685	4.026	73.712
Ipaussu	43.524	98.027	59.242	155.000	355.793	27.981	383.774
Óleo	52.497	4.089	14.538	15.996	87.121	1.372	88.493
Ourinhos	55.289	522.611	428.167	1.743.753	2.749.821	257.230	3.007.051
Ribeirão do Sul	35.129	11.711	19.372	64.689	130.900	12.051	142.952
Salto Grande	22.705	64.280	36.297	77.066	200.347	12.709	213.056
Santa Cruz do Rio Pardo	124.685	597.513	182.709	911.508	1.816.414	227.145	2.043.559
São Pedro do Turvo	66.573	17.685	31.369	71.567	187.195	13.707	200.901
Timburi	14.999	2.463	15.147	13.954	46.564	974	47.538

Fonte: SEADE (2017)

(1) O PIB do Município é estimado somando os impostos ao VA total.

(2) O PIB per capita foi calculado utilizando a população estimada pela Fundação SEADE.

De tal maneira, no ano de 2015, Santa Cruz do Rio Pardo apresentava destaque no setor da indústria de transformação, empregando 3.657 pessoas em 170 estabelecimentos industriais. A quantidade desses estabelecimentos industriais representava 90,90% do total. As indústrias de transformação referiam-se mormente ao setor alimentício, relativo ao beneficiamento de arroz, fabricação de sorvetes, ração para cães e gatos, doces e pão de alho e, em menor número, as indústrias calçadistas. Todas as empresas são de capital local e não apresentam filiais em outras cidades.

Novos empreendedores de origem local estão investindo na atividade industrial, com empresas de grande, médio e pequeno portes.

Conforme a divulgação do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), organizado anualmente pelo Ministério do Trabalho e publicado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP, 2017), o município de Santa Cruz do Rio Pardo está localizado na Região de Governo de Ourinhos¹², no centro-oeste paulista; possui um território de 1.114,74 Km², representando o município com maior extensão territorial e a segunda maior população registrada, 43.921 habitantes (IBGE, 2010), constituindo-se em uma pequena cidade¹³, superada apenas para Ourinhos.

Conforme divulgado pela FIESP (2017), o município possui cento e quarenta e quatro estabelecimentos industriais. A maior concentração de estabelecimentos industriais é representada pela indústria de alimentos (especificamente a de beneficiamento de arroz, rações e panificação e subprodutos), que perfaz um total de 46 empreendimentos e 32% da quantidade de estabelecimentos por setor produtivo. Vinte empresas são indústrias de calçados, perfazendo 14% do total, representando a segunda maior concentração de indústrias por setor produtivo no território santa-cruzense.

Além disso, Alves (2014) destacou em seu estudo a existência do Distrito Industrial e Empresarial “Michiyoshi Suzuki”, como atributo da política pública municipal de atração de empresas e indústrias para o município (Lei municipal n.º 2.223, de dezembro de 2007), por meio da qual a prefeitura doa terreno e concede incentivos fiscais, como a isenção de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), por dez anos para as empresas que desejarem se instalar no local. Essa lei também é

¹² Segundo Fuini e Hori (2014, p. 237), “as regiões de governo são subunidades de regionalização utilizadas pela Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, sendo menores que as regiões administrativas. São utilizadas para fins estatísticos, conforme dados e pesquisas do SEADE (Sistema de Análise de Dados do Estado de São Paulo), e para o planejamento e execução de políticas públicas. A Região de Governo de Ourinhos possui 12 municípios e faz parte da Região Administrativa de Marília, que é composta por 51 municípios”.

¹³ DIAS, F. F. **Pequenas Cidades na Rede Urbana de Ourinhos – SP: Agronegócio e Especialização Produtiva**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 300p, 2019.

válida para as empresas que já estão instalados na cidade e querem ampliar sua planta fabril.

Santa Cruz do Rio Pardo possui bons indicadores econômicos e sociais na Região de Governo de Ourinhos (RGO), consolidando-se na 2.^a posição como um município com grande potencial para o desenvolvimento econômico, com o 2.^o maior PIB e o maior PIB *per capita* da região, além de se destacar como o maior PIB da Agropecuária e da Indústria, 2.^o maior índice municipal de desenvolvimento humano (IDHM) (Tabela 4), resultando na instalação de grandes empresas do setor de serviços e do ambiente imobiliário e de oportunidades no município.

Tabela 4. IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos Municípios da Região de Governo de Ourinhos (RGO)

Municípios	1991	2000	2010
Bernardino de Campos	0,51	0,64	0,73
Canitar	0,37	0,55	0,68
Chavantes	0,47	0,64	0,73
Espírito Santo do Turvo	0,36	0,57	0,70
Ipaussu	0,45	0,62	0,73
Óleo	0,51	0,63	0,73
Ourinhos	0,57	0,70	0,78
Ribeirão do Sul	0,48	0,60	0,75
Salto Grande	0,48	0,62	0,70
Santa Cruz do Rio Pardo	0,55	0,67	0,76
São Pedro do Turvo	0,44	0,60	0,70
Timburi	0,40	0,59	0,71

Fonte: Furini; Mourão *et al.* (2018).

Apesar de ter perdido muito de sua pujança no passado, Santa Cruz do Rio Pardo conseguiu, de certo modo, realizar sua industrialização a partir de empresários e capital local. Também o projeto de ter um Distrito Industrial foi realizado. Hoje, o município não é servido pela ferrovia, mas acabou sendo beneficiado com a abertura de novas e modernas rodovias que cruzam o território santa-cruzensense, como a Rodovia Castello Branco (SP-280), a Rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó (SP-225) e a Rodovia Orlando Quagliato (SP-327), que são duplicadas. Paralelamente a elas, existem as rodovias vicinais, que através de suas interligações, integram esse município a todas as regiões paulistas e ao território nacional, possibilitando o desenvolvimento através da produção e escoamento de produtos oriundos de suas indústrias, como será destacado no capítulo 4.

1.4. Aspectos Físicos do Município de Santa Cruz do Rio Pardo: Base para o desenvolvimento agropecuário

O município de Santa Cruz do Rio Pardo está localizado no Planalto Ocidental Paulista, ocupa a unidade morfoestrutural denominada Planalto Centro Ocidental. Esta unidade é delimitada ao norte pelo Estado de Minas Gerais, a noroeste com o Estado de Mato Grosso do Sul, a sudoeste com o Estado do Paraná e leste com a Depressão Periférica Paulista (Figura 6).

Os Argissolos (PVA) e Argissolos Vermelhos (PV) representam a classe dos Argissolos estabelecida pelo Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SBCS), apresentando maior discrepância em relação aos demais tipos de solos citados neste estudo. No município de Santa Cruz do Rio Pardo, esse tipo de solo é denominado de Solos Podzolizados de Lins e Marília (variação Lins e variação Marília).

Os solos podzolizados de Lins e Marília constituem um agrupamento formado por solos arenosos, desenvolvidos a partir do arenito Bauru com cimento calcário. Apresentam, no geral, dois horizontes bem distintos. O primeiro, superficial, bastante arenoso e solto, com profundidade que varia de poucos centímetros até mais de um metro, bastante exigente quanto às práticas conservacionistas e de adubação. O segundo horizonte já é bem argiloso e compacto. Segundo o Estudo de Oliveira *et al.* (1999), esses solos são encontrados no bairro do Alambari e em Clarínia, cobrindo cerca de 20% do município santa-cruzense.

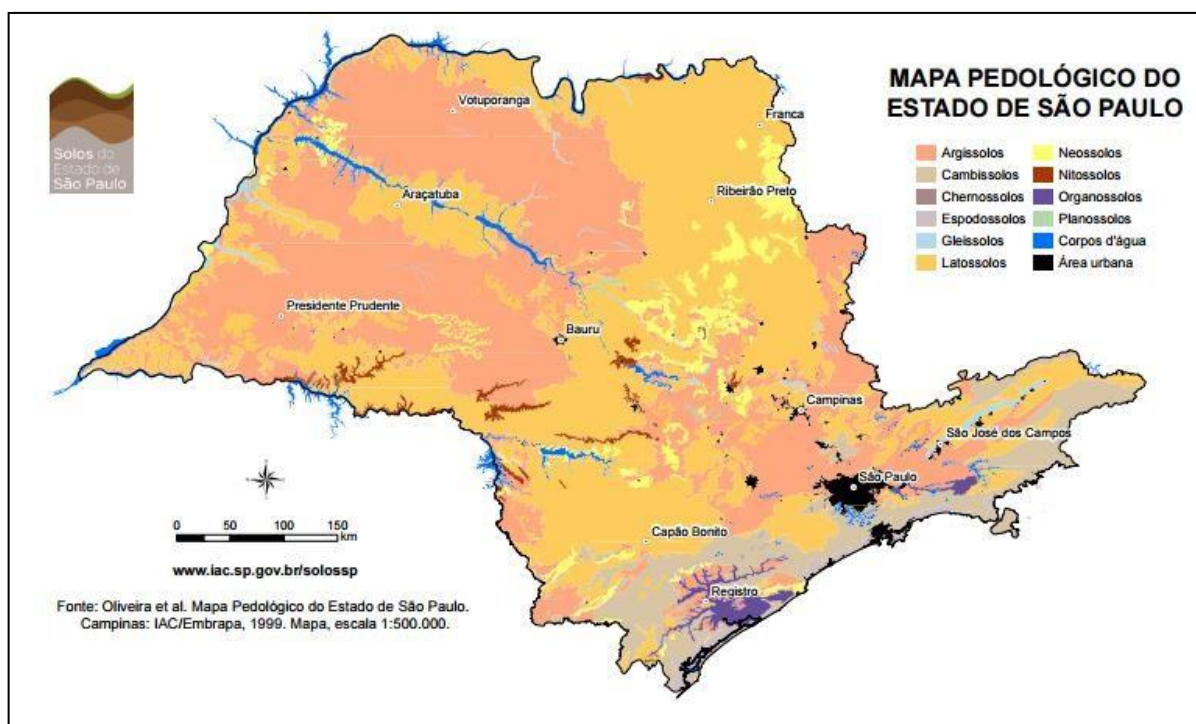
Quanto à tipologia dos Latossolos Vermelhos (LV), podem ser classificados em Roxo¹⁴, Vermelho-escuros, Vermelho-amarelos e os Vermelho-amarelos húmicos. Constituem-se em solos formados de materiais provenientes do arenito Bauru sem cimento calcário, apresentando pequena variação textural ao longo do perfil. Em Santa Cruz do Rio Pardo, no entanto, as terras roxas estruturadas estão associadas ao trabalho erosivo dos maiores cursos de água (Pardo e Turvo) que atravessam a região; devido à sua atividade erosiva mais intensa, foram capazes de remover o capeamento sedimentar (arenitos de Bauru) que recobre as lajes de basalto, e de cuja decomposição resulta a terra roxa, que compreende cerca de 10% da área do município.

¹⁴ Do italiano *rosso*, idioma que deu origem ao vocábulo, significa vermelho. Apresenta alta friabilidade ao longo de todo o perfil, muito profundo, argiloso, bem drenado, formado a partir de rochas eruptivas básicas, sendo considerado solo de grande fertilidade para a agricultura (nota do autor).

Como resultado, a terra roxa aparece em altitudes não muito elevadas (400 a 500 metros acima do nível do Mar), formando manchas alongadas, mais largas nas proximidades da foz dos rios citados e que acompanham a montante, estreitando-se à medida que se ganha a parte média e superior de seus cursos.

No entanto, há manchas de terras roxas derivadas da presença de lençóis intrusivos de lavas que, pela remoção das camadas superiores, ficaram expostas à ação do intemperismo. Tais solos ocorrem com mais frequência, na área sudeste do município, ribeirão da Figueira e Palmeiras, Três Barras e Três Ilhas.

Figura 6. Mapa Pedológico do Estado de São Paulo



Fonte: Oliveira *et al* (1999).

A vegetação primária que revestia as terras roxas era parte da mata Tropical que abrangia neste trecho do território paulista o vale do Paranapanema – desde a barra do Itararé e estendendo-se pelo curso inferior abaixo, fazendo três reentrâncias, uma das quais acompanhava o vale do Rio Pardo, penetrando neste até as vizinhanças da atual cidade de Santa Cruz do Rio Pardo e parte inferior do Turvo. Os padrões vegetais dos bons solos surgiram nestas matas e eram constituídos de “paus d’alho”, jangadas bravas, ceboleiros, canudos de pito, jaborandis rajados e figueiras brancas.

Já o Latossolo Vermelho-Escuro possui um relevo suavemente ondulado. É um solo tipicamente arenoso, profundo, muito permeável e bastante lavável. A matéria orgânica, que é escassa nesse tipo de solo, localiza-se na primeira camada de 30 cm. Muito sujeito à erosão, com pequena capacidade de retenção de água, requer, também, muita atenção quanto às práticas de conservação de solo e de adubação.

A maior parte do latossolo vermelho-escuro é coberta por pastagens, com uma menor parte dedicada a cereais. Compreende as áreas de Caporanga, Clarínia, Sodrélia, Mandassaia e Barreiro, abrangendo cerca de 40% do território municipal. Existe ainda a variação Latossolo Vermelho-Escuro, fase orto, no município, que apresenta textura argilosa.

O relevo é suavemente ondulado a ondulado, a vegetação original, floresta e cerrado, e os materiais de origem argilitos, folhelhos e varvitos. São encontrados na Grumixama, parte do Caetê, parte das Palmeiras e das Perobas, ocorrendo em 10% do território.

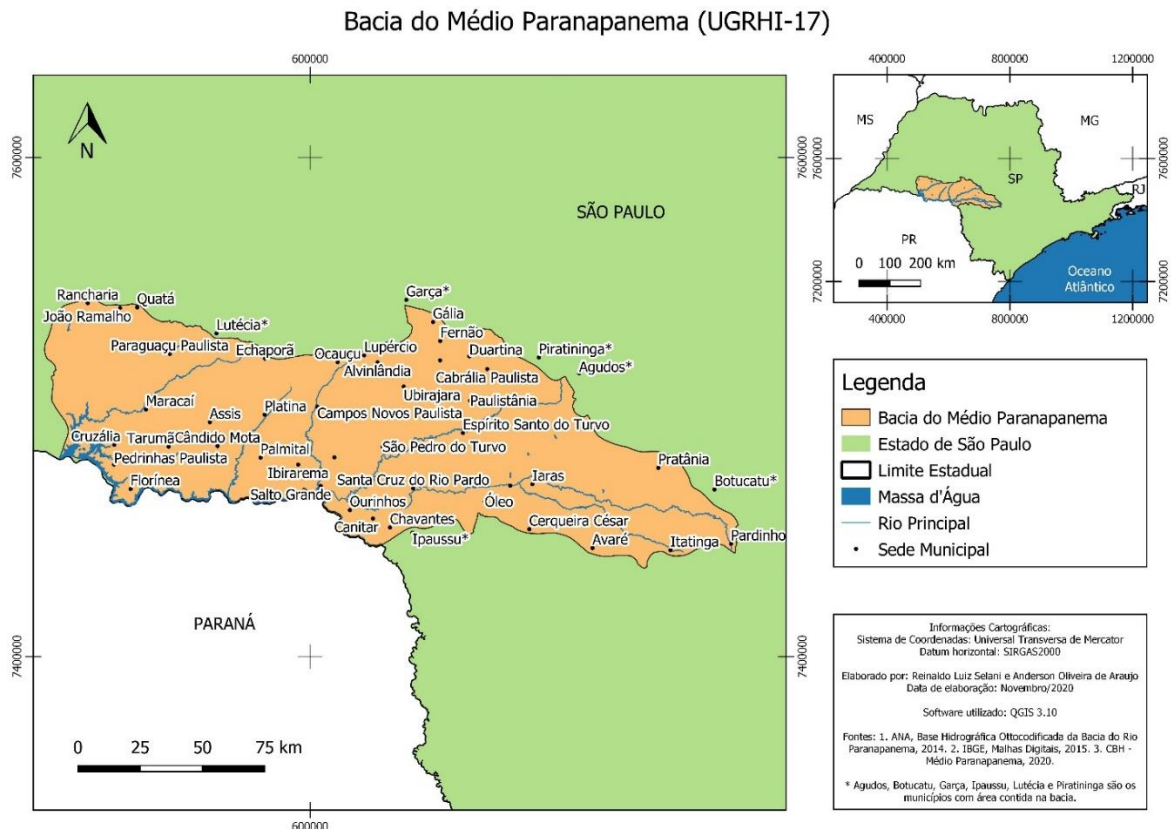
Abrange solos de coloração vermelho-escuro com matizes preferencialmente inferiores a 10R, teores de sesquióxido de ferro superiores a 40%. São solos derivados de rochas metamórficas, tipo itabirito e congêneres, e a massa do solo é altamente atraída por ímã. São qualificados como cascalhentos, apresentando textura argilosa e/ou muito argiloso e cascalhento.

Existe ainda o Latossolo Roxo, que apresenta coloração vermelho arroxeadado, argiloso bastante poroso e profundo, com pequenas variações de cor entre os horizontes. Apresenta saturação de bases variáveis, sendo que a fertilidade natural pode ser alta ou baixa. Os teores de óxido de ferro e manganês são altos. O material desses solos são rochas eruptivas básicas, o relevo varia de ondulado a suave ondulado e a vegetação original era a floresta, ocorrendo em algumas áreas o cerrado; quando à fertilidade, é muito baixa. Abrange Palmeiras, Figueira, Caetê, Perobas, Cebolão, Três Barras, Onça, Matão da Onça e Três Ilhas.

Em relação à hidrografia do município de Santa Cruz do Rio Pardo, os rios Pardo e Turvo são as principais bacias hidrográficas, sendo o Turvo afluente do Pardo. Além do Turvo, o Pardo ainda recebe a contribuição de diversos ribeirões que cortam o município, sendo o ribeirão São Domingos e o Ribeirão Mandassaia importantes por cortarem o distrito-sede municipal. O rio Turvo possui um importante tributário que corta o município, que é o rio Alambari. O rio Pardo é um dos principais afluentes da

margem direita do rio Paranapanema, integrando a área de jurisdição do Comitê de Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema, conforme indicado na Figura 7.

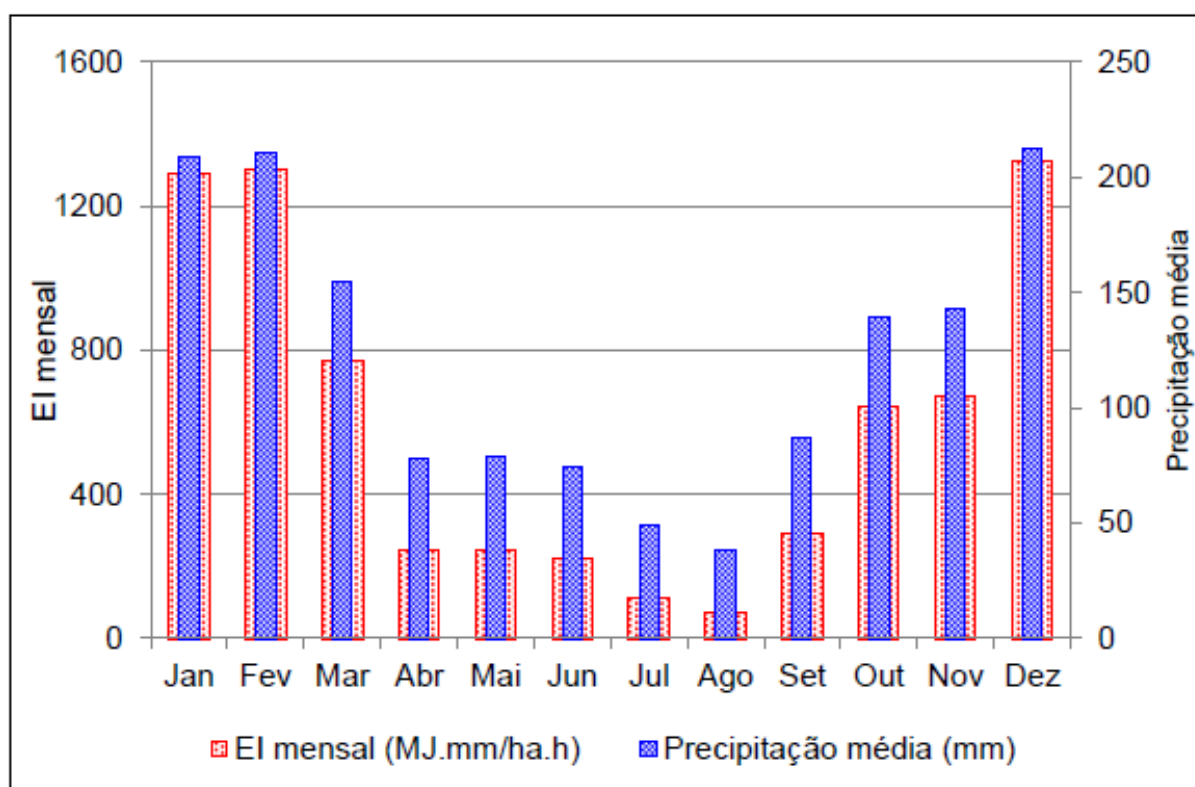
Figura 7



Fonte: ANA (2020).

Quanto à classificação climática, Lombardi Neto e Drugowich (1994) destacam o predomínio do clima tropical de altitude (Cwa), com inverno seco e verão quente, dominando na maior parte da área do Planalto Ocidental Paulista. A área em estudo possui médias de temperaturas anuais variando de 20°C a 22°C, e a média máxima pode atingir 30°, enquanto a média mínima é de 16°C. Quanto às precipitações anuais, mais de 80% das precipitações ocorrem nos meses da primavera e verão, e o restante no período de outono-inverno (Figura 8).

Figura 8. Precipitação Média Mensal e Índice de Erosão (EI) Médio Mensal do Município de Santa Cruz do Rio Pardo – SP

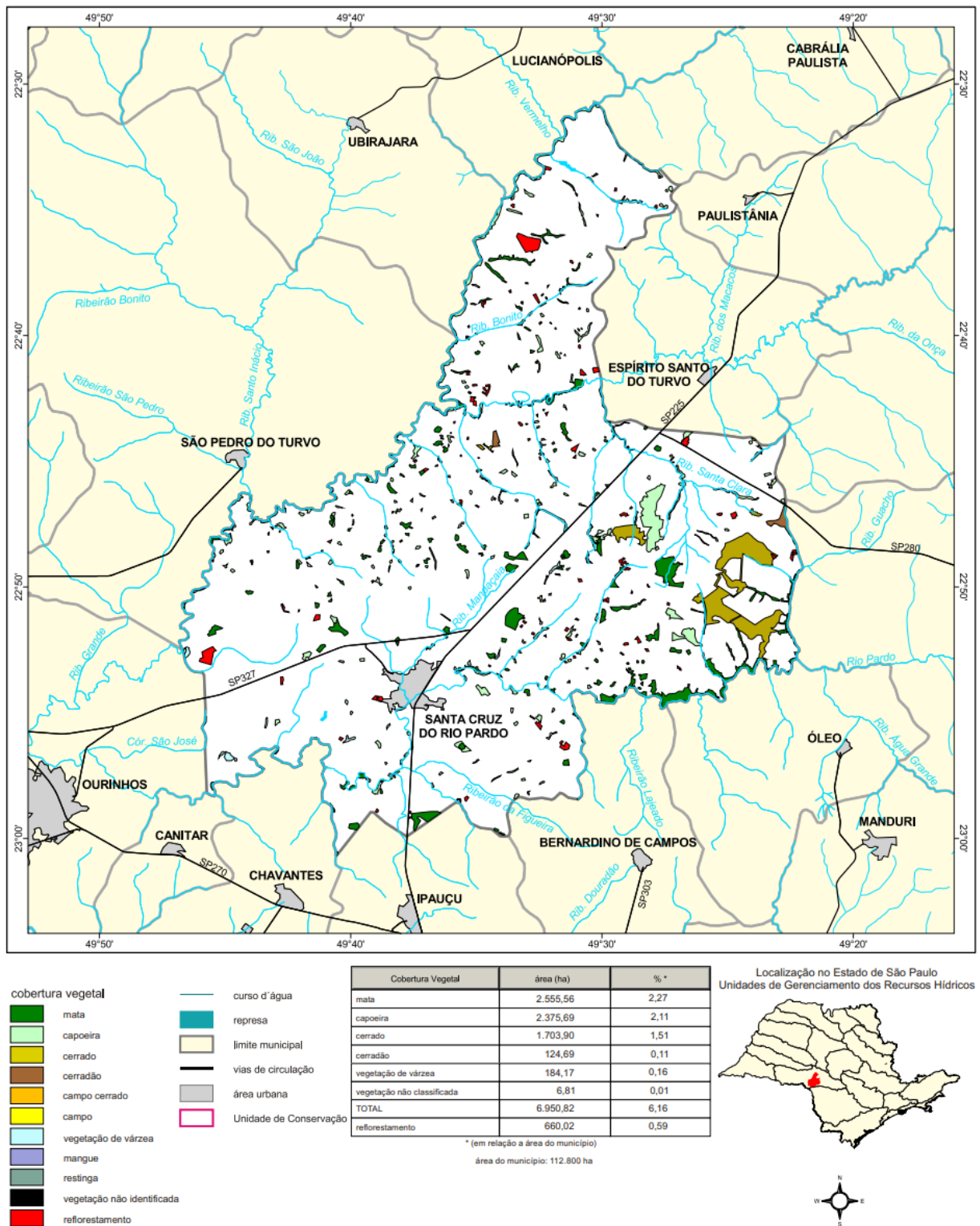


Fonte: Miranda *apud* Demarchi (2020).

A área que compreende o município de Santa Cruz do Rio Pardo pertence à região da Floresta Estacional Semidecidual (Floresta Tropical Subcaducifólia), que se caracteriza por apresentar uma vegetação condicionada à dupla sazonalidade climática, com predomínio de uma estação tropical bastante úmida, com ocorrências de intensas precipitações, seguida por um período de estiagem acentuada, e outra estação subtropical, sem período seco, na qual se observa uma seca fisiológica, provocada pelo intenso frio do inverno (Figura 9).

Atualmente se encontra representada em pequenas áreas de reservas em algumas propriedades privadas e públicas, pois houve intensa ação antrópica. Podem-se destacar ainda outros tipos de vegetações predominantes nessa área, como a savana (cerrado), compostos das matas de cerradão e dos campos cerrados.

Figura 9. Mapa Florestal do Município de Santa Cruz do Rio Pardo



Fonte: SEMIL (2021)

Segundo BRAY (1980, p. 38),

As áreas de cerradões e campos cerrados dos espigões da Sorocabana tiveram uma importância muito grande para a penetração mineira na área e para a organização agrária, em relação às áreas dominadas pela mata tropical, que tiveram uma ocupação efetiva após a entrada dos cafezais, criação de gado e outros produtos comerciais (entre eles a cultura canavieira a partir de 1940).

No entanto, em Santa Cruz do Rio Pardo, como na maioria dos municípios do Estado de São Paulo, ocorreu uma drástica redução desses domínios decorrente da ocupação do solo para outras atividades, como a agricultura e a pecuária. O avanço de culturas como o café (no passado), as pastagens, a cana-de-açúcar, entre outras atividades agrícolas, diminuiu drasticamente a área com cobertura vegetal no município de Santa Cruz do Rio Pardo, comprometendo sua diversidade de espécies da fauna e flora.

Ainda assim, da cobertura vegetal restante do território municipal de 1.114,74 Km², restam alguns recortes florestais, especialmente nos fundos de vale e áreas esparsas, incluindo algumas “espécies exóticas cultivadas, a vegetação arbórea original contribuiu para a formação e a conservação dos solos por fornecer condições à ocorrência do intemperismo físico-biológico do material de origem” (DEMARCHI, 2020, p. 116).

A preservação do ambiente é essencial para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. Nesse caso, faz sentido a adoção de uma política ambiental consistente por parte das autoridades, proporcionando ao produtor rural maior conhecimento da realidade e a adoção de práticas de agricultura sustentáveis, como o programa de microbacias hidrográficas, que será destacado no capítulo 2, assim como as demais características da evolução da agropecuária e do Complexo Agroindustrial Brasileiro e os impactos da modernização da agricultura para o desenvolvimento das atividades agrícolas e no surgimento das empresas do agronegócio e das agroindústrias no município de Santa Cruz do Rio Pardo.

CAPÍTULO 2

O IMPACTO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO

Antes de se adentrar, mais especificamente, na realidade da estrutura produtiva e na dinâmica regional agrícola do município de Santa Cruz do Rio Pardo, torna-se necessário tecer algumas considerações importantes sobre a evolução do modelo de desenvolvimento dos complexos rurais até o advento do Complexo Agroindustrial Brasileiro (CAI), abarcando os primórdios do século XIX até nosso momento atual no início do século XXI.

A terra, o trabalho e o capital foram, durante séculos, os principais fatores da produção agrícola, mas a incorporação de ciência, tecnologia e informação ao seu processo produtivo tem conduzido a horizontes jamais imaginados antes do Período Técnico-Científico-Informacional. Uma transformação essencial é justamente a reorganização da relação entre esses três fatores da produção, já que o aumento da extensão da área cultivada deixou de ser o fator exclusivo de crescimento da produção agrícola, pois o uso intensivo de capital e tecnologia elevou a produtividade do trabalho no setor, cujo avanço ocorria muito lentamente. Instrumento primordial para a modernização da agricultura foi o amplo emprego de máquinas, insumos químicos e biotecnológicos, fornecidos pela atividade industrial, provocando notáveis metamorfoses, seja na atividade humana voltada para a transformação da natureza, que sofreu intenso processo de divisão do trabalho, seja na terra, transformada cada dia mais de terra-matéria em terra-mercadoria (ELIAS, 2018, p. 60).

Até meados de 1930, a agricultura brasileira possuía vínculos com setores urbano-industriais através do abastecimento do mercado interno e externo com produtos originários do setor agrícola e matérias-primas, uma vez que as técnicas de cultivo eram bastante simples, sem necessidade do uso de máquinas, equipamentos, implementos e insumos industriais.

Inicialmente, conforme se verifica em Silva (1998, p. 5),

[...] O complexo rural era determinado pelas flutuações do comércio exterior. Mas a produção agrícola para exportação ocupava apenas parte dos meios de produção disponíveis (recursos naturais, mão de obra escrava e bens de capital), sendo a outra parte destinada à produção de bens de consumo para a população local e dos próprios bens de produção.

Diante dessa realidade, as propriedades rurais eram essenciais na produção de gêneros agrícolas para exportação, mas ao mesmo tempo eram responsáveis por suprir a produção dos produtos agrícolas de que necessitavam. Essa última condição fazia com que a produção obtida gerasse um valor de uso e não valor de troca, ou seja, não tinha finalidade comercial.

Existia uma gama variada de produtos produzidos localmente, que iam desde manufaturas, ferramentas simples para produção, transportes e habitação, existindo uma incipiente divisão social do trabalho, não havendo separação entre as atividades agrícolas e manufatureiras, suprimindo, basicamente, as necessidades do mercado interno nacional, que era pouco significativo.

O complexo cafeeiro paulista proporcionou o enriquecimento de uma burguesia que investiu parte dos seus recursos na indústria, contribuindo para a aceleração do processo industrial no território brasileiro, notadamente no Estado de São Paulo, com a substituição de produtos que estavam escassos no mercado consumidor brasileiro (“substituição de importações”), em decorrência do período entre as guerras mundiais (1918 a 1945), passando a comandar e organizar o mercado de trabalho e os primórdios de um mercado interno. Com o advento dessa situação, o Complexo Rural entra em crise.

Conforme afirma Silva (1998, p. 5),

Foi um longo processo que ganhou impulso a partir de 1850, acelerou-se após a grande crise de 1929 com a orientação clara da economia no sentido da industrialização que se consolidou nos anos 1950 com a internacionalização do setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos (Di).

Como resultado, o processo de industrialização se consolida e orienta o processo de industrialização da agricultura, onde se estrutura o Di agrícola (capital) e o proletariado rural (força de trabalho), que serão vitais para a nova dinâmica da acumulação de capital no campo brasileiro.

A reestruturação da economia rural tem a indústria e a cidade como seu centro de comando, que “impõe suas demandas ao setor agrícola e passa a condicionar suas transformações, que vão conduzindo ao domínio dos complexos agroindustriais” (SILVA, 1998, p. 5).

Vale lembrar algumas situações em que a economia brasileira passa a registrar um avanço significativo em relação ao comércio exterior. A partir de 1870, o Brasil apresenta um aumento da capacidade de importar, com o comércio exterior em franca expansão, perfazendo um crescimento de 440% entre o período de 1850 a 1889, enquanto o incremento demográfico foi de 86% nesse período.

Notadamente, entre 1889 e 1929, o comércio externo foi o responsável por orientar a produção e as exportações brasileiras. Como consequência desse

processo, aconteceu um acréscimo extraordinário nos valores de produção, exportações e importações do Brasil nos anos de 1907, 1919 e 1939.

No período da crise de 1929 a 1933, ocorreu a ruptura na reestruturação dos fatores decisivos da dinâmica nacional, organizando-os através da capacidade produtiva interna e transformando a estrutura produtiva da agricultura, com a efetivação do mercado consumidor interno consolidado pela urbanização.

Em decorrência da evolução do processo produtivo no período de 1930 a 1950, ocorreu uma diversificação de produtos principalmente para suprir as necessidades do mercado interno. Para que essa condição pudesse se concretizar no território nacional, passaram a ser priorizados pelas instâncias públicas os meios de circulação, como o fator primordial para a integração do mercado consumidor nacional, através do desenvolvimento da rede de transportes, especialmente o rodoviário, a partir da década de 1950.

Entretanto, conforme destaca Elias (2018, p. 210),

No que tange ao transporte de matéria, privilegiou-se o transporte rodoviário para a realização da maior parte dos fluxos de média e longa distâncias, quer seja de cargas, quer seja de passageiros. Para tanto, centenas de fixos – rodovias, estradas vicinais, terminais rodoviários, entre outros – foram construídos em todo o território nacional, organizando-se inúmeros e complexos sistemas de objetos.

Vale destacar que no final da década de 1950 e início da década de 1960 as técnicas de cultivo tradicionais não contribuíram para o desenvolvimento das atividades agrícolas. Para superar essa condição, o fluxo originário do capital urbano-industrial passa a ser direcionado para o setor agrícola, graças à implantação de políticas agrícolas e dos superávits decorrentes das receitas obtidas com as exportações.

A enxada, o latifúndio, a mão-de-obra escrava e a monocultura estão entre os mais fortes elementos associados à história da atividade agrícola brasileira. Séculos de história não se apagam de um dia para o outro, mas a força das variáveis inerentes ao Período Técnico-Científico-Informacional vem-se difundindo cada vez mais rapidamente no setor. Desde os anos de 1960, observam-se sensíveis modernizações no perfil produtivo dessa atividade, que se intensificou de modo notável nas décadas seguintes, afetando todos os níveis da produção, transformando as relações econômicas e sociais até então vigentes, com forte repercussão na sua organização territorial. O movimento de mudança da agropecuária brasileira se caracteriza, assim, pela substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, pela intensificação da divisão do trabalho e das trocas Intersetoriais e pela especialização crescente da produção agrícola. Hoje, a produção agropecuária moderna existe como realidade em

áreas espacialmente restritas, mas as novas formas de produção, distribuição e consumo têm influência direta sobre as condições gerais da agricultura de todo o país (ELIAS, 2018, p. 64).

O Brasil também foi beneficiado pelas vantagens da tecnologia agrícola, geradas internacionalmente pela revolução verde. Além disso, em muitas regiões onde o tradicional sistema de latifúndio/minifúndio era comum, o moderno complexo agroindustrial foi conquistando territórios.

Hespanhol (1997, p. 38), destaca em seu trabalho que

O desencadeamento do processo de modernização da agricultura brasileira se deu na década de 1950. Contudo, tal processo tornou-se expressivo a partir de meados dos anos 1960, com a implementação de políticas explícitas de apoio à modernização da agricultura pelo Governo Federal.

Foi feito um grande esforço para que o processo de modernização na agricultura brasileira se concretizasse, especialmente durante o governo de Getúlio Vargas, com a priorização do aumento da produtividade agrícola por meio da incorporação de técnicas modernas de cultivo, com o propósito de implantar uma indústria doméstica de fertilizantes e máquinas agrícolas.

Segundo Silva (1998, p. 19),

As condições internas para atingir esse propósito eram, contudo, limitadas, especialmente no caso das máquinas. A partir de 1953 ocorreu uma considerável substituição de importação de fertilizantes (em particular fosfatos), mas as importações ainda permaneciam elevadas, favorecidas por um sistema de taxas múltiplas de câmbio que perdurou até 1961.

Entretanto, foi somente a partir do Plano de Metas (1956 – 1960), implantado no governo de Juscelino Kubitschek, que se idealizou “um planejamento global voltado predominantemente para o desenvolvimento industrial” (HESPANHOL, 1997, p. 39), priorizando a produção de fertilizantes no Brasil. No que diz respeito à fabricação de máquinas agrícolas, a indústria brasileira apresentou um desempenho pouco eficiente na segunda metade dos anos 1950, consolidando-se, efetivamente, a partir de meados da década posterior (anos 1960).

Cabe destacar que a modernização brasileira foi fundamentada na associação do capital multinacional, do capital estatal nacional e do grande capital nacional, conforme aponta Serra, 1984 *apud* Hespanhol (1997, p. 40):

No tripé em que se baseou a industrialização brasileira desde meados dos anos 50, formado pelas empresas do Estado, do capital privado e do capital estrangeiro, a estas últimas coube compartilhar com as empresas estatais o papel de principal protagonista.

O processo de modernização da agricultura, que abrange a mercantilização intrasetorial da agricultura, produz a substituição de elementos internos do complexo rural por compras extra setoriais (máquinas e insumos), suscitando espaço para a indústria de bens de capital e insumos para o setor agrícola.

Para Muller (1990b, p. 111), o aspecto tecno-econômico da modernização agrária reside na alteração da parte fixa do capital constante ou dos “meios fixos de produção” (tratores, arados com tração mecânica, caminhões, colheitadeiras) e na parte circulante do capital constante ou dos elementos de custeio da produção (fertilizantes, defensivos, antibióticos, carrapaticidas), que passam a participar sempre mais pesadamente na estrutura de custos da agropecuária (ELIAS, 2018, p. 75).

Entretanto, a capacidade de importação dos insumos dessa nova base técnica é bastante limitada, o que prejudica o pleno desenvolvimento das relações Inter setoriais à jusante na cadeia produtiva (da agricultura como fornecedora de matérias-primas para a agroindústria).

Através do aumento da participação do consumo intermediário no valor bruto da produção, a agricultura se torna cada vez mais dependente de compras (intra e Intersetoriais) para que possa se desenvolver.

Segundo Silva (1998, p. 22),

O processo de produzir se torna cada vez mais complexo, mais dependente da produção de outros setores da economia, mais intensivo no uso de capital fixo e circulante. A participação do consumo intermediário no valor da produção pode então ser vista como um indicador-síntese do processo de modernização: quanto mais complexa a base técnica da produção, com a utilização crescente de insumos (químicos, físicos e biológicos), maior tende a ser a proporção do consumo intermediário na produção.

Sobre a composição do complexo agroindustrial e dos novos papéis originados no padrão agrícola pós-1960, Sorj e Silva (1998, p. 23), observa que a partir dessa década existe uma ruptura nos

Mecanismos de integração da agricultura no padrão de acumulação industrial, que irá exigir uma reorganização da agricultura a partir da intervenção do Estado e dos novos grupos chamados a orientar a produção agrícola e a renovação das estruturas de dominação.

Diante desse contexto, a dinâmica agrícola será determinada através da acumulação industrial, fundamentada no desenvolvimento dos complexos agroindustriais, através da atuação do Estado no processo de modernização da agricultura, com a finalidade de integrá-la ao novo circuito produtivo, orientada pela

indústria de insumos e processamento de matéria-prima e determinando as condições de infraestrutura tão indispensáveis à expansão da conjuntura do setor agrícola.

Contudo, a modernização da agricultura brasileira, apesar de ter sido importante para o desenvolvimento da economia brasileira, caracterizou-se pela seletividade e diferenciação, onde se destacam os aspectos espaciais, compreendendo a região Centro-Sul do país (São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo que mesmo no interior desses territórios se organizou de forma bastante desigual); socioeconômicos, privilegiando de 10 a 20% dos estabelecimentos rurais que concentraram os maiores volumes e valores da produção agrícola do país; e tecnológico, onde o desenvolvimento de tecnologias e a realização de investimentos em pesquisas privilegiaram os gêneros agrícolas destinados à exportação, em detrimento da produção alimentícia voltada ao mercado interno, que continuaram sem incentivos e sem melhorias nas suas formas de produção (DELGADO, 1985, p. 42).

2.1. Os Efeitos do Complexo Agroindustrial (CAI) na Agricultura Brasileira

Após o ano de 1964 (período de “industrialização expandida”), duas situações importantes influenciam a estrutura produtiva do CAI brasileiro: a diversidade dos produtos nas exportações (industriais e agroindustriais) e a substituição das importações de matérias-primas estratégicas (petróleo, matérias-primas para fabricação de papel e outras).

Essa mudança produziu efeitos diretos no CAI, proporcionando a expansão das agroindústrias processadoras e a internalização da produção de parte considerável dos fertilizantes, herbicidas, fungicidas, vacinas para animais e outros insumos químicos. Paralelamente, o choque do petróleo de 1973 faz com que o país se lance “à produção de álcool combustível, produzindo um impacto descomunal na agroindústria de açúcar e álcool e na agricultura” (MULLER, 1986, p. 352).

Conforme destaca Silva (1998, p. 25),

A estrutura e o crescimento do CAI na década de 1970 podem ser apreciados pelos seguintes dados:

- período de “arranque” dos complexos pode ser localizado no início da década de 1970, quando as taxas de crescimento dos três grandes setores do CAI ultrapassam 15% ao ano e, considerando toda a década, a indústria para agricultura foi o setor que mostrou o maior dinamismo;

- a produção agropecuária propriamente dita teve uma participação declinante no total do CAI, chegando a representar apenas 38% do valor total produzido pelo CAI, em 1980, indicando uma perda do peso da agricultura, em sentido estrito, no total do sistema;
- por sua vez, a indústria para a agricultura (tratores, defensivos, fertilizantes, produtos veterinários, rações etc.) aumentou sua participação no CAI (de 9,3% para 12,7% do total entre 1970 e 1980).

Em suma, a estrutura e a evolução do CAI na década de 1970 comprovam a nova dinâmica agrícola instituída, sendo que ela não pode mais ser alcançada somente a partir dos mecanismos internos da própria atividade agrícola (como a propriedade da terra, a base técnica da produção, a fronteira), nem através da segmentação do mercado interno *versus* externo, configurando-se por meio de uma estrutura conjunta da indústria para a agricultura-agroindústria.

José Graziano da Silva, por sua vez, considera que o processo técnico na agricultura apresenta três marcantes tipos de inovações:

- Inovações físico-químicas, que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio básico de produção.
- Inovações mecânicas, que atingem de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho.
- Inovações biológicas, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, mediante redução de período de produção e potencialização dos efeitos das inovações mecânicas e físico-química (SILVA, 1981, p. 32).

No estudo de Piquet e Ribeiro (1991) e Selani (2005), são levantadas as principais transformações ocorridas no modo de produção agrário no Brasil, após a constituição do CAI na década de 1970, que são:

- I. Estendeu-se por todo o país a pequena produção familiar tecnificada. E mesmo onde o grau de tecnificação ainda é baixo ou mesmo muito baixo, observa-se que o acesso ao crédito bancário se tornou indispensável para assegurar a reprodução social da pequena produção ou produção familiar. Aqueles produtores rurais, a grande maioria ainda, que não foram associados/integrados a esse processo de modernização, mas que sofrem as suas consequências, transformaram-se nos pobres do campo, nos excluídos que já não são produtores, senão força de trabalho que vive à mingua, aguardando que se criem formas possíveis de uma inserção mais estável e promissora no desenvolvimento econômico, e para quem a propriedade ou o acesso à terra já não garante senão um nível de sobrevivência aquém do mínimo e obriga a distintas formas de assalariamento;
- II. Ao inserir crescentemente na nova divisão social do trabalho o produtor, quem quer que seja ele e sobretudo o produtor familiar ou pequeno produtor, insere-se no circuito de intermediação financeira. Sua terra é um meio de produção, logo uma mercadoria, que lhe abre acesso ao capital dinheiro, sem o qual não há como produzir mais e melhor, como impõe o padrão de mercado cada vez mais segmentado do CAI. Sobreviver da terra já não é possível, como indicam as estatísticas que mostram que os pobres do campo são justamente aqueles produtores/trabalhadores que

não conseguiram modernizar-se ou o fizeram de forma insuficiente. Com isso, a terra deixa de ser um valor de uso como era para a pequena produção de subsistência, para o campesinato que conjugava a produção e consumo;

- III. Com a introdução do progresso técnico e a nova forma de produzir/distribuir na agricultura, a terra deixa de servir à reprodução, bem de consumo. Seu valor de uso hoje é ser valor de troca. Essa mudança no uso da terra e no sentido da propriedade é também determinada por uma nova característica que toma, a de reserva de valor. Além de meio de produção capitalista, a terra tornou-se um ativo financeiro de alta liquidez num mercado de títulos de propriedade bastante instável, valorizando-se de maneira acelerada e em níveis altamente competitivos com o de outros ativos financeiros.

Resumidamente, o capital comanda toda a dinâmica de transformação/integração, regulando todas as atividades nas diferentes cadeias produtivas nos seus distintos níveis e esferas. A agricultura vai se subordinando ao capital industrial e ao capital financeiro, que são os agentes responsáveis pela (re) criação das suas condições naturais.

O elemento presente nas diversas atividades dos complexos agroindustriais é o capital, através da regulação macroeconômica. As relações intercapilares perfazem as condições técnicas, mas sobretudo as financeiras.

Conforme afirma Silva (1998, p. 26),

A compra de insumos pela agricultura, por exemplo, impõe-se a princípio como necessidade técnica, mas implica de imediato a necessidade de financiamento. Este não será mais tarefa de agentes isolados (como era o comerciante-prestamista), e sim do sistema financeiro instalado, o qual se torna um parâmetro a soldar o movimento da agricultura com o movimento geral da economia.

Sendo assim, a modernização da agricultura implica a existência de um sistema financeiro organizado, que se constitui no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, “visando repassar ao conjunto da sociedade os prejuízos decorrentes da instabilidade de preços, muito comum no setor agrícola” (HESPANHOL, 1997, p. 41).

Sua execução se inicia durante o governo militar, quando Delfim Netto assume o ministério da fazenda, no ano de 1967, como principal estrutura de fomento à produção agropecuária (crescimento da produção e aumento da produtividade do setor agrícola), como parte da modernização conservadora no regime militar, no período de 1965 a 1982 (DELGADO, 1985, p. 57).

Ainda segundo Delgado (1985, p. 143), “o desenvolvimento agrícola recente situa-se no final dos anos 1960 e, particularmente, no ano de 1965, com a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR”.

[...] Sem o importante aparato financeiro, primeiramente do Estado, seguido pelo das empresas privadas do setor, não teria sido possível mudar a base técnica da produção agropecuária; realizar as pesquisas tecnológicas que fizeram avançar as forças produtivas, especialmente as relacionadas à produção agropecuária e agroindustrial; construir os sistemas de engenharia dos transportes e das comunicações; modernizar as agroindústrias; massificar o consumo de novos produtos e serviços e, em última instância, não teria sido possível o processo de urbanização que acompanhou a modernização da economia, com grande expansão do meio técnico-científico-informacional no campo e na cidade (ELIAS, 2018, p. 226).

A partir da articulação de capitais (provenientes de capitais industriais, bancários, agrários etc.) com instituições de sociedades anônimas, condomínios, cooperativas rurais e, ainda, empresas de responsabilidade limitada, integradas verticalmente (agroindustriais ou agro comerciais), busca-se instituir um lucro médio para as entidades participantes do conglomerado¹⁵.

Em suma, durante os anos finais da década de 1960, prevalecia uma série de condições macroeconômicas e políticas internas que possibilitaram uma mudança qualitativa de desenvolvimento da agricultura e na geração de um padrão geral de acumulação do país, consolidando-se nos Complexos Agroindustriais (CAI), através do processo de fusão/integração de capitais intersetoriais pelo capital financeiro.

A ideia de que os CAIs são um fato recente na economia brasileira, um fenômeno dos anos 1970, não pode ser compreendida apenas na diferença entre modernização da agricultura e constituição dos CAIs. As mudanças técnicas ocorridas entre as décadas de 1960 e 1970 já faziam parte da realidade agrícola, assim como a implantação de projetos agroindustriais no país. Contudo, a modernização dependia da capacidade de importação de insumos químicos, equipamentos e máquinas.

¹⁵ “O crédito foi instrumento de viabilização da inserção da região na lógica da produção e das trocas globalizadas. As políticas federais explicitamente financiaram a reorganização da atividade agropecuária e das indústrias a ela associadas, como as fabricantes de insumos para a produção agropecuária, as que processam seus produtos ou ainda as que geram os bens de produção para as agroindústrias sucroalcooleiras. Financiaram também a construção das infraestruturas econômicas urbanas, em que o Banco Nacional da Habitação teve papel relevante. Podemos então entender a expansão do setor financeiro na região tanto como uma condição para a difusão dos novos padrões de produção, circulação e consumo, quanto como uma consequência da modernização econômica” (ELIAS, 2018, p. 227).

No entanto, com o segundo choque do petróleo em 1979, a economia global e a brasileira entram em crise, devido à dependência da importação do petróleo como fonte de energia. Com isso, existe uma repercussão bastante negativa para o processo de modernização da economia nacional, o que conduziu a uma crise no modelo agroexportador brasileiro. Para Muller (1993, pp. 4-5),

O triênio 1981/83 pode ser considerado como um sinalizador histórico da economia e da sociedade no Brasil. Indica o final de um longo período de crescimento, iniciado há mais de 40 anos. (...) O crescimento centrado na substituição de importações industriais parou. E a capacidade de avançar a base material cessou. O país conseguiu edificar um grande, complexo e integrado parque produtivo, regionalmente concentrado, e com seu grande promotor totalmente exaurido: o Estado não dispunha mais de forças financeiras e políticas para promover uma nova e gigantesca onda de inversões, tal como fizera em décadas passadas. (...) com rapidez e voluptuosidade ímpar vem à tona a face mais cruel do modelo que se esgotara: as imensas massas sociais de pobres e miseráveis.

Para o setor agrícola brasileiro, após os dois choques do petróleo ocorridos na década de 1970, mais precisamente nos anos de 1973 e 1979, levaram o governo federal a adotar uma reestruturação do crédito rural subsidiado, decorrente da grave crise econômica pela qual o país passava e que iria perdurar até o início dos anos 1980. Conforme Araújo, Wedekin e Pinazza (1990, p. 72) *apud* Hespanhol (1997, p. 44):

Nos anos oitenta, o modelo de crescimento do setor agrícola baseado em subsídio à taxa de juro de crédito rural rapidamente esgotou-se. A economia brasileira, sob o impacto do crescimento acentuado das dívidas interna e externa, e do déficit público, passou a conviver com taxas crescentes de inflação. Adicionalmente, o efeito da reestruturação da economia internacional, após os dois choques do petróleo nos anos 70, chegava ao Brasil. E, assim, foram minguando os recursos externos para tocar em frente os projetos de investimentos. O governo teve de processar seguidas mudanças na condição da política econômica e o setor agropecuário não ficou inalterado. No tocante ao crédito rural, caminhou-se na direção da retirada dos subsídios embutidos nos encargos financeiros.

Em 1984, ocorreu “a retirada integral do subsídio embutido ao crédito, mediante à aplicação plena da correção monetária e juros adicionais de 3% ao ano para a região Centro-Sul. Desde então, a agricultura passou a conviver com juros reais positivos no crédito rural” (ARAÚJO, WEDEKIN & PINAZZA, 1990, p. 72 *apud* HESPANHOL, 1997, p. 45).

No entanto, no período de 1978–79, quando aconteceu a segunda crise do petróleo que eleva os juros internacionais, ocorreram condições climáticas desfavoráveis e a redução das áreas cultivadas, que foram responsáveis pela grande

queda na produção agrícola nesse período. Essa situação despertou a atenção da sociedade para o grande problema da agricultura brasileira, que era a produção insuficiente de alimentos para consumo interno, pois havia fatores como a falta de crédito, de preços subsidiados e as políticas macroeconômicas que não incentivaram a agricultura voltada para o mercado interno.

Com a crise de 1978–79, houve a sensibilização da parte do governo federal para a urgência de se implantar uma política agrícola que estimulasse o cultivo de alimentos para o mercado interno. O Programa de Prioridade Agrícola surgiu com esse objetivo, pois enfatizava também as culturas de energia, como a cana-de-açúcar e produtos de exportação. Como resultado, o setor agrícola recuperou-se rapidamente, com taxas positivas de crescimento.

Na segunda metade da década de 1980 e início dos anos 1990, a produção de alimentos aumentou consideravelmente, devido, dentre outros fatores, à eliminação de políticas discriminatórias, principalmente no caso do arroz (formação de uma moderna área irrigada no Estado do Rio Grande do Sul, a partir dos anos de 1990, responsável por 40% da produção nacional) e do milho (houve uma rápida expansão de uma moderna área de cultivo nos Estados do Paraná, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina), sendo que para ambas as situações a modernização permitiu o desenvolvimento de complexos agroindustriais que afetaram não apenas as operações agrícolas, mas também o processamento e o comércio.

Ainda durante a década de 1980, o governo federal passou a adotar a política de preços mínimos, o que resultou em uma maior determinação para a valorização da produção agrícola no mercado. Ela foi um elo primordial para o bom desempenho da agricultura nesse período, pois era uma garantia de preços mínimos para o agricultor que estava nas áreas de fronteira agrícola do Centro-Oeste, que possuía um elevado custo de transporte para o escoamento da produção.

Como conclusão do processo de modernização da agricultura, destacado nos estudos de Muller (1993) e Hespanhol (1997, p. 47), pode-se dizer que,

A tendência à generalização do modo moderno de produzir, no contexto seletivo e concentrado de acesso a crédito e às inovações, acentuou a pobreza e a miséria herdadas de fases anteriores, alterando-lhe seu caráter: não se trata mais desta miséria e desta pobreza, pois elas são, agora, fruto da modernização geral do país, no meio rural e no meio urbano – modernização tecno-econômica e social – o que permite falar em pobreza moderna. A pobreza moderna rural como resultado da modernização agrária não encontra dispositivos na dinâmica agrária herdada para superar sua situação ultrajante. Esta agricultura não cria milhares de empregos, não

necessita ocupar mais terras férteis para elevar a oferta e muito menos conta com mecanismos capazes de proporcionar uma distribuição de renda ou de ativos.

Através do novo modelo de produção ocorre uma seletividade no acesso ao crédito, e as inovações acentuaram a pobreza e a miséria herdadas de fases anteriores (MULLER, 1993). Elas estão presentes na agricultura moderna, pois não criam milhares de empregos, não necessitam de terras férteis para elevar a oferta e muito menos contam com mecanismos capazes de propiciar uma distribuição de renda ou de ativos. A pobreza moderna é característica da modernização brasileira e da crise nacional em que vive a sociedade, sua superação não se encontra nas formas de relacionamentos que mantém com as atividades agrárias modernas, mas com a dinâmica sociopolítica do país.

Houve o aumento da produtividade das terras agrícolas devido à introdução de máquinas e implementos agrícolas, tais como tratores, fertilizantes e outros insumos de tecnologia, que se tornaram o novo foco de atenção em alguns setores¹⁶. Ocorreu uma especialização na agricultura, tanto a voltada à exportação quanto a alguns setores do mercado interno, no final da década de 1960 e início da de 1970¹⁷, ocasionando aumento nos preços das terras agrícolas.

Contraditoriamente, a natureza do trabalho agrário foi drasticamente alterada, sendo que

Os trabalhadores residentes permanentes foram expulsos dos grandes latifúndios (os minifúndios internos foram absorvidos pelos fazendeiros) favorecendo os trabalhadores migrantes sazonais. Cada uma dessas etapas foi projetada para tornar as unidades de agroindústria mais produtivas e eliminar ineficiências e redundâncias inerentes ao velho sistema (BAER, 2002, p. 378).

Com a mecanização e o aumento de produtividade na agricultura brasileira (décadas de 1980 e 1990), ocorreu uma significativa queda no emprego e no número

¹⁶ O consumo de insumos agrícolas no território brasileiro, incluindo os fertilizantes, teve um acréscimo de 13% ao ano, no período de 1950 a 1980, superando a produção agrícola, que foi de 45%. Com isso, o Brasil se tornou um dos maiores consumidores de agrotóxicos - inseticidas, fungicidas, herbicidas – do mundo. Somente o Estado de São Paulo superava 1/3 da quantidade total de inseticidas e mais de 50% do total de fungicidas vendidos no Brasil (nota do autor).

¹⁷ No início dos anos de 1970, a profunda integração entre o processo de produção agropecuária e os setores fornecedores de máquinas e insumos para a agricultura e processadores de matérias-primas de origem agrícola tornou evidente que um fenômeno novo passava a imprimir novos rumos à modernização da agricultura (nota do autor).

de estabelecimentos agrícolas. Entre os períodos de 1985 e 1996, o emprego na agricultura caiu 23%, enquanto sua produção total aumentou 30%.

A partir da década de 1990, ocorreu grande desenvolvimento e difusão de técnicas e equipamentos agrícolas, sendo difícil distinguir a produção agrícola brasileira destinada à exportação e ao consumo interno. Além disso, um produto pode ser incluído num grupo em dado momento e ser mudado para outro grupo alguns anos depois. As safras para exportação foram as primeiras a serem modernizadas e incorporadas aos complexos agroindustriais. Conforme Baer (2002, p. 381), “apesar das desigualdades de distribuição, em termos absolutos o mercado doméstico para produtos alimentícios é bastante amplo”.

Entretanto, a respeito do incentivo à produção agrícola, enquanto na década de 1950 havia o programa de garantia de preços mínimos, que foi extinto por não demonstrar resultados positivos, nas décadas de 1960 e 1970 um dos principais instrumentos de política para estimular a agricultura foi o uso do crédito. Segundo Baer (2002, pp. 388–389),

De 1960 até meados da década de 70 o valor real dos novos empréstimos agrícolas aumentou mais de seis vezes. O crédito agrícola em comparação ao crédito total aumentou de 11% em 1960 para cerca de 25% em 1979, e o crédito agrícola total em comparação ao PIB agrícola oscilou entre 65% e 94% em 1979. A maior parte do crédito destinado à agricultura originou-se no Banco do Brasil, mas várias medidas também foram tomadas para induzir os bancos privados a elevar o número de empréstimos ao setor. A expressiva parcela de empréstimos agrícolas foi feita numa base de concessões, ou seja, a taxa de juros cobrada geralmente se encontrava abaixo da taxa de inflação. Em meados da década de 70, por exemplo, incidiam juros de 7% ao ano sobre os empréstimos destinados à compra de insumos agrícolas, enquanto a taxa de inflação era superior a 35%. O volume de crédito subsidiado representou 2% do PIB agrícola no início da década de 70 atingindo quase 20% em 1980¹⁸.

Durante os anos de 1990, o Estado se afasta das atividades econômicas, entre elas a agricultura, cortando recursos destinados ao crédito subsidiado e à manutenção da garantia de preços mínimos. Com a introdução do Plano Real, os produtores agrícolas se encontraram em uma situação difícil, onde a atualização da correção

¹⁸ “A transferência de renda à agricultura por intermédio do crédito subsidiado trouxe benefícios discrepantes ao setor. Ao mesmo tempo em que contribuiu para um aumento significativo na mecanização de certas áreas e para a melhoria de técnicas de cultivo, a distribuição do subsídio por meio de taxas de juros reais negativos foi bastante desigual: normalmente os maiores beneficiários desse crédito eram os grandes fazendeiros. Por exemplo, a parcela do total de crédito destinado a safras alocadas para pequenos empréstimos (menos de 5 salários-mínimos) foi de 34% em meados da década de 60 e caiu para 11% em meados da de 70; no que se refere a empréstimos destinados à pecuária, a queda foi de 33% para 12%” (BAER, 2002: p. 389).

monetária das dívidas era muito mais elevada do que o aumento dos preços dos produtos agrícolas.

Esse fato influenciou sobremaneira a produção de 1995/96, ano do Censo Agropecuário brasileiro. A partir dessa situação, muitos produtores tornaram-se mais seletivos quanto aos produtos cultivados, especializando-se nas culturas agrícolas sobre as quais tinham maior controle e apoio tecnológico, prejudicando os cultivos tradicionais.

Segundo Baer (2002, p. 393),

As reformas políticas mais importantes que ocorreram na agricultura brasileira no período de 1987–92 podem ser, resumidamente, classificadas em três grupos:

- I. As reformas referentes à liberalização do comércio exterior de produtos agrícolas: eliminação de restrições de importação e exportação e modernização de procedimentos alfandegários. As tarifas médias sobre importação de produtos agrícolas caíram de 32,2% em meados da década de 80 para 14,2% na de 90. Houve também uma significativa redução das tarifas de importação de fertilizantes. As tarifas para maquinário agrícola, porém, continuaram altas a fim de proteger a indústria nacional;
- II. As reformas voltadas para a estabilização dos preços domésticos: intervenções do Estado mais coerentes com as forças de mercado do que no passado – estabelecendo preços mínimos para vários produtos agrícolas, compatíveis com os preços praticados nos mercados internacionais. Na década de 90, o governo adotou uma política de preços mínimos que tinha por objetivo um sistema de incentivos compatível com projeções de demanda futura para vários produtos agrícolas. Além disso, o governo instituiu uma política de estoques reguladores que complementou as políticas de preços;
- III. Mudanças institucionais que visavam à eliminação de monopólios agrícolas estatais, especialmente de **açúcar**, **álcool**,¹⁹ café e trigo.

Como resultado da diminuição da intervenção do governo e do crédito subsidiado, surgiu um novo modelo de agricultura no Brasil (após 1990),

No qual o setor agrícola estava integrado a um sistema de distribuição crescentemente influenciado pelas cadeias de supermercados e pela agroindústria. Essas instituições, que também incluíam comerciantes/processadores de *commodities* e setores de insumos agrícolas, tornaram-se a principal fonte de financiamento, substituindo as fontes de crédito público que desapareciam. O instrumento mais importante foi o rápido aumento de produtividade, com uma moderada queda nas áreas cultivadas e uma redução drástica no emprego de mão de obra (BAER, 2002, p. 393).

Durante o período de 1987 a 1998, ocorreu um crescimento estável da produtividade na agricultura devido a alguns fatores. A falta de investimentos na infraestrutura de transportes na década de 1980 e início dos anos 1990 promoveu um

¹⁹ A política de liberalização do Estado para o açúcar e o álcool (setor sucroalcooleiro) serão contemplados no capítulo 3 (nota do autor).

aumento na concentração do uso da terra. Por outro lado, a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), instituição do governo federal especializada em pesquisa agrícola, desenvolveu uma nova variedade de sementes (muitas adaptadas a condições do solo de outras regiões) e novas técnicas de produção foram rapidamente disseminadas aos fazendeiros do país.

Além desses fatores, soma-se a migração de agricultores da Região Sul que se deslocaram para as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, atraídos pelo baixo preço da terra e buscando aumentar suas áreas de produção e a produtividade das culturas agrícolas, ampliando a reprodução do capital; e, finalmente, da disponibilidade de insumos agrícolas modernos a preços mais baixos, estimulando seu maior uso (através da liberalização do comércio).

2.2. O Impacto da Modernização da Agricultura no Município de Santa Cruz do Rio Pardo

Em relação ao pessoal ocupado, serão analisados os trabalhadores permanentes e temporários, homens e mulheres (no geral), para os censos agropecuários de 1950, 1960, 1975, 1985, 1995/96, 2006 e 2017 (Tabela 5).

Tabela 5. Pessoal Ocupado: Trabalhadores Temporários e Permanentes (Homens e Mulheres) no Município de Santa Cruz do Rio Pardo no Período de 1950 a 2017

Censos Agropecuários	Pessoal Ocupado		Total
	Permanentes	Temporários	
1950	2.242	1.251	3.493
1960	4.074	1.425	5.499
1975	1.465	462	1.927
1985	2.074	385	2.459
1995/96	1.852	134	1.986
2006	1.404	279	1.683
2017	152	79	231

Fonte: IBGE (1950, 1960, 1975, 1985, 1995/96, 2017).

A quantidade de tratores na agricultura brasileira era muito baixa, pois entre 1940 e 1950 o número de tratores utilizados na agricultura brasileira cresceu de apenas 3.380 para 8.372 unidades, mas na década de 1950 verifica-se um grande salto, chegando a 1960 com 61.345 tratores utilizados nos estabelecimentos agropecuários (SILVA, 1998).

Sobre a dinâmica do capital e as novas tecnologias na agropecuária brasileira,

Podemos dizer que a tecnologia e o capital passam a subordinar, em parte, a própria natureza, reproduzindo artificialmente algumas das condições

necessárias à produção agrícola, cada vez mais dependente dos insumos gerados pela indústria, cuja produção transformou o conjunto de instrumentos de trabalho agrícola. Inúmeras pesquisas tecnológicas voltadas para o setor desenvolveram uma gama incontável de novos produtos químicos na tentativa de suprir as deficiências do solo, prevenir as doenças das plantas, combater pragas nas plantações, aumentar o rendimento do hectare, produzir no laboratório sementes mais produtivas; de construir máquinas para semear, cultivar, colher, irrigar o solo, e uma quantidade incomensurável de outras inovações, proporcionando maior rendimento por hectare (ELIAS, 2018, p. 61).

No que diz respeito às máquinas e implementos agrícolas existentes nos estabelecimentos rurais do município de Santa Cruz do Rio Pardo, SP, nos períodos de 1950, 1960, 1975 e 1985, busca-se verificar a evolução de sua quantidade no período analisado (Tabela 6). Quanto ao número de tratores, o Censo Agropecuário de 1950 registrou a existência de 16 unidades. Considerando o período inicial (1950) e o período final (1985), ocorreu um crescimento de 5.019% no total de tratores nos estabelecimentos agropecuários de Santa Cruz do Rio Pardo.

Quanto à frota de caminhões, o Censo Agropecuário de 1950 acusou 41 unidades no município santa-cruzense. Para o ano de 1960, o número de caminhões se eleva para 124 unidades, acusando um crescimento de 202% na frota. No ano de 1975, o efetivo de caminhões apresenta uma queda de 47,5% em relação a 1960, perfazendo um total de 65 unidades. No Censo Agropecuário de 1985, foi registrado um aumento de 268% na frota de caminhões no município em relação a 1975, chegando a 239 unidades. Entre 1950 e 1985, houve um incremento de 483% na frota de caminhões no município.

Os utilitários são veículos que unem o transporte de cargas e pessoas sem a necessidade de auxílio do compartimento externo, diferente de uma caçamba ou de um caminhão, por exemplo²⁰. Podem ser citados aqui pequenos tratores, jipes, peruas Kombi, vans, pick-ups, entre outros modelos, que são utilizados para transportar pessoas e cargas, em espaços internos adaptáveis.

Os veículos utilitários não apresentaram registros de unidades no Censo Agropecuário de 1950. No ano de 1960, existiam 29 veículos utilitários no município de Santa Cruz do Rio Pardo.

²⁰ <<https://blog.superbid.net/saiba-se-um-veiculo-utilitario-e-a-melhor-alternativa-para-voce/>> Acesso em 21 dez. 2021.

Tabela 6. Máquinas e Implementos Agrícolas existentes nas Propriedades Rurais do Município de Santa Cruz do Rio Pardo nos Períodos de 1950, 1960, 1975 e 1985 (em Unidades).

Tipo de Máquina ou Implemento Agrícola	Máquinas e Implementos Agrícolas				Variação (%) 1950/1985
	1950	1960	1975	1985	
Tratores	16	85	558	819	5.019
Caminhões	41	124	65	239	483
Utilitários	-----	29	364	412	-
Arados	1.495	1.456	2.360	1.264	-15,5
Colhedeiras	-----	-----	169	210	-
Semeadeiras	282	67	-----	478	69,5

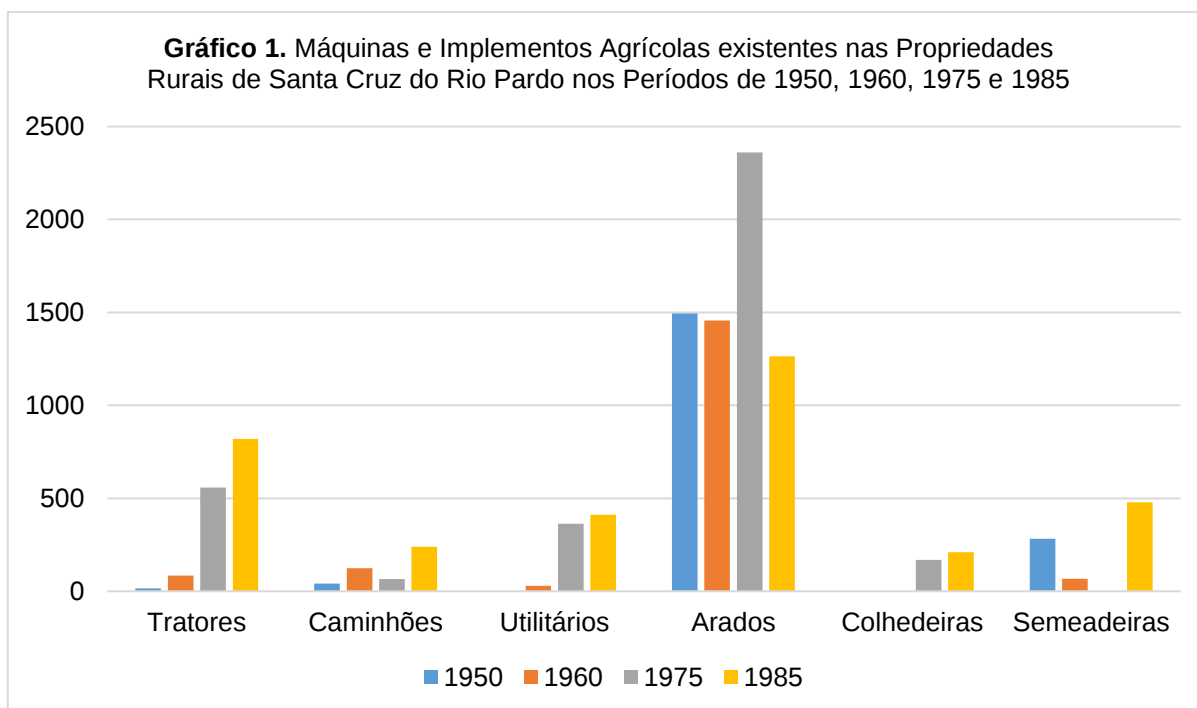
Fonte: IBGE (1950; 1960; 1975 e 1985).

No censo de 1975, ocorreu um aumento de 1.155% em relação ao período anterior (1960), passando para um total de 364 unidades. Em 1985 foi registrada a existência de 412 veículos utilitários, perfazendo um crescimento de 13% na frota de veículos em relação ao ano de 1975.

Os arados apresentaram um total de 1.495 unidades no Censo Agropecuário de 1950. Entre 1950 e 1960 houve uma queda de cerca de 3%, registrando um total de 1.456 unidades em 1960. No censo de 1975, houve acréscimo de 62% no número de arados no município de Santa Cruz do Rio Pardo em relação a 1960, atingindo 2.360 unidades. Entre 1975 e 1985 houve um recuo de 46,5%, perfazendo um total de 1.264 unidades. Entre 1950 e 1985 houve uma perda de 15,5% no total de arados.

Quanto às colhedeiras, não ocorreram registros de unidades nos Censos Agropecuários de 1950 e 1960. No censo de 1975, foram identificadas a existência de 169 unidades no território santa-cruzense, e 210 unidades para o ano de 1985. Isso demonstra um aumento de 24% entre 1975 e 1985.

Em referência às semeadeiras, no ano de 1950 existiam 282 unidades no município de Santa Cruz do Rio Pardo. Entre 1950 e 1960, ocorreu uma queda de 76%, reduzindo para 67 unidades. No Censo Agropecuário de 1975 não foram divulgados dados do número de semeadeiras nesse município. Em 1985, foram registradas 478 unidades. Se comparar o período inicial (1950) e o período final (1985), houve um aumento de 69,5%, mesmo apresentando queda entre o total de semeadeiras entre os anos de 1950 e 1960 e a não divulgação de dados do IBGE para o censo de 1975 (Gráfico 1).



Fonte: IBGE (1950; 1960; 1975 e 1985).

Tabela 7. Tratores, Veículos, Plantadeiras, Colhedeiras, Arados e Utilitários existentes no Município de Santa Cruz do Rio Pardo – Censos de 1995/96, 2006 e 2017 (unidades)

Tipo de Equipamento	Censos			Variação 1995/96 e 2017 (%)
	1995/96	2006	2017	
Tratores	714	626	317	-56
Caminhão/camioneta	107	106	119	11
Plantadeiras	326	169	145	-56
Colhedeiras	107	72	86	-20
Arados	821	267	268	-67
Utilitários	171	128	225	32

Fonte: IBGE (1995/96; 2006; 2017); LUPA (2017)

No que diz respeito ao período compreendido entre 1995/96 e 2017 (censos), com relação ao número de tratores, houve uma redução de 56% na frota existente nesse período, passando de 714 para 317 unidades existentes no município. No mesmo período, houve recuos consideráveis no número de plantadeiras (-56%), colheitadeiras (-20%) e arados (-67%). As frotas de caminhões/camionetas e utilitários apresentaram crescimento de 11% e 32%, respectivamente (Tabela 7). Nesse período, houve um avanço considerável da cultura canavieira sobre a área agricultável do município e diminuição das culturas da agricultura familiar, com uma maior concentração de terras.

No que se refere à modernização das práticas agrícolas pelos agricultores santa-cruzenses, observa-se que no período compreendido entre 1975 e 1985, ocorreram a introdução e disseminação dessas práticas nas propriedades rurais e

lavouras do município, tais como a utilização de adubos químicos e adubos orgânicos, calcário, defensivos animais e defensivos vegetais e prática de conservação do solo (Tabela 8).

Para Silva (1981, p. 33), as inovações biológicas²¹ seriam aquelas com as quais o homem interfere sobre as determinações das forças da natureza [...]. Assim, uma variedade melhorada não é apenas uma planta ou um animal capaz de gerar um maior volume de produção num menor espaço de tempo ou numa época distinta daquela outra encontrada na natureza. É muito mais do que isso; trata-se de seres “fabricados” pelo capital, que reproduz artificialmente a própria natureza (ELIAS, 2018, p. 88).

Existiam 948 estabelecimentos agropecuários nos Censos Agropecuários de 1975 e 1985 que utilizavam adubos químicos, permanecendo na estabilidade. Em relação aos adubos orgânicos, 151 estabelecimentos se utilizavam desse insumo em 1975, passando para 1.002 estabelecimentos em 1985, acusando um aumento de 564%. Quanto ao uso do calcário para a correção do pH do solo, essa prática foi identificada em 226 propriedades em 1975 e, no censo agropecuário de 1985, 322 estabelecimentos faziam a utilização desse insumo na agricultura.

Tabela 8. Uso de Fertilizantes, de Defensivos Agrícolas e Práticas de Conservação do Solo nos Estabelecimentos Rurais no Município de Santa Cruz do Rio Pardo nos Períodos de 1975 e 1985.

Tipo de Prática Agrícola	Períodos (n.º de Estabelecimentos)		Variação (%) Período 1975 e 1985
	1975	1985	
Adubos Químicos	948	948	0
Adubos Orgânicos	151	1.002	564
Calcário	226	322	42
Defensivo Animal	1.025	937	-8,5
Defensivo Vegetal	580	508	-12
Conservação do Solo	411	874	113

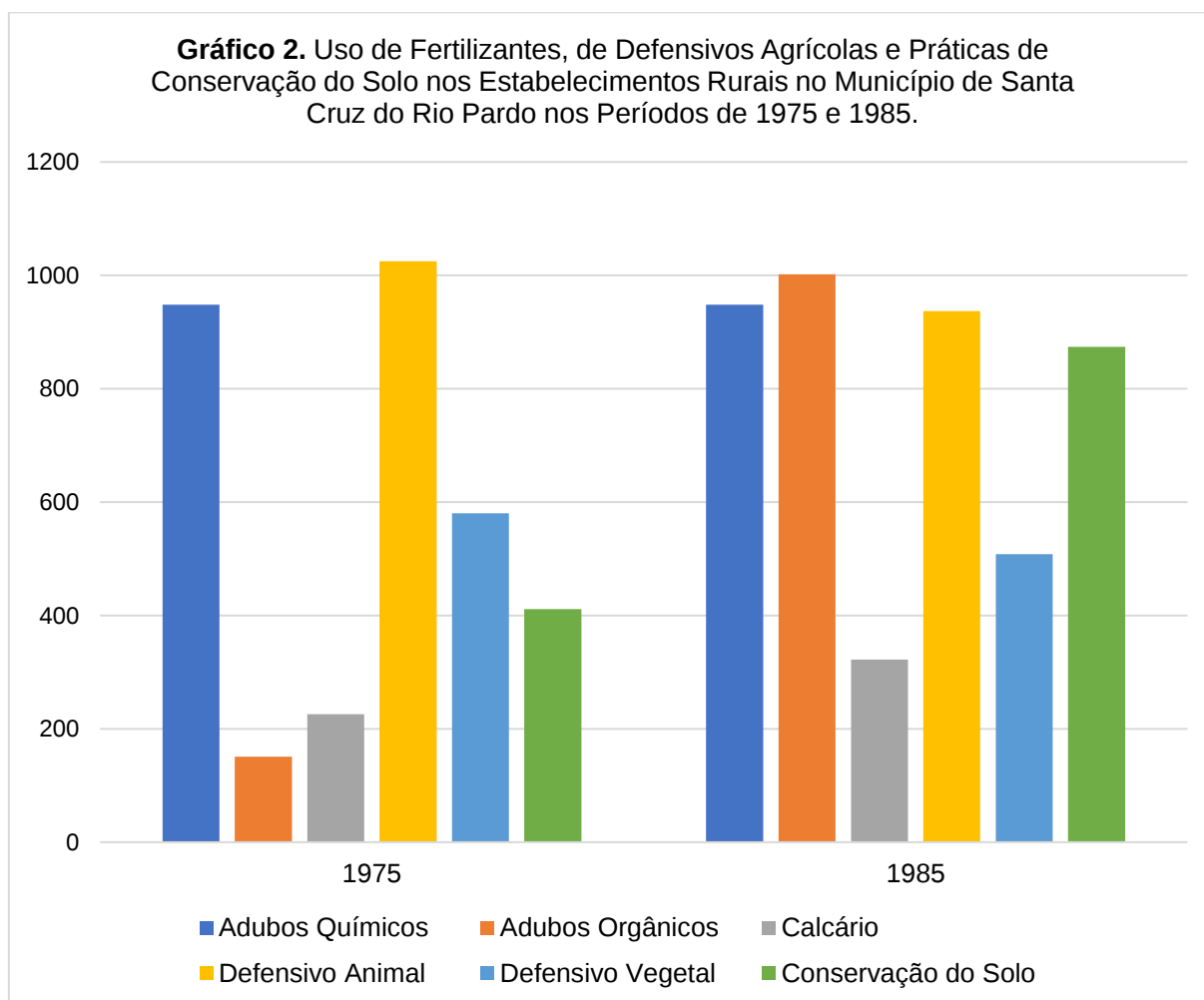
Fonte: IBGE (1975; 1985).

No que diz respeito à utilização de defensivos animais e vegetais, eles apresentaram recuo no uso pelos agricultores, nos censos de 1975 e 1985. Os defensivos animais tiveram uma queda de 8,5% no período de 1975 e 1985, passando de 1.025 para 937 estabelecimentos agropecuários que os utilizavam. A utilização de

²¹ “Um dos avanços técnicos mais importantes conseguidos com a biotecnologia foi a produção dos híbridos. O híbrido é uma semente melhorada, gerada em laboratório com a utilização da engenharia genética, constituindo-se um dos principais signos da modernização da agricultura e um dos insumos industrializados mais utilizados no processo de mudança da sua base técnica. Com as mais avançadas técnicas biotecnológicas, o homem conseguiu manipular um dos recursos mais fundamentais à sua sobrevivência, ou seja, as próprias sementes, modificando radicalmente a relação que mantinha até então com a natureza em geral e com a atividade agrícola em particular. Para Mooney (1987), dominar a produção de sementes é poder controlar a própria humanidade” (ELIAS, 2018, pp.88-89).

defensivos vegetais apresentou declínio de 12% no período de 1975 e 1985, quando passou de 580 para 508 estabelecimentos rurais que utilizavam essa prática.

Quanto à implantação de projetos de conservação do solo, essa prática aumentou consideravelmente no período de 1975 e 1985, impulsionadas, pela Delegacia Agrícola de Santa Cruz do Rio Pardo, em parceria com os agricultores do município de Santa Cruz do Rio Pardo. Em 1975, eram 411 estabelecimentos que se utilizavam dessa prática, chegando a 874 estabelecimentos rurais no ano de 1985, representando um aumento considerável de 113% (Gráfico 2).



Fonte: IBGE (1975; 1985).

Otani *et al.* (1994) realizou um levantamento sobre os benefícios do “Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas” para os produtores rurais nos bairros da Figueira, Palmeiras, Caetê e Caetezinho, no município de Santa Cruz do Rio Pardo, que são elencados a seguir:

- I. Em Santa Cruz do Rio Pardo, até 1987, conforme declarações colhidas, não havia projetos desenvolvidos com produtores que resultassem em trabalhos integrados, com participação de entidades locais, como a prefeitura, de entidades representando os produtores, como sindicatos e cooperativas e a Casa da Agricultura (CA). O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), principalmente pela atuação dos técnicos da CA, possibilitou um trabalho inverso, um trabalho integrado;
- II. Através de um movimento iniciado pelo comitê educativo da Cooperativa Agropecuária de Paranapanema Ltda. (COOPANEMA) e com o respaldo da CA local, em setembro de 1987, criou-se a Comissão Municipal de Conservação de Solo. Eram participantes o prefeito, o padre, o presidente da cooperativa, o delegado agrícola, o supervisor, o assistente de seguro rural, os gerentes dos bancos, os membros do comitê educativo e logicamente os produtores. Como resultado surgiu o compromisso de todos para o engajamento do município no PEMH;
- III. Aproveitando-se dessa reunião, na qual havia 72 participantes, no mesmo mês, a CA local foi palco de outra reunião constituída somente de produtores, mais exatamente doze produtores representantes de alguns bairros como: Água Limpa, Cebolão, Fortuna, Figueira, Palmeira, Cachoeira e Três Ilhas.;
- IV. Nessa reunião, cada representante apresentou o seu bairro: a área, o número de produtores e o que se produzia. Cada um descreveu resumidamente a área, as máquinas, se os produtores moravam ou não no bairro e, o mais importante, se havia número significativo de produtores que queriam se integrar ao trabalho da MBH. Dessa reunião saiu uma MBH chamada de Córregos da Fortuna-Figueira-Palmeira;
- V. Havia ainda uma outra variável importante que unia esses três bairros, sua organização informal, isto é, os bairros historicamente se encontravam informalmente organizados e esta organização girava ao redor da igreja e das festas comunitárias;
- VI. Após a criação da MBH, era preciso fazer um diagnóstico da área escolhida. E constatou-se, em 1988, que a MBH era constituída de 49 produtores que ocupavam 1.169 hectares de terra nobre: Terra Roxa Estruturada (TRE). Eram produtores que estavam ali desde a época de seus pais. Na trajetória de vida dessas famílias, elas já haviam plantado milho, café e algodão. Mas desde 1975/76 estavam cultivando a dobradinha soja/trigo principalmente. Portanto, eram produtores, em sua maioria, que já detinham considerável conhecimento tecnológico, maquinário, infraestrutura etc.

Para se ter uma ideia sobre o potencial da agricultura familiar nessa área (9.550 hectares, o que equivale a 12% do território santa-cruzensense), cabe confrontar os dados da Casa da Agricultura/Secretaria Municipal da Agricultura de Santa Cruz do Rio Pardo com as estatísticas fornecidas pela Associação dos Produtores Rurais da Figueira, Palmeiras, Caetê e Caetezinho, onde se produz 46% do milho, 50% da soja, 25% das hortaliças (tomate, pepino, pimentão e outros – que passaram a ser cultivados em estufas), 6% da cana-de-açúcar, 30% do feijão, 10% do café, 12% do leite, 25% da carne bovina, 21% da carne suína, 50% do mel e derivados da produção total do município.

Os agricultores do município santa-cruzensense apontaram que, para que ocorra o desenvolvimento pleno do município, respeitando sua tradição e privilegiando-se a economia agrícola, seria necessária uma política de atração e implantação de agroindústrias, incentivadas pelo governo, nas esferas municipal, estadual e federal. Existem poucos exemplos de agroindústrias instaladas nessa área e que utilizam a produção agrícola local²² (Pesquisa de campo, 2018).

Os dados apontados sobre a economia de Santa Cruz do Rio Pardo demonstram ser esse município um grande produtor de gêneros agrícolas no Estado de São Paulo. Portanto, uma possível saída para o desenvolvimento está na valorização da agricultura, com a instalação de agroindústrias, não somente as empresas de origem do capital local, mas também atraindo novos empresários, como o exemplo da Agroterenas Citrus, como será estudado no capítulo 5.

Na sequência dessa pesquisa, será estudada a importância do agronegócio no município santa-cruzensense, através da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), a partir de sua mais recente versão (2.0), contando com empresas especializadas na agropecuária (algumas inclusive detentoras de tecnologias aplicadas ao setor agrícola), os estabelecimentos comerciais atacadista e varejista voltados à atender os agricultores de Santa Cruz do Rio Pardo e municípios vizinhos, além de serviços especializados e as cooperativas agroindustriais existentes no município, contemplado os empresários do setor do agronegócio local e regional.

2.3. A Gênese dos Empreendimentos do Agronegócio no Município de Santa Cruz do Rio Pardo

O município de Santa Cruz do Rio Pardo se apresenta como um dos maiores produtores do agronegócio paulista, se destacando como o 4o. maior produtor de atividades do agronegócio na Região Administrativa de Marília (superado por Bastos, Paraguaçu Paulista e Tupã) e o maior produtor do agronegócio da Região de Governo de Ourinhos (valor adicionado), conforme estudado no capítulo 1.

Não somente na produção agropecuária, mas também no número de empresas do setor do agronegócio que se estabeleceram no município santa-cruzensense nas

²² A Agroterenas S.A Citrus, que é uma empresa pertencente ao grupo Agroterenas, é um modelo de empresa agroindustrial que utiliza a laranja que ela mesma produz em suas propriedades localizadas no município (será estudada no capítulo 5).

últimas décadas. As empresas se classificam em agroindústrias, comércios atacadista e varejista, cooperativas agroindustriais, de desenvolvimento de tecnologias práticas para o agronegócio, entre outras, sendo algumas reconhecidas regionalmente e nacionalmente, como será estudado adiante. No entanto, para identificá-las, será utilizado o sistema de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), em sua versão 2.0, desenvolvida no ano de 2007, seguindo a padronização internacional.

Os setores de atividades econômicas no território brasileiro seguem uma padronização universal, que é a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), de modo a facilitar o enquadramento das empresas nos seus diferentes setores de atividades econômicas. Segundo informações obtidas junto à Comissão Nacional de Classificação (CONCLA/IBGE, 2022), a

A CNAE²³, oficializada pela primeira vez com a publicação no Diário Oficial da União em dezembro de 1994, resultou de um processo de revisão das classificações de atividades econômicas, mais extenso que os procedimentos periódicos de atualização e aperfeiçoamento até então adotados pelo IBGE como parte do planejamento dos censos econômicos.

Foi muito importante a participação de gestores de órgãos públicos integrantes da Administração Pública, responsáveis pelos cadastros e registros das atividades econômicas; de entidades privadas e colaborativas, para que se pudesse realizar um estudo aprofundado, com a finalidade de se formar uma comissão nacional de classificação das atividades econômicas brasileiras, que siga as diretrizes dos órgãos norteadores internacionais. Como resultado dessa comissão constituída, houve o

[...] entendimento de que as classificações são instrumentos cujo uso excede o interesse exclusivo da instituição de estatística, foi instituída a Comissão Nacional de Classificação – Concla, criada pelo Decreto n.º 1.264, de 11 de outubro de 1994 (CONCLA/IBGE, 2022).

Com o advento de novos modelos de classificação das atividades a nível internacional, e com o desenvolvimento de novas atividades econômicas, a CNAE passou por algumas revisões, seguindo a tendência mundial, como as de 2002 e de 2007. Conforme divulgado pela CONCLA/IBGE (2022),

²³ CNAE é a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional na produção de estatísticas por tipo de atividade econômica, e pela Administração Pública, na identificação da atividade econômica em cadastros e registros de pessoa jurídica. Ao prover uma base padronizada para a coleta, análise e disseminação das estatísticas relativas à atividade econômica, a CNAE permite ampliar a comparabilidade entre as estatísticas econômicas provenientes de distintas fontes nacionais, e das estatísticas do País no plano internacional (CONCLA/IBGE, 2022).

A revisão 2007 da CNAE²⁴, que resultou na versão 2.0 objeto desta publicação, teve por objetivo dotar o País com uma classificação de atividades econômicas atualizada com as mudanças na estrutura e composição da economia brasileira e sincronizada com as alterações introduzidas na versão 4 da *Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas– CIIU/ISIC 1*. A CNAE 2.0 substitui a versão anterior, a CNAE 1.0.

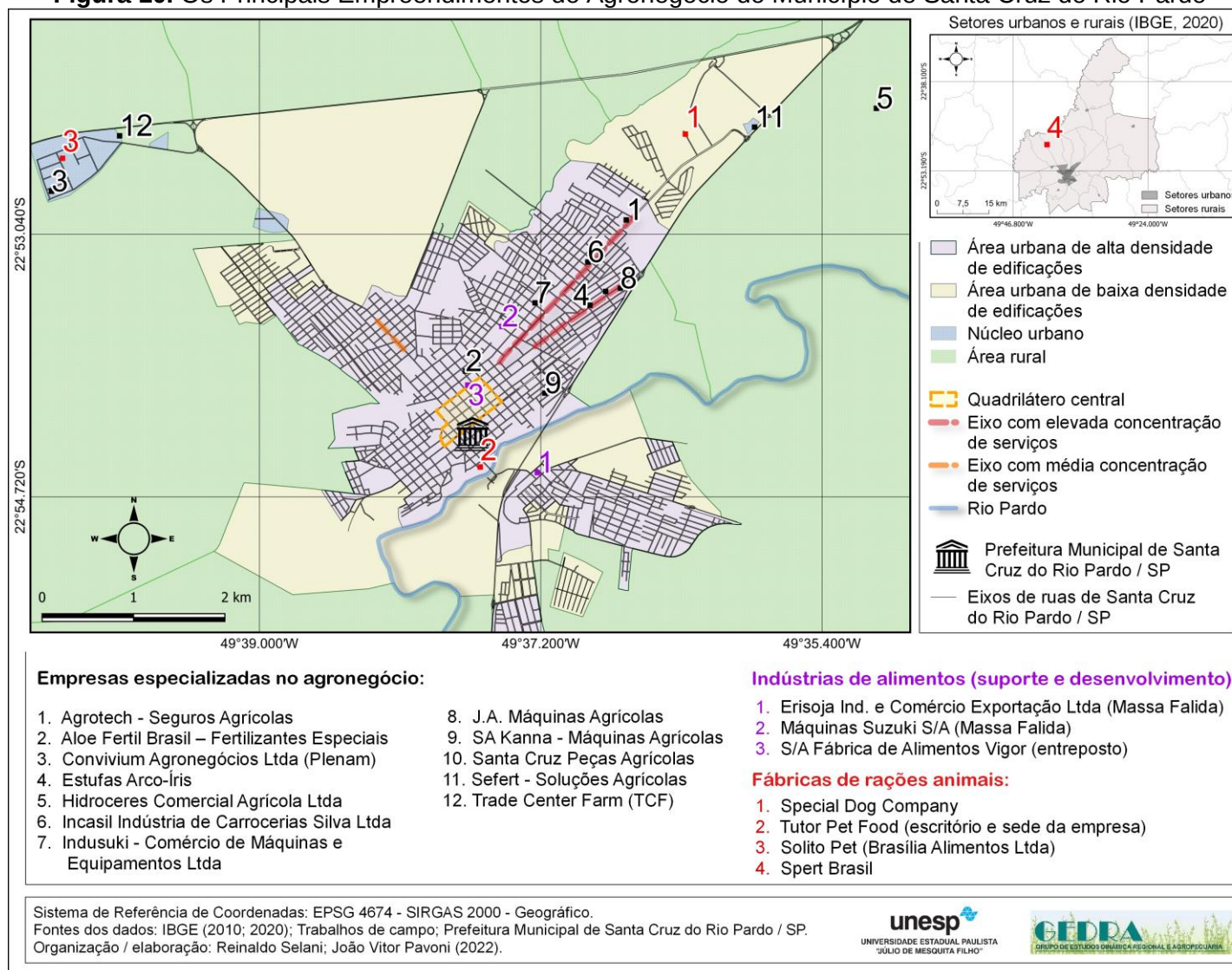
Quanto às agroindústrias e empresas do agronegócio existentes no município de Santa Cruz do Rio Pardo, foi realizado um levantamento das atividades econômicas, utilizando-se da classificação das atividades econômicas (CNAE 2.0/2022), podendo-se elencar os seguintes empreendimentos do agronegócio, identificados (Figura 10), seguindo a ordem cronológica de suas origens:

- **1984 - Comercial Cerealista Solimã Ltda.** - A Cerealista Solimã, que foi fundada por membros da família Pegorer, inicialmente se dedicava ao beneficiamento de café e arroz. No decorrer dos anos de 1990, como resultado da modernização do processo produtivo das empresas e da grande competitividade entre elas, deixou de beneficiar arroz e iniciou uma nova fase, com a transição dos negócios para compra e comercialização de grãos, como a soja e o milho, que eram produzidos no município.

A gênese da Cerealista Solimã, iniciou suas atividades no segmento de beneficiamento de arroz em Santa Cruz do Rio Pardo, e adaptou sua produção para recebimento, armazenamento e comercialização de grãos (soja, milho e sorgo). Sua área de atuação, segundo o CNAE 2.0 é o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (G-4623-1/99). Construiu suas novas instalações às margens da rodovia Orlando Quagliato (SP-327/BR-369), no Distrito Industrial de Santa Cruz do Rio Pardo, sendo um local de fácil acesso para São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. Atualmente, a Comercial Cerealista Solimã possui sede no município, mas está expandindo sua área de atuação, possuindo filiais em Piraju e Cerqueira César.

²⁴ Em 2002, a estrutura da CNAE foi atualizada e as notas explicativas aperfeiçoadas, adaptando-se às alterações da revisão 2002 da *CIIU/ISIC 3.1* e incorporando ajustes adicionais pontuais, resultando na versão 1.0 da CNAE (Resolução Concla n.º 6, de 09/10/2002). Com a versão 2.0 (2007), pela primeira vez desde a definição original, a CNAE passa por uma revisão ampla (CONCLA/IBGE, 2022).

Figura 10. Os Principais Empreendimentos do Agronegócio do Município de Santa Cruz do Rio Pardo



Fonte: IBGE (2010, 2020) / Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo (2022)

- **1992** - Hidroceres Comercial Agrícola Ltda. - A Hidroceres Comercial Agrícola Ltda., uma empresa de origem familiar criada em 1992 e se tornou em uma das maiores empresas produtoras e comercializadoras de sementes e mudas de hortaliças e insumos agrícolas (exceto defensivos agrícolas) para plasticultura (cultivos agrícolas plantados e produzidos dentro de estufas) do interior paulista²⁵. Em 2004, surge a Hidroceres Comercial Agrícola Ltda., que passa a fornecer mudas e sementes para os estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Distrito Federal, e conta com mais de mil clientes ativos e um rol de produtos de aproximadamente mil e quinhentas variedades. Sua atividade econômica está centrada no comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas (G-4623-1/06).

Empresa especializada na produção de tomate, pimentão, melancia, cucurbitáceas (pepino e abobrinha) e brássicas (repolho, brócolis e couve-flor), os empreendedores estimam que cerca de 80% da produção nacional de pimentão enxertado esteja saindo das estufas de Santa Cruz do Rio Pardo, que com 300 hectares de área cultivada, possui a maior concentração de estufas do país²⁶.

Diante dessa realidade, foi fundado o CEHICON²⁷, que se constitui em uma parceria entre a Hidroceres Comercial Agrícola Ltda. e a empresa Convivium (Plenan Fertilizantes Líquidos), além de outras empresas parceiras, como Sakata (sementes de hortaliças), Syngenta (sementes e proteção de cultivo), Clause (sementes), Plantfort (estufas agrícolas), Ginegar (filmes e telas), Eco

²⁵ A empresa iniciou seu trabalho no município de Santa Cruz do Rio Pardo, estado de São Paulo, em setembro de 1992, através da construção de uma estufa tipo londrina de 1.000 m², se tornando uma das pioneiras no Brasil no ramo da comercialização de mudas e sementes para plasticultura, sendo seus proprietários Oliveira Basílio Bassetto Junior e Línea Simões Bassetto. Está localizada às margens da rodovia SP 225 (Rodovia João Baptista Cabral Rennó), no km. 319, no bairro da Serrinha, bairro rural do município de Santa Cruz do Rio Pardo (nota do autor).

²⁶ Isso se deve à iniciativa do sócio proprietário da Hidroceres Comercial Agrícola Ltda., Oliveira Basílio Bassetto Junior, que participou de cursos e eventos no Brasil e em diversos países, como Israel, Chile, Espanha, Países Baixos, Itália, França e Estados Unidos, aprendendo novas técnicas e aperfeiçoando seus conhecimentos na área produtiva e de técnicas de enxertia, implantando essas inovações no ambiente empresarial (nota do autor).

²⁷ O CEHICON se constitui em um centro de difusão de conhecimento, validação de produtos e capacitação de pessoas, objetivando fomentar uma mudança nos hábitos dos plasticultores, visando à adoção de alta tecnologia para obter uma produção sustentável e produtiva. É um centro permanente de difusão e treinamento e apresenta as inovações tecnológicas para produtores e técnicos, onde são realizados visitas técnicas, palestras, dias de campo e cursos em diversos temas, dentro do espaço produtivo da empresa Hidroceres Comercial Agrícola Ltda (nota do autor)

vaso (vasos), Koppert (controle biológico), Carolina Soil (substratos), Agro Cultivo (acessórios para tutoramento e climatização), Hidrosense (controle da irrigação), Hidrogood (hidroponia) e Ensistec (assistência técnica).

A visão empresa é reconhecida nacionalmente como uma das principais fornecedoras de mudas e sementes, pelo padrão de qualidade, tecnologia e atendimento, apoiados no trabalho de seus colaboradores. Sua missão se constitui em proporcionar aos produtores rurais, através da equipe de colaboradores, condições para que tenham sucesso, oferecendo aos mesmos, produtos e serviços de qualidade com preços competitivos, aumentando as alternativas de produção agrícola na zona rural e conseqüentemente, gerando novos empregos, e proporcionando uma maior lucratividade a todos.

- **1994** - Estufas Arco Íris Comercial Ltda - Fundada em 1994, são proprietários são de origem local, que se dedicam ao comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para o setor agropecuário, com destaque para a implantação dos projetos de estufas para os agricultores santa-cruzenses e dos municípios vizinhos. Seu foco principal de atividades econômicas, segundo o CNAE 2.0, se constitui no comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças (G-4661-3/00).
- **2004** - Entrepasto de Mel Ouro Doce Ltda. - O Entrepasto de mel ouro doce dispõe de 600 caixas com abelhas que proporcionam o fornecimento médio de 15.000 kg/ano de mel. A classificação de atividades econômicas (CNAE 2.0) é o comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente (mel e produtos derivados do mel) (G-4637-1/99). Os proprietários desenvolveram um sistema de parceria com as fazendas circunvizinhas, produtoras de laranja e eucalipto Silvestre, estabelecendo uma participação na porcentagem da produção como forma de pagamento. Quanto à comercialização dos produtos, o mercado local e regional são os principais contemplados.
- **2006** - Scarpim Comércio de Cereais Ltda. - Quanto ao comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, uma empresa que também se destaca no município, é a Scarpim Comércio de Cereais Ltda, que também é uma empresa de capital local, fundada no ano de 2006, por membros da família Scarpim. A empresa se dedica ao setor de comércio varejista de milho e soja, onde os grãos são comercializados, beneficiados e armazenados em silos. Sua

área de atividades econômicas se concentra no comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados (G-4632-0/01). A empresa será estudada no capítulo 5, porque também é proprietária de uma fábrica de rações para animais (cães e gatos) no município (Spert Brasil).

- **2008** - Sefert Comércio de Produtos Agrícolas Ltda - A empresa surgiu em Santa Cruz do Rio Pardo no ano de 2008, localizada na Rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó (SP-225), no bairro da Serrinha (próximo ao aglomerado de indústrias de beneficiamento de arroz) com o objetivo de fornecer todos os tipos de solução, de forma prática e simples, atendendo às necessidades do produtor rural, conciliando o desenvolvimento tecnológico com sustentabilidade, desde a correção do solo até a colheita. As atividades econômicas desenvolvidas pela empresa são o comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas (G-4623-1/06) e comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados (G-4632-0/01). A empresa possui revenda de máquinas, implementos agrícolas e peças, com oficina especializada para motores e tratores, irrigação e nutrição animal. Em 2018, surge a Sefert Cerealista Comercio e Representações de Cereais Ltda, no bairro Salto Bonito, área rural do município, que recebe, armazena e comercializa grãos (cereais), como a soja, o milho e o sorgo.
- **2012** - *Convivium* Agronegócios Ltda. (Plenan Ferti) - Empresa focada em nutrição de plantas de maneira equilibrada, prática e amigável para o produtor, tem produtos e serviços diferenciados para atender as principais culturas. É uma empresa, de origem local, ligada à Hidroceres Comercial Agrícola Ltda. O foco principal de atuação da empresa (CNAE 2.0) é a fabricação de adubos e fertilizantes organominerais (C-2013-4/01).
- **2013** - *Trade Center Farm* Importação, Exportação, Indústria e Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda (TCF) - Constitui-se em uma sociedade de capital misto, de origem familiar e local. Produz peças e equipamentos voltados ao setor sucroalcooleiro regional e Estadual, principalmente. A empresa centraliza suas atividades econômicas (CNAE 2.0) na fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação (C-2833-0/00).
- **2016** - Cerealista Nardo Ltda. (Valle Branco Alimentos) - Em 2016, a Cerealista Nardo começou a comercialização de grãos, como soja e milho, e em 2017 a

empresa concluiu as instalações da infraestrutura para secagem, armazenagem e transporte desses produtos. Localizada na rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó (SP-225), junto às dependências da Valle Branco Alimentos, possui uma estrutura de armazéns próprios com capacidade estática para receber até 6 mil/tons para recepção, armazenagem e expedição rodoviária, sendo equipada com câmeras de segurança, vigilância, balanças para pesagem e acerto de carga. A área econômica de atuação da empresa pela CNAE é o comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados (G-4632-0/01). A Empresa Valle Branco Alimentos será estudada no capítulo 5, na indústria de alimentos, sendo seus proprietários originários do setor do agronegócio local.

- **2016** - Aloe Fertil Brasil Fertilizantes Especiais Ltda. - Criada em 2016, a empresa desenvolveu uma diversidade de produtos fundamentados na aloe vera (popularmente conhecida como babosa): insumos para indústria e agroindústria, linha fertilizantes Aloe Fétil Brasil, linha garden para jardinagem e linha orgânica ECOCERT. Venda para os mercados local, regional e nacional, sob encomenda (capital de origem local). A empresa se dedica ao envasamento e empacotamento sob contrato (de produtos) (CNAE N-8292-0/00).
- **2017** - Zimak Comércio de Cereais Ltda. - fundada em 2016, a empresa está localizada no eixo rodoviária da Rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó, nas proximidades do aglomerado de indústrias de beneficiamento de arroz (que será estudado no capítulo 5). É uma empresa que comercializa cereais e leguminosas, sendo seus proprietários provenientes do ramo do agronegócio santa-cruzense. Seu foco principal de atuação se constitui no comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados (G-4632-0/01).

Conforme o contexto empresarial do agronegócio que foi exposto, o município de Santa Cruz do Rio Pardo, possui empresas diversificadas na classificação do CNAE 2.0, sendo representado pelas seguintes atividades econômicas: - comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (G-4623-1/99), - comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas (G-4623-1/06), - comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças (G-4661-3/00), - comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente (mel e produtos derivados do mel) (G-4637-1/99), - comércio atacadista

de cereais e leguminosas beneficiados (G-4632-0/01), - fabricação de adubos e fertilizantes organominerais (C-2013-4/01), e, - envasamento e empacotamento sob contrato (de produtos) (N-8292-0/00).

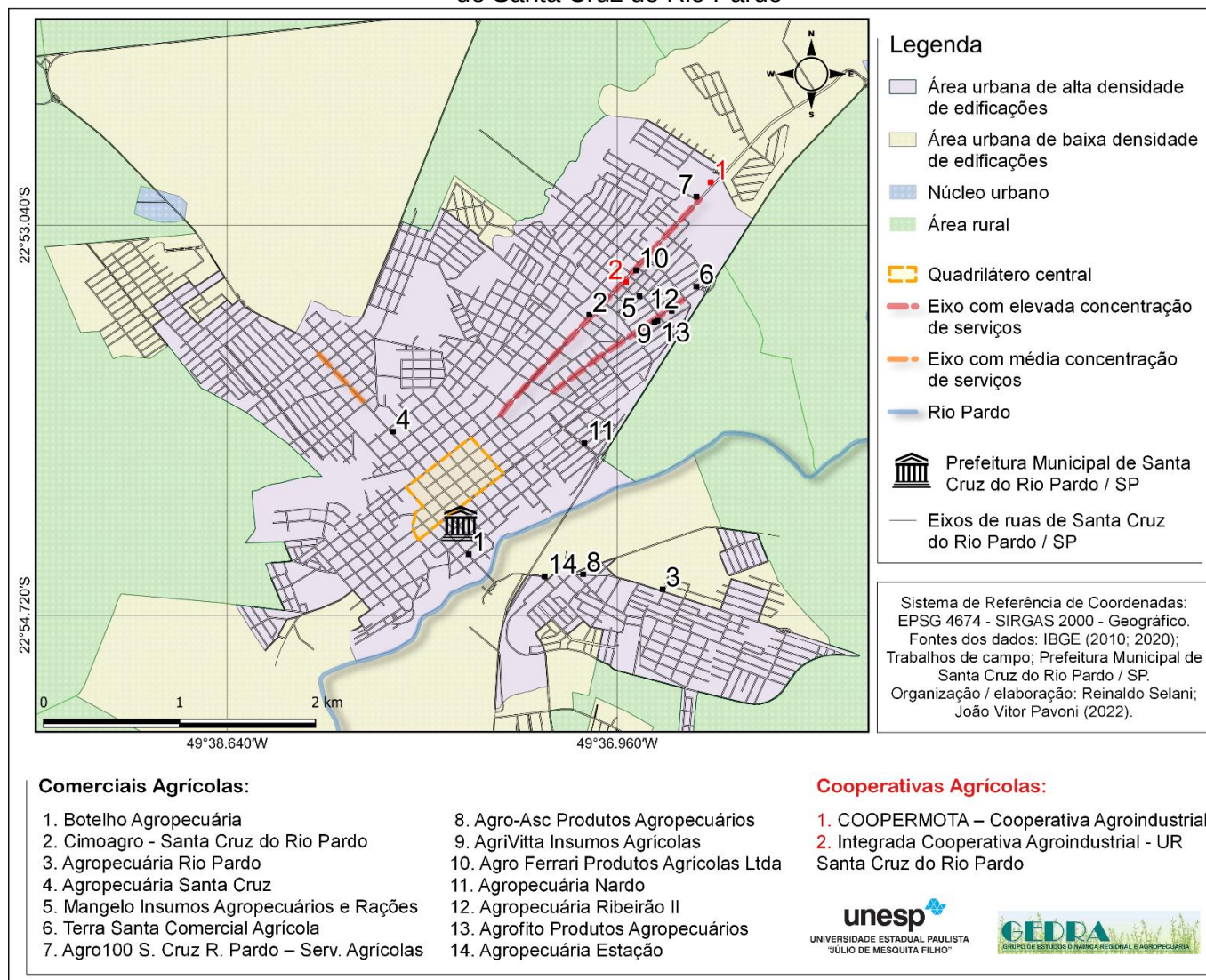
Além dessas empresas do setor agroindustrial e de agronegócios, o município de Santa Cruz do Rio Pardo possui filiais de duas cooperativas agrícolas, de âmbito regional e nacional, que são a Coopermota - Cooperativa Agroindustrial, com sede em Cândido Mota-SP, e a Integrada Cooperativa Agroindustrial, que possui sede em Londrina-PR (Figura 11).

A Coopermota Cooperativa Agroindustrial foi fundada em 1959, na cidade de Cândido Mota, Estado de São Paulo. Foi criada filial da empresa no município santacruzense no ano de 2012, com o objetivo de comercializar produtos diversos, como nutrição animal, equipamentos motorizados e automatizados, acessórios, vestuário e outros produtos destinados ao pequeno e médio agricultor, em especial. As atividades econômicas da cooperativa são classificadas como comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (G-4683-4/00).

A Integrada Cooperativa Agroindustrial surgiu no ano de 1995, na cidade de Londrina, Estado do Paraná. Em 2019, implantou sua filial na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, disponibilizando aos seus associados uma linha diversificada de defensivos agrícolas, equipamentos para plantio, manutenção de máquinas, lubrificantes, óleos, entre outros produtos e serviços. Seu principal foco de atuação no município se constitui no comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (G-4683-4/00).

Os agricultores de Santa Cruz do Rio Pardo também possuem a Agrotech - Seguros Agrícolas, uma corretora de seguros de capital local, que oferece seguros agrícolas aos agricultores do município e da região, com a finalidade de proteção contra perdas financeiras decorrentes de eventos climáticos adversos, tais como chuva excessiva, geada, seca, granizo, entre outros. O foco principal da empresa se constitui na atuação na avaliação de riscos e perdas (K-6621-5), contando com peritos e avaliadores de seguros, destinados às atividades agropecuárias.

Figura 11. As Atividades Comerciais e as Cooperativas Agroindustriais no Município de Santa Cruz do Rio Pardo



Fonte: IBGE (2010, 2020) / Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo (2022)

Em relação ao comércio de produtos do agronegócio no município, atacadistas ou varejistas, revendedores de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes, corretivos do solo, entre outros, existem diversas empresas especializadas que foram identificadas no trabalho de campo e dados do CNAE 2.0 (2022)²⁸, que será estudada de forma mais aprofundada no capítulo 4 (2022) (Figura). Existem empresas de capitais endógeno - originadas do capital local - e exógeno - investimentos de origem externa ao município, que são a saber:

- Agroferrari Agrícola e Pecuária - Fundada em 2007, possui sede em Santa Cruz do Rio Pardo, sendo considerado um comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (G-4683-4/00). Além disso, a empresa realiza encontros e dias de campo com os agricultores do município e da região. Possui filiais nos municípios de Ribeirão do Sul, Assis, Taquarituba, Itapeva, Itapetininga, Capão Bonito, Wenceslau Braz e Ponta Grossa).
- Cimoagro Comércio e Representação Agropecuária Ltda - Sua sede fica no município de Itápolis-SP. Desde 2020 possui filial em Santa Cruz do Rio Pardo. Sua área de atuação é o comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (G-4683-4/00). Presta assistência aos produtores agrícolas do município e de municípios vizinhos.
- Agro 100 - A sede da empresa fica em Londrina, Paraná. Está instalada em Santa Cruz do Rio Pardo desde 2019. Sua área de atividades se constitui no comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (G-4683-4/00). Atende os agricultores do município santa-cruzense e região.
- AgriVitta Insumos Agrícolas Ltda - A empresa possui sede em Matão, São Paulo. Sua filial se instalou em Santa Cruz do Rio Pardo no ano de 2017. Sua área de atuação se enquadra como comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (G-4683-4/00).
- Agrofito Insumos Agrícolas Ltda. - A sede empresarial está localizada em Matão, São Paulo. A filial santa-cruzense foi instalada em 2024, sendo que representa uma empresa de comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (G-4683-4/00).

²⁸ CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CONCLA/IBGE, 2022). Disponível em: <<https://cnae.ibge.gov.br/?view=grupo&tipo=cnae&versao=10&grupo=109>> Acesso em: 02 set. 2022

- Terra Santa Comercial Agrícola - Foi criada em 2015 e é uma empresa de origem local. Se constitui em um comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas (G-4623-1/06).
- Mangelo Insumos e Rações - A empresa foi estabelecida em 2010 e está localizada em Santa Cruz do Rio Pardo. Seu foco principal de atuação é o comércio atacadista de alimentos para animais (G-4623-1/09).
- Agropecuária Ribeirão II - A sede da empresa fica em Ribeirão Claro, Estado do Paraná. Implantou a filial no município em 2019. Atual no setor do estabelecimento é de comércio varejista de comércio veterinário (G-4771-7/04). Atende os pecuaristas e agricultores de Santa Cruz do Rio Pardo e da região.
- Agropecuária Santa Cruz / Cap. Ramalho Agropecuária Ltda. - Empresa do comércio varejista de origem local, foi criada no ano de 1991. Seu foco principal de atuação é o comércio varejista de medicamentos veterinários (G-4771-7/04).
- Agropecuária Rio Pardo / Garcia Agropecuária Rio Pardo Ltda. - Empresa do comércio varejista de medicamentos veterinários (G-4771-7/04), fundada em Santa Cruz do Rio Pardo no ano de 2017.
- Botelho Agropecuária Ltda. - Empresa santa-cruzense do setor agropecuário, fundada em 2019. Seu foco principal de atuação é o comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação (G-4789-0/04).
- Agropecuária Nardo - Foi estabelecida em 2006 na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, de origem da capital local. Atua como comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação (G-4789-0/04).
- Agropecuária Estação - Originária do capital local, foi criada em 2018. Se dedica ao comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação (G-4789-0/04) e comércio varejista de medicamentos veterinários (G-4771-7/04).
- Agro-ASC Produtos Agropecuárias - Sua área de atuação se constitui no comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação (G-4789-0/04) e comércio varejista de medicamentos veterinários (G-4771-7/04).

Segundo a classificação da CNAE 2.0, as atividades econômicas terciárias do setor atacadista do agronegócio que se destacam no município de Santa Cruz são a saber: G-4683-4/00 - comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos,

fertilizantes e corretivos do solo; G-4623-1/09 - comércio atacadista de alimentos para animais, G-4623-1/06 - comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas. No setor varejista, segundo a CNAE 2.0, as atividades econômicas existentes no município são: G-4771-7/04 - comércio varejista de medicamentos veterinários; G-4789-0/04 - comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação.

Para finalizar, destacar-se-á às empresas com atividades econômicas do agronegócio, identificadas através do trabalho de campo (2022) e utilizando a classificação CNAE 2.0, que servem como suporte para o desenvolvimento das atividades agropecuárias no município de Santa Cruz do Rio Pardo e para a Região de Governo de Ourinhos.

São representadas no município pelos seguintes empreendimentos do ramo do agronegócio:

- Santa Cruz Peças Agrícolas Ltda. - A empresa, de origem local, foi instalada no município de Santa Cruz do Rio Pardo no ano de 2015. Sua área principal de atuação é o comércio de peças e acessórios novos para veículos automotores (G-4530-7/03).
- J. A. Máquinas Agrícolas Ltda. - A sede da empresa fica na cidade de Araraquara. Possui uma filial na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo. Seu foco principal de atividade se constitui no comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças (G-4661-3/00).
- Indusuki Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda. - Empresa de origem local, foi fundada em 1988, pertencente à família Suzuki, e se tornou importante no município de Santa Cruz do Rio Pardo por fundar a Indústria de Máquinas Suzuki, que fabricava máquinas para beneficiamento de arroz, utilizando a técnica do rolete de borracha (será estudado mais profundamente no capítulo 5). Seu foco principal de atuação é o comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças (G-4661-3/00).
- S.A. Kanna Máquinas Agrícolas Ltda (SERMAG) - Empresa de origem do capital local, fundada no município em 1982. Sua principal área de atuação se constitui na fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação (C-2833-0/00).

- Incasil - Indústria e Comércio de Carrocerias Silva Ltda. (Indústria São Judas Tadeu) - Foi criada oficialmente no ano de 1972, de origem do capital local. Sua principal área de atividade econômica é a fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões (C-2930-1/01).

Esse grupo possui diversidade de atividades econômicas, segundo a CNAE 2.0: G-4530-7/03 - comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; G-4661-3/00 - comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças; C-2833-0/00 - fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação; e, C-2930-1/01 - fabricação de cabines, carrocerias e reboques. Portanto, existem três empresas do agronegócio que estão classificadas como comércio, sendo um atacadista e duas varejistas; duas empresas que estão classificadas como indústrias de transformação do setor do agronegócio santa-cruzense, conforme visto.

No capítulo 3, será abordada a dinâmica do tempo e do espaço na estrutura produtiva agrária do município de Santa Cruz do Rio Pardo, destacando a diversificação da economia agrícola e o processo de modernização da agropecuária. Também será estudada as principais características das atividades agropecuárias e do uso do solo no município no período de 1995/96 a 2017, o processo de liberalização da economia, a consolidação do agronegócio, os fluxos econômicos e os impactos na economia agrária santa-cruzense.

CAPÍTULO 3

A DINÂMICA ESPACIAL E A IMPORTÂNCIA DOS FLUXOS AGROPECUÁRIOS NA ESTRUTURA PRODUTIVA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO

O estudo agrário em relação a um município paulista de economia fortemente influenciada pela agricultura certamente oferece uma imensa oportunidade de investigações científicas e possui um grande potencial de exploração, pois em seu território existe uma variedade de classes de solos, incluindo nelas o solo terra roxa, considerado um dos mais férteis do país; contudo, a situação econômica ainda está muito longe do que poderia representar, para se desenhar uma identidade e traçar o perfil de desenvolvimento para o território em estudo.

No início do povoamento do território santa-cruzense, a criação de porcos e de gado bovino se destacava sobre as demais atividades econômicas. Eles eram criados soltos e, depois de atingirem um determinado porte, eram levados para serem comercializados nas principais cidades da região, no final do século XIX, que eram Botucatu e Lençóis Paulista.

Os animais eram conduzidos em tropas, soltos, sendo que a comitiva era composta pelos tropeiros, acompanhados de carros de bois ou animais de transporte de cargas, como as mulas, que levavam os recursos necessários para a viagem. No retorno para Santa Cruz do Rio Pardo, transportavam as mercadorias adquiridas nessas cidades e que eram raras no comércio local em fins do século XIX.

Entre as culturas agrícolas, o milho era de fundamental importância na criação de animais e utilizado para a subsistência alimentar da população. Além disso, plantavam-se cereais, algodão e fumo, entre as culturas mais importantes para a sociedade em fins do século XIX e início do século XX²⁹. No entanto, as técnicas utilizadas eram muito rudimentares e primitivas, pois ainda não existiam métodos e técnicas capazes de impulsionar a economia agrícola do município. Além do mais, a população era muito carente e com baixo nível de educação, em um sentido bastante amplo.

Contudo, a situação ia se alterar consideravelmente a partir da chegada da ferrovia no município, no início do século XX. A rapidez do escoamento da produção

²⁹ “No período da crise cafeeira de 1901/1902, a policultura fez o sucesso santa-cruzense com a produção voltada para a exportação, desde os gêneros de primeira necessidade, às vendas do fumo, dos derivados da cana e o algodão que, apesar das oscilações e pragas, no início do século, tornou-se o ouro branco” (JUNQUEIRA, 1994, p. 57).

reestruturou a economia do município, que até então era voltada à economia de subsistência, destacando a cultura do café como a principal escolha dos agricultores, dada sua notável expansão pelo território paulista.

No entanto, Santa Cruz do Rio Pardo também registrou a ocorrência de culturas alternativas entre o período das culturas de subsistência e o predomínio da cultura cafeeira (JUNQUEIRA, 1994).

Devido ao fracionamento das propriedades rurais, o clima favorável e os solos férteis no município, a cultura da alfafa foi bastante difundida e valorizada.

Não exigindo o sacrifício do corte das matas e nem mesmo do espaço reservado para o café, a alfafa crescia viçosa e, cortada, passava pelo processo de desidratação para se transformar em feno. Após ser prensado, este feno se transformava nos fardos, que eram vendidos em São Paulo (JUNQUEIRA, 1994, p. 58).

Apesar de essa cultura ser bastante praticada e valorizada no município, ela não gerou grandes recursos para os produtores. A estabilidade comercial era sua principal característica e sua grande vantagem. As culturas da alfafa, milho e algodão ligaram-se, pois, indissoluvelmente à história econômica de Santa Cruz do Rio Pardo no início deste século (JUNQUEIRA, 1994).

Ao lado da alfafa, a cultura do algodão foi também bastante praticada e valorizada pelos agricultores santa-cruzenses. Reconhecido como o "ouro branco" (JUNQUEIRA, 1994), a cultura algodoeira foi uma ótima opção econômica para Santa Cruz do Rio Pardo, especialmente a partir de 1918, quando ocorreu uma grande geadada que produziu uma grave crise no mercado de café. Também se deve ao fato da escassez do produto nos mercados mundiais, com o final da I Guerra Mundial. Havia grande demanda do produto para suprir as necessidades da produção industrial, e com isso, ocorreu uma maior valorização econômica do produto nos mercados interno e externo³⁰.

Nesse momento, os agricultores optaram por abandonar suas lavouras de café para se embrenharem na oportunidade de maiores lucros com a introdução da cultura algodoeira no município santa-cruzense.

³⁰ "O maior produtor de algodão naquele momento eram os Estados Unidos, que já haviam entendido, há muito que o algodão era, sem a menor dúvida, um verdadeiro "ouro branco". A guerra fez diminuir a produção e, paradoxalmente, exigiu que a produção fosse aumentada. O fenômeno observado nos Estados Unidos teve seus reflexos no Brasil, especialmente no Estado de São Paulo" (JUNQUEIRA, 1994, p. 57).

Essa alternativa foi salutar para muitos agricultores. E não somente agricultores vieram a se dedicar ao "ouro branco", mas profissionais alheios ao campo resolveram se entregar à cultura do algodão como excelente alternativa e indubitável fonte de renda (JUNQUEIRA, 1994, p. 57).

Isso gerou euforia entre os agricultores, que passaram a investir cada vez mais na cultura do algodão como alternativa ao café, não somente na economia do município, mas em diversos rincões do território brasileiro. No entanto, a alta incidência de pragas ou parasitas dificultava muito o desenvolvimento da cultura pelos agricultores. Não faltaram iniciativas do governo paulista para controlar essa situação desfavorável da cultura algodoeira, determinando “um saneamento obrigatório das sementes de algodão” (JUNQUEIRA, 1994, p. 57).

Mas uma das mais importantes culturas agrícolas do município de Santa Cruz do Rio Pardo, que perdurou como a mais valorizada pelos agricultores, foi sem dúvida alguma, a cultura do café. A origem do município remonta há tempos anteriores ao cultivo dessa cultura agrícola na região do Vale do Paranapanema e tampouco teve sua estrutura urbana organizada através da chegada da ferrovia, conforme estudado no capítulo 1.

Entretanto, o rápido avanço da cultura cafeeira no município e no Vale do Paranapanema só vai se efetivar através do Convênio de Taubaté, estabelecido no ano de 1906, quando o governo do Estado de São Paulo lançou um plano de benefícios para os produtores rurais que investissem na produção do café, que estava sendo um produto muito valorizado no mercado exterior.

Isso ocorreu em um momento em que o país estava respirando os ares republicanos e experimentava a abolição da mão de obra escrava, trazendo grandes reflexos para a sociedade brasileira. E em Santa Cruz do Rio Pardo, assim como no contexto estadual e federal, essa nova organização social e política também trouxe grandes mudanças³¹.

As culturas agrícolas desenvolvidas no município (café, algodão e alfafa, principalmente) foram muito importantes para o desenvolvimento econômico e

³¹ O desenvolvimento da lavoura cafeeira, processo que se desencadeia a partir do final do século XIX, trará consequências diversas à vida nacional. A imigração trouxe modificações no panorama demográfico, tanto sob o aspecto quantitativo como qualitativo com o grande contingente de italianos, alemães e japoneses, sobretudo após a abolição da escravatura. A mão de obra escrava não remunerada será substituída pela mão de obra remunerada do imigrante. Muitos deles, de simples colonos, anos depois tornar-se-iam ricos proprietários de terras integrando-se definitivamente na sociedade brasileira (JUNQUEIRA, 1994; PRADO e PRADO, 2014).

político, transformando-o em um dos municípios mais desenvolvidos do Vale do Paranapanema, e

que transformou a economia das áreas mais antigas, que de pastoris passaram a agrícolas (cafeeiras), bem como tornou possível a exploração das ubérrimas terras situadas ao sul do rio Pardo, terras roxas, terras de mata, e que até então haviam sido deixadas à margem pela economia e povoamentos anteriores (JUNQUEIRA, 1994).

O desenvolvimento da economia do município proporcionou a acumulação de capital originário do complexo agropecuário, mantendo o *status* de um dos mais importantes polos de desenvolvimento no Vale do Paranapanema, pelo menos até a primeira metade do século XX, incluindo a construção do ramal ferroviário com recursos oriundos do próprio município, facilitando o transporte de produtos agrícolas, notadamente o café, de cargas vivas (bovinos, suínos, muares e aves), de madeira e o deslocamento de pessoas para outros municípios da região e do Estado, incluindo a circulação rápida com a capital paulista.

Outra questão bastante relevante em termos de estrutura agrária diz respeito à grande valorização das terras agrícolas de Santa Cruz do Rio Pardo. Isso se deve em grande parte à introdução da lavoura cafeeira no município a partir do ano de 1887 e sobre a especulação de que a cidade se tornaria um entroncamento ferroviário a partir da construção da linha do Tibagi.

Como esse projeto foi descartado pelas autoridades do Poder Público Estadual, a construção do ramal da Estrada de Ferro Sorocabana, cuja construção dependeu das receitas municipais, e o compromisso de se saldar a volumosa dívida junto à Fazenda Estadual, seria a oportunidade de se tornar um tronco ferroviário através da possibilidade de ligação com a ferrovia do Peixe, projeto esse que nunca foi implantado. O projeto de transformar a sede do município santa-cruzensense em um entroncamento ferroviário foi totalmente descartado pelas autoridades estaduais.

Mesmo sem contar com as vantagens de desenvolvimento econômico e político que a ferrovia iria trazer para Santa Cruz do Rio Pardo, a sede urbana era a detentora regional dos “principais serviços públicos e dotada de infraestrutura suficiente para manter-se município líder na agropecuária” (PRADO e PRADO, 2012, p. 397). Sua liderança econômica e política, representada pelos fazendeiros e profissionais de diversas áreas (Medicina, Odontologia, Agronomia, Engenharia, Advocacia, entre outras) transformaram a especulação imobiliária em um negócio atraente e lucrativo.

Segundo Zanon (1977, p. 94), “a agricultura de Santa Cruz do Rio Pardo, está na dependência direta de seu tipo de solo”, sendo que o predomínio das terras férteis, do clima favorável viabilizaram diversas culturas, entre elas, alfafa, algodão, café, além das pastagens para o desenvolvimento da pecuária (criação de animais).

A abundância vinha a calhar e o lugar era atrativo para a aplicação de dinheiro de grandes investidores nacionais e estrangeiros, a exemplos da 'Lidgerwod Manufacturing C. o Limited', 'Zerrener Bülow e Cia', e a 'Sociedade Anônima Moinho Santista', por uma ou outra razão (PRADO e PRADO, 2012, p. 397).

Entretanto, a sociedade santa-cruzeira era constituída de uma elite muito abastada, contrastando com a realidade de um município que se endividou e comprometeu suas receitas em pagamentos com a construção do ramal ferroviário, como já citado anteriormente. Não sobravam recursos nem mesmo para se aplicar nas necessidades básicas, como o desenvolvimento da infraestrutura e o saneamento básico para a sua população. Mesmo assim, “os capitalistas não temiam investir no lugar, adquirindo e especulando terras” (PRADO e PRADO, 2012, p. 397).

3.1. O Processo de Liberalização da Economia, a Consolidação do Agronegócio (Culturas de “*Commodities*”) e os Impactos na Economia Agrária de Santa Cruz do Rio Pardo

Nesta fase do estudo, que compreende o período após os anos de 1990, serão empregados dados oficiais do IBGE e da SAASP/CDRS, através do Projeto de Levantamento das Unidades Produtivas Agropecuárias (LUPA). Conforme ressalta Pino (2006, p. 1),

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) realizou alguns Censos Agropecuários no passado, desde o pioneiro de 1905 até aqueles dos anos 1930. Sessenta anos depois, em 1995-96, a SAA fez o Levantamento Censitário de Unidades Agropecuárias, mais conhecido por Projeto LUPA.

Segundo estudo de Selani (2005), durante os anos de 1990, a SAA-SP/CDRS, propõe uma nova reorganização das regiões agrícolas do Estado de São Paulo. A partir da Resolução SAA, de 03/01/97 e de 14/05/97, as Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs), que até então eram divididas nas Delegacias Agrícolas (DAs), foram extintas, e surgem os Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR) em substituição à organização regional anterior, agrupando os municípios paulistas em quarenta Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs).

O município de Santa Cruz do Rio Pardo passou a fazer parte do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Ourinhos, integrado à Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS), órgão integrado à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SAA) de São Paulo, que passou a agrupar dezessete municípios sob sua jurisdição: Bernardino de Campos, Canitar, Chavantes, Espírito Santo do Turvo, Fartura, Ipaussu, Óleo, Ourinhos, Piraju, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Sarutaiá, Taguaí, Tejupá e Timburi, distribuídos em uma área de 5.337 Km², com população de 280.925 habitantes no censo do IBGE, realizado no ano 2010.

Serão utilizados dados estatísticos dos Censos Agropecuários de 1995/96, 2006 e 2017, referentes às principais atividades agrícolas no município de Santa Cruz do Rio Pardo, assim como da Produção Agrícola Municipal (PAM) e da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), divulgada periodicamente por esse órgão.

Nesse período, também serão consultadas as estatísticas oficiais do Projeto LUPA, para os anos de 1995/96, 2007/08 e 2016/17, que passaram a ser publicadas e divulgadas pela SAA-SP/CDRS, para os quarenta EDRs do Estado de São Paulo. Os principais objetivos para a retomada da realização dos dados censitários pela SAA-AS/CATI, foram:

- Embasar a pesquisa científica de institutos de pesquisa e universidades, com estudos e modelos sobre agropecuária e meio ambiente, bem como fornecer dados para futuras comparações ao longo do tempo. Embasar levantamentos por sensoriamento remoto, principalmente os de previsão e estimativa de safras;
- Subsidiar tomadas de decisão e ações tanto da iniciativa privada quanto governamentais, como as da SAA e as da Secretaria do Meio Ambiente (por exemplo, em questões como matas ciliares, microbacias hidrográficas, Pronaf e outras);
- Obter tabulações diretas das variáveis levantadas, fornecendo amplo panorama da agropecuária naquele instante, bem como a área cultivada necessária para o cálculo da participação dos municípios no ICMS;
- Identificar e permitir o acompanhamento futuro de: adoção de sistemas de produção agrícola sustentáveis, como agricultura orgânica, agroecológica, permacultura, agrossilvicultura, produtos certificados e

similares, agricultura familiar, assentamentos rurais, viveiros de mudas, *packing-houses* e estufas instaladas em unidades de produção agropecuária; áreas de preservação ambiental;

- Detectar problemas e condições existentes no agronegócio e que necessitem de ações governamentais, por exemplo, em políticas públicas (financiamento, armazenamento e estoques reguladores), infraestrutura (rodovias, ferrovias, portos), segurança alimentar, redução da pobreza no campo, política agrária etc.;
- Manter registro de todas as unidades de produção agropecuária em cada unidade municipal de assistência técnica para fins de relacionamento entre extensionistas da SAA e produtores agropecuários;
- Usar mala direta a partir de listas de produtores especializados para melhor comunicação entre a SAA e os produtores rurais, bem como entre a iniciativa privada e seus clientes potenciais (PETTI *et al.*, 2001).

O município de Santa Cruz do Rio Pardo passou a fazer parte desse novo arranjo territorial, referente às questões sobre as atividades da agropecuária paulista, sendo considerado um dos mais importantes municípios do EDR de Ourinhos, tanto na produção agrícola como na criação de animais, como será estudado a seguir.

3.2. As Principais Características das Atividades Agropecuárias e do Uso do Solo no Município de Santa Cruz do Rio Pardo no período de 1995/96 a 2017

O uso do solo no município de Santa Cruz do Rio Pardo, SP, no período de 1995/96; 2007/08 e 2016/17, será analisado a partir de dados estatísticos disponibilizados pelo Projeto Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA), para as culturas temporárias ou perenes (permanentes), as áreas de pastagem e de reflorestamento, as áreas de vegetação natural, área de brejos e várzeas, áreas em descanso, área complementar e área total ocupada. Nota-se uma diferença entre as classificações do uso do solo, conforme já estudado, entre os dados levantados por esse projeto da SAA-SP/CDRS e os divulgados pelo IBGE anteriormente (período de 1950 a 1985).

No que diz respeito às culturas perenes (permanentes) (Tabela 9), a área ocupada era de 13.420,2 hectares no censo de 1995/96. No período de 2007/08,

apresentou uma queda de 40%, com 8.060,6 hectares de área ocupada, passando para 9.336,6 hectares no censo de 2016/17. Na comparação entre o ano de 1995/96 e 2016/17, houve uma queda de 30% na área produtiva.

Tabela 9. Evolução do Uso do Solo no Município de Santa Cruz do Rio Pardo no Período de 1995/96; 2007/08 e 2016/17 (Área em Hectares)

Tipo de Atividade (Uso do solo)	Períodos			Variação no Período 1995/96 e 2016/17 (%)
	1995/96	2007/08	2016/17	
Cultura Perene	13.420,2	8.060,6	9.336,6	-30
Cultura Temporária	14.352,3	38.456,1	53.183,4	271
Pastagem	60.356,4	36.012,7	24.047,6	-60
Silvicultura	561,8	372,4	4.081,6	627
Vegetação natural	4.019,5	6.035,5	10.000,2	149
Área de Brejo e Várzeas	372,4	1.468,7	1.652,6	344
Área em descanso	740	114,0	111,4	-85
Área Complementar	2.085,6	1.906,5	1.646,9	-21
Área Total	95.908,2	92.426,5	104.061,4	9

Fonte: SAA/SP; Projeto LUPA (1996/96; 2007/08 e 2016/17).

A área de cultivo das lavouras temporárias apresentou um crescimento constante entre o período de 1995/96 e 2016/17, perfazendo um crescimento de 270% na área ocupada. Em 1995/96 eram 14.352,3 hectares ocupados pelas culturas temporárias, evoluindo para 38.456,1 hectares no ano de 2007/08. No LUPA de 2016/17, a área de cultivo dessas culturas atingiu 53.183,4 hectares no território santa-cruzense.

As áreas de pastagens, ao contrário das áreas de culturas temporárias, registraram sucessivas quedas na área total ocupada, resultando em um declínio de 60% no período de 1995/96 e 2016/17. Em 1995/96, as áreas com pastagens no município de Santa Cruz do Rio Pardo eram 60.356,4 hectares. Entre 1995/96 e 2007/08, essa área apresentou um declínio de 40%, com um total de 36.012,7 hectares, e no LUPA de 2016/17 acusou um novo recuo de 33% na área de pastagens, registrando um total de 24.047,6 hectares.

A silvicultura apresentou uma variação grande na área ocupada. No ano de 1995/96, a atividade de florestal ocupava 561,8 hectares. No LUPA 2007/08, essa atividade perdeu 34% da área ocupada em relação ao período anterior, registrando 372,4 hectares. Mas entre 2007/08 e 2016/17 apresentou um grande crescimento, totalizando 4.081,6 hectares. Se considerar o período de 1995/96 e 2017/18, o

crescimento da área com silvicultura (especialmente a cultura do eucalipto), foi de 627%.

A área com vegetação natural possuía 4.019,5 hectares no LUPA de 1995/96. Em 2007/08 passou para 6.035,5 hectares, resultando em um aumento de 50% na área entre 2007/08 e 2017/18. No LUPA de 2017/18, o resultado obtido foi a existência de uma área de 10.000,2 hectares coberta com mata natural. No período analisado de 1995/96 e 2016/17, o crescimento da área com mata natural foi de 149%.

As áreas de brejo e várzeas ocupavam 372,4 hectares no período de 1995/96. No ano de 2007/08, elas apresentaram um aumento considerável de área ocupada, passando para 1.468,7 hectares, representando um aumento de 295%, se comparado ao LUPA anterior. No LUPA de 2016/17, a área total ocupada com brejos e várzeas chegou a 1.652,6 hectares, sendo constatado um crescimento de 12,5% na área. Ao se analisarem os dados obtidos nos LUPAs de 1995/96 e 2016/17, o aumento de área com ocorrência de brejo e várzeas foi de 344%.

Vale ressaltar que, para a área com vegetação natural e com a ocorrência de brejo e várzeas, o aumento considerável no período de 1995/96 e 2016/17 se deve à aplicabilidade do código florestal (Lei n.º 4.771/1965, medidas provisórias e dispositivos legais)³² e o maior monitoramento da polícia militar ambiental no Estado de São Paulo, especialmente nas áreas rurais, para a preservação de áreas com matas nativas e áreas de nascentes. Em Santa Cruz do Rio Pardo, a fiscalização é realizada pelo posto da Polícia Militar Ambiental de Ourinhos, que realiza o monitoramento periódico, com intervenções junto aos responsáveis pelas propriedades rurais, quando necessário.

Em contrapartida, as áreas em descanso e as áreas complementares tiveram uma perda considerável de área ocupada nos períodos de 1995/96, 2007/08 e 2016/17. As áreas em descanso ocupavam 740 hectares no LUPA de 1995/96, e no ano de 2007/08, apresentou queda de 84,5% na área ocupada, com 114 hectares de área agricultável. Entre 2007/08 e 2016/17 houve um novo recuo para 111,4 hectares

³² LEI N.º 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a Proteção da Vegetação Nativa; Altera as LEIS N.ºs 6.938, de 31 de Agosto de 1981, 9.393, de 19 de Dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de Dezembro de 2006; Revoga as LEIS N.ºs 4.771, de 15 de Setembro de 1965, e 7.754, de 14 de Abril de 1989, e a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.166-67, de 24 de Agosto de 2001; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. .

Disponível em:

<<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12651&ano=2012&ato=a48QTVU1kM VpWT59b>> Acesso em 12 dez. 2021.

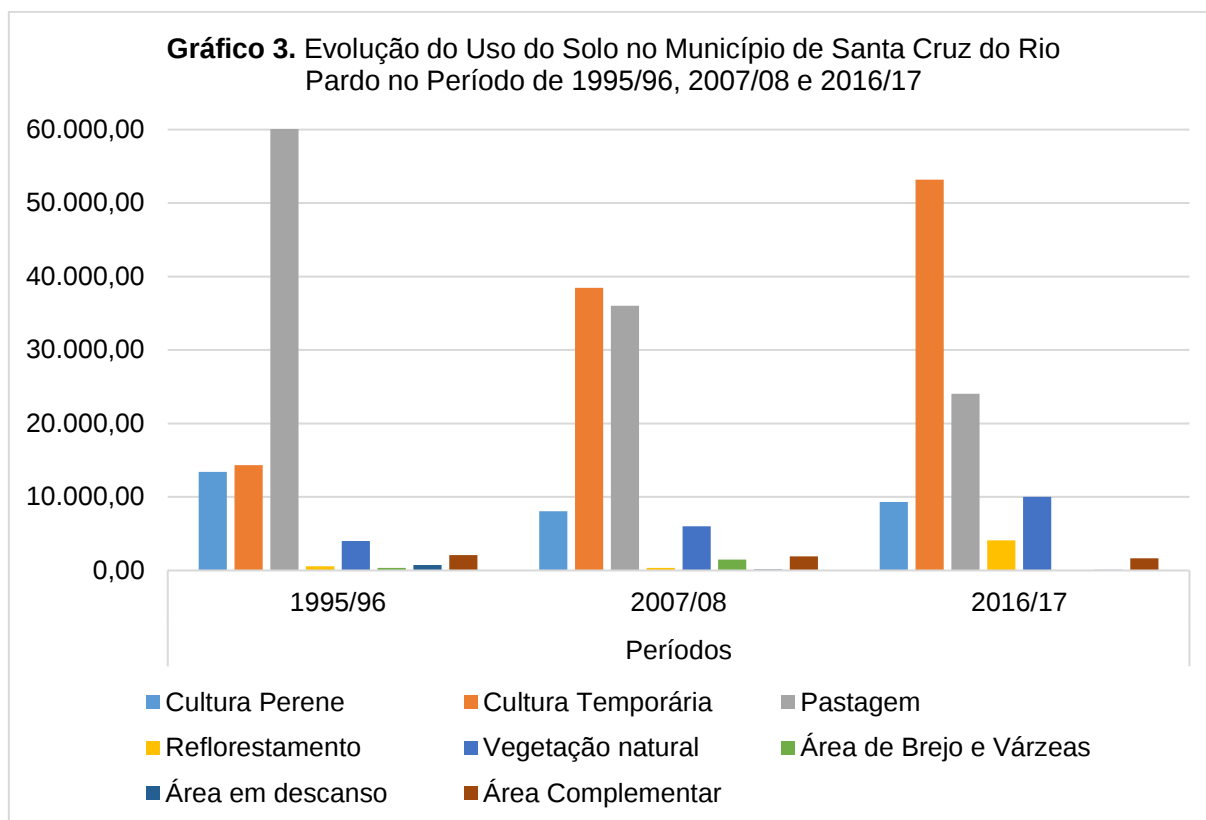
no total da área em descanso, perfazendo uma perda de 85% na área reservada (em pousio) no período de 1995/96 e 2016/17.

As áreas complementares também sofreram queda na área ocupada. Em 1995/96, elas representavam 2.085,6 hectares. No LUPA de 2007/08, houve um declínio de 8,5% na área, que era de 1.906,5 hectares. Já para o período de 2016/17, ocorreu uma nova perda na área ocupada, chegando a 1.646,9 hectares. Nos períodos de 1995/96 e 2016/17, houve um recuo de 21% nas áreas complementares do município de Santa Cruz do Rio Pardo (Gráfico 3).

Quanto à evolução do uso do solo no município, nos períodos estudados de 1995/96, 2007/08 e 2016/17, no geral, ocorreu um crescimento de 9% na área total dentro do território santa-cruzense, que era de 95.908,2 hectares no LUPA de 1995/96. Em 2007/08, a área contemplada para utilização de práticas agrícolas e conservacionistas passou a ser de 92.426,5 hectares e, no LUPA de 2016/17, chegou ao total de 104.061,4 hectares (Tabela 10).

Em importância no uso do solo do município pela quantidade de área ocupada (em hectares), observam-se os maiores destaques para as culturas temporárias, seguidas pelas pastagens, áreas reservadas com vegetação natural, áreas ocupadas com culturas perenes, áreas com atividades de silvicultura, as áreas naturais de brejos e várzeas, as áreas complementares e, por último, as áreas em descanso.

Na classificação das Unidades de Produção Agropecuária em grupos de áreas e número de propriedades no município de Santa Cruz do Rio Pardo, SP, no período de 1995/96, 2007/08 e 2016/17, observa-se a classificação dessas unidades através de diferentes estratos (tamanhos), como as que possuem até 10 hectares; de 10,1 a 50 hectares; de 50,1 a 100 hectares; de 100,1 a 500 hectares; de 500,1 a 1.000 hectares; e as unidades de produção agropecuária com mais de 1.000 hectares.



Fonte: SAA/SP; Projeto LUPA (1996/96; 2007/08 e 2016/17).

Foram 283 unidades de produção agropecuária recenseadas no ano de 1995/96, que possuíam área total de 1.712,6 hectares, representando 1,76% do grupo de área. No LUPA de 2007/08, o número de unidades teve uma queda de 15,5% em relação ao período anterior, e a área total passou para 1.619 hectares (perda de 5,5% em relação aos dados estatísticos de 1995/06).

Para o LUPA de 2016/17, o total de unidades de produção agropecuária cresceu 40% em relação a 2006/07, chegando a 335 com até 10 hectares, e sua área total foi de 2.108,8 hectares (2,02% do total da área para o período). No período de 1995/96 e 2016/17, o número de unidades aumentou 18% e o total da área ocupada por elas cresceu 23%.

Nas unidades com dimensão de 10,1 a 50 hectares, o LUPA de 1995/06 acusou um total de 796 e uma área total de 21.087 hectares, o que representava 21,7% do total das terras das propriedades. No ano de 2007/08, eram 841 unidades no município, que ocupavam 20.831,2 hectares (22,5% do total da área). No LUPA de 2016/17, o total de unidades que possuíam de 10,1 a 50 hectares era de 870, perfazendo 21.375,7 hectares (20,55% do total da área).

Tabela 10. Classificação das Unidades de Produção Agropecuária em Grupos de Áreas e Número de Propriedades no Município de Santa Cruz do Rio Pardo no Período de 1995/96, 2007/08 e 2016/17 (Área em Hectares)

Grupos de Áreas (Hectares/ha.)	Períodos (LUPAs) – Número de Unidades de Produção Agropecuária (UPAs), Área e % do total da Área Agrícola Municipal								
	1995/96			2007/08			2016/17		
	Número(UPAs)	Área (hectares)	%	Número (UPAs)	Área (hectares)	%	Número (UPAs)	Área (hectares)	%
Menos de 10 ha.	283	1.712,6	1,76	239	1.619	1,75	335	2.108,8	2,02
De 10,1 a 50 ha.	796	21.087	21,7	841	20.831,2	22,54	870	21.375,7	20,55
De 50,1 a 100 ha.	223	15.814,5	16,26	209	14.652,3	15,86	233	15.898,9	15,28
De 100,1 a 500 ha.	154	29.633,1	30,47	141	27.320,1	29,56	159	32.982,7	31,7
De 500,1 a 1.000 ha.	12	8.249,8	8,49	12	8.501,1	9,2	16	10.140,3	9,74
Acima de 1.000 ha.	9	20.743,4	21,32	7	19.502,8	21,09	11	21.555,1	20,71
Total	1.477	97.240,4	100	1.449	92.426,5	100	1.624	104.061,5	100

Fonte: SAA/SP; Projeto LUPA (1996/96; 2007/08 e 2016/17).

Houve um aumento de 9% no número de unidades e de 1,4% na área das que ocupavam de 10,1 a 50 hectares, nos períodos de 1995/96 e 2016/17.

Para o grupo de área de 50,1 a 100 hectares, o LUPA de 1995/96 acusou um total de 223 unidades, ocupando uma área total de 15.814,5 hectares (16,26% da área total). No período de 2007/08, houve uma queda de 6%, assim como na área total ocupada, que passou para 14.652,3 hectares, apresentando uma perda de 7%. Nesse período, ocupava 15,86% da área total das unidades. No LUPA de 2016/17, eram 233 unidades de produção agropecuária, ocupando uma área de 15.898,9 hectares, representando 15,28% da área total compreendida para as unidades com 50,1 a 100 hectares. Entre os LUPAs de 1995/96 e 2016/17, ocorreu um aumento de 4,5% no número de unidades e um crescimento de 0,5% na área total desse grupo de área.

No grupo de área das unidades de produção agropecuária com dimensão de 100,1 a 500 hectares, eram 154 e uma área total de 29.633,1, registrados no LUPA de 1995/96. Para o período de 2007/08, ocorreu uma queda de 8,5%, resultando em 141 unidades, ocupando uma área de 27.320,1 hectares, uma perda de 7% no território ocupado (29,56% do total da área nesse período). No LUPA de 2016/17, eram 159 unidades, que perfaziam uma área total de 32.982,7 hectares no grupo de área de 100,1 a 500 hectares no município de Santa Cruz do Rio Pardo. Se considerar os LUPAs de 1995/96 e 2016/17, ocorreu uma evolução de 3% no número de unidades existentes, e um crescimento de 11% na área total ocupada.

Em relação ao grupo de área que engloba as unidades de produção agropecuária de 500,1 a 1.000 hectares, o LUPA de 1995/96 acusou a existência de 12 unidades, que ocupavam um território municipal de 8.249,8 (8,49% do total desse grupo de área). Em 2007/08, eram 12 unidades recenseadas, que totalizavam uma área de 8.501,1 hectares no município (9,2% da área total). No período 2016/17 existiam 16 unidades de produção agropecuária nesse grupo de área (500,1 a 1.000 hectares), perfazendo uma área total de 10.140,3 hectares (9,74% da área total ocupada). Comparando os LUPAs de 1995/96, houve um crescimento de 33% no total de unidades e de 4% na área total do grupo de área de 500,1 a 1.000 hectares.

Para as unidades de produção agropecuária do grupo acima de 1.000 hectares, o LUPA de 1995/96 registrou a existência de 9 unidades que totalizavam uma área de 20.743,4 hectares (21,32% da área total). Para o período de 2007/08, foram registradas 7 unidades com área superior a 1.000 hectares, o que representou 21,09% do território total. No LUPA de 2016/17, eram 11 unidades, ocupando uma área de

21.555,1 hectares (20,71% do território das unidades no município santa-cruzense). Na comparação entre os LUPAs de 1995/96 e 2016/17, ocorreu um crescimento de 22% no número de unidades de produção agropecuária e de 39% na área compreendida do grupo de área com mais de 1.000 hectares.

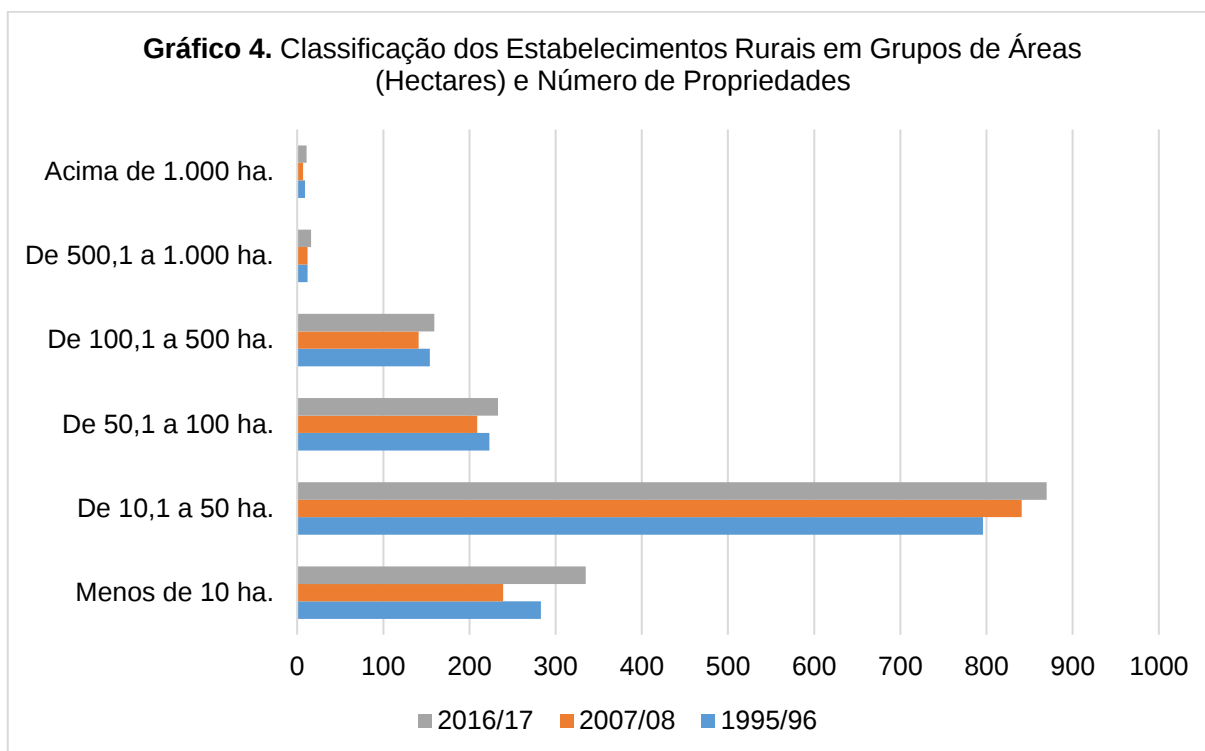
O número total de UPAs no município de Santa Cruz do Rio Pardo no LUPA de 1995/96 era de 1.477, perfazendo uma área agricultável de 97.240,4 hectares. No período de 2007/08, ocorre um declínio de 2% no número de unidades, que foi de 1.449, e uma queda de 6% no total da área ocupada por elas no município (97.240,4 e 92.426,5 hectares, respectivamente).

No LUPA de 2016/17, verificou-se um aumento de 12% em comparação ao período anterior (1995/96) quanto ao número total de propriedades existentes e um crescimento de 12,5% na área ocupada. Se considerar os LUPAs de 1995/96 e 2016/17, houve um aumento de 10% no número de unidades de produção agropecuária e de 7% na área total compreendida por elas existentes no município de Santa Cruz do Rio Pardo.

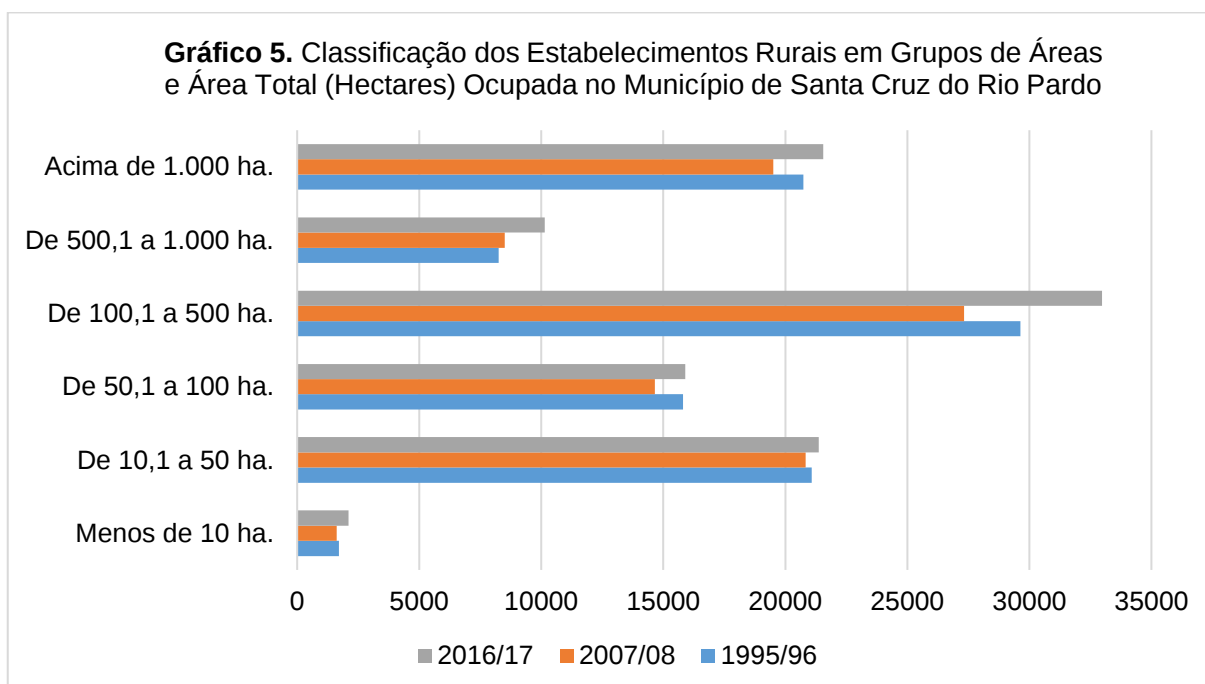
Em relação à concentração no número de propriedades, os grupos de áreas de menos de 10 hectares, de 10,1 a 50 hectares e de 50,1 a 100 hectares, possuíam em conjunto mais de 88% do número total de unidades de produção agropecuária em 2016/17. Quanto à área total ocupada, os grupos de áreas de 100,1 a 500 hectares e de 500,1 a 1.000 hectares possuíam, conjuntamente, 62,15% da superfície total (LUPA de 2016/17).

Com isso, observa-se um maior número de propriedades com menor concentração de terras e uma concentração maior de áreas ocupadas por um menor número de propriedades de terras, provando uma maior concentração de terras pelas grandes propriedades rurais (Gráficos 4 e 5).

No que diz respeito à condição do produtor rural no município de Santa Cruz do Rio Pardo, apresentada durante os Censos Agropecuários de 1995/96, 2007/08 e 2016/17, para os proprietários de terras, arrendatários, parceiros e ocupantes (Tabela 16). Alguns deles apresentam maiores desempenhos em relação aos demais no período abordado, decorrente das atividades agrícolas desempenhadas e pelas condições impostas pela modernização da agropecuária brasileira nas últimas décadas (Tabela 11).



Fonte: SAA/SP; Projeto LUPA (1996/96, 2007/08 e 2016/17).



Fonte: SAA/SP; Projeto LUPA (1996/96, 2007/08 e 2016/17).

No Censo Agropecuário de 1995/96, eram 982 proprietários de terra, 87 arrendatários, 22 parceiros e 27 ocupantes de terras, totalizando 1.118 produtores rurais. Para o período de 2007/08, os dados publicados pelo IBGE demonstram a existência de 818 proprietários de terras, apresentando uma queda de 17%; 31

arrendatários, que totaliza uma perda de 64% de produtores rurais nessa condição; 13 parceiros, com um declínio de 41% no número de produtores nessa condição; e da existência de 9 ocupantes de terras, com uma perda de 67% de trabalhadores rurais nessa categoria.

Tabela 11. Condição do Produtor Rural no Município de Santa Cruz do Rio Pardo – Censos de 1995/96, 2006 e 2017

Produtor	Censos			Variação 1995/96 e 2016/17 (%)
	1995/96	2007/08	2016/17	
Proprietário	982	818	567	-42
Arrendatário	87	31	139	60
Parceiro	22	13	12	-45
Ocupante	27	9	22	-19
Total	1.118	871	740	-34

Fonte: IBGE (1995/96; 2006 e 2017)

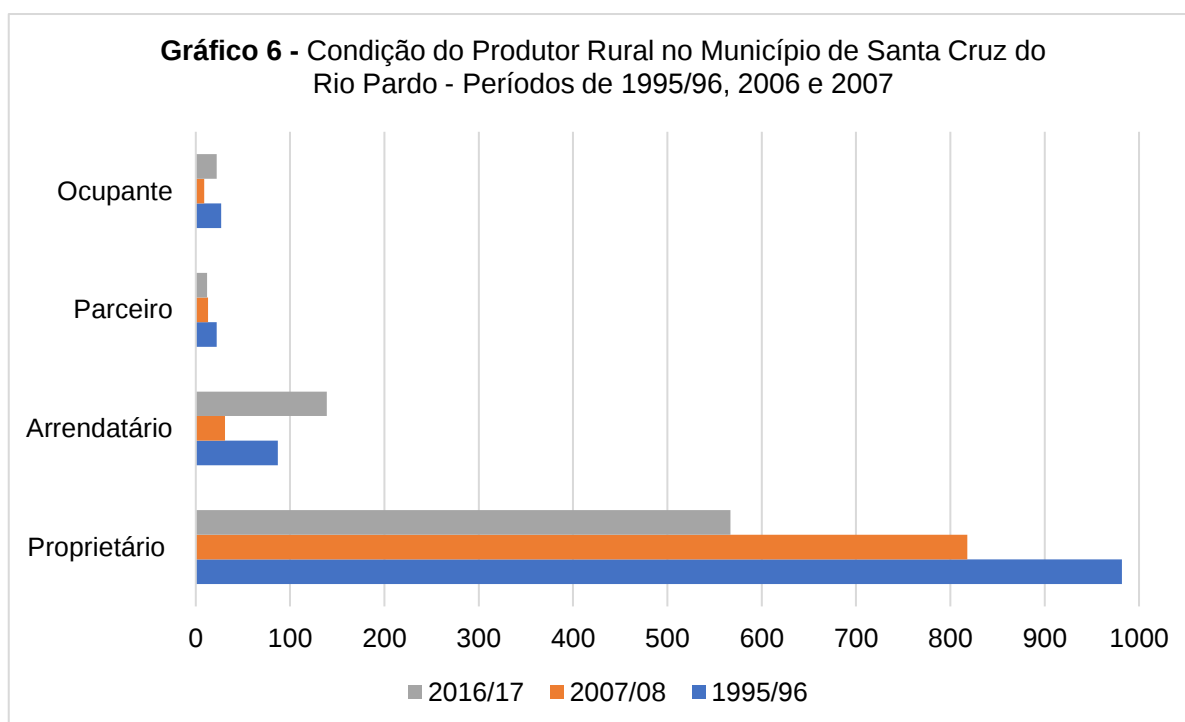
No censo de 2016/17, existiam 567 proprietários de terras, uma queda de 31% nos produtores rurais dessa categoria; 139 arrendatários de terras, um crescimento de 348% em relação a 2007/08; 12 parceiros, que apresentaram um declínio de 8% em relação ao período anterior; e os ocupantes de terra, que apresentaram um aumento de 144%, comparado ao censo de 2007/08.

Se verificar a evolução das condições dos produtores rurais nos censos 1995/96 e 2016/17, o número de proprietários rurais apresentou uma queda de 42%; os arrendatários de terras viram sua participação aumentar em 60% no total, praticamente a única categoria a apresentar um aumento; os parceiros viram sua participação reduzir em 45% do total, proporcionalmente a maior redução entre os produtores rurais; e os ocupantes, que apesar de apresentarem um crescimento entre os censos de 2007/08 e 2016/17, resultaram em uma perda de 19%, se comparados os períodos inicial e final das análises (1995/96 e 2016/17).

Isso vem demonstrar que houve uma concentração de terra nas mãos de um menor número de produtores rurais, devido ao fato de o município de Santa Cruz do Rio Pardo não ter apresentado nenhum evento de desmembramento territorial com a criação de novos municípios no período analisado.

Também o destaque do arrendatário de terras no conjunto dos produtores rurais deve-se ao fato de a população se concentrar majoritariamente na área urbana do município, pagando para utilizar as terras de terceiros, com a produção de *commodities* valorizadas pelo mercado, como a cana-de-açúcar, a soja, o milho, especialmente. Também se verificou na pesquisa de campo a existência de usinas na

região, que arrendam terras de terceiros para aumentar o plantio da cana-de-açúcar e garantir a matéria prima para a produção de etanol e açúcar (Gráfico 6).



Fonte: IBGE (1995/96; 2006 e 2017)

Em relação à evolução da área plantada das principais culturas agrícolas do município de Santa Cruz do Rio Pardo por Estabelecimentos (E), através dos dados estatísticos dos Censos Agropecuários de 1995/96, 2007/08 e 2016/17, pode-se averiguar a grande importância que as culturas de *commodities* conquistaram no município, especialmente a cana-de-açúcar, o milho, a soja e a laranja, em especial, em detrimento de culturas de subsistência, como a mandioca, o feijão e o arroz. Além delas, também são cultivados no município o café, tradicional produto agrícola desde o início do século XX, a melancia e o tomate (Tabela 12 e Gráficos 7 e 8).

A cultura da cana-de-açúcar ocupava uma área produtiva de 18.000 hectares e apresentou 1.360.000 toneladas de quantidade produzida no Censo Agropecuário de 1995/96. No ano de 2006, a cultura canavieira teve uma área ocupada de 16.500 hectares e a produção obtida foi de 1.320.000 toneladas.

Em relação ao censo de 2017, a cana-de-açúcar ocupava 25.000 hectares do município de Santa Cruz do Rio Pardo, e a quantidade produzida foi de 1.700.000 toneladas, consolidando-se como uma das principais culturas agrícolas.

Tabela 12. Evolução da Área Plantada e da Quantidade Produzida das Principais Culturas Agrícolas do Município de Santa Cruz do Rio Pardo – Censos Agropecuários de 1995/96, 2006 e 2017

Produtos	Períodos					
	1995/96		2006		2017	
	Área (ha.)	Quant. (ton.)	Área (ha.)	Quant. (ton.)	Área (ha.)	Quant. (ton.)
Cana-de-açúcar	18.000	1.360.000	16.500	1.320.000	25.000	1.700.000
Laranja	1.340	167.500	3.596	76.570	9.000	270.000
Milho	9.300	36.540	11.030	42.726	17.000	85.000
Soja	8.000	12.900	7.000	18.900	23.000	75.900
Mandioca	600	19.000	840	21.000	502	10.036
Tomate	15	750	25	1.230	20	1.500
Melancia	200	850	230	7.482	50	1.000
Café	1.538	600	1.500	1.350	1.340	600
Feijão	500	360	150	210	300	600
Arroz	534	720	200	320	0	0

Fonte: PAM/IBGE (1995/96, 2006 e 2017).

Conforme salienta Elias (2018, p. 96),

A cana-de-açúcar é uma das culturas mais tradicionais do Brasil, responsável por muitas de suas características sociais, políticas, econômicas e territoriais atuais. Até meados da década de 1970, seu cultivo associou-se fundamentalmente ao fabrico de açúcar, colocando-se o país como um dos seus principais produtores mundiais. Mas, à beira de uma superprodução de cana-de-açúcar e de açúcar e com a primeira grande crise mundial do fornecimento de petróleo, matéria-prima para a geração do combustível que abastecia a maior parte da frota nacional de automóveis, o Estado passou a incentivar os produtores a canalizarem a produção para a fabricação de álcool combustível. Iniciou-se, então, um processo de transformações, que marcou o início de uma nova era da produção de cana no país, com o Estado, mais uma vez, exercendo o papel regulador, criando o Proálcool (Programa Nacional do Alcool) em 1975, cujo intuito era, numa primeira fase, incentivar a produção de álcool anidro para ser adicionado à gasolina e, a partir de 1979, com o segundo choque mundial do petróleo, a produção de álcool hidratado, utilizado como combustível substituto da gasolina.

A laranja apresentou uma área ocupada de 1.340 hectares e uma quantidade produzida de 167.500 toneladas no censo de 1995/96. Para o ano de 2006, a área produtiva teve um crescimento de 168%, passando para 3.596 hectares, mas teve uma queda de 54% na produção, que foi de 76.570 toneladas. No censo de 2017, a área ocupada pela cultura da laranja chegou a 9.000 hectares, com uma produção total de 270.000 toneladas do fruto, utilizando-se de técnicas mais modernas e tornando a produtividade maior.

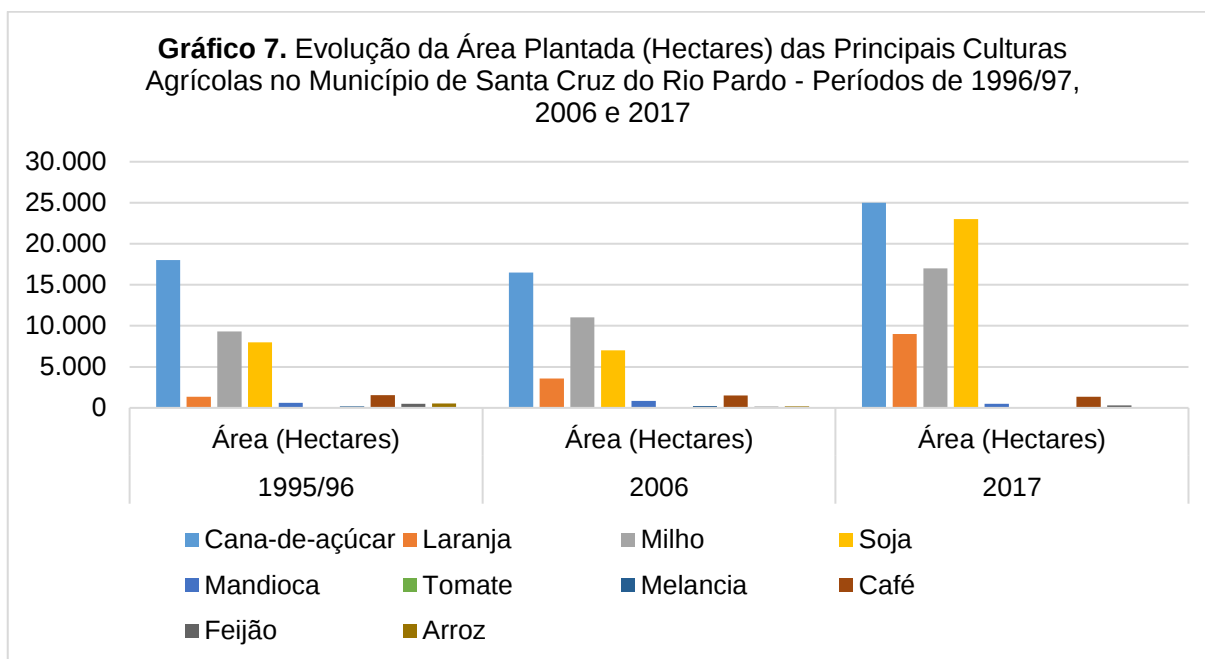
Conforme salientado por Elias (2018, p. 141), mas em menor escala do que ocorre na região de Ribeirão Preto,

As agroindústrias canavieiras e citrícolas têm apresentado grande expansão nas últimas décadas, influenciando o desenvolvimento de inúmeras outras atividades econômicas, assim como inibindo a atuação de pequenas empresas não hegemônicas, compondo um centro irradiador de fixos e fluxos – de matéria e de informação, formando uma teia de circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação que ultrapassam os limites regionais. Diante disso, sobre vários aspectos, o conhecimento desses circuitos e círculos dá o alcance geográfico dessas produções, delimitando parte dos fluxos de pessoas, bens, dinheiro e informação, realizados durante o processo de produção, distribuição e consumo do açúcar, do álcool e do suco concentrado de laranja.

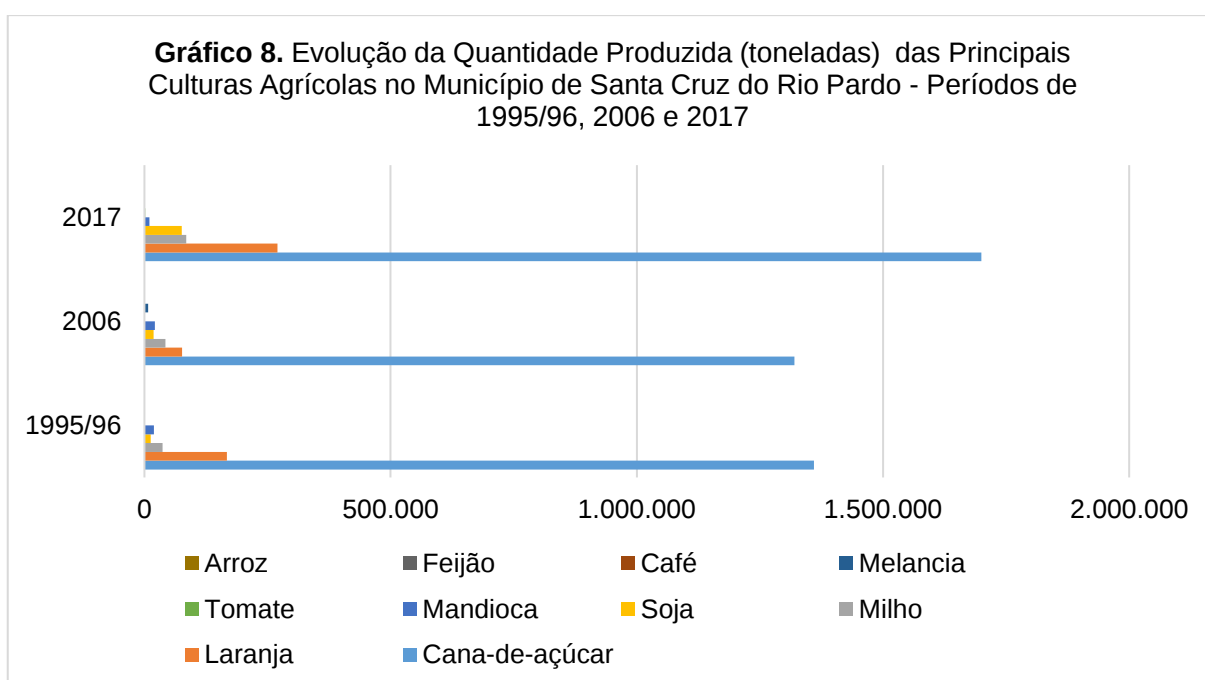
Outra cultura bastante valorizada no município, o milho ocupava uma área agricultável de 9.300 hectares, gerando uma quantidade produzida de 36.540 toneladas no censo de 1995/96. Para o censo de 2006, a área ocupada com o milho apresenta um crescimento de 19% e chega a 11.030 hectares, produzindo um total de 42.826 toneladas. No ano de 2017, a cultura do milho registra uma área produtiva de 17.000 hectares, um aumento de 54%, proporcionando uma produção total de 85.000 toneladas do produto. Uma das mais tradicionais culturas agrícolas, presente desde o início do povoamento de Santa Cruz do Rio Pardo, o milho se consolida como uma das principais culturas agrícolas do município.

Em relação à cultura da soja, no Censo Agropecuário de 1995/96, a área plantada era de 8.000 hectares, e a produção total foi de 12.900 toneladas. Para o período de 2006, a área produtiva apresentou uma queda de 12,5%, mas a produção de soja foi 46,5% maior do que no censo anterior, perfazendo 18.900 toneladas. No ano de 2017, a soja tinha uma área produtiva de 23.000 hectares, que representou um crescimento de 229% em relação a 2006, produzindo um total de 75.900 toneladas do produto, um aumento de 302% na produção do cultivo. A soja também apresenta uma das maiores áreas ocupadas e com maiores produções no município de Santa Cruz do Rio Pardo.

No que diz respeito à cultura da mandioca, a área produtiva foi de 600 hectares, e a quantidade produzida de 19.000 toneladas registradas no censo de 1995/96. No ano de 2006, a área ocupada com a lavoura da mandioca aumentou para 840 hectares (crescimento de 40% em relação a 1995/96), o que proporcionou 21.000 toneladas do produto (crescimento de 10,5% em relação a 1995/96). No Censo Agropecuário de 2017, a cultura da mandioca teve uma queda de 40% na área produtiva, perfazendo 502 hectares, e na quantidade produzida apresentou um declínio de 52%, resultando em 10.036 toneladas.



Fonte: PAM/IBGE (1995/96, 2006 e 2017).



Fonte: PAM/IBGE (1995/96, 2006 e 2017).

Para Zanoni (1977), Junqueira (1994) e Prado e Prado (2012), a cultura da mandioca também apresenta destaque entre as culturas com maior área produtiva no município de Santa Cruz do Rio Pardo, devido à existência de fábricas de farinha de mandioca e de fecularias nos municípios vizinhos, a exemplo do que ocorre em São Pedro do Turvo, Salto Grande e Ribeirão do Sul.

A cultura do tomate apresenta uma produção recente no município, graças aos insumos e treinamentos disponibilizados por algumas empresas instaladas em Santa Cruz do Rio Pardo, como a Hidroceres, a Estufas Arco Íris, a Agroconvivium (Plenan Ferti), (capítulo 2) que oferecem o suporte necessário para o desenvolvimento da produção de tomate no município. No censo de 1995/96, a área ocupada com plantações de tomate era de 15 hectares, o que resultou na produção de 750 toneladas do fruto. Em 2006, ocorreu uma ampliação de 67% na área cultivada, passando para 25 hectares. A produção também apresentou um aumento de 64%, obtendo 1.230 toneladas. Para o censo de 2017, a área produtiva teve uma queda de 20% na área plantada, perfazendo 20 hectares no total. No que diz respeito à produção, ocorreu um aumento de 22%, totalizando 1.500 toneladas do produto, demonstrando uma maior produtividade agrícola.

Nos estudos de Zanoni (1977), Junqueira (1994) e Prado e Prado (2012), além dessas atividades agrícolas, o município de Santa Cruz do Rio Pardo ainda conta com a prática da Horticultura, responsável pelo abastecimento da cidade com produtos de origem das hortas, como as leguminosas e verduras, cultivadas e cuidadas por descendentes de imigrantes japoneses e italianos. Atualmente, a empresa Hidroceres, representada pelas Estufas Arco Íris, desenvolve e dissemina para os agricultores santa-cruzenses e demais regiões do Estado e país, através de cursos e encontros, as técnicas modernas, de estudos especializados, organização racional e mecanização agrícola para o setor.

A área de cultivo de melancia no município santa-cruzense era de 200 hectares, e a produção total obtida foi de 850 toneladas no Censo Agropecuário de 1995/96. No censo de 2006, a área cultivada com melancia era de 230 hectares, demonstrando um aumento de 30%, resultando em 7.482 toneladas da fruta, o que caracterizou um crescimento de 780% na produção. No ano de 2017, a área ocupada com a cultura da melancia apresentou uma queda de 78%, passando para 50 hectares, proporcionando 1.000 toneladas do produto (perda de 87% na produção total).

A cultura do café ainda persiste no município, mas não possui mais a dinâmica que tinha na primeira metade do século XX. No ano de 1995/96, o Censo Agropecuário registrou 1.538 hectares ocupados com a cultura cafeeira, perfazendo uma produção total de 600 toneladas. Em relação ao censo de 2006, a área produtiva apresentou uma retração de 2,5%, obtendo 1.500 hectares na área de produção com café. A produtividade, ao contrário, apresentou um crescimento de 125%, elevando a

quantidade produzida para 1.350 toneladas do produto. No período de 2017, a área de plantio de café teve uma redução de 11% no total (comparado ao período de 2006), resultando em 1.340 hectares, e a quantidade produzida foi de 600 toneladas, uma perda de 56% em relação a 2006.

Conforme salientado em Elias (2018, p. 116),

A crise do preço do café no mercado internacional no final da década de 1920 desorganizou os pilares da economia da região. Mas o dinamismo econômico propiciado pela atividade cafeeira, que havia desenvolvido uma série de atividades urbanas, aumentando a população e o mercado consumidor urbano, foi capaz de reorganizar a economia, diversificando a agricultura, substituindo o café por outros cultivos e, conseqüentemente, propiciando também a diversificação da atividade industrial, especialmente a de beneficiamento desses produtos agrícolas.

A cultura do feijão e do arroz faz parte da realidade santa-cruzensense desde os primórdios do povoamento. Em relação à cultura do feijão, o censo de 1995/96 registrou 500 hectares de área ocupada com a cultura, e uma quantidade produzida de 360 toneladas. No ano de 2006, a área ocupada com a cultura agrícola do feijão foi de 150 hectares, uma queda de 70% em comparação ao período anterior, perfazendo uma produção total de 210 toneladas do produto (perda de 42% na produção total). No Censo Agropecuário de 2017, a área produtiva obtida foi de 300 hectares (crescimento de 100% em comparação a 2006), que produziu um total de 600 toneladas do produto (185% de aumento na produção total).

Em relação à cultura arrozeira, o Censo Agropecuário de 1995/96 apresentou uma área de produção de 534 hectares, o que resultou numa produção de 720 toneladas do cereal. No período de 2006, a cultura do arroz registrou uma queda acentuada na área produtiva e, conseqüentemente, na quantidade produzida, com 200 hectares (queda de 62,5% na área plantada) e 320 toneladas (perda de 55,5% na quantidade produzida em relação a 1995/96), respectivamente.

No Censo Agropecuário de 2017, o município não registrou área produtiva e, conseqüentemente, quantidade produzida de arroz. No maior polo de beneficiamento de arroz do interior paulista, não se produz o cereal, que é importado do sul do Brasil, especialmente da região de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, devido à preferência do arroz agulhinha pelos consumidores.

Em suma, no que se pode avaliar sobre a evolução da área plantada e da quantidade produzida das principais culturas no município de Santa Cruz do Rio Pardo, com dados compilados dos Censos Agropecuários de 1995/96, 2006 e 2017,

a cultura da cana-de-açúcar foi a que apresentou as maiores áreas de produção e da quantidade produzida.

A cultura da laranja também obteve grande crescimento na área plantada e na quantidade produzida proporcionalmente, se comparados os períodos de 1995/96 e 2017. Também vale lembrar aqui os investimentos que a Agroterenas S.A. Citrus vem realizando nos últimos anos com outras culturas cítricas, como o limão, cuja produção sempre existiu no município, mesmo em pequena escala.

Nos últimos anos, a Agroterenas SA Citrus tem investido bastante na produção de suco de limão concentrado, especialmente para exportação. A expectativa é de crescimento na área de produção e na quantidade produzida do produto pelos agricultores nos próximos anos (ZANONI, 1977, p. 103).

As culturas do milho e da soja também demonstraram grande evolução na área produtiva e na quantidade produzida nos censos de 1995/96 e 2017. A cultura do café teve uma pequena queda na área de produção, mas manteve a quantidade produzida nos censos de 1995/96 e 2017.

A lavoura do feijão diminuiu a área de produção, mas aumentou a produtividade e elevou a produção (entre os períodos de 1995/96 e 2017). A cultura agrícola do arroz registrou um recuo na área e no total da produção agrícola, nos períodos de 1995/96 e 2017, e não apresentou área de produção e quantidade produzida no censo agropecuário de 2017.

Em síntese, as culturas que mais se destacaram no período de 1995/96 e 2017 foram a cana-de-açúcar, a laranja, o milho e a soja, que se tornaram prioridade para os produtores rurais, e que são “*commodities* agrícolas”, em detrimento das culturas da mandioca, do arroz e do feijão, destinadas à alimentação da população. A melancia obteve uma variação na área e na produção para os períodos de 1995/96, 2006 e 2017, apresentando-se como uma alternativa de produção para os agricultores santacruzenses, especialmente diante da demanda da fruta nos períodos da primavera e verão.

Conforme apontam Santos e Silveira (2008, p. 120),

[...]. Houve uma desvalorização das agriculturas alimentares básicas e de tradição nacional (como o arroz, feijão e mandioca), e isto se dá com a colaboração do crédito público, da informação, da propaganda e dos novos consumos. O conflito velado entre agricultura de exportação e agricultura para o mercado interno também é apontado por Carlos Walter P. Gonçalves (1985, p. 331). Acrescenta-se a isso a perda de produtividade espacial para certos produtos, diante de novos ou antigos produtores mundiais. Este talvez seja o caso do café brasileiro, pois das 4.169.586 toneladas produzidas em

1960 se passa a 2.122.391 em 1980 e a 2.685.641 em 1996; ao contrário, produtos como soja, milho, cana-de-açúcar e laranja vêm a crescer rapidamente as suas produções depois de 1960 [...]

No que diz respeito à evolução das criações de animais no município de Santa Cruz do Rio Pardo, através de dados estatísticos dos Censos Agropecuários de 1995/96, 2006 e 2017, os principais rebanhos foram os bovinos (bois, vacas, bezerros, novilhas), bubalinos (búfalos e búfalas), equinos (cavalos e éguas), suínos (porcos, porcas e leitões), caprinos (bodes e cabras), ovinos (ovelhas) e as aves (galinhas, galos, frangos, pintainhos), representadas especialmente pelas galinhas para a produção de ovos (Tabela 13).

A criação de animais sempre se destacou na economia de Santa Cruz do Rio Pardo desde o início do povoamento. Como se sabe, os animais fornecem carne, leite, ovos, lã e outros produtos destinados ao sustento da população, mas também são utilizados nas atividades laborais e no transporte de cargas. Nessa condição, destacavam-se os bois, os equinos, os muares e os asininos. No período de 1995/96 a 2017, a maioria dos animais eram utilizados para fins de criação, visto que com a modernização da agricultura, muitos veículos, tratores e implementos agrícolas substituíram a tração animal.

As atividades referentes à pecuária são bastante valorizadas no município de Santa Cruz do Rio Pardo, desde a época de povoamento. Em algumas regiões do Estado de São Paulo, as antigas fazendas produtoras de café estão substituindo essa cultura por pastagens naturais (capins colônia, jaraguá, gordura, entre outros) e artificiais (capins jaraguá e pangola, principalmente). Com a decadência da cultura cafeeira, os proprietários rurais encontraram na pecuária uma alternativa para garantir mercados para seus produtos e bons resultados econômicos, devido à valorização dos produtos derivados da pecuária, onde tudo se aproveita, praticamente. Além do mais, o desenvolvimento nos meios de transporte e aumento da demanda de carne em São Paulo consolidaram o interesse dos pecuaristas no município de Santa Cruz do Rio Pardo (ZANONI, 1977, p. 104).

Tabela 13. Evolução das Criações de Animais no Município de Santa Cruz do Rio Pardo – Censos Agropecuários de 1995/96, 2006 e 2017 (Em Cabeças)

Tipo de Criação	Censos Agropecuários			Variação 1995/96 e 2017 (%)
	1995/96	2006	2017	
Bovinos	84.061	64.520	48.800	-42
Bubalinos	196	268	18	-91
Equinos	2.815	1.112	800	-71,5
Suínos	8.191	9.271	8.250	0,7
Caprinos	66	33	100	51,5
Ovinos	1.461	2.820	2.500	71
Aves (Galináceos)	86.220	73.647	11.700	-86,5

Fonte: IBGE (1995/96; 2006 e 2017).

Existiam 84.061 bovinos no município no censo de 1995/96. No período de 2006, houve uma queda de 23%, chegando a 64.520 animais. Para o Censo Agropecuário de 2017, foram recenseados 48.800 bovinos, com uma perda de 24% em relação ao censo anterior. Comparando os Censos Agropecuários de 1995/96 e 2017, ocorreu um declínio de 42% no número de animais no município de Santa Cruz do Rio Pardo.

No censo de 1995/96, existiam 196 bubalinos no município. Para o período de 2006, o número de animais teve um aumento de 37%, chegando a 268 cabeças. No Censo Agropecuário de 2017, ocorreu uma perda de 93% no efetivo de animais, totalizando 18 bubalinos (em comparação com o ano de 1995/96). Entre os períodos de 1995/96 e 2017 ocorreu uma queda de 91% no total de animais.

Em relação aos equinos, em 1995/96 existiam no município 2.815 animais. No censo de 2006, eram 1.112 cabeças existentes (uma queda de 60,5% no efetivo de equinos). Para o período de 2017, eram 800 equinos existentes no município, o que resultou em um decréscimo de 28%, se comparado aos dados obtidos em 2006. Na comparação entre os censos de 1995/96 e 2017, o efetivo de equinos diminuiu 71,5% no território santa-cruzense.

Os suínos estão presentes no município desde o início do povoamento, pois proporcionavam carne, toucinho e banha, que era utilizada no preparo e conservação dos alimentos, como já visto anteriormente. No censo de 1995/96, os suínos representavam um total de 8.191 animais. No período de 2006, ocorreu um aumento de 13% no efetivo de suínos, chegando a 9.271 cabeças. No Censo Agropecuário de 2017, ocorreu um declínio de 11% na criação de suínos em Santa Cruz do Rio Pardo, resultando em 8.250 suínos. Se observar os censos de 1995/96 e 2017, ocorreu um crescimento de 0,7% no efetivo de suínos.

Os caprinos (bodes, cabras e cabritos), criados com a finalidade de fornecer carne e leite, representavam 66 animais no censo de 1995/96. No período de 2006, ocorreu uma queda de 50% no efetivo de caprinos, passando para 33 cabeças. No entanto, no censo de 2017, houve um aumento de 203% na criação dos animais no município, perfazendo um total de 100 caprinos. Comparando-se os Censos Agropecuários de 1995/96 e 2017, ocorreu um crescimento de 51,5% no efetivo de caprinos no município de Santa Cruz do Rio Pardo.

Os ovinos, que produzem carne, leite e lã, eram 1.461 animais criados nas propriedades rurais do município no ano de 1995/96. No censo de 2006, ocorreu um crescimento de 93% no número de animais criados, chegando a 2.820 cabeças. No período de 2017, foi registrada uma queda de 11% no número de ovinos, perfazendo um total de 2.500 animais. Se comparados os Censos Agropecuários de 1995/96 e 2017, ocorreu um aumento de 71% no efetivo de ovinos registrados no município.

Em relação à criação de aves (galinhas, em especial), bastante valorizadas pela produção de carne e ovos, existia um efetivo total de 86.220 aves registrado no censo de 1995/96. Para o período de 2006, o número total de galinhas obtido foi de 73.647 aves, representando uma queda de 14,5% no total. No Censo Agropecuário de 2017, houve uma perda de 84% na criação de aves, chegando a 11.700 galinhas. Na comparação entre os censos de 1995/96 e 2017, houve um recuo de 86,5% na criação de aves, majoritariamente as galinhas, no município santa-cruzense.

No que diz respeito à evolução das criações de animais no município de Santa Cruz do Rio Pardo, nos Censos Agropecuários de 1995/96, 2006 e 2017, o que se pôde observar é que ocorreu uma queda significativa na criação de bubalinos (-91%), de aves (galinhas) (-86,5%), de equinos (-71,5%) e de bovinos (-42%) no efetivo de animais. A criação de ovinos, caprinos e, em menor expressão, de suínos, apresentou um aumento no efetivo de animais, sendo registrados crescimentos da ordem de 71%, 51,5% e 0,7%, respectivamente.

3.3. A Dinâmica Geográfica e os Fluxos Econômicos na Agropecuária de Santa Cruz do Rio Pardo

Nessa etapa da pesquisa, serão contempladas as dinâmicas geográficas e os fluxos econômicos realizados nas atividades agropecuárias santa-cruzense em relação aos demais municípios da Região de Governo de Ourinhos e do Estado. Para esse estudo serão utilizados dados coletados no trabalho de campo, embasados nos parâmetros estabelecidos nas Regiões de Influência das Cidades / REGIC (estudo publicado pelo IBGE no ano de 2018) e da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE 2.0), com atualização mais recente do ano de 2007), já estudada no capítulo 2.

Para isso, utilizar-se-á os critérios de definição dos níveis hierárquicos adotados pelo REGIC (IBGE, 2018), onde a rede urbana brasileira foi classificada em

cinco grandes níveis, com suas subdivisões: Metrôpoles (Grande Metrôpole Nacional, Metrôpole Nacional, Metrôpoles, Capitais Regionais (Capital Regional A, Capital Regional B e Capital Regional C), Centros Sub-regionais (Centro Sub-regional A e Centro Sub-regional B), Centros de Zona (Centro de Zona A e Centro de Zona B) e Centros Locais.

Segundo essa classificação, o município de Santa Cruz do Rio Pardo é identificado como Centro Sub-regional B, sendo o segundo mais importante município nessa categoria, onde o município de Ourinhos é classificado como um Centro Sub-regional A³³. De acordo com dados divulgados dos estudos do REGIC (2018) sobre a evolução da região de influência da cidade, no período de 1966 a 1988, pode-se evidenciar as seguintes características da influência santa-cruzeense sobre alguns municípios da região:

- REGIC 1966: municípios de Ipaussu, Óleo e São Pedro do Turvo;
- REGIC 1978: municípios de Bernardino de Campos, Ipaussu e São Pedro do Turvo;
- REGIC 1993: municípios de Bernardino de Campos, Ipaussu e São Pedro do Turvo;
- REGIC 2007: municípios de Espírito Santo do Turvo e São Pedro do Turvo, e;
- REGIC 2018: município de Espírito Santo do Turvo.

Conforme se pode observar, houve uma evolução no número de municípios que estavam sob influência de Santa Cruz do Rio Pardo nos REGICs de 1966, 1978, 1993. No REGIC 2007, somente dois municípios estavam sob a área de influência urbana santa-cruzeense, e em 2018, apenas um município.

Atualmente, os municípios da Região de Governo de Ourinhos estão inseridos no Arranjo Populacional de Ourinhos. Vale ressaltar que desde a divulgação dos dados estatísticos dos REGICs verificados, o município de Santa Cruz do Rio Pardo

³³ Os Centros Sub-regionais estão representados no território brasileiro por 352 Cidades que possuem atividades de gestão menos complexas (todas são nível 3 na classificação de gestão do território), com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais. São também Cidades de menor porte populacional, com média nacional de 85 mil habitantes, maiores na Região Sudeste (100 mil) e menores nas Regiões Sul e Centro-Oeste (75 mil). Este nível divide-se em dois grupos:

a) Centro Sub-regional A - composto por 96 Cidades presentes em maior número nas Regiões Sudeste, Sul e Nordeste, e média populacional de 120 mil habitantes; e
 b) Centro Sub-regional B - formado por 256 Cidades com grande participação das Regiões Sudeste e Nordeste, apresenta média nacional de 70 mil habitantes, maiores no Sudeste (85 mil) e menores no Sul (55 mil) (IBGE, 2020, p. 11).

que durante o período 1966 a 2018 esteve sob a influência da rede urbana de Ourinhos (que é polarizada pela rede urbana de Marília, que se constitui em uma capital Regional C), sendo esse o município mais importante da área em estudo, conforme estudado no capítulo 1.

No entanto, para o estudo dos fluxos agropecuários dos municípios que possuem relações comerciais com Santa Cruz do Rio Pardo, verifica-se a existência de um elo de ligações que extrapolam esses territórios, pois a dinâmica dos produtos comercializados no setor agropecuário, tanto de exportação quanto de importação, visando suprir as necessidades dos mercados consumidores local, regional e estadual, de acordo com os interesses do capital.

Os municípios representados no REGIC 2018, que fazem parte da dinâmica espacial e dos fluxos econômicos no setor agropecuário com o município santacruzense são: Bernardino de Campos, Canitar, Chavantes, Espírito Santo do Turvo, Ipaussu, Óleo, Ourinhos, Ribeirão do Sul, Salto Grande, São Pedro do Turvo e Timburi, além do fluxo agropecuário existente no território local. Verifica-se que todos possuem relações comerciais, através da compra e venda de produtos (insumos agrícolas), tais como defensivos agrícolas, fertilizantes, sementes e mudas, maquinários (tratores, colhedoras e pulverizadores, entre outros), além de assistência técnica, conforme estudado no capítulo 2.

Além desses municípios, foram citados municípios de outras regiões geográficas do Estado de São Paulo. São eles: Águas de Santa Bárbara, Araraquara, Assis, Avaré, Cabralia Paulista, Cerqueira César, Coronel Macedo, Corumbataí, Cubatão, Fartura, Guapiara, Ibirarema, Itápolis, Lençóis Paulista, Manduri, Matão, Monte Azul Paulista, Paulistânia, Piraju, Pirapozinho, Promissão, Sarutaiá, Sumaré, Taguaí, Tejuapá e Timburi. Além desses, o município paranaense de Wenceslau Braz foi citado pelo estudo do REGIC 2018 (Figura 12). Porém, existiram casos de municípios que foram destinos dos fluxos agropecuários com origem no município de Santa Cruz do Rio Pardo que não foram identificados na pesquisa.

Vale ressaltar que nesse estudo, utilizar-se-á o conceito de Região Imediata para trazer uma versão de estudo atualizada, elaborada pelo IBGE (2017), que define essa região como,

[...] um recorte regional que tem na rede urbana o seu principal elemento de referência. É definida a partir de Centros Urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compra de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de

saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho, e de serviços judiciários, entre outros.

Cabe ainda destacar a importância que as atividades agropecuárias possuem no município, quanto à dinâmica espacial e os fluxos econômicos. Segundo definições do IBGE (2020, p. 136), sobre a relação da cidade com a agropecuária no município,

Embora o tema das atividades agropecuárias remeta, em uma primeira aproximação, mais ao espaço rural do que aos centros urbanos, a produção de alimentos e commodities insere-se em complexas cadeias produtivas responsáveis por fluxos de diferentes naturezas e intensidades cujos nós localizam-se, em grande parte, nas Cidades. São nos centros urbanos onde ocorre a disponibilização de crédito aos produtores, a comercialização dos produtos, insumos e maquinários, a formação de assistência técnica, a gestão da produção de grande porte, os principais centros de consumo por meio das centrais de abastecimento, a sede de complexos agroindustriais, os centros de pesquisa agropecuária, dentre muitos outros exemplos. As Cidades são, desse modo, fundamentais para compreender os processos existentes no campo que, por sua vez, implicam em diferentes inserções das próprias Cidades na economia nacional e mundial (IBGE, 2020, p. 136).

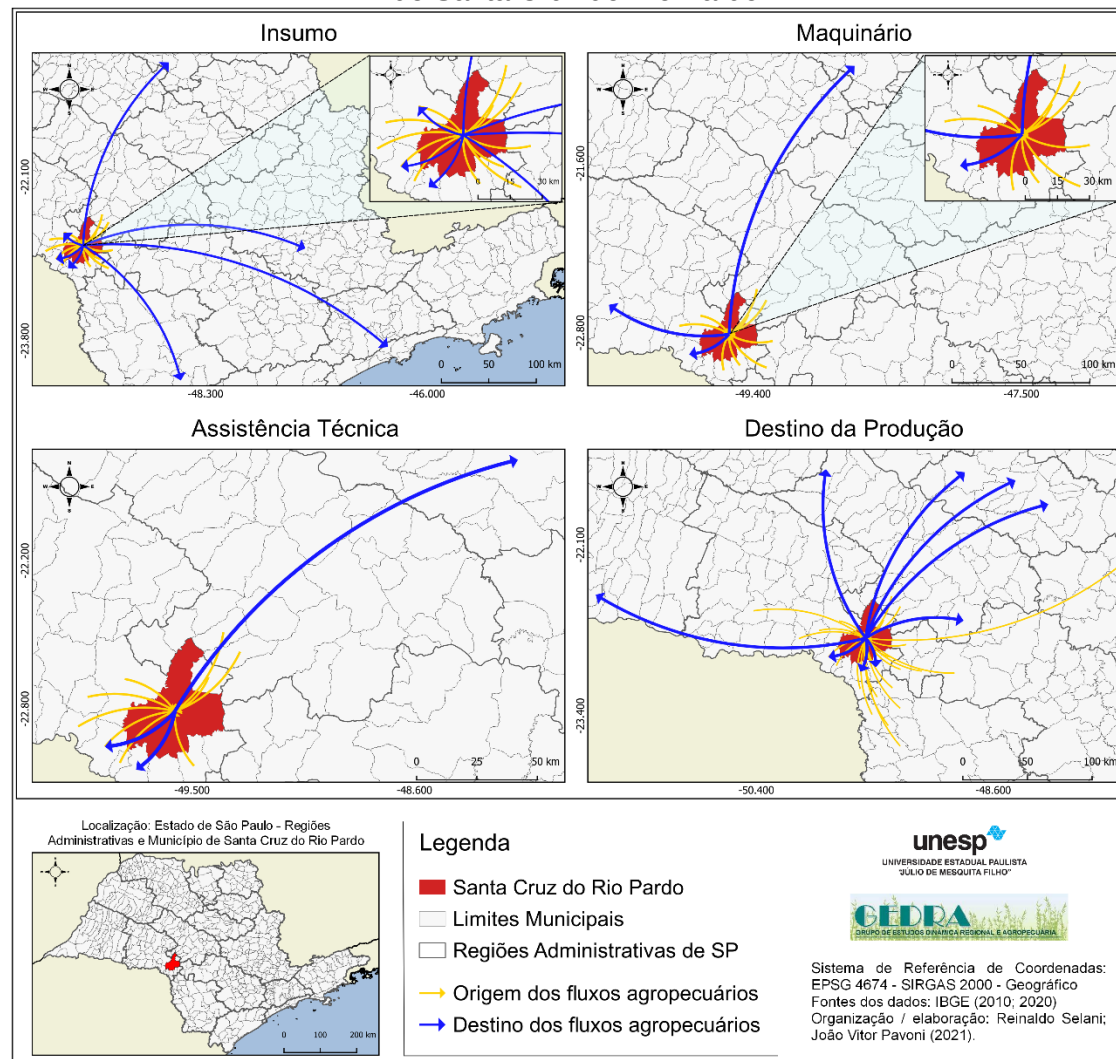
Com relação aos fluxos agropecuários originários do município de Santa Cruz do Rio Pardo com destino a outros municípios do Estado e os fluxos de produtos originários de outros municípios do Estado com destino à Santa Cruz do Rio Pardo, utilizar-se-ão dados estatísticos do REGIC (2018), através da pesquisa sobre os insumos, maquinários, assistência técnica e produtos comercializados.

Segundo definição utilizado pelo REGIC (2018),

Os insumos utilizados para a produção agropecuária podem ser de natureza muito variada, a depender não apenas de qual produto se trata, mas também de distintas técnicas de produção, que podem ser mais ou menos intensivas em uso de tecnologia. (IBGE, 2020, p. 138).

Em relação à dinâmica espacial e os fluxos econômicos dos insumos agropecuários originários de Santa Cruz do Rio Pardo com destino a outros municípios do Estado, os produtos abordados na pesquisa foram os bovinos e bubalinos corte, a cana-de-açúcar, a laranja, o milho e a soja (Tabela 14 e Gráfico 9). Os municípios que apresentaram os maiores fluxos agropecuários com relação aos bovinos e bubalinos de corte, foram o mercado local (50%), Chavantes (15%) e Ourinhos (10%). Os municípios não identificados na pesquisa representaram 20% do total.

Figura 12. A Dinâmica Espacial e os Fluxos Econômicos das Atividades do Setor Agropecuário de Santa Cruz do Rio Pardo



Fonte: IBGE (2010; 2020)

Tabela 14 – Fluxo de Insumos Agrícolas Originários do Município de Santa Cruz do Rio Pardo (SP) com destino a outros municípios

Produto	Destino	Percentual (%)
Bovino e Bubalino corte	Santa Cruz do Rio Pardo	50
Bovino e Bubalino corte	Não identificado	20
Bovino e Bubalino corte	Chavantes - SP	15
Bovino e Bubalino corte	Ourinhos - SP	10
Bovino e Bubalino corte	São Pedro do Turvo - SP	5
Cana-de-açúcar	Chavantes - SP	50
Cana-de-açúcar	Ourinhos - SP	50
Laranja	Ourinhos - SP	30
Laranja	Sumaré - SP	30
Laranja	Guapiara - SP	13
Laranja	Monte Azul Paulista - SP	10
Laranja	Não identificado	10
Laranja	Cubatão – SP	7
Milho	Santa Cruz do Rio Pardo	60
Milho	Ourinhos – SP	20
Milho	Chavantes – SP	20
Soja	Santa Cruz do Rio Pardo	60
Soja	Chavantes -SP	20
Soja	Ourinhos – SP	20

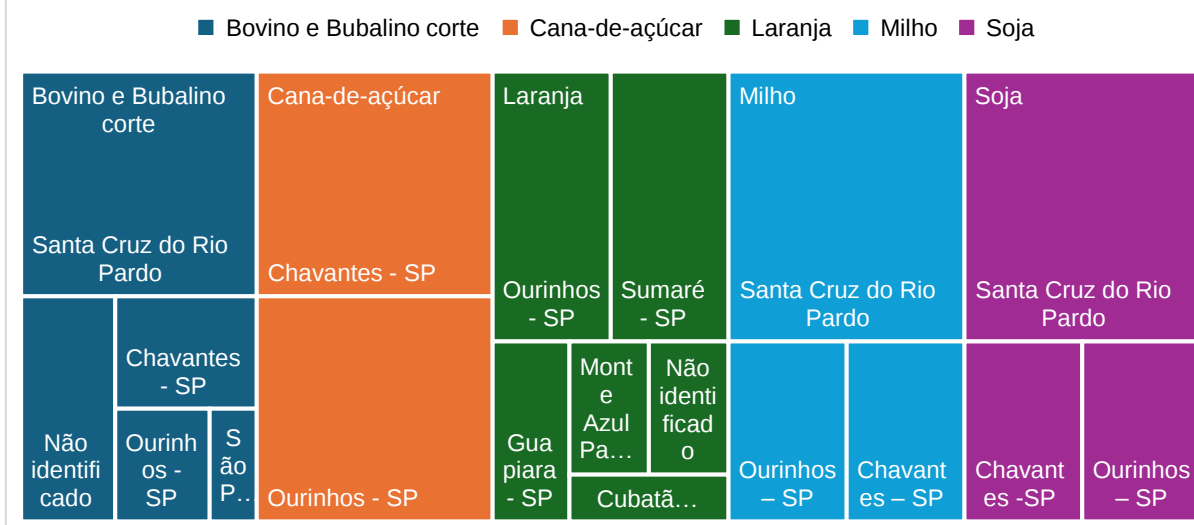
Fonte: REGIC/IBGE (2018)

No que diz respeito à cana-de-açúcar, destacam-se Chavantes e Ourinhos (cada município com 50% do destino da produção). A laranja destina-se para os municípios de Ourinhos e Sumaré (com 30% do destino da produção para cada município), Guapiara (13%), Monte Azul Paulista (10%) e Cubatão (7%). Os municípios não identificados na pesquisa representam 10% dos insumos para a cultura da laranja.

No que diz respeito ao milho, 60% dos insumos comercializados foram destinados para o mercado local, 20% para os municípios de Ourinhos e Chavantes, respectivamente. A soja destina 60% da produção para o mercado local de Santa Cruz do Rio Pardo, 20% para Chavantes e 20% para Ourinhos. Todos os municípios que estabeleceram fluxos econômicos com a comercialização de insumos agropecuários são paulistas.

A maior parte deles fazem parte da Região Imediata de Ourinhos - Santa Cruz do Rio Pardo, Chavantes, Ourinhos e São Pedro do Turvo. Os municípios de Sumaré (Região Imediata de Campinas), Guapiara (Região Imediata de Itapeva), Cubatão (Região Imediata de Santos) e Monte Azul Paulista (Região Imediata de Barretos). Alguns municípios constantes da pesquisa não foram identificados.

Gráfico 9. Fluxo de Insumos Agrícolas Originários do Município de Santa Cruz do Rio Pardo (SP) com destino a outros municípios



Fonte: REGIC/IBGE (2018)

No que diz respeito ao fluxo de insumos originários de outros municípios (Tabela 15 e Gráfico 10), o município de Santa Cruz do Rio Pardo teve um fluxo agropecuário de 80% dos bovinos e bubalinos de corte adquiridos no município de Cabrália Paulista, 50% originários de Espírito Santo do Turvo, 30% provenientes de Bernardino de Campos e São Pedro do Turvo (30% originário de cada município) e 20% procedentes de Paulistânia. O fluxo de insumos agropecuários da cadeia produtiva da laranja foi proveniente de Águas de Santa Bárbara (40%) e Espírito Santo do Turvo (20%). Em relação ao milho, 60% dos insumos foram adquiridos do município de Óleo, 35% provenientes de São Pedro do Turvo, 25% dos insumos com origem no município de Salto Grande e 5% com origem em Ribeirão do Sul.

Os insumos utilizados na cultura da soja foram procedentes de Águas de Santa Bárbara (50%), São Pedro do Turvo (35%), Salto Grande (25%) e Espírito Santo do Turvo (20%). Os insumos agropecuários utilizados na cultura canavieira existente no município de Santa Cruz do Rio Pardo foram provenientes de Espírito Santo do Turvo e Salto Grande (ambos apresentando fluxo agropecuário de 20%) e São Pedro do Turvo contribuiu com 10% na origem do fluxo agropecuário. A origem do fluxo agropecuário dos ovos (galinha) comercializados com o município santa-cruzense foram de procedência dos municípios de Cabrália Paulista (40%) e de Ourinhos (30%).

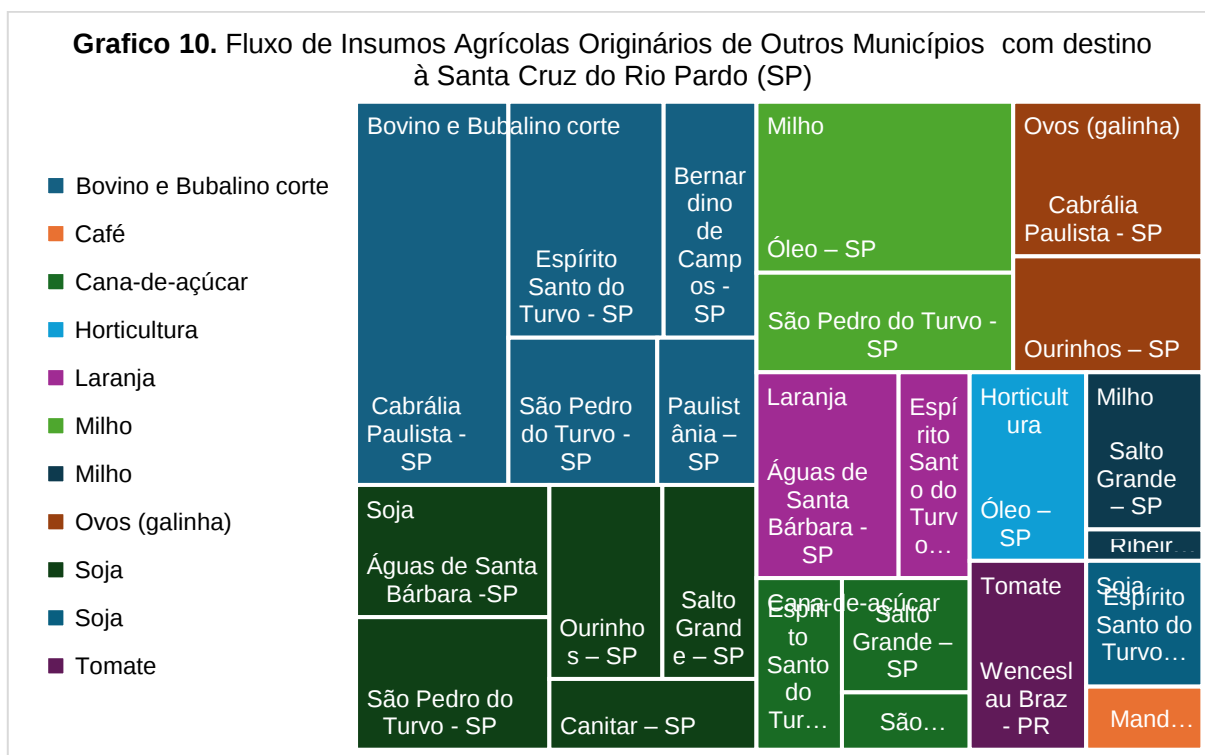
Tabela 15. Fluxo de Insumos Agrícolas Originários de Outros Municípios com destino à Santa Cruz do Rio Pardo (SP)

Produto	Origem	Percentual (%)
Bovino e Bubalino corte	Cabralia Paulista - SP	80
Bovino e Bubalino corte	Espírito Santo do Turvo - SP	50
Bovino e Bubalino corte	Bernardino de Campos - SP	30
Bovino e Bubalino corte	São Pedro do Turvo - SP	30
Bovino e Bubalino corte	Paulistânia – SP	20
Café	Manduri – SP	10
Cana-de-açúcar	Espírito Santo do Turvo - SP	20
Cana-de-açúcar	Salto Grande – SP	20
Cana-de-açúcar	São Pedro do Turvo - SP	10
Horticultura	Óleo – SP	30
Laranja	Águas de Santa Bárbara -SP	40
Laranja	Espírito Santo do Turvo - SP	20
Milho	Óleo – SP	60
Milho	São Pedro do Turvo - SP	35
Milho	Salto Grande – SP	25
Milho	Ribeirão do Sul - SP	5
Ovos (galinha)	Cabralia Paulista - SP	40
Ovos (galinha)	Ourinhos – SP	30
Soja	Águas de Santa Bárbara -SP	35
Soja	São Pedro do Turvo - SP	35
Soja	Ourinhos – SP	30
Soja	Salto Grande – SP	25
Soja	Canitar – SP	20
Soja	Espírito Santo do Turvo - SP	20
Tomate	Wenceslau Braz - PR	30

Fonte: REGIC/IBGE (2018)

Além desses fluxos agropecuários, ainda foram identificados insumos provenientes de outros municípios, tais como 10% do café originário de Manduri, 30% de horticultura com origem em Óleo e 30% do tomate procedente de Wenceslau Bráz. Uma parcela significativa dos municípios que contribuíram para a procedência dos insumos em Santa Cruz do Rio Pardo é da Região Imediata de Ourinhos (Bernardino de Campos, Canitar, Espírito Santo do Turvo, Ourinhos, Ribeirão do Sul, Salto Grande e São Pedro do Turvo).

Os municípios pertencentes à outras regiões imediatas são: Águas de Santa Bárbara, Manduri e Óleo (Região Imediata de Avaré), Cabralia Paulista e Paulistânia (Região Imediata de Bauru). Todos se destacam por estarem localizados no Estado de São Paulo. O município de Wenceslau Bráz se localiza no norte do Estado do Paraná, na Região Imediata de Santo Antônio da Platina, sendo o único município citado nesse estudo, que se localiza em outra Unidade da Federação, de acordo com os dados estatísticos fornecidos pela REGIC (2018).



Fonte: REGIC/IBGE (2018)

Quanto ao fluxo agropecuários de maquinários, o REGIC (2018) assim define as características abordadas no estudo:

Da mesma maneira que foi considerada para os insumos, a densidade tecnológica de cada tipo de produção difere regionalmente e segundo cada produto, abrangendo desde tratores e implementos de alto custo voltados para a prática da agricultura de precisão até ferramentas manuais. [...] Para essa questão, principalmente quando considerados maquinários e implementos de grande porte, foi ressaltado ao informante que o local da indústria onde houve a manufatura não deveria ser considerado, mas sim onde houve a aquisição. Se essa foi realizada em feiras agropecuárias, com o produtor tendo que pernoitar no local, a Cidade do evento deve ser indicada como origem do maquinário adquirido na proporção em que reflita o comportamento típico dos produtores. Em situações mais corriqueiras, o Município onde se localizam os revendedores de maquinário, bem como as lojas agropecuárias para compra de ferramentas, serão a origem principal. (IBGE, 2020, p. 139-140).

No que diz respeito à dinâmica espacial e os fluxos econômicos dos maquinários do setor agropecuário originários de Santa Cruz do Rio Pardo com destino a outros municípios do Estado, os produtos abordados na pesquisa foram os bovinos e bubalinos de corte, a cana-de-açúcar, a laranja, o milho e a soja (Tabela 16 e Gráfico 11). Através dessa análise, o fluxo agropecuário de maquinários originário em Santa Cruz do Rio Pardo para outros municípios do Estado de São Paulo, no setor de atividades de Bovino e Bupalino de corte manteve relações de fluxos comerciais

com os seguintes municípios, em percentual de participação: Ourinhos (70%), mercado local (20%) e municípios não identificados (10%) (outros). Os municípios de Santa Cruz do Rio Pardo e Ourinhos pertencem à Região Imediata de Ourinhos.

Tabela 16. Fluxo de Maquinários Agrícolas Originários do Município de Santa Cruz do Rio Pardo (SP) com destino a outros municípios

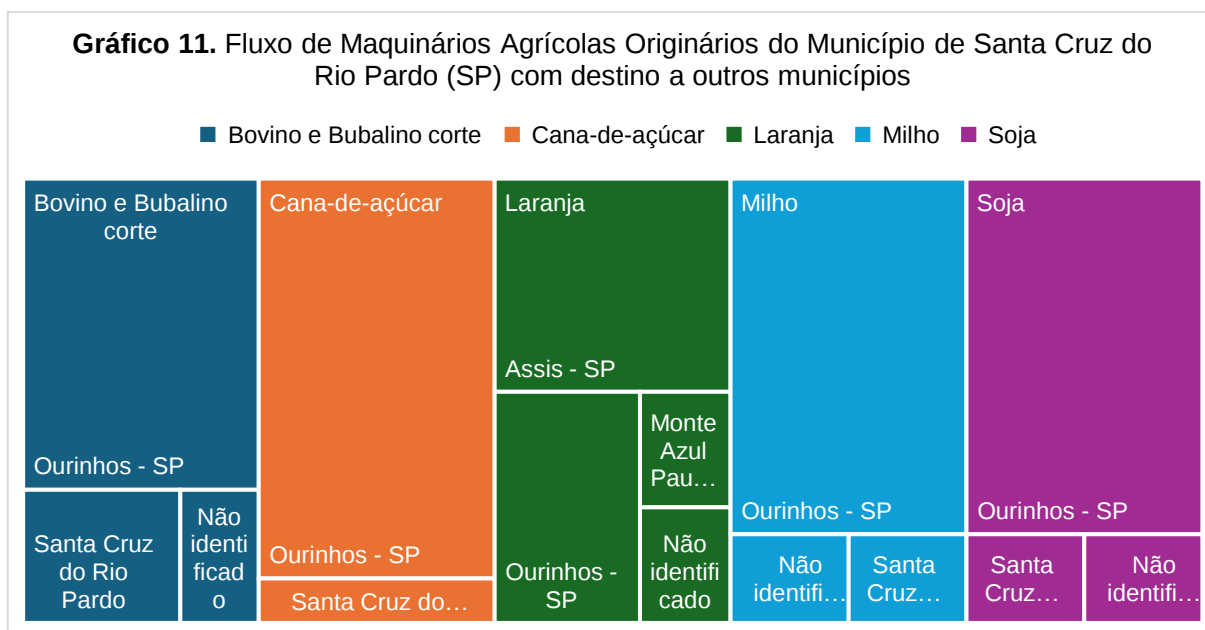
Produto	Destino	Percentual (%)
Bovino e Bubalino corte	Ourinhos - SP	70
Bovino e Bubalino corte	Santa Cruz do Rio Pardo	20
Bovino e Bubalino corte	Não identificado	10
Cana-de-açúcar	Ourinhos - SP	90
Cana-de-açúcar	Santa Cruz do Rio Pardo	10
Laranja	Assis - SP	48
Laranja	Ourinhos - SP	32
Laranja	Monte Azul Paulista - SP	10
Laranja	Não identificado	10
Milho	Ourinhos - SP	80
Milho	Não identificado	10
Milho	Santa Cruz do Rio Pardo	10
Soja	Ourinhos - SP	80
Soja	Santa Cruz do Rio Pardo	10
Soja	Não identificado	10

Fonte: REGIC/IBGE (2018)

A cana-de-açúcar registrou um fluxo comercial com os seguintes mercados e percentual de participação: Ourinhos (90%) e mercado local santa-cruzensense (10%). Com relação à cultura canavieira os municípios destacados foram idênticos em relação às atividades de bovino e bubalino de corte (municípios e percentuais), assim como a Região Imediata.

O fluxo de maquinários utilizados na cultura da laranja apresentou uma situação mais complexa, com o destino da produção para os seguintes municípios, destacando-se o percentual de comercialização: Assis (48%), Ourinhos (32%), Monte Azul Paulista (10%) e municípios de destino do maquinário não identificados (10%). Os municípios envolvidos nos fluxos agropecuários com comercialização de maquinários, oriundos de Santa Cruz do Rio Pardo, estavam localizados nas Regiões Imediatas de Assis (Assis), Ourinhos (Ourinhos) e Monte Azul Paulista (Barretos).

Em relação à dinâmica espacial e os fluxos econômicos do milho, os municípios que adquiriram ou contrararam maquinários procedentes de Santa Cruz do Rio Pardo manteve relações comerciais e econômicas, foram pela importância em percentual de comercialização: Ourinhos (80%), o mercado consumidor local (10%) e municípios não identificados no estudo (10%).



Fonte: REGIC/IBGE (2018)

A mesma situação se repete com o fluxo agropecuário da soja, com os municípios e percentuais idênticos. A Região Imediata de Ourinhos predominou nos fluxos agropecuários do milho e da soja, com o predomínio dos destinos dos maquinários para Ourinhos (80%, em ambas as culturas agrícolas) e o mercado local santa-cruzense (10% dos destinos no fluxo agropecuário dos maquinários).

No que diz respeito ao fluxo de maquinários do setor econômico agropecuário provenientes de outros municípios (Tabela 17 e Gráfico 12), o município de Santa Cruz do Rio Pardo foi contemplado na pesquisa do REGIC (2018), com os seguintes setores de atividades: Bovino e Bubalino de corte, cana-de-açúcar, laranja, soja, milho e café. Quanto ao fluxo agropecuário da atividade econômica de bovinos e bubalinos de corte, os municípios de origem dos maquinários foram Cabrália Paulista, com um percentual de 40%, seguido pelos municípios de Bernardino de Campos, perfazendo 30%, Espírito Santo do Turvo, ambos contribuindo com 20% dos fluxos (cada município). Cabrália Paulista é um município da Região Imediata de Bauru. Já os municípios de Bernardino de Campos e Espírito Santo do Turvo pertencem à Região Imediata de Ourinhos.

Em relação à dinâmica espacial e o fluxo econômico dos maquinários para a cultura da laranja foram procedentes de Espírito Santo do Turvo (20%) e Cabrália Paulista (10%). Os municípios, já mencionados anteriormente, integram as Regiões Imediatas de Ourinhos e Bauru, respectivamente.

Tabela 17. Fluxo Maquinários Agrícolas Originários de Outros Municípios com destino à Santa Cruz do Rio Pardo (SP)

Produto	Origem	Percentual (%)
Bovino e Bubalino corte	Cabrália Paulista - SP	40
Bovino e Bubalino corte	Bernardino de Campos - SP	30
Bovino e Bubalino corte	Espírito Santo do Turvo - SP	20
Bovino e Bubalino corte	Paulistânia - SP	20
Café	Manduri - SP	20
Cana-de-açúcar	Ipaussu - SP	50
Cana-de-açúcar	Espírito Santo do Turvo - SP	20
Laranja	Espírito Santo do Turvo - SP	20
Laranja	Cabrália Paulista - SP	10
Milho	São Pedro do Turvo - SP	20
Milho	Ribeirão do Sul	5
Soja	Águas de Santa Bárbara-SP	20
Soja	Espírito Santo do Turvo - SP	20
Soja	São Pedro do Turvo - SP	20

Fonte: REGIC/IBGE (2018)

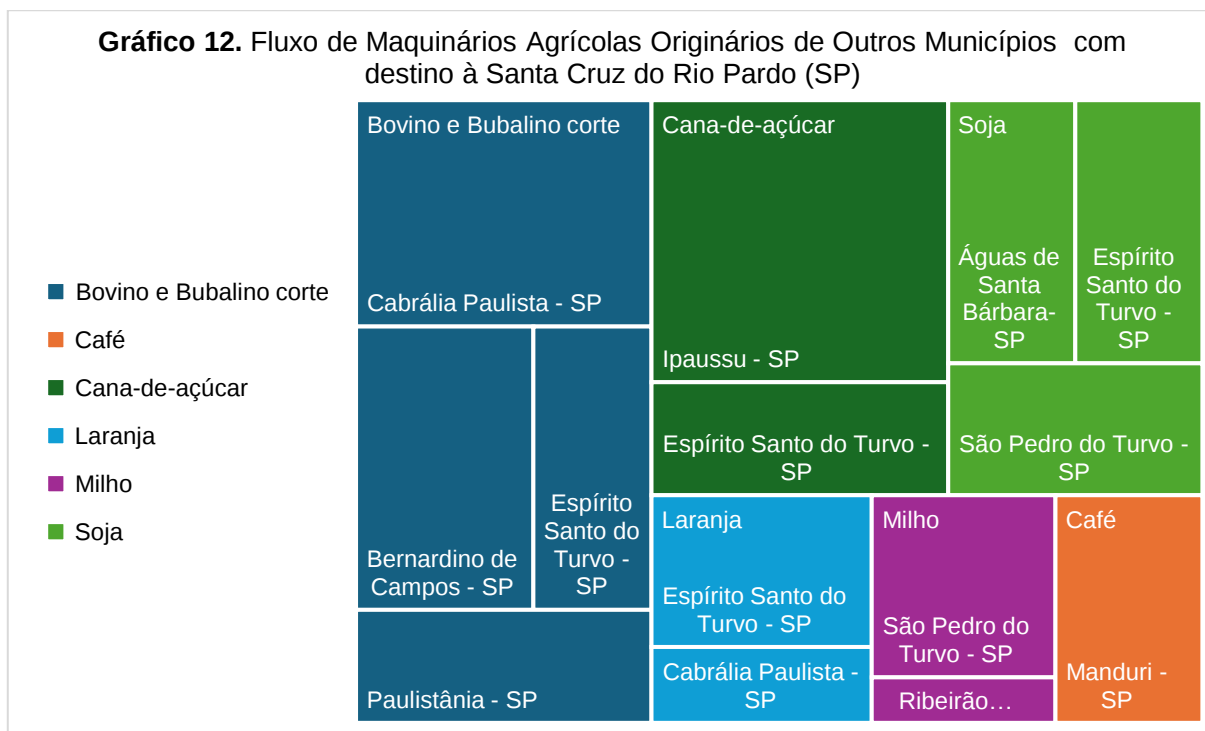
Os maquinários utilizados na cultura da soja do município santa-cruzense foram originários dos municípios de Águas de Santa Bárbara (Região Imediata de Avaré), Espírito Santo do Turvo e São Pedro do Turvo (Região Imediata de Ourinhos, com uma participação de 20% do fluxo de maquinários para cada município.

Os municípios de Ipaussu e Espírito Santo do Turvo, localizados na Região Imediata de Ourinhos, foram os municípios contribuíram comercialmente com 50% e 20% dos maquinários utilizados na cultura canavieira em Santa Cruz do Rio Pardo, respectivamente. Quanto à cultura do milho, São Pedro do Turvo contribuiu com 20% dos fluxos geográficos dos maquinários utilizados nas lavouras de milho, enquanto 5% foram procedentes de Ribeirão do Sul. Ambos os municípios fazem parte da Região Imediata de Ourinhos. Os maquinários utilizados na cafeicultura foram originários de Manduri (Região Imediata de Avaré), que forneceu 20% do fluxo agropecuário.

No que diz respeito à dinâmica espacial e aos fluxos econômicos de assistência técnica agropecuária originária de Santa Cruz do Rio Pardo com destino a outros municípios do Estado, os produtos abordados na pesquisa foram os bovinos e bubalinos corte, a cana-de-açúcar, a laranja, o milho e a soja (Figura). Segundo informações do REGIC (2018), sobre a abordagem da assistência técnica nessa pesquisa, é que,

A assistência técnica, formada por empresas públicas estaduais de extensão rural ou serviços privados de agronomia, zootecnia e veterinária, é fundamental para a orientação dos produtores no sentido de implementar melhorias nos sistemas produtivos para aumento da renda e qualidade de vida no campo, ganho de produtividade, preservação ambiental e adequação

das técnicas agropecuárias para a realidade local. Serve tanto para a agricultura familiar, sobretudo as instituições públicas de desenvolvimento agropecuário, quanto aos grandes produtores, usuários de tecnologia de ponta para agricultura e pecuária de precisão. Essas são intensivas em acompanhamento técnico, realizado por atendimento diretamente no campo, análises laboratoriais, assim como monitoramento da produção a distância (IBGE, 2020, p. 140-142).



Fonte: REGIC/IBGE (2018)

Quanto ao fluxo de assistência técnica originária de Santa Cruz do Rio Pardo com destino a outros municípios do Estado, os produtos do setor agropecuário abordados na pesquisa foram os bovinos e bubalinos corte, a cana-de-açúcar, a laranja, o milho e a soja (Tabela 18 e Gráfico 13). Os municípios que apresentaram às maiores demandas de assistência técnica santa-cruzense com relação aos bovinos e bubalinos de corte, foram o mercado local (80%), o município de Ourinhos (10%) e municípios que não identificados na pesquisa (10%).

No tocante à cana-de-açúcar, destacaram-se Chavantes (80%) e o mercado local santa-cruzense (20%). A assistência técnica para a cultura da laranja apresentou maiores demandas com os agropecuaristas destinadas aos municípios de Ourinhos (65%), Araraquara (15%), o mercado local de Santa Cruz do Rio Pardo (10%) e municípios não identificados na pesquisa (10%).

Tabela 18. Fluxo de Assistência Técnica Originárias do Município de Santa Cruz do Rio Pardo (SP) com destino a outros municípios

Produto	Destino	Percentual (%)
Bovino e Bubalino corte	Santa Cruz do Rio Pardo	80
Bovino e Bubalino corte	Ourinhos - SP	10
Bovino e Bubalino corte	Não identificado	10
Cana-de-açúcar	Chavantes - SP	80
Cana-de-açúcar	Santa Cruz do Rio Pardo	20
Laranja	Ourinhos - SP	65
Laranja	Araraquara - SP	15
Laranja	Não identificado	10
Laranja	Santa Cruz do Rio Pardo	10
Milho	Santa Cruz do Rio Pardo	90
Milho	Ourinhos - SP	5
Milho	Não identificado	5
Soja	Santa Cruz do Rio Pardo	90
Soja	Ourinhos - SP	5
Soja	Não identificado	5

Fonte: REGIC/IBGE (2018)

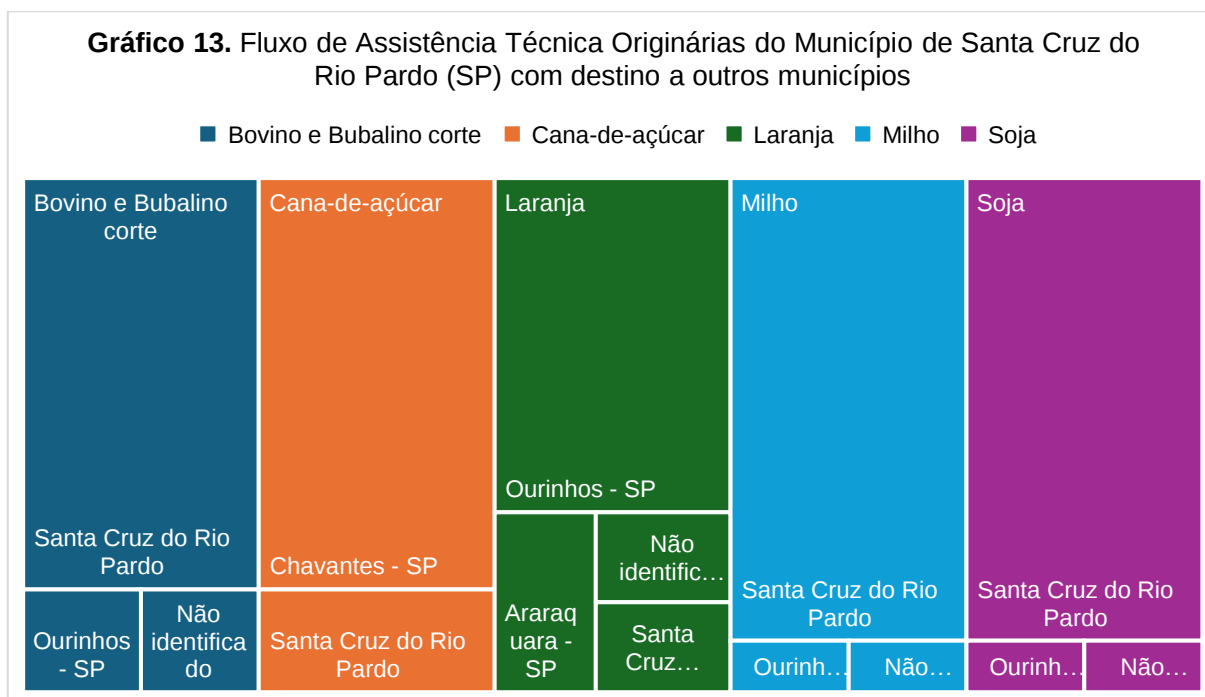
No que diz respeito ao milho, 90% foram destinados para o mercado local, 5% para o município de Ourinhos e 5% para municípios não identificados na pesquisa. A soja repetiu o desempenho da assistência técnica do milho, com 90% da produção para o mercado local santa-cruzeiro, 5% para Ourinhos e 5% para os municípios não identificados pelo estudo do REGIC (2018).

Todos os municípios que estabeleceram fluxos econômicos com a assistência técnica à agropecuária de Santa Cruz do Rio Pardo são paulistas. Santa Cruz do Rio Pardo, Chavantes e Ourinhos fazem parte da Região Imediata de Ourinhos. O município de Araraquara pertence à Região Imediata de Araraquara. Não foi possível mensurar os municípios não identificados na pesquisa.

No que diz respeito ao fluxo da assistência técnica procedente de outros municípios (Tabela 19 e Gráfico 14), o município de Santa Cruz do Rio Pardo adquiriu 80% da assistência técnica bovinos e bubalinos do município de Cabrália Paulista, 50% originários de Espírito Santo do Turvo, 40% de Bernardino de Campos, 25% de Paulistânia e 20% de São Pedro do Turvo. O fluxo de assistência técnica da cultura da laranja foi procedente de Espírito Santo do Turvo (10%).

Com relação à cultura do milho, 35% da assistência técnica foram fornecidos pelos municípios de São Pedro do Turvo, 30% provenientes de Salto Grande e 5% de Ribeirão do Sul. A assistência técnica prestada à cultura da soja foi procedente de Espírito Santo do Turvo (70%), São Pedro do Turvo (35%), Ourinhos e Salto Grande (30% de contribuição de cada município, respectivamente), Canitar (20%) e Ribeirão do Sul (5%). A assistência técnica prestada para à cultura da canaveieira foram

fornechos por Espírito Santo do Turvo e Salto Grande (ambos com fluxo agropecuário de 20% oriundo de cada município).



Fonte: REGIC/IBGE (2018)

Os municípios que contribuíram para a procedência da assistência técnica para as atividades agropecuárias (dinâmicas geográficas e fluxos econômicos) em Santa Cruz do Rio Pardo são integrantes das Regiões Imediatas de Ourinhos (Bernardino de Campos, Canitar, Espírito Santo do Turvo, Ourinhos, Ribeirão do Sul, Salto Grande e São Pedro do Turvo) e Bauru (Cabrália Paulista e Paulistânia).

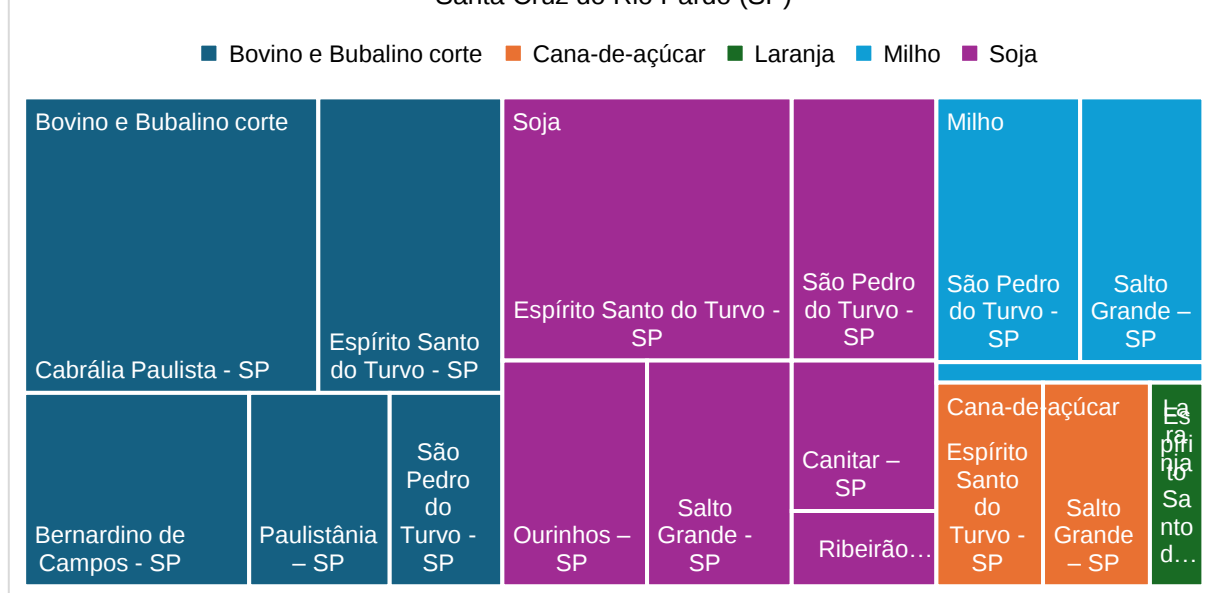
No que diz respeito à dinâmicas geográficas e fluxos econômicos de destino do produtos originários do município de Santa Cruz do Rio Pardo para outros municípios e produtos originários de outros municípios para o município santa-cruzense, o estudo do REGIC (2018), apontou um resultado bastante interessante no que diz respeito à importação e exportação dos produtos. Mesmo sendo um município com uma produção agropecuária importante na região e no Estado de São Paulo, como já estudado anteriormente, o município depende bastante do fluxo agropecuário proveniente de outros municípios, como será visto a seguir.

Tabela 19. Fluxo de Assistência Técnica Originárias de Outros Municípios com destino à Santa Cruz do Rio Pardo (SP)

Produto	Origem	Percentual (%)
Bovino e Bubalino corte	Cabrália Paulista - SP	80
Bovino e Bubalino corte	Espírito Santo do Turvo - SP	50
Bovino e Bubalino corte	Bernardino de Campos - SP	40
Bovino e Bubalino corte	Paulistânia – SP	25
Bovino e Bubalino corte	São Pedro do Turvo - SP	20
Cana-de-açúcar	Espírito Santo do Turvo - SP	20
Cana-de-açúcar	Salto Grande – SP	20
Laranja	Espírito Santo do Turvo - SP	10
Milho	São Pedro do Turvo - SP	35
Milho	Salto Grande – SP	30
Milho	Ribeirão do Sul – SP	5
Soja	Espírito Santo do Turvo - SP	70
Soja	São Pedro do Turvo - SP	35
Soja	Ourinhos – SP	30
Soja	Salto Grande - SP	30
Soja	Canitar – SP	20
Soja	Ribeirão do Sul – SP	10

Fonte: REGIC/IBGE (2018)

Gráfico 14. Fluxo de Assistência Técnica Originárias de Outros Municípios com destino à Santa Cruz do Rio Pardo (SP)



Fonte: REGIC/IBGE (2018)

De acordo com o REGIC (2018),

Os resultados, em geral, dos fluxos de destino da produção indicam simultaneamente uma grande importância da produção voltada para o abastecimento local dos Municípios e uma divisão territorial do trabalho aprofundada³⁴. O fato de distâncias longas serem percorridas de maneiras

³⁴ Uma importante limitação é que apenas o destino imediato foi respondido, seja ele para armazenagem (em silos, armazém convencional ou graneleiro), beneficiamento, venda a transportadores, centros de distribuição ou mesmo diretamente para o consumo, a depender do tipo de produto. O objetivo não foi traçar toda a cadeia

generalizada no território, somada à forte presença das ligações de segunda e terceira ordens – indicativo de uma menor concentração da distribuição dos produtos agrícolas – significa que a complementariedade das áreas produtivas e a existência de núcleos especializados que fornecem para o País inteiro e para o mercado externo são características avançadas da produção agropecuária no Brasil (IBGE, 2020, p. 145).

Em relação ao fluxo de produtos originários de Santa Cruz do Rio Pardo com destino a outros municípios do Estado, os produtos abordados na pesquisa foram os bovinos e bubalinos corte, a cana-de-açúcar, a laranja, o milho e a soja (Tabela 20 e Gráfico 15). Os municípios que apresentaram os maiores fluxos de produtos agropecuários com relação aos bovinos e bubalinos de corte, foram Promissão (30%), o mercado local (30%), Pirapozinho (10%) e Lençóis Paulista (10%). Os municípios não identificados na pesquisa representaram 20% do fluxo agropecuário.

No que diz respeito à cana-de-açúcar, destacaram-se Ipaussu (60%) e Ourinhos (40%). A produção de laranja destinou-se para o mercado local santacruzense (55%), Matão (25%), Araraquara e Itápolis (5% de destino da produção para cada município, respectivamente). Os municípios não identificados representaram 10% do destino da laranja. No que diz respeito ao milho, 90% foram absorvidos no mercado local e 10% foram direcionados para o município de Bernardino de Campos. O resultado para a cultura da soja é idêntico à verificada na cultura do milho (destinos dos produtos e percentuais idênticos).

Os municípios onde ocorreram os fluxos de produtos com origem em Santa Cruz do Rio Pardo, são pertencentes às Regiões Imediatas de Ourinhos (Bernardino de Campos, Ipaussu, Ourinhos e Santa Cruz do Rio Pardo), Bauru (Lençóis Paulista), Lins (Promissão), Presidente Prudente (Pirapozinho), Araraquara (Araraquara, Itápolis e Matão). Todos os municípios identificados no estudo do REGIC (2018) são paulistas.

Sobre o fluxo de produtos agropecuários provenientes de outros municípios (Tabela 21 e Gráfico 16), o município de Santa Cruz do Rio Pardo adquiriu bovinos e bubalinos dos municípios de Águas de Santa Bárbara (80%), de Cabralia Paulista (70%), de Timburi (55%), de Coronel Macedo, de Piraju, de Sarutaiá, de Tejuapá e de Corumbataí (50% de contribuição no fluxo comercial proveniente de cada município),

produtiva, mas conhecer para onde os produtores encaminham o cultivo de modo imediato. Se o produto fosse destinado à exportação via transporte marítimo, a orientação foi de que o Município portuário deveria ser indicado como destino (IBGE, 2020, p. 142).

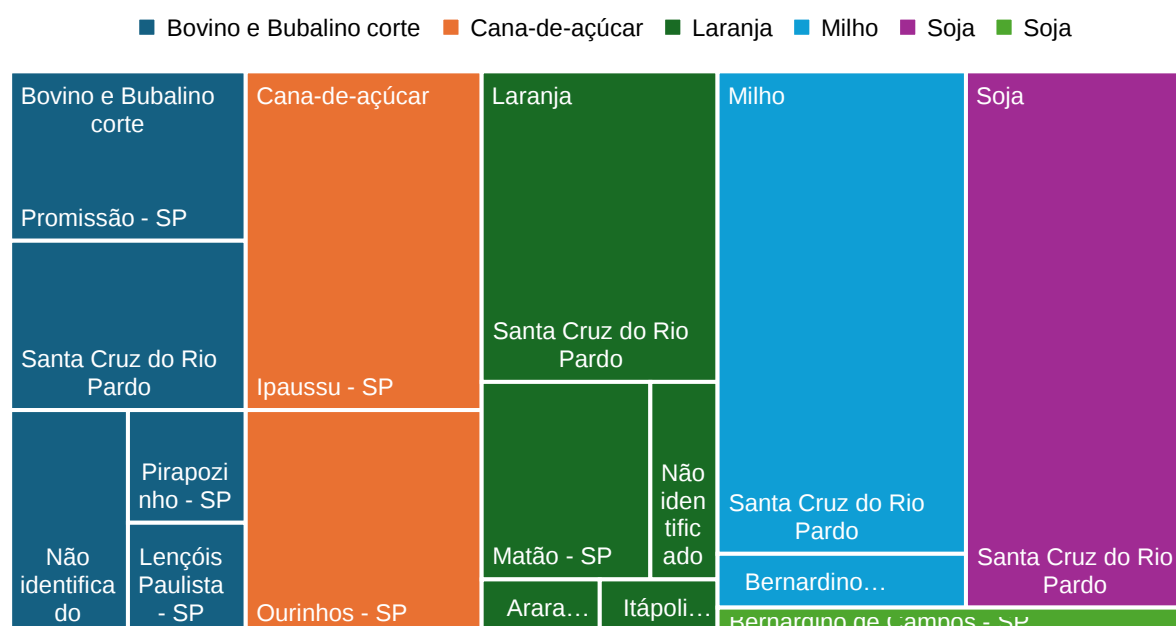
de Taguaí (40%) de Espírito Santo do Turvo, de Avaré, de Fartura, de Óleo e de Paulistânia (30% de participação no fluxo agropecuário originário de cada município), de Cerqueira César (25%), de São Pedro do Turvo (20%), de Bernardino de Campos (10%) e de Assis (5%).

Tabela 20. Destino de Produtos Agrícolas Originários do Município de Santa Cruz do Rio Pardo (SP) com destino a outros municípios

Produto	Destino	Percentual (%)
Bovino e Bubalino corte	Promissão - SP	30
Bovino e Bubalino corte	Santa Cruz do Rio Pardo	30
Bovino e Bubalino corte	Não identificado	20
Bovino e Bubalino corte	Pirapozinho - SP	10
Bovino e Bubalino corte	Lençóis Paulista - SP	10
Cana-de-açúcar	Ipaussu - SP	60
Cana-de-açúcar	Ourinhos - SP	40
Laranja	Santa Cruz do Rio Pardo	55
Laranja	Matão - SP	25
Laranja	Não identificado	10
Laranja	Araraquara - SP	5
Laranja	Itápolis - SP	5
Milho	Santa Cruz do Rio Pardo	90
Milho	Bernardino de Campos - SP	10
Soja	Santa Cruz do Rio Pardo	90
Soja	Bernardino de Campos - SP	10

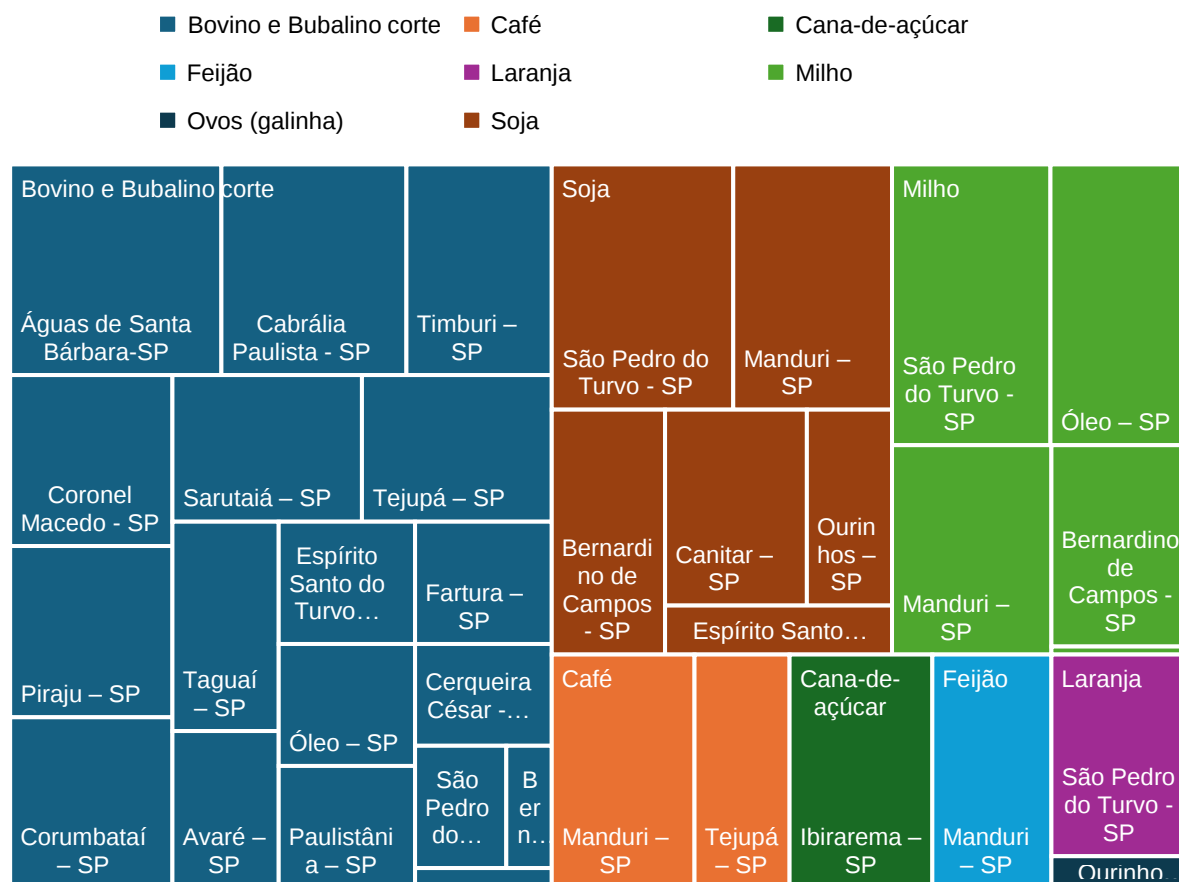
Fonte: REGIC/IBGE (2018)

Gráfico 15. Destino de Produtos Agrícolas Originários do Município de Santa Cruz do Rio Pardo (SP) com destino a outros municípios



Fonte: REGIC/IBGE (2018)

Gráfico 16. Origem de Produtos Agrícolas de Outros Municípios com destino à Santa Cruz do Rio Pardo (SP)



O fluxo de produtos do milho foi originário dos municípios de São Pedro do Turvo (80%), de Óleo (70%), Manduri (60%), Bernardino de Campos (50%) e Ribeirão do Sul (2%). Quanto à cultura da soja, os municípios que mais participaram com o fornecimento de produtos (fluxo comercial para Santa Cruz do Rio Pardo), foram São Pedro do Turvo (80%), Manduri (70%), Bernardino de Campos (50%), Canitar (50%), Ourinhos (30%) e Espírito Santo do Turvo (20%).

Quanto à origem do café comercializado em Santa Cruz do Rio Pardo, 60% foram procedentes de Manduri e 40% do município de Tejupá. Com relação à cultura da cana-de-açúcar, o município que mais participou com o fornecimento de produtos para o município santa-cruzense foi Ibirarema, com um percentual de 70% do fluxo de destino da produção. A produção de ovos (galinha) comercializados foram provenientes de Ourinhos, com percentual de 8% do fluxo agropecuário. O fluxo agropecuário das culturas do feijão e da laranja direcionadas ao mercado consumidor

santa-cruzense, foram originados nos municípios de Manduri (50% do feijão) e São Pedro do Turvo (80% da laranja), respectivamente.

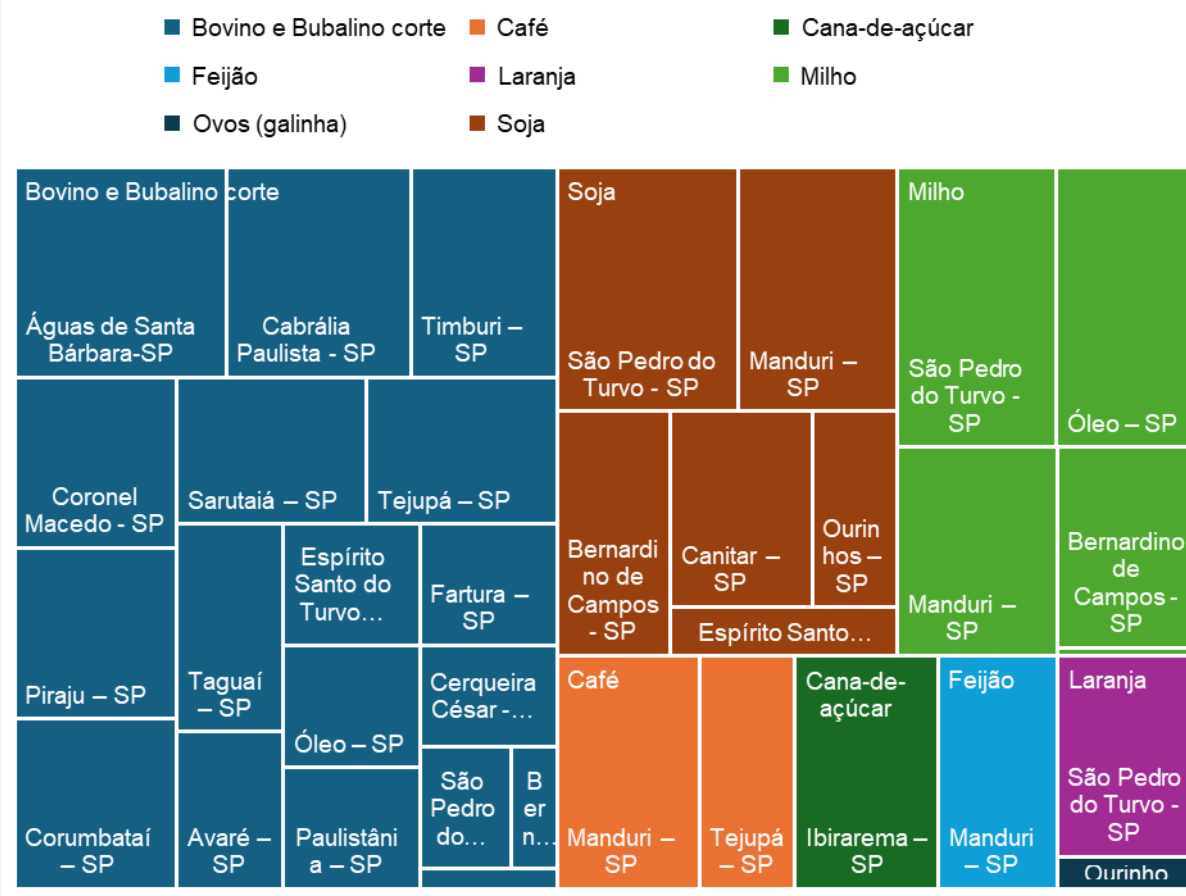
Os municípios paulistas que participaram da dinâmica geográfica e dos fluxos econômicos de produtos originários das atividades econômicas do setor agropecuário pertencem às Regiões Imediatas de Assis (Assis), Avaré (Águas de Santa Bárbara, Avaré, Cerqueira César, Coronel Macedo, Manduri, Óleo e Taguaí), de Bauru (Cabrália Paulista e Paulistânia), de Piraju (Fartura, Piraju, Sarutaiá, Tejupá e Timburi), Ourinhos (Bernardino de Campos, Espírito Santo do Turvo, Ibirarema, Ourinhos, Ribeirão do Sul e São Pedro do Turvo) e de Rio Claro (Corumbataí), conforme a Figura (Fluxos Agropecuários).

Tabela 21. Origem de Produtos Agrícolas de Outros Municípios com destino à Santa Cruz do Rio Pardo (SP)

Produto	Origem	Percentual (%)
Bovino e Bubalino corte	Águas de Santa Bárbara-SP	80
Bovino e Bubalino corte	Cabrália Paulista - SP	70
Bovino e Bubalino corte	Timburi – SP	55
Bovino e Bubalino corte	Coronel Macedo - SP	50
Bovino e Bubalino corte	Piraju – SP	50
Bovino e Bubalino corte	Corumbataí – SP	50
Bovino e Bubalino corte	Sarutaiá – SP	50
Bovino e Bubalino corte	Tejupá – SP	50
Bovino e Bubalino corte	Taguaí – SP	40
Bovino e Bubalino corte	Avaré – SP	30
Bovino e Bubalino corte	Espírito Santo do Turvo – SP	30
Bovino e Bubalino corte	Fartura – SP	30
Bovino e Bubalino corte	Óleo – SP	30
Bovino e Bubalino corte	Paulistânia – SP	30
Bovino e Bubalino corte	Cerqueira César - SP	25
Bovino e Bubalino corte	São Pedro do Turvo - SP	20
Bovino e Bubalino corte	Bernardino de Campos - SP	10
Bovino e Bubalino corte	Assis – SP	5
Café	Manduri – SP	60
Café	Tejupá – SP	40
Cana-de-açúcar	Ibirarema – SP	60
Feijão	Manduri – SP	50
Laranja	São Pedro do Turvo - SP	50
Milho	São Pedro do Turvo - SP	80
Milho	Óleo – SP	70
Milho	Manduri – SP	60
Milho	Bernardino de Campos - SP	50
Milho	Ribeirão do Sul - SP	2
Ovos (galinha)	Ourinhos – SP	8
Soja	São Pedro do Turvo - SP	80
Soja	Manduri – SP	70
Soja	Bernardino de Campos - SP	50
Soja	Canitar – SP	50
Soja	Ourinhos – SP	30
Soja	Espírito Santo do Turvo - SP	20

Fonte: REGIC/IBGE (2018)

Gráfico 16. Origem de Produtos Agrícolas de Outros Municípios com destino à Santa Cruz do Rio Pardo (SP)



Fonte: REGIC/IBGE (2018)

Para encerrar esse tópico do trabalho, deve-se ater às atividades econômicas envolvidas nos fluxos agropecuários de origem e de destino de insumos, maquinários, assistência técnicos e origem e destino dos produtos agrícolas em Santa Cruz do Rio Pardo. Segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), versão 2.0 (2007), já estudado no capítulo 2, as atividades envolvidas nesses fluxos agropecuários dizem respeito às atividades da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (Seção A), sobre Agricultura, Pecuária e Serviços (Divisão 01).

Foi identificado no estudo os grupos Produção de Lavouras Temporárias (Grupo A-01.1), o cultivo de cereais (Classe A-01.11-3) / cultivo de milho (Subclasse A-0111-3/02); o cultivo de cana-de-açúcar (Classe A-01.13-0) / cultivo de cana-de-açúcar (Subclasse A-0113-0/00); o cultivo de soja (Classe A-01.15-6) / cultivo de soja (Subclasse A-0115-6/00); o cultivo de plantas de lavoura temporária não especificadas

anteriormente (Classe A-01-19-9) / cultivo de feijão (Subclasse A-0119-9/05) e cultivo de tomate rasteiro (Subclasse A-119-9/09).

Sobre a Produção de Lavouras Permanentes (Grupo A-01.3), foram identificados o cultivo da laranja (Classe A-01.31-8) / cultivo de laranja (Subclasse A-0131-8/00); e o cultivo de café (Classe A-01.34-2) / cultivo de café (Subclasse A-0134-2/00). Em relação à Horticultura e Floricultura (Grupo A-01.2), destaca-se a horticultura (Classe A-01.21-1) / horticultura, exceto morango (Subclasse A-0121-1/01).

Referente à Pecuária (Grupo A.01.5), destacaram nos fluxos agropecuários a criação de bovinos (Classe A-01.51-2) / criação de bovinos para corte (Subclasse A-0151-2/01); a criação de outros animais de grande porte (Classe A-01.52-1) / criação de bubalinos (Subclasse A-0152-1/01); e a criação de aves (Classe A-01.55-5) / produção de ovos (Subclasse A-0155-5/05).

No tocante à assistência técnica e às atividades de apoio à agricultura e à pecuária (Grupo A-01.6) foram identificadas as seguintes atividades econômicas: atividades de apoio à agricultura (Classe A-01.61-0), onde se encontram o serviço de pulverização e controle de pragas (Subclasse A-0161-0/01) e serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita (A-0161-0/03). As atividades de apoio à pecuária (A-01.62-8) foram classificadas como serviço de manejo de animais (A-0162-8/03), sob a forma de condução e pastoreio dos animais (bovinos e bubalinos).

Devido à realização dos fluxos agropecuários (insumos, maquinários, assistência técnica e produtos), através da circulação dos mesmos nos territórios, foram identificadas atividades econômicas de Transporte, Armazenagem e Correio (Seção H), relativas ao Transporte Terrestre (Divisão 49), tais como transporte rodoviário de carga (Classe H-49.3) / transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal (Subclasse H-4930-2/01) e transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipal, interestadual e internacional (Subclasse H-4930-2/02).

Quanto ao Armazenamento, carga e descarga (Grupo H-52.1), verificou-se o armazenamento (Classe H-52.11-7) de grãos e produtos, com a utilização de armazéns gerais - emissão de warrant (Subclasse H-5211-7/01), através dos serviços de armazenagem de cereais, de grãos, de produtos agropecuários, de produtos agrícolas e de cargas, que estão inseridos na Subclasse H-5211-7 do CNAE 2.0 (2007).

No capítulo 4, será estudado o processo de desenvolvimento industrial de Santa Cruz do Rio Pardo. Serão citadas as principais características do desenvolvimento industrial do município, assim como a contribuição da evolução do meio técnico-científico-informacional para os empreendimentos industriais santa-cruzenses; a importância industrial para o desenvolvimento econômico do território, e a evolução dos empreendimentos industriais no município de Santa Cruz do Rio Pardo, no período de 2006 a 2019.

CAPÍTULO 4

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO

A indústria esteve presente na história do município de Santa Cruz do Rio Pardo desde o início do povoamento, estando voltada a satisfazer as necessidades da população do núcleo urbano. Como a população era escassa e a rede de transportes era pouco expressiva, era muito difícil realizar o transporte de mercadorias da capital paulista até o município, especialmente aquelas voltadas para suprir as necessidades básicas.

Assim como ocorrido em Lençóis Paulista (Chitto,1972), a indústria santa-cruzense não apresentou um desenvolvimento atrelado, exclusivamente, ao seu potencial agropecuário, mesmo contando com as indústrias pecuárias, um termo muito popularizado no final do século XIX e início do século XX.

Conforme estudado anteriormente, a cultura cafeeira teve grande importância no desenvolvimento econômico do Município de Santa Cruz do Rio Pardo. No entanto, tal cultura apresentou grandes variações na produção no período de 1890 a 1950, sendo grande fonte de renda para a economia do município. Com a chegada da ferrovia à região, novo impulso é dado às atividades agrícolas, industriais e comerciais.

A extensão dos trilhos abriu novos povoados, enriquecendo os antigos, e, assim, a possibilitar as colocações de tecnologias inglesas como as máquinas a vapor para as indústrias e fábricas, sinônimos de progressos e fenômeno agregativo de grandes lucros aliados às especulações imobiliárias [...] as vias férreas deixaram de ser projetos e avançaram, criando povoados, trazendo o comércio e indústrias que aumentaram e prosperaram na produção de bens. (PRADO e PRADO, 2020, pp. 356; 359).

Com a ferrovia, também chegaram as primeiras indústrias de máquinas agrícolas, fábricas de móveis, imprensa, oficinas, residências para funcionários graduados e ferroviários da Companhia, com expansão de bairros e loteamentos para atender às pessoas que chegavam desejando ficar.

Sem nenhuma orientação em contrário, Santa Cruz continuava indicada para trecho principal ferroviário, e são dessa época as grandes serrarias e olarias estabelecidas no município, ao lado de outras indústrias e lojas, e até se pensava na instalação da energia elétrica para a zona urbana, objetivando

progresso e melhores acolhidas aos investidores e operários (PRADO e PRADO, 2020, p. 397).

Porém, com o declínio da produção cafeeira a partir de 1950, a economia municipal se ressentiu e grande parte da população local foi obrigada a migrar para outros centros urbanos do Estado de São Paulo e até mesmo do país em busca de melhores oportunidades de trabalho, pois o município santa-cruzense não tinha alternativas econômicas viáveis para alavancar o seu desenvolvimento.

Não faltaram estudiosos que relataram a necessidade de industrialização do município, a fim de aproveitar o momento econômico pelo qual estava passando o Estado de São Paulo, com a atração de grandes capitais e implantação de projetos industriais. Segundo o Professor e estudioso Carlos Frederico dos Santos Silva, citado por Junqueira (1994), Santa Cruz do Rio Pardo deveria se engajar rapidamente no projeto de industrialização, aproveitando as condições para atração de indústrias que eram favoráveis.

Em seus relatos, ele argumentava que a cidade de São Paulo havia tido uma grande expansão de seu parque industrial, em decorrência da Segunda Guerra Mundial, no modelo de substituição das exportações, mas a partir da década de 1950 ela estaria saturada pela alta demanda de energia elétrica, o que interferia negativamente na produção e no rendimento industrial.

Outro fator apontado diz respeito à necessidade de se aumentar a produção devido ao crescimento rápido do mercado consumidor, fazendo com que o empresariado buscasse novas alternativas em instalar indústrias no interior do Estado paulista. Foi nessa época que surgiram importantes cidades industriais no interior do Estado de São Paulo, especialmente aquelas que estavam próximas à capital e incentivaram a vinda de novas indústrias para seus territórios.

Geralmente, eram municípios muito próximos da capital paulista e que, anos mais tarde, também passariam a receber uma grande quantidade de empresas transnacionais. Esses municípios fazem parte do que se convencionou denominar na atualidade de macrorregião metropolitana de São Paulo, pois a maioria deles está localizada a uma distância de até 150 km da capital do Estado.

Santa Cruz do Rio Pardo, estando localizada a uma distância de 350 km a oeste da cidade de São Paulo, não apresentava essa opção de desenvolvimento, deixando que a crise na lavoura cafeeira viesse abater sua economia, ficando sem alternativas para incentivar o desenvolvimento, com isso abalando sua liderança, pois os

municípios que seguiram o caminho da industrialização, passaram a assumir postos mais promissores na economia e no desenvolvimento regional.

Nesse caso, pode-se ilustrar o caso do município de Ourinhos, que se tornando um entroncamento rodoviário e ferroviário (como será estudado mais adiante), passou a atrair investimentos da área industrial e passou a apresentar um crescimento econômico e populacional bem mais expressivo do que o registrado em Santa Cruz do Rio Pardo, assumindo o posto de liderança econômica e política na região, a partir de meados dos anos de 1960.

O professor José Magali Ferreira Junqueira (1994) apresentou algumas características que poderiam ser seguidas pelas autoridades políticas do município, pois segundo ele o município:

1. Possuía uma localização geográfica privilegiada, bastante próxima dos mercados consumidores, das matérias-primas, da disponibilidade de energia elétrica e de combustíveis;
2. A indústria seria uma geradora de impostos para o município, assim como proporcionaria vários empregos para a população. Para a indústria seria interessante, uma vez que ela teria menores custos financeiros em relação ao local de implantação das Indústrias, assim como respaldo bancário disponível (JUNQUEIRA, 1994, p. 174).

Também conforme ressalta Zanoni (1977), Santa Cruz do Rio Pardo possuía recursos naturais e energéticos, assim como mão de obra abundante. Contudo, salientava a precariedade dos meios de transportes, tão necessários para o transporte de produtos e matérias-primas para suas indústrias. Não se pode deixar de lembrar aqui, conforme já estudado no capítulo 1, que o município santa-cruzense não foi considerado prioritário para a ferrovia, mesmo possuindo um ramal ferroviário construído com os recursos municipais, que existiu até meados dos anos 1960.

Outra situação diz respeito à existência das rodovias, pois o município possuía apenas uma rodovia pavimentada, a rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó (SP-225), que ligava o município à rodovia Raposo Tavares, em Ipaussu. O Complexo Rodoviário Castello Branco/Engenheiro João Baptista Cabral Rennó/Orlando Quagliato, passou a existir somente a partir do início dos anos de 1980, trazendo novo impulso desenvolvimentista e integrando Santa Cruz do Rio Pardo aos grandes centros urbanos do Estado de São Paulo e à capital paulista.

O município era dotado de uma série de vantagens para que fosse implantado um projeto de industrialização, consolidando-se como um dos maiores polos econômicos e políticos da região centro-oeste paulista, assim como foi no início do

século XX, quando ainda era um ponto de apoio importante no povoamento do oeste paulista e do norte paranaense.

Segundo informações obtidas em trabalho de campo, a imprensa regional trouxe uma manchete bastante interessante sobre o problema da industrialização em Santa Cruz do Rio Pardo, onde o então prefeito Onofre Rosa de Oliveira buscava atrair Indústrias para o desenvolvimento econômico e político do município santa-cruzense, através da implantação do Distrito Industrial³⁵.

No entanto, naquele momento, mesmo com a existência de modernas rodovias a nível regional e estadual, seria difícil atrair o interesse dos empresários industriais da capital paulista, pois era grande a concorrência entre os centros urbanos localizados próximos à Região Metropolitana da Grande São Paulo.

A falta do transporte ferroviário no município, que em meados dos anos 1980 ainda se encontrava sob a administração da FEPASA - Ferrovias Paulistas S.A., disponibilizava o transporte de cargas a um preço mais competitivo que o rodoviário. Além disso, a falta de um aeroporto no município obrigava os empresários a recorrerem aos aeroportos da região, sendo os mais próximos os aeroportos de Ourinhos, Bauru e Marília.

Segundo informações colhidas em trabalho de campo, o município tinha condições apropriadas para atrair empresas agroindustriais de setores como frigorífico, laticínios, além de fábricas de calçados e de móveis, que poderiam atrair empresários de fora do município.

O que se pode observar é que Santa Cruz do Rio Pardo sobreviveu graças à perseverança de seu povo, que acreditou no seu potencial agrícola, mas também abraçou os setores industrial e comercial como fonte de desenvolvimento econômico. Conforme já estudado nos capítulos 1 e 2, no final do século XIX e início do século XX, o município teve seu desenvolvimento econômico e político atrelado à agricultura e à pecuária, que resultaram em um movimento intenso no comércio local, proporcionando o surgimento de indústrias de ferragens, marcenarias e construções, atraindo novos moradores e promovendo a expansão urbana, beneficiada no início

³⁵ Houve nessa época uma negociação entre a Prefeitura Municipal e os diversos órgãos dos poderes estaduais e Federal a fim de dotar o município das condições necessárias para o seu desenvolvimento industrial. Segundo a CETESB, que acompanhou o projeto para a implantação do distrito industrial, o local escolhido deveria ficar distante da área urbana para que não poluísse a atmosfera, assim como evitar despejos de dejetos industriais em áreas de nascentes e cursos d'água (nota do autor).

também pelo desbravamento do norte paranaense e do povoamento do oeste paulista, transformando-se no grande “empório sertanejo” (PRADO e PRADO, 2014, p. 56)

Conforme apontamentos de Zanoni (1977, p, 112), “Santa Cruz do Rio Pardo possuía vários tipos de estabelecimentos industriais que, embora de pequeno porte e de iniciativa do empresariado local, atendiam às necessidades do mercado consumidor local e estadual, contribuindo, desta forma, para a produção industrial regional”.

4.1. As Principais Características do Desenvolvimento Industrial

Durante meados do século XIX, havia um movimento importante, de cunho nacional, para se produzir internamente uma parcela significativa da produção têxtil e de alimentos, importados principalmente da Europa. O Brasil buscava diminuir a dependência da importação de produtos de consumo, pois havia recursos disponíveis para produzi-los internamente. Desde os produtos mais básicos da alimentação brasileira, como a banha de porco, eram importados, conforme verificado na história do imigrante italiano Francesco Matarazzo (Conde Francesco Matarazzo)³⁶, que passou a industrializá-la no interior de São Paulo (Sorocaba) e que, diversificando sua produção, especialmente na fabricação de alimentos, tornou-se um dos maiores empreendedores industriais do Brasil.

Segundo informações de Baer (2002), as mercadorias inglesas tinham acesso privilegiado ao mercado brasileiro, mas também começaram a surgir produtos originários dos Estados Unidos e de países europeus, a partir dos tratados comerciais, realizados durante os anos de 1820. No entanto, as tarifas de importação de mercadorias, que eram fixadas em 15%, a partir do ano de 1928, passaram para 30% em 1840, e mais tarde, na década de 1860, as tarifas foram fixadas em 50%.

Baer (2002), afirma que a principal estratégia do governo era arrecadar mais impostos com o aumento dessa taxa. No entanto,

³⁶ Para maiores informações sobre “A História do Maior Empreendedor do Brasil – Francesco Matarazzo”, consultar o site <<https://www.saopauloinfoco.com.br/francesco-matarazzo/>> (nota do autor).

[...] essa medida exerceu alguns efeitos colaterais que resultaram na criação de várias empresas têxteis e o Estado também oferecia isenção de taxas para importação de matérias-primas e maquinário utilizado por empresas nacionais, que depois também ficaram isentas de pagar impostos. Até 1852, sessenta e quatro fábricas e oficinas - do ramo de têxteis, vestuário, sabão, cerveja, fundição, vidros, artigos de couros e outros - haviam se beneficiado desses privilégios (BAER, 2002, p. 66).

A produção industrial se beneficiou, desse modo, do aumento das tarifas de importação, assim como “dos privilégios especiais concedidos para importação de maquinário” (BAER, 2002, p. 67). O maior aumento registrado ocorreu na indústria têxtil, e os principais centros industriais brasileiros, naquele período, eram representados por Rio de Janeiro e São Paulo. A partir dos anos de 1880, a produção industrial brasileira apresentou um grande salto na produção manufatureira. Segundo dados registrados no ano de 1914,

A produção de tecido já havia atingido 85% do consumo do país. A produção de roupas, sapatos, bebidas e produtos de fumo em 1912 alcançara 40% da produção de 1929. Quando se leva em consideração que, no final da década de 1920, as indústrias têxteis brasileiras atendiam a cerca de 90% do comércio doméstico [...] (BAER, 2002, p. 68).

A estrutura industrial brasileira, nesse primeiro momento de desenvolvimento, era dominada por indústrias leves, que produziam artigos têxteis, roupas, calçados e produtos alimentícios, as quais, no conjunto representavam 57% da produção industrial no ano de 1907, aumentando para 64% da indústria nacional em 1919.

Nesse período, a indústria no município de Santa Cruz do Rio Pardo era pouco expressiva, mas importante para satisfazer às necessidades do mercado consumidor que aumentava rapidamente, especialmente com o avanço da cafeicultura pelas terras do oeste paulista e norte paranaense, com a chegada da ferrovia e a grande quantidade de imigrantes que aportavam à região, conforme se pode observar na Tabela 22.

Tabela 22. Estabelecimentos Industriais no Município de Santa Cruz do Rio Pardo no ano de 1893.

Estabelecimentos Industriais	Número de Estabelecimentos
Fábrica de Cerveja	1
Fábrica de Bebidas Gasosas	1
Açougues	2
Olarias (telhas e tijolos)	6
Serrarias (madeiras para construção)	5
Fábrica de Aguardente e Açúcar (cana)	5
TOTAL	20

Fonte: JUNQUEIRA (1994)

Conforme se observa, a atividade industrial no município no ano de 1893 era representada por 20 estabelecimentos, dos quais 1 fábrica de cerveja e 1 fábrica de bebidas gasosas (refrigerantes), 2 açougues (que eram classificados como atividade industrial naquele período), 6 olarias (telhas e tijolos), 5 serrarias (madeiras para construção) e 5 fábricas de aguardente e açúcar (cana-de-açúcar).

Para Baer (2002, p. 72), o que condicionou o aumento da produção industrial foi,

[...] O incremento cafeeiro baseado na mão de obra imigrante livre. Investimentos significativos voltados para infraestrutura que atende ao setor cafeeiro (estradas de ferro, usinas elétricas etc.), financiados por fazendeiros e capital estrangeiro, proporcionaram um ambiente para uma produção industrial local maior e aos poucos criaram uma demanda para peças de reposição produzidas internamente. A grande população imigrante empregada no setor cafeeiro e a outros a ele relacionados gerou um enorme mercado para bens de consumo baratos.

Sobre a gênese da industrialização na região Sudeste, especialmente no Estado de São Paulo, torna-se necessário o estudo das relações entre a cultura cafeeira e a indústria, onde a produção do capital oriundo da atividade cafeeira impulsionou as forças produtivas nacionais a favor do desenvolvimento industrial. (Melo, 1982).

Mamigonian (1976) critica essa ênfase dada por alguns autores a uma consequência finalista entre o café e a indústria. Ele admite que o início do processo de industrialização paulista nas últimas décadas do século passado, coincide com o grande aumento da produção cafeeira, mas acrescenta um novo elemento que deve ser levado em conta na análise: o imigrante, cuja entrada maciça no país, atraído pela produção de café, também coincide com o início da industrialização. A crítica principal que ele coloca é que nem toda a economia de exportação gerou automaticamente atividade industrial e, portanto, outros elementos devem ter participado, além do que, os dados indicam que a aristocracia cafeicultora paulista decaiu fortemente logo no início do processo de industrialização (MOURÃO, 2002, p. 24).

O grande fluxo de imigrantes para o território paulista, proporcionado pela economia cafeeira ainda no final do século XIX, foi classificado em diferentes categorias. A primeira contemplava os colonos, que possuíam técnicas de trabalho superiores aos escravos empregados na lavoura; a segunda categoria de imigrantes eram os pequenos comerciantes artesanais e comerciais; e a terceira categoria era composta por imigrantes capitalizados que se tornaram grandes negociantes do setor do café (exportadores e/ou importadores).

Com isso, os imigrantes alavancaram o processo de industrialização paulista³⁷, criando pequenos empreendimentos decorrentes dos capitais modestos que acumularam. “Além disso, eram fundamentais como mão-de-obra e na formação de um sólido mercado consumidor interno” (MOURÃO, 2002, p. 24).

Para Mamigonian (1969, p. 57), a chegada dos imigrantes no Brasil favoreceu o processo de industrialização do país, e o processo de desenvolvimento industrial com recursos originários da cafeicultura seria uma “ideologia da aristocracia rural paulista e interessava aos latifundiários brasileiros [...]”. Segundo o autor:

Os 4,5 milhões de imigrantes que o Brasil recebeu na segunda metade do século passado e nas primeiras décadas do século XX constituíram a classe média ‘europeia’ dentro da qual se iniciou a industrialização brasileira [...]. (MAMIGONIAN, 1976, p. 59).

No interior paulista, a atividade industrial estava presente em vários municípios, de modo artesanal, acompanhando o setor de beneficiamento de produtos e gêneros agrícolas, muito antes da industrialização através dos recursos oriundos da atividade cafeeira ou da substituição de produtos importados, como já visto anteriormente.

Os imigrantes possibilitaram a formação de um mercado interno assalariado, de crescimento urbano e demográfico e da produção diversificada de gêneros agrícolas. Nas ruas de café plantavam-se gêneros agrícolas para subsistência e/ou com fins comerciais que poderiam ser vendidos, como batata, amendoim, feijão etc. Esse movimento foi observado, sobretudo, no Oeste Paulista (SILVA, 2011, p. 146).

A chegada dos imigrantes no território brasileiro muito contribuiu para o desenvolvimento da economia brasileira, destacando-se os setores agrícola e industrial. Uma parte dos imigrantes vieram capitalizados para o país e logo puderam dar início à atividade empresarial. Outra parte, os imigrantes descapitalizados, empenharam-se em trabalhar nas atividades agrícolas, especialmente na lavoura

³⁷ “Nas duas primeiras décadas do século XX, o crescimento industrial de São Paulo foi acompanhado da ascensão do empresariado industrial imigrante e dos colonos de café à condição de pequenos proprietários rurais, ao lado da decadência da aristocracia tradicional paulista da condição de empresários industriais e de grandes proprietários rurais. Muitos colonos aplicaram suas economias na compra de terras nas novas regiões que se incorporavam ao movimento de reprodução do capital (Alta Sorocabana, Alta Paulista etc.); reforçando o mercado consumidor da indústria paulista, além de implantar em quase todo o Estado uma agricultura organizada em bases mercantis, produzindo tanto para exportação como para o mercado interno que crescia, e com condições de se diversificar e se modernizar” (MOURÃO, 2002, p. 24-25).

cafeeira, nas atividades comerciais, e contribuíram com “seus saberes técnicos e experiência e alguma atitude em torno da instalação industrial” (SILVA, 2011, p. 146).

No ano de 1920, a atividade industrial no município de Santa Cruz do Rio Pardo apresentou um grande crescimento no número de empresas existentes, especialmente no setor de beneficiamento de arroz, café e mate; fabricação de açúcar, aguardente e álcool, derivados da cana-de-açúcar, descaroçamento de algodão e moagem de cereais, conforme se observa na Tabela 23.

Tabela 23. Tipos de Agroindústrias (Máquinas de Beneficiamento) existentes no Município de Santa Cruz do Rio Pardo em 1920.

Tipo de Atividade	1920
Beneficiamento de Arroz	2
Beneficiamento de Café	16
Beneficiamento de Mate	1
Fabricação de Açúcar	48
Fabricação de Aguardente e Álcool	8
Descaroçamento de Algodão	1
Moagem de Cereais	13
Total dos Estabelecimentos com Máquinas de Beneficiamento ou Fabricação de Produtos	89

Fonte: Brasil (1920).

Como observado, as atividades de beneficiamento de arroz, café e mate somavam 19 empresas de um total de 89 indústrias, representando 21% do total. Em relação à fabricação de açúcar, aguardente e álcool, eram 56 empresas, sendo que destas, 48 produziam açúcar e 8 fabricavam aguardente e álcool, perfazendo, no total, 63% do número de indústrias no município santa-cruzense. Existia 1 empresa descaroçadora de algodão e 13 indústrias de moagem de cereais, totalizando 16% do total de indústrias.

Durante a década de 1930, inicia-se no Brasil a produção de bens de consumo elementares (têxteis, alimentos etc.), assim como a indústria de bens intermediários e de capital, como a indústria de cimento, pneumáticos, química e aço, visando a substituição de importações. Essa industrialização vai depender dos capitais oriundos do exterior, mas também de empresários nacionais e da atuação do Estado, com a implantação de indústrias estatais, sendo que a maioria dos investimentos acontece em São Paulo³⁸.

³⁸ “A indústria paulista, entre 1907 e 1919, deu seu grande salto quantitativo, quando cresceu em termos nominais, mais que o dobro da indústria do resto do país. Entre 1919 e 1929, além de expandir-se quantitativamente, a indústria paulista também deu um salto qualitativo, diversificando-se, ainda que de modo incipiente, com a introdução de alguns segmentos industriais mais dinâmicos de bens de

Aliada a essas condições, a indústria de consumo se desenvolvia pelo território brasileiro, juntamente com obras de infraestrutura e de construção civil, propiciando uma divisão do trabalho entre as diversas regiões do país, assim como dentro da própria região.

Através dos resultados da Revolução de 1932 e do Golpe de 1937, o governo brasileiro tomou atitudes que fortaleceram ainda mais o processo de industrialização no país,

[...] Como o fim das restrições impostas pelos Estados e municípios à circulação de mercadorias, o desenvolvimento da infraestrutura rodoviária e ferroviária, a participação direta em setores de bens de produção situados no Sudeste, como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce etc. (MOURÃO, 2002, p. 23).

Os produtos fabricados e produzidos (no caso da agricultura) na região Sudeste puderam adquirir a preferência do mercado nacional, pois os preços se tornaram competitivos, através da redução de custos de transporte. Além disso, a indústria localizada na região Sudeste dispunha de uma produção em escala, com uma maior tecnologia empregada, o que ainda era uma problemática para as empresas localizadas nas demais regiões. Várias empresas localizadas nessas regiões sucumbiram a essa competitividade, exceto alguns casos específicos³⁹.

Com a crise cafeeira, a cultura do algodão surge como uma alternativa viável para os agricultores santa-cruzenses, a partir da década de 1930, especialmente com grande demanda do produto nos mercados interno e externo, a fim de suprir as necessidades da indústria têxtil.

Como resultado desse processo, existia no município de Santa Cruz do Rio Pardo, na década de 1930, 1 empresa descaroçadora de algodão, que visava a beneficiar o produto para a indústria têxtil e as empresas produtoras de óleo vegetal. “A produção de óleo era colocada no mercado interno, principalmente nos maiores centros urbanos, onde começava a substituir a gordura animal na alimentação” (MOURÃO, 2002, p. 61).

produção instalados com dimensão para suprir um mercado em escala nacional” (MOURÃO, 2002, p. 23).

³⁹ “É importante ressaltar aqui os estudos de Mamigonian, citado por Bastos (1999), que demonstram como o capitalismo industrial surgido na Região Sul, a partir de uma sólida pequena produção mercantil, fez um grande esforço no sentido de superar essas desvantagens. Os resultados positivos obtidos, que podem ser comprovados pelo grande número de empresas da região que competem no mercado nacional até os dias atuais, dão razões ao questionamento que esses autores fazem da ideia de complementaridade regional proposta por Goldenstein e Seabra (1982) com base em A. Lipietz” (MOURÃO, 2002, p. 23).

Nos anos de 1950, era implantada a indústria de óleo “Rossad”, produtora de óleo de amendoim, que era abundante no município e na região, que mais tarde seria adaptada para a produção de óleo de soja, para comercialização nos mercados local e regional, como será estudado mais adiante.

Mas ainda em meados dos anos de 1960, as empresas beneficiadoras de café e de cereais, assim como o arroz produzido no município de Santa Cruz do Rio Pardo, começavam a se reorganizar e destinar sua produção para o beneficiamento do arroz, como será visto posteriormente, deixando de serem apenas “cafeeiras” para se tornarem “arrozeiras” (termo popular utilizado pela população no município).

Segundo Bomtempo e Sposito (2008, p. 5),

As primeiras indústrias localizaram-se na cidade de São Paulo na década de 1930, pois havia uma burguesia que acumulava riquezas desde o período áureo do café, e que posteriormente fez investimentos no setor industrial. Na década de 1950, já era possível substituir as importações de manufaturados por produtos fabricados nas indústrias nacionais, todavia, o consumo no país ainda não era tão intenso, pois a classe trabalhadora assalariada assim como a indústria estava em processo de formação. Na década de 1960, havia indústrias nacionais já consolidadas, principalmente nos setores estratégicos, tais como, energia, telecomunicações e mineração. No governo de Juscelino Kubitschek, o país passou a receber de maneira mais intensiva, as indústrias transnacionais, que eram sinônimos de progresso. A princípio, as indústrias eram provenientes do capital americano, alemão e italiano, mas posteriormente identificamos o investimento de grupos franceses, japoneses, coreanos e chineses, em vários ramos da produção industrial, porém os de maiores destaques no período supracitado foram o automobilístico e eletroeletrônico. Em 1970, o território brasileiro já estava “aberto” ao capitalismo global.

Nos censos do IBGE de 1960 e 1980, a indústria santa-cruzeense apresentou uma evolução e diversificação da produção, conforme verificado na Tabela 24. Nesse período, pode-se notar a importância que a indústria de alimentos já possuía para a economia santa-cruzeense, sendo que em 1960 eram 38 empresas produtoras de alimentos, passando para 41 em 1980. Outro setor que também já despontava na economia do município eram as indústrias do vestuário, calçados e artefatos de tecidos, notadamente, representadas pela indústria calçadista (Anexo B). Em 1960, eram 9 empresas de calçados e em 1980 esse número já havia aumentado para 15 indústrias.

Os demais setores produtivos eram representados, na sequência, pela indústria de transformação de produtos de minerais não-metálicos (10 empresas em 1960 e em 1980), madeira (3 empresas em 1960 e 9 empresas em 1980), editorial e gráfica (4 empresas em 1960 e 5 empresas em 1980), metalurgia (2 empresas em 1960 e 3

empresas em 1980), material de transporte (2 empresas em 1960 e em 1980), mecânica (1 empresa em 1960 e em 1980).

Os setores industriais que apresentaram as maiores perdas no número de empresas foram mobiliários (8 empresas em 1960 e 1 em 1980), couros e peles e produtos similares; artefatos de selaria e correaria, para viagem e uso pessoal (5 empresas em 1960 e 2 empresas em 1980), bebidas (4 empresas em 1960 e 1 empresa em 1980), material elétrico e de comunicação (2 empresas em 1960 e nenhuma em 1980), produtos de perfumarias, sabões e velas (1 empresa em 1960).

As indústrias que não existiam no ano de 1960 e que foram identificadas no ano de 1980 representam os setores de produtos farmacêuticos e veterinários, papel e papelão, borracha e Unidades Auxiliares de Apoio (utilidades) e de Natureza Industrial (outros), todas elas representadas por uma empresa. O município de Santa Cruz do Rio Pardo possuía 89 indústrias em 1960, passando para 94 indústrias em 1980.

Em relação à distribuição espacial das indústrias, o município de São Paulo e a Região Metropolitana da Grande São Paulo concentravam vários setores produtivos da indústria brasileira, mas a partir dos anos de 1970, com a reestruturação do capitalismo global, onde várias empresas se transferiram para a região da Macrometrópole Paulista, que envolve municípios em um raio de até 150 Km da cidade de São Paulo, e para os Estados de Minas Gerais e Paraná. No entanto, o município de Santa Cruz do Rio Pardo não foi contemplado com o processo de Desconcentração Industrial⁴⁰.

As indústrias originadas em Santa Cruz do Rio Pardo possuem características particulares, pois são originárias tanto do capital local quanto regional. A grande maioria delas são provenientes do capital local, representando um excedente acumulado nas atividades primárias desenvolvidas pelas famílias imigrantes.

⁴⁰ As cidades do Oeste do Estado de São Paulo não foram beneficiadas diretamente pelo processo de desconcentração industrial ocorrido na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), por estarem a uma distância maior que as cidades localizadas nas regiões de Campinas, Sorocaba e Vale do Paraíba do Sul. As empresas buscavam áreas urbanas localizadas a uma distância de até 150km da RMSP. No Oeste Paulista predominavam as pequenas e médias empresas de origem do capital local, estando próximas da matéria-prima e visando satisfazer aos mercados local e regional (nota do autor).

Tabela 24. Número de Empreendimentos Industriais no Município de Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo / Períodos de 1960 e 1980

Tipos de Empresas	Períodos (Número de Empresas)		Variação no Período % (1960 e 1980)
	1960	1980	
Transformação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	10	10	0
Metalúrgica	2	3	50
Mecânica	1	1	0
Material Elétrico e de Comunicações	2	-	-
Material de Transporte	2	2	0
Madeira	3	9	200
Mobiliário	8	1	-87,5
Papel e Papelão	-	1	-
Borracha	-	1	-
Couros e Peles e Produtos Similares; e Artefatos de Selaria e Correaria, para Viagem e Uso Pessoal – Exclusive Calçados e Artigos do Vestuário	5	2	-60
Produtos de Perfumaria, Sabões e Velas	1	-	-
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	-	1	-
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	9	15	67
Produtos Alimentares	38	41	8
Bebidas	4	1	-75
Editorial e Gráfica	4	5	25
Unidades Auxiliares de Apoio (Utilidades) e de Natureza Industrial	-	1	-
Total	89	94	6

Fonte: IBGE (1960, 1980).

“São indústrias tradicionais que se estruturaram, consolidaram e se expandiram e que fizeram/fazem o diferencial da dinâmica territorial em escala regional” (BOMTEMPO e SPOSITO, 2008, p. 8).

A Região Administrativa de Marília, onde se encontra localizado o município de Santa Cruz do Rio Pardo, especializou-se na produção de alimentos e bebidas, artefatos de couro e calçados, produção de etanol e açúcar, móveis e produtos de metal. Ao contrário do que afirmaram Mourão (2002) e Bomtempo e Sposito (2008), as políticas públicas adotadas pelas autoridades que governaram o município não adotaram uma política de atração de empresas, proporcionando isenção de impostos, doação de terrenos e oferta de mão-de-obra barata, além da distância de cerca de 350 Km, com a finalidade de atrair as indústrias que estavam em processo de desconcentração da metrópole paulista. Ainda não havia sido implantado o Distrito Industrial no município, como será visto mais adiante.

A partir dos anos de 1980, as empresas recorreram à modernização da estrutura produtiva, para superarem os efeitos da crise e, com isso, reduzirem os custos de produção e tornarem os seus produtos mais competitivos no mercado consumidor. “O objetivo da busca tecnológica é a obtenção de vantagens sobre os concorrentes, em termos de custos e/ou qualidade dos produtos de forma a se obterem maiores lucros” (MOURÃO, 2002, p. 108).

Hollanda Filho (1996, pp. 20-21), que se inspirou nos fundamentos neo-schumpeterianos de Freeman, apresenta as seguintes estratégias inovadoras utilizadas pelas empresas:

[...] (a) Inovações induzidas pela demanda, a partir do reconhecimento do potencial de um novo produto ou processo; e inovações provocadas pelo avanço do conhecimento científico, a partir de atividades de pesquisa básica não relacionada com pressões de mercado. (b) Estratégia inovadora ofensiva, relacionada com o pioneirismo de uma firma em termos de inovações radicais, que pode levá-la à liderança tecnológica, mas também envolve maiores riscos; e estratégia defensiva, que ocorre como reação à anterior, associada a atividades inovadoras de firmas preocupadas em não ficar atrás no processo de competição tecnológica. Esta última implica na introdução de inovações menores (incrementais), possíveis aperfeiçoamentos em relação à inovação pioneira e, portanto, não deve ser confundida com uma estratégia puramente imitativa. Por envolver menores riscos do que a estratégia ofensiva, um número maior de firmas está apto a seguir uma atitude defensiva (pp. 20-21).

No município de Santa Cruz do Rio Pardo, mesmo tendo uma mão de obra abundante e barata, as empresas buscaram se modernizar com novos equipamentos e tecnologias na linha de produção, para se tornarem competitivas e sobreviverem no mercado consumidor. Além disso, também investiram em treinamentos nas áreas administrativas e novas estratégias de vendas, assim como vultosos investimentos na área de marketing.

Segundo Mourão (2002, p. 109),

As escolhas tecnológicas e organizacionais variam, mas em todas aquelas que se irradiam para o mercado nacional o sentido é o de redução dos custos e obtenção de um produto diferenciado. Em linhas gerais predominam as estratégias defensivas e a inovação a partir da determinação de um novo mercado para a empresa, conforme pretendemos deixar claro com os relatos das entrevistas que vamos expor (MOURÃO, 2002, p. 109).

De acordo com (Mourão, 2002), a indústria de alimentos também adotou os princípios do Toyotismo, um modelo desenvolvido no Japão pela indústria automotiva Toyota, como uma prática inovadora e reorganizadora das empresas, que as tornaram

mais competitivas no mercado global. Eis algumas características do Toyotismo adotadas pelas indústrias de alimentos:

- A. As técnicas de rearranjo de células correspondem a um arranjo físico da produção no qual máquinas de diferentes tipos (tornos, frezas, furadeiras etc.) são dispostas em linha, possibilitando uma maior racionalidade na organização espacial da produção;
- B. O programa de qualidade total é uma técnica de organização do trabalho, pela qual cada operário é o seu próprio controlador de qualidade, possibilitando uma nova cultura de compromissos dos funcionários;
- C. O programa técnico de minifábricas consiste na divisão da fábrica em várias pequenas fábricas, sendo que cada uma possui autonomia administrativa e organização suficiente para atingir as metas de produção estipuladas pela direção das empresas;
- D. Os grupos de melhoria são também conhecidos como a técnica do KAIZEN e correspondem a uma nova filosofia de produção integrada aos programas de gestão da qualidade total (GQT), fundamentada na introdução de melhorias contínuas e permanentes nos processos de produção;
- E. A técnica do *Just in time* é um instrumento do processo de produção que visa ajustar as submontagens de intermediários às demandas de montagem do produto final e, portanto, leva à redução de estoques, refugos, de força de trabalho ociosa tornando a empresa mais flexível. O *just in time* externo envolve os fornecedores de matérias-primas ou parte dos componentes, que devem entregá-los à empresa no momento exato de sua utilização. O *just in time* interno corresponde a um sistema de organização da produção orientado para fabricar determinado produto apenas na quantidade e nos momentos exatos, reduzindo os estoques ao mínimo; e
- F. As técnicas de controle estatístico do processo correspondem a um método preventivo para a garantia de qualidade através de comparação contínua das informações sobre o andamento do processo com padrões anteriormente definidos (MOURÃO, 2002, p. 130).

O surgimento e a implementação de novas tecnologias (fins do século XX) possibilitou que as empresas pudessem se organizar em redes⁴¹, onde os processos de gestão, produção e distribuição pudessem se estabelecer em vários pontos do território, de forma articulada, nos territórios de interesse do capital (escala global). A acumulação flexível apresentou um embate muito grande com o sistema fordista, devido ao fato de ele ser um sistema muito rígido. Contrapondo esse modelo de produção, a acumulação flexível:

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas

⁴¹ De acordo com Lencioni (2006), as principais características da empresa – rede são respectivamente “tendência à divisão do trabalho flexível, à flexibilização nos contratos de trabalho e terceirização, quer relativa à força de trabalho, quer relativa a fases do processo produtivo e, ainda, internalização de atividades não estratégicas” (p. 68) (BOMTEMPO, 2011, p. 92).

altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas [...] (p. 140, grifo nosso) (BOMTEMPO, 2011, p. 120).

O modelo fordista⁴² não acompanhou a nova realidade produtiva, por isso entrou em crise e colapsou. Entre os motivos dessa situação estão alguns fatores: a) a produção em massa não acompanhada pelo consumo; b) a rigidez do processo produtivo; c) da organização e contratação da força de trabalho; d) não se adaptou à estrutura cíclica e genética do capitalismo.

De acordo com Harvey (2006),

[...] o capitalismo é por necessidade tecnologicamente dinâmico, não por causa das míticas capacidades do empreendedor inovador (como Schumpeter viria a alegar), mas por causa das leis coercitivas da competição e das condições de luta de classes endêmicas no capitalismo (p. 102) (BOMTEMPO, 2011, p. 120).

O modo de produção capitalista tende a se reestruturar ao longo da história, de maneira heterogênea na escala global, adequando-se ao novo momento do processo produtivo e das exigências do capital, assumindo novas configurações socioespaciais. A implantação do modo de produção toyotista (acumulação flexível) foi gradativa e implementada, inicialmente, nos países de economia desenvolvida, onde as atividades financeiras, de gestão e produção eram realizadas de maneira intensa” (BOMTEMPO, 2011, p. 120-121).

Com o passar do tempo, o modelo de produção toyotista foi se ampliando na escala global, permitindo a continuidade do capitalismo, através de práticas flexíveis de produzir, garantindo a produtividade e a competitividade das empresas e grupos

⁴² “O modelo fordista foi implantado nas empresas localizadas nas economias capitalistas nas primeiras décadas do século XX. De acordo com Benko (1996), “o fordismo (modelo de desenvolvimento/regime de acumulação) fundamentou-se em uma produção industrial standardizada, apoiada num consumo de massa que permitiu o desenvolvimento da produção em massa, e em seu estabelecimento com a ajuda de forte intervenção do Estado visando regular a demanda efetiva em virtude do crescimento da produção. No plano político essa intervenção traduziu na emergência do Estado providência. Esse tipo de organização econômica fordista atingiu os próprios limites no fim dos anos 60, entrando então numa fase de crise” (p. 28, grifo nosso) (BOMTEMPO, 2011, p. 119).

[...] Esse modelo, que “teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico [...]” permaneceu em pleno funcionamento, sobretudo nos países de economia desenvolvida, até a década de 1970, quando entrou em crise, sobretudo nos países de economia capitalista desenvolvida, e fez eclodir um novo modelo de desenvolvimento/regime de acumulação, caracterizado por Harvey (2006) como acumulação flexível (BOMTEMPO, 2011, p. 119-120).

econômicos, com “a reestruturação da produção, dos territórios e, conseqüentemente, o acirramento das contradições” (BOMTEMPO, 2011, p. 121).

A reestruturação produtiva, ou seja, a introdução de inovações agregadas à gestão, à produção, à organização e à contratação da força de trabalho vinculadas à atividade industrial, foi inteiramente pesquisada por engenheiros, administradores, economistas, sociólogos, psicólogos, geógrafos, entre outros. Alves (2007) afirma que a década de 1970 e as subseqüentes marcaram a instauração do complexo de reestruturação produtiva, “constituído por uma tríplice dimensão, isto é, as inovações organizacionais, inovações tecnológicas e inovações sócio metabólicas” (p. 5) (BOMTEMPO, 2011, p. 121).

Martinelli Jr. (1999) destaca a importância que a empresa, para sobreviver no mercado global, precisa seguir os padrões de concorrência, que seriam definidos como “um conjunto de formas concorrenciais que se revelam dominantes no espaço de competição” (p. 4). Para Bomtempo (2011), alguns fatores precisam ser adotados pelas empresas para sobreviver e se expandir no mercado: a) processos de fusão e aquisição; b) inovação tecnológica; c) novas formas de contratação da força de trabalho; d) investimentos em propaganda e publicidade; e) ampliação e inovação da linha de produtos; f) articulação com a “esfera” financeira e novas localizações.

De acordo com o relatório da ABIA (2010),

Atualmente o perfil de consumo do brasileiro assemelha-se aos consumidores dos países de economia desenvolvida. Há aquela parcela que consome produtos que ainda são nichos de mercado, e por isso possuem um valor agregado mais alto, como por exemplo, os alimentos funcionais e aqueles que consomem os produtos *standardizados*, “tradicionais”. Na verdade, o que importa é que o número de consumidores aumentou consideravelmente. Entre outros, esse contexto contribuiu para a dinamização das empresas do ramo alimentício de consumo final na escala nacional (BOMTEMPO, 2011, p. 151).

A inovação é inerente ao capitalismo. A concorrência capitalista impõe de maneira constante a inovação como possibilidade de o empresário se manter no mercado, que atualmente enfrenta a competição na escala global. Assim, inovações são traduzidas “no aparecimento de novas mercadorias e/ou de novos usos para as mercadorias já existentes, ou então em novas maneiras de produzi-las e/ou de comercializá-las, através de novas combinações dos recursos disponíveis” (SZMRECSÁNYI, 2006, p. 115).

Elas podem ser introduzidas de maneira gradativa ou brusca, abrangendo cinco modalidades. São elas:

I) introdução de um novo produto, ou de uma nova qualidade de produto; II) a introdução de novos métodos de produção e distribuição, que podem ou

não estar fundamentados na descoberta ou invenção de novos conhecimentos; III) abertura e/ou exploração de novos mercados, antes inacessíveis ou inexplorados; (IV) a obtenção de novas fontes de abastecimento de matérias-primas, produtos intermediários e insumos produtivos em geral; e (V) o estabelecimento de novas formas de organização econômica, conducentes à conquista ou à destruição de uma posição de monopólio, geralmente temporário (SZMRECSÁNYI, 2006, p. 115).

Martinelli Jr. (2009), em seu estudo sobre as inovações tecnológicas nas indústrias de alimentos, afirma que na atualidade, essas empresas têm investido seus esforços em:

- a) modernização e automação das plantas produtivas;
- b) desenvolvimento e/ou adequação de produtos e processos concatenados com as novas tendências do mercado consumidor final. Podem-se destacar dois esforços neste aspecto: i) a valorização econômica de insumos naturais e/ou atributos orgânicos; ii) o desenvolvimento de novos produtos para mercados diferenciados. Isso tem ocorrido pela incorporação de novos insumos e ingredientes que geram atributos diferenciados nos produtos e novos nichos de mercados, tal como é o caso dos produtos funcionais;
- c) desenvolvimento de novas embalagens. Neste item, além da maior funcionalidade no uso, na capacidade informacional dos produtos embalados, e na própria estética, a tendência dos investimentos direciona-se para as embalagens: i) “éticas, isto é, embalagens com compromisso maior com o impacto no meio ambiente e com a sustentabilidade (e.g. embalagens constituídas com materiais alternativos – tais como bioplásticos – que permitem serem mais recicláveis); ii) “embalagens ativas”, ou seja, embalagens que desempenham algum tipo de função interativa com o produto após este ser embalado; iii) “embalagens inteligentes”, que monitoram, indicam ou testam informações dos produtos ou do ambiente que podem afetar a qualidade do produto;
- d) sistemas de tecnologia da informação e em laboratórios de análises físico-químicas, que permitem às empresas o maior controle, rastreabilidade e identificação de matérias-primas e insumos ao longo da cadeia. Este aspecto é importante porque as empresas de alimentos têm ampliado o leque geográfico internacional de seus suprimentos de matérias-primas e insumos (p. 10,11) (BOMTEMPO, 2011, p. 154-155).

As empresas industriais do setor alimentício que existem em Santa Cruz do Rio Pardo podem ser classificadas como oriundas do capital local, cujos investimentos se originaram do excedente acumulado na agricultura, mas também das atividades econômicas urbanas. Elas se enquadram em micro, pequenas, médias e grandes empresas (poucas empresas) que atuam nas escalas local, regional, nacional e até internacional.

A comercialização dos produtos produzidos pelas empresas alimentícias de Santa Cruz do Rio Pardo é efetivada entre os fabricantes e os comerciantes através dos representantes comerciais dessas empresas e por revendedores, em diversas cidades da região e do Estado.

Essas empresas comercializam seus produtos em pequenos estabelecimentos comerciais, em supermercados e em redes de hipermercados, atuantes no território paulista e em escala nacional. Para agradar aos gostos do consumidor, que estão mais exigentes a cada dia, e para consolidar sua posição no mercado, as indústrias de alimentos buscaram reestruturar sua produção, com uma nova forma de gestão da empresa; com a aquisição de novas máquinas incorporadas ao processo produtivo; no lançamento de novas linhas de produtos e melhoria no marketing de divulgação; na adoção de normas de fabricação e controle de qualidade de produção rigorosos (como será visto de forma mais específica no capítulo 5).

4.2. A Evolução do Meio Técnico-Científico-Informacional no Município de Santa Cruz do Rio Pardo

Antes de se estudar mais intimamente a evolução da atividade industrial em Santa Cruz do Rio Pardo, será realizada uma abordagem sobre a importância da evolução do meio técnico-científico-informacional, que proporcionou ao município se tornar o quinto maior PIB Industrial da Região Administrativa de Marília e o segundo maior da Região de Governo de Ourinhos (como será abordado mais adiante).

Segundo Santos e Silveira (2008, p. 64), a situação da rede de transportes, representa uma:

Maior densificação da malha rodoviária, responde outrossim a uma demanda de rápido deslocamento no território nacional, criada pela unificação dos mercados, que se acompanhada de maior abrangência de ação das firmas. Estas desenham suas novas tipologias fundadas em suportes territoriais como estradas, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, não apenas de uso público, mas também graças à construção de seus próprios nós materiais (SANTOS & SILVEIRA, 2008, p. 64).

O município em estudo não apresenta os modais de transportes ferroviário, hidroviário e aeroviário, pois depende de outros municípios da região ou mesmo do Estado de São Paulo para ter acesso a esses serviços. Mas possui uma localização privilegiada em termos de transporte rodoviário, como será estudado a seguir.

No entanto, será realizado um breve histórico da rede de transporte existente na região, proporcionando o desenvolvimento industrial do município, com facilidade de acesso à matéria-prima e aos principais centros consumidores do Estado, incluindo São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo, responsáveis pela comercialização de seus produtos.

Historicamente, o primeiro avanço do modelo rodoviário de transporte ocorreu no governo de Washington Luís, no final dos anos de 1920. Mas foi durante o governo de Getúlio Vargas que surgiu o primeiro órgão público com a finalidade de organizar e planejar a malha rodoviária nacional, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

No entanto, o presidente Juscelino Kubistchek (JK) adotou o modelo rodoviário como meio de transporte, dotando esse modelo de transporte de grandes investimentos e atraindo as grandes empresas multinacionais do setor automobilístico, contribuindo especialmente na abertura de novas rodovias, com o propósito de integrar o vasto território brasileiro. Foi um dos principais objetivos do “Plano de Metas”, diminuindo consideravelmente a importância do sistema ferroviário, que se constituiu no mais importante meio de transporte na época da cafeicultura.

São os meios de transporte que servem de parâmetro para as empresas se instalarem em determinados locais (fator locacional), de fácil acesso e deslocamento (logística), para a chegada das matérias-primas e o transporte dos produtos já elaborados, proporcionando o desenvolvimento da atividade econômica. Segundo Silveira, o estudo dos transportes está relacionado à evolução da economia clássica e à Geografia Econômica clássica:

Entre eles, destacam-se os clássicos sobre ordenamento do território, como círculos concêntricos de Von Thünen (1826); a localização industrial de Alfred Weber (1909); as localidades centrais de Walter Christaller (1933); os sistemas de cidades, a localização industrial e a demografia de August Lösch (1940); os polos e eixos de desenvolvimento de François Perroux (1949); o insumo – produto de Walter Isard (1972); a teoria de causação circular cumulativa de Myrdal (1957); a análise do processo de polarização de Hirschman (1958) e as lógicas de organização espacial (distribuição e segregação residencial) dos espaços urbanos de Burges (1925), de Khol (1941) e de Hoyt (1939), assim como os espaços interurbanos de Reilly (1929) (SILVEIRA, 2011, p.36).

Dessa forma, a Geografia dos Transportes se tornou uma parte importante dentro da Geografia Econômica, sendo a responsável por estudar a importância dos modais de transportes na organização do território, fazendo um elo socioeconômico entre “os grupos populacionais e seus modos de produção” (TOLEDO, 2013, p. 71). Importantes mudanças de ordem tecnológica, os transportes ofereceram maior segurança, agilidade, velocidade, capacidade e armazenagem de cargas, proporcionando um novo conceito de logística nos modais de transportes, gerando

maiores lucros para as empresas⁴³. “Graças à evolução dos transportes, a indústria adquiriu uma liberdade muito maior na escolha das implantações geográficas de suas unidades”. (FIRKOWISK e SPOSITO, 2008, p. 122).

Foi-se o tempo em que Santa Cruz do Rio Pardo havia se tornado uma cidade isolada do contexto dos meios de transportes e comunicação. Como não foi contemplada diretamente com a ferrovia, sendo que um ramal construído com recursos do município foi desativado oficialmente durante os anos de 1960, conforme já estudado no capítulo 1, as estradas de rodagem existentes também não eram favoráveis ao desenvolvimento do município.

A única estrada de rodagem pavimentada era a rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó, SP-225, que ligava a cidade de Ipaussu a Bauru, com pista simples em todo o trajeto. Até o início dos anos de 1980, as rodovias Castello Branco (SP 280/BR374) e Orlando Quagliato (SP-327/BR-369), que formaram um único complexo rodoviário ligando o final da rodovia Castello Branco, no município de Santa Cruz do Rio Pardo, à rodovia Raposo Tavares (SP-270), no município de Ourinhos, ligando à malha rodoviária do Estado do Paraná, ao sul, e ao norte, a rodovia Marechal Rondon (SP-300), em Bauru, ligando o final da rodovia Castello Branco à região Centro-Oeste do Estado paulista (Figura 13).

Além disso, as rodovias vicinais municipais que interligam São Pedro do Turvo a Santa Cruz do Rio Pardo (rodovia Sebastião Teixeira Coelho) e Santa Cruz do Rio Pardo a Bernardino de Campos (rodovia Vereador Jayme Abras) não eram pavimentadas. Atualmente, com a crise do transporte ferroviário no país, no Estado e na região, o sistema rodoviário passou a ser priorizado (conforme já estudado), sendo o principal meio de transportes de cargas, e com isso, através dessa reestruturação do modal rodoviário, Santa Cruz do Rio Pardo passou a ser um local privilegiado, pois é servida por algumas das rodovias mais importantes do Estado. Mas ainda continua atrelada ao entroncamento rodoferroviário existente em Ourinhos, conforme será estudado adiante

⁴³ “Os modais proporcionaram maior capacidade de carga, assim reduziram os custos dos fretes e outras características ganharam importância na busca da redução dos custos produtivos, tais como: mão de obra, incentivos fiscais, políticas ambientais mais flexíveis e novos mercados consumidores, que necessitavam de produtos finais mais baratos. O panorama para os estudos locacionais da Geografia Econômica e Industrial foi assim incrementado com elementos mais complexos para o entendimento das aglomerações industriais” (TOLEDO, 2013, p. 73).

Segundo os estudos de Bray (1980), Ferreira (1987), Selani (2005), Mourão (2018) e Dias (2019), do ponto de vista logístico de transportes, Ourinhos se constitui em um entroncamento rodoferroviário, no que diz respeito à atuação das empresas América Latina Logística (ALL)/Rumo, e que realiza o transporte do etanol produzido pelas agroindústrias Comanche, Cosan e Usina São Luiz, desde o final dos anos de 1990.

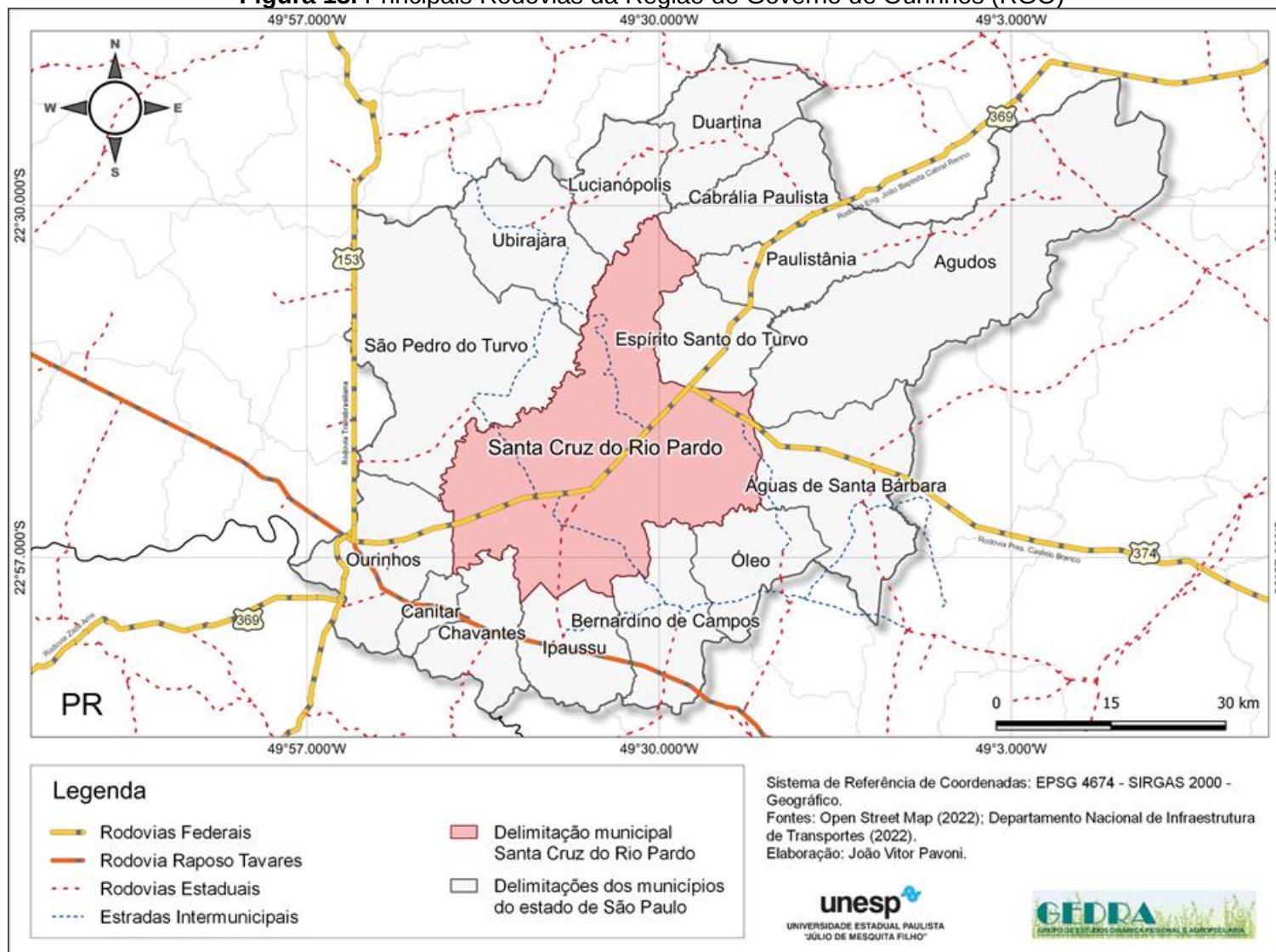
Encontram-se ainda, distribuidoras de combustíveis, representadas pela Ipiranga e Petrobras. Outro aspecto importante sobre a localização estratégica de Ourinhos na cadeia do etanol é a presença de um dos centros coletores desse combustível pela Petrobras, sendo os demais instalados em Brasília (DF), Sertãozinho, Araraquara, Santa Adélia, Paulínia e Bauru (ambos em SP), e Londrina (PR).

De acordo com apontamentos de Mourão (2018, p. 25), sobre a situação de Ourinhos,

A localização do município deve ser considerada um de seus trunfos para atrair investimentos e se posicionar melhor na rede urbana, pois está em um importante entroncamento rodoferroviário, permitindo acesso às regiões Sul, Centro-Oeste e Norte, além de ter fácil acesso a todas as sub-regiões do Estado de São Paulo. Destacam-se como importantes vias de ligação às rodovias Castello Branco (SP 280/BR374), com acesso distante 70 km feito pela rodovia Orlando Quagliato (SP-327), Raposo Tavares (SP 270), Mello Peixoto (SP-278), e Transbrasiliana (BR- 153). Com exceção do eixo Orlando Quagliato-Castello Branco, as demais são de pista simples e necessitam de melhorias para permitir fluxos mais rápidos e eficientes.

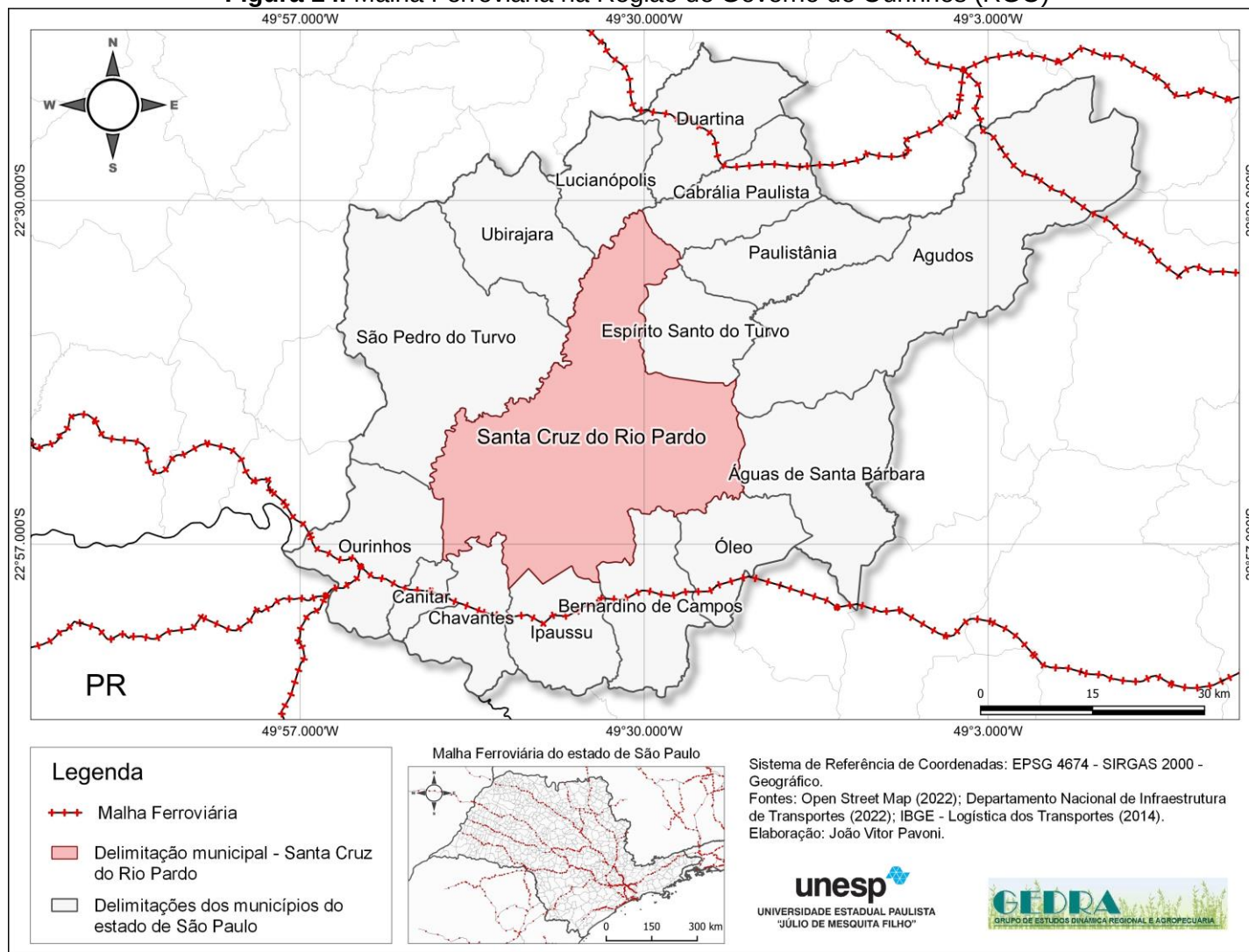
O Interesse das distribuidoras de combustíveis por Ourinhos é a localização estratégica. Situado na divisa com o Estado do Paraná, apresenta interligação ferroviária da América Latina Logística do Brasil S.A. (ALL) e, mais recentemente a Rumo Logística (2008), com as regiões Sul (especialmente no denominado “Corredor do MERCOSUL”, que compreende o percurso São Paulo/Porto Alegre) e Central do país e a interligação das rodovias Orlando Quagliato (SP–327), que faz parte da BR-369, que se inicia no município de Oliveira (MG) e termina no município de Cascavel (PR); Raposo Tavares (SP–270) e Transbrasiliana (BR–153), integrando-a a todas as regiões brasileiras e, em especial, ao grande mercado consumidor do Sudeste do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro (Figuras 13 e 14).

Figura 13. Principais Rodovias da Região de Governo de Ourinhos (RGO)



Fonte: Open Street Map (2022); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (2022).

Figura 14. Malha Ferroviária na Região de Governo de Ourinhos (RGO)



Fonte: IBGE – Logística de Transportes (2014); Open Street Map (2022); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (2022).

A América Latina Logística do Brasil S.A. (ALL)⁴⁴, denominada anteriormente de Ferrovia Sul Atlântico S.A., obteve a concessão da Malha Sul pertencente à Rede Ferroviária Federal S.A, no leilão realizado em 13/12/96, com uma malha ferroviária de 6.586 Km de extensão. A outorga desta concessão foi efetivada por Decreto Presidencial de 21/02/97, publicado no Diário Oficial da União em 24/02/97. A empresa iniciou a operação dos serviços públicos de transporte ferroviário de cargas em 1.º de março de 1997. No ano de 2008, ocorre a fusão da malha ferroviária da ALL Logística com a Rumo Logística. Ambas possuem sede na cidade de Curitiba (PR), que passa a administrar a malha ferroviária na região de Ourinhos, que pertencia à malha ferroviária estatal da FEPASA.

A Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), criada pelo governo do Estado de São Paulo em 1971, sendo uma fusão e centralização administrativa, numa única instituição, das cinco ferrovias estatais sob o seu controle, que eram a Estrada de Ferro Araraquara, a Estrada de Ferro São Paulo–Minas, a Estrada de Ferro Sorocabana, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que transportavam cargas e passageiros. Apesar de vultosos investimentos na qualificação de seus funcionários e da ótima qualidade de suas vias e de seu material rodante, a empresa não se tornou competitiva, perdendo espaço no transporte de cargas e de passageiros para o modal rodoviário (incentivado pelas políticas públicas que privilegiavam o sistema de transportes rodoviários), podendo se atribuir a esse fato gestões inadequadas de recursos e potencialidades (SELANI, 2005, p. 174).

No ano de 1998, visando à redução do déficit do Estado, o governo de São Paulo transfere a FEPASA para o governo federal, a qual acabou sendo integrada à RFFSA, recebendo a denominação de Malha Paulista, estando incluída no Plano de Desestatização, sendo transferida, posteriormente, à FERROBAN, que em 1.º de janeiro de 1999 assume a gestão e exploração comercial das linhas e remanescentes da antiga Ferrovia Paulista S.A.

⁴⁴ A concessão ferroviária compreendia as áreas abrangidas pelas Superintendências Regionais de Curitiba e Porto Alegre da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), que se estendem pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Superintendência Regional – 5 é a sucessora da Rede Viação Paraná/Santa Catarina (RVPSC) e a Superintendência Regional SR – 6 sucede a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), incorporadas pela RFFSA, em 1957 e 1959, respectivamente, constituindo-se, inicialmente em duas unidades operacionais, mantendo suas identidades. A malha ferroviária possui conexão com outras importantes ferrovias, sendo que elas estão em Pinhalzinho (PR) com a FERROBAN (Ferrovias Bandeirantes S.A.) e Ourinhos (SP), com o trecho paulista administrado pela ALL (a malha ferroviária da FEPASA foi administrada pela FERROBAN – Ferrovias Bandeirantes S.A. a partir de 1999, concedendo jurisdição para a ALL no trecho entre Rubião Júnior, em Botucatu até Presidente Epitácio) (SELANI, 2005, p. 174).

A distribuição de combustíveis através da malha ferroviária tem como ponto estratégico as bases de distribuição localizadas na cidade de Ourinhos, pois segundo a ALL e a DPPI – Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga, todo o combustível que se destina à região Sul do Brasil, tem que passar obrigatoriamente por esta cidade, que é beneficiada com a arrecadação do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e outros Serviços). Este imposto foi recolhido nas bases distribuidoras até 1995, quando o governo estadual decidiu regulamentar lei que estabeleceu que o ICMS seria retido na refinaria de Paulínia (tática da PETROBRÁS para agregar valor ao álcool produzido nas unidades produtoras, através do valor de compra e venda do produto no mercado revendedor), levando ao recuo da arrecadação proveniente da distribuição do álcool (SELANI, 2005, p. 179-181).

Em relação ao transporte de arroz proveniente do Sul do país, notadamente do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Cruz do Rio Pardo está distante dos terminais da hidrovía ou dos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR), restando a opção pelos modais de transportes rodoviário e ferroviário. Conforme estudado anteriormente, o município não possui terminal ferroviário, o que infelizmente faz com que as empresas de beneficiamento de arroz santa-cruzenses recorram à logística bimodal, buscando reduzir os custos relacionados ao transporte de cargas das empresas, envolvendo o modal ferroviário e o rodoviário.

Segundo Yoneda (2016, p. 25),

A única opção analisada com potencial de ser economicamente viável para a empresa foi terminal de cargas da cidade de Ourinhos para a chegada do arroz proveniente da cidade de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. O terminal caracteriza-se por receber principalmente cargas de soja, milho, arroz e etanol, assim como despachá-las. A cidade de Ourinhos fica a 32,8 quilômetros de Santa Cruz do Rio Pardo, sede da empresa, mas para maior exatidão, a empresa e o terminal de cargas de uma transportadora distam exatamente 34,6 quilômetros para o trajeto de ida e 38,4 quilômetros na volta, somando 73 quilômetros.

Através do modelo bimodal, o arroz será transportado até à cidade de Ourinhos pela malha ferroviária e o modal rodoviário será o responsável pelo transporte pelo percurso Santa Cruz do Rio Pardo/Ourinhos e Ourinhos/Santa Cruz do Rio Pardo, economizando-se as despesas com diesel através da malha rodoviária para o Sul do país, até as áreas produtoras de arroz, na região de Uruguaiana (RS), nas diárias dos motoristas, no valor de pedágios, nos fretes, geralmente prestados por terceiros, a fim de minimizar os custos da logística à montante da empresa.

Segundo informações do Jornal Debate (1992), havia a possibilidade da construção de um ramal ferroviário ligando Ourinhos a Bauru, passando por Santa Cruz do Rio Pardo:

O assunto é controvertido muitas vezes, quando comentado, não passa de um projeto considerado impossível para se concretizar. Mesmo assim, há fortes defensores. O deputado estadual Israel Zecker (PTB) já apresentou indicações na Assembleia Legislativa sugerindo a construção de um ramal ferroviário entre Bauru e Ourinhos, que passaria por Santa Cruz do Rio Pardo. Para Adalberto Pegorer, o projeto é perfeitamente visível do ponto de vista econômico. Segundo ele, por ano são beneficiadas grandes toneladas de arroz em Santa Cruz. No pico de vendas, a produção das arrozeiras chega a representar quase 15% do que o Estado de São Paulo consome.

As empresas de beneficiamento de arroz santa-cruzenses dependem muito do transporte ferroviário. Como na região não se produz o arroz agulhinha cultivado no Rio Grande do Sul, “as arrozeiras de Santa Cruz conseguiram firmar um contrato com a Rede Ferroviária Federal que diminuiu o custo do frete e garantiu o transporte de grande quantidade de arroz” (Jornal Debate, 1992).

O produto é desembarcado em Ourinhos, onde os caminhões das próprias empresas transportam para Santa Cruz. Um ramal passando pela cidade favoreceria as empresas no transporte do arroz das áreas produtoras, assim como depois de beneficiado e comercializado, transportá-lo pela modal ferroviária até os principais centros consumidores do Estado de São Paulo e do Brasil.

Apesar de mais demorado que o modal rodoviário, levando de sete a dez dias para o transporte da carga de arroz de Uruguaiana (RS) até a cidade de Ourinhos (RS), um vagão de trem tem a capacidade de transportar 40 toneladas de arroz, já incluído o frete do produto transportado e as taxas para carga e descarga da mercadoria.

A ferrovia é um modal de transporte que pode alavancar o desenvolvimento econômico de Ourinhos e da região. Quando a América Latina Logística (ALL) assumiu o controle da malha ferroviária, faltou maior investimento para a manutenção das condições do tráfego nas vias férreas, perdendo ainda mais a competitividade para o modal rodoviário.

O ramal que liga Ourinhos a Londrina e Maringá, no norte paranaense, ainda permaneceu em atividade, constituindo-se em uma importante ligação com o Sul do país, transportando etanol para os estados sulistas e trazendo arroz e matéria-prima para adubo (a maior parte da carga se direciona às empresas arrozeiras instaladas em Santa Cruz do Rio Pardo).

No ano de 2015, quem assume a malha ferroviária é a Rumo Logística, que, segundo Mourão (2018, p. 25),

Vem realizando investimentos na melhoria dessa modalidade de transporte, com foco no escoamento da safra agrícola e na distribuição de combustíveis e produtos industrializados, ligando a produção paulista à malha sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Com isso, a malha sul integra Ourinhos ao território sulista, e por se constituir um entroncamento ferroviário (com a antiga malha ferroviária da Sorocabana, que se encontra inativa), favorece a ligação férrea aos portos de Paranaguá (PR), São Francisco (SC) e Rio Grande (RS), bem como a mercados consumidores da região Sul, uma das mais prósperas e ricas regiões brasileiras.

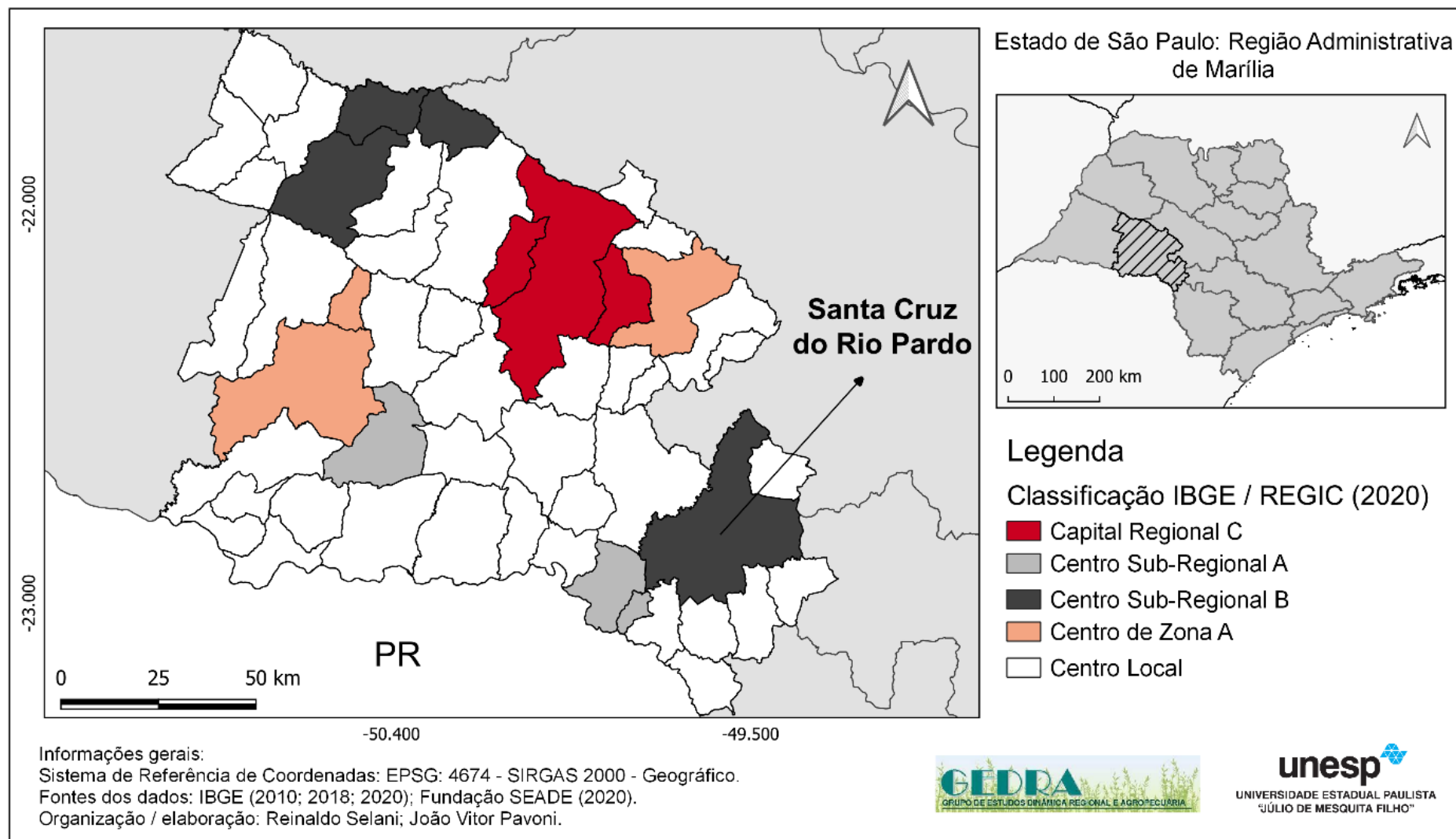
Vale salientar ainda que, com relação ao transporte aéreo, Ourinhos possui o único aeroporto regulamentado da Região de Governo de Ourinhos, o Aeroporto Estadual Jornalista Benedito Pimentel, sendo inicialmente da administração estadual, mas que foi municipalizado a partir de 2018. Segundo dados da Infraero (2006), foi o responsável pelo transporte de 2.096 pessoas. Com isso, também é utilizado por autoridades políticas e do setor empresarial, como forma de acesso mais rápido para se deslocar para a região e outros pontos do território paulista, especialmente a capital paulista. Isso inclui todos os municípios que compõem a região de Ourinhos, inclusive Santa Cruz do Rio Pardo.

4.3. A Importância da Atividade Industrial no Município de Santa Cruz do Rio Pardo

O município de Santa Cruz do Rio Pardo faz parte da Região de Governo de Ourinhos, que é composta por 12 municípios, e em um contexto mais amplo, da Região Administrativa de Marília, que integra 51 municípios, conforme estudado no capítulo 1.

Para se realizar um estudo mais detalhado do potencial econômico santacruzense, será feita uma análise a partir dos dados dos municípios da Região de Governo de Ourinhos. Antes, será analisado o contexto econômico em relação aos demais municípios da Região Administrativa de Marília, pois o município possui a quinta maior população e PIB da Região Administrativa de Marília e a segunda maior população e PIB da Região de Governo de Ourinhos.

Figura 15. Principais Polos Econômicos da Região Administrativa de Marília



Fonte: IBGE (2010, 2018, 2020) / SEADE (2020)

Conforme já estudado no capítulo 1, o município de Santa Cruz do Rio Pardo possuía 43.921 habitantes, segundo o censo do IBGE realizado em 2010. Na Região Administrativa de Marília, era superado por Marília (216.745 habitantes), Ourinhos (103.035 habitantes), Assis (95.144 habitantes) e Tupã (63.476 habitantes), que além de serem os municípios mais populosos, no censo de 2010, também eram polos regionais e sedes de Regiões de Governo no Estado de São Paulo (Figura 15).

Em relação ao PIB municipal (Valor Adicionado Total), o município santacruzense possuía R\$ 567.646.000,00 (5.^a posição), sendo superado na Região Administrativa de Marília pelos PIBs de Marília (R\$ 2.759.505.000,00) – 1.^a posição, Ourinhos (R\$ 1.221.116.000,00) – 2.^a posição, Assis (R\$ 1.008.375.000,00) – 3.^a posição e Tupã (R\$ 677.774.000,00) – 4.^a posição.

Em relação ao PIB industrial de 2006, os maiores valores encontrados nessa região foram Marília (R\$ 531.503.000,00) – 1.^a posição, Ourinhos (R\$ 179.257.000,00) – 2.^a posição, Paraguaçu Paulista (R\$ 158.308.000,00) – 3.^a posição, Santa Cruz do Rio Pardo (R\$ 128.006.000,00) – 4.^a posição e Tupã (R\$ 119.555.000,00) – 5.^a posição, conforme se verifica na Tabela 25.

A relação entre o PIB municipal e o PIB industrial do município, para o período de 2006, apresentava Santa Cruz do Rio Pardo com 22,55, ficando à frente de municípios como Marília (19,26), Ourinhos (14,67), Assis (11,36) e Tupã (17,63). O município de Paraguaçu Paulista apresentou, nesse período, a melhor posição entre os municípios com mais de 20.000 habitantes da Região Administrativa de Marília. Pompeia, com 19.964 habitantes em 2010, tinha a melhor colocação entre todos os municípios, com 39,73%.

No período de 2019, ocorreram algumas alterações quanto à posição dos PIBs Municipais, apresentando a seguinte situação: Marília, com R\$ 8.384.437,00, continuava na primeira posição entre todos os municípios; a segunda posição passou a ser ocupada por Assis, com R\$ 3.541.751,00 (superando Ourinhos); Ourinhos na terceira posição, com R\$ 3.309.869,00; Santa Cruz do Rio Pardo aparece na quarta posição, com R\$ 2.001.745.000,00 (superando o PIB de Tupã); Tupã na quinta posição, com R\$ 1.929.663.000,00.

Tabela 25. Características dos Municípios da Região Administrativa de Marília (com população superior a 20.000 Habitantes (Censo 2010), como População Absoluta, Produto Interno Bruto Municipal e Produto Interno Bruto Industrial. Períodos de 2006 e 2019.

Municípios	População (2010)	2006			2019		
		PIB Municipal (em milhares R\$)	PIB Industrial (em milhares R\$)	Proporção (PIB Municipal X PIB Industrial)	PIB Municipal (em milhares R\$)	PIB Industrial (em milhares R\$)	Proporção (PIB Municipal X PIB Industrial)
Marília	216.745	2.759.505	531.503	19,3%	8.384.437	1.034.221	12,3%
Ourinhos	103.035	1.221.116	179.257	14,7%	3.309.869	457.435	13,8%
Assis	95.144	1.008.375	114.617	11,4%	3.541.751	507.883	14,3%
Tupã	63.476	677.774	119.555	17,6%	1.929.663	229.761	11,9%
Santa Cruz do Rio Pardo	43.921	567.646	128.006	22,5%	2.001.745	411.021	20,5%
Garça	43.115	402.596	59.472	14,8%	1.174.561	174.111	14,8%
Paraguaçu Paulista	42.278	647.431	158.308	24,5%	1.551.857	330.853	21,3%
Cândido Mota	29.884	348.023	67.175	19,3%	1.270.170	189.744	14,9%
Palmital	21.186	254.703	38.485	15,1%	676.715	62.781	9,3%
Bastos	20.445	326.181	32.244	9,9%	1.073.432	85.727	8%
Pompeia	19.964	414.353	164.633	39,73	1.280.376	476.222	37,19

Fonte: IBGE (2010; 2019); FIESP (2006; 2019)

Tabela 26. Total de Indústrias nos Municípios da Região Administrativa de Marília (com população superior a 20.000 Habitantes (Censo 2010), o Número total de Indústrias de Alimentos e a Proporção em Relação à Atividade Industrial. Períodos de 2006 e 2019.

Municípios	2006			2019		
	N.º Total de Indústrias	Indústrias de Alimentos	Proporção (Total de Indústrias X Indústrias de Alimentos)	N.º Total de Indústrias	Indústrias de Alimentos	Proporção (Total de Indústrias X Indústrias de Alimentos)
Marília	393	64	16,3%	483	102	21,1%
Ourinhos	179	22	12,3%	219	37	16,9%
Assis	143	33	23,1%	166	36	21,7%
Tupã	173	28	16,2%	155	21	13,5%
Santa Cruz do Rio Pardo	126	37	29,4%	131	43	32,8%
Garça	133	12	9%	173	21	12,1%
Paraguaçu Paulista	66	14	21,2%	55	12	21,8%
Cândido Mota	46	17	36,7%	56	19	33,9%
Palmital	45	9	13,3%	43	12	27,9%
Bastos	24	8	33,3%	37	12	32,4%

Fonte: FIESP/RAIS (2006; 2019).

Os municípios de Paraguaçu Paulista (R\$ 1.551.857.000,00), Cândido Mota (R\$ 1.270.170.000,00), Garça (R\$ 1.174.561.000,00), Bastos (R\$ 1.073.432.000,00) e Palmital (R\$ 676.715.000,00) representavam a sexta, sétima, oitava, nona e décima posições, respectivamente, quanto ao PIB municipal registrado em 2019 para os municípios de mais de 20.000 habitantes da Região Administrativa de Marília. No que diz respeito ao PIB industrial (Valor Adicionado Total) obtido em 2019, o município de Marília, sede da Região Administrativa homônima, possuía R\$ 1.034.221.000,00, consolidando a primeira posição (Tabela 26). A segunda posição ficou com Assis, que superou Ourinhos, registrando R\$ 507.883.000,00; Ourinhos, na terceira posição, com 457.435.000,00; Santa Cruz do Rio Pardo surge na quarta posição, superando o PIB industrial de Tupã, obtendo R\$ 411.021.000,00; e Paraguaçu Paulista, também superando o PIB industrial de Tupã, com R\$ 330.853.000,00. Tupã ficou classificado em sexta posição entre os maiores PIBs industriais na Região Administrativa de Marília.

Os municípios de Cândido Mota (R\$ 189.744.000,00), Garça (R\$ 174.111.000,00), Bastos (R\$ 85.727.000,00) e Palmital (R\$ 62.781.000,00) se destacaram com a sétima, oitava, nona e décima posições, respectivamente, entre os municípios com os maiores PIBs Industriais da Região Administrativa de Marília com população superior a 20.000 habitantes, registrados no Censo Demográfico do IBGE em 2010.

Em relação ao Valor Adicionado da Indústria, o município de Paraguaçu Paulista apresentou a melhor posição, com 21,31, seguido por Santa Cruz do Rio Pardo, que obteve 20,53; Cândido Mota, com 14,93; Garça, que registrou 14,82; Assis, que obteve 14,33; Ourinhos, com 13,82; Marília, obtendo 12,33; Tupã, registrando 11,90; Palmital, com 9,27; e Bastos, que registrou 7,98. Novamente, o município de Pompeia se destaca do conjunto dos municípios da Região Administrativa de Marília, com um Valor Adicionado da Indústria de 37,19%.

Para compreender sobre a importância da atividade industrial em Santa Cruz do Rio Pardo e sobre a consistência dos dados disponibilizados, será contemplado o estudo deste município na Região de Governo de Ourinhos e o contexto geográfico no qual se encontra inserido, quanto ao total de empregos gerados no município, número de empregos gerados na indústria, massa salarial para aos trabalhadores, remuneração média por trabalhador, entre outros aspectos econômicos importantes.

A Região de Governo de Ourinhos é composta por doze municípios, que são Bernardino de Campos, Canitar, Chavantes, Espírito Santo do Turvo, Ipaussu, Óleo, Ourinhos, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo e Timburi, conforme já estudado no capítulo 1, formando uma rede urbana.

Conforme destacado na literatura de Corrêa (2006), as transformações sociais, econômicas e políticas recentes objetivam revelar um caráter genérico do ponto de vista histórico geográfico.

Nas suas palavras:

A rede urbana entendida como um conjunto de centros funcionalmente articulados, constitui-se em um reflexo social, resultado de complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais. Desta complexidade emerge uma variedade de tipos de redes urbanas, variadas de acordo com combinações de características, como o tamanho dos centros, a densidade deles no espaço regional, as funções que desempenham, a natureza, intensidade, periodicidade e alcance espacial das interações e a forma de rede [...] (p. 311).

As cidades, sejam centros locais ou centros sub-regionais (em menor proporção) apresentam alguma forma de deficiência no suprimento de mercadorias e de serviços sofisticados/diversificados e recorrem aos centros urbanos de maior expressão na rede urbana na qual estão inseridas, pois estes centros urbanos possuem uma variedade de produtos e serviços que “tendem a possuir um maior alcance espacial e uma gama mais diversificada de serviços para a sua população e no contexto espacial onde se inserem, produzem e influenciam” (SILVA, 2011, p. 67).

Nessa sequência, Santa Cruz do Rio Pardo (centro sub-regional B) encontra-se subordinada ao município de Ourinhos, centro sub-regional A, que apresenta uma variedade de produtos e serviços que não se encontra no município santa-cruzeiro, assim como a centralização de órgãos públicos federais e estaduais. Relativamente, superior a essa categoria, temos a cidade de Marília, que é o centro urbano da Região Administrativa de Marília, onde estão localizadas empresas que prestam serviços especializados e comercializam produtos específicos não encontrados nos mercados consumidores localizados naqueles municípios, além de uma centralização maior e de nível superior de serviços ofertados pela esfera pública federal e estadual.

Antes de se estudar mais especificamente o desenvolvimento industrial no município de Santa Cruz do Rio Pardo e na Região de Governo de Ourinhos, torna-se necessário destacar a importância da economia cafeeira para a região em estudo, assim como da chegada da ferrovia e dos imigrantes europeus a esse território.

No território brasileiro, mais especificamente no Estado de São Paulo, a evolução do complexo cafeeiro, com a consequente entrada de imigrantes no país, proporcionou o desenvolvimento industrial e a urbanização. Por sua vez, a evolução da ferrovia pelo território paulista fez surgir dezenas e centenas de cidades ao longo do trajeto da ferrovia, muitas das quais ainda existem hoje e a maioria delas é composta de pequenas cidades, como é o caso da região de Ourinhos (capítulo 1).

Porém, pode-se afirmar que foi no quadro do complexo cafeeiro que São Paulo se tornou o estado mais forte da economia nacional. O país rompeu o modelo agrário-exportador, que embasava sua economia e se tornou urbano e industrial, integrando-se ao sistema de exploração da chamada mais-valia mundializada, protagonizada pelo domínio das grandes corporações e unindo a política de Brasília à economia paulista. Entretanto, é preciso ressaltar que esse processo não foi fácil e simples e que existem permanências, rugosidades que relacionam o novo e o velho na produção do espaço e da vida cotidiana (SILVA, 2011, p. 72).

O surgimento das cidades era necessário para proporcionar o desenvolvimento e suporte às atividades agrícolas, proporcionando a ampliação das relações sociais, econômicas, e especialmente concretizar a especulação fundiária e imobiliária. As cidades pequenas também eram atuantes no processo de transformação socioespacial, conforme apontado por Silva (2011, p. 72):

[...] Antes, eram as cidades notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. As cidades dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, a telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (o que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados.

A modernização do campo ocorre sem a efetivação da reforma agrária. Essa situação leva a um endividamento dos produtores rurais, que passam a adquirir as novas tecnologias agrícolas (mecanização, químico-científica e bio-informacional). Com isso, ocorreu a concentração de terras, houve a expansão da fronteira agrícola e o êxodo de trabalhadores rurais para as cidades, entre outras condições.

Corrêa (2007) e Silva (2011) elencaram cinco padrões funcionais existentes no estudo das pequenas cidades no início do século XXI, podendo haver uma combinação entre eles. São eles:

- I) prósperos locais centrais ligados às áreas submetidas à intensa industrialização do campo, como ocorre no centro-sul brasileiro;
- II) pequenos centros funcionalmente especializados relacionados, sobretudo, à produção industrial de uma determinada mercadoria, como Telêmaco Borba (destaque para o segmento de papel e celulose), no Paraná e Ibitinga (confeções), no Estado de São Paulo;

- III) cidades pequenas que foram transformadas em subúrbio-dormitórios como acontece em núcleos que estão em contiguidade a centros economicamente expressivos, como Londrina, no Paraná;
- IV) focos de concentração de trabalhadores agrícolas derivados do processo de modernização do campo, do aumento da concentração fundiária etc.;
- V) núcleos dependentes de recursos externos que são típicos de áreas agrícolas muito pobres e esvaziadas demograficamente, sobrevivendo pelo envio de recursos externos, oriundos principalmente do governo federal e estadual.

Ocorre uma diversidade de características dentro do conjunto das pequenas cidades, sendo praticamente impossível estabelecer parâmetros que as definam. O porte populacional das pequenas cidades (como Santa Cruz do Rio Pardo), por exemplo, é muito diverso, e não se pode ignorar essa realidade, mas outros fatores devem ser considerados para se identificar o território urbano estudado, pois existem “diferentes contextos espaciais e temporais” (MELO, 2008, p. 483).

Segundo informação de Silva (2011, p. 77),

Em 2008, conforme os dados obtidos junto à Fundação SEADE, o Estado de São Paulo contabilizava 645 municípios. Desse montante, cerca de 522 apresentavam menos de cinquenta mil habitantes, ou seja, 80,9% do total, sendo que o restante compunha cerca de 123 municípios com aproximadamente 19,1% do total. Não se quer afirmar que todos esses municípios comportem cidades pequenas em seu espaço urbano, mas uma boa parte deles deve guardar tal especificidade, em razão da dinâmica da rede urbana paulista.

Como exemplo, pode-se destacar a situação demográfica da Região de Governo de Ourinhos (IBGE, 2010), que abrange 12 municípios. Destes, somente 1 município possui população superior a 100.000 habitantes, que no caso é representado por Ourinhos; 1 município possui de 20.000 a 50.000 habitantes, nesse caso o município de Santa Cruz do Rio Pardo, nosso objeto de estudo; 3 deles com população entre 10.000 e 20.000 habitantes, que são Bernardino de Campos, Chavantes e Ipaussu; 2 deles com população entre 5.000 e 10.000, representados por São Pedro do Turvo e Salto Grande; e 5 deles com população inferior a 5.000 habitantes, que são representados por Óleo, Timburi, Espírito Santo do Turvo, Canitar e Ribeirão do Sul.

A industrialização regional pode ser explicada com base em duas teorias,

A da desconcentração e descentralização industrial paulista, com a migração, a partir dos anos 1970, de plantas industriais da metrópole paulistana em direção ao interior, sobretudo em torno de determinados eixos rodoviários; e a perspectiva do crescimento e desenvolvimento local baseado em recursos e atores endógenos que foram responsáveis pelo surgimento de pequenos empreendimentos e pela especialização produtiva (FUINI e HORI, 2014, p. 252).

No caso da Região de Governo de Ourinhos, apenas o município de Ourinhos foi contemplado com algumas plantas industriais das Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Campinas. Na maioria dos municípios, o que ocorreu foi a origem de fábricas de capital local, fundadas por famílias que descendem de imigrantes, muitas posteriormente modernizadas e ampliadas, com “recursos de mão de obra locais qualificados ao ofício. O mesmo ocorre com a produção cerealista e arrozeira do município de Santa Cruz do Rio Pardo, dependente de empresários que cresceram junto com a cidade” (FUINI e HORI, 2014, p. 252), conforme será estudado no capítulo 5.

Sobre os aspectos demográficos referentes aos municípios da Região de Governo de Ourinhos, deve-se recorrer aos dados estatísticos do Censo Demográfico de 2010, estudados no capítulo 1. Nesse momento, destacar-se-ão os dados referentes ao Valor Adicionado Total (PIB Municipal) dos Municípios, o PIB industrial e a relação e a porcentagem de representatividade do Valor Adicionado Total dos municípios (Tabela 27).

No ano de 2006, o Valor Adicionado Total dos municípios era o seguinte: Ourinhos, com R\$ 1.221.116.000,00, ocupava a primeira posição; Santa Cruz do Rio Pardo, que obteve R\$ 567.646.000,00, era o segundo colocado. Esses dois municípios já foram estudados por sua importância na Região Administrativa de Marília.

Os demais municípios, por ordem de importância regional, são: Ipaussu, com R\$ 163.887.000,00 (terceira posição); Chavantes, que obteve R\$ 91.525.000,00 (quarta posição); Salto Grande, com R\$ 91.265.000,00 (quinta posição); Bernardino de Campos, que registrou R\$ 84.400.000,00 (sexta posição); São Pedro do Turvo, que obteve R\$ 64.322.000,00 (sétima posição); Ribeirão do Sul, com R\$ 54.182.000,00 (oitava posição); Espírito Santo do Turvo, que registrou R\$ 51.648.000,00 (nona posição); Canitar, que obteve R\$ 30.820.000,00 (décima posição); Óleo, com R\$ 27.947.000,00 (décima primeira colocação); e Timburi, que registrou R\$ 20.835.000,00 (décima segunda colocação).

Tabela 27. Características dos Municípios da Região de Governo de Ourinhos / População Absoluta, Produto Interno Bruto Municipal e Produto Interno Bruto Industrial. Períodos de 2006 e 2019.

Municípios	População (2010)	2006			2019		
		PIB Municipal (em milhares R\$)	PIB Industrial (em milhares R\$)	Proporção (PIB Municipal X PIB Industrial) (%)	PIB Municipal (em milhares R\$)	PIB Industrial (em milhares R\$)	Proporção (PIB Municipal X PIB Industrial) (%)
Ourinhos	103.035	1.221.116	179.257	14,67	3.309.869	457.435	13,82
Santa Cruz do Rio Pardo	43.921	567.646	128.006	22,55	2.001.745	411.021	20,53
Ipaussu	13.663	163.887	53.180	32,44	338.517	47.660	14,07
Chavantes	12.114	91.525	10.430	11,39	213.106	12.623	5,92
Bernardino de Campos	10.775	84.400	14.825	17,56	269.154	30.790	11,43
Salto Grande	8.787	91.265	27.096	29,68	223.059	62.983	28,23
São Pedro do Turvo	7.198	64.322	6.885	10,70	170.442	11.656	6,83
Ribeirão do Sul	4.446	54.182	6.378	11,77	157.953	8.333	5,27
Canitar	4.369	30.820	7.679	24,91	141.977	57.791	40,70
Espírito Santo do Turvo	4.244	51.648	8.985	17,39	73.868	4.073	5,51
Óleo	2.673	27.947	1.250	4,47	93.440	4.831	5,17
Timburi	2.646	20.835	1.326	6,36	49.647	2.622	5,28
TOTAL	217.871	2.469.593	445.297	18,03	7.042.777	1.111.818	15,78

Fonte: IBGE (2010; 2019); FIESP (2006; 2019).

Tabela 28. Total de Indústrias nos Municípios da Região de Governo de Ourinhos / Número Total de Indústrias, Empregos Gerados e a Proporção de Empregos Gerados em Relação à Atividade Industrial. Períodos de 2006 e 2019.

Municípios	2006			2019		
	N.º Total de Indústrias	Empregos Gerados	Proporção (Total de Indústrias X Empregos Gerados)	N.º Total de Indústrias	Empregos Gerados	Proporção (Total de Indústrias X Empregos Gerados)
Ourinhos	179	4.444	24,82	219	5.622	25,67
Santa Cruz do Rio Pardo	126	2.755	21,86	131	3.334	25,45
Ipaussu	36	2.533	70,36	41	1.586	38,68
Chavantes	31	677	21,83	34	460	13,52
Bernardino de Campos	27	565	20,92	35	920	26,28
Salto Grande	16	328	20,50	21	415	19,76
São Pedro do Turvo	13	287	22,07	12	231	19,25
Ribeirão do Sul	14	192	13,71	11	89	8,09
Canitar	2	191	95,50	3	154	51,33
Espírito Santo do Turvo	5	239	47,80	2	3	1,50
Óleo	2	2	1,00	1	4	4,00
Timburi	5	14	2,80	4	29	7,25

Fonte: FIESP/RAIS (2006; 2019).

Quanto ao PIB industrial, os municípios de Ourinhos e Santa Cruz do Rio Pardo, já estudados anteriormente, possuíam R\$ 179.257.000,00 e R\$ 128.006.000,00, consolidando a primeira e a segunda posições, respectivamente (Tabela 28). O município de Ipaussu, com R\$ 53.180.000,00, ocupava a terceira posição; Salto Grande, que obteve R\$ 27.096.000,00, estava na quarta posição; Bernardino de Campos, com R\$ 14.825.000,00, representava a quinta posição; Chavantes, que registrou 10.430.000,00, ocupava a sexta posição; Espírito Santo do Turvo, que obteve R\$ 8.985.000,00, na sétima posição; Canitar, com R\$ 7.679.000,00, ocupando a oitava posição; São Pedro do Turvo, que registrou R\$ 6.885.000,00, na nona posição; Ribeirão do Sul, com R\$ 6.378.000,00, representava a décima posição; Timburi, que obteve R\$ 1.326.000,00, a décima primeira colocação; e Óleo, com R\$ 1.250.000,00, na décima segunda posição.

A relação entre o Valor Adicionado Total (PIB Municipal) e o PIB industrial dos municípios apresentou os seguintes resultados: Ipaussu, com 32,44 (primeira posição); Salto Grande, com 29,82 (segunda posição); Canitar, com 24,91 (terceira posição); Santa Cruz do Rio Pardo, com 22,55 (quarta posição); Bernardino de Campos, com 17,56 (quinta posição); Espírito Santo do Turvo, com 17,39 (sexta posição); Ourinhos, com 14,67 (sétima posição); Ribeirão do Sul, com 11,77 (oitava posição); Chavantes, com 11,39 (nona posição); São Pedro do Turvo, com 10,70 (décima posição); Timburi, com 6,36 (décima primeira posição); e Óleo, com 4,47 (décima segunda posição).

No ano de 2006, o Valor Adicionado Total dos municípios da Região de Governo de Ourinhos somou R\$ 2.469.593.000,00 e um PIB Industrial de R\$ 445.297.000,00, representando uma relação entre o PIB Industrial e o PIB Municipal de 18,03%. Ourinhos representou, nesse período, 49,44% do Valor Adicionado Total da região, e 40,25% do PIB Industrial. Santa Cruz do Rio Pardo representou 22,98% do Valor Adicionado Total da região, registrando 28,68% do PIB Industrial regional. Juntos, esses dois municípios representaram 72,42% do Valor Adicionado Total da região, e 68,93% do PIB Industrial da Região de Governo de Ourinhos.

Para o período de 2019, os municípios que mais se destacaram no Valor Adicionado Total na Região de Governo de Ourinhos foram Ourinhos, com R\$ 3.309.869.000,00 e Santa Cruz do Rio Pardo, que registrou R\$ 2.001.745.000,00, conforme já visto anteriormente (Região Administrativa de Marília), e que são os dois principais municípios em termos econômicos nesta região.

Os demais municípios em importância do Valor Adicionado Total (PIB Municipal) são Ipaussu, que obteve R\$ 338.517.000,00 (terceira posição); Bernardino de Campos, com R\$ 269.154.000,00 (quarta posição); Salto Grande, que registrou R\$ 223.059.000,00 (quinta posição); Chavantes, com R\$ 213.106.000,00 (sexta posição); São Pedro do Turvo, que obteve R\$ 170.442.000,00 (sétima posição); Ribeirão do Sul, com R\$ 157.953.000,00 (oitava posição); Canitar, que registrou R\$ 141.977.000,00 (nona posição); Óleo, que obteve R\$ 93.440.000,00 (décima posição); Espírito Santo do Turvo, com 73.868.000,00 (décima primeira posição); e Timburi, que registrou R\$ 49.647.000,00 (décima segunda posição).

Ao se destacar o PIB Industrial da região, verifica-se que o PIB Industrial de Ourinhos, com R\$ 457.435.000,00, o maior da região, e o de Santa Cruz do Rio Pardo, que registrou R\$ 411.021.000,00, o segundo maior, são os dois maiores da Região de Governo de Ourinhos e, de longe, maiores que os registrados nos demais municípios. Também já foram estudados na Divisão Administrativa de Marília, pela importância regional que possuem.

Os demais municípios, por ordem de importância regional, são: Salto Grande, com R\$ 62.983.000,00 (terceira posição); Canitar, que obteve R\$ 57.791.000,00 (quarta posição); Ipaussu, com R\$ 47.660.000 (quinta posição); Bernardino de Campos, que registrou R\$ 30.790.000,00 (sexta posição); Chavantes, que obteve R\$ 12.623.000,00 (sétima posição); São Pedro do Turvo, com R\$ 11.656.000,00 (oitava posição); Ribeirão do Sul, que registrou R\$ 8.333.000,00 (nona posição); Óleo, que obteve R\$ 4.831.000,00 (décima posição); Espírito Santo do Turvo, com R\$ 4.073.000,00 (décima primeira colocação); e Timburi, que registrou R\$ 2.622.000,00 (décima segunda colocação).

A relação entre o Valor Adicionado Total (PIB Municipal) e o PIB industrial dos municípios apresentou os seguintes resultados: Canitar, com 40,70 (primeira posição); Salto Grande, com 28,23 (segunda posição); Santa Cruz do Rio Pardo, com 20,53 (terceira posição); Ipaussu, com 14,07 (quarta posição); Ourinhos, com 13,82 (quinta posição); Bernardino de Campos, com 11,43 (sexta posição); São Pedro do Turvo, com 6,83 (sétima posição); Chavantes, com 5,92 (oitava posição); Espírito Santo do Turvo, com 5,51 (nona posição); Timburi, com 5,28 (décima posição); Ribeirão do Sul, com 5,27 (décima primeira posição); e Óleo, com 5,17 (décima segunda posição).

No período de 2019, o Valor Adicionado Total dos municípios da Região de Governo de Ourinhos somou R\$ 7.042.777.000,00 e um PIB Industrial de R\$

1.111.818.000,00, representando uma relação entre o PIB Industrial e o PIB Municipal de 15,78%. Ourinhos representou, nesse período, 46,99% do Valor Adicionado Total da região, e 41,11% do PIB Industrial. Santa Cruz do Rio Pardo representou 28,42% do Valor Adicionado Total da região, registrando 36,96% do PIB Industrial regional. Juntos, esses dois municípios representaram 75,41% do Valor Adicionado Total da região e 78,07% do PIB Industrial da Região de Governo de Ourinhos. Com isso, aumentou a concentração do Valor Adicionado Total e o PIB Industrial nos dois municípios, no período de 2006 para 2019.

No que tange ao valor adicionado fiscal, dados que mostram o total arrecadado em impostos para cada fase da atividade econômica e social, nota-se a queda significativa dos valores de Ourinhos entre 1993 e 2000, com certa recuperação entre 2000 e 2010. Esse declínio reforça a hipótese da perda de dinamismo econômico do polo regional de Ourinhos, em movimento contrário ao apresentado pelo município de Santa Cruz do Rio Pardo, a despeito do pequeno declínio no VAF registrado entre 1993 e 2000. Tais dados mostram a mobilidade do conjunto da atividade econômica inerente à divisão territorial do trabalho interna à região, com crescimento da industrialização em Rio Pardo e aumento de atividade terciária e de serviços em Ourinhos (FUINI e HORI, 2014, p. 251).

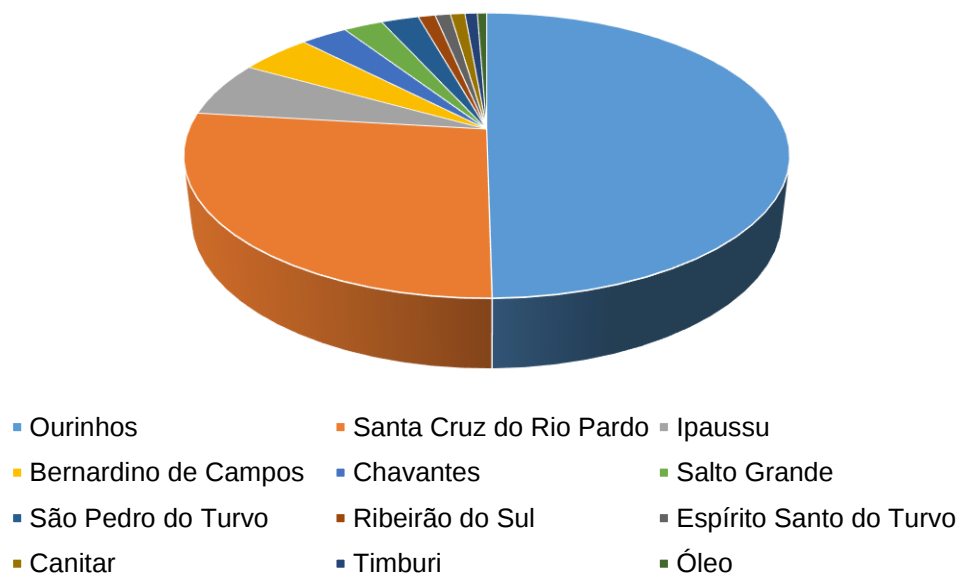
Quanto ao número total de empregos gerados no município, massa salarial de remuneração (R\$) e remuneração média por trabalhador (R\$), a Região de Governo de Ourinhos é bastante diversa, com concentração do número total de empregos gerados e massa salarial paga aos trabalhadores (R\$) nos municípios de Ourinhos e Santa Cruz do Rio Pardo (Tabela 29 e Gráfico 17).

Tabela 29. Número Total de Empregos Gerados no Município, Ranking Estadual e Regional, Massa Salarial de Remuneração (R\$) e Remuneração Média por Trabalhador (R\$) / Região de Governo de Ourinhos. Ano Base: 2019

Municípios	Ranking		Número Total de Empregados	Massa Salarial Paga aos Trabalhadores (R\$)	Remuneração Média por Trabalhador (R\$)
	Est. (1)	R.G. Ourinhos (2)			
Ourinhos	72	1	27.939	66.818.303,00	2.391,58
Santa Cruz do Rio Pardo	116	2	15.234	35.761.411,00	2.347,47
Ipaussu	280	3	3.513	7.640.121,00	2.174,81
Bernardino de Campos	329	4	2.573	5.177.980,00	2.012,43
Chavantes	389	5	1.681	4.926.297,00	2.930,58
Salto Grande	419	6	1.409	3.143.261,00	2.230,85
São Pedro do Turvo	430	7	1.345	2.674.803,00	1.988,70
Ribeirão do Sul	544	8	607	1.415.828,00	2.332,50
Espírito Santo do Turvo	561	9	549	1.155.567,00	2.104,86
Canitar	575	10	518	1.019.288,00	1.967,74
Timburi	591	11	445	847.000,00	1.903,37
Óleo	609	12	334	693.878,00	2.077,48

Fonte: FIESP/RAIS (2019).

Gráfico 17. Número Total de Empregados Gerados nos Setores da Agropecuária, Indústria, Construção Civil, Comércio e Prestação de Serviços e Outras Atividades Profissionais na Região de Governo de Ourinhos (2019)



Fonte: FIESP/RAIS (2019)

No ano de 2019, Ourinhos possuía um total de 27.939 trabalhadores nos diversos setores econômicos do município, envolvendo a agropecuária, os setores industrial e de construção civil, comércio e prestação de serviços, entre outras atividades profissionais, ostentando a primeira posição na região. Santa Cruz do Rio Pardo, que ocupa a segunda posição, tinha 15.234 trabalhadores nas atividades profissionais (agropecuária, indústria, construção civil, comércio, prestação de serviços, entre outras atividades).

Os demais municípios apresentavam os seguintes números totais de empregados na agropecuária, nos setores industrial e de construção civil, comércio e prestação de serviços, entre outros setores: Ipaussu, com 3.513 trabalhadores (terceira posição); Bernardino de Campos, que apresentava 2.573 empregados (quarta posição); Chavantes, com 1.681 trabalhadores (quinta posição); Salto Grande, que possuía 1.409 empregados (sexta posição); São Pedro do Turvo, com 1.345 trabalhadores (sétima posição); Ribeirão do Sul, que possuía 607 empregados (oitava posição); Espírito Santo do Turvo, que tinha 549 trabalhadores (nona posição); Canitar, que possuía 518 empregados (décima posição); Timburi, com 445 empregados (décima primeira posição); e Óleo, com 334 trabalhadores (décima segunda posição).

Em relação à massa salarial paga aos trabalhadores (R\$), Ourinhos possui a maior participação no total regional, com R\$ 66.818.303,00. Santa Cruz do Rio Pardo possui a segunda posição, com R\$ 35.761.411,00. Ambas as cidades concentram a maior parte da massa salarial paga aos trabalhadores da região.

Para os demais municípios da Região de Governo de Ourinhos, a massa salarial paga aos trabalhadores (R\$) se encontra disponibilizada nos municípios na seguinte sequência: Ipaussu, com R\$ 7.640.121,00 (terceira posição); Bernardino de Campos, com R\$ 5.177.980,00 (quarta posição); Chavantes, com R\$ 4.926.297,00 (quinta posição); Salto Grande, com R\$ 3.143.261,00 (sexta posição); São Pedro do Turvo, com R\$ 2.674.803,00 (sétima posição); Ribeirão do Sul, com R\$ 1.415.828,00 (oitava posição); Espírito Santo do Turvo, com R\$ 1.155.567,00 (nona posição); Canitar, com R\$ 1.019.288,00 (décima posição); Timburi, com R\$ 847.000,00 (décima primeira posição); e Óleo, com R\$ 693.878,00 (décima segunda posição).

No quesito remuneração média por trabalhador (R\$) na agropecuária, nos setores industrial e de construção civil, comércio e prestação de serviços, entre outras atividades profissionais, composto pela massa salarial paga aos trabalhadores em relação ao número total de empregados, o município de Chavantes se sobressaiu como o primeiro colocado na Região de Governo de Ourinhos, com uma remuneração média de R\$ 2.930,58 por trabalhador. Em segundo lugar, o município de Ourinhos, que possui uma renda média de R\$ 2.391,58. No município de Santa Cruz do Rio Pardo, que ficou com a terceira posição, o rendimento médio (R\$) era de 2.347,47 por empregado.

Os demais municípios da região ficaram assim classificados, segundo a ordem decrescente de remuneração média por trabalhador (R\$) nas ocupações profissionais nos setores da agropecuária, dos setores industrial e de construção civil, comércio e prestação de serviços, entre outros: Ribeirão do Sul, com R\$ 2.332,50 (quarta posição); Salto Grande, com R\$ 2.230,85 (quinta posição); Ipaussu, com R\$ 2.174,81 (sexta posição); Espírito Santo do Turvo, com R\$ 2.104,86 (sétima posição); Óleo, com R\$ 2.077,48 (oitava posição); Bernardino de Campos, com R\$ 2.012,43 (nona posição); São Pedro do Turvo, com R\$ 1.988,70 (décima posição); Canitar e Timburi, ambas com R\$ 1.903,37 (décima primeira e décima segunda posições, respectivamente).

Quanto à classificação no ranking estadual e regional (2019), pode-se verificar que a Região de Governo de Ourinhos apresenta uma posição modesta em termos

de número total de empregados, pois a região está classificada da seguinte forma: um município está classificado entre as cem maiores economias do Estado de São Paulo, que é o município de Ourinhos, com a 72.^a posição; um município está classificado no intervalo entre 101 e 200, que é o município de Santa Cruz do Rio Pardo, o qual se encontrava na 116.^a colocação; um município no intervalo de 201 a 300, a saber, o município de Ipaussu, que estava situado na 280.^a posição; dois municípios no intervalo de 301 a 400, que são os municípios de Bernardino de Campos (329.^a posição) e Chavantes (389.^a colocação); dois municípios no intervalo de 401 a 500, que são Salto Grande (419.^a posição) e São Pedro do Turvo (430.^a posição); quatro municípios no intervalo de 501 a 600, que são Ribeirão do Sul (544.^a posição), Espírito Santo do Turvo (561.^a posição), Canitar (575.^a posição) e Timburi (591.^a posição); e um município no intervalo de 601 a 645, que é Óleo, o qual se encontrava na 609.^a posição no Estado de São Paulo.

Vale lembrar que o Estado de São Paulo possui 645 municípios, e que diante dessa realidade, apenas dois municípios se encontram situados entre os maiores municípios em número total de empregados nas atividades nos setores da agropecuária, industrial e de construção civil, comércio e prestação de serviços, entre outros, que são Ourinhos e Santa Cruz do Rio Pardo. Os demais municípios se encontram nos intervalos maiores que 200 a 645, representando dez municípios nessa região. Conforme consulta à Tabela 30, apenas um município possui porte médio (Ourinhos), sendo que os demais, onze no total (incluindo Santa Cruz do Rio Pardo) são considerados pequenas cidades, pois possuem menos de cinquenta mil habitantes.

Ainda segundo a importância do potencial econômico dos municípios que compõem a Região de Governo, Fuini e Hori (2014, p. 251), no trabalho realizado com os dados do SEADE de 2009, afirmam:

O contexto econômico da RGO de Ourinhos é caracterizado pela participação relevante do setor de serviços e comércio, o que contribui com 1.910,63 milhões de reais, representando, aproximadamente, 63% do total no valor adicionado, a indústria com 30% e a agropecuária com 7%. Dentre os 30% do valor adicionado da indústria, as principais cidades contribuintes são: Ourinhos (307 milhões), Santa Cruz do Rio Pardo (213 milhões), Chavantes (90 milhões) e Ipaussu (48 milhões), tendo no total das outras cidades o valor de 77 milhões de reais correntes. Ou seja, apenas 4 cidades concentram uma dinâmica industrial significativa, correspondendo a quase 75% do total, em contrapartida às outras 8 cidades que representam apenas 25% (SEADE).

Em relação ao número de empregos gerados na indústria no município, massa salarial de remuneração (R\$) e remuneração média por trabalhador (R\$), a Região de Governo de Ourinhos possui uma grande diversidade, com concentração do número de empregos gerados na indústria no município e massa salarial paga aos trabalhadores (R\$) nos municípios de Ourinhos e Santa Cruz do Rio Pardo (Tabela 30 e Gráfico 18).

Tabela 30. Número de Empregos Gerados na Indústria no Município, Ranking Estadual e Regional, Massa Salarial de Remuneração (R\$) e Remuneração Média por Trabalhador (R\$) / Região de Governo de Ourinhos. Ano Base: 2019

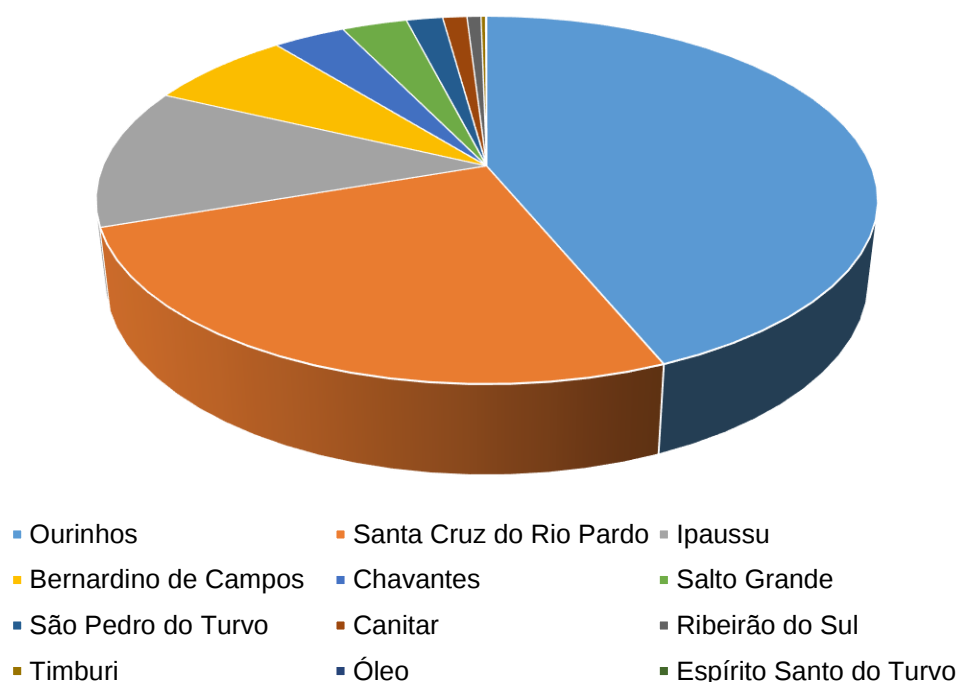
Municípios	Ranking		Número de Empregados na Indústria	Massa Salarial Paga aos Trabalhadores (R\$)	Remuneração Média por Trabalhador (R\$)
	Est. (1)	Reg. Gov. Ourinhos (2)			
Ourinhos	94	1	5.622	14.860.209,00	2.643,22
Santa Cruz do Rio Pardo	137	2	3.334	10.161.675,00	3.047,89
Ipaussu	212	3	1.586	3.806.427,00	2.400,02
Bernardino de Campos	272	4	920	1.639.271,00	1.781,82
Chavantes	336	5	460	2.233.479,00	4.855,39
Salto Grande	351	6	415	1.046.015,00	2.520,52
São Pedro do Turvo	411	7	231	526.433,00	2.278,93
Canitar	451	8	154	312.994,00	2.032,43
Ribeirão do Sul	484	9	89	144.279,00	1.621,11
Timburi	565	10	29	40.995,00	1.413,62
Óleo	608	11	04	5.124,00	1.281,00
Espírito Santo do Turvo	618	12	03	4.777,00	1.592,33

Fonte: FIESP/RAIS (2019).

No ano de 2019, Ourinhos possuía 5.622 trabalhadores nos diversos setores da atividade industrial, concentrando o maior número de trabalhadores. Santa Cruz do Rio Pardo, que ocupa a segunda posição, contava com 3.334 trabalhadores na atividade industrial do município.

Os demais municípios apresentavam os seguintes números de empregos gerados no setor industrial: Ipaussu, com 1.586 trabalhadores (terceira posição); Bernardino de Campos, que apresentava 920 (quarta posição); Chavantes, com 460 (quinta posição); Salto Grande, que possuía 415 empregados (sexta posição); São Pedro do Turvo, com 231 (sétima posição); Canitar, que possuía 154 empregados (oitava posição); Ribeirão do Sul, que tinha 89 (nona posição); Timburi, que possuía 29 empregados (décima posição); Óleo, com 4 empregados (décima primeira posição); e Espírito Santo do Turvo, com 3 trabalhadores (décima segunda posição).

Gráfico 18. Número de Empregados Gerados no Setor Industrial dos Municípios da Região de Governo de Ourinhos (2019)



Fonte: FIESP/RAIS (2019)

No que diz respeito à massa salarial paga aos trabalhadores do setor industrial (R\$), Ourinhos registrou a maior participação no total regional, com R\$ 14.860.209,00. Santa Cruz do Rio Pardo possui a segunda posição, com R\$ 10.161.675,00. Ambas as cidades concentram a maior parte da massa salarial paga aos trabalhadores da região.

Para os demais municípios da Região de Governo de Ourinhos, a massa salarial paga aos trabalhadores (R\$) se encontra disponibilizada nos municípios na seguinte sequência: Ipaussu, com R\$ 3.806.427,00 (terceira posição); Chavantes, com R\$ 2.233.479,00 (quarta posição); Bernardino de Campos, com R\$ 1.639.271,00 (quinta posição); Salto Grande, com R\$ 1.046.015,00 (sexta posição); São Pedro do Turvo, com R\$ 526.433,00 (sétima posição); Canitar, com R\$ 312.994,00 (oitava posição); Ribeirão do Sul, com R\$ 144.279,00 (nona posição); Timburi, com R\$ 40.995,00 (décima posição); Óleo, com R\$ 5.124,00 (décima primeira posição); e Espírito Santo do Turvo, com R\$ 4.777,00 (décima segunda posição).

Para a remuneração média por trabalhador (R\$) do setor industrial, que é composto pela massa salarial paga aos trabalhadores em relação ao número total de empregados, o município de Chavantes novamente se destacou como o primeiro

colocado na Região de Governo de Ourinhos, com uma remuneração média de R\$ 4.855,39 por trabalhador. Em segundo lugar, o município de Santa Cruz do Rio Pardo possui uma renda média de R\$ 3.047,89. No município de Ourinhos, que ficou com a terceira posição, o rendimento médio (R\$) era de 2.643,22 por empregado.

Os demais municípios da região ficaram assim classificados, segundo a ordem decrescente de remuneração média por trabalhador (R\$) nas ocupações profissionais do setor industrial: Salto Grande, com R\$ 2.520,52 (quarta posição); Ipaussu, com R\$ 2.400,02 (quinta posição); São Pedro do Turvo, com R\$ 2.278,93 (sexta posição); Canitar, com R\$ 2.032,43 (sétima posição); Bernardino de Campos, com R\$ 1.781,82 (oitava posição); Ribeirão do Sul, com R\$ 1.621,11 (nona posição); Espírito Santo do Turvo, com R\$ 1.592,33 (décima posição); Timburi, com R\$ 1.413,62 (décima primeira posição); e Óleo, com R\$ 1.281,00 (décima segunda posição).

Quanto à classificação no ranking estadual e regional (2019), pode-se verificar que a Região de Governo de Ourinhos apresenta uma participação pequena em termos de número de empregos gerados na indústria, com a seguinte classificação dos municípios a nível estadual: um município está classificado entre as cem maiores economias do Estado de São Paulo, que se constitui o município de Ourinhos, com a 94.^a posição; um município está classificado no intervalo entre 101 e 200, que é o município de Santa Cruz do Rio Pardo, o qual se encontrava na 137.^a colocação; dois municípios no intervalo de 201 a 300, que estão representados por Ipaussu (212.^a posição) e Bernardino de Campos (272.^a colocação), que estava situado na 280.^a posição; dois municípios no intervalo de 301 a 400, que são os municípios de Chavantes (336.^a posição) e Salto Grande (351.^a colocação); três municípios no intervalo de 401 a 500, que estão representados por São Pedro do Turvo (411.^a posição), Canitar (451.^a posição) e Ribeirão do Sul (484.^a posição); um município no intervalo de 501 a 600, representado por Timburi (565.^a posição); e dois municípios no intervalo de 601 a 645, que estão representados por Óleo (608.^a posição) e Espírito Santo do Turvo (618.^a colocação).

Cabe ressaltar que o Estado de São Paulo possui 645 municípios, e que diante dessa realidade, apenas dois municípios se encontram situados entre os maiores municípios em número de empregos gerados pelo setor industrial, que são Ourinhos e Santa Cruz do Rio Pardo. Os demais municípios da Região de Governo de Ourinhos se encontram nos intervalos maiores que 200 a 645, totalizando dez municípios nessa região. Consultando a tabela, pode-se concluir que apenas um município possui porte

médio (Ourinhos), sendo que os demais, onze no total (incluindo Santa Cruz do Rio Pardo) são considerados pequenas cidades, pois possuem menos de cinquenta mil habitantes.

Antes de realizar o estudo mais detalhado sobre as especializações da indústria em Santa Cruz do Rio Pardo, será necessária a realização de uma análise sobre a evolução da estrutura industrial do município, no período de 2006 a 2019, destacando as principais atividades industriais existentes no território.

4.4. A Evolução dos Empreendimentos Industriais no Município de Santa Cruz do Rio Pardo no Período de 2006 a 2019

As empresas industriais do Oeste Paulista, e neste caso, também em Santa Cruz do Rio Pardo, são exemplos de empreendimentos que emergiram do capital local e familiar, na maioria das vezes provenientes de atividades ligadas à agricultura. De acordo com Mourão (1994) e Bomtempo (2011),

Existe um processo de multiplicação de pequenas empresas produzindo alimentos, móveis, confecções, sapatos etc., em regiões do interior afastadas da metrópole. Essas empresas inicialmente atuam em segmentos do mercado popular, mas passam a concorrer com as instaladas na capital, o que se explica por serem unidades que exigem um pequeno investimento inicial e, na medida em que se utilizam de muita mão-de-obra, possuem uma chance de crescimento maior no interior, onde os salários são inferiores aos da capital. Algumas dessas empresas conseguem tal crescimento que passam a atrair grandes grupos nacionais e multinacionais interessados na sua aquisição (p. 55).

Mesmo apresentando uma gênese comum entre os diferentes núcleos urbanos, a partir dos anos de 1950 “há uma modificação na estrutura produtiva regional e essas cidades deixam de ter características comuns, passando a apresentar especificidades” (GOMES, 2007, p. 33), ocorrendo o fortalecimento do capital local das indústrias instaladas, dando início ao processo de especializações territoriais produtivas.

As empresas instaladas em Santa Cruz do Rio Pardo surgem com o objetivo de atender à demanda da população local e regional, as quais agregavam pouco investimento em capital e tecnologia, tais como confecção, calçados, manufaturas em madeira e, em maior número, empresas ligadas ao ramo alimentício (BOMTEMPO, 2011, p. 193).

Os setores que apresentam destaque no setor industrial em Santa Cruz do Rio Pardo são os alimentos, couro e calçados, vestuário, produtos de metal, entre outros,

como se verifica na tabela 28. Além desses, outras atividades industriais integram a economia santa-cruzense, no entanto, com menores participações na economia.

No trabalho realizado por Fuini e Hori (2014) existiam algumas aglomerações de indústrias que podem ser encontradas no município de Santa Cruz do Rio Pardo, tais como cerâmica e artefatos de construção civil, madeira, couro e calçados, alimentício e cerealista e confecções de peças do vestuário. No entanto, além desses setores, outros também merecem ser destacados pela sua importância, conforme se vê na Tabela 31 e Gráfico 19.

O setor de produção de alimentos é o que melhor representa a indústria em Santa Cruz do Rio Pardo. Conforme já estudado anteriormente, desde os anos de 1960 possui grande impacto na indústria do município. Nesse caso, no ano de 2006, existiam 37 indústrias de alimentos no município, passando para 43 unidades industriais no ano de 2019, perfazendo um crescimento de 16% nesse período.

Outro setor que também foi muito importante para a economia santa-cruzense foi o de couro e calçados (ver Anexo B). Nos anos de 1960 e 1980, já estudados anteriormente, o município possuía indústrias de couro e peles e produtos similares, conhecidas popularmente como curtumes, que não existem mais no município, mas que forneciam a matéria-prima para a indústria de calçados que estava se desenvolvendo rapidamente a partir dos anos de 1960. O número de empresas registradas no ano de 2006 era de 35 indústrias de calçados, e em 2019, devido à crise com o alto custo da matéria-prima, crise cambial e importação de calçados asiáticos, apresentou uma forte retração da atividade no município, chegando a 18 indústrias calçadistas, uma queda de 49% no número total de empresas.

A indústria do vestuário apresenta produção no município desde os anos de 1960, sendo um dos setores que mais impactam a economia santa-cruzense. Em 2006, apresentava 11 indústrias, mas também é um setor que, assim como o calçado, vem sofrendo as consequências da importação de peças do vestuário de empresas asiáticas, especialmente chinesas. Como resultado, houve uma queda de 18% no número de empresas existentes no município, perfazendo um total de 9 indústrias em Santa Cruz do Rio Pardo.

Outro setor que se destaca pelo número de indústrias existentes em Santa Cruz do Rio Pardo é o de fabricação de produtos de metal. Ele vem apresentando um rápido crescimento nas últimas décadas. Em 2006, eram 10 indústrias de produtos de metal

existentes, chegando a 14 indústrias em 2019, apresentando um crescimento de 40% no total de empresas no município no período de 2006 a 2019.

Tabela 31. Número de Empreendimentos Industriais no Município de Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo / Períodos de 2006 e 2019

Tipos de Indústrias	Períodos (Número de Indústrias)		Variação no Período % (2006 e 2019)
	2006	2019	
Alimentos	37	43	16
Couro e Calçados	35	18	-49
Vestuário	11	9	-18
Produtos de Metal	10	14	40
Impressão e Reprodução	6	2	-67
Madeira	5	4	-20
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	4	6	50
Tratamento de Materiais	3	4	33
Fabricação de Materiais Não-Metálicos	2	4	100
Reparação de Máquinas e Equipamentos	2	6	200
Borracha e Plástico	2	1	-50
Móveis	2	6	200
Veículos Automotores	2	6	200
Distribuição de Água	1	1	0
Celulose e Papel	1	-	-
Produtos Químicos	1	-	-
Produtos Elétricos	1	-	-
Elettricidade e Gás	1	1	0
Extração de Minerais Não-Metálicos	-	1	-
Metalurgia	-	1	-
Derivados de Petróleo	-	1	-
Têxteis	-	2	-
Bebidas	-	1	-
TOTAL	126	130	3

Fonte: RAIS (2006, 2019); FIESP (2019).

Esses são os setores industriais que apresentam maior destaque na economia de Santa Cruz do Rio Pardo na atualidade – alimentos, couro e calçados, vestuário e produtos de metal –, pela quantidade de empresas que possuem, produzindo uma aglomeração industrial com pelo menos 10 empresas existentes. No entanto, outras atividades industriais também são importantes para o desenvolvimento econômico do município.

A indústria de impressão e reprodução, que vem enfrentando uma crise devido ao avanço dos recursos modernos da informatização das empresas, apresentava 6 unidades no ano de 2006, mas que ressentindo dessa situação, recuou para 2

unidades no município de Santa Cruz do Rio Pardo, apresentando uma queda de 67% no número de empresas existentes.

A indústria madeireira no município, que em 2006 apresentava 5 empresas, apresentou uma queda de 20% no ano de 2019, totalizando 4 indústrias existentes. A indústria madeireira também é tradicional no município, sendo que em 1980 existiam 9 empresas. Na Região de Governo de Ourinhos, só perde em importância para a indústria madeireira localizada em Ipaussu, que apresenta uma aglomeração industrial naquele município.

Quanto à fabricação de máquinas e equipamentos, eram 4 empresas em Santa Cruz do Rio Pardo no ano de 2006, passando para 6 empresas no ano de 2019, um aumento de 50% no total. Sobre a reparação de máquinas e equipamentos, existiam 2 empresas em 2006. No ano de 2019, foram identificadas 6 empresas, perfazendo um aumento de 200%.

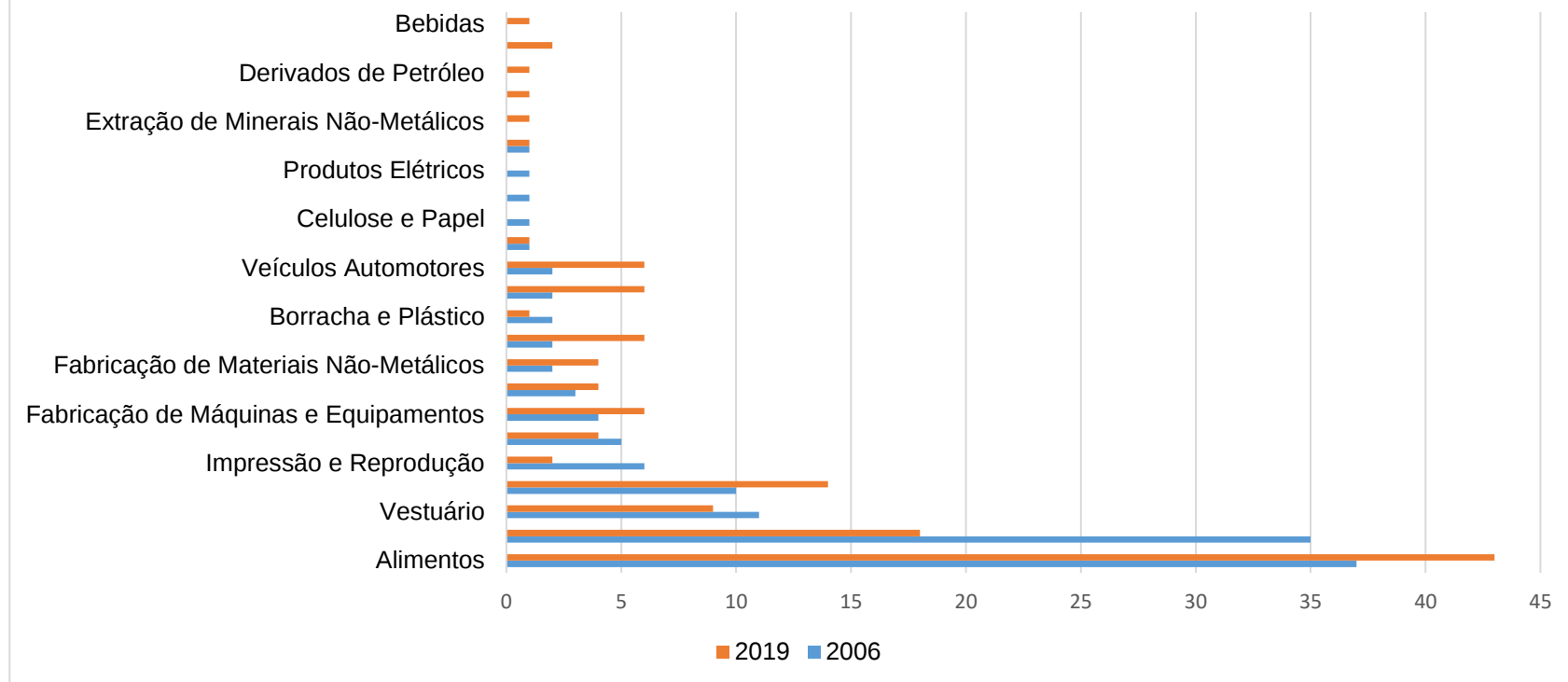
No que diz respeito ao tratamento de materiais, existiam 3 empresas em 2006. No ano de 2019, foram identificadas 4 empresas no total, acusando um crescimento de 33%. Sobre a fabricação de materiais não-metálicos, eram 2 empresas no ano de 2006, chegando a 4 empresas em 2019, resultando em um crescimento de 100%.

Sobre os produtos de borracha e plástico, existiam 2 empresas em 2006. Ocorreu um declínio no número de empresas, sendo que em 2019 se encontrava em produção no município somente uma empresa, apresentando uma queda de 50%. Sobre o setor de móveis, eram 2 empresas em 2006, passando para 6 empresas em 2019, resultando em um crescimento de 200%. Em relação aos veículos automotores, houve um aumento considerável no número de empresas, que eram 2 em 2006 e 6 no ano de 2019, proporcionando um crescimento de 200%.

Quanto à distribuição de água e eletricidade e gás, o número de empresas se manteve estável nos anos de 2006 e 2019, sendo registrada 1 empresa para ambos os casos, no período em estudo. Em relação à indústria de celulose e papel, produtos químicos e produtos elétricos, existia uma empresa para cada tipo de indústria no ano de 2006, sendo que em 2019 não havia registro de empresas com essas atividades no município.

Para as indústrias de extração de minerais não-metálicos, metalurgia, derivados de petróleo e bebidas, não foram identificadas empresas com tais atividades no ano de 2006, sendo que para o ano de 2019 existia 1 empresa fabricante do produto para cada setor.

Gráfico 19. Número de Empreendimentos Industriais no Município de Santa Cruz do Rio Pardo / Períodos: 2006 e 2019



Fonte: FIESP/RAIS (2006; 2019)

Também foram identificadas 2 empresas de produção têxtil no ano de 2019 em Santa Cruz do Rio Pardo. Quanto ao total de indústrias no município, houve um crescimento de 3% no período de 2006 e 2019, passando de 126 para 130 empresas, respectivamente.

Os setores com maior número de empresas são representados pelas indústrias de alimentos, de couro e calçados, do vestuário e de produtos de metal. Por possuírem uma maior quantidade de empresas e uma maior mobilização dos setores de alimentos, que possuem especialização no beneficiamento de arroz, que será contemplado com um estudo mais detalhado no capítulo 5.

Vale salientar algumas empresas que são destaques na indústria do município, mas não participam do setor produtivo de alimentos e de couro e calçados. No ramo do vestuário, destacam-se as indústrias Blenda Confecções, H. Majoni e Med's Camisaria; no setor de madeira, a Serraria e Madeireira Lima, Madtrat Madeiras Tratadas e a Madeireira Pereira; no setor de produtos de metal, a Trimetal Máquinas para Baterias, Pantanal Soluções e Metalúrgica Premium; no setor de distribuição de água, Eleve Água Mineral Natural; entre outras empresas.

Terminado o estudo do contexto da economia santa-cruzense e a importância da atividade industrial nesse componente, colocando-o como o segundo município mais importante nesses quesitos, atentar-se-á ao estudo mais aprofundado das especializações industriais desenvolvidas nesse território, destacando-se em importância as indústrias de alimentos, como será visto no capítulo 5. Antes, porém, será realizada uma abordagem das indústrias de alimentos santa-cruzenses na classificação nacional de atividades econômicas (CNAE 2.0).

4.5. Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) das Indústrias de Alimentos no município de Santa Cruz do Rio Pardo

Com a implementação da CNAE 2.0 (2007), conforme estudado no capítulo 2, as atividades econômicas passaram a ser classificadas em 21 Grupos (utilizando as letras do alfabeto de A a U), Divisões (01 a 99), e suas respectivas classes e subclasses de atividades. Como essa pesquisa contempla a indústria de alimentos em Santa Cruz do Rio Pardo, será contemplado o estudo das Indústrias de Transformação (Grupo C), mais particularmente a Fabricação de Produtos Alimentícios (Divisão 10), seguindo as orientações do CNAE 2.0. Serão destacadas

as Classes e Subclasses das atividades econômicas existentes no município santacruzense, como podem ser observadas na tabela.

Segundo definição do CONCLA/IBGE (2022), as indústrias de transformação, são, a saber,

As atividades que envolvem a transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes com a finalidade de se obterem produtos novos. Os materiais, substâncias e componentes transformados são insumos produzidos nas atividades agrícolas, florestais, de mineração, da pesca e produtos de outras atividades industriais. As atividades da indústria de transformação são, frequentemente, desenvolvidas em plantas industriais e fábricas, utilizando máquinas movidas por energia motriz e outros equipamentos para manipulação de materiais. É também considerada como atividade industrial a produção manual e artesanal, inclusive quando desenvolvida em domicílios, assim como a venda direta ao consumidor de produtos de produção própria [...] As indústrias de transformação, em geral, produzem bens tangíveis (mercadorias) [...].

Diante do exposto sobre o CNAE 2.0 e sua importância e aplicabilidade nas classificações das atividades econômicas no território brasileiro, observar-se-á a aplicação dessas normas regulatórias às atividades econômicas existentes no município de Santa Cruz do Rio Pardo, com destaque para a indústria de transformação, e particularmente, a fabricação de produtos alimentícios.

Conforme dados disponibilizados pela FIESP (2019), e demonstrados na tabela 23, Santa Cruz do Rio Pardo possuía 1.466 empreendimentos empresariais. De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0 -, as atividades econômicas estavam assim representadas segundo a Classificação das Atividades Econômicas por Seções, conforme sua importância econômica no município: G - Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, com 547 unidades empresariais; representando 35,95% das atividades econômicas; N – Atividades administrativas e serviços complementares, O – Administração pública, defesa e seguridade social, Q – Saúde humana e serviços sociais, entre outros⁴⁵, representando um setor econômico bastante amplo, com um total de 509 empresas

⁴⁵ Outras atividades do CNAE 2.0 que ocorrem no setor de serviços e administração pública: D – Eletricidade e gás; E – Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; H – Transporte, armazenagem e correio; I – Alojamento e alimentação; J – Informação e comunicação; L – Atividades imobiliárias; M – Atividades profissionais, científicas e técnicas; P – Educação; R – Artes, cultura, esporte e recreação; S – Outras atividades de serviços; T – Serviços domésticos; e, U – Organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais (nota do autor).

e/ou organizações/associações, perfazendo 34,72% das atividades empresariais santa-cruzenses.

O CNAE 2.0 destaca ainda as Seções A – Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com 249 atividades empresariais no meio rural do município de Santa Cruz do Rio Pardo, com uma participação total de 16,98% nas atividades econômicas; e, F - Construção civil, com 50 empresas, com um total de 3,41% do total de empresas instaladas em Santa Cruz do Rio Pardo.

O setor industrial de Santa Cruz do Rio Pardo, que se constitui no objeto de estudo dessa pesquisa, segundo dados da FIESP (2019), contava com 131 estabelecimentos industriais, representando 8,94% dos empreendimentos empresariais instalados no município. Segundo o CNAE 2.0, a Seção C – Indústrias de transformação, compreende as seguintes divisões:

10 – Fabricação de produtos alimentícios; 11 – Fabricação de bebidas; 12 – Fabricação de produtos do fumo; 13 – Fabricação de produtos têxteis; 14 – Confeção de artigos do vestuário e acessórios; 15 – Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados; 16 – Fabricação de produtos de madeira; 17 – Fabricação de celulose, papel e produtos de papel; 18 – Impressão e reprodução de gravações; 19 – Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis; 20 – Fabricação de produtos químicos; 21- Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; 22 – Fabricação de produtos de borracha e de material plástico; 23 – Fabricação de produtos de minerais não-metálicos; 24 – Metalurgia; 25 – Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; 26 – Fabricação de produtos de informática, produtos eletrônicos e ópticos; 27 – Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; 28 – Fabricação de máquinas e equipamentos; 29 – Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; 30 – Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores; 31 – Fabricação de móveis; 32 – Fabricação de produtos diversos; 33 – Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (CONCLA/IBGE, 2022).

Para detalhar ainda mais o objeto dessa pesquisa, será abordada a fabricação de produtos alimentícios (Divisão 10, da CNAE 2.0) no município de Santa Cruz do Rio Pardo. As Classes que compõem essa divisão são, a saber: 10.1 - abate e fabricação de produtos de carne; 10.2 - preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado; 10.3 - fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais; 10.4 - fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais; 10.5 - laticínios; 10.6 - moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais; 10.7 - fabricação e refino de açúcar; 10.8 - torrefação e moagem de café; e, 10.9 - fabricação de outros produtos alimentícios.

Na pesquisa de campo (2022) e através da consulta de dados do CONCLA/IBGE (2022), foram identificados os seguintes grupos no município: 10.1 – Abate e Fabricação de Produtos de Carne; 10.3 - Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais; 10.5 - Laticínios; 10.6 - Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais; e, 10.9 – Fabricação de outros produtos alimentícios (tabela 29).

Os resultados verificados na tabela 32 e através da investigação de campo sobre as diretrizes e normas estabelecidas no CNAE 2.0 e a fabricação de produtos alimentícios, apontam os seguintes resultados para o município de Santa Cruz do Rio Pardo:

- Grupo 10.1 - Abate e Fabricação de Produtos de Carne, com destaque para as classes e subclasses 10.11-2 – Abate de reses, exceto suínos /10.11-2/01 – Frigorífico: abate de bovinos; e, 10.12-1 – Abate de suínos, aves e outros pequenos animais / 10.12.1/03 – Frigorífico: abate de suínos; com a finalidade de produção de carne bovina e suína para os mercados local, regional e estadual;
- Grupo 10.3 - Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais, classe 10.33-3 - Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes; e subclasse 10.33-3/01 - Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes, com destaque para a produção de suco concentrado de laranja, para o abastecimento dos mercados interno e externo (esse grupo é representado por uma única empresa no município, mas que apresenta a maior dinâmica de fluxos de escalas geográficas);
- Grupo 10.5 - Laticínios; através das classes 10.51-1 – Preparação do leite / 10.51-1/00 – Preparação do leite, 10.52-0 – Fabricação de laticínios / 10.52-0/00 – Fabricação de laticínios, e 10.53-8 – Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis / 10.53-8/00 - Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis. A fabricação de produtos alimentícios, tais como produção de leite desnatado, produção de leite integral, preparação de leite pasteurizado, produção de bebidas lácteas, fabricação de picolé e de sorvetes, é destinada aos mercados local, regional e estadual;

Tabela 32. CNAE 2.0: Classificação dos Grupos, Classes e Subclasses das Indústrias de Transformação (Seção C) / Fabricação de Produtos Alimentícios (Divisão 10), localizadas no município de Santa Cruz do Rio Pardo (2022)

Grupo	Classe	Subclasse
10.1 – Abate e Fabricação de Produtos de Carne	10.11-2 – Abate de reses, exceto suínos 10.12-1 – Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	10.11-2/01 – Frigorífico: abate de bovinos 10.12.1/03 – Frigorífico: abate de suínos
10.3 - Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais	10.33-3 - Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes	10.33-3/01 - Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes
10.5 - Laticínios	10.51-1 – Preparação do leite 10.52-0 – Fabricação de laticínios 10.53-8 – Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	10.51-1/00 – Preparação do leite 10.52-0/00 – Fabricação de laticínios 10.53-8/00 - Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis
10.6 - Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	10.61-9 - Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz 10.66-0 – Fabricação de alimentos para animais 10.81-3 - Torrefação e moagem de café	10.61-9/01 – Beneficiamento de arroz 10.61-9/02 – Fabricação de produtos do arroz 10.66-0/00 – Fabricação de alimentos para animais 10.81-3/02 – Torrefação e moagem de café
10.9 – Fabricação de outros produtos alimentícios	10.91-1 – Fabricação de produtos de panificação	10.91-1/01 – Fabricação de produtos de panificação industrial
	10.93-7 – Fabricação de produtos derivados do cacau, de chocolates e confeitos 10.94-5 – Fabricação de massas alimentícias 10.95.3 - Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos 10.96.1 – Fabricação de alimentos e pratos prontos 10.99-6 - Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente	10.93-7/01 – Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates 10.94-5/00 – Fabricação de massas alimentícias 10.95.3/00 - Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos 10.96.1/00 – Fabricação de alimentos e pratos prontos 10.99-6/04 – Fabricação de gelo comum

Fonte: Pesquisa de campo (2022) / CONCLA/IBGE (2022)

- Grupo 10.6 - Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais, através das classes e subclasses 10.61-9 - Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz / 10.61-9/01 – Beneficiamento de arroz e 10.61-9/02 – Fabricação de produtos do arroz; 10.66-0 – Fabricação de alimentos para animais / 10.66-0/00 – Fabricação de alimentos para animais; 10.81-3 - Torrefação e moagem de café / 10.81-3/02 – Torrefação e moagem de café. Esse grupo apresenta produção bastante diversa, como a fabricação de produtos alimentícios tais como o beneficiamento de arroz, produção de arroz parboilizado, produção de arroz quebrado (quirera), produção e comercialização de casca de arroz; fabricação de alimentos preparados para gatos, cachorros e outros animais, produção de café torrado e moído e torrefação e moagem de café, com a finalidade de abastecer os mercados local, regional e nacional;
- Grupo 10.9 – Fabricação de outros produtos alimentícios, com as seguintes classes e subclasses: 10.91-1 – Fabricação de produtos de panificação / 10.91-1/01 – Fabricação de produtos de panificação industrial; 10.93-7 – Fabricação de produtos derivados do cacau, de chocolates e confeitos / 10.93-7/01 – Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates; 10.94-5 – Fabricação de massas alimentícias / 10.94-5/00 – Fabricação de massas alimentícias; 10.95.3 - Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos / 10.95.3/00 - Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos; 10.96.1 – Fabricação de alimentos e pratos prontos / 10.96.1/00 – Fabricação de alimentos e pratos prontos; e, 10.99-6 - Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente / 10.99-6/04 – Fabricação de gelo comum. É o grupo que apresentou a maior diversidade e a maioria das indústrias de transformação de fabricação de produtos alimentícios no município de Santa Cruz do Rio Pardo, e os produtos industrializados se destinam aos mercados local, regional e nacional. Os produtos industrializados são representados por fabricação de pães diversos industrializados (pão de alho, nesse caso), fabricação de pães congelados, fabricação de bombons, fabricação de cacau em pó, fabricação de chocolate em barras ou tabletes, fabricação de massas alimentícias - fabricação de macarrão, talharim, espaguete - massas alimentícias cozidas, recheadas ou preparadas de outro modo - ravióli, canelone etc. - pastifício, condimentos e especiarias - sais

especiais (sal condimentado), fabricação de Ketchup e preparação de molhos de mostarda, produção de misturas de condimentos, preparação de alimentos conservados, fabricação de pizzas prontas congeladas, fabricação de pratos prontos congelados à base de carnes e de carnes de aves, e fabricação de pratos prontos congelados à base de massas.

Após a análise dos resultados, pode-se concluir que existe uma diversidade de atividades econômicas no município de Santa Cruz do Rio Pardo, segundo a abordagem de investigação a partir da CNAE 2.0 (Seção C - Indústrias de Transformação / Divisão 10 - Fabricação de Produtos Alimentícios). A gênese e o desenvolvimento das indústrias de alimentos serão estudadas de forma mais detalhada no capítulo 5. No entanto, vale ressaltar que a fabricação de produtos alimentícios é a mais importante da Região de Governo de Ourinhos e a segunda mais importante na Região Administrativa de Marília, com Marília se destacando no cenário estadual e nacional, conforme já estudado anteriormente. Elas estabelecem fluxos econômicos com diversas regiões do Estado e do Brasil, através da compra de matérias-primas, máquinas, equipamentos e insumos, entre outros fatores, e a venda dos produtos nos mercados consumidores local, regional, estadual e internacional.

Importante salientar que a fabricação de produtos alimentícios, como visto no capítulo 4, na participação do PIB municipal, do PIB Industrial, dos empregos gerados, do número de empregados na indústria, da massa salarial paga aos trabalhadores, entre outros. Essa tendência à especialização produtiva na indústria de alimentos santa-cruzense faz com que a economia do município se destaque nesse setor. As indústrias de beneficiamento de arroz, de produção de rações para cães e gatos, indústrias de panificação industrial e de produção de suco concentrado de laranja são as principais referências do setor industrial no município, mas as pequenas e médias empresas também se destacam, diversificando e ampliando suas produções, investindo em máquinas, equipamentos e insumos e conquistando novos mercados consumidores para seus produtos. Isso gera oportunidade de empregos para a população, resultando em um fluxo diário de pessoas do município e dos municípios para trabalhar nas indústrias de alimentos de Santa Cruz do Rio Pardo, com a existência de uma logística de transportes através de transporte rodoviário particular ou coletivo.

No capítulo 5, será estudada a importância dos agentes locais no desenvolvimento industrial de Santa Cruz do Rio Pardo - os atores sociais, a

organização sindical, as entidades educativas, as principais indústrias representativas do setor de alimentos, a dinâmica das indústrias de beneficiamento de arroz e as fábricas de rações para cães e gatos (pets), e na especialização produtiva nas indústrias de alimentos.

CAPÍTULO 5

A IMPORTÂNCIA DOS AGENTES LOCAIS NO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO: A ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS

Nos trabalhos de Mourão (2002) e Bomtempo (2011) são destacadas a importância do conhecimento do território e da atuação dos agentes sociais para a constituição e a dinâmica da evolução dos empreendimentos econômicos locais. Segundo Santos (2003, p. 112),

Compreender o conteúdo do território implica considerar as mudanças e permanências configuradas no tempo espacial, ou seja, observar, a partir de uma periodização, a “realidade socioespacial que resulta de uma combinação singular de variáveis que datam de idades diferentes”, de escalas “[...] e dos elementos que compõem essa formação, os homens, as instituições, as empresas, as infraestruturas e o suporte ecológico”.

Neste estudo em particular, busca-se compreender as diferentes etapas pelas quais passou o município de Santa Cruz do Rio Pardo no decorrer de sua história, de um município dependente exclusivamente da agropecuária, no final do século XIX até meados do século XX, para uma transição a um processo de desenvolvimento industrial, a partir de seus diferentes atores sociais, ou seja, os empreendedores capitalistas em suas diferentes fases.

Conforme já estudado anteriormente, cumpre salientar a importância dos imigrantes no desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo, e neste estudo em particular, o município de Santa Cruz do Rio Pardo, pois a maioria dos empresários do município, atualmente, são descendentes de imigrantes que se destacaram na agricultura desse local. Conforme destacado em Mourão (2002, p. 24),

Os imigrantes inseriram-se na economia cafeeira paulista no final do século XIX como: 1- Colonos, com capacidade de trabalho e consumo superior aos escravos. 2- Pequenos negociantes artesanais e comerciais. 3- Grandes comerciantes exportadores de café e/ou importadores. A parte principal da industrialização paulista se processou no interior da “sociedade imigrante”. Com capitais modestos e pequenos empreendimentos, eles detinham, em 1935, a maioria das empresas industriais paulistas. Além disso, eram fundamentais como mão-de-obra e na formação de um sólido mercado consumidor interno.

São descendentes de imigrantes italianos, em sua maioria, japoneses, espanhóis, portugueses, entre outros; conforme estudado no capítulo 1, que se tornaram empresários na atualidade, destacando-se na agricultura, na indústria e no comércio do município. Na indústria estabelecida no município, tornaram-se os

principais empreendedores e criaram diversos estabelecimentos, os quais permitiram a retomada gradual da economia santa-cruzense, que deixou de ser um município dependente apenas do setor agrícola, especialmente da cultura cafeeira.

Mas afinal de contas, quem são os agentes sociais da produção do espaço? Segundo Corrêa (2018, p. 44),

São eles os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o estado e os grupos sociais excluídos. A partir de sua ação, o espaço é produzido, impregnado de materialidades, como campos cultivados, estradas, represas e centros urbanos com ruas, bairros, áreas comerciais e fabris, mas também pleno de significados diversos, como aqueles associados à estética, status, etnicidade e sacralidade.

Segundo apontado por Bomtempo (2011), os diferentes agentes sociais (atores) podem também ser definidos como instituições, as quais podem ser agentes decisórios que empreendem firmas ou empresas em um determinado território, que por sua vez são atrativas aos trabalhadores que se estabelecem nesses locais. Para Markusen (2005, p. 58) podem-se citar outros atores importantes, que são representados por “entidades de caráter não lucrativo, cooperativas, grupos comunitários, associações profissionais, organizações religiosas, indivíduos e, acima de tudo, o Estado”⁴⁶.

Cumpramos ressaltar ainda que os agentes sociais não são imutáveis e que eles evoluem e se modificam no decorrer do tempo na organização do território em estudo. Em Santa Cruz do Rio Pardo, isso também vem ocorrendo desde sua origem como município até os dias atuais, em seus diferentes ciclos econômicos, como veremos adiante. Conforme salienta Corrêa (2018, p. 46-47),

Bancos, companhias de seguros, empreiteiras, em empresas ferroviárias e de bondes, fábricas têxteis, firmas comerciais e de serviços, proprietários fundiários, grupos de previdência privada, grupos sociais excluídos, indivíduos com investimentos e ordens religiosas participam, alguns há muito tempo, em maior ou menor intensidade, do processo de produção do espaço. A ação desses agentes sociais - seja expressando tipos ideais puros ou desdobramento funcional de longa ou curta duração - está inserida no processo de produção, circulação e consumo de riquezas no interior de uma sociedade que se caracteriza por ser social e espacialmente diferenciada. A complexidade do processo de produção do espaço envolve, por exemplo, negociações entre agentes sociais tão distintos quanto às ordens religiosas e as empresas do setor da promoção imobiliária.

⁴⁶ De acordo com Markusen (2005), a instituição é entendida como um conjunto de códigos, regras formais e imposições informais. A adesão individual dos agentes gera um “espaço comum de representação, de regras de ação e modelos de pensamento e de ação”. Em oposição, as organizações constituem em espaço de definição das práticas e das estratégias de agentes dentro de um conjunto de regras implementadas pelas instituições (Bomtempo, 2011, p. 205).

Com isso, pode-se observar a transformação da economia santa-cruzense e seus diferentes setores produtivos, tais como a agropecuária, as máquinas de beneficiamento de cereais, a origem da indústria de transformação, a indústria de couro, calçados e vestuário, a indústria de alimentos (incluindo a diversificação produtiva da indústria de beneficiamento de arroz) e a mais recente atividade econômica do município, a fabricação de ração para animais, que já conta com quatro unidades industriais no município.

No entanto, tanto Mourão (2002) quanto Bomtempo (2011) desenvolvem suas pesquisas relacionadas ao desenvolvimento da indústria de alimento no município de Marília, que é sede da Região Administrativa de Marília, composta por 51 municípios, sendo classificada como uma cidade média, enquanto o objeto de estudo deste trabalho se constitui em uma pequena cidade na Região de Governo de Ourinhos, que é uma das quatro regiões de governo da Região Administrativa de Marília, conforme já estudado no capítulo 4.

Com isso, a relação existente entre os agentes presentes será diversificada e dispersa no território, não apresentando uma estrutura coesa e conectada como a verificada no município de Marília. Também a ausência de alguns atores no território municipal tornará essa estrutura mais frágil e com menor poder de liderança e atração de firmas e empresas para o município de Santa Cruz do Rio Pardo, consolidando seu desenvolvimento regional. Com isso, ocorrerá maior dependência externa de municípios vizinhos ou próximos (Ourinhos, Marília e Bauru), para completar a estrutura dos agentes locais empreendedores, para sanar e satisfazer suas deficiências e necessidades em alguns setores da sociedade.

As empresas industriais do Oeste Paulista, e neste caso, também em Santa Cruz do Rio Pardo, são exemplos de empreendimentos que emergiram do capital local e familiar, na maioria das vezes, provenientes de atividades ligadas à agricultura.

Mesmo apresentando uma gênese comum entre os diferentes núcleos urbanos, a partir dos anos de 1950 “há uma modificação na estrutura produtiva regional e essas cidades deixam de ter características comuns passando a apresentar especificidades” (GOMES, 2007, p. 33), ocorrendo o fortalecimento do capital local das indústrias instaladas, dando início ao processo de especializações territoriais produtivas:

As “especializações territoriais produtivas” do período da globalização geram uma nova divisão territorial do trabalho e ampliam “[...] a necessidade do intercâmbio, que agora se dá em espaços mais vastos. Afirma-se uma especialização dos lugares que, por sua vez, alimenta a especialização do trabalho. É o império, no lugar, de um saber-fazer ancorado num dado arranjo de objetos destinados à produção” (Santos e Silveira, 2008).

As empresas instaladas em Santa Cruz do Rio Pardo surgem com o objetivo de atender à demanda da população local e regional, que agregavam pouco investimento em capital e tecnologia, tais como confecção, calçados, manufaturas em madeira e, em maior número, empresas ligadas ao ramo alimentício. As indústrias instaladas no município possuíam, até os idos de 1960, a estrutura baseada no beneficiamento e processamento de produtos agrícolas, contando com empresas de fabricação de máquinas e equipamentos nesse setor.

As empresas de beneficiamento instaladas no município de Santa Cruz do Rio Pardo se adequaram às exigências do sistema capitalista de produção global e às novas exigências do mercado, ocorrendo uma reestruturação produtiva. “Além disso, a proximidade geográfica e organizacional dos agentes públicos e privados articulados ao ramo alimentício contribuíram para a consolidação dessa atividade na cidade [...]” (BOMTEMPO, 2011, p. 200).

As indústrias instaladas em Santa Cruz do Rio Pardo classificam-se em micro, pequenas, médias e grandes empresas (poucas empresas) que atuam nas escalas local, regional, nacional e até internacional (como será visto adiante com a empresa Agroterenas).

A comercialização dos produtos produzidos e distribuídos pelas empresas (notadamente, as indústrias alimentícias) de Santa Cruz do Rio Pardo é efetivada entre os fabricantes e os comerciantes, através dos representantes comerciais dessas empresas e por revendedores em diversas cidades da região e do Estado.

Essas empresas comercializam seus produtos em pequenos estabelecimentos comerciais, em supermercados e em redes de hipermercados (com destaque para a capital paulista e região metropolitana, como será estudado) e atuantes no território paulista e em escala nacional. Para agradar aos gostos do consumidor, que estão mais exigentes a cada dia, e para consolidarem sua posição no mercado, as indústrias de alimentos buscaram reestruturar sua produção, com uma nova forma de gestão da empresa, com a aquisição de novas máquinas incorporadas ao processo produtivo, no lançamento de novas linhas de produtos e melhoria no marketing de divulgação, na adoção de normas de fabricação e controle de qualidade de produção rigorosos.

Seguindo os estudos de Mourão (2002) e Bomtempo (2011) na indústria alimentícia no município de Marília, serão elencados a seguir os principais atores (entidades) existentes em Santa Cruz do Rio Pardo e que impulsionam o desenvolvimento das empresas industriais no território, tais como “os representantes do poder público local, estadual e federal; instituições; associações e cooperativas; escolas técnicas e universidades públicas e privadas” (Bomtempo, 2011, p. 206-207), segundo a realidade verificada em trabalho de campo (2021) no município santacruzense, como será estudado a seguir.

5.1. Os Principais Atores Sociais participantes na Organização Econômica do Município de Santa Cruz do Rio Pardo

5.1.1. Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo é composta essencialmente pelo Gabinete do Prefeito, pela Controladoria Geral do Município e pelas Subprefeituras dos Distritos de Caporanga e Sodrélia. Segundo levantamento realizado, a Prefeitura Municipal conta com uma estrutura de 13 secretarias, com suas respectivas atribuições e estruturas, assim distribuídas: Secretaria da Administração, Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura, Secretaria de Saúde, Secretaria Municipal da Agricultura, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência e de Desenvolvimento Social, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Obras, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Turístico, Secretaria de Gestão e Comunicação Social, Secretaria de Assuntos Jurídicos e Secretaria de Finanças (PMSCR, 2020) (Figura 19).

Para fins de estudo sobre as atribuições do desenvolvimento econômico, responsável pelos órgãos e instituições dedicadas ao setor industrial do município, destaca-se a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Turístico, que é responsável pela administração do Distrito Industrial “Michiyoshi Suzuki”, do Posto de Atendimento do Trabalhador (PAT) (que será estudado adiante), do Departamento Municipal de Trânsito (DEMUTRAN), do Departamento de Tecnologia da Informação e do Departamento de Vias Urbanas e Iluminação Pública. Além desses, ainda mantém parcerias com os governos federal (Seção do Ministério do

Trabalho e da Junta Militar no município) e estadual (Banco do Povo Paulista, que será estudado adiante).

Segundo apurado em pesquisa de campo, as ações políticas existentes no município de Santa Cruz do Rio Pardo para a atração de investimentos industriais estão relacionadas à Prefeitura e à Secretaria de Desenvolvimento. Uma das principais características é a distribuição de lotes urbanizados no Distrito Industrial; entretanto, essa ação esbarra em problemas jurídicos, licenças ambientais e problemas estruturais, pois a infraestrutura básica não está completa.

Também ocorre um estímulo fiscal, como a isenção de impostos. No entanto, a prefeitura possui apenas um tipo de imposto municipal, o Imposto Sobre Serviços (ISS), ocasionando um desconto de 5%, o que não pode ser considerado um fator de atração de empresas. A margem de isenção é pequena, pois o município possui apenas o ISS, Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza, que é um imposto municipal.

Existe acordo entre os poderes públicos no que diz respeito ao sistema educacional para o estabelecimento de convênios com a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria de Desenvolvimento, da Assistência Social, com entidades educacionais do sistema S (SESI e SENAI), escola técnica do Centro Paula Souza, SEBRAE e outras instituições públicas, para a realização de cursos técnicos e profissionais, para proporcionar mão de obra qualificada e capacitada com a finalidade de atrair empresas para o município.

Concluindo, os atores geográficos participantes da coletividade apontaram um prognóstico da situação do município, em termos de atuação política, que são citados como positivos ou negativos em relação ao desenvolvimento econômico e industrial de Santa Cruz do Rio Pardo. No entanto, também identificam as questões sobre a problemática existente em relação às autoridades políticas do município, pois a situação de seu desenvolvimento industrial já se encontra estabelecida há várias décadas, sem ser efetivamente implantada e priorizada pelos órgãos públicos, como será visto mais adiante.

Torna-se evidente a falta de vontade, de políticas públicas que possam facilitar a atração de novos empreendimentos, da maior participação das entidades que possam pressionar a governança regional e local, a fim de gerar novos projetos de desenvolvimento territorial local (APLs, Comitês, Câmaras Setoriais etc.) que possam beneficiar a sociedade santa-cruzense.

5.1.2. Banco do Povo Paulista / Santa Cruz do Rio Pardo

Segundo Bomtempo (2011, p. 260),

O Banco do Povo Paulista é um programa de microcrédito implantado pelo Governo do Estado de São Paulo em 1998. Faz parte da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho e atua em parceria com as prefeituras. Tem como objetivo promover a geração de emprego e renda, por meio da concessão de microcrédito para o desenvolvimento de pequenos negócios, formais ou informais⁴⁷.

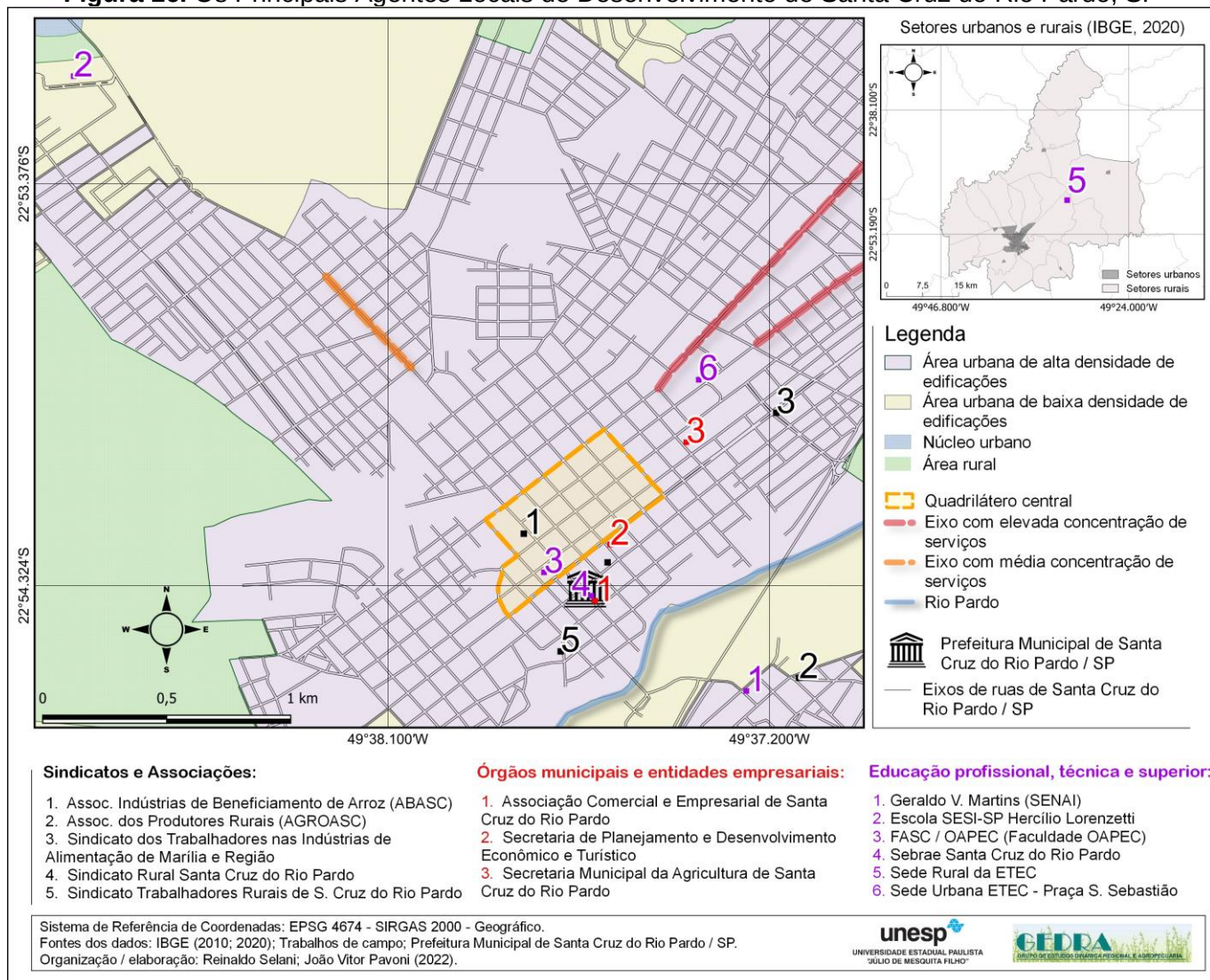
O Banco do Povo Paulista está instalado na Avenida Tiradentes, 438, Centro, na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, na Casa do Empreendedor, local onde estão localizados órgãos públicos, inclusive a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Turístico e o PAT (Posto de Atendimento do Trabalhador).

A assinatura do convênio entre a Prefeitura e a SERT (Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho) para conceder crédito para a manutenção e geração de ocupação e renda ocorreu no dia 03 de dezembro de 1999, e o início do funcionamento no município se deu em 20 de julho de 2000. Apesar de ser denominado Banco do Povo Paulista, a entidade não possui uma agência bancária como as demais agências financeiras e não disponibiliza talão de cheque e cartões de crédito.

Segundo levantamento de campo, a unidade de crédito de Santa Cruz do Rio Pardo é composta por duas equipes básicas e essenciais, uma constitui-se dos agentes de crédito e a outra pelo comitê de crédito municipal. Este comitê é constituído pelos representantes da Prefeitura, da Comissão Municipal de Emprego, do SEBRAE e da Agência do Banco do Brasil do município.

⁴⁷ O público-alvo são os empreendedores de pequenos negócios, aqueles que possuem baixa renda, que são classificados como formal ou informal, e que na maioria das vezes, não têm acesso à rede bancária tradicional ou que não possuem condições para pagar os juros do mercado financeiro. É interessante também para as cooperativas e outras formas de associações de produção legalmente constituídas (nota do autor).

Figura 16. Os Principais Agentes Locais de Desenvolvimento de Santa Cruz do Rio Pardo, SP



Fonte: IBGE (2010, 2020) / Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo (2022)

O Banco do Povo Paulista, por não ser uma personalidade jurídica, contratou o Banco do Brasil, anteriormente o Banco Nossa Caixa S/A, para realizar o serviço bancário, isto é, desde o contrato com os tomadores de crédito, emissão do cheque de crédito e do carnê das prestações, realização de pagamentos e cobranças, entre outros.

De acordo com pesquisa realizada sobre a situação dos recursos provenientes para o Banco do Povo, constatou-se que 90% do dinheiro do fundo é originário do Estado, que também é responsável pela formação e treinamento dos agentes de crédito, assim como a administração geral do programa.

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo é responsável pelos 10% do dinheiro repassado ao fundo, as despesas com as contratações dos agentes de crédito no município, celebrando o vínculo empregatício com a Prefeitura. Além disso, “ela fornece o local, os materiais, equipamentos de trabalho e transporte para os agentes no município” (SOUZA, 2008, p. 11).

No trabalho de Souza (2008), são apontadas as condições necessárias para o empreendedor ter direito ao microcrédito. Segundo a autora,

O cliente pessoa física ou autônomo tem que ser brasileiro nato, naturalizado ou legalizado, que seja capaz de responder por seus atos perante a sociedade, possuir Carteira de Identidade expedida por órgão oficial, estar inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Ministério da Fazenda e mais alguns requisitos, como ter mais de 18 anos de idade. Menor, com idade entre 16 e 17 anos será assistido por seus pais ou responsáveis legais, que irão assinar o contrato e outros documentos em conjunto com o cliente, ou, desde que emancipado legalmente por seus pais ou responsáveis legais, casado ou ainda com firma legalmente constituída (SOUZA, 2008, p. 11-12).

Conforme destacado no trabalho de Bomtempo (2011, p. 261), “os profissionais articulados ao ramo alimentício que buscam créditos junto ao Banco do Povo são micro e pequenos empresários que utilizam o dinheiro, muitas vezes, para a compra de máquinas e equipamentos”. Em Santa Cruz do Rio Pardo, também se verificou uma situação bastante semelhante para os micro e pequenos empresários do município.

5.1.3. Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) / Santa Cruz do Rio Pardo

O Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) de Santa Cruz do Rio Pardo também é uma parceria da Prefeitura Municipal com os poderes públicos estadual e

federal. Sua localização, assim como o Banco do Povo Paulista, é na Casa do Empreendedor.

Segundo os apontamentos de Bomtempo (2011, p. 270-271),

Entre as atribuições do PAT, destacam-se o cadastramento de trabalhadores e empresas com o intuito de suprir as demandas por emprego no município de Marília, a realização de cálculos trabalhistas, o cadastro de currículos, o cadastro do trabalhador (via internet) no programa “Emprega São Paulo”, a realização de parte do processo de contratação do trabalhador, como por exemplo, a entrevista, além da oferta de cursos profissionalizantes.

Em Santa Cruz do Rio Pardo, a prefeitura mantém uma página no site oficial⁴⁸ sobre a disponibilidade de vagas de trabalho no município e na região, de acordo com a formação e o nível de instrução do candidato. Também a divulgação das vagas é realizada pela imprensa falada e escrita do município, tais como jornais, rádios, sites, entre outros.

5.1.4. Ministério do Trabalho e Emprego / Seção Santa Cruz do Rio Pardo

Segundo Bomtempo (2011, p. 267),

A estrutura organizacional do Ministério do Trabalho e do Emprego envolve todo o território brasileiro. Ela é decorrente da política de regionalização do Ministério implantada na década de 1970. Tal política tinha como objetivo atender a todas as reivindicações relacionadas ao emprego e trabalho no Brasil, considerando questões gerais e específicas de cada região, daí serem estruturadas as agências regionais. A sede funciona em Brasília e, em cada estado, existe uma superintendência. No estado de São Paulo, funcionam vinte e cinco regionais, sendo Marília uma delas. A Gerência Regional do Trabalho de Marília é composta por cinquenta e nove municípios e possui seis agências instaladas nas cidades de Assis, Bastos, Paraguaçu Paulista, Tupã, Ourinhos e Santa Cruz do Rio Pardo, abrangendo, cada uma delas, em média de quatro a quinze dos municípios sob a coordenação da Gerência Regional.

Assim como o Banco do Povo Paulista e o Posto de Atendimento do Trabalhador/PAT, o Ministério do Trabalho e Emprego está instalado em um prédio público municipal, a Casa do Empreendedor. Segundo verificado em trabalho de campo, ele realiza atendimentos à população em geral, com emissão de carteira de trabalho nacional e estrangeiro, esclarece o cidadão sobre seus direitos constitucionais, orienta quanto à aposentadoria e sobre as convenções coletivas (acordo entre as relações de trabalho nas empresas e sindicatos, das

⁴⁸ Site do PAT/Prefeitura de Santa Cruz do Rio Pardo
<<https://www.santacruzoriopardo.sp.gov.br/vagas-no-pat>>. Acesso realizado em 13 jun. 2021

regulamentações profissionais, entre outros), orienta quanto ao seguro-desemprego e ao RAIS/CAGED, entre outros serviços disponibilizados.

Também realiza auditorias, com audiências individuais (trabalhadores) e coletivas entre as partes envolvidas, com a presença de sindicatos dos trabalhadores (todas as categorias profissionais) e patronal, através do Ministério do Trabalho e Emprego, fiscalização de denúncias sobre exploração da força de trabalho etc.

A Seção do Ministério do Trabalho e Emprego em Santa Cruz do Rio Pardo está subordinada à Regional de Marília, de onde depende de vários serviços e da realização das fiscalizações na área de abrangência.

Na regional de Marília, as ações de fiscalização têm se intensificado nos últimos anos, de acordo com a entrevistada, principalmente devido à expansão da cana-de-açúcar na região. Na cidade, devido à concentração industrial, as fiscalizações são constantes, mas o trabalho não é feito exclusivamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego, havendo participação também dos sindicatos. As ocorrências registradas em Marília são basicamente relacionadas à jornada de trabalho excessiva e ausência de registro em carteira, sobretudo no setor de comércio e serviços, e a acidentes de trabalho, principalmente na indústria (BOMTEMPO, 2011, p. 268).

Na área abrangida pela Seção do Ministério do Trabalho e Emprego de Santa Cruz do Rio Pardo, a agricultura é predominante, com plantações de cana-de-açúcar e de laranja (especialmente nos municípios de Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo e Espírito Santo do Turvo), demandando um amplo território para a ocorrência das fiscalizações das condições de trabalho. Em relação à indústria, com destaque para Santa Cruz do Rio Pardo, as condições para as micro e pequenas empresas são de pouco potencial para investimentos nas condições apropriadas para o trabalho, o que acaba gerando riscos de acidentes de trabalho e degradando as condições de trabalho nas empresas.

5.1.5. Associação Comercial e Empresarial de Santa Cruz do Rio Pardo (ACE/SCRCP)

No ano de 1973, comerciantes e empresários de Santa Cruz do Rio Pardo fundaram a ACISC – Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Rio Pardo⁴⁹

⁴⁹ Apesar de ser importante uma entidade no município, a Associação ficou sem atividades no período de 1974 a 1983, quando em uma reunião realizada no dia 8 de setembro de 1983, um grupo de 33 empresários, sentindo a necessidade de uma entidade de classe que os representasse, decidiram reativar a Associação Comercial tendo como primeiro presidente, Silvio Franciscan Neto (nota do autor).

–, tendo como seu primeiro presidente o proprietário da Rádio Difusora Santa Cruz, Amerquiz Júlio Ferreira. No entanto, não havia ainda consciência segura para aquela união. A entidade foi desativada pouco tempo depois. Dez anos mais tarde, a Associação ressurgiu através dos esforços dos empresários Sílvio Franciscon Neto e José Aparecido Goulart (Nino). Com isso, novas ideias surgiram, e uma delas foi a da instalação, na cidade, do Corpo de Bombeiros (JUNQUEIRA, 1994, p. 365).

Segundo Junqueira (1994), depois de mais de vinte anos de sua fundação, a ACISC mudou de nome, passando a chamar-se ACE (Associação Comercial e Empresarial). Os presidentes posteriores demonstraram aos associados credibilidade e segurança na nova instituição, através de informações empresariais, projetos e parcerias.

Em relação à pesquisa de campo de informações da ACE (2013, n. 32, p. 18-22), constatou-se que os associados da ACE/SCRP possuem uma série de vantagens, com destaque para os planos de saúde (por apresentar um preço menor que o plano particular), serviços de consulta ao SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito⁵⁰), cheques de pessoa física e jurídica, realização de serviços pela secretaria da entidade, com preços diferenciados para os afiliados. “Além disso, a ACE disponibiliza projetos, cursos, palestras, videoteca (vídeos de motivação e incentivo aos funcionários e empresários) etc.” (JUNQUEIRA, 1994, p. 365).

A Associação Comercial e Empresarial de Santa Cruz do Rio Pardo se encontra filiada à FACESP (Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo). Em suas dependências, encontra-se estabelecido o Posto de Atendimento ao Empresário (PAE), que é uma unidade do SEBRAE (Serviço de Apoio às micro e pequenas Empresas), atuando em parceria com a Prefeitura Municipal, Associação Comercial e Empresarial, Associação dos Beneficiadores de Arroz de Santa Cruz do Rio Pardo e SEBRAE de São Paulo, através da Regional de Ourinhos.

Um projeto desenvolvido com sucesso pela Associação Comercial e Empresarial de Santa Cruz do Rio Pardo é o Projeto EMPREENDER, para assessoria de micro e pequenas empresas. Trata-se de um processo de associativismo ou união de micro e pequenas empresas da mesma área de atividade no mercado. Periodicamente, essas empresas se reúnem para intercambiar experiências e

⁵⁰ O Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC) é administrado pela Boa Vista Serviços (nota do autor).

soluções. As reuniões, porém, não ocorrem de maneira aleatória, mas são coordenadas por um consultor treinado pelo SEBRAE.

Para Bomtempo (2011), o “Programa Empreender”, que também foi implantado pela Associação Comercial e Industrial de Marília no ano de 2004 e se encontra em atividade atualmente, “consiste em reunir empresários de um mesmo setor e discutir os problemas, os desafios e as possibilidades existentes” (BOMTEMPO, 2011, p. 211).

Outro projeto que oferece grandes oportunidades para comerciantes e demais empresários da cidade, que é desenvolvido pela ACE/SCRP, é o programa EMPRETEC. Seu principal objetivo é o de estimular os atuais e futuros empresários, que conhecem as características de seus empreendimentos, a buscarem se tornar competitivos no mercado.

A ACE/SCRP já passou por várias sedes, sendo que atualmente ela se encontra instalada no prédio do antigo Clube dos Vinte (Figura 16). Segundo citado por Junqueira (1994, p. 365), esse espaço,

Tornou-se, no alvorecer do século XXI, a sede de uma nova efervescência em Santa Cruz do Rio Pardo. No passado, o Clube fora o grande templo dos sonhos dos anos dourados da sociedade santa-cruzense. Atualmente, como sede da Associação Comercial e Empresarial, os eflúvios dos velhos tempos de dinamismo social da cidade se incorporam a um novo dinamismo comercial e empresarial.

Segundo informações da ACE/SCRP, atualmente a entidade conta com mais de 800 sócios e oferece diversidade de serviços para os seus associados, como os já destacados projetos Empreender e Empretec, o Posto de Atendimento do SEBRAE-SP (que será trabalhado a seguir), o Movimento Degrau e Cooperativa de Crédito SICOOB Paulista.

5.1.6. Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE)

O Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) surgiu no início dos anos 1970, sendo considerado um projeto inovador para aquele momento, inicialmente para atender às pequenas e médias empresas. Segundo

informações do SEBRAE (2021)⁵¹, podem-se destacar algumas fases importantes na história dessa entidade:

- Em 17 de julho de 1972, por iniciativa do BNDE e do Ministério do Planejamento, foi criado o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa (Cebrae). O Conselho Deliberativo do Cebrae com “C” contava com a Finep, a Associação dos Bancos de Desenvolvimento (ABDE) e o próprio BNDE;
- Em 1977, a instituição atuava com programas específicos para as pequenas e médias empresas. Em 1979, havia formado 1 mil e 200 consultores especializados em micro, pequenas e médias empresas. No final dos anos 70, programas como Promicro, Pronagro e Propec levaram aos empresários o atendimento de que necessitavam nas áreas de tecnologia, crédito e mercado;
- A partir de 1982, o Cebrae passou a ter também uma atuação política. Nessa época, surgem as associações de empresários com força junto ao governo e as micro e pequenas empresas passam a reivindicar mais atenção governamental;
- Nos governos Sarney e Collor (1985-1990), o Cebrae enfrentou uma série de crises que o enfraqueceu como instituição. Neste período, sua vinculação passou do Ministério do Planejamento para o Ministério da Indústria e Comércio (MDIC). Com grande instabilidade orçamentária, muitos técnicos deixaram a instituição. Em 1990, foram demitidos 110 profissionais, o que correspondia a 40% do seu pessoal;
- Em 9 de outubro de 1990, o Cebrae foi transformado em Sebrae pelo decreto n.º 99.570, que complementa a Lei n.º 8.029, de 12 de abril. A entidade desvinculou-se da administração pública e transformou-se em uma instituição privada, sem fins lucrativos, mantida por repasses das maiores empresas do país, proporcionais ao valor de suas folhas de pagamento. De lá para cá, o Sebrae ampliou sua estrutura de atendimento para todos os estados do país, capacitou inúmeras pessoas e ajudou na criação e desenvolvimento de milhares de micro e pequenos negócios por todo o país (SEBRAE, 2021).

O Posto SEBRAE de Santa Cruz do Rio Pardo, que faz parte do Escritório Regional do SEBRAE de Ourinhos, instalado nas dependências da Associação Comercial e Empresarial de Santa Cruz do Rio Pardo (ACE/SCRPR), foi criado para orientar o micro e pequeno empresário sobre como montar sua empresa e como solucionar problemas do dia a dia, sejam eles relacionados aos setores de recursos humanos, administrativo ou financeiro. De acordo com a agente de desenvolvimento do Posto SEBRAE local entrevistada, os empresários, além das orientações das agentes do posto, contam com consultorias, projetos, palestras e cursos na maioria das vezes gratuitos (Figura 19).

Segundo informações da Revista ACE (2010, n.º 17, p. 7),

⁵¹ Site do SEBRAE (consultado):

<[https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos#:~:text=Sebrae%20com%20%22C%22,ABDE\)%20e%20o%20pr%C3%B3prio%20BNDE](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos#:~:text=Sebrae%20com%20%22C%22,ABDE)%20e%20o%20pr%C3%B3prio%20BNDE)>. Acesso em 21 dez. 2021.

Os empresários santa-cruzenses e seus colaboradores, são considerados empreendedores diferenciais, por serem muito participativos em palestras e cursos ministrados pelo SEBRAE. [...] um dos projetos de desenvolvimento realizado no município é o APL - Arranjo Produtivo Local, direcionado aos empresários do setor calçadista. Com este projeto, o empresário recebe consultoria e apoio para participar das feiras e eventos, o que ajuda a melhorar o desempenho de vendas e o contato com fornecedores e clientes. Vale lembrar que o município de Santa Cruz do Rio Pardo é o 4.º Polo Calçadista do Estado de São Paulo.

Segundo pesquisa realizada no Posto SEBRAE de Santa Cruz do Rio Pardo, foi informado sobre a realização do Projeto CULTCOOP (Cultura da Cooperação) que foi destinado ao setor calçadista, sendo a cidade escolhida pelo SEBRAE Nacional para implantação de um Projeto Piloto chamado “Ferramenta de Gestão Financeira da Organização à Decisão”, com a realização de consultorias individual e coletiva, de acordo com a necessidade de cada empresa participante.

Outro detalhe é que além do funcionário, o proprietário também deve obrigatoriamente estar envolvido no processo para que as mudanças e correções possam acontecer de maneira efetiva, após o término da consultoria. Os temas abordados são: controle financeiro, capital de giro, pró-labore, liquidez, margem de contribuição, ponto de equilíbrio, planejamento orçamentário, entre outros (Revista ACE, 2009, n.º. 13, p. 13).

O Aprender a Empreender é um programa destinado aos pequenos empresários que buscam capacitação e noções sobre gestão de negócios, onde os temas abordados são o planejamento e a gestão e controle de gastos, e às pessoas que pretendem iniciar seu negócio. Possui carga horária de 24 horas, sendo realizado através de tele aulas no período de uma semana.

Nos cursos, são discutidas as possíveis soluções para cada caso, ou seja, a implantação de novos produtos ou serviços, a mudança do layout e a informatização do estabelecimento, a capacitação dos colaboradores, enfim, uma série de mudanças que o empresário pode fazer para superar os desafios e desenvolver sua empresa.

5.1.7. Associação dos Beneficiadores de Arroz de Santa Cruz do Rio Pardo (ABASC)

A criação da Associação dos Beneficiadores de Arroz de Santa Cruz do Rio Pardo (ABASC) favoreceu o relacionamento entre os empresários do setor de beneficiamento do arroz e a Bolsa de Cereais do Estado de São Paulo. No início de 1992, a entidade era muito recente e produzia poucos benefícios para as empresas associadas. Atualmente, a entidade e as empresas arrozeiras de Santa Cruz do Rio

Pardo são conveniadas à Associação Comercial e Empresarial de Santa Cruz do Rio Pardo (ACE/SCRP) e ao Polo do SEBRAE local (Figura 19), contando com todos os benefícios que essas entidades proporcionam para as empresas beneficiadoras de arroz se desenvolverem e diversificarem suas produções.

A ABASC é filiada à Associação Brasileira da Indústria do Arroz (ABIARROZ):

Sediada em Brasília-DF, a Abiarroz acompanha os principais eventos relacionados à atividade industrial orizícola, privilegiando-se da proximidade com os órgãos públicos responsáveis pela gestão dos interesses do segmento, incluindo-se o Congresso Nacional, os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Mdic, Relações Exteriores - MRE, Fazenda - MF, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, Confederação Nacional da Indústria - CNI, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - Apex, etc. (ABIARROZ, 2022)⁵².

Os transportadores de arroz já reconhecem o município de Santa Cruz do Rio Pardo como a “capital do arroz”⁵³, dada a grande demanda do produto para as empresas cerealistas locais. No início de 1992, o município santa-cruzense possuía 18 arrozeiras que beneficiavam e comercializavam 15% do que o Estado de São Paulo consumia de arroz. Atualmente, são apenas 7 arrozeiras no município santa-cruzense, sendo que 6 delas são associadas à ABASC: São João Alimentos, Solito Alimentos, Picinin Alimentos, Guacira Alimentos, Valle Branco Alimentos e Cerealista Rosalito, que serão estudadas mais adiante.

Graças à atuação da ABASC no setor de beneficiamento de arroz, a oferta de arroz beneficiado conseguiu chegar aos mercados consumidores da cidade de São Paulo, da Área Metropolitana da Grande São Paulo e a quase todas as cidades do interior paulista, onde consolidou suas marcas junto aos consumidores cada vez mais exigentes na qualidade do produto no início dos anos de 1990.

Segundo o empresário José Pegorer, dirigente da ABASC (1992),

Esse potencial na comercialização do produto rendeu o privilégio da cidade ter um representante na Bolsa de Cereais de São Paulo. Até uma Associação dos Beneficiadores de Arroz de Santa Cruz foi formada no ano passado para defender os interesses da categoria. O empresário José Pegorer dirige a associação, que ainda está se estruturando. Mas tudo indica que esse é o

⁵² Site da ABIARROZ (consultado): <<http://abiarroz.com.br/institucional>>. Acesso em 22 jan. 2022

⁵³ A formação do polo arrozeiro se iniciou na década de 1960, quando a família Pegorer criou as primeiras empresas de beneficiamento de arroz na fazenda Água das Pedras. Dando sequência ao sucesso obtido no beneficiamento e comercialização do arroz, a família e parentes foram abrindo novas empresas de beneficiamento de arroz, e ampliando o número delas no município, até chegar no início de 1992 com dezoito arrozeiras em produção e em fase de expansão nos negócios (DEBATE, 1992).

setor que mais deverá crescer nos próximos anos. Em arrecadação de impostos para o município, a indústria arrozeira já desbancou a Usina de Alcool Sobar de Espírito Santo do Turvo, ocupando a primeira colocação. É, também, o setor responsável pelo emprego de 1.000 pessoas e mais centenas indiretas, principalmente na contratação de motoristas autônomos para transportar o produto aos grandes centros consumidores (DEBATE, 1992).

Depois de Santa Cruz, os maiores polos arrozeiros estão localizados no interior do Estado do Rio Grande do Sul, que produz 50% do arroz consumido no território brasileiro. O que favoreceu o desenvolvimento da indústria de beneficiamento de arroz em Santa Cruz do Rio Pardo foi a localização geográfica, pois com a melhoria dos meios de transporte e o surgimento de novas rodovias na região, conforme já estudado, o arroz sequeiro produzido no Mato Grosso tinha passagem obrigatória pelo município.

Segundo a visão dos empresários do setor de beneficiamento do arroz e da ABASC, a vocação de Santa Cruz do Rio Pardo para ser um polo de beneficiamento de arroz está fundamentada em alguns pontos:

- No fato de que a maioria dos proprietários dessas empresas são originários de uma mesma família ou parentes, que iniciaram o beneficiamento na antiga fazenda Água das Pedras;
- Outro fator determinante para que o polo arrozeiro se concretizasse no município deveu-se ao fato da existência da indústria Suzuki, que era fabricante de máquinas e equipamentos para o setor de beneficiamento de arroz (conforme será estudado adiante);
- Um terceiro ponto, diz respeito à localização geográfica do município, pois o arroz de sequeiro, utilizado anteriormente pelas empresas de beneficiamento, era produzido no Estado de Mato Grosso, e, obrigatoriamente, teria de passar por Santa Cruz do Rio Pardo para chegar aos grandes centros consumidores do Estado paulista;
- Para o setor de comercialização e da logística de distribuição do produto, excetuando-se o Vale do Paraíba, o município está localizado a uma distância média dos grandes centros consumidores, como São Paulo e Região Metropolitana da Grande São Paulo, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Presidente Prudente.

Atualmente, assume fator relevante para o desenvolvimento do polo arrozeiro santa-cruzensa a proximidade com Ourinhos, cidade considerada um importante entroncamento rodoferroviário estadual e nacional, pois com a preferência pelo arroz agulhinha, produzido no Rio Grande do Sul, o grão passa a ser transportado para Santa Cruz do Rio Pardo através da ferrovia, e posteriormente pela rodovia, através da frota de caminhões das próprias arrozeiras, conforme estudado anteriormente.

5.2. A Organização Sindical e as Relações de Trabalho nas Empresas de Santa Cruz do Rio Pardo, SP

Para o estudo dos sindicatos que congregam as empresas e os trabalhadores nos setores industriais e que estão inseridos diretamente na produção industrial, torna-se importante salientar a relação existente entre o trabalhador e os dirigentes e empresários das agroindústrias, como ela realmente ocorre.

O capitalismo é um regime de produção que se baseia em contradições. Segundo Thomaz Junior (1996, p. 237),

Capital e trabalho, coabitantes de um mesmo processo contraditório, mas enraizado em esferas diferentes do processo social da produção, um, ao se expressar no outro – elo fundamental de sustentação da contradição – se materializam sobre bases qualitativamente diferentes. O capital, de um lado, hegemoniza o processo, conformando assim, sob seu controle, a totalidade produtiva. O trabalho, por outro lado, ao inserir-se nesse processo, entra submetido, real ou formalmente, dependendo do desenvolvimento das forças produtivas.

Não se deve ocultar a importância que o mercado possui nas mediações sociais, inclusive o movimento sindical. O Estado acompanha as contradições existentes dentro da sociedade civil, intermediando as relações trabalhistas e os conflitos decorrentes, realizando as intervenções, quando necessárias, através de regulações mercantil, minimizando as relações do capital e do trabalho em favor do caráter hegemônico do capital.

Como resultado da exploração da força de trabalho, surge nesse momento, a função sindical. De forma específica, cabe ao trabalhador parte de uma pequena parcela da riqueza socialmente produzida na forma de salário, onde o trabalho, fragmentado a partir da divisão social e técnica,

Manifesta-se geralmente enquanto luta organizada sindicalmente que apresenta no plano do mercado a sua base de assentamento, ou seja, apesar do trabalho apresentar como raiz o lócus da produção, suas ações se dão fundamentalmente na esfera da circulação, isto é, o sindicato atua no terreno da repartição da riqueza social, em particular, as lutas salariais (THOMAZ JUNIOR, 1996, p. 243).

Entretanto, as ações do movimento sindical (representante entre o capitalista e o trabalhador) das empresas santa-cruzenses transformaram-se a partir da Greve de Guariba (1984), onde se coloca em discussão,

A questão da superexploração do trabalho e os projetos do capital, forjando, assim, a necessidade de um redimensionamento político da estrutura, organização e ação sindical, apontando claramente rumo ao controle do processo de produção, que teve como resposta do capital, a intensificação do processo de tecnificação (assenhoreando-se da hegemonia, jogando no

fracionamento do trabalho a partir da mecanização do corte de cana e dos sistemas de controle do processo de trabalho agroindustrial), aumentando ainda mais a escala dos desafios para o movimento sindical (THOMAZ JUNIOR, 1996, pp. 243-244).

Na atualidade, o que se destaca nos movimentos sindicais, além da questão salarial, é a adoção por parte das empresas de melhores condições de trabalho para todos os funcionários. Mas ainda há um percurso significativo a ser atingido, um caminho de diálogo entre o empresariado e os trabalhadores do setor industrial santacruzense, onde se construam trajetórias que representem melhorias na saúde e segurança do trabalho, onde o capitalista do setor produtivo possa entender que respeitar e valorizar o trabalhador é reconhecer que ele é importante no processo produtivo e não apenas mais um a ser substituído ou descartado, quando sofrer um acidente ou ser acometido por uma doença do trabalho, onde se respeitem os limites físicos de cada indivíduo, valorizando a qualidade de vida no trabalho. Isso faz toda a diferença no processo produtivo e produz um ambiente de trabalho mais saudável para todos.

5.2.1. Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Marília e Região (STIAM) / Subsede de Santa Cruz do Rio Pardo

Segundo informações da entidade, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Marília e Região (STIAM) foi criado em 3 de fevereiro de 1953 na cidade de Marília, Estado de São Paulo. Sua denominação inicial era “Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias do Arroz, Açúcar, Torrefação e Moagem de Café, Refinação de Sal, Panificação e Confeitaria, Cacau e Balas, Laticínios e Produtos Derivados, Massas Alimentícias e Biscoitos, Cervejas e Bebidas em Geral, Azeite e Alimentícios, Carnes e Derivados de Marília”, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A associação é transformada em sindicato no ano de 1962, passando a estar vinculada à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins do Estado de São Paulo (FETIASP), a nível estadual, e à Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA), em instância federal.

A formação do STIAM está diretamente atrelada à implantação das primeiras indústrias alimentícias de consumo final em Marília. Criado no ano de 1957, funcionou até 1967, quando foi fechado por conta das pressões impostas pelo regime militar que impedia qualquer manifestação política contrária à ditadura. Apenas em 1980, com o fim do período ditatorial, o STIAM voltou a funcionar, mais precisamente no dia 31 de março desse ano. O objetivo de

um sindicato sempre foi representar os trabalhadores, mas no período de 1980 a 1987, de acordo com entrevistado, as entidades “não tiveram tantas atuações, pois era um período de transição política e não sabíamos muito bem até onde poderíamos atuar, já que até então tudo era proibido, o patrimônio e os documentos do sindicato ficaram retidos pelos militares” (BOMTEMPO, 2011, p. 267).

Os trabalhadores das indústrias de alimentos estão associados com o Sindicato da Alimentação, ressaltando a atividade de beneficiamento de arroz e panificação predominante em Santa Cruz do Rio Pardo, em referência ao artigo 581 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), parágrafo 2.º, que diz: “entende-se por atividade preponderante a que caracterizar a unidade de produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades convirjam, exclusivamente, em regime de conexão funcional” (CLT, 1943, p. 139).

Devido à expansão das atividades industriais do setor alimentício, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Marília e Região (STIAM) criou uma base sindical na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo em setembro de 2015 (Figura 16). Antes desta data, os trabalhadores associados nas indústrias de alimentos de Santa Cruz do Rio Pardo estavam subordinados à subsede da cidade de Ourinhos.

A criação da subsede veio facilitar a vida dos trabalhadores que necessitam de atendimento às questões trabalhistas, previdenciárias, sindicais e outras. Também as homologações das rescisões dos contratos de trabalho, as quais, por força do art. 477, parágrafo 1.º da CLT, devem ser obrigatoriamente feitas pelo sindicato.

5.3. Entidades Educativas de Formação, Capacitação e Qualificação do Trabalhador em Santa Cruz do Rio Pardo

O curso técnico tem como objetivo dar oportunidade aos jovens e adultos para ingressarem no mercado de trabalho, desenvolvendo novas competências e habilidades. Em Santa Cruz do Rio Pardo existem, nessa modalidade de ensino, a ETEC “Orlando Quagliato”, pertencente ao Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”, e o Centro de Treinamento SENAI “Geraldo Vieira Martins” (SENAI), além de instituições de formação, capacitação e qualificação profissional, a exemplo da Menegazzo Cursos.

No que diz respeito à formação em nível superior, Santa Cruz do Rio Pardo conta com a Faculdade de Administração de Santa Cruz do Rio Pardo (FASC),

entidade administrada pela Organização Aparecido Pimentel de Educação e Cultura (OAPEC), onde atualmente funcionam os cursos de Administração e Direito. Possui também cursos superiores realizados na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), que possui um polo no município, e outras instituições que possuem polos educacionais na cidade, tais como Unicesumar, Uninter, UniFCV (Centro Universitário Cidade Verde), Estácio, Anhanguera e Anhembi-Morumbi (levantamento realizado em trabalho de campo, 2021). Nesta pesquisa, serão destacadas as contribuições das instituições de ensino ETEC “Orlando Quagliato” (Centro Paula Souza), Centro de Treinamento SENAI “Geraldo Vieira Martins” (SENAI) e Faculdade de Administração de Santa Cruz do Rio Pardo (FASC/OAPEC), como principais contribuidores para a formação, capacitação e qualificação da mão de obra para as atividades profissionais de que necessitam as indústrias do município.

Segundo informações obtidas pela direção e coordenações da instituição,

A Escola Técnica Estadual (ETEC) “Orlando Quagliato” foi fundada com a denominação de Colégio Técnico Agrícola Estadual de Santa Cruz do Rio Pardo através do Decreto n.º 52.553, de 06 de novembro de 1970, juntamente com outros nove colégios técnicos estaduais. Posteriormente, articulado ao Decreto n.º 52.689 de 08 de março de 1971, a escola subordinada à Diretoria de Ensino Agrícola (DEA), iniciou suas atividades letivas em 28 de março de 1971 com os cursos de Monitor Agrícola, de Técnico em Agropecuária e de Técnico em Economia Doméstica. Funcionou, a princípio, no Colégio Ave-Maria, em Santa Cruz do Rio Pardo, sendo que os cursos de Técnico em Agropecuária e Monitor Agrícola tinham suas aulas práticas realizadas na Fazenda Cachoeira localizada na Rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó, Km 309, em área doada pela família Quagliato. Por essa razão, a escola ficou conhecida como Colégio Agrícola “Orlando Quagliato”, pois mantida pela Prefeitura através de convênio assinado com o Estado e publicado no Diário Oficial de 19 de março de 1971, assim adotou e divulgou seu nome (CEETEPS, 2022).

Em 04 de agosto de 2008, a escola transfere seus cursos do período noturno, que vinham funcionando provisoriamente, desde 2002, na EMEIF “Prof.^a Maria José Rios”, para o prédio da antiga Delegacia de Ensino de Santa Cruz do Rio Pardo “Prof. Gentil Marques Valio”, iniciando assim, processo de cessão de posse do referido prédio pertencente à Secretaria de Educação do Estado (Figura 19). A ocupação do prédio pela escola era uma reivindicação de longa data da comunidade, uma vez que oferece as condições mais adequadas para melhor funcionamento dos cursos.

Seus 705 alunos são provenientes de Santa Cruz do Rio Pardo e de municípios da região, como Bernardino de Campos, Chavantes, Espírito Santo do Turvo, Ipaussu, Óleo, Ourinhos, São Pedro do Turvo; do Estado, como Bauru, Piraju, Manduri, Taguaí, Salto Grande, entre outros; e de outros Estados, como Paraná, Mato Grosso, Mato

Grosso do Sul, Minas Gerais e Pará. Seus cursos são considerados de boa qualidade e como referência dentro do Centro Paula Souza (levantamento realizado em trabalho de campo, 2022).

A escola oferece o Ensino Médio, Ensino Médio - Linguagens, Ciências Humanas e Sociais, Ensino Técnico (para os alunos que estão concluindo ou já concluíram o Ensino Médio), Ensino Técnico Integrado ao Médio/ETIM (Ensino Médio e Ensino Técnico concomitante) e Mtec-PI/Novotec, distribuídos da seguinte forma:

Manhã e tarde (sede rural): *Ensino Técnico Integrado ao Médio em Agropecuária (ETIM Agropecuária / período integral)* - São 4 (quatro) classes nessa modalidade de ensino, 2 (duas) turmas de 2.º ETIM Agropecuária e 2 (duas) turmas de 3.º ETIM Agropecuária, com aulas nos períodos da manhã e tarde; ***Profissional de Técnico em Agropecuária (Mtec-PI/Novotec)*** - 2 (duas) turmas de 1.º MTEC-PI Agropecuária, com aulas nos períodos da manhã e tarde.

ETEC “Orlando Quagliato” (sede urbana): *Ensino Médio (período da manhã)* – 1 (uma) turma com 30 alunos (3.ª série); ***Ensino Médio - Linguagens, Ciências Humanas e Sociais (período da manhã)*** – 2 (duas) turmas com 30 alunos cada (2.ª e 3.ª séries); ***Ensino Técnico Integrado ao Médio em Informática para Internet (ETIM Informática para Internet / período integral)*** – 2 (duas) turmas de 30 alunos (2.ª e 3.ª séries) e ***Ensino Médio com Habilitação de Técnico em Informática para Internet (Mtec-PI/Novotec - período integral)*** – 1 (uma) turma de 30 alunos (1.ª série).

Ensino Técnico (período noturno): São 10 (dez) cursos organizados da seguinte forma:

- 1. Técnico em Enfermagem (1.º Módulo)***
- 2. Técnico em Enfermagem (2.º Módulo)***
- 3. Técnico em Enfermagem (4.º Módulo)***
- 4. Técnico em Administração (1.º Módulo)***
- 5. Técnico em Administração (2.º Módulo)***
- 6. Técnico em Desenvolvimento de Sistemas (1.º Módulo)***
- 7. Técnico em Agroindústria (2.º Módulo)***
- 8. Técnico em Alimentos (3.º Módulo)***
- 9. Técnico em Agronegócio (3.º Módulo)***
- 10. Técnico em Segurança do Trabalho (2.º Módulo)***

(Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza / CEETEPS, 2022).

Conforme observado em pesquisa de campo (2022), a equipe escolar da ETEC “Orlando Quagliato” (direção, coordenação, corpo docente, orientador educacional, auxiliares docentes e funcionários) é comprometida com a educação e com a proposta pedagógica da escola e segue rigorosamente os objetivos propostos nos Planos de Curso e no Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais, ambos elaborados e propostos pelo Centro Paula Souza, ofertando um ensino público de qualidade, diante dos recursos disponíveis na unidade de ensino, e garantindo o sucesso do ensino-aprendizagem dos seus alunos, contribuindo significativamente para sua formação como cidadãos e futuros profissionais e perpetuando sua fama como uma escola técnica pública de referência para Santa Cruz do Rio Pardo e toda a região de Ourinhos.

O município também conta com o SENAI, entidade voltada ao serviço dedicado à aprendizagem industrial,

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) foi criado em 22 de janeiro de 1942, pelo Decreto Lei 4.048, do então Presidente Getúlio Vargas, com a missão de formar profissionais para a incipiente indústria nacional. Atualmente, o SENAI é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina. Seus cursos profissionais para 28 áreas da indústria brasileira, desde a iniciação profissional até a graduação e pós-graduação tecnológica (ALVES SOBRINHO, 2015, p. 9).

O SENAI de São Paulo foi instalado em 28 de agosto de 1942, sob a direção do Engenheiro Roberto Mange, que era então professor da Escola Politécnica de São Paulo, a qual vinha aperfeiçoando a utilização de métodos de formação nacional de trabalhadores desde a década de 1920. A entidade é ligada à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e ao Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) (Figura 19).

Segundo apontado por Gazzola (2005, pp. 10-11),

Em julho de 2003, o Sr. Afonso Locali, Diretor Presidente do Sindicato da Indústria de Calçados, Artefatos de Couro e Vestuário de Santa Cruz do Rio Pardo e o Sr. Geraldo Vieira Martins Júnior, representante do CIESP, solicitaram formalmente à Diretoria Regional do SENAI-SP a instalação de um Centro de Treinamento na cidade visando atender a demanda regional por educação profissional. Em 21 de outubro de 2003, foi assinado o convênio entre o SENAI-SP e a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) - Diretoria Regional de Botucatu e o Sindicato da Indústria de Calçados, Artefatos de Couro e Vestuário de Santa Cruz do Rio Pardo visando à conjugação de esforços para a instalação e o funcionamento de um Centro de Treinamento para a realização de programas de formação profissional destinados a atender, prioritariamente, trabalhadores empregados de empresas do setor

secundário da economia, situadas no município de Santa Cruz do Rio Pardo e região, ou a outros interessados que atendam aos requisitos para matrícula.

A unidade do SENAI de Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo, deu início às suas atividades em 10 de março de 2005⁵⁴, como fruto da parceria estabelecida pelos sindicatos, Prefeitura Municipal⁵⁵ e empresários de Santa Cruz e região, com o objetivo de auxiliar e promover o desenvolvimento nas indústrias locais e da região, ligadas aos ramos calçadista, do vestuário, metal/mecânico e de alimentos.

Batizado como Centro de Treinamento SENAI “Geraldo Vieira Martins”, em homenagem a um dos pioneiros na fabricação de calçados na região, atualmente oferece cursos de iniciação, qualificação e aperfeiçoamento profissional. Segundo informações da unidade (trabalho de campo, 2019), a instituição oferece cursos nas seguintes áreas:

- Calçadista: corte, pesponto, modelagem, design computadorizado e montagem de calçados;
- Elétrica: eletricitista instalador e comandos elétricos;
- Metal/mecânica: tornearia, fresa, matemática aplicada e torno CNC;
- Informática: informática básica, manutenção em micros e demais softwares utilizados na indústria, como auto Cad, Solid Works e Inventor;
- Gestão: contabilidade, capacitação para gestores, RH, administrativo, faturamento, estoquistas;
- Segurança: NR-10, NR-35, CIPA, segurança na operação de caldeiras e demais cursos na área de segurança necessários às indústrias;

⁵⁴ No entanto, conforme salienta Gazzola (2005, p. 11), “em 11 de agosto de 2004, o Centro de Treinamento SENAI “Geraldo Vieira Martins” recebeu autorização de funcionamento e passa a capacitar 64 alunos no curso de aprendizagem industrial ‘Confeccionador Industrial de Calçados’ divididos em 2 turmas, manhã e tarde, e mais 270 alunos nos cursos de Formação Inicial e Continuada”.

⁵⁵ “Finalmente a Municipalidade reafirmara o compromisso assumido no passado pela gestão do prefeito Clóvis Guimarães T. Coelho. Mantido o convênio entre o Ciesp, SENAI, Sindicato das Indústrias de Calçados e Prefeitura Municipal, o caminho estava aberto para a instalação definitiva da escola profissionalizante. Houve um investimento de R\$ 2.500.000,00 para a criação de uma estrutura que pudesse atender às diversas áreas de profissionalização da escola. O descortino político de Geraldo Vieira Martins Júnior lhe dá a firmeza de acreditar que Santa Cruz do Rio Pardo somente terá grandes oportunidades de crescimento quando seus políticos estiverem efetivamente comprometidos com o bem coletivo, abstraindo qualquer cor partidária ou individualista. As eleições municipais deverão revelar mandatários que estejam identificados às reais e às mais profundas necessidades da cidade, que tenham capacidade de gerenciamento, dom de empreender, personalidade para dirigir e habilidades para conviver com o contraditório, evitando confrontos prejudiciais ao progresso” (JUNQUEIRA, 1994, p. 355).

- Vestuário: Costura com máquinas industriais, modelagem de roupas e roupas íntimas;
- Logística: operador de empilhadeiras, operador de ponte rolante, operador de guincho tipo “munck”, operador de pá carregadeira e demais máquinas industriais;
- Construção civil: pedreiro, pintor, assentador de pisos e instalador hidráulico;
- Alimentos: tecnologia da panificação, padeiro e confeiteiro industrial.

Com a crescente demanda em alguns setores da economia do município de Santa Cruz do Rio Pardo e de outros municípios da região⁵⁶, novos cursos das áreas metalúrgica, agrícola e do vestuário estão sendo disponibilizados, tais como os cursos de soldador, de operador de máquinas agrícolas, manutenção em máquinas agrícolas e manutenção em máquinas de costura industriais. Disponibiliza também um curso destinado ao programa “menor aprendiz” na área calçadista, que possui carga horária de 800 horas, e serviços técnicos destinados às empresas, tais como consultorias na área de produção e gerência.

No ano de 2022, a unidade completa 17 anos de sua inauguração, tendo formado e certificado mais de 13.000 alunos e registrado mais de 12.000 horas de consultoria às empresas da região. O Centro de Treinamento SENAI “Geraldo Vieira Martins” está localizado na avenida Ângelo Carnavale, 305-B, bairro da Estação, Santa Cruz do Rio Pardo, SP, tendo acesso também pela Rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó (SP-225).

Na década de 1940, José Cesáreo Pimentel era dono de um escritório de contabilidade pública em Santa Cruz do Rio Pardo, sendo prestador de assistência a muitos municípios da região. Segundo relatos obtidos na Revista ACE (2009, n.º 13, p. 4), José Cesáreo Pimentel,

Anos mais tarde, assumiu como contador na Prefeitura Municipal de Santa Cruz. Com o vasto conhecimento na área e convicto de que a região necessitava de técnicos em contabilidade, montou em 1956, junto com sua esposa, a Professora Aparecida Cunha Pimentel, com o ex-deputado estadual Lúcio Casanova Neto e o reverendo José Coelho Ferraz, a Escola Técnica de Comércio XX de janeiro, iniciando assim uma bela trajetória na área educacional de Santa Cruz do Rio Pardo.

⁵⁶ “Oferece também cursos nas cidades e empresas da região, em parceria com as prefeituras e empresas privadas. Atende as cidades de Bernardino de Campos, Óleo, Manduri, Ipaussu, Espírito Santo do Turvo, Canitar, São Pedro do Turvo e Platina” (ALVES SOBRINHO, 2015, p. 14).

No final da década de 1960, ele e sua esposa, Aparecida Pimentel, fundaram uma organização para fomentar a criação de cursos superiores no município. Com isso, é criada em 1970 a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras Carlos Queiroz (FAFIL Carlos Queiroz, como era popularmente conhecida), “nome em homenagem ao prefeito morto em acidente no ano de 1968, junto com o filho de Aparecido José Pimentel que leva o nome da OAPEC - Organização Aparecido Pimentel de Educação e Cultura” (REVISTA ACE, 2009, n.º 13, p. 4-5) (Figura 19).

Sobre a evolução da OAPEC no município, Junqueira (1994, p. 119), destaca que,

No final da década de 60, a família Pimentel mantinha-se unida em torno de um ideal: dotar a cidade de uma Faculdade de Filosofia. No entanto, tendências políticas diferentes forçaram a assinatura de um convênio da Prefeitura Municipal com a Instituição Toledo de Ensino, de Bauru, cedendo um prédio na Avenida Joaquim de Souza Campos para que lá fosse instalada uma Faculdade de Filosofia a ser mantida por aquela instituição de ensino. No entanto, a determinação de José Cesáreo Pimentel em manter uma escola de nível superior em Santa Cruz do Rio Pardo fizera tramitar, no Ministério da Educação, um processo para funcionamento de uma Faculdade de Filosofia a ser mantida pela OAPEC. Com a autorização do MEC, passaram a funcionar na cidade duas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras com cursos diferenciados e mantidos por instituições diferentes. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da OAPEC, denominada “Carlos Queiroz”, numa homenagem ao dinâmico ex-prefeito falecido, passou a manter os cursos de Pedagogia e Letras, em prédio próprio. Fora autorizada a funcionar em 1971. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da ITE mantinha os cursos de Geografia e Estudos Sociais. Fora autorizada a funcionar em 1972. Na falta de uma escola superior, a cidade passara a ter duas faculdades de Filosofia. Essa situação, se de um lado acomodava ânimos políticos mais exaltados, de outro, atrasava o desenvolvimento educacional superior da cidade. Durante muitos anos Santa Cruz do Rio Pardo não viu o surgimento de novas escolas superiores e muito menos de novos cursos. Em 1979, a Instituição Toledo de Ensino abandonara suas pretensões em Santa Cruz do Rio Pardo, cedendo o espaço à Organização Aparecido Pimentel de Educação e Cultura.

A partir da década de 1980, a organização de ensino implantou cursos de Educação Infantil e um colégio de primeiro e segundo graus. Em maio de 2000, conseguiu aprovação do curso de Administração Geral e instalou nesse mesmo ano a FASC - Faculdade de Administração Santa Cruz. Já no ano de 2006, implantou o Curso Normal Superior e a Faculdade de Direito OAPEC.

Segundo informações da instituição, atualmente a FASC/OAPEC conta com dois cursos superiores: o curso de Administração e o curso de Direito. Não há previsão para a abertura de novos cursos, pois a instituição está passando por um processo de reestruturação para se adequar ao perfil produtivo e atender às demandas profissionais de Santa Cruz do Rio Pardo e região.

A modalidade de ensino superior sempre foi um problema na estrutura educacional do município, pois os alunos concluintes do Ensino Médio, na maioria das vezes, não encontram a formação profissional que desejam realizar, o que os leva a procurar outras instituições de ensino superior na região que possam lhes proporcionar uma carreira profissional em nível superior.

Segundo pesquisa de campo, as instituições mais procuradas são a Instituição Toledo de Ensino (ITE), a UniSagrado, a Universidade Paulista (UNIP), a Universidade de São Paulo, campus Bauru, e a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Bauru, na cidade de Bauru; a Universidade de Marília (UNIMAR) e o Centro Universitário Eurípedes de Marília (UNIVEM), na cidade de Marília; o Centro Universitário de Ourinhos (UNIFIO), a Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos (FAESO), a Faculdade de Tecnologia de Ourinhos (FATEC/Ourinhos), na cidade de Ourinhos, e a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), na cidade de Jacarezinho, no Estado do Paraná, além de outras instituições.

Uma grande parte dos alunos trabalha, estuda ou realiza atividades durante o dia em Santa Cruz do Rio Pardo, deslocando-se diariamente para esses centros, através de veículos próprios ou de transporte coletivo particular ou oferecido pelo município, quando a opção do curso ocorre no período noturno. Outra parte dos alunos tem de se fixar no município onde se localiza a instituição superior em que estudam, quando os cursos são integrais (períodos da manhã e tarde) (pesquisa de campo, 2021).

5.4. As Principais Indústrias Representativas do Setor de Alimentos em Santa Cruz do Rio Pardo

Desde suas origens, Santa Cruz do Rio Pardo sempre esteve ligada às atividades agropecuárias, e anos mais tarde, desenvolveu sua atividade industrial relacionada à agroindústria. Conforme verificado no capítulo 2, nos anos de 1930, a cidade já contava com empresas descaroçadoras de algodão, matadouros de animais, laticínios e máquinas de beneficiamento de arroz. Segundo pesquisa de campo, existe o relato da existência de curtumes no município, o que teria proporcionado condições favoráveis para o desenvolvimento da indústria do calçado nas décadas seguintes (Anexo B).

Também a questão da mão de obra barata e abundante, e a existência de uma indústria de equipamentos para beneficiamento de arroz (Indústria Suzuki, como será estudado a seguir), teriam sido os fatores principais para o desenvolvimento da indústria de alimentos no município santa-cruzense.

A família Suzuki⁵⁷, de origem japonesa, tem sua parcela de contribuição no desenvolvimento do setor cerealista em Santa Cruz do Rio Pardo. As empresas de beneficiamento de arroz da cidade se desenvolveram utilizando os equipamentos produzidos pela Indústria de Máquinas Suzuki (Figura 10). No entanto, antes de criar a indústria Suzuki, para a industrialização de máquinas de beneficiamento de arroz, Michiyoshi Suzuki, o patriarca, experimentara as atividades de cerealista.

Segundo Dias (2019, p. 243),

O início da indústria de beneficiamento de arroz santa-cruzense refere-se à família de origem japonesa Suzuki, a qual tornou-se proprietária da indústria de fabricação de máquinas de beneficiamento de cereais, notadamente o arroz, Máquinas Suzuki. Desse modo, os elementos técnicos necessários ao beneficiamento do arroz foram criados preteritamente à criação das indústrias de beneficiamento de arroz em atividade atualmente.

No ano de 1944, Michiyoshi Suzuki decide diversificar suas atividades econômicas, devido ao declínio dos rendimentos da cultura cafeeira, e adquire uma máquina de beneficiamento de arroz em Santa Cruz do Rio Pardo. O empreendimento pertencia ao comerciante Apolônio Mardegan, passando a beneficiar o arroz produzido no município.

Com isso, no ano de 1949, Michiyoshi Suzuki desenvolveu o rolete de borracha⁵⁸, pois os roletes que existiam naquela época eram de pedra, que produzia quebra excessiva e aspereza dos grãos. O novo rolete, considerado inovador naquele período, era muito mais eficiente no procedimento de descascamento de arroz,

⁵⁷ Segundo DIAS (2019), Michiyoshi Suzuki e sua família emigraram para o Brasil em 1932 e dois anos depois, os irmãos Shozo, Seiko e Teruichi, estabelecendo-se em Cerqueira César (SP), desenvolvendo o cultivo de algodão. Alguns anos depois, tornaram-se meeiros da fazenda Carretão em Espírito Santo do Turvo, nessa época, distrito pertencente à Santa Cruz do Rio Pardo.

⁵⁸ Devido ao sucesso dessa invenção patenteada por 15 anos, o pioneiro abandonou o beneficiamento de arroz e passou a se dedicar apenas aos serviços, peças e máquinas usados no setor, fato que ocorreu em conjunto com os irmãos *Shozo, Seiko e Teruichi*, os quais buscaram qualificar-se do ponto de vista profissional, através de cursos na área de engenharia a fim de desenvolver novas máquinas, peças e serviços. A Máquinas Suzuki/SA desenvolveu-se como uma empresa familiar, vinculada durante toda a sua existência, ao município de Santa Cruz do Rio Pardo (DIAS, 2019, 244).

evitando perdas pela quebra dos grãos e proporcionando um aumento dos lucros no processo de beneficiamento do arroz.

O rolete de borracha foi uma das investidas para o desenvolvimento da indústria arrozeira em Santa Cruz do Rio Pardo, pois facilitava o beneficiamento de arroz de sequeiro produzido no município. No ano de 1956 surge a primeira máquina de beneficiamento de arroz produzida pela empresa Máquinas Suzuki S/A, a *Suzuki Machine*, que era capaz de descascar, separar a casca, brunir, separar e classificar os grãos, tornando-se uma vedete de vendas nas beneficiadoras de arroz que surgiram, nos períodos de 1950 e 1960.

No entanto, a empresa santa-cruzeense possuía outros concorrentes no território paulista, como a Empresa Zacharias, localizada no município de Limeira, que também oferecia máquinas de beneficiamento e serviços aos empresários do setor arrozeiro. Porém, os preços mais competitivos, a inovação do beneficiamento de arroz com o rolete de borracha e a localização da empresa em Santa Cruz do Rio Pardo conquistaram a preferência dos proprietários das máquinas de beneficiamento de arroz santa-cruzeenses, diminuindo os custos com a logística e aumentando os lucros.

Segundo relatos de Junqueira (1994, pp. 362-363),

A indústria atingira grande efervescência entre os anos de 1987 a 1990, empregando cerca de 250 pessoas. Na década de 90, no entanto, MÁQUINAS SUZUKI enfrentara tempos difíceis ocasionados pela valorização do real. Nessa época, a empresa foi obrigada a demitir funcionários. A partir de 2004, a empresa retomou seu crescimento, investindo em tecnologia e na diversificação de seus produtos. Frequentemente a Máquinas Suzuki recebia convites para se instalar em outras cidades, como Ourinhos, Jacarezinho, Cornélio Procópio, Bauru; muitas vezes com oferta de terrenos e prédio em seus distritos industriais. Razões sentimentais, no entanto, mantiveram a indústria em Santa Cruz do Rio Pardo.

Na pesquisa realizada por Dias (2019), podem-se apontar alguns fatores sobre a importância das Máquinas Suzuki/SA (fabricante de máquinas e prestadora de serviços no segmento de cerealistas) na formação e consolidação do polo arrozeiro de Santa Cruz do Rio Pardo, que a tornou conhecida nacional e internacionalmente:

- As máquinas e peças relacionadas ao beneficiamento do arroz tornaram a Máquinas Suzuki/SA conhecida nacionalmente e com atuação no mercado exterior. Durante as décadas de 1960 e 1970, a Máquinas Suzuki era a principal indústria de Santa Cruz do Rio Pardo e uma das empresas mais importantes do Brasil no setor de máquinas de beneficiamento de arroz, pois ainda apresentava o domínio quanto aos roletes de borracha e havia desenvolvido máquinas bastante competitivas, quanto ao descascamento e polimentos dos grãos;

- No período citado, a Máquinas Suzuki apresentou seu auge econômico, empregando 180 funcionários e atuando em todo o Brasil, com exceção da região Norte, onde ainda não havia empresas que beneficiassem arroz. No âmbito nacional, a atuação concentrava-se nos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que eram os líderes nacionais no beneficiamento do arroz. A Máquinas Suzuki apresentou ainda atuação internacional, vendendo máquinas para toda a América do Sul, principalmente Colômbia, Peru e Argentina e no sul do continente africano, em países como Moçambique e Angola;
- A partir da atuação da Máquinas Suzuki, entrevistas com empresários e funcionários do setor arrozeiro e reflexões atreladas à bibliografia usada na pesquisa, compreendeu-se que o sucesso da empresa se deve à: 1) invenção do rolete de borracha, o qual tornou mais rentável o processo de beneficiamento do arroz; 2) criação das primeiras máquinas nacionais de beneficiar arroz (*Suzuki Machine*); 3) localização geográfica da empresa, facilitando o escoamento da produção; 4) forte demanda quanto à instalação de máquinas de beneficiamento de arroz no estado de São Paulo, principalmente em decorrência do aumento do consumo desse grão, incluído na lista de alimentos básicos pelos governos militares durante a década de 1960, integrando assim a cesta básica; 5) processo de urbanização e industrialização demandando produtos alimentícios industrializados. O arroz passou a ser beneficiado e empacotado, extinguindo a venda em sacos;
- No tocante à gênese do setor arrozeiro, o invento do rolete de borracha foi o elemento crucial para a viabilidade do beneficiamento de arroz em Santa Cruz do Rio Pardo, na medida que tornou o processo produtivo mais rentável, fator extremamente necessário principalmente no caso do município estudado, cuja matéria-prima não é local, necessitando reduzir todos os custos possíveis para que a atividade industrial fosse viável (DIAS, p. 245-246).

No entanto, durante os anos de 1980, ocorreu um crescimento de 300% na produção do setor arrozeiro de Santa Cruz do Rio Pardo, através da ampliação das instalações das cerealistas, muitas delas com a mudança de endereço da empresa, deslocando-se da área urbana do município, que não comportava mais as novas plantas fabris, com a diversificação da produção (conforme será estudado adiante). Como resultado, ocorreu uma investida por máquinas, equipamentos e serviços da empresa Zacharias, do município de Limeira-SP (*Zacharias Super F.*), tirando a hegemonia das máquinas, equipamentos e serviços prestados da Máquinas Suzuki S/A junto às arrozeiras de Santa Cruz do Rio Pardo.

Isso se fez necessário em um período de reestruturação da produção dessas empresas, para sobreviverem ao mercado consumidor cada vez mais exigente e competitivo⁵⁹. Segundo o estudo de Dias (2019, p. 246), as empresas passaram a inovar em diversos setores na cadeia produtiva do arroz beneficiado:

⁵⁹ Conforme o gerente administrativo da empresa Valle Branco, Sr. Valdemar, o mercado passou a exigir qualidade, o que implicava em grãos sem defeitos e resíduos, sendo que do ponto de vista

Atendido a demanda quanto à quantidade de arroz, passou-se a buscar o atendimento da demanda quanto à qualidade, ou seja, a necessidade do beneficiamento e a inserção de distintos tipos e espécies de arroz e o aprimoramento da qualidade do arroz mais consumido, o tipo 1. Desse modo, entre o fim da década de 1990 e primeiros anos da década de 2000, o arroz passou a ser disponibilizado em distintos tipos, qualidades e preços. Para atingir tal conjuntura, novos elementos foram adicionados ao processo produtivo, quanto ao beneficiamento.

Com relação a essa situação, a empresa santa-cruzensa Máquinas Suzuki S/A começa a demonstrar os sinais de esgotamento de sua produção de máquinas de beneficiamento e selecionadoras de produtos, que se utilizassem de novas tecnologias, e não conseguiu suprir as necessidades de seus clientes e acompanhar a competitividade do mercado, onde seus concorrentes, a exemplo da Satake, uma empresa multinacional japonesa que se inseriu no mercado brasileiro no contexto da abertura econômica, realizada a partir dos anos de 1980, despontavam.

Segundo Dias (2019, p. 247),

Em meados de 2000, o setor de beneficiamento de arroz passou por um forte processo de modernização tecnológica e a Máquinas Suzuki não se mostrava competitiva em relação ao preço dos equipamentos, como a qualidade e eficiência no processo produtivo, sendo comum a contratação de outras empresas para tais finalidades, dentre elas, a Zacarias, Lucatto e, principalmente a filial da empresa japonesa Satake.

Nos anos 2000, a Máquinas Suzuki S/A firmou uma parceria com a empresa LKT Tecnologia, desenvolvendo uma máquina de beneficiamento que analisava estaticamente o arroz (análise da qualidade dos grãos, detecção de grãos opacos ou muito finos), apresentou uma recuperação das vendas diante dos concorrentes (Zacharias, Satake, entre outros), conquistando o mercado nacional e internacional, sendo adquirida por algumas arrozeiras de Santa Cruz do Rio Pardo.

Logo após esse período de recuperação do mercado, a empresa santa-cruzensa foi superada pelos novos equipamentos comercializados pela Satake, que eram bem mais eficientes e possuíam tecnologia superior aos vendidos no mercado pela Máquinas Suzuki S/A. Além disso, com a chegada dos produtos chineses no mercado brasileiro, após os anos de 1990, foi superada pela concorrência chinesa

industrial, as empresas beneficiadoras de arroz passaram a inserir máquinas selecionadoras de resíduos (DIAS, 2019).

nesse segmento com um produto semelhante, porém mais acessível para as empresas de beneficiamento.

De acordo com Dias (2019, p. 248),

No ano de 2017 [...] a situação econômica da Máquinas Suzuki tornou-se insustentável, também devido aos desdobramentos da recessão econômica, ocorrendo rescisão de contratos e fim completo das atividades, restando apenas serviços de manutenção em máquinas ainda em atividade, adquiridas pelas arrozeiras de Santa Cruz do Rio Pardo. Os cortes efetuados quanto ao financiamento, fim das linhas de crédito para máquinas executados pelo BNDES e a descapitalização dos clientes também influenciaram negativamente, acelerando a falência da empresa.

Com isso, um grande ícone da indústria santa-cruzense encerra suas atividades como produtora de máquinas de beneficiamento de arroz, mas deixa como legado a estrutura desenvolvida nas empresas de beneficiamento de arroz do município, conhecido no Estado de São Paulo como o maior “polo de beneficiamento de arroz” do interior; uma indústria que se modernizou, diversificou sua produção e se tornou competitiva e é responsável por cerca de 25% do arroz beneficiado e consumido no Estado (conforme será estudado mais adiante).

A indústria de óleos vegetais Erisoja S/A surgiu durante a década de 1950, como um empreendimento de capital local, produzindo óleo de amendoim, que era cultivado no município e na região (Figura 10). Inicialmente seu nome era Rossad, uma junção dos sobrenomes de seus antigos proprietários, senhores Aquino Rosso e Jurandir Saad.

Conforme informação de familiares dos antigos proprietários, o óleo produzido era vendido a granel em feiras de Santa Cruz do Rio Pardo, Ourinhos e da região. Entretanto, a produção de amendoim foi perdendo espaço agrícola na região e o transporte da carga pelo sistema rodoviário acabou encarecendo a produção e diminuindo os lucros dos proprietários. Além desses fatores, a produção de óleo vegetal mais barato por empresas multinacionais acabou inviabilizando a produção da antiga empresa produtora de óleo vegetal Rossad.

Nos anos de 1960, a empresa foi vendida para os irmãos Antônio, Cipriano e Esmeraldo Rodrigues, ambos de São Paulo, em sociedade com Carlos de Almeida e o santa-cruzense Rubens Carmagnani. Uma das iniciativas dos novos proprietários para alavancar a produção da indústria foi substituir o amendoim pela soja como matéria-prima na produção do óleo vegetal, pois a soja estava apresentando uma boa produção agrícola na região.

Como resultado desse processo, a fábrica de óleo, que estava situada no bairro da Estação, teve de ampliar suas instalações e modernizar o seu processo produtivo, o que resultou em uma nova planta fabril às margens da rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó (SP-225), no perímetro urbano de Santa Cruz do Rio Pardo.

Uma das principais iniciativas dos novos proprietários foi mudar o nome da empresa de Rossad para Esmeralda Indústria de Óleos. O nome Esmeralda foi atribuído à empresa devido a um de seus sócios-proprietários se chamar Esmeraldo Rodrigues.

A Esmeralda passou a exportar seus produtos para a Europa, até que em 1969 uma crise quase levou a indústria à falência. No entanto, ainda haveria fôlego financeiro para mais alguns anos, agora sob o nome de Erisoja Indústria, Comércio e Exportação.

Conforme citado por Zanoni (1977, p. 111):

Em Santa Cruz do Rio Pardo existem várias indústrias no setor de alimentos, tais como Esmeralda Indústria e Comércio de Óleos Comestíveis S/A, uma das maiores do município, localizada às margens do Rio Pardo, com grande número de empregados.

No ano de 1972, quando a situação econômica da empresa havia se deteriorado ainda mais, ocorreu um incêndio que destruiu parte de suas instalações, registrando a morte de um funcionário da indústria. Desestruturada financeiramente e abalada com o ocorrido, além da concorrência das multinacionais, é declarada a falência da empresa Erisoja Indústria, Comércio e Exportação no ano de 1976. Ela foi uma das maiores indústrias que Santa Cruz do Rio Pardo já teve, empregando mais de uma centena de funcionários, uma vez que não se obtiveram dados estatísticos concretos do número de empregos gerados.

Outra empresa bastante importante no processo de desenvolvimento industrial de Santa Cruz do Rio Pardo se constituiu na Fábrica de produtos alimentícios Vigor S.A., de capital proveniente das Indústrias de Alimentos Vigor, com sede no município de São Paulo. Essa empresa surgiu no ano de 1960 e estava localizada na área central de Santa Cruz do Rio Pardo (Figura 10).

Não há registros históricos sobre a construção da usina de beneficiamento de leite no município. O que se tem informação é que ela foi uma das mais importantes unidades da tradicional marca brasileira de alimentos. Ela operou por algumas décadas no mesmo local, até que a sede da Vigor decidiu que era o momento de encerrar as atividades na unidade.

Segundo Dias (2019), na unidade se produzia leite engarrafado, manteiga e iogurtes. A matéria-prima era abundante no município e comprada diretamente dos produtores locais.

Para o Debate (2021),

A Vigor encerra, enfim, uma era em que a produção de leite na região era praticamente ditada pela indústria. O movimento naquela quadra da rua Euclides da Cunha era intenso todas as manhãs, com os produtores trazendo galões com milhares de litros de leite da zona rural. Além disso, ao lado da usina a Vigor implantou uma pequena loja para venda direta de leite a granel para o consumidor. Nas décadas de 1960 e 1970 a população comprava o produto no local levando panelas e leiteiras. Mas a Vigor de Santa Cruz foi vencida pelos concorrentes. É que a usina não pasteurizava o leite, apenas resfriando o produto entregue pelos produtores. Em outros municípios, a Vigor já possuía outras unidades para a pasteurização

Com a chegada das cooperativas no mercado, os produtores começaram a ter novas opções de venda e a Vigor foi diminuindo sua produção até se tornar inviável economicamente e, com isso, encerrando a produção na usina de Santa Cruz do Rio Pardo durante os anos de 1990. Devido a medidas judiciais de cunho ambiental, a Vigor realizou a venda do terreno e das instalações da usina de beneficiamento de leite no final de 2001.

Ela também foi um ícone importante no processo de industrialização do município de Santa Cruz do Rio Pardo, especialmente para os criadores de gado leiteiro do município e da região, que vislumbravam na indústria de beneficiamento de leite Vigor uma grande oportunidade para a venda do leite produzido a granel.

O Grupo Agroterenas⁶⁰ se especializou na produção de cana-de-açúcar e citrus, além da pecuária. Possui sede no município de Paraguaçu Paulista, São Paulo,

⁶⁰ “A Empresa Agroterenas S/A atua no setor de produção de cana-de-açúcar, laranja in natura, suco concentrado de laranja e subprodutos. Nasceu da divisão dos ativos do Grupo Nova América, fundado por Renato de Rezende Barbosa em 1944 e pioneiro na produção de cana no Vale do Paranapanema. Com unidades produtoras de cana-de-açúcar em Paraguaçu Paulista/SP e Deodápolis/MS, e unidade produtora de laranja e suco concentrado de laranja em Santa Cruz do Rio Pardo/SP, a Agroterenas nasceu com ativos bem estruturados que são frutos de mais de 70 anos de crescimento e resultados positivos, construídos por profissionais comprometidos na busca contínua de melhorias” (OLIVEIRA, 2016, p. 9).

sendo um empreendimento originário de capital externo ao município (Região de Governo de Assis). Em 1974, o então grupo Nova América, do qual a Agroterenas S/A Citrus se originou no ano de 2010, adquiriu as terras da Guacho Agropecuária S/A, no município paulista de Santa Cruz do Rio Pardo, para inicialmente se dedicar à cultura da laranja. A empresa está localizada na zona rural do município, com acesso pelo Km 307 da Rodovia Castello Branco (SP-280), na Fazenda Guacho (Figura 16).

Segundo apontamentos de José Eugênio de Rezende Barbosa Sobrinho (Grynszpan, 2016, pp.204-205), sobre a escolha e interesse da empresa Agroterenas no município de Santa Cruz do Rio Pardo,

Quando a rodovia Castello Branco ia até o quilômetro 200, havia um bolsão esquecido no Estado de São Paulo aonde ela não chegava, que era Santa Cruz do Rio Pardo. Em 1982, começaram a fazer o prolongamento da Castello Branco, e havia terras que eram razoavelmente boas e que ainda não estavam muito valorizadas. [...] vieram as grandes empresas, praticamente todas as grandes empresas estão hoje lá, com fazendas muito grandes e bem profissionalizadas. Atualmente uma grande parte significativa da região é de laranja, com todo mundo, tanto os produtores tradicionais quanto os novos, na região de Santa Cruz do Rio Pardo, porque realmente deu certo. A laranja tem uma característica: como é uma cultura perene, hoje as regiões tradicionais estão tendo muitos problemas sanitários com o greening⁶¹, que já entrou e que custa muito caro para conter.

Em 1983, a antiga empresa Nova América S/A Citrus, atualmente Agroterenas S/A Citrus, inicia o processo *packing house*, um sistema mecanizado de seleção e empacotamento de laranja. No início dos anos de 1990, a empresa investiu US\$ 3 milhões (três milhões de dólares) no plantio de 300 mil pés de laranja em uma área de 1.000 hectares, sendo que isso representa 20% das terras da Fazenda Guacho neste município, sendo que as variedades plantadas são laranja-pera, natal, valência, lima, murcote, tangerina e poncã.

A área onde está inserida a cultura da laranja representava novas áreas de plantio, sendo pouco conhecida para a citricultura paulista, mas o Grupo Agroterenas S/A apostou neste cultivo agrícola, acreditando ser o clima favorável ao desenvolvimento dos frutos, demonstrando boa qualidade e aceitação no mercado interno; além da facilidade de escoamento da produção para os principais centros consumidores do país representados pelas Rodovias Castello Branco (SP-280) e João Baptista Cabral Rennó (SP-225).

⁶¹ O *greening*, também conhecido como *huanglongbing* e HLB, ataca todos os tipos de citros e não há cura para as plantas doentes. As plantas infectadas devem ser erradicadas para não comprometer a produtividade do pomar (Fundecitrus, 2022).

Mas o maior passo do Grupo Agroterenas na área da citricultura seria realizado somente no ano 2000, com a construção da fábrica de suco concentrado congelado de laranja (SCCL) na fazenda Guacho, implantando uma unidade agroindustrial especializada na produção e industrialização de laranja no município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, a Agroterenas S/A Industrial Citrus.

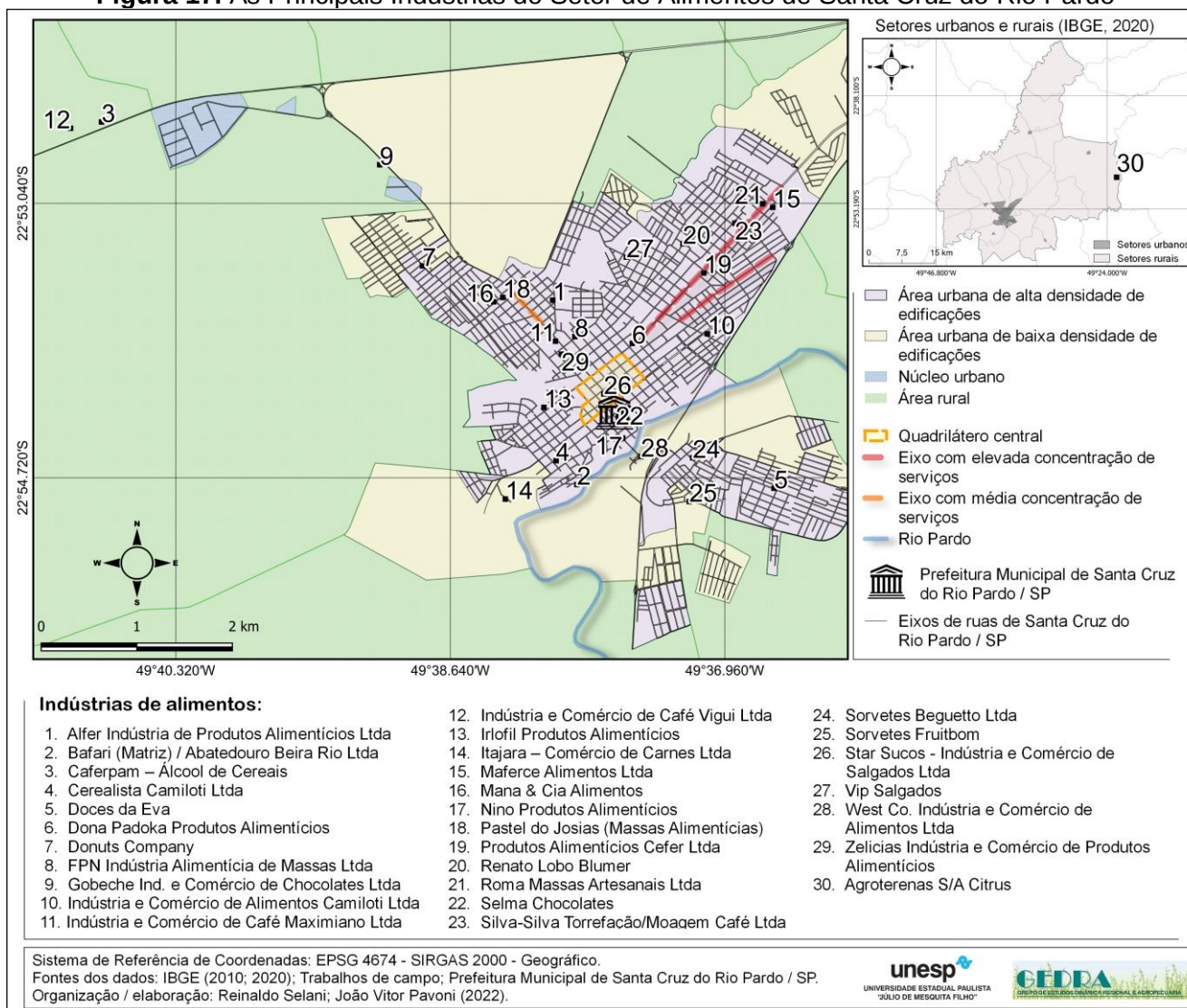
Em 2010, o grupo Nova América realiza a divisão dos seus ativos, dando origem a duas empresas, e o Grupo Agroterenas se formou dessa divisão, assumindo o controle da Nova América S/A Industrial Citrus, que passou a se denominar Agroterenas S/A Industrial Citrus. No município de Santa Cruz do Rio Pardo encontram-se localizadas a Agroterenas S/A Citrus e a unidade industrial da Agroterenas S/A Industrial Citrus.

As empresas Agroterenas S/A Citrus e a Agroterenas S/A Industrial Citrus possuem, juntas, mais de 1.600 funcionários, distribuídos entre a manutenção dos pomares, colheita da laranja, setor de transporte, da agroindústria e administrativos, que são provenientes de diversos municípios da região onde estão inseridas, não somente de Santa Cruz do Rio Pardo, onde se encontram localizadas, mas também de Espírito Santo do Turvo, Óleo, Águas de Santa Bárbara, entre outros.

A cultura da laranja tem passado por uma expressiva evolução na área produtiva, que envolve, além do município de Santa Cruz do Rio Pardo, onde se encontra sua sede, os municípios de Espírito Santo do Turvo e São Pedro do Turvo.

Segundo dados obtidos junto à empresa e a órgãos de pesquisa oficiais, como o Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), elabora-se um perfil da evolução global no município onde a Agroterenas S/A Citrus possui sua sede produtiva, através do Mapa do Emprego Paulista 2007-2017, onde são tabulados os vínculos trabalhistas no cultivo de laranja. Segundo os dados divulgados, em 2007, Santa Cruz do Rio Pardo possuía 1.535 trabalhadores vinculados à cultura da laranja, o que representava 2,6% dos trabalhadores do setor no Estado de São Paulo (11.^a posição entre os municípios que mais contrataram no setor). Em 2017, o número de pessoas contratadas na lavoura da laranja era de 2.506 trabalhadores, representando 5,1% do total de pessoas (3.^a posição entre os municípios paulistas que mais contrataram para trabalhar no setor da citricultura). O rendimento médio real passou de R\$ 1.253,00, em dezembro de 2007, para R\$ 1.869,00, em dezembro de 2017, representando uma valorização de 49%, no período de 2007 a 2017.

Figura 17. As Principais Indústrias do Setor de Alimentos de Santa Cruz do Rio Pardo



Fonte: IBGE (2010, 2020) / Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo (2022)

Segundo a pesquisa realizada por Ribeiro (2016, p. 22),

A Agroterenas S/A Citrus, pioneira no plantio da cultura de citros no sul do Estado de São Paulo e experiência de mais de 25 anos, possui 3,660 milhões de pés de laranja plantados em uma área de 7,35 hectares nos municípios de Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo e Espírito Santo do Turvo, onde produz atualmente cerca de 6,7 milhões de caixas de 40,8Kg de laranja in natura/ano, com projeção futura de aproximadamente 10 milhões de caixas, quando todo o pomar plantado estiver em plena produção.

Com a implantação da unidade industrial de suco de laranja congelado concentrado a partir do ano 2000, ocorreu um crescimento extraordinário na área ocupada com plantio de laranja, a fim de suprir não somente o mercado consumidor com a laranja in natura, mas também de fornecer matéria-prima para a Agroterenas S/A Industrial Citrus. Ainda, segundo informações da unidade industrial, uma parte da produção é destinada para a industrialização de suco de laranja de terceiros.

Ainda segundo o trabalho de Ribeiro (2016, pp. 22-23),

A indústria Agroterenas S/A Industrial Citrus exporta seus produtos para vários países. A Fábrica tem como principal produto suco de laranja concentrado e congelado, e produz cerca de 10 mil toneladas/ano, com matéria-prima totalmente própria, destinado aos clientes com excelente qualidade.

Através de levantamento de campo e dados disponibilizados por Ribeiro (2016), verificou-se que a empresa também comercializa os subprodutos do processo industrial da laranja. Eles são obtidos de forma paralela e simultânea, sendo requisitados na indústria de produtos químicos, solventes, aromas, fragrâncias, tintas, resinas, cosméticos, fármacos, entre outros.

São produtos como o terpeno cítrico, que se constitui em um óleo fino, incolor, com leve odor cítrico, extraído através de destilação do licor cítrico, que por sua vez é originário da prensagem do resíduo úmido da laranja - bagaço, casca e sementes -, sendo muito utilizado como solvente em indústrias de tintas e resinas; e óleo essencial, que é um tipo de óleo obtido da casca das frutas cítricas, sendo amplamente utilizado nas indústrias alimentícias e farmacêutica, para dar sabor a bebidas, sorvetes e outros alimentos, como os biscoitos, e na indústria farmacêutica é usado em medicamentos e cosméticos (sabonetes e perfumes).

A origem da empresa Santa Massa está relacionada às atividades da Cefer Produtos Alimentícios Ltda., uma empresa de origem familiar. Iniciou-se no ano de 1968, quando João Alexandre Pereira Filho estabeleceu a padaria Nossa Senhora

Aparecida, na área central da cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, estado de São Paulo, onde prosseguiu sua jornada na área de panificação até o ano de 1986.

Segundo pesquisa de campo, a história da empresa se inicia quando o proprietário se aposenta e os filhos César e Fernando Pereira compram a antiga padaria e decidem dar sequência ao empreendimento fundado pelo pai, porém com a intenção de criar novos produtos no mercado.

No ano de 1987 é iniciada a produção do biscoito de polvilho, que mais tarde seria batizado com a marca Tapiocuí, que se popularizou no mercado consumidor local e regional. Em 1999, buscando se firmar no mercado regional, Gilberto Alexandre Pereira, irmão de César e Fernando, criou a marca e o logotipo Santa Massa. Nesse período, é iniciada a diversificação de produtos de panificação pela empresa, que passa a fabricar pães, massas, tortas, assados e salgados (Figuras 16 e 17).

Os produtos passaram a estar disponíveis não somente nas padarias da Santa Massa, mas também em bares, lanchonetes, mercados e supermercados de toda a região de Ourinhos, onde se encontra localizado o município de Santa Cruz do Rio Pardo.

Com a expansão dos negócios na área de panificação, os proprietários perceberam variações na demanda dos produtos produzidos, com a tendência de queda de vendas do pão francês, devido ao surgimento, no mercado consumidor, do pão de alho, que passou a ser consumido como acompanhamento de churrascos, ao invés do tradicional pão francês. Com isso, identificaram a oportunidade de investimento no setor produtivo de pão de alho, sendo que em 2011 foi inaugurada a fábrica de pães de alho, utilizando processos industriais, mas mantendo sempre a receita original.

No entanto, ainda existia na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, na Rua Euclides da Cunha, centro, uma panificadora da Santa Massa, que acabou sendo vendida para que os proprietários pudessem se dedicar exclusivamente à fabricação em escala industrial do pão de alho. Chegava ao final a rede de panificadoras Santa Massa, sendo que duas outras unidades anteriores (Rua Saldanha Marinho e Rua Conselheiro Dantas) já haviam sido desativadas em anos anteriores. Isso ocorreu no ano de 2013, quando a empresa realizou investimentos em tecnologia, ampliação da fábrica, aumento da capacidade de produção e melhoria na qualidade de vida dos colaboradores (Figura 18).

Figura 18. Indústria Santa Massa Alimentos



Fonte: Santa Massa Alimentos (2023)
<https://www.santamassa.com.br/>

Segundo informações obtidas junto à empresa, a produção e comercialização de produtos alimentícios como pão de alho (tradicional e picante), torresmo de micro-ondas e pão doce, todos com a marca registrada Santa Massa, são produzidos e distribuídos em dezoito estados e seiscentas e vinte e sete cidades em mais de vinte mil pontos de vendas.

Geram 380 empregos diretos e mais de 200 indiretos em Santa Cruz do Rio Pardo e região. A empresa de origem familiar acompanhou as tendências do mercado, soube diversificar e satisfazer às necessidades do mercado consumidor na produção alimentícia, destacando-se no setor de panificação, buscando consolidar-se na liderança nacional de produção de pão de alho (Figura 17).

A empresa santa-cruzense Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Odair Beguetto ME é oriunda do capital local, com sede em área industrial localizada no bairro da Estação, na área urbana de Santa Cruz do Rio Pardo (Figura 17).

Segundo informações da empresa, existem 130 funcionários contratados, mas há planos para o aumento do número de funcionários, uma vez que está sendo construída uma nova planta industrial muito mais ampla e moderna, localizada na área urbana de Santa Cruz do Rio Pardo.

Conforme informações obtidas,

A empresa surgiu em 1985, com a aquisição de uma pequena fábrica artesanal de sorvetes, no mesmo endereço que se encontra atualmente. O comerciante, Odair Beguetto, era dono de uma pequena mercearia, quando iniciou uma modesta produção de sorvetes. Nesta época, a produção era de 3.000 picolés por dia, o suficiente para atender sua demanda, pois era vendido apenas na própria mercearia (BEGUETTO, 2008, p. 8).

Atualmente, segundo Beguetto (2008, p. 8-9), “a produção diária de sorvete é de 2.000 litros de massa e 18.000 picolés. São 45 carrinhos e 65 pontos de venda somente no município de Santa Cruz do Rio Pardo, e 600 pontos de venda distribuídos no interior do Estado de São Paulo e Paraná, contando ainda com mais duas distribuidoras, sendo 1 em Araçatuba, com 80 pontos de venda, e outra em Presidente Prudente, com 130 pontos de venda” (ambas as cidades estão situadas no interior paulista).

Quanto à logística de distribuição dos produtos, a Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Odair Beguetto - ME dispõe de quatro caminhões com baú isotérmico que garantem a temperatura do produto até o seu destino, e três carros para os vendedores percorrerem as regiões de comercialização da produção, com a finalidade de efetuar os pedidos.

No setor de produção de produtos derivados de cacau e chocolates, o município conta com a Gobeche Indústria e Comércio de Chocolates Ltda., tendo sua criação no ano de 2009. Está localizada na área rural do município de Santa Cruz do Rio Pardo, nas margens da Rodovia Plácido Lorenzetti, Km 2, Bairro Água Azul, sendo uma Rodovia Vicinal que liga Santa Cruz do Rio Pardo à Rodovia Orlando Quagliato (SP-327), e cuja continuidade faz ligação com a Rodovia Sebastião Teixeira Coelho, vicinal que liga Santa Cruz do Rio Pardo ao município de São Pedro do Turvo (Figura 17).

É uma empresa local, constituída por uma sociedade de capital misto, que produz chocolates, chocolates gourmet (linha de produtos dietéticos), cremes de cacau, cacau em pó e chocolate em pó solúvel para utilização em bebidas e preparos culinários, entre outros. Além disso, a empresa investe no setor farmacêutico e de saúde, produzindo cápsulas de cacau e *nibs* de cacau, servindo como produto fitoterápico para o controle de estresse e ansiedade, entre outros.

A empresa surgiu com a finalidade de atender à demanda existente no mercado regional. Possui 14 funcionários e distribui seus produtos no mercado local e regional

e, mais recentemente, no nacional, através das plataformas de vendas online representadas por grandes instituições comerciais, como as lojas Americanas e o Magazine Luiza (Magalu).

No setor de indústria de carnes no município, o destaque é o Frigorífico Itajara. Ele foi fundado no ano de 1987 e já teve diversas denominações, como frigorífico Rio Pardo, Nutribeeff e, atualmente, denomina-se Itajara Comércio de Carnes Ltda., estando localizado no bairro São José, área urbana de Santa Cruz do Rio Pardo (Figura 17).

A empresa trabalha 24 horas diárias e emprega, atualmente, 223 funcionários diretos e outros 70 indiretos, que são representados por motoristas, empresas terceirizadas que cuidam do controle de pragas, tratamento de água e esgoto, segurança, assessoria em consumo de energia, entre outros.

O Frigorífico Itajara realiza, em média, o abate de 400 animais, entre bovinos e bubalinos. A carne industrializada é comercializada em Supermercados e açougues da grande São Paulo, e uma parte também é exportada para os países do Oriente Médio. A empresa é administrada por sócios provenientes da região de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

O abatedouro Beira Rio Ltda. (Bafari Carnes) localiza-se no perímetro urbano de Santa Cruz do Rio Pardo, estando localizado a 346 km da capital de São Paulo (Figura 17). Possui fácil acesso às rodovias João Baptista Cabral Rennó (SP-225), Raposo Tavares (SP-270), Castello Branco (SP-280), Orlando Quagliato (SP-327), por onde escoam boa parte de sua produção, abastecendo dez cidades na região de Santa Cruz do Rio Pardo e a capital paulista, no período de três vezes na semana.

O estabelecimento foi fundado no ano de 1991, contando atualmente com 69 colaboradores internos. Por ser considerado um abatedouro de animais, é bastante expressiva sua participação no setor, pois a empresa abate, aproximadamente, 100 bovinos e 100 suínos por dia. Representa mais uma empresa de capital local, de origem da família Pegorer e, inicialmente, tinha como objetivo suprir o açougue do supermercado Pegorer, que encerrou suas atividades no município de Santa Cruz do Rio Pardo durante os anos de 1990.

No setor de laticínios, o Município de Santa Cruz conta com o Laticínio Fazenda Botelho Eireli, popularmente conhecido como Fazenda Botelho, que produz leite pasteurizado, iogurtes e queijos tipo Minas e Frescal, entre outros produtos, atendendo ao comércio regional do setor de alimentação, padarias e panificadoras e

supermercados, contando com a distribuição para empresas de Santa Cruz do Rio Pardo, Ourinhos e Piraju, em especial.

A empresa encontra-se situada na fazenda Botelho, no bairro São Pedro, zona rural de Santa Cruz do Rio Pardo, junto à rodovia João Baptista Cabral Rennó (SP-225), a 19 km da Sede Administrativa do município (Figura 11). O laticínio conta com 20 colaboradores no processo produtivo, desde o setor da ordenha até a produção e finalização do produto. Também possui escritório com profissionais capacitados, representados por um gerente geral. A empresa é originária de capital local, sendo fundada no ano de 1994, com a ampliação de sua planta fabril ocorrendo em 2006, através de investimentos realizados pela família Botelho, proprietária de supermercados no município de Santa Cruz do Rio Pardo.

Em relação à produção de doces e confeitados derivados de amendoim, surgiu, no ano de 1948, a empresa Irmãos Lorenzetti e Filhos Ltda., popularmente conhecida como Irlofil. Essa empresa, desde sua origem, possui investimentos de origem familiar local, estando inicialmente localizada na Vila Saul, na área urbana de Santa Cruz do Rio Pardo, mas que teve sua sede transferida para a Fazenda União, também na área urbana do município (Figura 17).

Isso aconteceu durante a década de 1990, quando a empresa tinha planos de novas ampliações e comercialização de produtos nos níveis local, estadual, nacional e até mesmo para exportação. Sua produção baseia-se em produtos derivados do amendoim, como paçoca, pé de moleque, pé de moça, paçoca salgada, *fondant* de leite, amendoim salgado, entre outros. Atualmente possui cerca de 100 funcionários.

Além dessas empresas que se destacam no processo de industrialização de Santa Cruz do Rio Pardo, destacam-se algumas outras, que foram identificadas no trabalho de campo realizado pelo autor, mas com poucas informações sobre a área produtiva, conforme ilustra a figura 17, que são a Alfer Indústria de Produtos Alimentícios Ltda. (produz e comercializa o Pão de Alho Santa Cruz), Caferpam Álcool de Cereais e Derivados, FPN Indústria de Massas Alimentícias Ltda., Indústria e Comércio de Alimentos Camiloti Ltda. (industrialização de carnes), Indústria e Comércio de Café Maximiano Ltda., Indústria e Comércio de Café Vigui Ltda., Maferce Alimentos Ltda., Pastel do Josias (Massas Alimentícias), Roma Massas Artesanais Ltda., Sorvetes Fruitbom e West Co. Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. (fabrica molhos de pimenta, temperos e condimentos), entre outras.

Conforme estudado no capítulo 4 (tabela 29), essas empresas se agrupam na classificação nacional de atividades econômicas (CNAE 2.0), como Indústrias de Transformação (Seção C) / Fabricação de Produtos Alimentícios (Divisão 10), nas seguintes subclasses: 10.11-2/01 – Frigorífico: abate de bovinos e 10.12.1/03 – Frigorífico: abate de suínos; 10.33-3/01 - Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes; 10.51-1/00 – Preparação do leite, 10.52-0/00 – Fabricação de laticínios e 10.53-8/00 - Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis; 10.81-3/02 – Torrefação e moagem de café; 10.91-1/01 – Fabricação de produtos de panificação industrial, 10.93-7/01 – Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates, 10.94-5/00 – Fabricação de massas alimentícias, 10.95.3/00 - Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos, 10.96.1/00 – Fabricação de alimentos e pratos prontos e 10.99-6/04 – Fabricação de gelo comum.

A seguir, será estudada a reestruturação produtiva das empresas beneficiadoras de arroz de Santa Cruz do Rio Pardo e sua importância para o desenvolvimento da indústria de alimentos, que é responsável pela qualificação do município como o maior polo de beneficiamento de arroz do Estado de São Paulo, responsável por cerca de 25% do arroz consumido nesse Estado.

5.5. A Dinâmica da Reestruturação das Indústrias de Beneficiamento de Arroz e a Evolução Produtiva para o Setor de Indústrias de Alimentos

Santa Cruz do Rio Pardo é uma pequena cidade da rede urbana de Ourinhos, que perpassa para outras redes urbanas, especialmente com a capital paulista, através da especialização produtiva desenvolvida com a indústria de beneficiamento de arroz. O município possui forte destaque com a indústria de alimentos, destacando-se em segundo lugar em número de indústrias de alimentos na Região Administrativa de Marília e o maior da Região de Governo de Ourinhos, onde se encontra inserido.

Para essa finalidade, verificar-se-ão as contribuições teóricas e metodológicas decorrentes da especialização industrial em municípios de pequeno porte populacional, podendo-se recorrer à ideia de que Santa Cruz do Rio Pardo desenvolveu sua especialização relacionada à indústria de beneficiamento de alimentos, notadamente o beneficiamento de arroz, em especial, mesmo não sendo um produto de destaque no processo de desenvolvimento agrícola e na atualidade do

município e não se produza nenhum hectare na atualidade, como se verificou no capítulo 3.

Posteriormente à década de 1950, a cultura arrozeira no município diminuiu, mas o setor de beneficiamento de arroz continuou se desenvolvendo, resultando no surgimento do “polo arrozeiro”. A matéria-prima, o arroz, é produzida no Estado do Rio Grande do Sul, sendo que as principais cerealistas do município importam o arroz gaúcho, constituindo-se em um aglomerado de cerealistas com características funcionais próprias, que denotam essa atividade específica dentro da Região de Governo de Ourinhos.

5.5.1. Especialização produtiva em pequenas cidades: apontamentos teórico-metodológicos

Estudos sobre a especialização produtiva em pequenas cidades são algo recente, em comparação com essa temática de estudo em cidades médias e grandes. Entretanto, a diversidade existente entre os municípios de pequeno porte populacional é bastante diversificada, conforme já estudado anteriormente.

Segundo Dias (2019, p. 234-235),

Fresca & Veiga (2011) destacaram a necessidade do estudo da especialização funcional em pequenas cidades, dada a heterogeneidade do processo de urbanização brasileiro, implicando em reflexões sobre distintos aspectos como a desconcentração industrial, a diversificação dos complexos agroindustriais, as interações com diferentes redes urbanas e a formulação de novos produtos e/ou atividades econômicas. Assim, a desconcentração industrial, com o intuito de aumentar os lucros, concretiza-se em algumas pequenas cidades, pois parcela das mesmas apresenta condições locais favoráveis.

Com os novos rearranjos da divisão territorial do trabalho, ocorreu uma nova reestruturação das cidades e as especializações produtivas decorrentes dos investimentos do capital local, nacional e estrangeiro. Como resultado dessa especialização, pode ocorrer a geração de empregos locais e impostos, entre outros fatores, sem que haja a promoção da pequena cidade de controladora de um determinado segmento produtivo, e nem seja elevada à condição de destaque nacional neste setor.

É o caso de Santa Cruz do Rio Pardo, que proporcionalmente em comparação à Marília (Tabelas 32 e 33) tem mais significância entre o número de empresas de alimentos existentes e o número de habitantes do município, mas não tem a mesma

importância que Marília no setor de alimentos no cenário nacional, já que este município possui uma estrutura física, logística e suporte tecnológico mais desenvolvido, e agentes mais envolvidos com a estrutura presente na indústria de alimentos do que as condições existentes em Santa Cruz do Rio Pardo.

Segundo Fresca (2000), posteriormente aos anos de 1960, muitas pequenas cidades presenciaram uma transformação econômica, ocorrendo uma refuncionalização, estando intimamente ligadas às atividades industriais desenvolvidas por agentes sociais, devido especialmente às mudanças que o processo urbano-industrial proporcionou, em decorrência da queda de produção cafeeira e de outros produtos agrícolas.

A especialização funcional em pequenas cidades pode se referir à indústria ou serviço e pode apresentar distinções quanto ao destino da produção e marcas empregadas nos serviços ou produtos. Contudo, a gênese das empresas que compõem a especialização industrial ou de serviços nas pequenas cidades, foi em geral, atrelada ao capital local de origem agropecuária e apresentou processos semelhantes quanto à construção dessas especializações. De acordo com Fresca (2000), a especialização funcional das pequenas cidades pode estar ligada ao denominado contato próximo⁶² (DIAS, 2019, p. 236).

Conforme estudado anteriormente, Santa Cruz do Rio Pardo é um município cuja economia esteve atrelada fortemente às atividades agrícolas, principalmente o cultivo de café, até a primeira metade do século XX. A partir dos anos de 1960, no município passou a predominar a inserção de capitais em atividades econômicas urbanas, no caso, na produção fabril de alguns tipos de alimentos, entre eles, o beneficiamento de arroz e de máquinas de beneficiamento que proporcionaram, por muitas décadas, a efetivação do polo cerealista no município.

O processo ocorrido em Santa Cruz do Rio Pardo não está associado ao processo de desconcentração industrial, de acordo com os estudos de vários autores, como exposto por Cano (2007) e Negri (1996), pois a estrutura industrial da cidade é determinada pela existência de empresas de médio e, principalmente, pequeno porte relacionadas ao setor alimentício, sobretudo do beneficiamento de arroz, que é sua

⁶² O contato próximo refere-se à expansão numérica de empresas do mesmo segmento na pequena cidade, através da ação de ex-empregados, sócios ou pessoas de outros ramos produtivos. Ao observar o sucesso de algum proprietário, os demais agentes sociais citados acabam por inserirem-se também na mesma atividade econômica, sem, no entanto, contar com ações políticas que administrem essa expansão. A autora aponta que, após a década de 1960, muitas pequenas cidades passaram por uma refuncionalização, atrelada às atividades industriais criadas por agentes sociais que acabaram por modificar suas atividades econômicas, mediante às mudanças que o processo de urbanização e modernização da agricultura desencadearam (DIAS, 2019, p. 236).

principal produção e receita, mas também rações animais e de outros produtos, e pautadas no capital local de agentes sociais.

Segundo Dias (2019, p. 237), existem cinco fatores específicos que moldaram a estruturação funcional santa-cruzense, a saber:

1) a origem das empresas; 2) em relação ao setor produtivo, a matéria-prima não é local; 3) a quantidade de empresas é reduzida; 4) as empresas detêm parte importante do mercado nacional de arroz beneficiado; 5) as empresas destacam-se quanto ao volume produzido.

No que se refere aos mercados da indústria de alimentos de Santa Cruz do Rio Pardo (especialmente a arrozeira), podem-se tecer, de forma resumida, as seguintes considerações:

- A. Existe uma sólida produção que visa a atender ao mercado regional e estadual;
- B. A maioria das indústrias se consolidaram pela preferência do consumidor regional e estadual, entre os anos de 1980 e 1990, com uma considerável fatia do mercado consumidor de arroz no estado de São Paulo, pois as indústrias santa-cruzenenses conseguem suprir 25% do beneficiamento do arroz paulista e possuem uma logística bem desenvolvida para sua distribuição;
- C. Sobre a comercialização dos produtos, as empresas investiram pesado em propagandas e formaram uma equipe própria de vendedores, que vendiam os produtos para os pequenos estabelecimentos do ramo alimentício, mercados, supermercados, hipermercados e grandes atacadistas. A partir dos anos 2000, as empresas de beneficiamento de arroz se tornaram indústrias de alimentos, diversificando suas produções e desenvolvendo uma vasta linha de produtos (como será estudado mais adiante);
- D. Investiram em uma rede logística para comprar a mercadoria selecionada e que agrada ao gosto do consumidor, no caso a preferência pelo arroz agulhinha, que é cultivado na região da campanha gaúcha, para trazê-lo até Santa Cruz do Rio Pardo, onde são realizados o beneficiamento e a distribuição dos produtos aos centros consumidores;
- E. O município contava com mais de vinte empresas beneficiadoras de arroz nos anos de 1970, sendo que uma grande parte delas, pequenas empresas de origem familiar, sem grandes possibilidades de investimentos, vieram à falência ou decidiram encerrar suas atividades, pois não tinham como suportar a grande

competitividade entre elas. No final do ano de 2020, eram apenas sete empresas de beneficiamento em Santa Cruz do Rio Pardo.

Segundo a concepção de Schumpeter,

A compreensão do surgimento de desequilíbrios entre as firmas de um mesmo segmento e entre os diferentes setores pode ser explicada no longo prazo a partir da dinâmica da concorrência por inovações. A concorrência schumpeteriana é centrada no progresso técnico, que se constitui na melhor forma para a obtenção de rendas diferenciais ou de monopólio, permitindo a superação de crises e a ampliação de mercados (MOURÃO, 2002, p. 108).

A partir dos anos de 1980, as empresas recorreram à modernização da estrutura produtiva, para superarem os efeitos da crise, e com isso reduzirem os custos de produção e tornarem os seus produtos mais competitivos no mercado consumidor. “O objetivo da busca tecnológica é a obtenção de vantagens sobre os concorrentes, em termos de custos e/ou qualidade dos produtos de forma a se obterem maiores lucros” (MOURÃO, 2002, p. 108).

Hollanda Filho (1996, p. 20-21), que se inspirou nos fundamentos neo-schumpeterianos de Freeman, apresenta as seguintes estratégias inovadoras utilizadas pelas empresas:

[...] (a) Inovações induzidas pela demanda, a partir do reconhecimento do potencial de um novo produto ou processo; e inovações provocadas pelo avanço do conhecimento científico, a partir de atividades de pesquisa básica não relacionada com pressões de mercado. (b) Estratégia inovadora ofensiva, relacionada com o pioneirismo de uma firma em termos de inovações radicais, que pode levá-la à liderança tecnológica, mas também envolve maiores riscos; e estratégia defensiva, que ocorre como reação à anterior, associada a atividades inovadoras de firmas preocupadas em não ficar atrás no processo de competição tecnológica. Esta última implica na introdução de inovações menores (incrementais), possíveis aperfeiçoamentos em relação à inovação pioneira e, portanto, não deve ser confundida com uma estratégia puramente imitativa. Por envolver menores riscos do que a estratégia ofensiva, um número maior de firmas está apto a seguir uma atitude defensiva.

No município de Santa Cruz do Rio Pardo, mesmo tendo uma mão-de-obra abundante e barata, as empresas buscaram se modernizar com novos equipamentos e tecnologias na linha de produção para se tornarem competitivas e sobreviverem no mercado consumidor. Além disso, também investiram em treinamentos nas áreas administrativas e novas estratégias de vendas, assim como vultosos investimentos na área de marketing das empresas.

Segundo Mourão (2002), a indústria de alimentos também adotou os princípios do Toyotismo, um modelo desenvolvido no Japão pela indústria automotiva Toyota,

como uma prática inovadora e reorganizadora das empresas, que as tornaram mais competitivas no mercado global, conforme exposto no capítulo 4.

Vale lembrar que o fator de custo baixo da mão de obra ainda permanece mais importante do que a produtividade (Mourão, 2002). Mesmo ocorrendo a qualificação dos trabalhadores nas indústrias de alimentos locais, não foi acompanhada de aumento salarial significativo. Mais recentemente, algumas das maiores empresas da cidade incorporaram algumas medidas de valorização do trabalhador, através de projetos sociais, vale alimentação, convênio médico-hospitalar, cesta básica do trabalhador, entre outros, o que está condicionando a uma melhor qualidade de vida para o trabalhador e sua família.

5.5.2. As indústrias de beneficiamento de arroz de Santa Cruz do Rio Pardo

A gênese das indústrias de beneficiamento de arroz de Santa Cruz do Rio Pardo está associada a agentes sociais locais e ao relacionamento que existe entre eles. De um modo geral, o município teve uma contribuição de famílias de origem italiana (imigrantes), que são conhecidas na sociedade santa-cruzeense, como as famílias Pegorer, Manfrim, Zaia, Nardo e Picinin, que residiam na área rural, desenvolvendo atividades agrícolas, especialmente o café, além de outras culturas, em pequenos estabelecimentos rurais.

A família Pegorer se dedicou inicialmente ao plantio da cana-de-açúcar no município santa-cruzeense, onde o Sr. Francisco Pegorer conseguiu autorização das esferas governamentais para a construção de um pequeno alambique para a produção de aguardente. No ano de 1968, os filhos do Sr. Francisco Pegorer encerram a produção do alambique⁶³ e decidem arrendar as terras de suas propriedades, onde se produzia cana-de-açúcar, para o Grupo Irmãos Quagliato, proprietários da Usina São Luís, localizada no município de Ourinhos.

Entretanto, estavam bastante motivados para investir no setor arrozeiro, que apresentava um momento de grande expansão, investindo parte do capital acumulado com a produção de cana-de-açúcar e da aguardente para adquirir máquinas de

⁶³ A fabricação de Aguardente Verdinha é vendida para outros proprietários que a instalam em uma área de produção de aguardente com maior capacidade de produção, na Vila Maristela, área urbana de Santa Cruz do Rio Pardo. No ano de 1977, a produção de Aguardente Verdinha é encerrada definitivamente (nota do autor).

beneficiamento de arroz. Atualmente, uma parte da família Pegorer é proprietária das empresas Rosalito, São João e Guacira.

A Cerealista Rosalito foi fundada durante os idos de 1970 pelo Sr. Rosário Pegorer⁶⁴ e encontrava-se localizada na área central de Santa Cruz do Rio Pardo. Em 1989, com planos de expansão do setor de beneficiamento de arroz e diversificação da produção, a empresa se transferiu para um novo terreno às margens da Rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó, popularmente conhecida como Rodovia Ipaussu-Bauru (SP-225) (Figura 19).

Segundo informações obtidas junto à empresa (2019), ampliaram seu parque industrial importando da *Satake Corporation* equipamentos de alta tecnologia, o que representou uma verdadeira inovação no beneficiamento de arroz no Brasil. Nos anos 2000, a empresa investiu pesado em tecnologia e foi totalmente mecanizada, aderindo “à robotização no processo final do beneficiamento, sendo a arrozeira pioneira na modernização do beneficiamento de arroz” (DIAS, 2019, p. 249).

No ano de 2007, através de investimentos em logística, o lançamento de novos designs das embalagens e de produtos *Premium* aumentaram a participação da empresa nos concorridos mercados de arroz e feijão.

Segundo informações da empresa,

Os principais produtos, representações e comercializações, são o arroz (Rosalito Extra Premium, Rosalito Tradicional, Rosalito Japonês, Rosalito Premium, Rosalito Integral, Rosalito Arbóreo, Rosalito Família, Rosalito Parboilizado, Rosalito Mix e Rosalito Econômico); feijão (Rosalito Extra Premium, Rosalito Tradicional, Rosalito Família, Bolinha Rosalito, Preto Rosalito, Branco Rosalito, Corda Rosalito, Fradinho Rosalito, Jalo Rosalito, Rajado Rosalito e Rosinha Rosalito); batata palha Rosalito; queijo parmesão ralado Rosalito; farofa de mandioca (sabor Bacon Rosalito, sabor Cebola e Alho Rosalito e sabor Costela Rosalito), e farofa de milho (sabor Cebola e Alho Rosalito e sabor Bacon Rosalito) (CEREALISTA ROSALITO, 2019).

Em relação à Cerealista Guaira, atual Guacira Alimentos, foi originária da família Pegorer, que se dedicava à agricultura de subsistência e possuía um empório de secos e molhados no bairro rural da Usina São Luiz, localizado no município de Ourinhos-SP.

⁶⁴ No início da década de 1990, a produção anual era de 8 toneladas por hora, com capacidade de armazenagem de 5 mil toneladas. As marcas empacotadas eram Rosalito, Gauchito, Xiró, Tio Nico e Peyote. Empregava 86 funcionários e possuía frota própria para transporte do produto. A empresa é de propriedade da família Pegorer, sendo constituída uma sociedade formada por Rosário Pegorer, Antônio Pegorer, José Sérgio Pegorer, Paulo César Pegorer e Pedro Celso Pegorer (DEBATE, 1992).

O estabelecimento comercial foi fechado no ano de 1970, e o capital adquirido foi utilizado para a compra da primeira máquina de arroz em 1977, sendo uma máquina já utilizada, comprando, posteriormente, máquinas e contratando serviços da Máquina Suzuki S/A. Atualmente, a empresa encontra-se instalada às margens da rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó (SP-225), na área urbana de Santa Cruz do Rio Pardo (Figura 19).

A princípio, a empresa possuía contratos de fornecimento de arroz beneficiado para a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB -, comercializado em sacos de 50 Kg. “A completa mecanização e modernização do processo de beneficiamento de arroz data do início da década de 2000” (DIAS, 2019, p. 249).

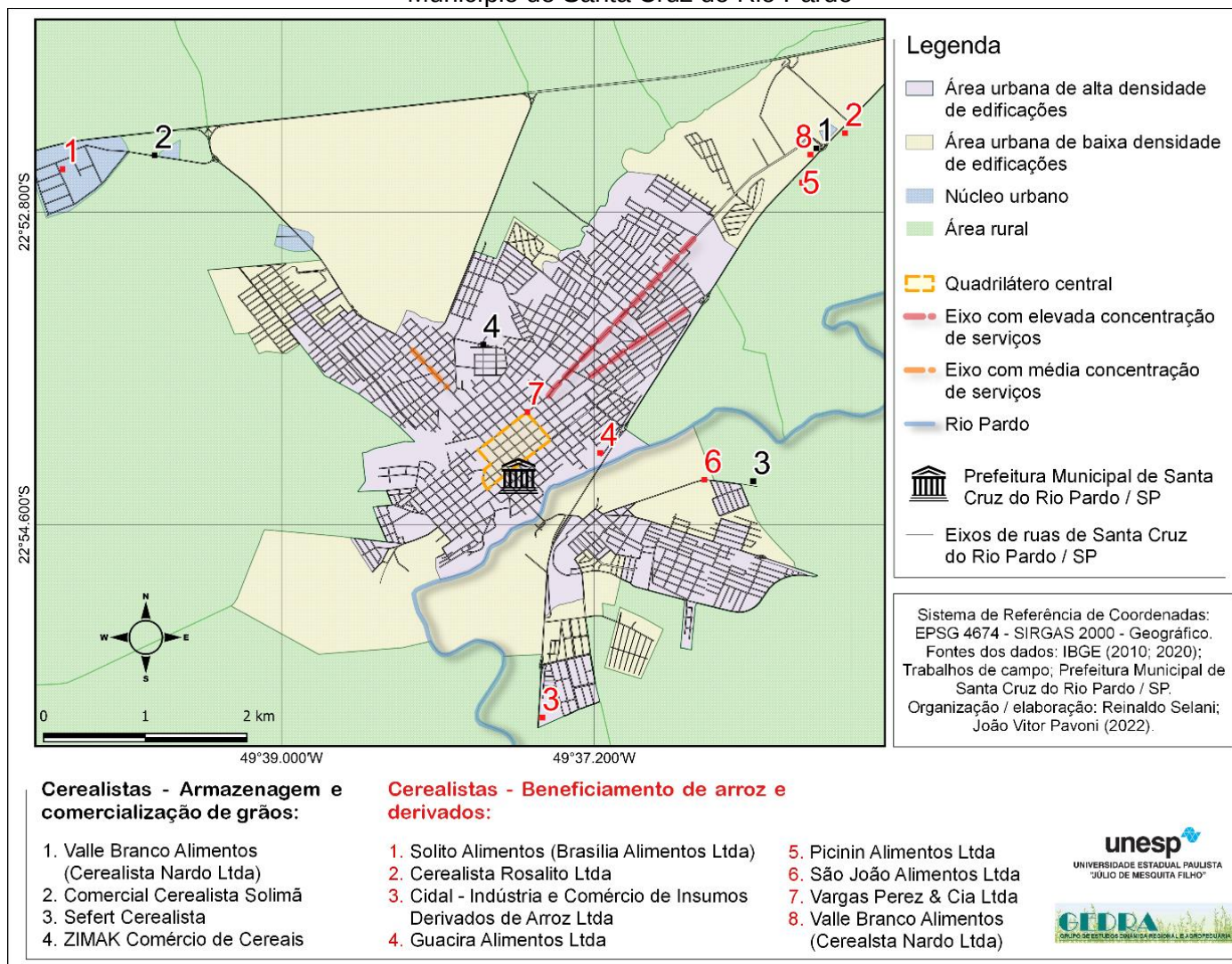
Seus principais produtos beneficiados, importados e distribuídos são,

O arroz (arroz Integral, arroz Guacira Speciale, arroz Guacira Tipo 1, arroz Guacira Tipo 2, arroz Guacira parboilizado, arroz Guacira mix, arroz Xapuri tipo 1, arroz Xapuri tipo 2 e arroz Xapuri tipo 3); a linha de arroz cozinha gourmet (arroz arbóreo, arroz para risoto, arroz para paella, arroz koshihikari, arroz basmati, arroz cateto Integral, arroz preto e arroz vermelho); os azeites (Guacira e Olíria), os palmitos (pupunha inteiro, pupunha rodela, pupunha picado, pupunha banda, pupunha talharim e pupunha lasanha); a farinha de trigo Guacira Speciale; o feijão (carioca Guacira, preto Guacira e carioca Xapuri); o açúcar (cristal Guacira e extra fino Guacira); o sal (refinado Guacira e grosso Guacira); o café extraforte Guacira; charque (dianteiro Guacira, charque traseiro Guacira e ponta de agulha Guacira), macarrão (espaguete Guacira, parafuso Guacira, penne Guacira e padre nosso Guacira); tapioca hidratada Guacira e, além desses, comercializa também cestas básicas (GUACIRA ALIMENTOS, 2019).

A empresa São João Alimentos, empresa originária da família Pegorer, iniciou suas atividades com a produção e comercialização de gêneros agrícolas e na transferência de capitais, ocorrida no ano de 1960, para as atividades de beneficiamento de produtos agrícolas.

A cerealista São João Alimentos, iniciou o beneficiamento de arroz no ano de 1960, estando sua sede administrativa e de produção localizada na Estrada Salto Bonito. Desde sua fundação, e é considerada a indústria de beneficiamento de arroz mais antiga em funcionando em Santa Cruz do Rio Pardo, na atualidade (Figuras 19 e 20).

Figura 19 – As Principais Empresas Beneficiadoras de Arroz e de Grãos no Município de Santa Cruz do Rio Pardo



Fonte: IBGE (2010, 2020) / Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo (2022).

Segundo o sócio Adalberto Pegorer,

Todas as beneficiadoras da época eram pequenas. O arroz era plantado no meio dos cafezais. Era, na verdade, uma cultura de sobrevivência. Vendiam aquilo que não consumiam. Com o tempo, tudo foi mudando. Mudou até a cultura cafeeira, destruída pelas geadas na década de 1970. Com isso, o próprio arroz sequeiro deixou de ser produzido em Santa Cruz do Rio Pardo, uma vez que os consumidores descobriram um outro paladar, o do arroz “longo fino”, conhecido como “agulhinha”.

Alguns anos após a fundação da São João Alimentos, o Sr. Eduardo Pegorer começou a beneficiar café em sociedade com o Sr. Ângelo Zaia, fundador da Solito Alimentos (Antiga Cerealista Brasília), sendo que a sociedade perdurou por pouco tempo. A Cerealista São João continuou beneficiando apenas arroz até meados dos anos 2000, quando ocorreu uma expansão e modernização do processo de beneficiamento e empacotamento do arroz e diversificou sua distribuição com outros produtos, que são fabricados por terceiros, mas levam a marca registrada e tradicional da São João Alimentos.

Sua marca registrada é Patéko, produzindo a linha do arroz Patéko (Tipo 1 e Tipo 2, Food Service Mix, Food Service Tipo 1, Arroz Integral, Arroz Integral 100% Natural, Arroz Orgânico Integral, Arroz Orgânico Tipo 1 e Arroz Parboilizado), Arroz Riviera, Arroz Tayô-mai. Produz também a linha de feijão Patéko (feijão bolinha, feijão branco, feijão carioca, feijão carioca premium, feijão fradinho e feijão preto), especiarias com a marca Patéko (canjica, ervilha, grão de bico, lentilha, milho de pipoca, sagu e soja), açúcar Patéko (açúcar cristal especial, açúcar extrafino e açúcar refinado especial) e a linha Empório São João (arroz tipo 1, arroz integral, arroz para risoto, arroz parboilizado, feijão bolinha, feijão carioca e feijão preto) (SÃO JOÃO ALIMENTOS, 2019).

A fundação da Cerealista Brasília (antiga Cafeeira Brasília), atual Solito Alimentos, ocorreu no ano de 1961, através do beneficiamento de arroz. Em 1964, diversificou sua produção e deu início ao beneficiamento do café. Em 1977, a empresa criou a marca de arroz Solito, considerado seu principal produto.

A Cafeeira Brasília passou a se dedicar somente ao beneficiamento de arroz, depois de 1975⁶⁵, ano em que a geada negra destruiu as plantações de café no município de Santa Cruz do Rio Pardo e região. Em 1992, cerca de 85% da produção

⁶⁵ Antes de se estabelecer no ramo de beneficiamento de arroz, em 1964, a empresa comercializava café, a base da economia agrícola da cidade e região. A geada de 1975 arrasou os cafezais na época. Foi neste período que a família decidiu mudar de ramo, embora já tivesse uma boa experiência com o beneficiamento de arroz desde 1961 (nota do autor).

do arroz da marca Solito era vendida na capital paulista⁶⁶, sendo que 25% representavam os mercados da Alta Sorocabana e Noroeste. Inicialmente, a produção era baixa. Houve necessidade de se investir no aumento da produção com aquisição de novos equipamentos.

Seguindo a ordem cronológica, no ano de 1997 foi inaugurada sua nova sede administrativa e de produção, localizada no distrito industrial *Michiyoshi Suzuki*, que fica às margens da Rodovia Orlando Quagliato (Figuras 19 e 21).

Para melhor divulgar seus produtos no mercado consumidor e ao projeto de diversificação de produtos que estava ocorrendo na empresa, relativa à indústria de alimentos, em 2003 a razão social da empresa foi alterada de Cafeeira Brasília Ltda. para Brasília Alimentos Ltda.

No ano de 2007, a empresa lança o feijão Solito, realizando o processo de beneficiamento através de rigorosos controles de qualidade da marca. Em 2008 foi a vez da Farinha de Arroz, muito utilizada na produção de alimentos; em 2011 ocorreu o início da comercialização do açúcar.

Como resultado dessa nova estratégia de estruturação no mercado, em 2016 ocorreu a padronização corporativa da empresa, passando a ser denominada de Solito Alimentos.

Hoje, diversificou muito sua produção, beneficiando, empacotando e distribuindo seus produtos, possuindo capacidade de produção mensal de 12.000 toneladas de arroz, 2.000 toneladas de feijão e 2.000 toneladas de açúcar. Sua marca registrada é Solito, integrando a linha do arroz Solito (Solito Premium Tipo 1, Arroz Solito Tipo 1 e Arroz Solito Tipo 2), o feijão Solito (Premium Tipo 1, Ouro Tipo 1 e Anceli Carioca Tipo 1), o açúcar Solito (açúcar cristal natural, açúcar cristal especial e açúcar extrafino especial) e a farinha de arroz Solito (Monsolí e Industrial). Nos últimos anos vem investindo em novas marcas, além da Solito, como o feijão ServMix, o feijão Vitabon Tipo 1, o arroz oriental Inari, o Arroz Zélia e o Brasmix, que são derivados do arroz, como a quirera, farelo, cascas, amido, entre outros produtos (SOLITO, 2023).

Em outubro de 2006, a empresa conquista o certificado ISO 9001 no setor arrozeiro brasileiro, resultado do seu compromisso com a qualidade, o treinamento, a segurança e o bem-estar social de seus colaboradores (Figura 21).

⁶⁶ Segundo informações dos dirigentes da Brasília Alimentos, dentro de São Paulo, a marca Solito já está consolidada: “Tem dona de casa que deixa de comprar em mercados que não possuem o nosso produto”, acrescentam os empresários santa-cruzenses (DEBATE, 1992).

Figura 20. São João Alimentos (Arroz Pateko)



Fonte: São João Alimentos (2019)
<https://saojoaoalimentos.com/>

Figura 21. Solito Alimentos (antiga Brasília Alimentos)



Fonte: Solito Alimentos (2023)
<https://www.solito.com.br/site/>

A Picinin Alimentos (antiga Cerealista Picinin) foi fundada no ano de 1975 pela família Picinin, que anteriormente se dedicava às atividades agrícolas e, seguindo os passos dos outros empresários do setor arrozeiro de Santa Cruz do Rio Pardo, decide investir na atividade de beneficiamento de arroz. Visando a uma expansão da planta fabril e a uma diversificação na produção e comercialização de produtos, ela adquire um terreno às margens da rodovia João Baptista Cabral Rennó (SP-225) no ano de 1991, saindo da área urbana central (Figura 19).

Inicia o beneficiamento e comércio de arroz a granel até o ano de 1981, quando começa a comercializar o arroz empacotado com as marcas Ramagem e Picinin. Em 1991, lança a marca de arroz Tio Toni, tipos 1 e 3, e em 2009, expande sua atuação comercial com a incorporação do feijão e do açúcar em sua linha de produção.

Segundo informações da empresa,

Seus principais produtos, representações e distribuições são, na atualidade, o arroz Picinin Série Ouro (Série Gourmet, Ramagem, Picinin, Picinin Mix, Picinin Arbóreo, Picinin Integral, Picinin Parboilizado e Tio Toni – tipo 3); açúcar (Picinin Extrafino e Picinin Cristal); feijão (Picinin Série Ouro, Picinin Gourmet, Picinin Bolinha, Picinin Preto e Ramagem); e a farofa pronta (Mineira Picinin, Mineira Caseira Picinin, Mandioca Picinin, Mandioca Fina Picinin e Mandioca Grossa Picinin) (PICININ ALIMENTOS, 2019).

Com relação à Valle Branco Alimentos (antiga Cerealista Nardo), ela foi fundada pelo Sr. Ângelo Nardo no ano de 1970. No início de seu funcionamento, estava localizada na área urbana central de Santa Cruz do Rio Pardo, mas nos anos de 1990, transfere sua administração e a área de beneficiamento de arroz para um terreno recém-adquirido às margens da rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó (SP-225), onde diversifica sua produção, lançando uma nova linha de produtos alimentícios com os quais comercializa e divulga sua marca registrada (Figura 19).

A Cerealista Nardo tinha como principais produtos, no ano de 1992, o arroz das marcas Castelão, Aene (tipo agulhinha), Stock, Center e Nardo. Toda a produção era vendida do Interior de São Paulo até Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul. A região que apresentava o maior desempenho na comercialização dos produtos da Cerealista Nardo era representada pelos municípios de Fartura, Itaporanga, Piraju, Coronel Macedo, Itapeva, região de Presidente Prudente e Panorama. Naquela época, eram cem municípios que consumiam o arroz beneficiado pela empresa santa-cruzensense.

Em 2003, a Cerealista Nardo implantou uma nova marca, a Valle Branco Alimentos, com a linha de produtos que leva o mesmo nome. Em 2010, surgiram mais dois produtos, o feijão e o açúcar Valle Branco.

Segundo informações da empresa,

Sua marca registrada é Valle Branco, produzindo o arroz (Tipo 1), o feijão (carioca e o preto tipo 1), o arroz integral (tipo 1), o açúcar extrafino e o cristal. Todos os produtos da linha Valle Branco possuem embalagens com 1, 2 ou 5 Kg. Ainda em relação à marca Valle Branco, a empresa embala e distribui o palmito de pupunha em conserva com 540gr. (inteiro, picado ou em rodela). No entanto, suas linhas de produção mais tradicionais de arroz são a marca AENE (arroz tipo 1, arroz parboilizado “Parbo” e arroz food service), em pacotes de 2 e 5 Kg, e sua marca mais popular, o Castelão, com o arroz (tipo 1, 2 e 3) e o feijão (tipo 1 e econômico). Também beneficia o arroz Eliza (tipo 1) e o arroz Vita (tipo abaixo do padrão) (VALLE BRANCO ALIMENTOS, 2019).

A Cerealista Vargas Perez & Cia. Ltda. (Figura 19), fundada no ano de 1971, dedicava-se à comercialização e ao beneficiamento de café, mas migrou suas atividades para o setor de beneficiamento de arroz pouco tempo depois. Seu principal produto é o arroz da marca Elianne, tipos 1 e 2, em pacotes de 2 e 5 Kg, comercializados em empórios, mercados e supermercados locais e regionais (YONEDA, 2016).

É classificada como uma pequena empresa do setor de beneficiamento de arroz, pois possui um quadro de dezoito funcionários no total, além de contar com uma frota de dois caminhões (*inbound* e *outbound*) e um automóvel para serviços gerais. Constitui-se em uma empresa de sociedade mista, originária do capital local. Na atualidade, é a única empresa beneficiadora de arroz do município a ter sua sede e área produtiva localizada na área urbana.

Entretanto, a Cerealista Vargas Perez & Cia. Ltda. não tem relações familiares com os demais proprietários de empresas beneficiadoras de arroz de Santa Cruz do Rio Pardo, possui uma estrutura produtiva de beneficiamento de arroz menor que as demais empresas e não faz parte da Associação dos Beneficiadores de Arroz de Santa Cruz (ABASC), o que a torna mais distante das negociações com os produtores de arroz do Rio Grande do Sul entre seus pares.

Com o descascamento realizado pelas cerealistas santa-cruzenses, exceto São João e a Guacira Alimentos⁶⁷, que já realizam esse procedimento de descascamento nas unidades que possuem em Uruguaiana (RS), gera-se muito resíduo das cascas, que são descartadas de forma incorreta na maioria das vezes. A

⁶⁷ Eliminando-se a casca do arroz, diminuem-se os custos quanto ao frete de deslocamento do arroz (nota do autor).

problemática está relacionada ao descarte da casca, que gera um problema ambiental.

Segundo apontado por Dias (2019, p. 260),

Diversos autores, dentre eles Walter e Rossato (2010) têm apontado os problemas ambientais causados pelo destino inadequado da casca de arroz no Rio Grande do Sul, o que se transforma em um problema devido ao montante produzido, reiterando que esse estado é o principal produtor de arroz do Brasil. A maior parte desse resíduo é lançada em depósitos a céu aberto e gera grandes quantidades de gás metano (CH₄). Por outro lado, parte dos resíduos é abandonada nas margens dos rios, causando danos à água.

No entanto, em Santa Cruz do Rio Pardo existe a empresa Cidal (Figura 19), especializada na comercialização e transformação industrial dos resíduos da casca de arroz, material este adquirido das empresas Solito, Valle Branco, Rosalito e Picinin, ou seja, as arrozeiras que ainda comercializam o arroz em casca com o Rio Grande do Sul, realizando o beneficiamento do arroz em Santa Cruz do Rio Pardo.

A Cidal⁶⁸, conforme dados obtidos junto aos representantes da empresa, é uma das poucas existentes no território nacional no setor de industrialização da casca do arroz⁶⁹, uma vez que o descarte da palha do arroz é realizado em locais inadequados e é utilizado, em menor proporção, pelos agricultores como adubo na lavoura. A empresa surgiu em 2002, momento em que o setor arrozeiro passou por crescimento quanto à quantidade de arroz beneficiado, decorrente dos dispositivos ambientais expostos no Plano Diretor de Santa Cruz do Rio Pardo.

A indústria de beneficiamento de arroz está concentrada, nacionalmente, no Rio Grande do Sul. Segundo o Instituto Rio Grandense de Arroz - IRGA, existem 174 indústrias instaladas neste estado. Os grupos empresariais Camil e Josapar mantêm a liderança no beneficiamento de arroz e sua atuação é o território nacional, contando com centros de distribuição e até unidades de beneficiamento, abrangendo também alguns países da América do Sul, tais como Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile.

⁶⁸ A empresa gera 15 empregos diretos e realiza transformação industrial na casca, comercializando o produto, o qual serve de matéria-prima para outros elementos industriais e até mesmo geração de energia (DIAS, 2019, p. 261).

⁶⁹ A Raízen Energia, agroindústria de cana-de-açúcar localizada em Ipaussu-SP, é um cliente esporádico, utilizando a casca de arroz para geração de energia, a fim de manter o funcionamento da agroindústria. Os principais clientes são oriundos da região de Marília, principalmente na cidade de Bastos (SP) e da cidade de Itapetininga (SP), pois a casca de arroz é transformada em palha e utilizada para forrar aviários. Outro destino da casca de arroz, transformada em palha, é a cidade de Resende (RJ), sendo o material utilizado na indústria siderúrgica, como isolante térmico (DIAS, 2019, p. 261).

No Estado de São Paulo, destacam-se as seguintes empresas beneficiadoras de arroz: Lago Alimentos (Leme-SP), a Cerealista Blue Bom (Ourinhos); Picinin, Valle Branco, Solito, São João, Guacira e Rosalito (Santa Cruz do Rio Pardo). Essa situação demonstra o potencial de especialização funcional que Santa Cruz do Rio Pardo possui no cenário estadual e até nacional em relação ao beneficiamento de arroz⁷⁰.

Segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), estudado no capítulo 4, essas empresas se classificam como Seção C – Indústrias de Transformação, Divisão 10 – Fabricação de Produtos Alimentícios, Grupo 10.6 - Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais, classe 10.61-9 - Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz, e subclasses 10.61-9/01 – Beneficiamento de arroz e 10.61-9/02 – Fabricação de produtos do arroz.

O próximo item a ser abordado diz respeito à implantação de uma indústria de fabricação de rações para animais (cães e gatos), através dos empresários de origem local, dos setores do agronegócio e da indústria de beneficiamento de arroz (famílias tradicionais de origem italiana). A particularidade dessa nova especialização produtiva no município, é que ela utiliza produtos do arroz para seu processo de produção, e que já conta com quatro empresas instaladas no município, ocorrendo investimentos no setor de produção, com diversificação de produtos para rações animais, se projetando regionalmente e nacionalmente.

5.6. Fábricas de Rações para Pets: uma nova Especialização Produtiva?

Nas últimas décadas, em especial, a partir de 2010, Santa Cruz do Rio Pardo vem se despontando na área de produção de ração para *pets*, especialmente cães e gatos. Também pode-se afirmar que são fruto do investimento do empresariado local (de famílias de origem italiana) no setor de fabricação de rações animais, buscando novos nichos de mercado.

⁷⁰ Segundo dados na arrozeira Guacira com o Sr. Mário Pegorer, Santa Cruz do Rio Pardo apresenta-se como o maior centro brasileiro de beneficiamento de arroz, excetuando o Estado do Rio Grande do Sul, líder no setor. A cidade é responsável pelo beneficiamento de 10% do arroz consumido no Brasil e cerca de 30% do Estado de São Paulo. No tocante ao interior do Estado paulista, Santa Cruz do Rio Pardo detém cerca de 55% do mercado consumidor, consistindo em sua principal área de atuação. As demais cerealistas do Estado de São Paulo detêm cerca de 5% do mercado estadual. Além disso, as indústrias de beneficiamento de arroz de Santa Cruz do Rio Pardo apresentam atuação nos Estados do Mato Grosso do Sul, Norte do Paraná e Sul de Minas Gerais (DIAS, 2019, p. 242).

Atualmente (2022), a cidade possui 4 empresas que industrializam e comercializam a produção, que são a *Special Dog Company*, a *Spert Brasil*, a *Tutor Pet Food* e a *Solito Pet*, que serão estudadas a seguir. O que se evidencia em ambas as situações é que 3 empresas (*Special Dog Company*, a *Tutor Pet Food* e a *Solito Pet*) são originárias de empresários oriundos do setor de beneficiamento de arroz do município, que decidiram apostar no crescimento do setor de rações para *pet*.

A empresa *Spert Brasil* é originária da Scarpim Comércio de Cereais Ltda., que decidiu investir nessa nova área de produção devido ao grande crescimento do setor de rações *pet* (conforme estudado no capítulo 2)..

A Cerealista Manfrim, cuja fundação ocorreu no ano de 1967 por membros da família Manfrim, tinha como propósito realizar o beneficiamento de arroz e café. Segundo Dias (2019), em meados dos anos de 1970, a empresa deixou de beneficiar café, mas se manteve no segmento de beneficiamento de arroz, pois estava ocorrendo um período de grande expansão.

Entretanto, com as inovações tecnológicas dos anos 1990 e a modernização do processo produtivo, muitas empresas não conseguiram se manter no mercado devido à grande competitividade entre elas. Esse foi o caso específico da Cerealista Manfrim. Para não encerrar definitivamente suas atividades, a empresa optou por produzir um arroz destinado à alimentação animal. No entanto, o mercado não reagiu positivamente ao novo produto, e a empresa encerrou definitivamente sua produção.

Algum tempo após o encerramento das atividades, os empresários da antiga Cerealista Manfrim iniciaram investimentos em um setor promissor, apresentando um amplo mercado com maiores possibilidades de crescimento, representado pelas rações para cães e gatos. Sendo assim, foi criada em 2001 a *Special Dog*, que se transformou ao longo de 20 anos em uma das maiores e mais bem-conceituadas empresas brasileiras do segmento de rações e que aproveita no processo de industrialização o farelo de arroz, matéria-prima disponível nas arrozeiras de Santa Cruz do Rio Pardo (Figuras 10 e 22).

Segundo dados obtidos junto à *Special Dog*, a empresa possui 25.000 pontos de venda no território brasileiro, distribuídos por oito estados brasileiros, e se encontra em processo de franca expansão. Nos últimos anos, iniciou o processo de exportação para países da América do Sul e supre 5% da demanda nacional na industrialização e comercialização de rações para cães e gatos. Transformou-se na maior indústria de

Santa Cruz do Rio Pardo, “e embora não seja uma arrozeira, sua gênese atrela-se a essa atividade produtiva” (DIAS, 2019, p. 262).

Figura 22. Special Dog Company



Fonte: Special Dog (2023)
<https://www.specialdog.com.br/>

No Ano de 2012, a família Scarpim decidiu inovar seus projetos e cria a Scarpim Alimentos Ltda. ME, cujo nome fantasia passa a ser *Spert Brasil*, passando a investir na industrialização de rações para animais, especialmente *pets* (cachorros e gatos).

Segundo os proprietários da empresa, existe espaço para novas construções, e a empresa trabalha em um mercado em ascensão (mercado *pet*), possuindo amplas perspectivas de crescimento, mesmo com outras empresas produtoras de ração instaladas no município (Figura 10). O mercado está sempre inovando e procurando produtos de qualidade superior, os quais a empresa já fabrica, com modernas tecnologias, existindo grandes possibilidades para que a *Spert Brasil* seja uma grande empresa fornecedora de produtos pet para os mercados regional, estadual e nacional.

Ainda segundo declarações dos proprietários, a empresa foi instalada nesse endereço devido ao fato da proximidade com a outra empresa da família, a Scarpim Comércio de Cereais Ltda., e ao amplo espaço que essas unidades possuem para ser

utilizado. A indústria possui uma frota de dois caminhões, e a entrega sempre é efetuada, no máximo, em uma semana após realizado o pedido pelo cliente.

A Scarpim Alimentos Ltda. ME possui, atualmente, cinco representantes para a realização da comercialização da produção, que são as regiões de Marília, Botucatu, Ourinhos, Bauru e Itapeva. O número de funcionários da Scarpim Alimentos Ltda. ME é representado por um total de 20 colaboradores.

A Essencial Companhia Indústria e Comércio Ltda., que utiliza o nome fantasia *Tutor*, fundada no ano de 2018, possui sua sede administrativa e de logística em Santa Cruz do Rio Pardo (Figura 10), sendo que a unidade fabril está situada no município de Bernardino de Campos, São Paulo. É uma empresa fundada por membros da família Manfrin, que também pertenciam ao setor de beneficiamento de arroz, originária do capital local.

Industrializa e comercializa rações *Super Premium* para cães e gatos, e *Premium* para cães. Atende aos principais mercados do Estado de São Paulo e, também, ao vizinho Estado do Paraná. São originários do mesmo ramo familiar da família Manfrin, que são proprietários da *Special Dog*.

A empresa Solito Alimentos, no mesmo ritmo de seus conterrâneos santa-cruzenses, decidiu investir no mercado *pet food* brasileiro a partir do ano de 2021. A empresa está instalada no Distrito Industrial "*Michiyoshi Suzuki*" e funciona anexa à Solito Alimentos (Figura 19).

O gerente comercial das marcas de *pet food* para cães e gatos da Solito destaca que a empresa segue a mesma premissa de qualidade que sempre tiveram em sua trajetória. Os produtos industrializados e comercializados são as rações Unna (*premium*) e Nutrive (*premium* especial), para cães, e Ótimma (*premium*) para gatos.

Inicialmente, as marcas começaram a ser comercializadas nos Estados de São Paulo e Paraná, com planos de expansão para os próximos anos. Tudo isso se faz realidade devido à confiança conquistada no mercado consumidor. Ainda segundo o gerente comercial da empresa *Solito Pet*, "o lojista pode esperar pela mesma qualidade no atendimento que faz parte da rotina da Solito, ou seja, rapidez na entrega, serviços excelentes e time de representantes capacitados e focados para atender aos diferentes canais das marcas" (SOLITO, 2023).

As empresas santa-cruzenses que fabricam rações para animais (cães e gatos), se enquadram na classificação nacional de atividades econômicas (CNAE 2.0) (estudado no capítulo 4), como Seção C – Indústrias de Transformação, Divisão 10 –

Fabricação de Produtos Alimentícios, Grupo 10.6 - Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais, Classe 10.66-0 – Fabricação de alimentos para animais e Subclasse 10.66-0/00 – Fabricação de alimentos para animais.

O que faz com que Santa Cruz do Rio Pardo esteja atraindo investimentos dos agentes locais, mesmo sem a implantação de projetos dos governos federal, estadual ou municipal, é sua localização privilegiada, de fácil acesso ao sul do Brasil, à região Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, principalmente) e aos demais países do Mercosul, assim como ao complexo macro metropolitano paulista e aos demais centros do Estado e do país.

Se no passado a ferrovia proporcionava o surgimento e o desenvolvimento das cidades, hoje ela não existe mais na Região de Governo de Ourinhos. No momento atual, as rodovias são as principais formas de ligação dos municípios com os demais centros do Estado e do país. Nesse contexto, Santa Cruz do Rio Pardo assume seu papel de protagonismo nessa região, possuindo uma das melhores rodovias a nível de Brasil.

5.7. A Influências dos Atores Geográficos na Organização e na Dinâmica Territorial de Santa Cruz do Rio Pardo

Os municípios paulistas fundamentaram suas economias nas atividades da agropecuária e da agroindústria como resultado da atuação dos elementos locais. Houve a evolução das atividades do agronegócio, onde persistiram os agentes econômicos oriundos do café, do algodão, da cana-de-açúcar, da pecuária, da soja e da laranja, sendo os formadores de capital para o surgimento de muitas empresas de capital local (endógeno), “pois o difícil acesso e a distância da capital favoreciam os empreendimentos que objetivavam o abastecimento local” (TOLEDO, 2013, p. 54).

A industrialização do município contou com o desenvolvimento prévio de uma base produtiva local e da constituição da rede urbana regional, proporcionando o surgimento de pequenos negócios, com pouco investimento inicial, onde alguns evoluíram para pequenas indústrias. Os empresários, geralmente constituída de famílias imigrantes, que se apoiaram na produção agropecuária (especialmente a cafeeira) para gerar o capital, também podiam contar com a força de trabalho abundante e barato, proveniente da lavoura do café, que se encontrava em crise, para abastecer o mercado local e regional.

Não se pode deixar de destacar o fato de Santa Cruz do Rio Pardo ter possuído uma empresa especializada na fabricação de máquinas e equipamentos para descascar e beneficiar arroz, que se tornou referência a nível nacional e até em outros países, como a Bolívia e o Peru, entre outros, a Indústria de Máquinas Suzuki, que mesmo não estando mais presente, deixou seu legado de contribuição ao desenvolvimento industrial e à sociedade santa-cruzense, como estudado anteriormente.

Os territórios locais, para exercerem sua atratividade e usufruírem de suas potencialidades podem apresentar vantagens que são representadas pelas especificidades territoriais. Essas especificidades são compostas por ativos e recursos genéricos e específicos, os genéricos são totalmente transferíveis e os específicos existem como tais, mas seu valor depende das condições de seu uso. Os autores a seguir evidenciam essa análise: “Os ativos podem ser entendidos como fatores em atividade, enquanto os recursos são os fatores a revelar, a explorar, ou ainda a organizar. Os recursos, diferentemente dos ativos, constituem assim uma reserva, um potencial” (PIRES; MÜLLER; VERDI, 2006).

Na governança do territorial local, as esferas administrativas e políticas tradicionais não atendem mais à nova realidade de atuação das empresas, que devem buscar um ambiente mais integrado, visando ao desenvolvimento, através da gestão participativa das lideranças, resultando em um ambiente socioeconômico mais democrático, participativo e eficaz. Dessa forma, o conceito de governança adquire um novo conceito:

[...] concepção de governo (autoridade, controle, administração, planejamento e poder) aplicada ao território e suas escalas de regulação e análise, sendo constituída de convenções, acordos e normas situadas entre o público e o privado; que tem como sentido conduzir os processos territoriais de desenvolvimento socioeconômico local e regional, mesmo que parcialmente e provisoriamente (PIRES; FUINI; MANCINI; PICCOLINETO, 2011).

No entanto, como destacado em Jurado da Silva (2013, p. 42), nessa pesquisa verificou que o município de Santa Cruz do Rio Pardo possui expressivo contingente de “mão de obra barata, assim como locais centrais na lógica da produção capitalista” [...] e se constituiu em um “centro da produção industrial especializada”.

Quanto aos agentes de governança e regulação, pode-se averiguar neste estudo um fraco desempenho do governo municipal para incentivar a industrialização do município. Conclui-se que os agentes governamentais das esferas estadual e federal, foram importantes para o desenvolvimento da indústria e outras esferas econômicas (agropecuária, comércio, prestação de serviços, entre outros),

favorecendo as atividades do setor secundário santa-cruzense, sendo responsáveis por ampliar a rede de rodovias, conectando o município com a capital, os principais polos econômicos do Estado e as demais regiões do país. Também ocorreram investimentos do Estado em pavimentação e duplicação de rodovias, melhoria e ampliação da infraestrutura da área que compreende o perímetro urbano, das telecomunicações e do setor de informática, entre outros.

As ações políticas existentes no município de Santa Cruz do Rio Pardo para a atração de investimentos industriais estão relacionadas à Prefeitura e à Secretaria de Desenvolvimento. Uma das principais características é a distribuição de lotes urbanizados no distrito industrial; entretanto, essa ação esbarra em problemas jurídicos, licenças ambientais e problemas estruturais, pois a infraestrutura básica não está completa. Também ocorre um estímulo fiscal, como a isenção de impostos, através do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), ocasionando um desconto de 5%, o que é pouco significativo para a atração de novas empresas.

Além disso, ocorre pouco envolvimento dos agentes locais - empresas, sindicatos, prefeitura e associações, entre outros -, já estudado anteriormente, e o setor industrial santa-cruzense (nesse caso, a indústria de alimentos), os quais apresentam lacunas, dificultando o desenvolvimento e a consolidação do setor secundário no município.

Assim como verificado em Bomtempo (2011), o estudo apontou que existem acordos entre os agentes locais, estaduais e federais no que diz respeito ao sistema educacional para o estabelecimento de convênios com a Secretarias Estadual e Municipal de Educação, Secretaria de Desenvolvimento, da Assistência Social, com entidades educacionais do sistema S (SESI e SENAI), escola técnica do Centro Paula Souza, SEBRAE e outras instituições públicas para a realização de cursos técnicos e profissionais para proporcionar mão de obra qualificada e capacitada, com a finalidade de atrair empresas para o município e para atender a demanda da indústria de alimentos e outros setores econômicos do município, que é bastante diversificado (Figura 23).

Os atores geográficos participantes da coletividade (Figura 23) apontaram um prognóstico da situação do município, em termos de atuação política, que são citados como prioritários, em relação ao desenvolvimento econômico e industrial de Santa Cruz do Rio Pardo. No entanto, também identificam as questões sobre a problemática existente em relação às autoridades políticas do município, pois a temática do

desenvolvimento industrial já vem sendo discutida por várias décadas, sem ser efetivamente implantada e priorizada pelos órgãos públicos.

Segundo o estudo de Gil (2007, p. 310),

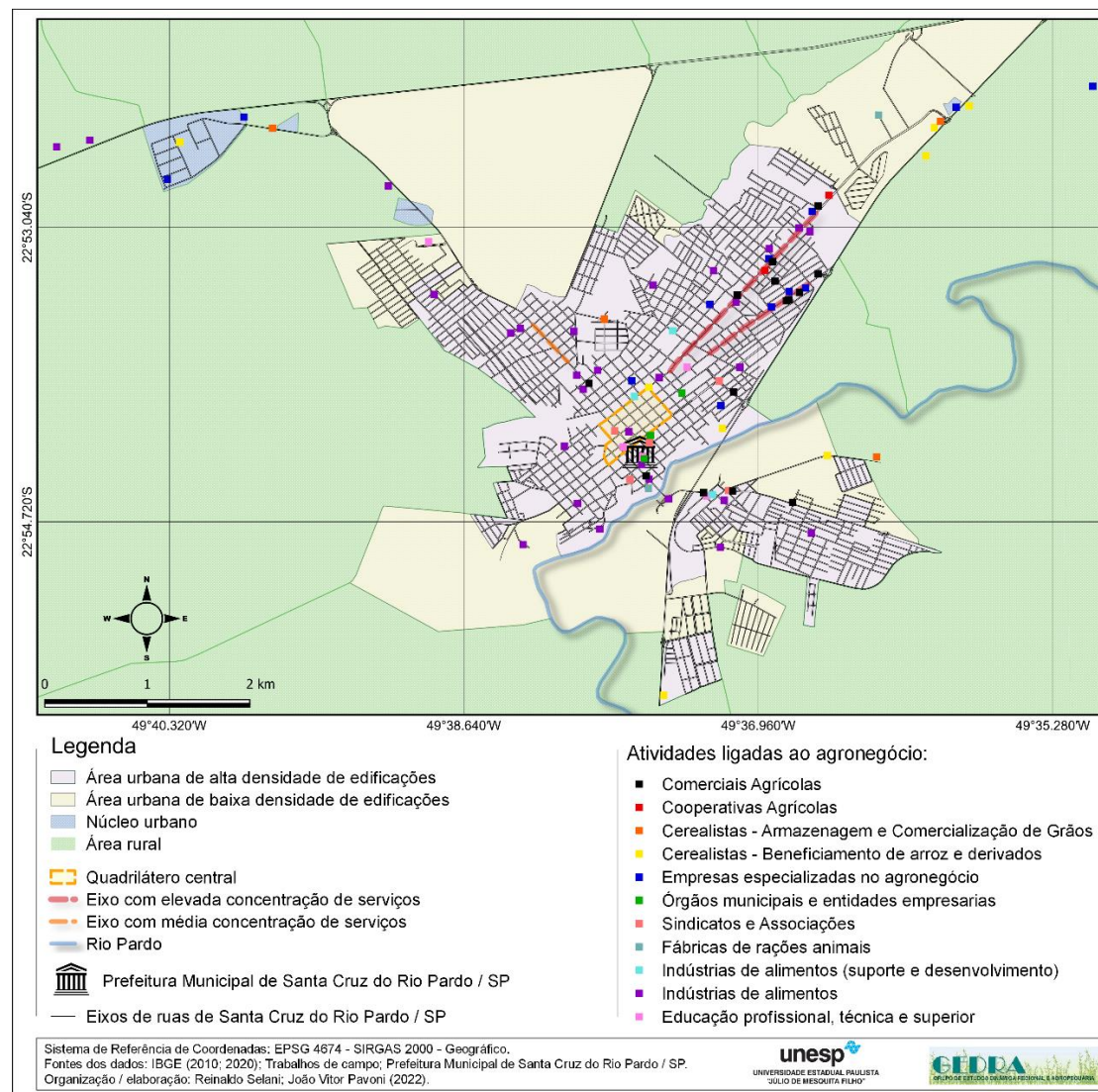
Ainda prevalecem os interesses pessoais da importância proporcionada pelo cargo sobre a visão do papel social de um gestor público, o que leva grande parte daqueles que exerce cargos executivos a promover gestões passivas, atendendo demandas pontuadas, sem definição de critérios e prioridades que apontem para a articulação das forças da comunidade em favor de um projeto de interferência na realidade.

Torna-se evidente a falta de atuação da implantação de políticas públicas que possam facilitar a atração de novos empreendimentos, da maior participação das entidades que possam pressionar a governança local e regional, a fim de gerar novos projetos de desenvolvimento territorial (Arranjos Produtivos Locais, Comitês, Câmaras Setoriais etc.) que possam favorecer e beneficiar a sociedade santa-cruzeense.

Vale ressaltar que durante os anos 1990, alguns donos de indústrias de beneficiamento de arroz procuraram por iniciativa própria, alavancar seus empreendimentos industriais, buscando novas áreas nas proximidades da rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó (SP-225), conhecida popularmente como “rodovia Ipaussu-Bauru”, rodovia Orlando Quagliato (SP-327/BR-369) ou mesmo terrenos mais afastados do centro urbano para ampliar as instalações empresariais, o que resultou em um aglomerado de indústrias de alimentos.

Atualmente, destacam-se no município de Santa Cruz do Rio Pardo, as principais características das indústrias de alimentos, com produção diversificada, que se constitui no segundo maior município quanto ao número de empresas instaladas na Região Administrativa de Marília; que estão divididas em 4 categorias de empreendimentos empresariais, que são a saber:

Figura 23. Principais Atores Geográficos na Organização e Dinâmica Territorial de Santa Cruz do Rio Pardo



Fonte: IBGE (2010, 2020) / Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo (2022)

- ❖ O aglomerado de indústrias de beneficiamento de arroz (Solito Alimentos, São João Alimentos, Valle Branco Alimentos, Picinin Alimentos, Guacira Alimentos, Cerealista Rosalito e Cerealista Vargas Perez & Cia. Ltda.). Delas, apenas a Cerealista Vargas Perez ainda funciona na área construída inicialmente, mantendo o formato original do empreendimento. Todas as demais empresas se deslocaram para outros locais em busca de terrenos maiores, a fim de investirem na construção de uma planta industrial maior; com a aquisição de novos equipamentos e novas tecnologias; visando aumentar a produção e a produtividade, com produtos de melhor qualidade, um preço acessível, gerando maior competitividade (mercado consumidor). Nas últimas décadas aumentaram a produção, com novos produtos acrescentados ao portfólio das empresas, através da produção local ou da distribuição que produtos produzidos por outras empresas, mas que acabaram sendo comercializados e distribuídos pelas empresas, levando suas marcas e o logotipo empresarial (como visto anteriormente). Por isso, deixaram de ser apenas “beneficiadoras de arroz” e passaram a ser classificadas como “indústrias de alimentos”. A maiorias dessas empresas localizam-se juntos aos eixos rodoviários, tais como a rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó (Cerealista Rosalito, Valle Branco Alimentos, Picinin Alimentos e a Guacira Alimentos), a rodovia Orlando Quagliato (Solito Alimentos) e a estrada municipal Salto Bonito, renomeada como rua Olavo Madureira, por ser incluída recentemente na área do perímetro urbano (São João Alimentos). Todas as empresas de beneficiamento estudadas, são de origem do capital local (endógenas), com tradição nas atividades agrícolas do município, e que foram fundadas por famílias de imigrantes, especialmente italianos (Pegorer, Zaia, Picinin, Nardo, entre outras).
- ❖ As demais indústrias de alimentos instaladas no município, que possuem produção alimentícia bastante diversificada destacando-se, com a produção de produtos de panificação (pão de alho, em especial), sorvetes, massas alimentícias, entre outros; conforme já estudado anteriormente). Algumas dessas empresas estão tendo a iniciativa de procurar e adquirir novos terrenos, realizando investimentos em modernas estruturas e tecnologias do setor para

ampliar suas áreas de atuação (novos mercados); com maiores competitividade e capacidade produtividade e diversificação da produção (criação de novos produtos). Com isso, um dos locais escolhidos é a área próxima da rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó e Rodovia Orlando Quagliato, onde se formou o aglomerado de empresas do setor arrozeiro. O local é de fácil acesso rodoviário, principalmente porque está a poucos quilômetros da ligação com a rodovia Castello Branco (SP 280/BR374), e próximo ao entroncamento das rodovias Engenheiro João Baptista Cabral Rennó (SP-225) com a rodovia Orlando Quagliato (SP-327/BR-369) fica a cerca de três quilômetros do aglomerado de empresas. Vale ressaltar, contudo, que a maioria das empresas do setor de alimentos, que se implantaram no município, são predominantemente, indústrias de pequeno e médio portes (a maioria originada do capital local, oriundas de outros setores da economia, como a agricultura), que escolheram a área urbana santa-cruzense para instalarem suas plantas industriais. A maioria delas, não possuem recursos suficientes para a compra de um terreno maior para ampliar suas instalações, em um local privilegiado, como a proximidade com as rodovias. A concorrência e a burocracia para se conseguir terrenos no distrito industrial, onde o espaço e os lotes disponíveis, são raros, pois, a área destinada às empresas, já está se esgotando. O montante do capital (recursos financeiros) necessário para a realização de investimentos em máquinas, equipamentos e novas tecnologias para aumentar a produtividade, a competitividade e o rol de produtos dessas empresas, é superior ao capital disponível pelo empresariado, necessitando, muitas vezes, recorrer à empréstimos bancários e/ou de outras instituições financeiras. A maioria dos empresários, cuja maioria é natural de Santa Cruz do Rio Pardo, adquiriram experiência em atividades ligadas à agropecuária, especialmente a produção cafeeira, e que direcionaram o capital originário nesse setor produtivo para a produção industrial de alimentos. Uma parte dos empresários migraram de outros setores econômicos, como a indústria de calçados, que entrou em crise face à concorrência dos calçados importados da China (Anexo B).

- ❖ As empresas de produção de rações para animais (cães e gatos) têm se destacado nos últimos anos como uma nova especialização produtiva do município de Santa Cruz do Rio Pardo, pois utiliza como matéria-prima o farelo

do arroz, que é um produto disponível nas empresas beneficiadoras de arroz. Também a origem delas está atrelada às famílias tradicionais do setor arrozeiro do município (Zaia e Manfrim, especialmente), e ligadas ao setor agrícola (Scarpim). Os empreendimentos industriais de produção de rações são a *Special Dog Company* e *Tutor Pet Food* (Família Manfrim), *Solito Pet* (Família Zaia) e *Spert Brasil* (Família Scarpim). A família Manfrim se dedicou ao beneficiamento de arroz, mas decidiu investir em um novo empreendimento, que fosse inovador e promissor para a região, e utilizava-se, como matéria-prima, o farelo derivado do arroz, produzido nas empresas beneficiadoras de arroz do município. A *Special Dog Company* está localizada próxima ao entroncamento das rodovias Engenheiro João Baptista Cabral Rennó e Orlando Quagliato. A empresa *Tutor Pet Food* possui a sede administrativa na área central de Santa Cruz do Rio Pardo e a indústria de rações encontra-se localizada no município de Bernardino de Campos, vizinho ao município santa-cruzense. A empresa *Solito Pet* está localizada no distrito industrial “Michiyoshi Suzuki”, próxima à rodovia Orlando Quagliato. O empreendimento foi implantado no mesmo terreno da Solito Alimentos, que beneficia o arroz e outros produtos, sendo uma das mais antigas cerealistas do município. A *Spert Brasil* foi fundada pela família Scarpim, que possui experiência com comércio de cereais, mas que não é originária de famílias tradicionais de beneficiamento de arroz. Ela está localizada próxima à rodovia vicinal Sebastião Teixeira Coelho, que liga Santa Cruz do Rio Pardo ao município de São Pedro do Turvo.

- ❖ A agroindústria Agroterenas S/A Industrial Citrus (Grupo Agroterenas), localizada na área rural do município santa-cruzense, possui uma unidade de produção industrial de suco de laranja concentrado, que abastece tanto o mercado interno quanto o externo (estudado anteriormente). A empresa é a única representante do capital regional (exógeno), pois a sede da empresa se localiza na Região de Governo de Assis. Situada nas proximidades da rodovia Castelo Branco, fica próxima à divisa dos municípios de Santa Cruz do Rio Pardo e Águas de Santa Bárbara. A matéria-prima é produzida na região, sendo que a maior parte da produção provém da Agroterenas Citrus S/A (que possui produção própria de *citrus* na fazenda Guacho), e uma parte é adquirida de outras empresas especializadas na produção de laranja e de produtores rurais. A localização da empresa foi escolhida devido à proximidade com a

rodovia, e a ligação fácil e rápida com os principais centros consumidores do país, especialmente a capital paulista e o Porto de Santos, através do qual ela exporta o suco concentrado.

Em 1992, o então prefeito municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, Clóvis Guimarães Teixeira Coelho, em entrevista ao DEBATE (1992), admitiu que “o poder público de Santa Cruz do Rio Pardo, ao longo das últimas décadas, acabou atrapalhando o desenvolvimento do setor arrozeiro simplesmente pelo acúmulo de promessas sobre a construção de um distrito industrial”.

Confirmando essa situação, as indústrias beneficiadoras de arroz do município alegaram que as empresas localizadas na área central de Santa Cruz do Rio Pardo, não apresentavam disponibilidade física para investir na ampliação dos empreendimentos, o que dificultava o crescimento e desenvolvimento delas. Assim como no estudo de Toledo (2013) sobre o desenvolvimento do setor secundário nos municípios da Região Administrativa de Bauru, os empresários santa-cruzenses vivem cobrando das autoridades municipais que fossem cumpridas as promessas eleitorais, quanto à implantação do distrito industrial com a infraestrutura necessária para a instalação e o desenvolvimento das empresas.

Além disso, a mudança dessas empresas para a área rural do município, que hoje se encontram no perímetro urbano de Santa Cruz do Rio Pardo, foi necessária devido a problemas ocorridos, como carga e descarga do produto (dificultando o trânsito no local), às reclamações da população quanto à poluição gerada pelo beneficiamento do arroz, da poluição sonora, entre outros fatores. Mas, para que isso acontecesse, foram necessários investimentos com recursos próprios, gerando insatisfação nos empresários que aguardavam que a prefeitura municipal cumprisse a promessa da implantação do distrito industrial, com a liberação dos lotes para as empresas.

Em relação à influência dos atores geográficos na organização e na governança do território municipal,

O comando econômico do local é definido numa perspectiva ampla, articulando interesses provenientes de escalas nacionais e mundiais com alguns notáveis, proprietários do capital e/ou do poder político local. Os investimentos absenteístas ampliam ainda mais a condição de ‘espaço derivado’. Tratar do comando do espaço significa tratar do comando da maior parte da sociedade que nele vive e trabalha, mas que não toma parte em decisões que tantas implicações trazem para o seu cotidiano (ENDLICH, 2006, p. 307).

No entanto, o município de Santa Cruz do Rio Pardo não se encontra isolado do contexto regional, nacional e internacional. Está inserido em um cenário econômico mais amplo, possuindo conexões com os municípios da região de governo de Ourinhos, municípios da região administrativa de Marília, com outras regiões administrativas do Estado, região metropolitana de São Paulo, regiões produtoras de matérias-primas e embalagens, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, respectivamente, entre outros.

Vale salientar que, na atualidade, algumas empresas santa-cruzenses estão investindo em novos territórios, constituindo novos centros logísticos de produção e distribuição de produtos, em áreas próximas aos grandes centros consumidores, com destaque a Região Metropolitana de São Paulo (municípios de Barueri e Caieiras), Região Metropolitana da Baixada Santista e, mais recentemente, empreendendo na construção de novas unidades industriais em outros municípios (Uruguaiana-RS, Extrema-MG, entre outros municípios) e Estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Minas Gerais, entre outros).

Nesse caso, não se pode mencionar que o desenvolvimento local é originário apenas dos atores locais e de recursos próprios (fatores endógenos), sem a dependência dos fatores exógenos, como a tomada de decisões políticas e econômicas e recursos externos ao município. Pode-se mencionar o desenvolvimento endógeno territorialmente, “quando todos os recursos utilizados são locais - empresários, trabalhadores qualificados, recursos financeiros e tecnologia inovadora” (Garofoli, 1986, p. 159-161).

Como bem ilustra Dias (2019, p. 276),

A partir da especialização funcional desempenhada por Santa Cruz do Rio Pardo entende-se que a cidade mantém relações que sobressaem a rede urbana de Ourinhos devido a: 1) a origem do arroz beneficiado é gaúcha; 2) há centros de distribuição em São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul; 3) a origem das embalagens usadas no empacotamento do arroz não é local; 4) os equipamentos e peças usadas nas máquinas de beneficiamento são oriundas de cidades como Limeira-SP, Birigui-SP e Joinville-SC; 5) o mercado consumidor extrapola a rede urbana de Ourinhos e consiste no estado de São Paulo, Norte do Paraná e parte do Mato Grosso do Sul. Essas relações ocorrem sem a intermediação de outras cidades da rede urbana, existindo complexas interações estabelecidas entre cidades de distintas redes urbanas regionais.

O que favoreceu o desenvolvimento e a instalação das indústrias de alimentos em Santa Cruz do Rio Pardo é o fato de as empresas serem originárias de famílias tradicionais do município, descendentes de imigrantes que se dedicaram por um longo

período ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, resultando na formação de um capital familiar (de origem local) disponível para a implantação das indústrias de beneficiamento de arroz.

Conforme salienta Dias (2019, p. 275), quanto à origem da indústria de alimentos e rações de Santa Cruz do Rio Pardo,

[...] é semelhante, pois as famílias de origem italiana Pegorer, Nardo, Picinin, Zaia e Manfrim já possuíam algum conhecimento do ramo de beneficiamento de gêneros alimentícios, principalmente quanto ao café. Soma-se também os fatores contato próximo apontado por Fresca (2000), o qual atrela-se a expansão numérica das empresas de um mesmo segmento, porém no caso de Santa Cruz do Rio Pardo, refere-se apenas ao contato próximo entre familiares, excetuando casos de ex-sócios, ex-empregados e outros ramos produtivos.

O município santa-cruzensense configura-se, na atualidade, como um “centro especializado em produção industrial” (DIAS, 2019), notadamente, no setor de alimentos. Se constitui no segundo território municipal mais relevante, na rede urbana de Ourinhos, mesmo sendo classificada como uma pequena cidade (com população inferior a 50.000 habitantes), sendo uma referência no setor agropecuário e do agronegócio (setor primário) e em serviços e comércios (setor terciário) para os municípios próximos, com menor centralidade, conforme estudado nos capítulos 4 e 5.

Santa Cruz do Rio Pardo é o município mais antigo da Região de Governo de Ourinhos, que apresenta uma vocação econômica voltada para a agricultura, desde suas origens. Passou por diversas crises econômicas, como a crise da cafeicultura, mas a sociedade sempre persistiu. O capital originário da agricultura e o conhecimento trazido pelos imigrantes europeus e asiáticos (italianos, espanhóis, portugueses, japoneses, entre outros), contribuíram para o desenvolvimento industrial do município, através das máquinas de beneficiamento de arroz e cereais, posteriormente as cerealistas (“arrozeiras”) e, mais recentemente, as indústrias de alimentos (Apêndice A).

Foi uma transformação ocorrida lentamente, ao longo dos anos, décadas e do século XX. Como destacado em Oliveira (2000, p. 201), a cidade [...] “se produz e reproduz a partir do cotidiano de quem a constrói, contendo vida, fragmentos de vida e a dimensão do uso do espaço e do tempo”. Já experimentou muitos ciclos econômicos, como o das culturas agrícolas, mas agora é a vez da indústria de alimentos e das rações para animais (que se desenvolve no município). O capital

segue as orientações do mercado local, regional, nacional e internacional. Tudo o que acontece no território municipal, é o reflexo das decisões tomadas em outros lugares. A cidade vai se adaptando aos novos recortes geográficos do capitalismo e da globalização, buscando assumir o seu papel na complexa rede urbana regional, nacional e internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esse trabalho, deve-se destacar a importância dos estudos sobre os aspectos sociais e econômicos para o desenvolvimento das pequenas cidades para a realização da tese. Essa temática ainda é bastante recente no Brasil, mas cresce o número de pesquisadores sobre o assunto. Não se pode deixar de destacar a importância da bibliografia consultada para a elaboração e o direcionamento das atividades do trabalho, e o crescente interesse por se dedicar a essa área da Geografia. Pesquisadores como Santos (1977, 1989), Sposito (1982), Fresca (1990, 2000), Corrêa (2000), Bessa (2007), Veiga (2007, 2014), Endlich (2009), Silva (2011), Bomtempo (2011), Jurado da Silva (2013), Dias (2019), entre outros, muito contribuíram para o desenvolvimento deste estudo.

A escolha do município de Santa Cruz do Rio Pardo se deu pela particularidade que ele possui dentro da Região de Governo de Ourinhos. É o município mais antigo da região e, a maioria dos municípios dessa região, tiveram sua formação a partir do território santa-cruzense, conforme se verificou no capítulo 1. Outra situação singular é que o município teve sua gênese anteriormente à cultura cafeeira e à chegada da ferrovia nessa área, mas foi através delas que houve um grande desenvolvimento político, social, econômico, com o rápido crescimento de sua população, visto que a atividade agrícola era o fator do desenvolvimento territorial, recebendo um grande contingente populacional, inclusive imigrantes, que foram atraídos por suas riquezas naturais (solos, hidrografia, clima, entre outros), através da expansão da cafeicultura e da ferrovia na região (capítulo 1).

Com a crise da cafeicultura, a partir de 1929, o município experimentou novos ciclos econômicos, através das culturas da alfafa, do algodão, mas ainda persistia com remanescentes da cultura do café até o ano de 1975, quando ocorreu a grande geada negra. Com a modernização da agricultura, conforme estudado no capítulo 2, os agricultores santa-cruzenses adotaram as novas técnicas e tecnologias de produção, e se adequaram às novas necessidades do mercado, com a introdução das lavouras da cana-de-açúcar, do milho, da soja, da laranja, entre outras culturas agrícolas, para o abastecimento dos mercados interno e externo. O município de Santa Cruz do Rio Pardo possui uma importante participação nas atividades agropecuárias da Região de Governo de Ourinhos (capítulo 3).

No entanto, a participação da população e da economia no território santa-cruzense era essencialmente rural, desde sua origem até os anos de 1970, sendo que a área urbana possuía poucas empresas do setor secundário (industrial) e um setor terciário (comércio e prestação de serviços) pouco desenvolvido, insuficientes para gerar empregos para a população rural do município, que foi obrigada a migrar para outras regiões do Estado e do País.

Contudo, a existência da atividade industrial é bastante antiga em Santa Cruz do Rio Pardo, desde sua origem, e servia para suprir as necessidades da população local. Eram classificadas como atividades industriais a produção de aguardente e açúcar, produção de banha suína e carnes, como açougues, entre outros, do setor alimentício. O município era considerado “boca do sertão” e supria com esses produtos o mercado consumidor local e regional (capítulos 2 e 3).

O setor industrial apesar de pouco expressivo para a economia local até os anos de 1990, apresentou uma diversidade produtiva, contando com empresas de produção de roupas e calçados, de metalurgia e de alimentos e bebidas, além de outros tipos de indústrias (capítulo 4). O município também experimentou uma evolução produtiva na produção de calçados, que perdurou até os anos de 2010, quando passou por crise devido à variação cambial brasileira em relação ao dólar e pela concorrência dos produtos chineses, nos mercados interno e externo, com a desativação e falência da maioria das empresas (Anexo B). Uma grande parte dos empresários do setor calçadista migrou para empresas do setor produtivo de alimentos, assim como absorveu a maior parte da mão de obra daquele setor econômico em Santa Cruz do Rio Pardo.

Outro fator que incentivou o desenvolvimento da economia santa-cruzense, foi a logística do sistema de transportes, pois até o início dos anos 1980, o município possuía uma modesta rede de transporte rodoviário, sendo a rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó, que foi sua única forma de acesso com a rodovia Raposo Tavares (no município de Ipaussu) até meados dos anos 1980, e que se constituía na principal ligação rodoviária para a capital paulista e região de Sorocaba, para a região do Oeste Paulista (Ourinhos, Assis e Presidente Prudente) os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. No sentido oposto, a rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó fazia a ligação rodoviária com a cidade de Bauru, que é um dos principais entroncamentos rodoviários do Estado, com acesso a alguns dos principais polos

econômicos do Estado de São Paulo (regiões de Bauru, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Campinas, entre outros).

Nos anos de 1980, através de investimentos do governo paulista, a rodovia Castelo Branco chega à Santa Cruz do Rio Pardo, com uma moderna autopista (duplicada), ligando o território municipal às regiões metropolitanas de Sorocaba, Campinas, São Paulo, Baixada Santista e Vale do Paraíba do Sul. A construção da rodovia Orlando Quagliato, beneficiou Santa Cruz do Rio Pardo com o acesso rápido para Ourinhos, o norte do Paraná, o oeste paulista e o Mato Grosso do Sul, pois conectou as rodovias João Baptista Cabral Rennó e Raposo Tavares, conectando à rodovia Castelo Branco. O modal rodoviário proporcionou uma melhor logística de transporte para a matéria-prima, máquinas, equipamentos, suplementos, entre outros, e a comercialização e distribuição para as empresas de alimentos, uma vez que o modal ferroviário não contemplava o território santa-cruzeiro (capítulo 4).

Mesmo com poucas atividades industriais, a partir dos anos de 1960, começam a surgir na área urbana do município as empresas de beneficiamento de arroz, posteriores às máquinas de beneficiamento de café e cereais, entre eles o arroz, que existiam na área rural. No município existia uma modesta produção de arroz de sequeiro, que era comprado, em sua maior parte, do Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Como Santa Cruz do Rio Pardo estava localizada a uma distância intermediária entre o polo produtor de arroz (região Centro-Oeste) e os principais polos consumidores do Estado de São Paulo, entre eles, a Região Metropolitana de São Paulo, as atividades de beneficiamento de arroz no município prosperaram (Apêndice A).

A origem dos empresários industriais eram as tradicionais famílias de agricultores locais, de origem imigrante, como as famílias italianas, que decidiram investir seus capitais nesse ramo de atividade agroindustrial, pois já haviam adquirido experiências com as antigas máquinas de beneficiamento de café e cereais, na área rural. Vale ressaltar, a importância que a família Suzuki teve para o desenvolvimento da indústria de beneficiamento de arroz no município, através das Máquinas Suzuki, que se tornaram importante devido à produção de máquinas industriais de beneficiamento de arroz, desenvolvendo tecnologia própria (rolete de borracha), reconhecida nacionalmente e internacionalmente.

No período entre 1990 e 2019 (ano da elaboração dessa pesquisa), houve um direcionamento do capital local para uma reorganização produtiva para o setor de

alimentos, com a construção de novos empreendimentos fora da área central de Santa Cruz do Rio Pardo, localizados em uma áreas próximas às principais vias de circulação (rodovias), com expansão das plantas industriais, diversificação da produção, compra de novos equipamentos industriais (máquinas, equipamentos, suplementos, entre outros), visando aumentar a qualidade, a produção e a produtividade dos mesmos.

O resultado disso foi um aumento considerável na produção industrial das empresas e o lançamento de novos produtos no mercado consumidor, consolidando a indústria de alimentos no município (capítulo 5). Vale ressaltar que, houve queda no número de empresas beneficiadoras de arroz no município, no período de 1990 a 2019 (que compreende esse estudo), pois aqueles empresários que se encontravam descapitalizados ou resistiram às introdução das novas tecnologias e técnicas em suas indústrias, acabaram suspendendo suas produções ou entraram em processo de falência empresarial.

Mas os empreendimentos que sobreviveram, aumentaram consideravelmente a produção de arroz beneficiado e passaram a industrializar outros, produtos do setor de alimentos, como arroz, feijão, milho pipoca, farinha de trigo, açúcar, azeite, farofa, entre outros, sendo que uma parte desses produtos era produzidos por outras empresas parceiras, ou até importados, mas distribuídos através da logística empresarial e com a marca tradicional daqueles fabricantes.

As outras empresas de alimentos presentes no município foram o resultado dos investimentos de capital oriundos de empresários dos setores agropecuário e calçadista local (rearranjo do capital), que decidiram investir em atividades do setor de alimentos (indústrias de alimentos e comércio de alimentos) e no setor de prestação de serviços destinados ao agronegócio de Santa Cruz do Rio Pardo, importante para a Região de Governo de Ourinhos.

A Agroterenas S/A Industrial Citrus é uma indústria de suco concentrado, de capital exógeno, que se instalou no município santa-cruzense pela disponibilidade de terras mais baratas para a produção de laranja, e especialmente, pela localização privilegiada, próxima à rodovia Castelo Branco, com facilidade de acesso aos principais mercados consumidores do Estado de São Paulo e do Brasil, e do Porto de Santos, por onde exporta considerável volume de suco concentrado produzido.

No entanto, novas tendências de especialização produtiva vêm se desenvolvendo no território santa-cruzense. Trata-se de uma nova modalidade

industrial, a indústria de rações animais, com o investimento do capital proveniente de empresas dos setores de beneficiamento de arroz e de produção e armazenamento de grãos, que pertencem a famílias tradicionais locais de origem italiana. Essas indústrias se aproveitam do farelo de arroz, disponibilizado pelas beneficiadoras de arroz (e existentes em grande abundância), para a elaboração das rações e de outros produtos para animais de estimação (*pets*), com variedade de produtos, de diferentes níveis de qualidade. Vale destacar que a empresa Cidal, que compra, beneficia e comercializa a casca de arroz, vende para outras empresas da região, do Estado e do país, visando diminuir o impacto ambiental produzido por esses resíduos.

No contexto econômico da globalização, os empresários santa-cruzenses vão adequando o capital disponível para a diversificação e logística empresarial, com novos rearranjos produtivos, visando a consolidação da indústria de alimentos no mercado. Mas esses investimentos perpassam a escala do território municipal santa-cruzense, implantação de silos para armazenamento de matérias-primas, próximas aos locais de produção, com a criação de centros de logística para distribuição dos produtos, construção de novas plantas industriais em outros municípios, para diminuir os custos de produção e de transportes, e tornar seus produtos competitivos em outros mercados consumidores do Estado de São Paulo (Região Metropolitana de São Paulo) e do país (Uruguiana-RS e Extrema-MG, entre outros).

Assim, nas pequenas cidades, como Santa Cruz do Rio Pardo,

[...] tanto o tempo lento quanto o mais rápido tendem a se combinar/atritar em arranjos particulares da vida cotidiana e econômica, na produção do espaço e na vida de relações estabelecidas a partir do movimento da sociedade. Todavia, há de se destacar também, que há descontinuidades, rupturas e contradições nesse processo, onde há energia reduzida ou ausência desta para dinamizar o cotidiano e as atividades econômicas se conectam marginalmente no mercado nacional (JURADO DA SILVA, 2013, p. 42).

É importante destacar que os territórios, neste caso as pequenas cidades, vêm sofrendo alterações no contexto histórico e geográfico, decorrente das diferentes técnicas e tecnologias adotadas através da Terceira Revolução Industrial, se adequando ao novo processo produtivo e assumindo seu papel econômico e político nas redes urbanas. Nessa trama de relações existentes, desenrola-se a configuração assumida no tempo e no espaço atual, necessitando realizar novas averiguações em um momento pretérito, para se entender a dinâmica dos novos arranjos produtivos

nas pequenas cidades, como Santa Cruz do Rio Pardo, e sua relação com o processo de produção econômica globalizada.

Vale destacar a afirmação de Fuini (2010, p. 179), sobre a questão da governança territorial e da importância dos atores e instituições locais ou regionais, onde,

É importante ressaltar que a governança territorial é sempre um estado provisório da organização do espaço, dos atores e instituições de uma região ou local, sendo possível no decurso do desenvolvimento territorial local/regional haver mudanças nas regionalizações e posições políticas e econômicas que levem a mudanças no modelo de governança. Essas mudanças podem reforçar a coesão do tecido sócio-produtivo e da comunidade local ou aumentar a desagregação entre atores, fragmentando o território e elevando a exclusão sócioeconômica.

Em suma, as características sobre o desenvolvimento do setor industrial do município santa-cruzensense foram estudados e confirmados nesse trabalho, alguns com maior ou menor grau de importância e participação dentro do processo analisado: a) As atividades da agropecuária foram muito importantes para o desenvolvimento industrial do município - e continuam a ser na atualidade -, pois foi a partir dela que se originou o capital para que se desenvolvesse o empresariado local (desenvolvimento endógeno); b) Os empresários locais são originários de famílias de imigrantes italianos, que se estabeleceram inicialmente na lavoura cafeeira, e possuíam máquinas de beneficiamento de café e cereais (entre eles, o arroz), confirmando o que já foi mencionado na bibliografia consultada (os imigrantes europeus que chegavam ao Brasil já eram dotados de conhecimento prévio de técnicas de produção nas atividades agrícolas); o território santa-cruzensense, conforme o que se estudou sobre os municípios do Oeste Paulista, sofreu com o declínio da atividade cafeeira, passando por um período de estagnação econômica, com perda de população para outros municípios ou regiões com maior desenvolvimento industrial (gerando oportunidade de empregos); c) Os poderes públicos (municipal, estadual e federal) não se pronunciaram em propor projetos de desenvolvimento industrial em Santa Cruz do Rio Pardo, que pudessem desenvolver ou atrair indústrias para o município, salvo algumas intervenções pontuais - como o desenvolvimento da infraestrutura municipal e a implantação e conservação de rodovias (logística de transportes), como exemplos -; d) a falta de uma mobilização da sociedade e dos representantes políticos do município, a fim de atrair investimentos das esferas públicas e da iniciativa privada para se desenvolver no município uma política educacional que fosse capaz de

formar, capacitar e qualificar estudantes e trabalhadores para a mão de obra requisitada, estimulando as indústrias locais e atraindo novos empreendimentos; e, e) o desenvolvimento endógeno predominou no município, pois conta com poucas indústrias com origem em outras regiões do Estado ou país, especialmente da época da desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo (o território santa-cruzense estava localizado a cerca de 350 km da capital paulista, o que não o habilitava para a instalação de empresas que queriam transferir suas unidades fabris para cidades próximas da Região Metropolitana). A empresa Agroterenas S/A Industrial Citrus é a maior representante de empreendimentos industriais com recursos financeiros (capital) provenientes de outras regiões (desenvolvimento exógeno), nesse caso, a Região de Governo de Assis.

Antes de encerrar esse trabalho, ainda resta solucionar algumas indagações sobre a pequena cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, sobre o desenvolvimento econômico e político do município na Região de Governo de Ourinhos:

- O município mais antigo e que predominou economicamente e politicamente, até os anos de 1950/60, com a crise da cafeicultura, não apresentou um projeto econômico viável, como o desenvolvimento industrial, que lhe fosse capaz de garantir a liderança econômica e política na região (a sociedade e a liderança econômica acreditavam na produção agropecuária para garantir a prosperidade do município), como consta na bibliografia sobre os historiadores santa-cruzenses (JUNQUEIRA, 1994; PRADO e PRADO, 2012, 2014). Além disso, Ourinhos se tornou um importante entroncamento rodoviário e ferroviário, com uma logística de transportes privilegiada e uma política de atração de empresas, com a criação de um distrito industrial.
- Inicialmente, o arroz era produzido em fileiras plantadas entre a produção cafeeira, assim como os demais gêneros agrícolas de subsistência da população que trabalhava nas lavouras e morava na área rural. Essa situação impulsionou a criação das máquinas de beneficiamento de café e cereais, entre eles o arroz. No entanto, com a modernização da agricultura as empresas de beneficiamento de arroz se instalaram na área urbana, substituindo as máquinas de beneficiamento de café e cereais no meio rural. Com a melhoria dos equipamentos industriais, conforme já destacado anteriormente, a

produção do arroz beneficiado aumentou consideravelmente e conquistou novos mercados consumidores. A matéria-prima, que era local, também começou a ser adquirida no Mato Grosso do Sul, o arroz de sequeiro. Com o surgimento da variedade de arroz agulhinha, proveniente de áreas produtoras do Rio Grande do Sul, as beneficiadoras de arroz local passaram a adquirir a produção do Estado gaúcho, por ser o produto que mais agrada os consumidores. Atualmente, não existe produção arrozeira no município de Santa Cruz do Rio Pardo. Como a população rural migrou para a cidade e outros municípios, e com a modernização da agricultura, as culturas agrícolas existentes no território municipal passaram a produzir para as demandas dos mercados consumidores nacional e globalizado. Mesmo sem existir produção de arroz, a economia agrícola santa-cruzeense é a maior e mais diversificada da Região de Governo de Ourinhos, cultivando e produzindo cana-de-açúcar, soja, milho, laranja, mandioca, café, entre outros, e com importante criação de animais na região.

“São as pequenas cidades espaços significativos para a sociedade local pelas relações nelas estabelecidas, por meio de vínculos e significações tecidas cotidianamente” (ENDLICH, 2006, p. 398). Através dessa afirmação, as pequenas, médias e grandes cidades, que compõem a rede urbana, são parte de um processo mais amplo, de constantes transformações territoriais (rearranjo espacial) e econômicos, comandadas pela dinâmica do capital, perpassando o tempo e o espaço geográfico. Por isso, novos projetos de investigação científica sobre o estudo das pequenas cidades poderão ser realizados, comprovando a realidade da dinâmica econômica e o desenvolvimento socioespacial desses municípios, assim como investigando nesses territórios, as tendências de desenvolvimento e o potencial de surgimento de novas especializações produtivas.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. Sobre a memória das cidades. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.) **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. (6ª. reimpressão). São Paulo, Contexto, 2018, p. 19-39.

ACE Santa Cruz é a casa do empresário há 40 anos. **Revista da ACE**. Santa Cruz do Rio Pardo, no. 32, p. 18-22, abr./mai. 2013.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES. **Transporte ferroviário de cargas 2018**. Disponível em: [http://vocab.e.gov.br/2011/03/vcge#transporte-ferroviario-car gas](http://vocab.e.gov.br/2011/03/vcge#transporte-ferroviario-car-gas). Acesso em: 27 ago. 2021.

ALVES, P. R. **Arranjos produtivos locais**: Calçados femininos de Jaú e Santa Cruz do Rio Pardo. 2014. 186 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://tede2.Pucsp.br/handle/handle/3575>. Acesso em: 06 dez. 2018.

ALVES SOBRINHO, J. M. **Relatório de Estágio Supervisionado**. Faculdade de Administração de Santa Cruz do Rio Pardo. Santa Cruz do Rio Pardo, FASC, 2015.

ANTIGO Prédio da Vigor pode virar um “novo centro comercial”. **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, Debate on-line (Jornal), 30 out. 2022. Disponível em: <https://www.debatene ws.com.br/editoriais/diversos/detalhes/dicas-edicao-de-30-de-outubro-de-2022>. Acesso em: 05 nov. 2022.

ARAUJO, N. B; WEDEKIN, I; PINAZZA, L. A. **Complexo Agroindustrial**: o “Agribusiness Brasileiro”. São Paulo: Agrocere, 1990, 238 p.

ARROZ: a vocação de Santa Cruz – veja por que a cidade é conhecida como a “Capital do Arroz” sem plantar um grão... **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, Suplemento de Edição do Debate n. 556, ano 1, n. 1, jan. 1992. Edição Especial de Empresas e Negócios, 1992.

ASALIN, G. A. **A Gênese e Dinâmica de Três Cidades na Rede Urbana de Maringá**: Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO ARROZ (ABIARROZ). **Institucional**. Disponível em: <https://abiarroz.com.br/institucional/> Acesso em: 22 jan. 2022.

BAER, W. **A Economia Brasileira**. Tradução de Edite Sciulli. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002. 509 p.

BAER, W. **A Economia brasileira**: uma abordagem profunda da economia brasileira até 2014. Tradução de Arlete Simille Marques. 4.ed. São Paulo: Nobel, 2015. 961 p.

BEGUETTO, B. **Relatório Final do Estágio Supervisionado:** Graduação em Administração. 2008. Faculdade de Administração de Santa Cruz (FASC/OAPEC), Santa Cruz do Rio Pardo, 2008.

BESSA, K. **A dinâmica da rede urbana no Triângulo Mineiro:** convergências e divergências entre Uberaba e Uberlândia. 2007. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

BIANCHI, R. D. Tecnologia facilita e melhora a gestão. **Revista ACE**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 36, p. 10-11, abr./mai., 2014.

BOMTEMPO, D. C.; SPOSITO, E. S. **Território e Indústria:** o ramo de alimentos no Oeste de São Paulo. Disponível em: http://www.augm-cadr.org.ar/archivos/7mo-coloquio/mesa_2/20080359.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.

BOMTEMPO, D. C. **Dinâmica territorial, atividade industrial e cidade média:** as interações espaciais e os circuitos espaciais da produção das indústrias alimentícias de consumo final instaladas na cidade de Marília – SP. 2011. 455 f. Tese (doutorado). – Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/105059> Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho:** aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. 262 p.

BRASIL. **LEI N.º 12.651, de 25 de maio de 2012 (LEI FEDERAL).** Dispõe sobre a Proteção da Vegetação Nativa; Altera as LEIS N.ºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; Revoga as LEIS N.ºs 4.771, de 15 de Setembro de 1965, e 7.754, de 14 de Abril de 1989, e a MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.166-67, de 24 de Agosto de 2001, e dá outras providências. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12651&ano=2012&ato=a48QTVU1kMvPWT59b>> Acesso em 12 dez. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Relação anual de informações sociais (RAIS).** Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados> Acesso em 17 ago. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMERCIO. **RECENSEAMENTO DO BRASIL 1872.** Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, [1874?]. 12 v. (São Paulo v. 11). Recenseamento Geral do Império. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>. Acesso em: fev. 2022. Acesso em 20 mai. 2019

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMERCIO. **SYNOPSIS DO RECENSEAMENTO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1890.** Précis du recensement du 31 décembre 1890. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1898. 133 p. II Recenseamento Geral do Brasil. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25490.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2019

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMERCIO. **SYNOPSIS DO RECENSEAMENTO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1900.** Précis du recensement du 31 décembre 1900. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1905. 106 p. III Recenseamento Geral do Brasil. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2019

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMERCIO. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Brazil realizado em 1º. de setembro de 1920.** População do Brazil por Estados, Municípios, segundo o sexo, a idade e nacionalidade, 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928, v. 4 (Censo Demográfico). Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10018445&parte=1> Acesso em: 15 jan. 2019

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Bases Estatísticas do RAIS e CAGED.** Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> Acesso em: 02 mai. 2022

BRAY, S. C. **A cultura da cana-de-açúcar no Vale do Paranapanema:** um estudo de geografia agrária. 1980. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980. doi: 10.11606/T.8.1980.tde-22092021-115550. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22092021-115550/pt-br.php> Acesso em: 20 dez. 2023.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930 – 1970).** 3.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CASARIL, C. C. **A Dinâmica da Rede Urbana de Francisco Beltrão.** Tese (Doutorado em Geografia). 2014. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

CEETEPS. Banco de Dados do Centro Paula Souza. Mapeamento de Totais de Alunos / 2º. Semestre de 2021. Disponível em: <http://www.cpscetec.com.br/bdcetec/index.php>. Acesso em: 15 mar. 2022. (acesso restrito).

CHITTO, A. Lençóis Paulista ontem e hoje. Lençóis Paulista (SP). **O Eco.** Edição especial, 1972.

CEREALISTA ROSALITO. Disponível em: <http://www.rosalito.com.br/index.php> Acesso em: 13 ago. 2019.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA. UGRHI-17 MÉDIO PARANAPANEMA (MAPA BASE). IBGE/CBH-MP, 2011. Disponível em: <https://cbhmporg/ugrhi-17/> Acesso em: 02 mar. 2020

CORRÊA, R. L. Rede Urbana e Formação Espacial: uma Reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 121-129, jan. jun., 2000. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/nugea/files/2014/09/Rede-urbana-Lobato.pdf> Acesso em: 24 dez. 2023.

CORRÊA, R. L. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 28, n. 1, p. 205–214, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4912>. Acesso em: 24 dez. 2023.

CORRÊA, R. L. Perspectivas da urbanização brasileira: uma visão geográfica para o futuro próximo. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB), X. , 2007. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007.

CORRÊA, R. L. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um Texto para Discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (org). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, Escalas de Desafios** (1ª Ed./6ª. reimpr.). São Paulo: Contexto, 2018. p. 41-51.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985. 240 p.

DEMARCHI, J. C. **Modelagem das transformações no uso da terra, de processos erosivos e de escoamento superficial na bacia hidrográfica do Ribeirão São Domingos, Município de Santa Cruz do Rio Pardo - SP**. 2020. 536 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2020. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_d35cf773d33179a7b774e02ef407ef32 Acesso em: 14 dez. 2018.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. VGEO – **Visualizador de Dados do DNITGeo**, Disponível em: <https://servicos.dnit.gov.br/vgeo/> Acesso em: 23 abr. 2022

DIAS, F. F. **Pequenas cidades na rede urbana de Ourinhos – SP: agronegócio e especialização produtiva**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 300p, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEL_969abd2de5a8cb45be06d118d588fa19 Acesso em: 14 dez. 2018.

DUNDES, A. C. **O processo de (des) industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente – SP**. (Dissertação de Mestrado). Presidente Prudente: FCT/UNESP/PPGG, 1998. Disponível em: <https://www.fct.unesp.br/#/pos-graduacao/--geografia/dissertacoes-e-teses/diss-antes-de-1999/> Acesso em: 14 dez. 2018.

ELIAS, D. Globalização e agricultura: A Região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. (Coleção Campi; 21). **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**, UERJ, RJ, n. 12, p. 23-32, 2º semestre de 2002.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2006.

ENDLICH, A. M. **Pensando os Papéis e os Significados das Pequenas Cidades**. São Paulo, Editora Unesp, 2009.

FASC/OAPEC: a incessante busca do Conhecimento. **Revista ACE**. Santa Cruz do Rio Pardo, no. 13, pp. 4-5, jul./set. 2009.

FERREIRA, E. R. **A Formação da região canavieira de Araraquara**: o papel do Estado e das agroindústrias do açúcar e do álcool no processo de organização do espaço. Rio Claro, 1987. 163 f. Dissertação (Mestrado), Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista. Disponível em: https://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/JANAINA%20FRANCISCA%20SOUZA%20CAMPOS/TESE%20FINAL%20JANAINA_18_8_2013.pdf Acesso em: 14 dez. 2018.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). **Capital humano**: Departamento de Ação Regional. Cidade de Santa Cruz do Rio Pardo 2017. Disponível em: [http://apps.fiesp.com.br/CapitalHumano/\(S\(wcn14b0gf5qmxdyhpptdif4j\)\)/DadosSocioEconomicos/DadosGerais.aspx](http://apps.fiesp.com.br/CapitalHumano/(S(wcn14b0gf5qmxdyhpptdif4j))/DadosSocioEconomicos/DadosGerais.aspx). Acesso em: 14 dez. 2018.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). **Capital humano** - Departamento de Ação Regional 2017. Disponível em: [https://apps.fiesp.com.br/CapitalHumano/\(S\(ufud3vlbqk1z2nk0lqnt1uf2\)\)/Inicio/Default2.aspx](https://apps.fiesp.com.br/CapitalHumano/(S(ufud3vlbqk1z2nk0lqnt1uf2))/Inicio/Default2.aspx) Acesso em 15 dez. 2018.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). **Capital Humano** – Departamento de Ação Regional. 2006 e 2019 (consulta vários municípios). Disponível em: [https://apps.fiesp.com.br/CapitalHumano/\(S\(nmojqhhojr5ll3dpsrj4kd0\)\)/DadosSocioEconomicos/InformacoesSetor.aspx?t=1](https://apps.fiesp.com.br/CapitalHumano/(S(nmojqhhojr5ll3dpsrj4kd0))/DadosSocioEconomicos/InformacoesSetor.aspx?t=1) Acesso em 03 mar. 2022

FERNANDES, E. **Fronteira e população**: um estudo sobre a formação de famílias no povoamento da região Centro-Oeste de São Paulo, Século XIX. 2008. 168 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca, 2008. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/edsonfernandes.pdf> Acesso em 25 set. 2018.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A. & SPOSITO, E. S. (Org.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular/UNESP/Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 197-215.

FIRKOWISK, O; SPOSITO, E.S. **Indústria, ordenamento do território e transportes**: a contribuição de André Fischer. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FRESCA, T. M. **A dinâmica funcional da rede urbana do oeste paulista**. Estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista. 1990. 282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FRESCA, T. M. **Transformações da rede urbana do norte do Paraná: estudo comparativo de três centros**. 2000. 432 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Acesso em: 28 mar. 2019.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISES DE DADOS. **Mapa do Emprego Paulista 2007-2017**. Cultivo de Laranja. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://mapadoemprego.seade.gov.br/media/arqpdf/2.pdf> Acesso em: 06 fev. 2022.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISES DE DADOS. **Ontem, Vila de São Vicente** – Hoje, Estado de São Paulo: 500 anos de Divisão Territorial e 100 anos de Estatísticas Demográficas Municipais. São Paulo: SEADE, 2001. CD-ROM.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISES DE DADOS. **O Estado de São Paulo e suas regionalizações 2020**. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/div_politica/ Acesso em 23 jul. 2021.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISES DE DADOS. **PIB Municipal 2017**. Disponível em: <https://pib.seade.gov.br/municipal-ranking/> acesso em 05 mar. 2021.

FUINI, L. L. **Manifestações da governança territorial no Brasil: uma análise do 'circuito das águas paulista e do 'circuito das malhas do sul de Minas Gerais**. 2010. 191 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE)/ Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro, 2010.

FUINI, L. L.; HORI, I. I. Os arranjos produtivos locais na região de Ourinhos – SP/Brasil: Dinâmica Socioprodutiva e Desenvolvimento Territorial. **REDES – Revista de Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 1, p. 236-260, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/3083/3321>. Acesso em: 25 set. 2018.

FURINI, L. A.; MOURÃO, P. F. C. (org). **Conjuntura Ourinhos 2018**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

GAROFOLI, G. Modelos locais de desarrollo. **Estudios Territoriales**, Madrid, n.22, p.157-168, set-dez.1986.

GAZZOLA, L. **Relatório de Estágio Supervisionado**. Faculdade de Administração de Santa Cruz do Rio Pardo. Santa Cruz do Rio Pardo, FASC, 2005.

GIL, I. C. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos: do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional**. 2007. 395 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) / Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2007.

GOMES, M. T. S. **A dinâmica do mercado de trabalho formal: uma análise do setor industrial em Presidente Prudente** – SP. Presidente Prudente: FCT/UNESP/PPGG, 2001.

GOMES, M. T. S. **O processo de reestruturação produtiva em cidades médias do oeste paulista:** Araçatuba, Birigui, Marília Presidente Prudente e São José do Rio Preto. São Paulo: FFLCH. Tese de Doutorado em Geografia Humana, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23102007-142027/>. Acesso em: 25 set. 2018.

GRYNSZPAN, M. **Trajetória e Pensamento das Elites do Agronegócio de São Paulo** (Recurso Eletrônico). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. 344p.

GUACIRA ALIMENTOS. Disponível em: <https://www.guacira.com.br/> Acesso em: 13 ago. 2019.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HESPANHOL, A. N. Políticas públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. **Faz ciência.** Francisco Beltrão, FACIBEL, v. 1 n. 1, p. 38-49, 1997.

HOLLANDA FILHO, S. B. de. **Os desafios da indústria automobilística:** a crise da modernização. São Paulo: IPE/USP, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agrícola 1950. Estado de São Paulo.** Rio de Janeiro, IBGE, 1955, vol. XXV, tomo 2. (Série Regional). Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10023426&parte=1> Acesso em: 25 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agrícola de 1960. Estado de São Paulo.** Rio de Janeiro, IBGE, 1967, vol. II, tomo XI. (Série Regional) (1ª. e 2ª. partes) Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/Singlepage/index.php?pubcod=10023426&parte=1> Acesso em: 25 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 1970. São Paulo.** Rio de Janeiro, IBGE, 1975, vol. III, tomo XVIII. (Série Regional) (1ª. e 2ª. partes). Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlePage/index.php?pubcod=10023426&parte=1> Acesso em: 25 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Econômicos de 1975. Censo Agropecuário.** São Paulo. Rio de Janeiro, IBGE, 1979, vol. 1, tomo 17. (Série Regional) (1ª. parte). Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10023426&parte=1> Acesso em: 25 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1980. São Paulo.** Rio de Janeiro, IBGE, 1984, vol. 2, tomo 3, número 19 (2ª. parte). Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10023426&parte=1> Acesso em: 25 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Econômicos de 1985. Censo Agropecuário. São Paulo.** Rio de Janeiro, IBGE, 1991, número 21. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10023426&parte=1> Acesso em: 25 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1995-96. São Paulo.** Rio de Janeiro, IBGE, 1998, número 19. Disponível em: <https://biblioteca.digital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10023426&parte=1> Acesso em: 25 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Rio de Janeiro, IBGE, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10023426&parte=1> Acesso em: 25 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017. São Paulo.** Rio de Janeiro, IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em 28 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico: 1940, população e habitação, quadro de totais para o conjunto da União e de Distribuição pelas Regiões Fisiográficas e Unidades Federadas, 1940.** Rio de Janeiro: 1950. xxxviii, 181p. (Censo Demográfico. Série Nacional). Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10018455&parte=1> Acesso em: 15 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1950.** Seleção dos principais dados. Rio de Janeiro: [195-]. VI Recenseamento Geral do Brasil de 1o de julho de 1950. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=770>. Acesso em: 15 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1960.** São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1965. t. 13, xlii, 185 p. (Censo Demográfico. Série Regional, v. 1). Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10018463&parte=1> Acesso em: 15 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1970.** São Paulo, resultados segundo as Microrregiões e os Municípios, 1970. Rio de Janeiro: 1973. t. 18 pte. 2, xxiv, 501p. (Censo Demográfico. Série Regional, v. 1). Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10018466&parte=1> Acesso em: 18 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1980.** São Paulo, dados distritais, 1980. Rio de Janeiro: 1982. v. 1, t. 3, n. 17, xliii, 611p. (Censo Demográfico, v. 1). Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10018468&parte=1> Acesso em: 18 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: 2001. 550 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico2000.html?edicao=9771&t=publicacoes>. Acesso em: 21 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011b. 270 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9662-censodemografico-010.html?edicao=10503&t=publicacoes>. Acesso em: 21 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) - Versão 2.0 Estrutura detalhada e notas explicativas. Rio de Janeiro, IBGE, 2007. In: **Comissão Nacional de Classificação (CONCLA)**. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/concla.html> Acesso em 02 set. 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. Rio de Janeiro, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, IBGE, 1958. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10023426&parte=1> Acesso em: 25 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Logística de Transportes 2014**. Rio de Janeiro, IBGE, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15793-logistica-dos-transportes.html> Acesso em 28 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malhas Digitais 2010**. Rio de Janeiro, IBGE, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=downloads>. Acesso em: 05 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malhas Digitais 2015**. Rio de Janeiro, IBGE, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=downloads> Acesso em 12 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malhas Digitais 2018**. Rio de Janeiro, IBGE, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=downloads> Acesso em: 12 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malhas Digitais 2020**. Rio de Janeiro, IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=downloads>

nizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=downloads. Acesso em 14 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM)**. Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo. Efetivo dos Rebanhos, por tipo de Rebanho (1974 a 2020). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3939#resultado> Acesso em 27 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal (PAM)**. Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo. Área Plantada ou destinada à Colheita, Área Colhida, Quantidade Produzida, Rendimento Médio e Valor da Produção das Lavouras Temporárias e Permanentes (1974 a 2020). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/5457> Acesso em 26 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades** : 2018. Rio de Janeiro, 2020. 192 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1991**. São Paulo, 1991. Rio de Janeiro: [1991]. v. 6, 233p. (Censo Demográfico).

JUNQUEIRA, M. F. **Santa Cruz do Rio Pardo** – Memórias - Subsídios para a História de uma Cidade Paulista. Santa Cruz do Rio Pardo: The Document Company/XEROX, 1994. 342 p.

LAMARCHE, H. (org.). **A agricultura familiar**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. Vol. 1

LOMBARDI NETO, F.; DRUGOWICH, M. I. (Coord.). **Manual técnico de manejo e conservação de solo e água**: potencialidades agrícolas das terras do Estado de São Paulo. Campinas: CATI, p. 70 - 120, 1994. (Manual Técnico n. 39).

MAMIGONIAN, A. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim paulista de geografia**, São Paulo, n. 50, p. 83-102, mar. 1976.

MARKUSEN, Ann. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator. In: DINIZ, Clélio Campolina & LEMOS, Borges Mauro. **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MARTINELLI JÚNIOR, O. **A globalização e a indústria alimentar**: um estudo a partir das grandes empresas. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999.

MARTINELLI JÚNIOR, O. Documento Setorial: Indústria de Alimentos e Bebidas. In: **Projeto PIB - Projeto Perspectivas do Investimento no Brasil**. Instituto de Economia da UFRJ e de Economia (<http://www.projetopib.org>).

MELO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982

MELO, N. A. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO)**: análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. 437f. Tese

(Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15906> Acesso em: 22 jan. 2021.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.

MOURÃO, P. F. C. **A industrialização do Oeste Paulista: o caso de Marília**. 1994. 242 F. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 1994.

MOURÃO, P. F. C. **Reestruturação Produtiva da Indústria e Desenvolvimento Regional: a Região de Marília**. 2002. 184 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP), Presidente Prudente, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/33976120/Quest%C3%B5es_Nacionais_e_Regionais_do_Territ%C3%B3rio_Brasileiro Acesso em: 22 jan. 2021.

MOURÃO, P. F. C. Dinâmica Econômica e Tendências do Desenvolvimento na Região de Ourinhos (SP). *Conjuntura Ourinhos* 2018. São Paulo: Cultura Acadêmica 2018, pp. 21-44.

MULLER, G. A Economia Política do CAI. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 24, Lavras, 1986. Anais [...] Brasília: Sober, 1986. p. 347-67

MULLER, G. A. Brasil agrário: heranças e tendências. In: **São Paulo em perspectiva**. São Paulo: SEADE, 7(3), p. 11-20, jul. /set. 1993.

NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1980-1990)**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

OLIVEIRA, A. de. A história do maior empreendedor do Brasil: Francesco Matarazzo. **São Paulo in Foco**. 5 ago. 2014. Disponível em: <https://www.saopauloinfoco.com.br/francesco-matarazzo/> Acesso em: 22 jan. 2021.

OLIVEIRA, A. R. **Relatório de Estágio Supervisionado**. Faculdade de Administração de Santa Cruz do Rio Pardo. Santa Cruz do Rio Pardo, FASC, 2016.

OLIVEIRA, J.A. de. **Cidades na Selva**. Manaus: Valer, 2000, 224p

OLIVEIRA, J. B. de et al. **Mapa Pedológico do Estado de São Paulo**: legenda expandida. Campinas: IAC; Rio de Janeiro: EMBRAPA Solos, 1999. 64 p. (mapa).

OTANI, M. N. et al. Um Exemplo de Integração: Estudo de Caso da Microbacia dos Córregos Fortuna-Figueira-Palmeira. **Informações Econômicas**, São Paulo, SP, v. 24, n. 12, p. 1-17, dez. 1994.

PAVONI, J. V. **Santa Cruz do Rio Pardo**. <https://www.openstreetmap.org/relation/298106>, 2022.

PETTI, R. H. V. *et al.* Evolução da Estrutura Regional da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Atual Divisão Político-Administrativa do Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, IEA, v. 31, n. 12, p. 23–47, dez. 2001.

PICININ ALIMENTOS. Disponível em: <http://www.picinin.com.br> Acesso em: 13 ago. 2019

PINO, F. A. Um Novo Projeto Lupa. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, SP, v. 1, n. 4, abr. 2006.

PIQUET, R.; RIBEIRO, A. C. T. (Org.). **Brasil, Território da Desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Fundação Universitária José Bonifácio, 1991. 181 p.

PIRES, E.; FUINI, L.; MANCINI, R.; PICCOLI-NETO, D. **Governança territorial: conceito, fatos e modalidades**. Rio Claro: Editora: Pós-Graduação em Geografia / IGCE / UNESP, 2011.

PIRES, E.; MÜLLER, G.; VERDI, A. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. In: **Geografia – Associação de Geografia Teorética**, Rio Claro - SP, v. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006.

PRADO, C ; PRADO, J. S. **Santa Cruz do Rio Pardo: historiografia para o século XIX**. Santa Cruz do Rio Pardo: Edição dos Autores, 2012, 457 p.

PRADO, C; PRADO, J. S. **Santa Cruz do Rio Pardo: Memórias, Documentos e Referências**. Santa Cruz do Rio Pardo: Edição dos Autores, 2014, 467 p.

PRADO, C; PRADO, J. S. **Razias: Incursões predatórias em Territórios Indígenas no Vale do Paranapema**. (1ª. Ed.). Santa Cruz do Rio Pardo: Edição dos Autores, 2020, 687 p. Disponível em: <https://clubedeautores.com.br/livro/razias> Acesso em 21 abr. 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. Título original: Pour une géographie du pouvoir.

RAIZEN. **Institucional**. Disponível em : <https://www.raizen.com.br/sobre-a-raizen>. Acesso em: 12 set. 2020.

REVISTA CITRICULTOR. Agindo conforme a incidência: novos mapas permitem ao citricultor planejar e adaptar o controle do *Greening* de acordo com a localização da fazenda. Araraquara: **Revista Citricultor**: Fundecitrus, ano 8, n. 57, 1º. Semestre de 2022. Disponível em: <https://www.fundecitrus.com.br/comunicacao/revistadetalhes/revista-citricultor---edicao-57/76>. Acesso em: 30 abr. 2022.

RIBEIRO, G. A. **Relatório de Estágio Supervisionado**. Faculdade de Administração de Santa Cruz do Rio Pardo. Santa Cruz do Rio Pardo, FASC, 2016.

SANTA CRUZ DO RIO PARDO, SÃO PAULO. (2022). **Google Earth. Google.** Consultado em <https://www.google.com/maps/@-22.9013196,-49.6197098,15z?entry=ttu>

PMSCRP. **Plano de desenvolvimento turístico.** Região Turística Angra Doce Paulista. Santa Cruz do Rio Pardo, Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, 2020/2023. Disponível em: [https://www.santacruzoriopardo.sp.gov.br/assets/uploads/files/Plano%20de%20Desenvolvimento%20do%20TurismoSCRParado%20FINAL%202020%202%20\(Reparado\).pdf](https://www.santacruzoriopardo.sp.gov.br/assets/uploads/files/Plano%20de%20Desenvolvimento%20do%20TurismoSCRParado%20FINAL%202020%202%20(Reparado).pdf) Acesso em 17 mai. 2021.

SANTA MASSA ALIMENTOS. Disponível em: <https://www.santamassa.com.br/> Acesso em 24 ago. 2023.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**; São Paulo, n. 54, p.81-100, jun. 1977.

SANTOS, M. **A Urbanização Desigual.** Petrópolis: Vozes, 1982, 128 p.

SANTOS, M. **Manual de Geografia Urbana.** São Paulo: Edusp, 1989. 225p.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Economia Espacial.** São Paulo: EDUSP, 1979/2003.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SÃO JOÃO ALIMENTOS. Disponível em: <https://saojoaoalimentos.com/> Acesso em 13 ago. 2019.

SÃO PAULO. (Estado). **Estatística Agrícola e Zootécnica de Santa Cruz do Rio Pardo no Anno Agrícola de 1904-1905.** 4º. Districto. São Paulo, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1909. 12 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011275&parte=1> Acesso em 05 mar. 2021.

SÃO PAULO. (Estado). **Estatística Agrícola e Zootécnica, 1930-1931.** São Paulo, Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio, 1932. 92 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011271&parte=33> Acesso em: 21 jul. 2021.

SÃO PAULO. (Estado). **Estatística Agrícola e Zootécnica, 1934-1935.** São Paulo, Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio, 1936. 111 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011272&parte=4> Acesso em: 22 jul. 2021.

SÃO PAULO. (Estado). **Estatística Agrícola e Zootécnica, 1939-1940.** São Paulo, Departamento Estadual de Estatística, 1942. 789 p. Disponível em: <https://Biblioteca digital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011275&parte=1> Acesso em: 30 jul. 2021.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Projeto CDRS/LUPA 1995/96: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo**. São Paulo: SAA/IEA/CDRS, 1997. Disponível em: <https://www.cdrs.sp.gov.br/projetoCDRS/LUPA/dadosmunicipais9596/santacruzoriopardo.pdf> Acesso em: 05 jan. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Projeto LUPA 2009: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo**. São Paulo: SAA: IEA: CDRS, 2009. Disponível em: <https://www.cdrs.sp.gov.br/projetoCDRS/LUPA/dadosmunicipais.php> Acesso em 05 jan. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Projeto CDR/LUPA 2016/17: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo**. São Paulo: SAA: IEA: CDRS, 2019. Disponível em: <https://www.cdrs.sp.gov.br/projetoCDRS/LUPA/dadosmunicipais1617.php> Acesso em : 05 jan. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo. Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) / Prefeitura de Santa Cruz do Rio Pardo. Disponível em: <https://www.santacruzoriopardo.sp.gov.br/vagas-no-pat>. Acesso realizado em 13 jun. 2021

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. Instituto Florestal. **Mapa Florestal dos Municípios do Estado de São Paulo**: Santa Cruz do Rio Pardo, 2020. <http://s.ambiente.sp.gov.br/sifesp/santacruzoriopardo.pdf>/ Acesso em: 28 dez. 2021.

SAQUET, M. A. Proposições para estudos territoriais. **GEOgraphia**, Niterói, Ano VIII, n. 15, p. 71-85, 2006.

SEBRAE. **Conheça quem somos** (Portal SEBRAE). Disponível em: [https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quem_somos#:~:text=Sebrae%20com%20%22C%22,ABDE\)%20e%20o%20pr%C3%B3prio%20BNDE](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quem_somos#:~:text=Sebrae%20com%20%22C%22,ABDE)%20e%20o%20pr%C3%B3prio%20BNDE). Acesso em 21 dez. 2021.

SEBRAE-SP. Você plugado no mundo. **Revista ACE**, Santa Cruz do Rio Pardo, n. 17, p. 17, mai./jun., 2010.

SEBRAE-SP. Fazer a coisa certa, este é o negócio! **Revista ACE**, Santa Cruz do Rio Pardo, no. 38, p. 12-14, ago./set., 2014.

SELANI, R. **A evolução da cana-de-açúcar no escritório de desenvolvimento rural (EDR) de Ourinhos e o papel das esferas públicas e das agroindústrias do açúcar e do álcool no processo de organização do espaço**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio

Claro, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/95616>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SILVA, A. M. **Indústrias e mudanças tecnológicas**: considerações sobre a Décima Região Administrativa de Presidente Prudente. SP. Presidente Prudente: UNESP, 2002. (Dissertação de Mestrado).
Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/89828?mode=full> Acesso em: 05 jan. 2020.

SILVA, J. G. da. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, J. G. da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. 2. ed. rev. Campinas: IE/UNICAMP, 1998, 228p. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpclefindmkaj/https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/anovadinamicadaagriculturabrasileira.pdf> Acesso em: 17 jun. 2020.

SILVA, P. F. J. **Cidades pequenas e indústria**: contribuição para a análise da dinâmica econômica na Região de Presidente Prudente - SP. 2011. 282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) / Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2011. Disponível em: <http://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/908040> Acesso em 26 mai. 2020.

SILVEIRA, M. **Circulação, transporte e logística**: diferentes perspectivas. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2011.

SOLITO ALIMENTOS. Disponível em: <https://www.solito.com.br/site/> Acesso em 24 ago. 2023.

SOLUÇÃO sob Medida. **Revista ACE**. Santa Cruz do Rio Pardo, no. 13, p. 13, jul./set. 2009.

SORJ, B. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1980.

SOUZA, V. R. de. **Estágio Supervisionado**: Atendimento e Satisfação do Cliente. Orientador: Simone Domingues Kida. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração). Faculdade de Administração de Santa Cruz (FASC/OAPEC), Santa Cruz do Rio Pardo, 2008.

SPECIAL DOG COMPANY. Disponível em: <https://www.specialdog.com.br/> Acesso em 24 ago. 2023.

SPOSITO, E. S. **Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas**: os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana. 1982. 238 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SUPERBID MARKETPLACE. Saiba se um veículo utilitário é a melhor alternativa para você. Disponível em: <https://blog.superbid.net/saiba-se-um-veiculo-utilitario-e-a-melhor-alternativa-para-voce> Acesso em 21 dez. 2021.

SZMRECSÁNYI, T. A Herança Schumpeteriana. In: PELAEZ, V. & SZMRECSÁNYI, T. (Orgs.). **Economia da inovação tecnológica**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006, p. 112 – 134.

THOMAZ JUNIOR, A. **Por trás dos Canaviais, os (nós) da Cana**: uma Contribuição ao Entendimento da Relação Capital X Trabalho e do Movimento Sindical dos Trabalhadores na Agroindústria Canavieira Paulista. 1996. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

TEIXEIRA, A. de A. **Base hidrográfica ottocodificada da bacia do rio Paranapanema 2020**. Brasília – DF: ANA - Agência Nacional das Águas. Disponível em: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/36bfc7e3-0648-473f-a388-c443cd6e18ab>. Acesso em: 19 set. 2021

TOLEDO, E. F. T. **Processos de emergência e consolidação de novos espaços industriais no Estado de São Paulo**: ações de agentes locais e externos e transformações geográficas ocorridas nos municípios mais industrializados da Região Administrativa de Bauru. 2013. 239 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) / Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro, 2013. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_f72680864a4ca7f19e96f5eb6594b3ba. Acesso em 21 dez. 2021.

VALLE BRANCO ALIMENTOS. Disponível em: <http://vallebranco.com.br>. Acesso em: 13 ago. 2019.

VEIGA, L. A. **Jaguapitã-PR**: Pequena Cidade da Rede Urbana Norte-Paranaense especializada na Produção Industrial de Mesas de Bilhar. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2007.

VEIGA, L. A. **A Gênese e a Dinâmica das Fábricas de Mesa para Bilhar no Centro-Sul do Brasil**. 2024. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2014.

YONEDA, M. P. **Análise do potencial de redução de custo logístico pela estratégia de Inbound Bimodal para uma empresa beneficiadora de arroz**. Orientador: Prof. Pedro Fernandes de Oliveira Gomes. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia de Produção). Centro de Tecnologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em: <http://186.233.153.190/gdct/index.php/deptc/article/view/228>. Acesso em: 29 dez. 2023.

ZANONI, M. J. C. de O. **Santa Cruz do Rio Pardo**: Nossa Terra, Nossa Gente. 2. ed. Bauru, Osmare, 1977. 141 p.

ZOCCHI, P. **Paranapanema**: da nascente à foz. São Paulo: Audichromo, 2002. 132 p.

ANEXO A QUESTIONÁRIOS

I. A importância do Polo Cerealista na visão política do município de Santa Cruz do Rio Pardo (Poder Público Municipal)

- A. Do ponto de vista social e econômico, como o Polo Cerealista santa-cruzensense tem beneficiado o município?
- B. De que forma a prefeitura apoia o Polo Cerealista santa-cruzensense?
- C. Há incentivo do governo municipal para incentivar as empresas e melhorar a infraestrutura do Polo Cerealista do município?
- D. Quais incentivos os governos estadual e federal oferecem ao Polo Cerealista santa-cruzensense?
- E. Qual é a importância econômica da produção das indústrias beneficiadoras para a economia do município de Santa Cruz do Rio Pardo (em relação ao PIB municipal)?
- F. Santa Cruz do Rio Pardo é uma cidade carente de instituições de nível técnico e superior voltada à formação da mão de obra para o setor de produção e beneficiamento de alimentos. Como a gestão pública municipal vem trabalhando essa realidade? Ela busca se aproximar dos interesses dos empresários locais ou deixa que eles mesmos procurem resolver essa problemática?

II. A Estratégia da localização do Polo Cerealista em Santa Cruz do Rio Pardo (Dirigentes das Empresas Beneficiadoras de Arroz)

- a. Como surgiram as empresas de beneficiamento de arroz no município?
- b. Por que a escolha de Santa Cruz do Rio Pardo para a instalação do Maior Polo de Beneficiamento de Arroz do interior do estado de São Paulo? Quais são as vantagens e desvantagens existentes na localização?
- c. Santa Cruz do Rio Pardo não possui uma produção de arroz que seja capaz de assegurar o fornecimento de matéria prima para a indústria de beneficiamento de arroz, como acontece com a cana-de-açúcar na região. Qual a vantagem em se especializar no beneficiamento de um produto, onde a matéria-prima é produzida muito distante da indústria?
- d. Ainda no sentido produtivo, não existe a possibilidade de se produzir o arroz no município, integrando o agricultor à agroindústria? Sabe-se que o arroz necessita de grandes áreas irrigadas, como ocorre no sul do

Brasil. No entanto, com as novas tecnologias de produção, essa integração não seria viável?

- e. Nas últimas décadas, segundo informações da imprensa local, ocorreram importações de arroz da Argentina, do Uruguai e até do Vietnã, em decorrência da quebra de produção das áreas produtoras gaúchas, em decorrência das mudanças climáticas. Como a agroindústria arroseira se relaciona com essas áreas produtoras na atualidade?
- f. Do ponto de vista da logística de transportes, Santa Cruz do Rio Pardo, não apresenta muitas oportunidades além do transporte rodoviário. O modal ferroviário se encontra em Ourinhos, a mais de 30 Km. das empresas beneficiadoras de arroz. Esses fatores não acabam encarecendo a produção e diminuindo a competitividade dos produtos, principalmente o arroz beneficiado pelas empresas do sul do Brasil?
- g. Sendo a matéria não produzida no município, o que provavelmente aumenta os custos do processo de produção, como a indústria de beneficiamento de arroz santa-cruzense enfrenta a forte concorrência dos produtos produzidos em outros polos de beneficiamento no Estado de São Paulo e dos produtos provenientes do sul do Brasil?
- h. Como os empresários do setor arroseiro de Santa Cruz do Rio Pardo se relacionam? Eles se veem como aliados na busca de soluções para a compra, beneficiamento e distribuição dos produtos ou como concorrentes para a conquista de uma fatia maior do mercado consumidor?
- i.
- j. Quais são as regiões do Estado de São Paulo onde são vendidos os produtos das cerealistas santa-cruzenses? Existe mercado para o arroz beneficiado em Santa Cruz do Rio Pardo em outras regiões do Brasil?
- k. Nos últimos anos, vimos que está ocorrendo uma maior expansão da agroindústria arroseira para outros municípios do Estado Paulista e até mesmo para outros Estados. Qual é a estratégia de desenvolvimento do polo cerealista santa-cruzense através da diversificação produtiva e da instalação de novas filiais em outras regiões do Estado e/ou do país?
- l. Também nas últimas décadas, verificou-se uma diversificação da indústria de beneficiamento de arroz, com a implantação do processo de beneficiamento de outros produtos, como feijão, milho, farinha, farofa, farelo de arroz, azeite de oliva, entre outros, além da mudança de status jurídico de “beneficiamento de arroz” para “beneficiamento de alimentos”. Por que houve esse crescimento e diversificação de produtos pelas empresas? Está havendo uma boa recepção desses produtos nos mercados consumidores?

- m. Para concluir nossa pesquisa de campo (entrevista), como você definiria a indústria de beneficiamento de arroz em Santa Cruz do Rio Pardo? Quais são os pontos fortes e fracos que as empresas terão que enfrentar nos próximos anos? Santa Cruz do Rio Pardo ainda continua sendo um polo atrativo para as empresas arrozeiras?

III. ABASC – Associação dos Beneficiadores de Arroz de Santa Cruz do Rio Pardo

- a. Como e quando surgiu a Associação dos Beneficiadores de Arroz de Santa Cruz do Rio Pardo (ABASC)?
- b. Quem são as Agroindústrias de Beneficiamento de Arroz participantes da associação?
- c. Santa Cruz do Rio Pardo tem mais de uma dezena de empreendimentos de beneficiamento de arroz e somente uma parte dessas empresas participam da ABASC. Por que a entidade não conseguiu reunir a totalidade das empresas do setor arrozeiro do município? O que dificultou a inserção e participação de algumas empresas na ABASC?
- d. Quais são as propostas, projetos e objetivos da ABASC para a integração das arrozeiras santa-cruzenses? De que forma ela auxilia o desenvolvimento da agroindústria de beneficiamento de arroz no município?
- e. Sabemos que Santa Cruz do Rio Pardo não se constitui em um polo produtor de arroz, mas importa a matéria-prima de outros lugares do Brasil e até do exterior. De onde é proveniente a produção arrozeira que movimenta as agroindústrias de beneficiamento de arroz em Santa Cruz do Rio Pardo? Qual é a logística de transporte do arroz até as empresas arrozeiras? Quais são os modais utilizados?
- f. Como é comercializado (comprado) o arroz proveniente da área produtora? Através de empresas de distribuição, cooperativas ou através dos próprios produtores locais (associações)?
- g. Do ponto de vista estratégico, qual é a situação geográfica de Santa Cruz do Rio Pardo, na atualidade, para o beneficiamento de arroz e distribuição do produto nos principais mercados consumidores paulistas?
- h. Uma grande parte das empresas beneficiadoras de arroz de Santa Cruz do Rio Pardo já foram cafeeiras, empresas de comercialização de cereais e atualmente são grandes empresas produtoras de alimentos, com grande variedade de produtos. Como surgiu a necessidade de criar uma variedade de produtos e qual é a contribuição da ABASC nesse contexto? Sabemos que existe uma confiança no mercado consumidor sobre as marcas de arroz das empresas santa-cruzenses no estado de

São Paulo. Isso ajudou a facilitar a incorporação de novos produtos à marca de qualidade?

- i. Em termos de conquistas para as empresas associadas, qual é a contribuição da ABASC junto aos poderes públicos municipal, estadual e federal, assim como junto a entidades financeiras e de tecnologia para o desenvolvimento pleno das atividades empresariais?
- j. Em termos de qualificação do processo produtivo e da mão de obra, existe parceria com entidades do sistema S, faculdades, universidades e institutos de pesquisa, escolas técnicas e instituições profissionalizantes? Quais são elas e de que forma contribuem para o desenvolvimento das agroindústrias arrozeiras santa-cruzenses?
- k. Sabemos que existiu em Santa Cruz do Rio Pardo até recentemente, a indústria de máquinas Suzuki, que foi uma das pioneiras no interior paulista e do Brasil na produção de equipamentos para beneficiamento de arroz. Como a ABASC compreende essa realidade e reconhece a indústria de máquinas Suzuki como um marco no processo de industrialização do município, especialmente com a vocação para o surgimento de agroindústrias de beneficiamento de arroz?
- l. Sabemos que existem atualmente em Santa Cruz do Rio Pardo um território de concentração de arrozeiras às margens da Rodovia João Baptista Cabral Rennó (SP-225), que foi adquirido e organizado pelas próprias empresas santa-cruzenses do setor, sem maiores participações dos poderes públicos em investimentos no território. Por que ocorreu essa mudança das empresas da área urbana de Santa Cruz do Rio Pardo para esse local às margens da rodovia? Existe alguma proposta de investimentos através da Parceria Pública-Privada para os próximos anos, para facilitar o desenvolvimento das empresas de beneficiamento de arroz?
- m. Por que ainda não existe um Arranjo Produtivo Local (APL) destinado ao setor de beneficiamento de alimentos em Santa Cruz do Rio Pardo, a respeito do que já existe em Marília para o setor de produção de alimentos?
- n.
- o. Quais são os pontos fortes e fracos da agroindústria de beneficiamento de arroz em Santa Cruz do Rio Pardo e suas perspectivas para os próximos anos?

REFERÊNCIAS

ALVES, Paulo Roberto. **Arranjos Produtivos Locais: Calçados Femininos de Jaú e Santa Cruz do Rio Pardo**. 2014. 186 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3575>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. **O Processo de Reestruturação Produtiva em Cidades Médias do Oeste Paulista: Araçatuba, Birigui, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto.** 2007. 330 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ANEXO B

O Aglomerado da Indústria Calçadista de Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo: A Evolução, a Crise e Precarização do Trabalho no Setor Produtivo.

Para compreender o processo da relação do trabalho e das condições de saúde na indústria calçadista santa-cruzeira, necessita-se tecer algumas considerações sobre o desenvolvimento dessa atividade no município e suas interações com os atores sociais do espaço geográfico interno e externo. Conforme estudo realizado por Alves (2014) sobre a atividade fabril calçadista em Santa Cruz do Rio Pardo e Jaú, o município iniciou a produção de calçados na década de 1950 e hoje se constitui em um aglomerado de indústrias calçadistas⁷¹ com 20 empresas instaladas.

De acordo com informações do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), elaborado anualmente pelo Ministério do Trabalho, e divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP, 2017), o município de Santa Cruz do Rio Pardo está situado na Região de Governo de Ourinhos⁷², no centro-oeste paulista; possui um território de 1.115 Km², sendo o maior município em extensão da microrregião, e uma população de 43.921 habitantes (IBGE, 2010), sendo a segunda maior população municipal dessa região (Figura 1).

Segundo dados estatísticos da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2015), o Produto Interno Bruto Municipal era de R\$ 1.682,93 milhões, sendo representado no conjunto pelos setores de serviços com R\$ 974,18 milhões; da indústria com R\$ 443,61 milhões; e pela agropecuária com R\$ 76,16 milhões. Em porcentagem de participação dos setores no PIB municipal eles representam 58% (serviços), 26% (industrial) e 5% (agropecuária), respectivamente (FIESP, 2017), conforme se pode verificar no gráfico 1.

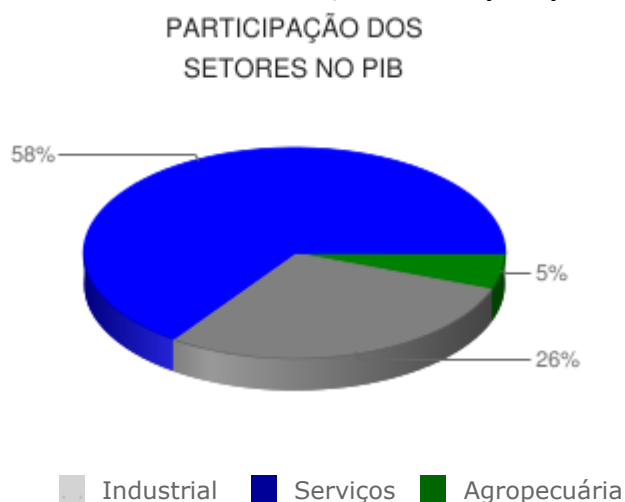
⁷¹ Segundo Alves (2014, p. 78), "(...) Santa Cruz do Rio Pardo possui cerca de 50 fábricas de calçados, com uma produção diária de 25 mil pares, considerada o 4º Polo Calçadista do Estado de São Paulo". Nesse sentido, as várias crises pelas quais passou o setor industrial do calçado no Brasil, dificultaram as exportações do produto, o que acarretou a falência de muitas empresas e Santa Cruz do Rio Pardo não foi exceção e teve muitas empresas fechadas nos últimos dez anos. Devido a essa condição, evitar-se-á essa denominação, uma vez que outros municípios paulistas possuem melhores posições na produção de calçados no Estado de São Paulo.

⁷² Segundo Fuini e Hori (2014, p. 237), as regiões de governo são subunidades de regionalização utilizadas pela Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, sendo menores que as regiões administrativas. São utilizadas para fins estatísticos, conforme dados e pesquisas do Seade (Sistema de Análise de Dados do Estado de São Paulo), e para o planejamento e execução de políticas públicas. A Região de Governo de Ourinhos possui 12 municípios e faz parte da Região Administrativa de Marília, que é composta por 51 municípios.

Diante do objeto de estudo que contemplará as condições do trabalho e a saúde do trabalhador na indústria do calçado do município de Santa Cruz do Rio Pardo, torna-se necessário conhecer mais detalhadamente o setor industrial para posteriormente se aprofundar nas condições de desenvolvimento da indústria calçadista e sua caracterização no ambiente de trabalho e consequente resultado nas condições de saúde e segurança do trabalhador.

Conforme informação divulgada pelo FIESP (2017), o município possui cento e quarenta e quatro estabelecimentos industriais, dos quais vinte são indústrias de calçados, representando 14% do total, ocupando a segunda maior concentração de indústrias por setor. A maior concentração de estabelecimentos industriais do município é representada pela indústria de alimentos (especificamente o beneficiamento de arroz, rações e panificação e subprodutos), que perfaz um total de 46 empreendimentos e 32% da quantidade de estabelecimentos por setor.

Gráfico 1 – Participação dos Setores Produtivos no Produto Interno Bruto (PIB) Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo (2017).



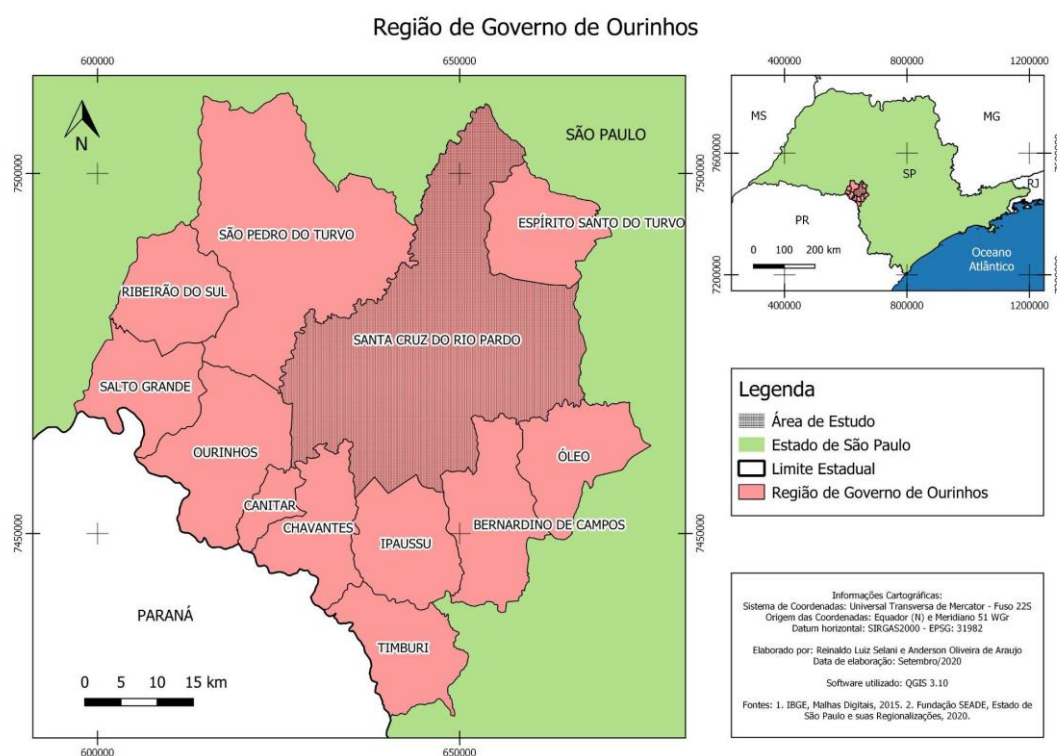
Fonte: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (2017).

Com base nesses dados e comparando-se a indústria de calçados santa-cruzense com os demais aglomerados calçadistas do Estado de São Paulo (FIESP, 2017), temos o município aparecendo na oitava posição entre os maiores municípios paulistas produtores de artigos de couro e calçados⁷³ e a quantidade de empregos

⁷³ No contexto do setor produtivo de couro e calçados, existem diversos produtos e subprodutos de couro e outros materiais, englobando os trabalhadores na indústria do tratamento do couro (curtumes), com outras indústrias de calçados, bolsas e acessórios de couro ou material sintético. Especificamente no setor do calçado,

gerados, logo após Franca, Birigui, São Paulo, Jaú, Bocaina, Presidente Prudente e Pedregulho, conforme a tabela 1.

Figura 1 - Região de Governo de Ourinhos (RGO)



Fonte: IBGE (2015) e SEADE (2020).

Tabela 1 – Número de Empresas do Setor Calçadista e Empregos Gerados nos Principais Polos Produtores de Calçados no Estado de São Paulo.

Posição	Município	Indústrias de Calçados	Número de Empregados
1ª.	Franca	1.577	18.582
2ª.	Birigui	368	9.670
3ª.	São Paulo	262	2.551
4ª.	Jaú	261	4.871
5ª.	Bocaina	67	403
6ª.	Presidente Prudente	23	2.016
7ª.	Pedregulho	22	404
8ª.	Santa Cruz do Rio Pardo	20	254

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (2017).

Como observado, o número de empregos gerados pelo setor calçadista no município de Santa Cruz do Rio Pardo é pequeno em relação ao número de empresas, sendo considerada uma média de 12,7 trabalhadores por indústria. Mesmo assim,

Santa Cruz do Rio Pardo, surge na 5ª. Posição a nível de Estado, sendo superada por Franca, Birigui, Jaú e Bocaina (nota do autor).

essa média é superior às médias obtidas para as cidades de Franca, com 11,8; São Paulo, com 9,7; e Bocaina, que possui 6 trabalhadores por empresa, em média. Já nas demais cidades verificadas, Birigui, Jaú, Presidente Prudente e Pedregulho, as médias de trabalhadores por indústria de calçados são 26, 19, 88 e 18, respectivamente. Isso coloca as indústrias de calçados santa-cruzenses na 5ª. posição estadual em média de empregos gerados por indústria, segundo os dados divulgados no ano de 2017 pela FIESP (2017).

Mais especificamente sobre a situação do aglomerado de indústrias calçadistas local e suas interações com as políticas públicas existentes nas diversas esferas (Federal, Estadual e Municipal), Alves (2014), destaca a existência de “política pública dirigida às indústrias que se instalam no município” (Lei municipal no. 2.223, de dezembro de 2007), onde a prefeitura doa terreno e concede isenção de impostos por dez anos para as empresas que desejarem se instalar no Distrito Industrial e Empresarial “Michiyoshi Suzuki”. Essa lei também é válida para as empresas que já estão instaladas na cidade, e querem se mudar para o distrito industrial.

No trabalho de Fuini e Hori (2014), surge a expressão da formação de um Arranjo Produtivo Local (APL) de Couro e Calçados no município de Santa Cruz do Rio Pardo. Os autores citam que no contexto da Região de Governo de Ourinhos, as indústrias do alimento do município em questão teriam se formado por empresários que “cresceram junto com a cidade”. O mesmo se pode dizer da indústria calçadista, pois o empresariado local é constituído por famílias tradicionais, de maioria imigrante, que se estabeleceram no município. Contudo, conforme citado em Alves (2014, p. 79), “em Santa Cruz do Rio Pardo, não existem políticas públicas, tampouco ferramentas para ações de fomento ao Arranjo Produtivo Local (APL) calçadista da cidade”.

Através de informações obtidas junto ao Sindicato das Indústrias de Calçados, Artefatos de Couro e Vestuário de Santa Cruz do Rio Pardo, não existe nenhuma indústria de calçados instalada no Distrito Industrial do município e nem mesmo existe a informação de que alguma fábrica tenha planos para se instalar no local em um futuro próximo. Conforme a Abicalçados (2012) apud Alves (2014), o Arranjo Produtivo Local (APL) santa-cruzense não faz parte do “programa de fortalecimento da competitividade das empresas localizadas em arranjos produtivos do Estado de São Paulo”, sendo apenas considerado um APL prioritário.

Conforme definição proposta por Lastres, Cassiolato, 2003, p. 10-11 apud Fuini e Hori (2014, p. 239), o Arranjo Produtivo Local (APL) pode ser definido como

“Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento. Tais arranjos comumente apresentam fortes vínculos envolvendo atores localizados no mesmo território; por sua vez, as interações referem-se não apenas a empresas atuantes em diversos ramos de atividade e suas diversas formas de representação e associação (particularmente cooperativas), mas também às diversas outras instituições públicas e privadas”.

É primordial destacar que as indústrias de calçados de Santa Cruz do Rio Pardo estão ainda longe de conseguir uma participação efetiva dentro do APL, com será discutido adiante, pois não possuem maiores vínculos para se obter fornecedores de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços e consultorias, entre outros; também o poder público local não participa com maiores incentivos para o desenvolvimento das empresas de calçados instaladas no município e poucas instituições educacionais e empresariais que participam de alguma forma no desenvolvimento do aglomerado de indústrias calçadistas local.

Mesmo assim, através das reivindicações do grupo calçadista do município, houve uma investida do poder público municipal, que ofereceu espaço físico e recursos financeiros que foram complementados com verba da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do Sindicato da Indústria do Calçado, Artefatos de Couro e Vestuário de Santa Cruz do Rio Pardo, que foi fundamental para a instalação de uma escola profissionalizante do Serviço Nacional da Indústria (SENAI) do Estado de São Paulo, no terreno do antigo complexo Erisoja (antiga fábrica de óleo de soja que foi à falência no início dos anos 1980), sendo implantada oficialmente em 2004, oferecendo inicialmente a disciplina de aprendizagem industrial “confeccionador industrial de calçados”, a fim de qualificar tecnicamente os trabalhadores da indústria de calçados⁷⁴ (ALVES, 2014).

⁷⁴ Vale lembrar que em Santa Cruz do Rio Pardo, o nível de escolaridade entre os empregados das fábricas de calçados que compõem o APL é o ensino fundamental para aqueles que ocupam posições no chão de fábrica, e o ensino médio para os que estão nos níveis de supervisão ou coordenação na fábrica e nos escritórios. Os dirigentes das empresas também oferecem, em parceria com as escolas técnicas, cursos de formação, ou emprega estudantes dos cursos oferecidos por elas, instalados no município (ALVES, 2014).

No entanto, no aglomerado de indústrias de calçados que compreende vinte fábricas, a situação de mobilização e participação nos eventos para a consolidação do Arranjo Produtivo Local (APL) através de novas conquistas para o empresariado local é ainda pouco representativa, pois apenas nove empresas ou 45% dos empresários locais participa efetivamente das reuniões e firmam uma estruturação do arranjo produtivo local, assumindo ações conjuntas.

Conforme destacado em Alves (2014),

“O APL de calçados de Santa Cruz do Rio Pardo é organizado pelo sindicato patronal e a sua gestão é realizada por dois dirigentes deste sindicato. Não tem estatuto e existe uma contribuição mensal para o custeio de eventos, que varia entre R\$100 e R\$400, dependendo do tamanho da indústria, que é avaliada por meio do número de funcionários que possui. Como o APL não tem sede própria, as reuniões bimestrais são realizadas nas instalações do próprio sindicato patronal”.

A priori, a estrutura do aglomerado calçadista de Santa Cruz do Rio Pardo é bastante precária, pois não existe um estatuto e nem mesmo um espaço físico para realizar as reuniões da entidade, sendo que, conforme apontado por Alves (2014),

“A união das empresas poderia fazer com que a cidade fosse notada pelos clientes, através de feiras, eventos e veiculações de publicidade do grupo, caso essas empresas fizessem com que as pessoas observassem a concentração como um conjunto com ampla variedade de produtos a oferecer, e a custos menores, em vez de enxergarem apenas empresas individuais, cujos produtos talvez não valesse o seu deslocamento até a localidade [...]”.

A união dos empresários do setor calçadista de Santa Cruz do Rio Pardo faria toda a diferença para a consolidação efetiva de políticas públicas no município que privilegiassem o desenvolvimento das empresas, aumentando o número de empregos e qualificação dos trabalhadores, tornando seus produtos mais competitivos no mercado interno e externo, aumentando suas vendas. Além disso, não existe visibilidade do aglomerado de indústrias do calçado local no cenário estadual e nacional, como o que ocorre com os Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Calçado de Franca, Birigui e Jaú, que são consideradas os pólos de referência da indústria do calçado masculino, infantil e feminino, respectivamente.

Tampouco existe um padrão global na produção calçadista santa-cruzense, uma vez que são produzidos botas, botinas, calçados infantis e femininos. Neste último caso, as popularmente conhecidas “rasteirinhas” predominam atualmente no processo produtivo nas fábricas, pela facilidade em se comercializar no mercado consumidor. Mas, de acordo com informações obtidas junto aos sindicatos da indústria

do calçado e dos trabalhadores na indústria de calçados, a produção santa-cruzense utiliza-se de materiais sintéticos, o que torna o produto mais barato no mercado, porém menos competitivo por ser enquadrado em uma condição de qualidade inferior.

Segundo contribuição de Alves (2014),

“As empresas que mais cresceram foram as mais ágeis, que foram buscar novos mercados e inovaram na maneira de criar e produzir, sendo capazes também de apresentar aos clientes produtos iguais ou mais atraentes que os da concorrência, a preços competitivos. Ambos reconhecem que para se manter competitivo e atender às constantes exigências dos consumidores, existe a necessidade de estar constantemente inovando em gestão, no processo e no design”

O aglomerado de indústrias calçadistas de Santa Cruz do Rio Pardo tem suporte da FIESP nas áreas de assessoria e diagnóstico e de gestão e produção; do SEBRAE-SP em áreas de capacitações para empresários e trabalhadores, destacando-se os cursos de design e produção; e do SENAI com a realização de cursos nas áreas de gestão, produção e design. Alves (2014) destaca que “de acordo com a coordenadoria de desenvolvimento regional e territorial, o APL de Santa Cruz do Rio Pardo não apresentou um projeto que justifique o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciências e Tecnologia”⁷⁵.

Sendo assim, algumas condições específicas para o desenvolvimento da indústria calçadista no município poderiam ser priorizadas, facilitando o acesso a recursos do governo estadual através de projetos que beneficiariam o aglomerado calçadista local, via recursos disponibilizados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciências e Tecnologia, mas os empresários não se uniram para esse determinado fim, prevalecendo o conceito de interesse individual e não de um conjunto de empresas, como se pretende na estrutura efetiva do Arranjo Produtivo Local (APL).

Como resultado, a indústria calçadista santa-cruzense vem perdendo espaço no cenário paulista dos pólos produtivos do setor, decorrente das várias crises da economia interna e externa, da falta de estrutura e organização do aglomerado de

⁷⁵ O governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciências e Tecnologia (SDECT), instituiu, em agosto de 2009, o “programa estadual de fomento aos arranjos produtivos locais”, que autoriza a celebração de convênios entre essa secretaria e municípios do Estado para transferência de recursos financeiros que tenham como objetivo incrementar as cadeias produtivas. O recurso estadual de fomento, especialmente dirigido aos arranjos produtivos locais (APL), está, na verdade, a espera de projetos que justifiquem esse investimento e que tenham uma contrapartida do grupo ou dos empresários participantes entretanto, não bastam recursos financeiros se os grupos-alvo não tiverem uma liderança que articule os diversos atores e que coordene as ações entre eles (ALVES, p. 162, 2014).

indústrias de calçados local, da concorrências dos produtos importados, entre outros, perdendo espaço até mesmo como a maior atividade de destaque do setor industrial do município, pois nas últimas décadas as indústrias do setor alimentício cresceram consideravelmente assumindo a primazia. Este setor também facilitou o acesso de muitos trabalhadores do setor calçadista que perderam seus empregos nos últimos anos, proporcionando a permanência no mercado de trabalho local.

A Crise no Setor Calçadista em Santa Cruz do Rio Pardo e sua influência no mercado de Trabalho

O processo de globalização da economia afetou duramente o setor de produção calçadista no Brasil. A abertura da economia nas principais economias consumidoras de calçados no mundo fez com que o calçado brasileiro, que ao longo do século XX tinha como principais importadores do produto os Estados Unidos, a Alemanha e a Argentina, abrissem seus mercados para os calçados fabricados nos países asiáticos, como a China, a Indonésia e o Vietnã, que se tornaram muito mais competitivos que o calçado brasileiro.

Sobre a situação das exportações do calçado brasileiro, Lazzareschi e Alves (2014) salientam que,

“De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), em 2013, importamos 50 milhões de pares e pagamos US\$ 656,3 milhões aos nossos fornecedores asiáticos e, segundo a Abicalçados – Associação Brasileira das Indústrias de Calçados - (2012), entre os anos de 2009 e 2012, a indústria calçadista perdeu aproximadamente 15.000 postos de trabalho, com queda de 16% em quantidade de pares fabricados e 30% em valores. Perdemos, portanto, não só os mercados internacionais, mas também os mercados nacionais, dada a impossibilidade de competir com os produtos asiáticos, cujos preços são sempre muito inferiores, pois, dentre outros fatores, sua mão de obra recebe baixíssimos salários se comparados aos dos trabalhadores dos países industrializados do Ocidente e não desfruta dos mesmos benefícios previdenciários”.

Notadamente, o Brasil não somente perdeu espaço na exportação de calçados, mas também se tornou um grande importador do produto, visto que não possui condição de concorrer com os produtos asiáticos, devido ao seu baixo custo de produção, especialmente no que diz respeito à mão de obra. Isso fez com que várias indústrias calçadistas no Brasil, no Estado de São Paulo e em Santa Cruz do Rio Pardo decretassem falência ou diminuíssem drasticamente o ritmo de produção e os postos de trabalho (Tabela 2).

Tabela 2. Número de Estabelecimentos Industriais do Setor Calçadista em Santa Cruz do Rio Pardo e dos Empregos Gerados no Período de 2007 a 2017.

Setores Produtivos (Indústria)	Períodos					
	2007		2012		2017	
	Número de Estabelecimentos	Número de Empregos gerados	Número de Estabelecimentos	Número de Empregos gerados	Número de Estabelecimentos	Número de Empregos gerados
Alimentos	34	1.293	42	1.915	46	2.696
Couro e Calçados	38	548	27	499	20	254
Produtos de Metal	13	62	17	104	17	120
Vestuário	10	44	12	57	11	89

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (2017).

Como se vê, a indústria do setor calçadista em Santa Cruz do Rio Pardo se ressentiu fortemente diante das crises internas e externas e muitas empresas não suportaram a situação econômica e a concorrência e foram obrigadas a dispensar trabalhadores e até encerrar suas atividades. No período estudado, que foi de 2007 a 2017, o aglomerado industrial do setor calçadista do município se reduziu a cerca de 53% (2017) daquilo que representava em 2007.

Contudo, os trabalhadores do setor foram os maiores prejudicados, com a perda de emprego, sendo que no período em questão (2007 a 2017), ocorreu uma retração para 46% do que ela representava. As condições no mercado de trabalho santa-cruzense somente não se tornaram caóticas pois ocorreu um crescimento de outras indústrias no município, principalmente a de alimentos (principalmente de beneficiamento de arroz, rações e panificação e subprodutos), que teve um crescimento de quase 110% nos postos de trabalho entre 2007 e 2017, e que absorveu a maior parte dos desempregados do setor calçadista de Santa Cruz do Rio Pardo. Os setores de Produção de Metal e de Vestuário tiveram um crescimento de 94% e 100% nos postos de trabalho nesse mesmo período, respectivamente, e contribuíram para absorver uma parcela significativa dos desempregados.

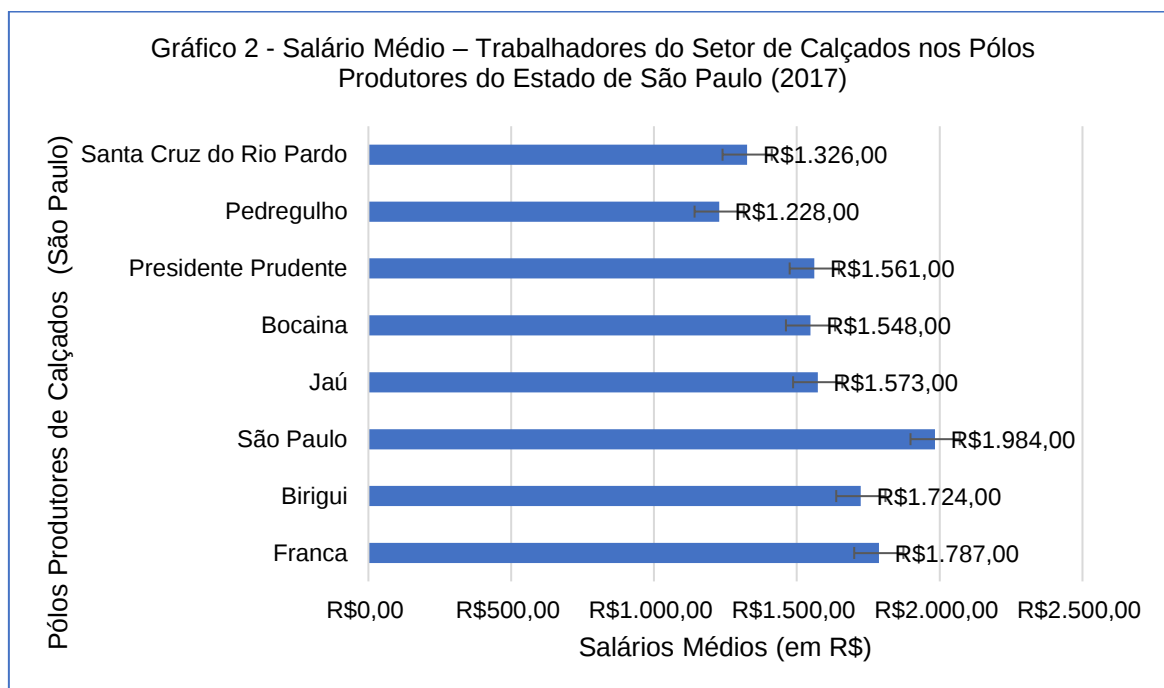
Ademais, a indústria calçadista nacional não somente se ressentiu da crise decorrente da concorrência em relação aos produtos de origem asiática, especialmente os chineses. A produção nacional também enfrentou crises internas de grande repercussão para a economia brasileira, e como resultado, diminuição das vendas, diminuição da produção e fechamento de postos de trabalho.

Segundo informações do presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Vestuário e Calçados de Santa Cruz do Rio Pardo e Região, Benedito Batista Ribeiro, a conjuntura cambial do real em relação ao dólar a partir dos anos 2000 (flutuação nas cotações da moeda americana, que em alguns momentos se valorizava e em outros se desvalorizava), têm aumentado as dificuldades de exportação do calçado brasileiro e isso tem levado a uma maior concorrência interna entre as indústrias, resultando em queda nas vendas. Como as indústrias não conseguem vender sua produção, ocorre a perda da receita, dificultando novos investimentos para melhorar e aumentar a produção da fábrica, provocando desvalorização da mão de obra, reduzindo postos de trabalho e levando ao desemprego dos trabalhadores do setor calçadista.

Em contrapartida, o Sindicato das Indústrias de Calçados, Artefatos de Couro e Vestuário de Santa Cruz do Rio Pardo, destaca que a variação cambial a partir dos anos 2000 tem proporcionado momentos difíceis para a indústria de calçados no Brasil, que já foi o maior exportador mundial do produto e hoje sofre com a concorrência dos produtos asiáticos, com a variação cambial do real em relação ao dólar e com as crises econômicas externas e internas. Quando não se consegue exportar os calçados produzidos no Brasil eles são destinados ao mercado consumidor interno, que não consegue absorver a produção, levando a queda dos preços no mercado consumidor para girar os estoques e assim diminui o lucro das empresas que não conseguem elevar o salário da categoria dos trabalhadores na indústria do calçado (gráfico 1). Além disso, pode ocorrer a paralisação das atividades por falta de vendas e corre-se o risco de a fábrica ter que dispensar trabalhadores.

Conforme se observa no gráfico sobre “Salário Médio – Trabalhadores do Setor de Calçados nos Polos Produtores do Estado de São Paulo (2017)”, o piso médio da categoria pago nas indústrias do setor em Santa Cruz do Rio Pardo, ano base de 2017, somente eram superiores aos pagos nas fábricas de Pedregulho, que era de R\$ 1.326,00 e R\$ 1.228,00, respectivamente. Todos os demais polos produtores de calçados no Estado de São Paulo possuíam salários superiores aos das indústrias santa-cruzenses, sendo que os valores recebidos pelos trabalhadores do setor eram R\$ 1.548,00 em Bocaina, R\$ 1.561,00 em Presidente Prudente, R\$ 1.573,00 em Jaú, R\$ 1.724,00 em Birigui e R\$ 1.787,00 em Franca. No entanto, o maior salário pago aos trabalhadores do setor produtivo do couro e calçados do Estado eram pagos aos

trabalhadores do setor nas indústrias do município de São Paulo, que era de R\$ 1.984,00.



Fonte: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (2017).

Ainda segundo o sindicato, existem mais dois fatores que afetam negativamente a produção de calçados. O primeiro é que a matéria-prima utilizada para a produção dos artigos, a sola de sapato, por exemplo, depende de produtos químicos importados, que está diretamente influenciado pela cotação do dólar americano, o que encarece o preço final do produto no mercado consumidor. O segundo motivo é que não existe uma mão de obra qualificada como ocorre em Franca, Jaú e Birigui, o que torna o calçado produzido em Santa Cruz do Rio Pardo menos competitivo do que ocorre naquelas cidades, visto que a instalação da escola SENAI no município é recente e ainda está longe de atingir o nível de excelência dos demais polos calçadistas do Estado de São Paulo.

Além disso, a sazonalidade da produção de calçados, que depende das estações do ano para o lançamento de novos produtos, tais como as coleções primavera-verão e outono-inverno. Essa situação também pode agravar a produção de calçados, pois pode ocorrer da produção da moda outono-inverno ficar encalhada em um período de inverno fraco. A produção que deveria ser escoada fica estocada,

o que leva a uma promoção para a queima dos estoques. Como resultado, ocorre a descapitalização do empresário do setor calçadista.

Segundo verificado durante a pesquisa realizada e ponderada no trabalho de Alves (2014), existe uma convivência positiva entre os empregados, empresários e sindicatos, no entanto, cada um desses atores busca atuar em sua esfera de atribuições. Se existisse uma maior união entre os empresários, os empregados e os respectivos sindicatos (patronal e dos trabalhadores), poderia ocorrer uma maior mobilização do setor produtivo calçadista santa-cruzensense, obtendo maior representatividade e força junto ao poder público municipal, maior apoio dos órgãos públicos e privados e investimentos do governo estadual paulista, melhorando suas condições de trabalho e preservando a indústria calçadista de Santa Cruz do Rio Pardo diante das sucessivas crises sofridas, tanto a nível nacional como internacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, P. R. **Arranjos Produtivos Locais: Calçados Femininos de Jaú e Santa Cruz do Rio Pardo**. 2014. 186 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3575>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). Capital Humano: Departamento de Ação Regional. Cidade de Santa Cruz do Rio Pardo.
Disponível em:
<[http://apps.fiesp.com.br/CapitalHumano/\(S\(wcn14b0gf5qmxdyhpptdif4j\)\)/DadosSocioEconomicos/DadosGerais.aspx](http://apps.fiesp.com.br/CapitalHumano/(S(wcn14b0gf5qmxdyhpptdif4j))/DadosSocioEconomicos/DadosGerais.aspx)>. Acesso em: 14 dez. 2018.

FUINI, L. L.; HORI, I. I. Os Arranjos Produtivos Locais na Região de Ourinhos – SP/Brasil: Dinâmica Socio produtiva e Desenvolvimento Territorial. **REDES – Revista de Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 1, p. 236-260, jan./abr. 2014.
Disponível em:
< <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/3083/3321>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Perfil dos Municípios Paulistas / Santa Cruz do Rio Pardo (2015).
Disponível em: < <http://www.perfil.seade.gov.br/>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Perfil Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo-SP (2010).
Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santa-cruz-do-rio-pardo/panorama>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO (São Paulo, SP). Divisão Municipal do Estado de São Paulo. São Paulo, 2014, 1 atlas. Escala 1:1.000.000. Disponível em: <http://www.igc.sp.gov.br/produtos/divisao_municipal.html>. Acesso em: 08 jan. 2019.

_____. Regiões de Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 2014, 1 atlas. Escala 1:5.000. Disponível em: <http://www.igc.sp.gov.br/produtos/regioes_governo.html>. Acesso em: 08 jan. 2019.

LAZZARESCHI, N.; ALVES, P. R. Arranjos Produtivos Locais: A Precarização das Relações de Trabalho na Indústria Calçadista de Jaú e de Santa Cruz do Rio Pardo (SP). **Ponto e Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, p. 222-236, 2014.

THOMAZ JUNIOR, A. Geografia do Trabalho por Inteiro. **Revista Pegada [On-line]**. Mundo do Trabalho. Presidente Prudente, vol. 19, n. 2, p. 6-56, mai./ago. 2018. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6000/4488>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

APÊNDICE A:

DEBATE

ANO 1 - Nº 1

Suplemento da edição do DEBATE nº 556

*** EDIÇÃO ESPECIAL DE "EMPRESAS & NEGÓCIOS" ***

JANEIRO/1992

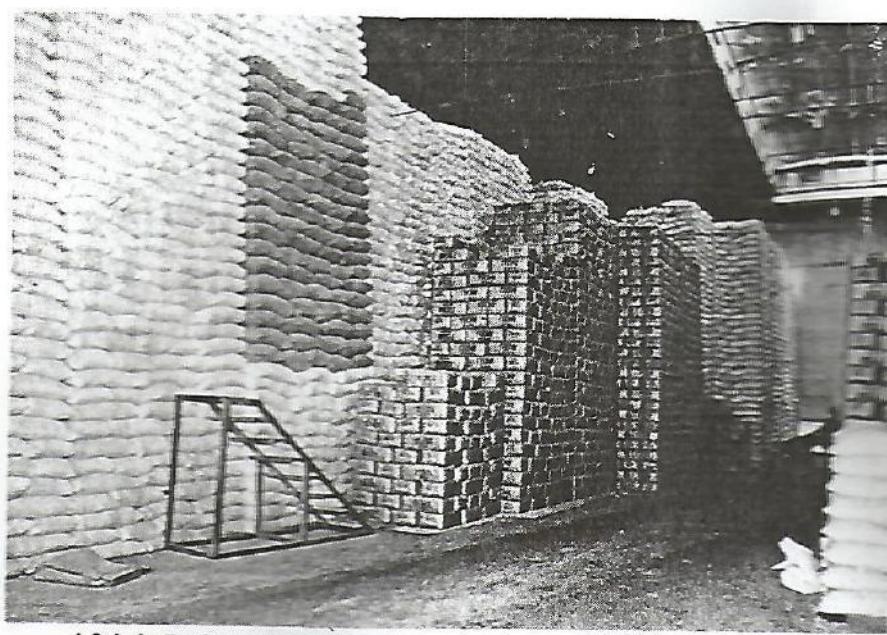
*** NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE



ARROZ - A vocação de S. Cruz

Veja porque a cidade é conhecida como a "capital do arroz" sem plantar um grão...

Brasília: a maior cerealista do Estado é de Santa Cruz



A Cafeeira Brasília possui um estoque impressionante de arroz, inclusive produto importado

Da Reportagem Local

A maior arrozeira de Santa Cruz do Rio Pardo ainda leva o antigo nome: “Cafeeira Brasília”, pertencente à Família Zaia. Antes de se estabelecer no ramo de beneficiamento de arroz, em 1964, a empresa comercializava café, a base da economia agrícola da cidade e região. A geada de 1975 arrasou os cafezais na época. Foi neste período que a família decidiu mudar de ramo, embora já tivesse uma boa experiência com o beneficiamento de arroz desde 1961.

Os Irmãos Celso e Angelo Zaia lembram que depois de 1975 concentraram seus trabalhos na produção de arroz. O crescimento da empresa surgiu graças ao sucesso nas vendas de seus produtos na praça da capital. “Tivemos facilidade de penetrar em São Paulo”. Cerca de 85% da produção da marca Solito lidera até hoje as vendas em São Paulo. No Interior, as vendas atingem 25% dos mercados da Alta Sorocabana e Noroeste. Dentro de São Paulo, a marca Solito já está consolidada: “Tem dona de casa que deixa de comprar em mercados que não possuem o nosso produto”, acrescentam os empresários santa-cruzenses.

Celso Zaia diz que a quebra da safra nacional até facilitou o setor, mas não apresentou vantagem quando houve a importação de arroz. Segundo ele, a importação é feita por meia dúzia de empresas importadoras, que muitas vezes nem

pertencem ao setor. “Elas acabam fazendo uma importação acima da demanda, sem lastro de vendas. Aí ocorre o excesso de oferta, chegando muitas vezes a forçar a venda em períodos que não há necessidade”, diz Zaia. Para ele, é preferível comprar arroz nacional. Mas para não ocorrer a quebra de produção, um dos sócios da Cafeeira Brasília ressalta que o governo precisa incentivar o produtor com mais financiamentos agrícolas.

Um outro problema que ocorre no setor é a quebra nas vendas, que divide as opiniões dos cerealistas. A recessão é um fator que inibiu as vendas, mas Celso Zaia acha que a queda de 15% deu-se exclusivamente na comercialização, não atingindo o consumo: “Foi em função do excesso de oferta causada com a entrada de grandes quantidades de arroz importados, embora o consumo continuasse o mesmo”.

Para ele, a Associação dos Beneficiadores de Arroz de Santa Cruz do Rio Pardo ajuda mais no relacionamento entre os cerealistas e a Bolsa de Cereais. No entanto, Celso Zaia acha que na parte de comercialização a entidade ainda traz poucos benefícios.

Sobre a questão do Distrito Industrial que foi muito prometido pela maioria dos prefeitos que passaram por Santa Cruz, Zaia disse que dificilmente a empresa terá condições de transferir seu parque industrial para outra área. A cerealista investiu muito dinheiro na aquisição de equipamentos, silos e em material antipolvente. Em março, será inaugurado o novo prédio do setor administrativo.



Os irmãos Celso, Hélio (foto à esquerda) e Ângelo comandam um Império cerealista com uma das maiores máquinas de Santa Cruz (foto à direita)

Rosalito faturou U\$11 milhões, apesar da crise

Da Reportagem local

Uma das maiores arrozeiras da cidade é a cerealista Rosalito que tem entre os sócios o vereador Paulo César Pegorer (PMDB). Ele foi escolhido para ser o representante na cidade na Bolsa de Cereais de São Paulo. Para Pegorer, o setor foi muito sacrificado com consequentes congelamentos de preços. O arroz foi um dos últimos produtos da cesta básica a ter o preço liberado, mas o produtor sofreu com reajustes de máquinas, adubos, etc.

A agricultura do país por não ser mais subsidiada, traz dificuldades tanto para o produtor como aos cerealistas para manterem seus preços competitivos. Pegorer explica que a cada ano o produto nacional está perdendo qualidade. Não existe incentivo para o agricultor procurar novas sementes. “A riqueza do País é a agricultura. Não adianta investir em máquinas se os alimentos no Brasil são caros. O subsídio poderia ser de um a dois anos para incentivar o produtor”, explica.



Paulo e Rosalito Pegorer, à frente de um dos maiores grupos cerealistas de Santa Cruz do Rio Pardo

Pegorer revela que houve uma mudança no hábito do consumidor, trocou o arroz sequeiro – produzido no Mato Grosso – pelo Agulhinha, do Rio Grande do Sul, cuja semente é diferente e de melhor qualidade. “A própria aparência do arroz

agulhinha é mais bonita na panela e por isso atrai mais consumidores”. A consequência dessa mudança de hábito é que há hoje no País grandes estoques de arroz sequeiro encalhados.

O Governo federal, inclusive, está leiloando arroz de 1986, mas parte do estoque já se deteriorou. Os produtores de arroz do Estado do Mato Grosso preferiram trocar as plantações pelas pastagens. Em Goiás há tentativas de mudar as sementes de arroz sequeiro, mas até agora não tem tido sucesso essa experiência de obter uma semente adequada ao clima da região. Com isso, sobrecarregou a produção do Rio Grande do Sul, influenciando, então, a importação. “É por isso que o País importou arroz do Vietnã, Estados Unidos e Tailândia, porque o Sul ficou responsável pelo abastecimento do País. No início da importação, no ano passado, o arroz de fora ficava mais barato que o nacional, mesmo com as despesas de frete e as elevadas taxas cobradas pelos portos brasileiros. Mas no momento o importado dá prejuízo, porque o produto é cotado pelo dólar diário”, o sócio da Rosalito considera a produção nacional de boa qualidade, principalmente do Sul por causa do clima.

Neste mês de janeiro, de acordo com Pegorer, não está compensando comprar arroz importado. Os contratos foram firmados com a Agropec, empresa de importação e exportação, mas os cerealistas estão tendo “pequenos prejuízos”. Isso ocorre quando o preço interno do produto não elevou e nem teve procura durante algum tempo, mas está reagindo nos últimos meses. Quatro empresas da cidade importam em conjunto aproximadamente 300 mil sacas. Há oito meses elas não têm comprado o produto do Sul. “O que aconteceu com a importação é que o mercado do Sul ficou parado, mas se comprarmos deles neste mês notaremos que o preço está mais caro. Na semana passada a saca estava em Cr\$12 mil e, nos últimos dias, elevou-se para Cr\$18 mil”, disse Paulo Pegorer.

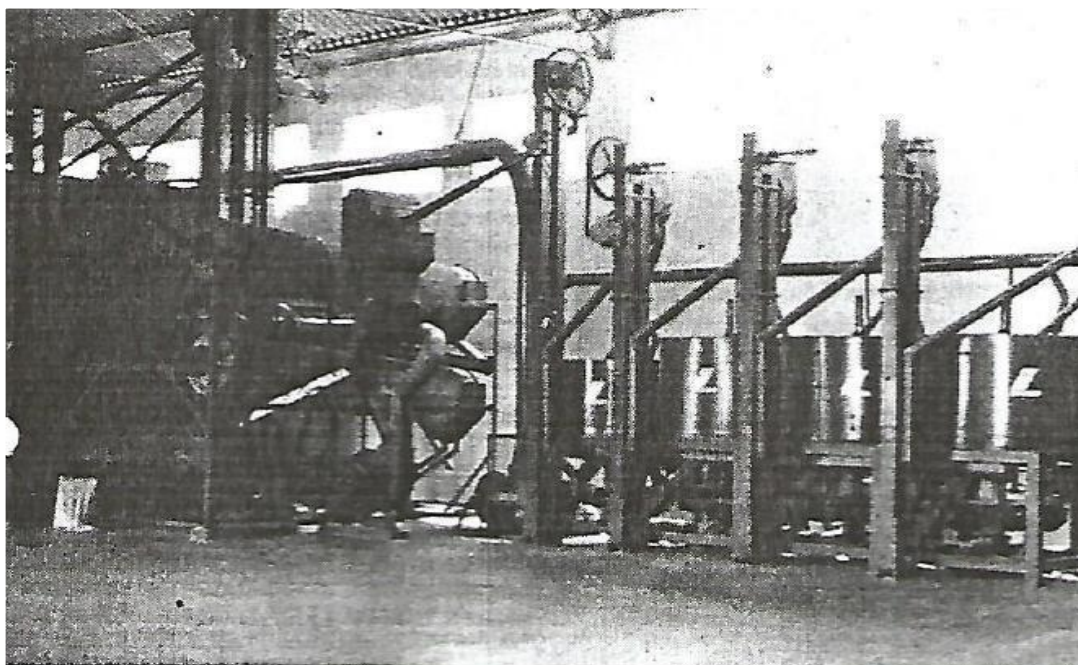
O arroz foi importado dos Estados Unidos (arroz em casca), Tailândia e Vietnã (já beneficiados). Independente disso, Paulo Pegorer explica que para manter o controle de qualidade mistura-se o arroz importado com o nacional, passando novamente pelas máquinas de beneficiamento. O que tem intrigado os mercadistas e os cerealistas é a queda do consumo do produto. Há controvérsia no setor. Boa parte acredita que o que ocorre nesse momento de recessão é o consumidor evitar desperdício e deixar de comprar em grande quantidade. Mas Paulo Pegorer disse que em São Paulo, em contato com clientes, constatou-se que houve um aumento no consumo de pão. Isso significa que muitos estão trocando uma refeição por um

sanduíche. “Se for analisar, o arroz é um produto barato, mas não tenho visto uma explicação mais lógica para a queda no consumo”.

É por isso que a capacidade de produção da maioria das arrozeiras está ociosa, trabalhando com a metade da capacidade instalada. Em períodos de safras, as arrozeiras beneficiam arroz em dois turnos de trabalho, chegando a cerca de 20 horas de trabalho por dia.

UMA HISTÓRIA FAMILIAR

A arrozeira Rosalito foi fundada em 17 de julho de 1984. A produção anual é de 8 toneladas por hora, com capacidade de armazenagem de 5 mil toneladas. As marcas empacotadas são Rosalito, Gauchito, Xiró, Tio Nico e Peyote. Em 91 a empresa faturou US\$11 milhões e recolheu de ICMS cerca de US\$200 mil. Emprega 86 funcionários e tem frota própria para transporte do produto. A sociedade é formada por Antônio Pegorer, José Sérgio Pegorer, Paulo César Pegorer, Pedro Celso Pegorer e Rosário Pegorer.



A Rosalito adquiriu modernos maquinários da indústria Suzuki, de Santa Cruz do Rio Pardo

Em Bauru, arroz Pateko é o líder nos supermercados

Da Reportagem

Um problema de poluição sonora que prejudicava os vizinhos se transformou em um desafio e na solução da explanação da Cerealista São João, empacotadora do arroz Pateko, talvez o mais vendido na praça de Bauru. O prédio acanhado da avenida Joaquim de Souza Campos foi um obstáculo por longos anos para a cerealista ampliar as suas instalações. As constantes reclamações dos moradores, obrigou a empresa a investir em um terreno perto do Bairro da Estação, “Graças a Deus que isso aconteceu. O que era um problema para nós virou incentivo para investirmos em um novo prédio”, lembra hoje Adalberto Pegorer, um dos sócios da cerealista.

O começo da São João também está relacionado com a Cafeeira Brasília, da família Zaia. Até 68, o pai do empresário, Adauto Pegorer, tinha sociedade com a família Zaia quando comercializava café. A sociedade foi desfeita, surgindo, assim, a atual beneficiadora. A decadência do mercado de café vislumbrou êxito para o mercado de arroz.

A São João também foi uma das primeiras arrozeiras a procurar uma área fora da cidade. Cansados de esperar do poder público municipal o tão sonhado Distrito Industrial, os donos da arrozeira procuraram por conta própria áreas nas imediações da rodovia Bauru-Ipaussu, Orlando Quagliato ou mesmo terrenos longe do centro urbano. “Na época não existia uma área própria. Então, compramos um terreno para instalar armazéns e silos”, lembra Adalberto Pegorer.

Adalberto Pegorer lembra que a mudança das instalações fez com que a São João crescesse

Sem ajuda nenhuma da prefeitura, a própria empresa investiu no asfaltamento do acesso do Bairro da Estação até a entrada da arrozeira. Além disso, comprou novos equipamentos, considerados os melhores existentes no país, desde empacotadoras automáticas até um selecionador de arroz automático. Durante o ano passado, Adalberto esteve nos Estados Unidos conhecendo o parque industrial americano que, por curiosidade, é composto por 40 empresas de grande porte. “Os únicos equipamentos superiores aos brasileiros são máquinas informatizadas, mas as produzidas no nosso País não são das piores”, acrescentou o empresário.

A produção instalada da São João chega a 87 mil por mês, embora o mercado não esteja absorvendo toda essa quantia. A recessão e os altos juros prejudicaram o

setor no ano de 91. As redes de supermercados passaram a adquirir menos arroz para “desovar” seus estoques. “Os juros de 1% ao dia provocaram uma queda nas vendas. Os supermercados compraram menos para esvaziar os estoques”. Por isso, segundo ele, o consumo caiu em média 16%. Outro fator prejudicial ao mercado foi o chamado “estoque de cozinha”, aquele controlado pela dona de casa que, assustada com a crise, diminui a compra de arroz “Se cada família de brasileiro deixar de comprar um saco de arroz, isso provoca uma retração nas vendas de milhares de toneladas”, estima Adalberto Pegorer.

Aliás, o consumidor apertado pelos baixos salários passou a administrar melhor e evitar o desperdício do produto. Por baixo, ele estima que este desperdício estava por volta de 7 a 12 % do arroz que era comum qualquer dona de casa jogar no lixo quando havia fartura. A recessão educou o consumidor.

O sócio da cerealista São João acredita que essa mudança de comportamento das donas de casas influenciou o suficiente para economizar arroz. “O que diminuiu mesmo foi a qualidade de lixo. Esse fenômeno ocorreu em outros setores da economia”. A crise na realidade, despertou no consumidor uma preocupação em aproveitar mais os alimentos.

Mas Adalberto não acredita nas estatísticas de que no ano passado aconteceu uma queda no consumo de arroz. Ele ressalta que essas pesquisas não têm muita credibilidade no mercado cerealista. Os números da Conab – anual órgão do Governo de Abastecimento – são tão conflitantes, segundo o empresário, que não coincidem com outras pesquisas. As discrepâncias chegam a 30 mil toneladas, o equivalente a 30 navios carregados de arroz.

Ramal Bauru-Ourinhos

O assunto é controvertido muitas vezes, quando comentado, não passa de um projeto considerado impossível para se concretizar. Mesmo assim, há fortes defensores. O deputado estadual Israel Zecker (PTB) já apresentou indicações na Assembleia Legislativa sugerindo a construção de um ramal ferroviário entre Bauru e Ourinhos, que passaria por Santa Cruz do Rio Pardo. Para Adalberto Pegorer, o projeto é perfeitamente visível do ponto de vista econômico. Segundo ele, por ano são beneficiadas grandes toneladas de arroz em Santa Cruz. No pico de vendas, a

produção das arrozeiras chega a representar quase 15% do que o Estado de São Paulo consome.

As cerealistas dependem muito do transporte ferroviário. Como a região não é grande produtora de arroz, o produto vem do Rio Grande do Sul. As arrozeiras de Santa Cruz conseguiram firmar um contrato com a Rede Ferroviária Federal que diminuiu o custo do frete e garantiu o transporte de grande quantidade de arroz. O produto é desembarcado em Ourinhos, onde os caminhões das próprias empresas transportam para Santa Cruz. Um ramal passando pela cidade favorecia às empresas transportá-lo pela via ferroviária até São Paulo ou mesmo pela Noroeste, através de Bauru.

Solimã inicia as novas instalações

Da Reportagem

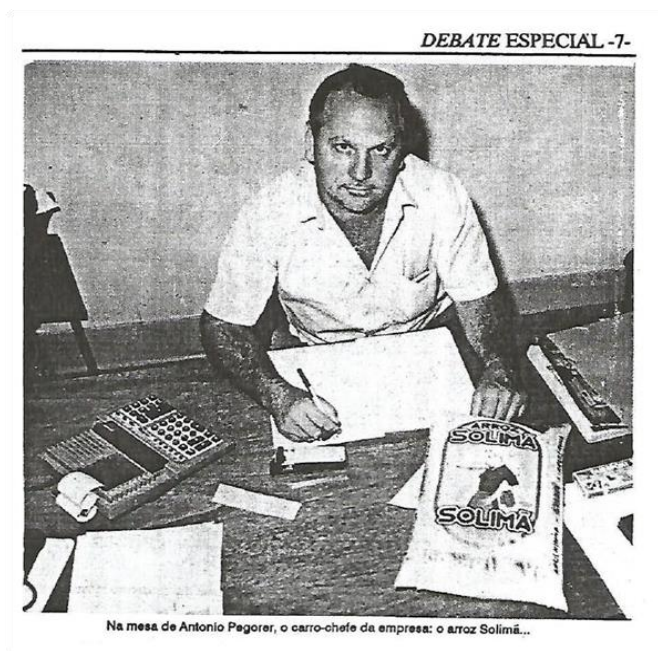
Entre as principais arrozeiras da cidade, a Solimã é a única que escolheu um local diferente para construir as suas futuras instalações. O novo prédio está sendo erguido às margens da SP-327, rodovia Orlando Quagliato, um lugar de fácil acesso para São Paulo e Mato Grosso. O local onde atualmente funciona a cerealista – na rua Saldanha Marinho, 61, vem enfrentando reclamações de poluição dos vizinhos e dificuldades de acesso para caminhões.

O sócio proprietário Antônio Pegorer fazia parte do capital da Cerealista Guayra. Na partilha dos bens da família, ele e o irmão decidiram fundar a Solimã, cujo equipamento pertencia ao ex-vereador Antônio Francisco Zanette, que na década de 80 desistiu de comercializar arroz. A compra dos equipamentos pelo grupo Pegorer ocorreu em outubro de 1984.

Inicialmente, a produção era baixa. Houve necessidade de se investir no aumento da produção com aquisição de novos equipamentos. Agora, a Solimã está abrindo novos mercados em Osasco e no ABC paulista, mas parte do que beneficia é destinado ao Interior, principalmente à região de Marília, onde vende 70% das marcas Solimã e Hupe. Essa cerealista também empacota arroz sequeiro tipo 2 e 3, cujas marcas são Bianco e Tio Bento.

Antônio Pegorer conta que teve que acelerar os investimentos da nova sede da empresa devido à demora da prefeitura na instalação de um Distrito Industrial e da pressão de moradores que reclamam de poluição. As atuais instalações funcionam em uma nova zona residencial, a poucos quarteirões do centro da cidade. “Estamos sendo obrigados a sair daqui, mas na nova área poderemos expandir nossos negócios”. Ele reclama, porém, que faltou incentivo da prefeitura para o setor arroseiro. Nas novas instalações, o próprio empresário terá que investir na infraestrutura, inclusive perfurando um poço artesiano para o funcionamento dos equipamentos. “Estamos sendo obrigados a investir mesmo sendo uma época de recessão econômica vivida pelo país”.

Antônio Pegorer tem uma opinião menos otimista em relação à produção de arroz no País. De acordo com ele, haverá necessidade novas importações de arroz. No momento, o governo não tem mantido estoques reguladores de preços. Nos estoques federais estão armazenadas somente 1,2 milhão de toneladas. O Brasil consome 12 milhões de toneladas para uma produção interna de nove milhões. “A produção nossa não é suficiente para atender o consumo”, diz um dos sócios da Solimã.



Ele acredita que em 92 a produção brasileira será maior do que o ano passado, período em que os financiamentos estiveram escassos. “A importação, embora problemática, é muito importante. Se nós não tivéssemos comprado o produto do

exterior, hoje estaríamos enfrentando muita escassez”, disse Antônio Pegorer. Solimã emprega 12 funcionários e fatura por mês Cr\$150 milhões, com produção de 300 toneladas/mensal.

Nardo: pioneira na rodovia

Da Reportagem

A Cerealista Nardo foi fundada por Ângelo Nardo em sociedade com José Aparecido e Hélio Nardo. A empresa existe há 25 anos e surgiu em Santa Cruz do ramo de secos e molhados. Na época, Ângelo tinha uma pequena máquina de beneficiamento com capacidade de apenas três sacos por hora. Hoje, em modernas instalações na rodovia Bauru-Ipaussu, a empresa tem condições de beneficiar até um milhão de toneladas. Com a recessão, a média está em 500 toneladas/mês.

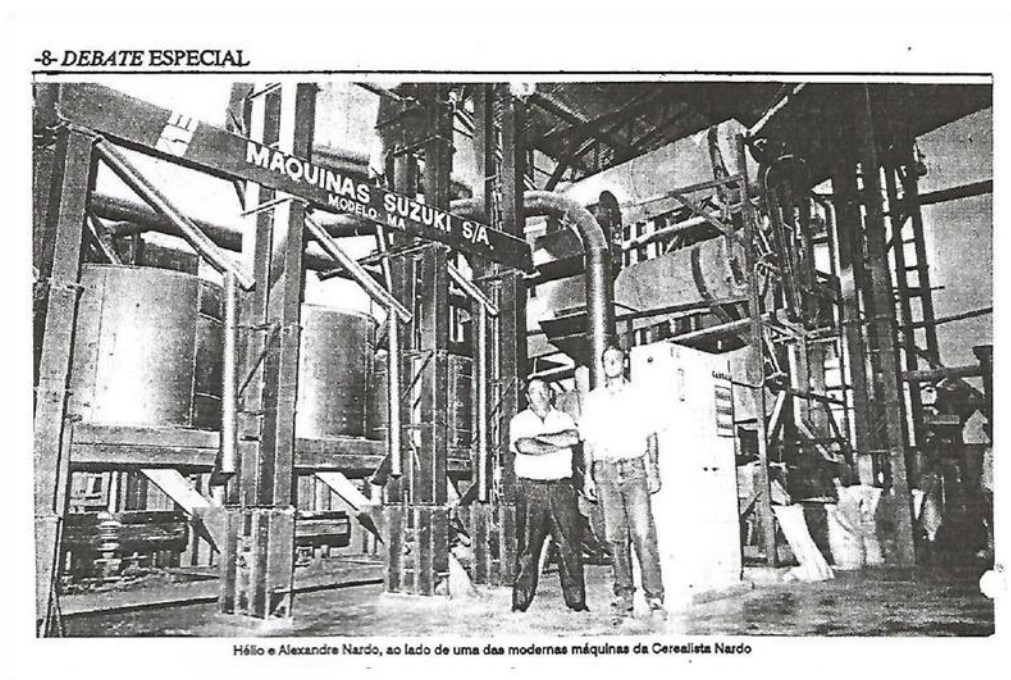
A beneficiadora funcionou por muitos anos na rua Euzébio Queiroz. Como o Distrito Industrial nunca saía do papel, a família Nardo decidiu investir em uma área na rodovia Bauru-Ipaussu. Hélio conta que durante dois anos ainda adiou as obras de expansão na esperança do distrito industrial ser viabilizado pela prefeitura. Nardo lembra até de um detalhe durante a gestão do prefeito Onofre Rosa (PMDB), quando foi anunciada a construção do distrito, e a prefeitura até batizou a obra, homenageando um antigo empresário da cidade. Até hoje, ainda só existem promessas, agora o prefeito Clóvis Guimarães Teixeira Coelho.

Hélio foi um dos primeiros a mudar sua indústria para a rodovia, ao lado que hoje está se transformando em um polo de arrozeiras. O terreno foi adaptado em 1º de abril de 1986. A grande vantagem das novas instalações, segundo ele, é a facilidade de acesso e até de ampliação da arrozeira.

As principais marcas empacotadas pela cerealista são o arroz Castelão e o Aene – tipo agulhinha, mas há também o Stock, Center e Nardo. Toda a produção é vendida do Interior de São Paulo até Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul. A região forte dos produtos da Nardo é Fartura, Itaporanga, Piraju, Coronel Macedo, Itapeva, região de Presidente Prudente e Panorama. São 100 cidades que consomem o arroz beneficiado pela empresa santa-cruzense.

Nardo também defende a redução de impostos sobre os produtos da cesta básica. Mas após a iniciativa do Governo do Estado de São Paulo de baixar de 18%

para 7% a alíquota de Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o empresário lembra que nem tudo é luz no fundo do túnel. Afinal, o Governo Federal aumentou em 70% o preço mínimo dos produtos comercializados nos leilões da Bolsa de São Paulo. “A Bolsa é o termômetro de preço que influencia o mercado. Esse reajuste do Governo foi em cima de um produto de segunda linha, já que a Agulhinha do Sul é considerado o melhor produto existente na praça”, explica Nardo. O empresário acha que os produtos da cesta básica – como arroz, o Governo deveria zerar a alíquota de impostos. O grande beneficiário seria o consumidor. A Associação dos Beneficiadores de Santa Cruz do Rio Pardo, de acordo com Nardo, tem lutado para que isso ocorra. “Já tivemos várias reivindicações para isso”, lembra Hélio Nardo.



Hélio e Alexandre Nardo, ao lado de uma das modernas máquinas da Cerealista Nardo

A tendência no mercado nos próximos meses, pelas previsões do empresário, é que vai sobrar arroz importado. O produtor gaúcho anunciou no ano passado que haveria quebra de safra e essa boataria causou uma grande compra de estoques importados. As empresas especializadas em importação e exportação compraram grandes quantidades que agora devem sobrar, já que há grandes estoques em várias empresas.

Independente desse fator, no ano passado houve uma queda de produção, mas que não é interpretada como diminuição de consumo. Nardo acha que as donas de casa e os donos de supermercados estão evitando grandes estoques, mas há um otimismo na categoria que neste ano deverá ocorrer uma reação nas vendas. O reajuste do salário-mínimo (de Cr\$42 para Cr\$96 mil) poderá favorecer a venda do cereal: “O arroz é muito consumido pelas camadas de baixa renda. Acredito que esse reajuste salarial vai beneficiar essas pessoas a se alimentarem melhor”.



Hélio Nardo foi pioneiro ao transferir suas instalações para a rodovia SP-225

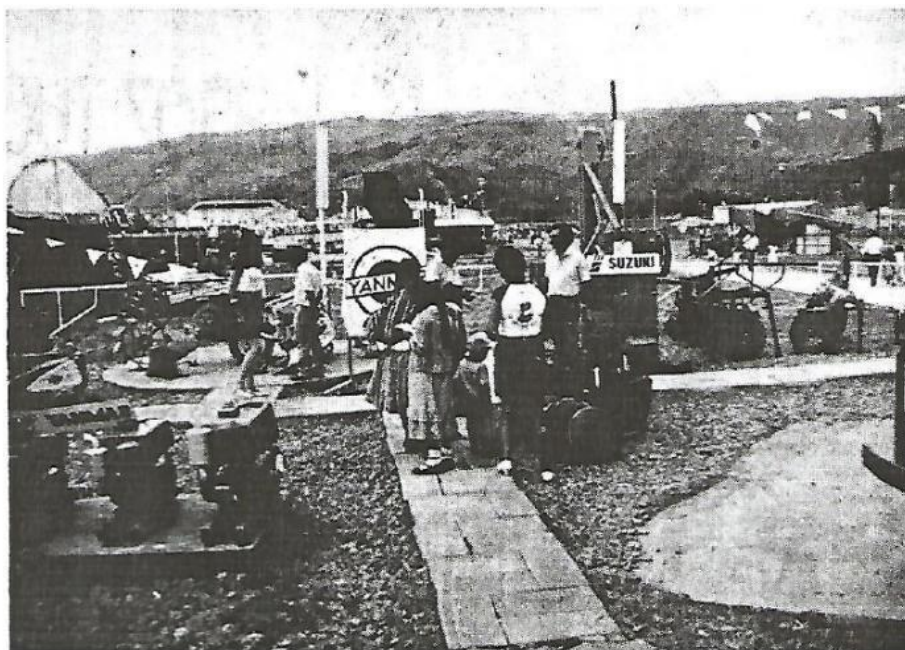
Suzuki: a saga de uma família

Da Reportagem

A indústria Suzuki, além de vender parte da produção de máquinas de beneficiamento de arroz do País, já conquistou diversos países da América latina. A próxima investida é no continente africano. Desde o ano passado a Indústria já iniciou contatos com empresários da Mauritânia. Na Bolívia e Peru, já está consolidada a marca dos equipamentos fabricados em Santa Cruz do Rio Pardo.

Mas essa ousadia custou muito sacrifício e intensas viagens pela América Latina. Zillo Suzuki até lembra alguns fatos pitorescos nas suas incursões pela Bolívia e em exposições que a empresa santa-cruzense participou para divulgar as gigantescas máquinas de beneficiar arroz. Em uma feira em Guayaquil (Peru), em 75, um dos modelos instalados era uma máquina revestida de madeira, a MS-5. “No primeiro dia de inauguração passou um cidadão e emitiu um comentário constrangedor: “O que esses brasileiros estão fazendo com esse montão de lenha”, lembra Zillo. Mas isso não dificultou as vendas. Um fazendeiro da região acreditou no

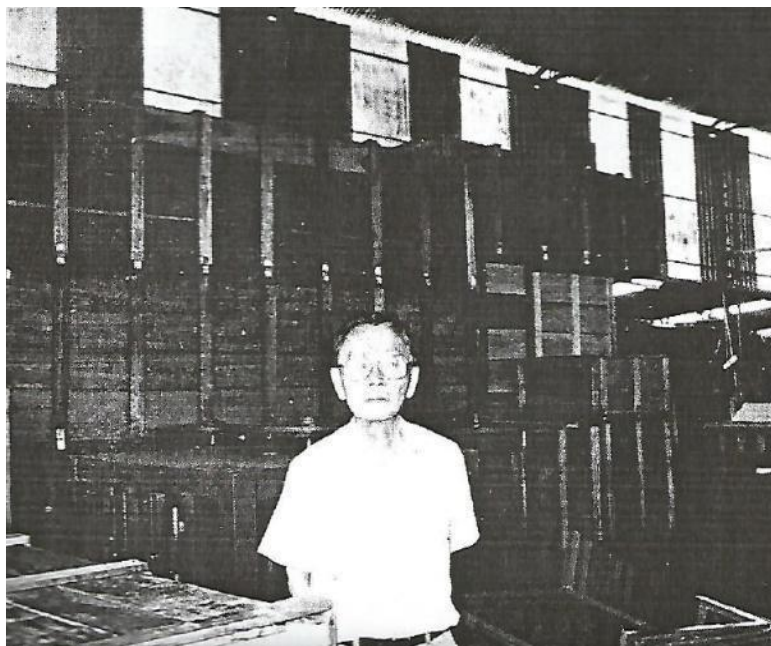
produto, adquiriu uma das máquinas e passou a ser conhecido pelo grande produto e qualidade do arroz. Daí foi o início da consolidação da Suzuki no Peru onde, em algumas regiões, a dona de casa até confunde a marca do arroz com o fabricante de equipamentos. “Há lugares onde as mulheres pedem arroz Suzuki”. No mercado externo, não existem restrições para máquinas revestidas de madeira, embora no mercado brasileiro os donos de indústrias preferem as máquinas com revestimento de ferro.



Participação da Suzuki na exposição de Bogotá, Colômbia...

No mercado nacional, o Rio Grande do Sul – onde está concentrada a maior produção e o maior número de empresas de beneficiamento – também foi importante para o desenvolvimento da tecnologia mais moderna no descascamento de arroz. Há cerca de 15 anos, foram os gaúchos os pioneiros no desenvolvimento do chamado arroz “agulhinha”, considerado produto de qualidade pela maioria das donas de casa. É também um golpe fatal nos produtores de arroz sequeiro de Goiás e Mato Grosso. Havia muita restrição ao arroz gaúcho antes deles reagirem com a aquisição de sementes americanas, cujos grãos são mais finos. A rigor, houve uma tremenda revolução no mercado arrozeiro com a entrada do arroz agulhinha. Em contrapartida, o novo produto era difícil de descascar, inviabilizando as máquinas antigas. “A produção caiu em torno de 40% e foi um transtorno para muitos cerealistas gaúchos”, diz Zillo. Foi a partir desse problema que a empresa desenvolveu uma máquina

denominada de A-5, que conseguiu entrar no mercado gaúcho através da compra de um protótipo pela Cooperativa de Pelotas, que acreditou no novo equipamento.



A diferença da máquina é que ela foi dividida em módulos. Até então, era um conjunto só. Essa divisão em quatro partes aumentava de 40 para 60 sacas/hora o beneficiamento de arroz, com a vantagem de possibilitar a instalação desde as baterias de descascamento, abanação, por brunição, polimento e até de classificação. Por ser em módulos, permitia aumentar mais os diversos setores que o arroz passa antes de ser empacotado. Zillo admite, porém, que a única diferença dos equipamentos nacionais em comparação aos estrangeiros é a automação dos equipamentos japoneses, alemães e americanos. Há aparelhos que fazem leitura óptica no branqueamento do arroz que auto-regula as máquinas. Mas já existe empenho em adquirir toda tecnologia de ponta. No País, a Suzuki concorre em igualdade de condições com as indústrias do setor. Os técnicos da empresa continuam pesquisando para desenvolver novos e modernos equipamentos.

Na fabricação de máquinas

Entretanto, Zillo revelou que há planos de diversificar a produção. Já há um projeto para construir equipamentos para beneficiamento e existe boa procura comercial. A Antarctica fez uma consulta sobre a possibilidade de se produzir

equipamentos para, aos poucos, acabar com o sistema artesanal de colheita e beneficiamento do guaraná ao Norte do País. Para a região Amazônica, a Suzuki produziu um protótipo de uma máquina para beneficiar semente de malva, planta utilizada pelas indústrias farmacêuticas. A CATI de Campinas também consultou a empresa de Santa Cruz sobre a possibilidade de se produzir uma máquina para beneficiar mamona. “Estamos pensando em diversificar a produção, mas só quando construirmos as novas instalações no Distrito Industrial”, consta Zillo. Quando isso ocorrer, a empresa será dividida em vários setores. A fundição, por exemplo, além de prestar serviços para a Suzuki, também atenderá a pedidos de terceiros. O sistema de carpintaria poderá ser transformado em fábrica de móveis, já que os equipamentos passarão a ser revestidos de ferro. Esses novos projetos estão sendo denominados por Zillo de “horizontalização” da produção, ou seja, a empresa quer transformar-se em uma espécie de ‘holding’ a longo prazo. Mas para esse sonho se concretizar, tudo ainda depende da construção do tão prometido Distrito Industrial de Santa Cruz do Rio Pardo.

Em 1951, a fachada da Indústria de S. Cruz



Em 1951, a fachada da Indústria de S. Cruz



Foto aérea da Indústria Suzuki, no ano de 1955, tirada de um DC-3; hoje, a cidade cresceu



Piccinin é o maior vendedor de arroz para Santa Cruz

Da Reportagem Local

O sobrenome Pegorer já é sinônimo de cerealista em Santa Cruz do Rio Pardo. A cerealista Piccinin pertence a parentes da família. Silvio Piccinin, um dos diretores da empresa, revela que a arrozeira foi fundada para diversificar atividades do grupo. Antes, ele e seus irmãos cuidavam de um sítio. A cerealista funcionava em um prédio pequeno, na avenida Pedro Camarinha, na saída de Santa Cruz para São Pedro do Turvo e Ourinhos. Em 1985, os empresários decidiram seguir o exemplo de outras arrozeiras que se estabeleceram ao longo da SP-225 (Bauru-Ipaussu).

As antigas instalações eram problemáticas, já que causavam dificuldades para os caminhões carregarem o produto e a vizinhança sempre estava reclamando da poluição. Silvio lembra, porém, que no novo prédio a arrozeira tem maiores condições de expansão, além da vantagem do local ser de fácil acesso a caminhões. Para concluir as obras, foram consumidos dois anos de investimentos. O parque industrial da Piccinin foi inaugurado em março do ano passado. Essa é a arrozeira que mais vende o produto em Supermercados de Santa Cruz do Rio Pardo, tendência que não ocorre com a maioria das concorrentes, que direcionam praticamente toda a produção para fora da cidade. Entre as marcas conhecidas da dona-de-casa da cidade estão o “Ramagem” e o “Piccinin”.

Silvio foi um dos empresários que também deixou de acreditar no Distrito Industrial. Por curiosidade, ele comprou a área da rodovia do vice-prefeito Eduardo Blumer (PMDB), cujas terras no passado já pertenceram ao ex-prefeito Onofre Rosa de Oliveira (PMDB). “O Blumer me ofereceu o terreno, dizendo que queria criar uma espécie de parque industrial nas imediações da rodovia. Pensei que era brincadeira. Fui ver a área, gostei e acabei comprando para construir o armazém, os silos e os escritórios”, conta Silvio Pegorer.

A isenção de ICMS no arroz também é defendida pelo empresário. Segundo ele, já foi um grande avanço a iniciativa do governador Luiz Antonio Fleury Filho (PMDB) em baixar de 18% para 7% a alíquota do imposto. Uma das vantagens de zerar o tributo, como a categoria defende, é baixar o preço do arroz, considerando um dos mais importantes da cesta básica. “A Cerealista Piccinin beneficia por mês 450

toneladas de arroz, emprega oito funcionários e fatura mensalmente cerca de Cr\$200 milhões.

Roleta de borracha foi o grande segredo da Suzuki

Da Reportagem

A saga japonesa da família Suzuki tem sua parcela de contribuição no desenvolvimento do setor cerealista em Santa Cruz do Rio Pardo. A maioria das fábricas de beneficiamento de arroz da cidade possui equipamentos Suzuki. Isso possibilitou às empresas locais se transformarem numa espécie de “vitrine” de demonstração da eficiência das máquinas às comitivas de peruanos, bolivianos e mauritanos que visitam com frequência as cerealistas para conhecer o funcionamento dos equipamentos. Graças ao desenvolvimento de um rolete de borrachas sintéticas – cuja fórmula é um segredo industrial guardado a sete chaves – a Suzuki praticamente implantou uma tecnologia moderna nos equipamentos para descascar arroz, impulsionando as vendas na década de 60.

Um dos pioneiros da família, Shozo Suzuki, conta que os descascadores antigos eram feitos de um disco de pedra revestidos de abrasivos. A porcentagem de quebra dos grãos era muito grande e perdia muito arroz neste processo rudimentar. Mas no início da fábrica Suzuki, também ocorreu com o beneficiamento de arroz. O patriarca da família, Michiyoshi, começou em 1944 neste ramo. O que intrigava muito era o desperdício de arroz no equipamento revestido de abrasivo.

Antes da Segunda Guerra Mundial, um dos integrantes da família viu em uma revista japonesa um sistema que utilizava borracha. Mas as dificuldades de comunicação da época integravam a família Suzuki a desenvolver por conta própria um sistema que saísse mais em conta do que o método tradicional.

Para chegar ao projeto com mais eficiência, foram oito anos de pesquisas. O que ajudou muito foi aperfeiçoar o descascador usando roletes de borracha. Na família Suzuki existe um planejamento, herança do oriental, onde cada um dos filhos escolhe uma especialidade que pode ajudar o desenvolvimento futuro da indústria. No caso específico desse descascador, Shozo lembra do irmão Celso Suzuki, que se formou em Química. Os conhecimentos adquiridos na faculdade ajudaram os investimentos da experiência. Uma das dificuldades era instalar, paralelamente a linha de

montagem, uma fábrica de borracha, mas não havia capital suficiente. Então, a empresa comprava os discos de borracha de terceiros, o que encarecia mais o produto sem ter o desempenho desejado.

Em 66, a empresa conseguiu iniciar a produção de artefatos de borracha, sendo uma das pioneiras no País. O descascador passou a ter muita procura no mercado, mas o próprio Celso Suzuki revela que o invento enfrentou dificuldades, principalmente por não ter nenhum protótipo similar japonês para aperfeiçoar. O produto também ganhou o mercado externo, inicialmente através da Bolívia e depois os países vizinhos. Atualmente, a fábrica tem laboratório próprio de equipamentos de precisão para controlar a qualidade dos seus descascadores de borracha.

Até Xuxa disputa a marca de arroz

Da Reportagem Local

A marca do arroz “Xuxinho” da Cerealista São Luiz está sendo disputada na Justiça pela apresentadora de televisão Xuxa Meneguel, da Rede Globo de Televisão. Embora a marca esteja registrada pela empresa de Santa Cruz do Rio Pardo, houve contestação da assessoria jurídica da artista. Aproveitando-se desta disputa, a empresa santa-cruzeense está veiculando propaganda da marca nos intervalos comerciais da Rede Globo de Bauru, justamente o horário do Xou da Xuxa. O diretor Marcio Luiz Pegorer está tão confiante que acredita em 90% de chances de continuar vendendo o arroz empacotado com a marca.

Toda a polêmica ocorreu depois que a São Luiz iniciou o processo para obter o registro da marca. Pela legislação em vigor, são permitidas contestações antes de oficializar o nome. Pegorer acredita que a apresentadora Xuxa esteja impedindo o registro da marca por ter interesse comercial pela patente. Se o empresário santacruzense ganhar a causa, o nome da artista no diminutivo masculino – não poderá denominar marcas de prováveis produtos que Xuxa tenha interesse de lançar no mercado. “A marca já é minha e está registrada. Além disso, Xuxinho não tem nada a ver com a Xuxa”, afirma Márcio. A empresa empacota também as marcas Pipito e Tucuxi.

A São Luiz vende 80% da produção no interior paulista e 20% na capital, principalmente em Santo Amaro e Zona Sul. A grande dificuldade, segundo Márcio, é

abrir novos mercados. Nos últimos meses, ele revelou que tem investido bastante em publicidade no rádio e na distribuição de brindes a ouvintes para divulgar o produto. “O mais importante é ter um preço acessível ao bolso do consumidor. O poder aquisitivo da população caiu muito e quando você garante boa qualidade no arroz, a dificuldade passa a se manter um preço baixo”, conta Márcio Pegorer. Essa cerealista é a segunda do Estado de São Paulo a possuir um equipamento eletrônico que retira a impureza do arroz durante o processo de beneficiamento do arroz.

A São Luiz está instalada no km 21 da SP-225 (rodovia Ipaussu/Bauru) há um ano e meio. Praticamente, a empresa investiu em novas instalações enfrentando todo o ano de 91 em plena recessão econômica. “A crise é depressiva para o comércio, exigindo capital de giro, mas se arroz fosse um setor tão ruim não teríamos suportado”, disse Márcio Pegorer.

A maxidesvalorização do dólar no ano passado prejudicou as arrozeiras que importaram o produto da Tailândia, Paquistão, Índia e países asiáticos. De acordo com ele, os cerealistas são vistos como uma espécie de atravessadores entre produtor e o consumidor, “mas na realidade isso não ocorre, porque o setor recolhe muitos impostos e é obrigado a pagar adiantado, incluindo impostos, quando adquire a matéria-prima dos produtores gaúchos”. A São Luiz tem 12 funcionários e fatura por mês aproximadamente Cr\$12 milhões. A produção mensal está em 420 toneladas, mas a empresa tem condições de produzir até um milhão de toneladas.

Manfrin vende produtos para grandes cervejarias

Da Reportagem Local

Quem saboreia uma cerveja gelada pode estar experimentando uma bebida feita também de arroz, parte dele manipulado por cerealistas do município. É que as grandes cervejarias do País compram em grande quantidade subprodutos do arroz para ajudar na fermentação da cerveja. A Cerealista Manfrin Ltda, estabelecida na rua Saldanha Marinho em Santa Cruz do Rio Pardo, é uma empresa que acabou se especializando em vender o subproduto do arroz às cervejarias. Além disso, a empresa comercializa outros derivados do arroz como a ração, comprada principalmente pelas cooperativas.

O negócio com as cervejarias deu tão certo que a empresa decidiu se especializar neste ramo, abandonando o beneficiamento de arroz. Natal Manfrin fundou a empresa na década de 40, comercializando café. Depois, a empresa passou para o controle dos filhos, que acharam melhor ingressar no ramo de beneficiamento de arroz. A cerealista empacotava as marcas “Manfrin” e “Tio Tunin”. Com as dificuldades em investir na ampliação do parque industrial, a Manfrin acabou se especializando na manipulação deste subproduto do arroz. O primeiro cliente foi a cervejaria Brahma de Agudos, mas hoje também são compradores a Antártica e a cervejaria SchinCariol, de Itu. “Nós vendemos arroz partido, uma espécie de querela. Temos equipamentos para separar essa matéria-prima”, disse Erik Manfrin, explicando que as máquinas são diferentes das utilizadas pelas cerealistas que empacotam arroz para consumo. Segundo ele, a empresa ainda conserva os equipamentos que antes eram responsáveis pelo beneficiamento de arroz em casca, mas o setor está desativado.

A empresa vizinha da cerealista Solimã – também pretende se transferir da rua Saldanha Marinho. “Quem sabe nas novas instalações poderemos voltar ao setor de beneficiamento de arroz”, disse Erik Manfrin.

Mas a Manfrin não é a única fornecedora de Santa Cruz do Rio Pardo da querela de arroz. As demais cerealistas da cidade também vendem esse subproduto às cervejarias e a algumas indústrias de ração de animais. Segundo Erik, a margem de lucro do negócio é pequena, mas com o volume torna-se atrativa. “O que compensa é que vendemos grande quantidade dessa matéria prima”, explicou o sócio da Cerealista Manfrin.

Marsola ganha mercado no Paraná

Da Reportagem Local

A Máquina Nossa Senhora das Graças, na rua Alziro de Souza Santos, é uma das mais antigas da cidade. A produção dela tem encontrado grande aceitação no Norte do Paraná. Ao contrário das demais cerealistas de Santa Cruz, que escoam a produção para a Capital paulista, a empresa pertencente a Otacílio Marsola vende mais na própria região os seus produtos. Há anos, segundo ele, conquistou as praças de Ribeirão Claro, Santa Amélia e Ribeirão do Pinhal. No Estado de São Paulo, as

marcas da Nossa Senhora das Graças são vendidas num raio de 300 quilômetros, exceto a capital.

A cerealista foi fundada por Geraldo Frazon antes de pertencer a Marsola. A empresa empacota as marcas Amoroso, Ideal, Amoreto e Noel. Uma boa parte da produção é destinada ao público de poder aquisitivo mais baixo, que consome muito arroz.

Um dos problemas que Otacílio Marsola enfrenta é o fato de suas instalações estarem praticamente dentro do perímetro urbano de Santa Cruz do Rio Pardo. Ele já adquiriu um terreno perto da rodovia SP-225, para onde pretende se transferir futuramente. A produção da Máquina Nossa Senhora das Graças tem condições de aumentar sua capacidade em até 40% se trabalhar em dois turnos.

Marsola afirma que torce para que a prefeitura viabilize logo o Distrito Industrial. “O meu medo é transferir para outro local e lá aparecerem residências nas imediações. Apesar do excesso de cuidado que nós tomamos durante o descarregamento de sacarias, sempre existe a possibilidade de poluição com o pó do arroz”, explica Marsola. O empresário tem enfrentado dificuldades com os vizinhos que reclamam do estrangulamento do trânsito nos horários de descarregamento de caminhões.

Empresas se reúnem em associação

Da Reportagem Local

A cidade de Santa Cruz do Rio Pardo já é conhecida pelos caminhoneiros gaúchos como a “capital do arroz”. Esse apelido que poucos santa-cruzenses sabem tem um motivo muito forte: 15% do que o Estado de São Paulo consome é beneficiado nas 18 arrozadeiras do município. A vocação para o setor arrozeiro começou praticamente por acaso, quando a família Pegorer, na década de 60, instalou as primeiras empresas de beneficiamento na fazenda Água das Pedras.

A família e os parentes se dividiram, abrindo novas arrozadeiras e multiplicando o número dessas indústrias. Hoje o arroz empacotado nas 18 empresas de beneficiamento chega a São Paulo e a várias cidades do Interior, onde é conhecido e até exigido pelas donas de casa. Esse potencial na comercialização do produto rendeu o privilégio do município ter um representante na Bolsa de Cereais de São

Paulo. Até uma Associação dos Beneficiadores de Arroz de Santa Cruz foi formada no ano passado para defender os interesses da categoria. O empresário José Pegorer dirige a associação, que ainda está se estruturando. Mas tudo indica que esse é o setor que mais deverá crescer nos próximos anos. Em arrecadação de impostos para o município, a indústria arrozeira já desbancou a Usina de Álcool Sobar de Espírito Santo do Turvo, ocupando a primeira colocação. É, também, o setor responsável pelo emprego de 1.000 pessoas e mais centenas indiretas, principalmente na contratação de motoristas autônomos para transportar o produto aos grandes centros consumidores.

Depois de Santa Cruz, os grandes pólos de arrozeiras estão no Rio Grande do Sul – estado que produz 50% do arroz consumido no País. Mas há um outro fator importante: a boa localização do município colaborou para o crescimento dessas empresas. O arroz sequeiro produzido no Mato Grosso tinha passagem obrigatória por Santa Cruz. Daí a facilidade de comercialização e de beneficiamento. Fora o Vale do Paraíba, a distância da cidade com grandes centros consumidores é considerada pelos empresários como o suficiente para o setor prosperar. Há também a proximidade com Ourinhos, onde o entroncamento ferroviário favorece muito o transporte de safra de arroz do Rio Grande do Sul para Santa Cruz. A seguir a íntegra da entrevista com o presidente da Associação dos Beneficiadores de Arroz de Santa Cruz, José Pegorer.

DEBATE – A que você atribui essa vocação da cidade para o beneficiamento de arroz?

PEGORER - Acho que foi por acaso. Em quase todas as empresas instaladas, os donos são parentes. Esse é um fator. Pode-se notar que 90% do que era beneficiado na cidade saía da fazenda Água de Pedras. Mas acho que a indústria Suzuki de Santa Cruz, fabricante de máquinas para o setor – também influenciou o desenvolvimento do setor. Outro fator é que as primeiras empresas de beneficiamento começaram quando havia grande qualidade de arroz sequeiro, produzido no Mato Grosso. Santa Cruz era um corredor para escoar essa produção. Também a localização da cidade: com exceção do Vale do Paraíba, Santa Cruz está situada em uma distância média de grandes centros como São Paulo, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Presidente Prudente. Praticamente ficamos no centro de distribuição do produto. Somos privilegiados com boas estradas e com um entroncamento

ferroviário bem situado em Ourinhos. Além do beneficiamento do arroz, temos um bom aproveitamento da sobra do produto, comercializada como ração de animal.

DEBATE – Você acha que o setor pode crescer ainda mais?

PEGORER – Pode. Isso tudo depende de uma política agrícola do País, pois hoje há um impasse. Quem sustenta a agricultura, por exemplo, é a produção e a distribuição. São dois segmentos significativos. No período da então ministra Zélia Cardoso de Mello houve um corte nos financiamentos. Isso foi uma catástrofe para o setor agrícola. Já neste ano, o Governo liberou mais dinheiro e notamos que houve uma reação. Agora, precisamos saber como é que vai ser o sistema de distribuição de todo esse estoque. O Governo tem afirmado que não tem dinheiro para manter os preços mínimos. Geralmente, nos Governos anteriores, os preços eram sustentados. Em países desenvolvidos os Governos mantêm estoques reguladores, compram com a safra ou mesmo as financiam para o beneficiamento. Criam-se mecanismos para administrar esse estoque. Aqui, por exemplo, ainda não há nada definido sobre quem vai aguentar esse estoque. Há falta de subsídios para a agricultura, o que não ocorre em outros países, somente agora está havendo uma conscientização maior, principalmente do Governo do Estado, ao diminuir alíquotas de impostos. Afinal, os produtos agrícolas precisam ser isentos de tributos.

DEBATE – O arroz produzido no País compete com o que é produzido no mercado externo?

PEGORER – Não. Nunca tivemos produção para ser exportada e nem temos experiência. Ocorre ao contrário: todo ano importamos do Uruguai e Argentina. O setor cresce anualmente à média de 7%, mas no ano passado, com a recessão, caiu 14%. Então, sempre vem a pergunta: o que aconteceu? Foi ineficiência dos empresários? Não, porque produzimos até mais. Queda de consumo? Talvez. O consumidor passou a aproveitar mais o produto nesse período de recessão, não desperdiçando o arroz.

DEBATE - Não pode ter ocorrido uma substituição do arroz pelo macarrão?

PEGORER – Não porque o macarrão custa mais caro. Mas houve uma tendência nos grandes centros de se consumir mais sanduíche.

DEBATE – Havia planos de, através dessa associação, importar arroz? Por exemplo, “comprar” um navio fechado?

PEGORER – A importação direta não funciona por intermédio de associação. Nós compramos arroz importado em conjunto com cinco empresas da cidade, mas

não diretamente. Adquirimos o produto de terceiros – de empresas especializadas em importação. Mas no ano passado não houve vantagem financeira, porque prevíamos uma reação no mercado de trabalho que se comportou de outra forma. Além disso, o arroz foi um dos últimos produtos que o Governo manteve com o preço tabelado. Houve uma demagogia muito grande dizendo que a produção subiu rapidamente de preço. A associação tem esse objetivo de defender os interesses da categoria e mostrar ao Governo que o setor não pode sofrer intervenção. O Governo se preocupa tanto com o setor que, na realidade, é muito pulverizado e não monopolista. A ideia da entidade é firmar o produto no mercado, mas sem o interesse de vendê-lo mais caro. Porém, reconheço que a associação ainda não é bem ativa, mas estamos começando. Já temos uma sala na Bolsa de Cereais de São Paulo.

DEBATE – E a redução da alíquota de ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços), ajuda mais o consumidor ou as arrozeiras?

PEGORER – Para os dois é vantajoso. É uma luta antiga das arrozeiras diminuir a alíquota de ICMS. Inclusive há vários estudos sugerindo que os índices deveriam ser mais baixos para os produtos da cesta básica. Há estatísticas que comparam os salários baixos com o consumo de arroz, comprovando que a arrecadação de impostos é alta, mesmo se a alíquota for baixa. Neste levantamento nota-se que a classe mais baixa paga muito mais tributo – com as alíquotas altas de ICMS – do que quem tem um salário alto. A ideia é extinguir os tributos do arroz. Em outros países, os produtos da cesta básica são isentos de impostos, porque a agricultura é subsidiada. Assim, fica muito mais barato aumentar a produção de alimentos.

Clóvis defende a alternativas particulares das arrozeiras

Da Reportagem Local

O prefeito Clóvis Guimarães Teixeira Coelho (PMDB) admite que o poder público de Santa Cruz do Rio Pardo, ao longo das últimas décadas, acabou atrapalhando o desenvolvimento do setor arrozeiro simplesmente pelo acúmulo de promessas sobre a construção de um distrito industrial. Agora, ele pretende pelo menos começar o projeto – no sistema de condomínio industrial – com o apoio do governo do Estado e suporte federal. Porém, as arrozeiras da cidade estão buscando alternativas próprias, como a instalação ao longo da rodovia SP-225 (Ipaussu/Bauru).

No local, nasceu praticamente um conglomerado de cerealistas, sem interferência da prefeitura municipal.

“Por si só, elas foram se localizando naquela área, comprando terras e construindo suas novas instalações, num local de fácil acesso rodoviário, principalmente porque está a poucos quilômetros da rodovia Castelo Branco”, disse o prefeito na semana passada. Ele acha, entretanto, que muitas arrozeiras que permanecem na cidade poderão optar pelo distrito industrial dentro de alguns anos.

Clóvis considera o setor de beneficiamento de arroz como um dos mais importantes do município e que está experimentando um crescimento sem precedentes na cidade. “Não se houve falar em demissões nas arrozeiras. Ao contrário, todas estão aumentando a produção e o número de funcionários”, ressaltou. O mais importante para o município, segundo o prefeito, é a arrecadação de impostos. Clóvis disse que levantamentos tributários já dão conta de que as arrozeiras representam hoje o setor que mais recolhe tributos aos cofres públicos. “Muita gente pensa ainda que a usina Sobar, do ex-distrito de Espírito Santo do Turvo, é a que mais arrecada, mas aquela indústria de álcool está em quarto lugar no município, sendo superada pelas arrozeiras”.

O prefeito acha que o “bairrismo” forte de Santa Cruz do Rio Pardo fez com que a cidade se tornasse num polo de beneficiamento de arroz. “As famílias são daqui e de certa forma, estão entrelaçadas, sem concorrência como ocorre com o setor calçadista. Isto ajudou o surgimento de várias empresas, além do que a cidade possui um fabricante de equipamentos para este tipo de indústria”.

"O arroz é nosso!"



Dentre as muitas atividades desenvolvidas em nosso município uma delas vem se colocando em lugar de destaque perante as demais: a indústria de máquinas de benefício de arroz. Unidos, irmanados, cientes das suas responsabilidades estão eles, lutando no sentido de trazer a Santa Cruz o progresso, a qualidade indiscutível de seus produtos e estão principalmente, a propagar o nome de nossa cidade e município nos mais variados rincões de nosso estado e nosso país.

Mensagem da:

Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo.

Referência

ARROZ: a vocação de Santa Cruz – veja por que a cidade é conhecida como a “Capital do Arroz” sem plantar um grão... **Jornal Debate**, Santa Cruz do Rio Pardo, Suplemento de Edição do Debate nº 556, ano 1, nº 1, jan./1992. Edição Especial de Empresas e Negócios, 1992.